



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**POLÍTICAS DE REGIONALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE DESTINOS
TURÍSTICOS ENTRE O LAGO DE SÃO SIMÃO E A LAGOA SANTA
NO BAIXO PARANAÍBA GOIANO**



JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS

**Uberlândia/ Minas Gerais
Dezembro de 2010.**



JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS

POLÍTICAS DE REGIONALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE DESTINOS
TURÍSTICOS ENTRE O LAGO DE SÃO SIMÃO E A LAGOA SANTA NO
BAIXO PARANAÍBA GOIANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Professor Doutor Rosselvelt José Santos.

Uberlândia/ Minas Gerais
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
20 de Dezembro de 2010.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S237p Santos, Jean Carlos Vieira, 1969-
Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano [manuscrito] / Jean Carlos Vieira Santos. - 2010.
366 f.: il.
- Orientador: Rosselvelt José Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia regional – Quirinópolis (GO) - Teses. 2. Turismo – aspectos políticos – Quirinópolis (GO) - Teses. 3. Turismo – Portugal – Teses. 4. Políticas públicas - Quirinópolis (GO). I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 913(817.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

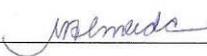
JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS

Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano



Prof. Dr. Rosselyelt José Santos - (orientador) - UFU

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus - UERG



Prof. Dra. Maria Geralda de Almeida – UFSM



Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez - UFU – Campus Pontal



Prof. Dra. Mônica Chaves Abdala - UFU

Data: 20 / 12 de 2010

Resultado: Aprovado com distinção e louvor



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais Gail Rucel de Moraes Santos e Milton Vieira dos Santos e a minha esposa Wanderléia Silva. Aos meus irmãos Milton Filho, Gilberto Vieira e Adriana Vieira. Aos sobrinhos (a): Ana Raquel, Anna Vithória, Wallace, Yasmim, Gabriel, Rafael e Andressa. Eles que sempre estiveram ao meu lado apoiando e transmitindo segurança.



AGRADECIMENTOS

Uma Tese é construída a partir de inspirações individuais e contribuições exógenas capturadas durante as caminhadas pelas diversas e não menos complexas vertentes acadêmicas. Por isso, especialmente agradeço ao meu orientador Professor Dr. Rosselvelt José Santos (IGUFU), pela paciência e valiosa competência com que nos orientou e soube indicar os melhores caminhos nos momentos de dúvidas, colocando a nossa disposição os seus acumulados saberes Geográficos.

Ao Professor Dr. João Albino de Matos Silva da Universidade do Algarve (UALG), a quem denomino de co-orientador, pois sua imensa capacidade de diálogo também nos esclareceu muitas dúvidas, disponibilizando diversas obras ibéricas e de outros países, alargando o nosso debate teórico.

Aos Professores Dr. Gilmar Mascarenhas, Dra. Maria Geralda de Almeida, Dr. Anderson Portuguese, Dra. Mônica Abdala, Dra. Leoni Massochini e Dr. Douglas Gomes que participaram das bancas de projeto, qualificação e defesa pública final. Todos deixaram suas relevantes contribuições e fizeram-nos acreditar que o caminho da Geografia e Turismo trilhado estava correto.

Meus agradecimentos aos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (MG), principalmente ao Professor Dr. Samuel Lima, Dilza e Cynara. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudo e estágio Sanduíche na Universidade do Algarve em Portugal.

Ao meu orientador de mestrado Professor Dr. Antonio Giacomini Ribeiro, aos estimados professores Dr. Antônio Feltran Filho, Dra. Denise Labréa, Dra. Vera Salazar, Dra. Beatriz Ribeiro e Dr. Luis Nishiyama que, ao longo da minha trajetória acadêmica na graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) foram responsáveis para que o sonho de concluir mais esta etapa se tornasse possível.

À turma do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGEOCULT): Daniela Almeida, Grazi Morelli, Grasi Adriana, Leomar, Jaqueline, Ricardo, Ronaldo, Cássio, Káren, Braconaro, Arley, Gustavo, Luana, Arlete, Hebert, Mônica, Cláudia, Nelson Ney e a todos do grupo de estudo. Aos estimados amigos (a): Patrícia Francisca, Cyntia Miguel, Magda, João

Fernandes, Josimar, Atna Gomes, Maria Araci, Yarnel, Valéria, Djane, Nágela Melo, Murilo, Profa. Gláucia Gomes e Prof. Dr. Washington Assunção. Agradeço a todos pelo estímulo e parcerias nos estudos e viagens para os diversos congressos e simpósios, valeu pelo convívio!

À Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Quirinópolis) e a todos do Departamento de Geografia, em especial aos Professores Edevaldo Souza e Nilda Pascoal. É uma alegria poder contar com a amizade de vocês. Aos ex.alunos que contribuíram com nossos trabalhos de campo: Pollyany Martins, Lozânia Silva e Janyr Henrique.

Aos amigos exógenos a UFU: Prof. Adriano Gennaro, Dr. Alik Timóteo (UEG), Rosiane Dias (UFG), Viviane Borges (UFG), Dra. Valeriê Machado (IFET/UFG), Vandervilson (UEG), Lucineide Pires (UEG/UFG) e Maria Idelma (UEG/UFG). Aos colaboradores das Secretarias de Turismo de São Simão e Lagoa Santa, às Prefeituras Municipais da Microrregião de Quirinópolis e a todos os sujeitos sociais, em especial a Dona Eleuza Ferraz de Moraes (Lagoa Santa), Fábio Moura, José da Soca e Sebastião (São Simão), que nos acolheram durante os momentos de registros e conversas de interesse da investigação.

Em Portugal, agradeço a todos do Departamento de Economia e Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade do Algarve (UALG), todos merecem a minha admiração como pessoas e profissionais do ensino superior.

À amiga Professora Dra. Daniela Corrêa Garcia (UALG), que sempre se dispôs a auxiliarme durante os trabalhos de campo e nos ajudou a conhecer o Algarve. O convívio com ela aproximou-me dos conhecimentos regionais Algarvios e Alentejano. Muito obrigado pela amizade e pelos cafés nas tardes frias da ilha de Faro.

Ao Duarte Padinha da Entidade Regional de Turismo do Algarve (ERTA) pela atenção e materiais disponibilizados para consulta sobre as políticas públicas de turismo de Portugal e região Algarve. Aos colaboradores dos Postos de Turismo do Algarve, especialmente de Sagres, Faro, Olhão e Loulé. À Cláudia Inês, pela receptividade e convívio em Faro, contribuindo também com os nossos trabalhos de campos durante o inverno europeu.

Aos brasileiros que conviveram conosco em terras lusitanas: Dr. Sérgio Matos, parceiro de estágio sanduíche e companheiro nos trabalhos de campo nas Muralhas de Faro (“Vila-Adentro” ou “Cidade Velha”), Fortaleza de Sagres, cidades de Tavira e Silves. Marcos Esdras, amigo de convívio em Lisboa e Paris. Dr. Gilson Garófalo (PUC/USP-SP) e Terezinha Filgueiras (IFET/RR), pela convivência em Évora.

Enfim, agradeço, sobretudo, a Deus e a todos que nos acompanharam e disponibilizaram sua atenção nessa trajetória realizada em terras mineiras, goianas e algarvias.



EPÍGRAFE

[...] Terra dos guerobais, do pequi, da gabioba... / Terra do gado leiteiro e de corte [...] Na fumaça teu povo ordeiro que luta sol à sol / E não se deixa amedrontar / Teu barro, tua matéria prima é tijolos a modelar / da massa crua da terra, vem a força dessa gente [...] (Autor: Reginaldo Barbosa. Texto retratando o Cerrado e Olarias do município de Itajá).

[...] Festa da Padroeira [...] Nossa Senhora d'Abadia, mostrai-nos teu Filho Jesus! (Mensagem anexada ao Convite da festa da Padroeira na cidade de Quirinópolis, entre os dias 06 e 22 de agosto de 2010).

[...] Um Velho carro de boi / Corroído e desgastado / No galpão de uma fazenda / Há tempo estava encostado / Trazido para a cidade / Foi polido e restaurado / E depois dos polimentos / Puseram-lhe ornamentos / Ele Virou Monumento / Da praça onde foi postado [...]. O carro de boi tem hoje / Muita pouca utilidade / Porém é muito importante / Na história da humanidade / Foi ele o grande transporte / Do sertão e da cidade / Pelos serviços prestados / Nos velhos tempos passados / Há de ser sempre lembrado / Com carinho e com saudade [...]. (Autor: João Severino da Silva “Congo”. Versos em Homenagem a Praça do Boi na cidade de Cachoeira Alta).

Rio Claro, latifúndio, desbravadores / Estirpe de bravos pioneiros/ [...] Rio Claro dos bacuris e ingazeiros (praias, ilhas, cachoeiras) [...]/ Rio Claro de Genoveva / Feita de Amor e altruísmo / Genoveva, labor / Com suas cardas, sua roça, seu tear / E cobertores surgindo, em raios irisados / Nos aquecendo e agasalhando. [...] (Texto “Boa Vista da Felicidade – murmúrio de um rio”. Homenagem ao rio Claro afluente do rio Paranaíba, presente nos municípios de Caçu, Cachoeira Alta e São Simão com suas quedas de Itaguaçu. Versos Retirados do livro “Goiás: extremo sudoeste” de Lita Chastan).



RESUMO

Esta pesquisa analisa as políticas públicas de regionalização do turismo no Brasil, elaboradas durante a campanha presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002. Em janeiro de 2003, com esse presidente eleito, foi criado o Ministério do Turismo (Mtur) e, logo após, foi implantado em seu planejamento o Plano Nacional do Turismo, visando valorizar as diversidades regionais com a criação de regiões turísticas. Desse modo, a presente investigação tem seus desdobramentos no estudo de caso microrregião de Quirinópolis no Estado de Goiás. Porém, a discussão não se limita à realidade nacional, pois este traz também a Região Algarve em Portugal, um parâmetro comparativo para análise, não é a experiência mais longa desta investigação, mas o espaço historicamente com mais densidade turística. No caso brasileiro, as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas na perspectiva regional subtraem os lugares relegando-os as hierarquias, sobretudo urbanas. No interior goiano problematizamos se não seria o caso de agir incentivando as políticas públicas de turismo comprometidas com esses lugares e com a rede social que passa a exercer o papel de gestora dos atrativos turísticos. Ressaltamos no campo que o turismo necessita de sujeitos sociais capazes de negociar um projeto de inclusão que pense os lugares associados ao regional. Consideramos a rede urbana como uma possibilidade de organização do turismo no interior goiano, mas é preciso criar mecanismos para garantir a democratização dos acessos aos recursos públicos. Essa problemática levantada foi permeada pelas possibilidades de visualizar se o poder central dialoga com os sujeitos locais articulados com o projeto de Estado voltado para o turismo. Quanto aos caminhos de construção da pesquisa, três momentos foram fundamentais: o trabalho de campo, a pesquisa documental e o trabalho de gabinete. A partir desse percurso, definiram-se os capítulos da presente investigação: o 1º “A Região na Perspectiva das Políticas Estatais de Turismo”, o 2º “A Microrregião de Quirinópolis e a Gênese do Lazer e Turismo nos Municípios”, o 3º “Políticas Públicas e Redes Organizacionais que Ligam os Lugares Turísticos do Baixo Paranaíba Goiano”, o 4º “Proposta de Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano”, o último e 5º “Transformações e Evolução nas Políticas Públicas de Turismo em Portugal: comparando a maturidade europeia com a área de estudo brasileira”. Portanto, o objetivo central desta tese é examinar a recente política pública de regionalização do turismo em Goiás, compreendendo como o Estado moderno age atendendo às demandas socioespaciais e como essas políticas estatais chegam e são assimiladas pelos diferentes sujeitos sociais nos conjuntos de lugares do interior. Neste caso, será relevante entender como as ações, sensibilizações, sociabilidades forçadas, desafios, valores e alianças que se apresentam nesses mosaicos de lugares e como elas se articulam com as iniciativas do próprio Estado, estabelecendo redes e estreitando relações entre as sociedades público-privadas locais e regionais.

Palavras-chave: Conjuntos de lugares; Saber fazer; Interior; Redes sociais; Sujeitos sociais.



ABSTRACT

This research examines the public policy of regionalization of tourism in Brazil, developed during the presidential campaign of Luis Inácio Lula da Silva in 2002. In January 2003, with the elected president, was created the Ministry of Tourism (Tourism Ministry), and soon after, was implanted, in its planning, the National Tourism Plan, aiming to enhance regional diversities with the creation of tourist regions. Thus, this research has its consequences in the case study of micro region of Quirinópolis in Goiás State, however, the discussion is not limited to the national reality, so this also brings the Algarve Region in Portugal, a comparative parameter for analysis, it is not the longer experience of this investigation, but a space with more tourist density historically. In Brazil, public policies developed and applied at regional perspective subtract places relegating them to the hierarchies, especially urban areas. In the country of Goiás, we ask if not the case for encourage public policies of tourism committed to these tourist places and with the social network that exercise the role of manager of the tourist attractions. We highlight in the area that tourism needs social subjects able to negotiate a social inclusion project that think the places associated to the region. We consider the urban network as a possibility for organization of tourism in the country of Goiás, but it is necessary to create mechanisms to guarantee the democratization of access to public resources. This issue raised was permeated by the possibilities of visualizing if the central power talk to the articulated local subjects with the State project focused on tourism. As for ways of building the research, three steps were essential: the fieldwork, the documentary research and the office work. From this route, set up the chapters of this research: 1st “The Region in the Perspective of State Policies on Tourism”, 2nd “The micro region of Quirinópolis and the Genesis of Sport and Tourism in Cities”, 3rd “Public Policies and Organizational Networks linking the tourist sites of the Lower Paranaíba Goiano”, 4th “Proposal for the Creation of Tourist Destinations between Lake St. Simon and Lagoa Santa in the Lower Paranaíba Goiano”, the latest, 5th “Transformations and Evolution in Public Policy Tourism in Portugal: comparing the maturity of Europe with the study area in Brazil”. Therefore, the main aim of this thesis is to examine the recent public policy of the regionalization of tourism in Goiás, appreciating how the modern State acts answering the soci-spatial demands and how these state policy arrive and they are understood by the different social subjects in the country places. In this case, it is important to understand how the actions, the sensitization, the forced sociabilities, the challenges, the values and the alliances that are present in these mosaic of places and how they articulate with the initiatives of the State, establishing networks and strengthening relationships between public and private local and regional companies .

Keywords: Clusters of places; Know-how; Country, Social networks, Social subjects.



RESUMEN

Este estudio examina la política pública de la regionalización del turismo en Brasil, desarrollado durante la campaña presidencial de Luis Inácio Lula da Silva en 2002. En enero de 2003, con el presidente electo, se creó el Ministerio de Turismo, y poco después, fue implantado en la planificación el Plan Nacional de Turismo, con el objetivo de revalorizar las diversidades regionales con la creación de regiones turísticas. Así, esta investigación tiene sus consecuencias en el estudio de caso de la micro-región de Quirinópolis en el Estado de Goiás. Sin embargo, la discusión no se limita a la realidad nacional, ya que esto también trae la Región de Algarve en Portugal, un parámetro comparativo para el análisis, no es la experiencia más larga de esta investigación, pero el espacio históricamente de más densidad turística. En Brasil, las políticas públicas desarrolladas y aplicadas en perspectiva regional restan los lugares relegando estos a las jerarquías, especialmente en las zonas urbanas. En la provincia de Goiás, problematizamos si no es el caso de fomentar las políticas públicas comprometidas con estos lugares turísticos y con la red social que ejerce la función de gerente de las atracciones turísticas. Destacamos en el campo que el turismo necesita de sujetos sociales capaces de negociar un proyecto de inclusión social, que pensó los lugares asociados con la región. Consideramos la red urbana como una posibilidad de organización del turismo en la provincia de Goiás, pero es necesario crear mecanismos para garantizar la democratización de los accesos a los recursos públicos. Este problema destacado fue permeado por las posibilidades de visualizar si el poder central dialoga con los sujetos locales articulados con el proyecto estatal centrado en el turismo. En cuanto a las formas de construcción de la búsqueda, tres pasos fueron esenciales: el trabajo de campo, la investigación documental y el trabajo de oficina. Desde esta ruta, fue creado los capítulos de esta búsqueda: 1º “La Región en las perspectivas de las políticas de Estado de Turismo”, 2º “La micro-región de Quirinópolis y la Génesis del Deporte y Turismo en las Ciudades”, 3º “Políticas Públicas y redes de organización que se unen el alquiler de lugares de Bajo Paranaíba Goiano”, 4º “Propuesta para la Creación de Destinos Turísticos entre el lago de San Simón y Lagoa Santa en el Bajo Paranaíba Goiano”, el último y 5º “Política de transformaciones y la evolución en la Función Pública Turismo en Portugal: comparar la madurez de Europa con el área de estudio en Brasil”. Conque, el objetivo de esta tesis es examinar las políticas públicas recientes de la regionalización del turismo en Goiás, que comprendiendo como el Estado moderno hace para satisfacer las demandas socios espaciales y cómo las políticas estatales llegan y son entendidas por los diferentes sujetos sociales en los grupos de lugares de la provincia. En este caso, es importante comprender cómo las acciones, la sensibilización, obligó a la sociabilidad, los retos, los valores y las alianzas que están presentes en estos mosaicos de lugares y cómo se relacionan con las iniciativas del Estado, estableciendo redes y estrechando relaciones entre empresas públicas-privadas locales y regionales.

Palabras claves: Grupos de sitios, Know-how, Provincia; Redes sociales, Sujetos sociales.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

1. Competências dos Órgãos de Turismo Perante o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil.....	74
2. Critérios de Pontuação Adotados pela AGETUR (Atual Goiás Turismo).....	90
3. Regiões Turísticas do Estado de Goiás.....	98
4. Destinos Turísticos a partir das Regiões Herdadas do IBGE.....	101
5. Santos Padroeiros dos Municípios do Baixo Vale Paranaíba Goiano.....	224
6. Cidade de Origem dos Turistas que chegam ao Baixo Vale Paranaíba Goiano.....	228
7. Partes Geográficas de uma Região Turística.....	258
8. Propostas de Destinos Turísticos.....	270
9. Gastronomia/Culinária Tradicional na Microrregião de Quirinópolis.....	278
10. Trabalho Artesanal da Microrregião de Quirinópolis.....	278
11. Potencialidades Turísticas Naturais do Baixo Paranaíba Goiano.....	284
12. Simbolismos Encontrados na Microrregião de Quirinópolis.....	287

TABELAS

1. Dados Populacionais dos Municípios da Microrregião de Quirinópolis.....	120
2. Municípios Formadores da Região Algarve.....	306

MAPAS

1. Mapa Político do Estado de Goiás.....	23
2. Mapa Portugal: destaque para a Região Algarve.....	24

3. Mapa da Área de Estudo – Microrregião de Quirinópolis - 2008.....	106
4. Mapa dos Municípios que fazem parte da Região Turística das Águas, localizada no Estado de Goiás – 2008.....	265
5. Mapa da Área de Estudo – Microrregião de Quirinópolis.....	267
6. Destinos Turísticos Entre a Lagoa Santa e o Lago de São Simão em Goiás.....	269
7. Mapa da Região Algarve.....	305

FIGURAS

1. Organograma de Funcionamento do Ministério do Turismo.....	69
2. Regiões Turísticas do Estado de Goiás.....	96
3. Roteiros Turísticos Definidos como Base em Goiás – Ministério do Turismo.....	97
4. Emancipação Política dos Municípios da Microrregião de Quirinópolis.....	119
5. Transformações no Entorno das Águas Quentes no Município de Lagoa Santa.....	160
6. Cidades Emissoras de Turistas à Lagoa Santa.....	229
7. Região Agroecológica e Região das Águas – Goiás.....	255
8. Modelo de GUNN das Principais Partes Geográficas de uma Região Turística.....	257

FOTOS

01 e 02. Sinalização dos Circuitos Turísticos Guimarães Rosa e Triângulo Mineiro.....	61
03 e 04. Região do Alentejo em Portugal e Zona Turística na cidade de Paris.....	62
05 e 06. Cidade Turística de Caldas Novas e Cidade de Trindade.....	85
07 e 08. Sinalização Turística de Sevilha e Cidade de Sevilha na Andaluzia (Espanha).....	103
09 e 10. Cachoeira de Itaguaçu no Rio Claro e Divulgação das cachoeiras de Itaguaçu na praia artificial da cidade de São Simão.....	108
11 e 12. Rua Calçada com Basalto na cidade de Cachoeira Alta e Patrimônio Histórico de Quirinópolis.....	109
13 e 14. Águas Termais de Lagoa Santa e Praia em ilha fluvial no rio Claro.....	111
15 e 16. Remanescentes do Bioma Cerrado e Cerrado preservado no entorno do Hotel Termas Lagoa Santa.....	113
17 e 18. Pesque-Pague nas margens da BR 364 (São Paulo-Cuiabá) no município de Paranaiguara e Lago Artificial Municipal Dona Júlia.....	115

19 e 20. Espetacularização de Antiga habitação na bacia do rio Paranaíba e Alimentos produzidos com frutos extraídos dos remanescentes de Cerrado e Veredas.....	116
21 e 22. Rio Paranaíba e Rio dos Bois.....	118
23 e 24. Avenida Brasil na área central da cidade de Quirinópolis.....	121
25 e 26. Ponte sobre o Córrego Mateira no município de Paranaiguara e atual espaço urbano da cidade de Paranaiguara.....	123
27 e 28. Cidade de Itarumã.....	124
29 e 30. Cidade de Caçu e Placa de Sinalização Turística.....	125
31 e 32. Cidade de Cachoeira Alta e Igreja Nossa Senhora da Abadia.....	126
33 e 34. Igreja e Praça São João Batista.....	127
35 e 36. Paróquia de São Simão e Distrito Agroindustrial.....	129
37 e 38. Cidade de Gouvelândia e Paróquia São João Batista.....	131
39 e 40. Cidade de Lagoa Santa e Igreja Nossa Senhora Aparecida.....	133
41 e 42. Terreiro de Olaria na Região do Caracol em Gouvelândia.....	136
43 e 44. Vasos ou Potes.....	138
45 e 46. Antigas Olarias.....	141
47 e 48. Rio Tejuco no município de Ituiutaba (MG) e antiga cidade de Paranaiguara.....	144
49 e 50. Garimpo de São Simão.....	145
51 e 52. Colônia de Pescadores do Lago Azul na cidade de São Simão e BR-364 (São Paulo-Cuiabá).....	149
53 e 54. Atrativo Turístico de Lagoa Santa e Ilha do Atrativo.....	153
55 e 56. Passarela de Madeira e Antiga Pinguela.....	154
57 e 58. Distrito de Termas do Itajá.....	157
59 e 60. Remoção das casas de moradores em 1987 e Lanchonete da Lagoa.....	158
61 e 62. Área do Hotel Termas Lagoa Santa.....	159
63 e 64. Bar Praia da Cerâmica e Praia da Cerâmica.....	162
65 e 66. Cachoeira de Itaguaçu e Canal de São Simão.....	166
67 e 68. Chácara de Lazer e Placa de Divulgação da Região da Cascalheira em Gouvelândia.....	169
69 e 70. Estádio Municipal de Futebol na cidade de Quirinópolis e Campo de Futebol na Zona Rural da Pedra Lisa no município de Quirinópolis.....	172
71 e 72. Antiga Residência e Hortaliça em terreno de Hotel na cidade de Lagoa Santa.....	184
73 e 74. Construção de Hotel e Hotel Mágica Visão.....	185
75 e 76. Hotel Termas Lagoa Santa.....	186

77 e 78. Balneário Kin Gin e Pousada Rio dos Bois.....	187
79 e 80. Área de Camping e Imóveis para locação a turistas na cidade de Lagoa Santa.....	189
81 e 82. Estrutura de receptividade nas cachoeiras do distrito de Itaguaçu (São Simão) e São João do Aporé.....	190
83 e 84. Área de lazer na Pousada Gerivá e Barcos para locação a turistas nos barrancos do rio Paranaíba.....	191
85 e 86. Secretaria de Turismo na cidade de São Simão e Secretaria de Turismo na cidade de Lagoa Santa.....	194
87 e 88. Praia Artificial nas margens do reservatório hidrelétrico de São Simão e Parque César Freitas.....	197
89 e 90. Parque Natural Municipal Antônio Bento de Camargo e Lago Municipal Dona Júlia, cidade de Itarumã.....	198
91 e 92. Praças Roberto Felipe de Oliveira e Praça do Circo.....	199
93 e 94. Teatro Municipal José Sebastião de Carvalho e Teatro Palácio da Cultura Teotônio Vilela.....	201
95 e 96. Terminal de Transporte Rodoviário de Itajá e Aeroporto da cidade de São Simão.....	202
97 e 98. Monumento do Boi e Área de alimentação.....	206
99 e 100. Casas de Shows Sertanejos nas cidades de Paranaiguara e Casa de Show em Festa Agropecuária.....	208
101 e 102. Praia artificial (Prefeitura Municipal de São Simão).....	209
103 e 104. Festival Gastronômico de São Simão e Artesanato Local.....	213
105 e 106. 2º Festival Gastronômico da Chica Doida e Comércio da Chica Doida.....	215
107 e 108. 1º Festival Gastronômico Chica Doida e Pratos Regionais.....	218
109 e 110. Casa do Artesanato de São Simão.....	220
111 e 112. Casa do Artesão de Lagoa Santa e Salas Comerciais.....	221
113 e 114. Salão Paroquial ao lado da Igreja de São Sebastião e Trabalhos artesanais e pinturas dos moradores de Paranaiguara.....	225
115 e 116. Infraestrutura da Festa Junina e Casa de show.....	226
117 e 118. Faixa da Secretaria de Turismo de Caçu e Divulgação das águas termais de Lagoa Santa.....	227
119 e 120. Sinalização turística no interior de Goiás.....	230
121 e 122. Informação Turística.....	231
123 e 124. Placas Informando Investimentos Federais.....	239

125 e 126. Alambique e Rodovia GO 164.....	275
127 e 128. Antiga residência urbana e Casarão em propriedade rural.....	280
129 e 130. Carro de Boi.....	280
131 e 132. Feira Coberta de Quirinópolis e Feira Coberta de São Simão.....	282
133 e 134. Cachoeira Ari Franco e Serra Confusão do Rio Preto no município de Quirinópolis.....	285
135 e 136. Monumento do Boi e Cabeça de Boi.....	287
137 e 138. Cruzeiro na Praça da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes em Itaguaçu (São Simão) e Distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/MG).....	288
139 e 140. Cenário Físico do Interior de Goiás e Habitação de Adobe e Madeira.....	290
141 e 142. Rio Tejo.....	302
143 e 144. Templo Romano de Diana e Centro Histórico de Évora.....	303
145 e 146. Cidade de Faro.....	304
147 e 148. Fóia.....	307
149 e 150. Muro de Pedra e Cidade de Silves.....	309
151 e 152. Muralhas na cidade de Faro (colina da Ossonoba) e Cidade de Lagos.....	311
153 e 154. Fortaleza de Sagres.....	313
155 e 156. Área externa do Aeroporto Internacional de Faro no Algarve e Posto Turístico de Huelva (Espanha).....	314
157 e 158. Basílica de Fátima e Reservatório Hidrelétrico de Alqueva no Alentejo (Rio Guadiana).....	320
159 e 160. Sede da Entidade Regional de Turismo do Algarve (ERTA) na cidade de Faro.....	325
161 e 162. Postos de Turismo.....	326
163 e 164. Litoral Algarvio na cidade de Lagos e Via do Infante.....	329
165 e 166. Praia na cidade de Albufeira e Cidade de Monchique na região Serrana Algarvia.....	335
167 e 168. Aldeia cultural de Alte e São Bartolomeu de Messines.....	336
169 e 170. Ruínas do Castelo de Paderne (Albufeira) e Ruínas de Milreu em Estói.....	337
171 e 172. : Ria Formosa nas Proximidades da Praia de Faro.....	341



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SIGLAS e ABREVIATURAS

- ABAV: Associação Brasileira dos Agentes de Viagens.
- AGETUR: Agência Goiana de Turismo.
- ATA: Associação de Turismo do Algarve.
- CNT: Conselho Nacional de Turismo.
- CTP: Confederação de Turismo Português.
- EMBRATUR: Instituto Brasileiro de Turismo.
- ERTA: Entidade Regional de Turismo do Algarve.
- FORNATUR: Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IGEO: Instituto Geográfico Português.
- INDAIATUR: Indaiá Turismo.
- MTUR: Ministério do Turismo.
- NUTS II: Nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos de Nível II.
- PED: Projeto de Execução Descentralizada.
- PNMT: Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
- PNT: Plano Nacional de Turismo.
- SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- SIEG: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás.
- SINDETUR: Sindicato dos Empregados do Turismo.
- SINGETUR: Sindicato dos Gerentes Empresariais do Turismo.
- SNPTUR: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.
- UFs: Unidades Federadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 01. A REGIÃO NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE TURISMO.....	39
1.1. POLÍTICAS DE ESTADO E SUAS FORMAS DE INTERVENÇÕES.....	39
1.2. A CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA REGIÃO: os conceitos nas vertentes da geografia e das políticas estatais.....	45
1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEFINIÇÃO DA REGIÃO COMO TURÍSTICA.....	54
1.4. TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: do Século XX a criações de regiões turísticas no Século XXI.....	65
1.5. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NOVOS DESTINOS TURÍSTICOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO: o Estado apropriando-se do conceito região para se fazer presente nos lugares.....	68
1.6. CRIAÇÃO DE NOVAS REGIÕES TURÍSTICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS.....	83
1.7. GOIÁS TURISMO (AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO) E A ORGANIZAÇÃO DAS NOVAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO.....	87
1.7.1. Regionalização (IBGE) anterior a atual proposta da Goiás Turismo Ministério do Turismo.....	92

1.7.2. Novas regiões turísticas no Estado de Goiás na contramão da proposta do IBGE.....	95
--	----

CAPÍTULO 02. A MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS E A GÊNESE DO LAZER E TURISMO NOS MUNICÍPIOS.....105

2.1. PAISAGEM NATURAL DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS: usos e apropriações locais.....	105
--	-----

2.1.1. Bioma Cerrado na Microrregião de Quirinópolis.....	112
---	-----

2.1.2. Bacias hidrográficas da Microrregião de Quirinópolis.....	117
--	-----

2.2. SURGIMENTO DAS CIDADES E MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS..	119
--	-----

2.2.1. Do povoado de Abadia do Paranaíba a cidade de Quirinópolis: município emancipado de Rio Verde na década de 1940.....	120
---	-----

2.2.2. Municípios emancipados na década de 1950.....	122
--	-----

2.2.3. Municípios emancipados nas duas últimas décadas do Século XX.....	130
--	-----

2.3. RELAÇÕES E ANTIGOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO NOS CONJUNTOS DE LUGARES DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS.....	134
---	-----

2.4. GÊNESE DO LAZER E TURISMO NA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS: ausência das políticas públicas de turismo entre as décadas de 1940 e 1980.....	150
---	-----

2.4.1. Lagoa Santa e suas águas termais nas margens do rio Aporé.....	152
---	-----

2.4.2. Praia da cerâmica na ilha de Santo Antônio e o Clube de Regatas São Francisco.....	161
---	-----

2.4.3. Cataratas de Itaguaçu no rio Claro e o canal de São Simão no rio Paranaíba: os usos de antigas cachoeiras para o lazer.....	164
--	-----

2.4.4. Festas e futebol nos espaços de ruralidade.....	167
--	-----

CAPÍTULO 03. POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES ORGANIZACIONAIS QUE LIGAM OS LUGARES TURÍSTICOS DO BAIXO PARANAÍBA GOIANO.....174

3.1. OS LUGARES NAS REDES SOCIAIS DOS CERRADOS DE QUIRINÓPOLIS.....	174
---	-----

3.2. PEQUENAS CIDADES COM SERVIÇOS E OFERTA TÉCNICA PARA FAZER DOS LUGARES QUIRINOPOLINOS UMA REGIÃO TURÍSTICA.....	179
---	-----

3.2.1. Meios de hospedagem encontrados nas pequenas cidades entre o lago de São Simão e a Lagoa Santa.....	183
--	-----

3.2.2. Secretarias e centros de atendimento aos turistas: presença do poder público local.....	193
3.2.3. Espaços públicos de lazer e eventos turísticos nas pequenas cidades do Baixo Paranaíba Goiano.....	196
3.2.4. Outras infraestruturas de apoio às atividades de turismo nas pequenas cidades.....	200
3.3. REDES SOCIAIS LOCAIS DE TURISMO NAS PEQUENAS ÁREAS URBANAS E NAS ÁREAS RURAIS DO BAIXO PARANAÍBA GOIANO.....	203
3.3.1. Festas agropecuárias, carnavalescas e gastronômicas: o Estado local se fazendo presente.....	204
3.3.1.1. Festas agropecuárias ou de peões.....	204
3.3.1.2. Carnaval sertanejo: uma particularidade do lugar que merece destaque.....	209
3.3.1.3. Festivais gastronômicos de Quirinópolis e São Simão: do pescado à chica doida.....	213
3.3.2. Associações de artesãos de Lagoa Santa e São Simão: abastecendo turistas com o saber e fazer local.....	219
3.3.3. Festas, eventos e sujeitos com raízes e pertencimentos: outras densidades.....	222
3.4. FORMAS DE SINALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS LUGARES TURÍSTICOS.....	226
3.5. DESCONTENTAMENTOS E FRUSTRAÇÕES NAS REDES SOCIAIS DE LAZER E TURISMO: local, regional, estadual e nacional.....	233
CAPÍTULO 04. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS ENTRE O LAGO DE SÃO SIMÃO E A LAGOA SANTA NO BAIXO PARANAÍBA GOIANO.....	244
4.1. DESTINOS TURÍSTICOS: os diferentes lugares como regiões turísticas.....	244
4.2. TEORIA DAS PARTES GEOGRÁFICAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA: elementos fundamentais na leitura e análise dos conjuntos de lugares ou destinos de visitação.....	256
4.3. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NOVOS DESTINOS NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ÁGUAS EM GOIÁS: o caso da microrregião de Quirinópolis.....	264

4.3.1. Destinos turísticos entre o Lago de São Simão e Lagoa Santa.....	266
4.3.2. Atrativos complementares inseridos nos destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa.....	277
4.3.3. Potencialidades naturais nos vazios turísticos do Baixo Paranaíba Goiano.....	283
4.3.4. Símbolos identificando novos destinos turísticos.....	286
4.4. INTERIORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVOS DESTINOS TURÍSTICOS.....	289

CAPÍTULO 05. TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM PORTUGAL: comparando a maturidade europeia com a área de estudo brasileira.....

5.1. EXPERIÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE ESTADO PORTUGUÊS NA ORGANIZAÇÃO LOCAL, REGIONAL E NACIONAL DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS: algumas comparações e sugestões para o Brasil.....	296
5.2. GEOGRAFIA DO DESTINO ALGARVE: um parâmetro comparativo para análise.....	304
5.3. TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS PRIMEIROS INVESTIMENTOS VOLTADOS PARA O TURISMO NO DESTINO ALGARVE.....	310
5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O ORDENAMENTO REGIONAL TURÍSTICO..	315
5.5. LITORAL ALGARVIO: área de confinamento dos elementos e investimentos que definem a região como espaço de atração internacional.....	328
5.5.1. Interior algarvio na periferia do cluster internacional: área de baixa densidade Turística.....	334
5.5.2. Perspectivas para o turismo na região Algarve e os comparativos com as substâncias encontradas entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa.....	339

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as políticas públicas de regionalização do turismo no Brasil, elaboradas durante a campanha presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002. Em janeiro de 2003, com esse presidente eleito, foi criado o Ministério do Turismo (Mtur) e, logo após, foi implantado em seu planejamento turístico o Plano Nacional do Turismo (PNT /2003-2007), visando a valorizar as diversidades regionais com a criação de regiões turísticas. Desse modo, a presente investigação tem seus desdobramentos no estudo de caso da microrregião de Quirinópolis (01: Mapa Político do Estado de Goiás) no Estado de Goiás.

A denominação microrregião de Quirinópolis é baseada nos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Composta pelos municípios de Quirinópolis, Gouvelândia, Cachoeira Alta, Caçu, Itarumã, Paranaiguara, Itajá, São Simão e Lagoa Santa, com uma área total superior a dezesseis mil quilômetros quadrados (16.117,60Km²), limitando-se com os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

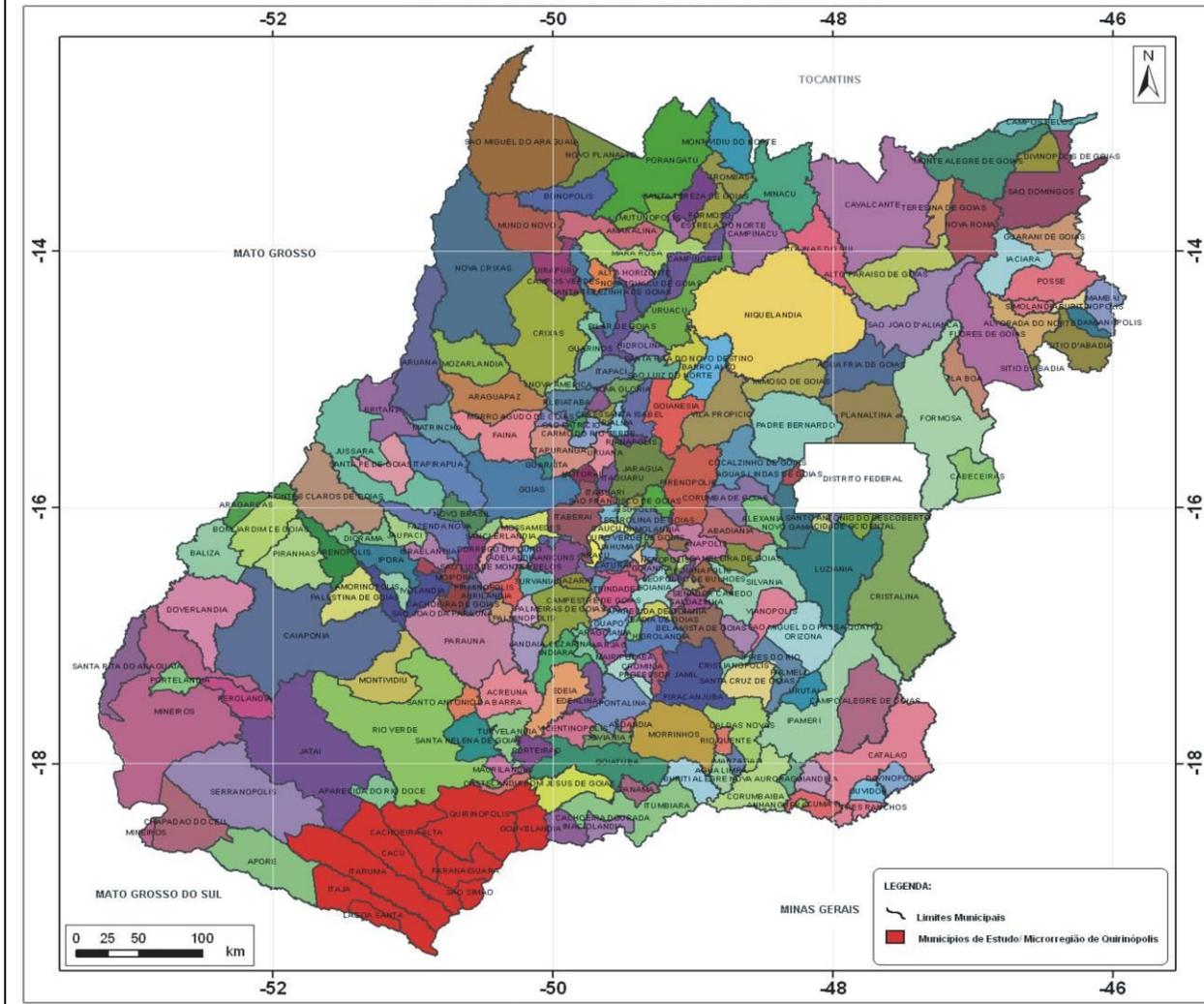
A principal drenagem regional é o rio Paranaíba que, de acordo com a AGMA/EIBH (2005, p.04), nasce na serra da Mata da Corda em Minas Gerais, a uma altitude de 1.140 metros. Dessa região até seu encontro com o rio Grande percorre uma extensão de 1.120 Km, com uma paisagem de captação e drenagem de 220.195 Km², sendo que 67,89% localizam-se em Goiás. Seu percurso está definido em três trechos distintos:

Alto Paranaíba – nascente até o km 370; Médio Paranaíba – do km 370 até a barragem de Cachoeira Dourada com 370 km; Baixo Paranaíba – da barragem de Cachoeira Dourada até a sua foz, com extensão de 380 km. O trecho Alto Paranaíba encontra-se em sua maior parte, em território mineiro. Depois de passar por uma região de topografia acentuada [...] (AGMA/EIBH, 2005, p.04).

Por essa característica física, a microrregião de Quirinópolis, também será definida nesta pesquisa como “Baixo Paranaíba Goiano”, pois localiza-se entre o reservatório da hidrelétrica São Simão e o rio Aporé (Afluente do rio Paranaíba) na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. Porém, a discussão não se limita à realidade nacional, pois este trabalho traz também uma análise da Região Algarve (02: Mapa de Portugal e Região Algarve), uma experiência vivenciada no doutorado (Estágio Sanduíche Capes¹) que nos permitiu comparar com o caso brasileiro aquilo que se refere às políticas públicas e ao saber fazer turismo no interior do país.

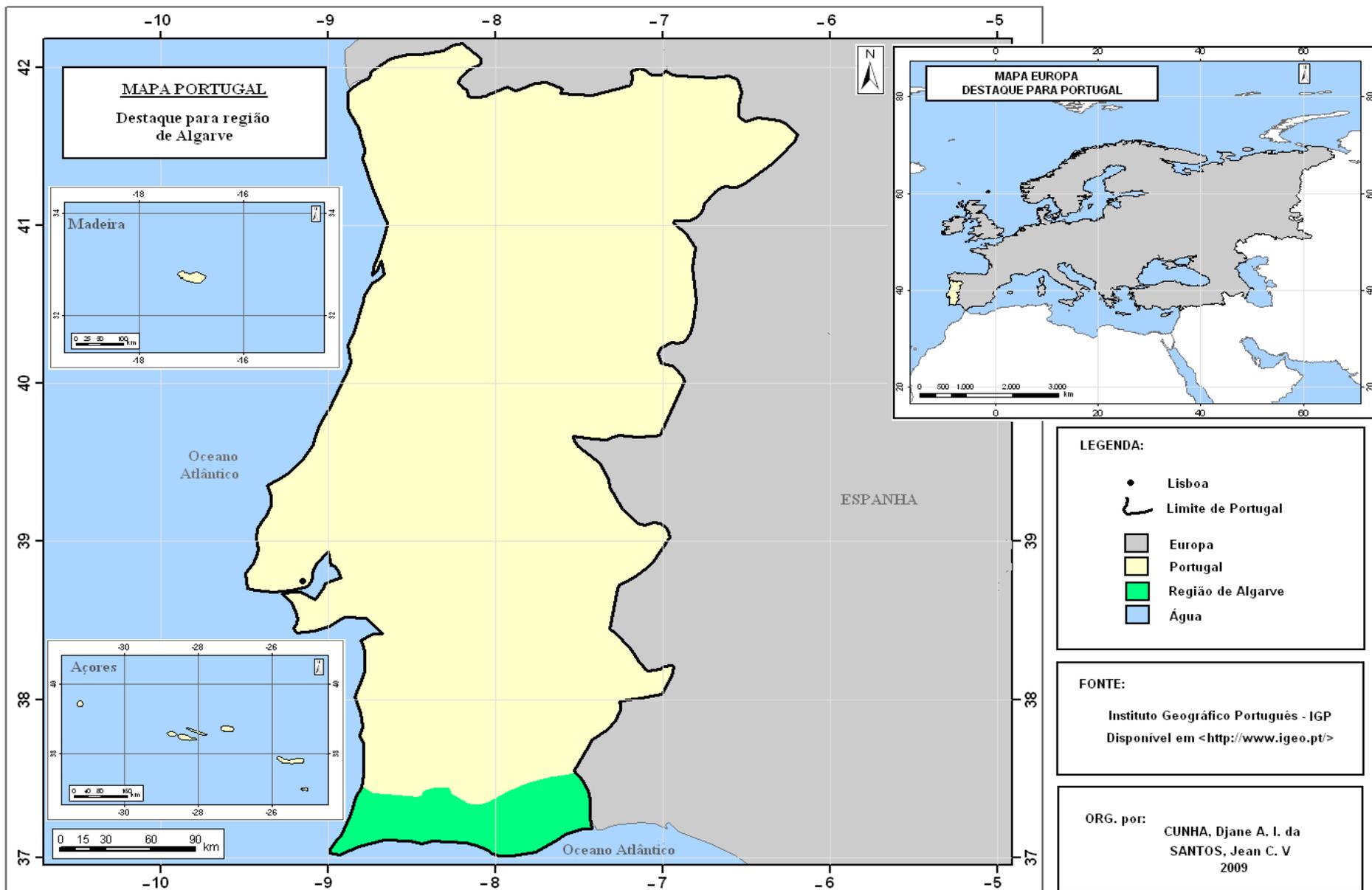
¹ A atividade “doutorado Sanduíche” foi realizada de outubro (2008) a janeiro de 2009 na Universidade do Algarve – cidade de Faro/Portugal.

MAPA POLÍTICO DO ESTADO DE GOIÁS



FORNTE: Cartas Topográficas IBGE
SIG GOIÁS.Base Cartográfica

ORG. por: CUNHA, Djane A.I.
SANTOS, Jean C. V.
2009



Nesse percurso, outras políticas de criação de regiões turísticas foram conhecidas em países como Espanha (Andaluzia) e França (Paris). Optou-se, porém, pela realidade lusa devido às proximidades de valores, língua, memória e afetividade entre esse país e o Brasil. A região algarvia portuguesa serve como um parâmetro comparativo para análise, não constitui a experiência mais longa desta investigação, mas o espaço historicamente com mais densidade turística. Neste local, o Estado vem atuando por algumas décadas e os sujeitos sociais que se envolveram com o turismo têm uma trajetória histórica sedimentada, aprofundada e vêm apropriando e usando os espaços para atividade turística desde meados do século XX.

A região Algarve é um exemplo daquilo que está a frente historicamente, por isso, com esta investigação, foi possível comparar suas políticas estatais e as sensibilizações dos sujeitos sociais com as encontradas no interior de Goiás. Pensando as ausências, pendências e as ações que estão ocorrendo de forma positiva e negativa lá e cá.

A região portuguesa possui uma superfície de 4.996 Km², aproximadamente 1/3 das dimensões da microrregião de Quirinópolis. É constituída pelos municípios de Faro, Loulé, Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Monchique, Olhão, Portimão, São Braz de Alportel, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Nessa vertente, Santos (2006, p.37) e Bezzi (2004, p. 41) destacam que a delimitação do espaço que se faz para efeitos de investigação tem implicações no seu *output*, já que todo corte que se faz de um espaço marcado pela continuidade tem sempre o seu quê de arbitrariedade. Uma região estudada e as preferências pessoais do autor, quanto aos critérios de classificação, fornecem como resultado uma gama de análises regionais diferentes com distintas matrizes. Desse modo, não existe uma rigidez quanto aos aspectos teórico-metodológicos para a classificação das regiões. Essa flexibilidade metodológica começa a aparecer quando o geógrafo opta por determinados aspectos físicos ou humanos ou, ainda toma, como fio condutor, um caráter que considera essencial.

Portanto, onde está a Tese: Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano? A investigação procurou inicialmente mostrar a região a partir da descrição. Nesse caminho, avançamos no sentido de decifrar suas especificidades, conteúdos e densidades presentes nas relações. Desse modo, agimos mostrando como o Estado desenvolve as suas políticas regionalmente para atender as demandas, articulando sujeitos sociais políticos por meio de uma sociabilidade forçada. Segundo Santos e Kinn (2009, p.05), é uma troca imposta socialmente, em que os sujeitos sociais se veem obrigados a participar de eventos. Com isso, busca-se entender como

o poder central força os diferentes lugares regionais a se articularem para aquilo que foi projetado pelas políticas estatais. Isto é, a presente investigação irá tratar de um conjunto de lugares que se articulam ou precisam dialogar regionalmente sob a imposição de políticas públicas e, mesmo não dialogando, as imposições dessas políticas governamentais criam uma sociabilidade, sofrendo mutações.

No caso brasileiro, as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas, na perspectiva regional, subtraem os lugares relegando-os às hierarquias, sobretudo, urbanas. A pesquisa nos levou a compreender como elas chegam ao interior do Estado de Goiás. Nesse Estado, fomos percebendo que as iniciativas tendem a se anular nas diversas hierarquias existentes na região e nos lugares. Isso nos levou a analisar as políticas públicas, inclusive a verificar se tudo deveria passar por ajustes que possibilitassem favorecer a articulação entre os lugares a partir das iniciativas existentes nos próprios lugares.

No interior goiano, problematizamos se não seria o caso de agir incentivando as políticas públicas de turismo comprometidas com esses lugares e com a rede social que passa a exercer o papel de gestora dos atrativos turísticos. Ressaltamos, no campo, que o turismo necessita de sujeitos sociais capazes de negociar um projeto de inclusão que pense os lugares associados ao regional. Consideramos a rede urbana como uma possibilidade de organização do turismo no interior goiano, mas é preciso criar mecanismos para garantir a democratização dos acessos aos recursos públicos.

Essa problemática levantada foi permeada pelas possibilidades de visualizar se o poder central dialoga com os sujeitos locais articulados com o projeto de Estado voltado para o turismo. Ainda neste propósito, a investigação procurou obter as seguintes respostas: existem sociabilidades forçadas ou estimuladas pelos projetos estatais nos lugares ou as relações se constituem em outras perspectivas? São encontradas sensibilizações que criam redes sociais e roteiros? Como os lugares constituídos histórica e culturalmente agem perante esta política estatal? Os projetos do Ministério do Turismo chegam ao interior do Brasil respeitando suas especificidades regionais e locais? Quem realmente organiza esse espaço interiorano? O que se realiza concretamente para o desenvolvimento do turismo na região e nos lugares a partir do projeto de regionalização do Ministério do Turismo? Enfim, como as políticas públicas atuam na promoção da região, no levantamento das potencialidades, na infraestrutura, nas parcerias entre os setores público e privado e se existem na região sujeitos sociais persuadidos da necessidade de difundir os diferentes lugares articulados como turísticos e se neles existem limitações. É relevante mostrar que o Estado é importante nessa organização política,

econômica e social, mas não age sozinho, por isso, deve permitir a participação dos sujeitos sociais locais e regionais.

Portanto, o objetivo central deste trabalho é examinar a recente política pública de regionalização do turismo em Goiás, compreendendo como o Estado moderno age atendendo as demandas socioespaciais e como essas políticas estatais chegam e são assimiladas pelos diferentes sujeitos sociais nos conjuntos de lugares do interior. Neste caso, será relevante entender como as ações, sensibilizações, sociabilidades forçadas, desafios, valores e alianças se apresentam nesses mosaicos de lugares e como elas se articulam com as iniciativas do próprio Estado, estabelecendo redes e estreitando relações entre as sociedades público-privadas locais e regionais.

Em suma, a pesquisa tem como ponto de partida as políticas públicas de Estado na dimensão centralizadora da regionalização do turismo, uma proposição estatal que visa a integrar lugares e ampliar o destino turístico dos visitantes, exigindo novas posturas e estratégias na gestão das políticas públicas, trazendo como proposta uma nova configuração regional para a atividade no território brasileiro. Certamente, ela implicará mudanças no relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil, pois exigirá negociações, acordos, planejamentos e organização social no domínio regional.

Antes de compreender as dificuldades de passagem das políticas estatais do central para o regional e local, será necessário apresentar os caminhos metodológicos utilizados por este trabalho. Ross (2000, p.32) afirma que a metodologia deve representar a espinha dorsal de qualquer pesquisa. Então, para a aplicação de uma determinada metodologia é necessário, por um lado, dominar o conteúdo teórico e conceitual e, por outro, ter habilidade de manuseio do instrumental técnico de apoio e não confundir, como habitualmente acontece nas atividades de pesquisa, técnicas operacionais com método:

Desse modo fica claro que qualquer que seja o caráter da pesquisa, essa deve apoiar-se em um tripé fundamental que se define: a) pelo domínio do conhecimento específico teórico e conceitual; b) pelo domínio da metodologia a ser aplicada; c) pelo domínio das técnicas de apoio para operacionalização do trabalho (ROSS, 2000, p.32).

Negar ou mesmo omitir o referencial teórico, conceitual e os domínios da metodologia e técnicas, é negligenciar os domínios que servirão de ponto de partida e etapas a serem percorridas. Pode-se considerar o tripé citado, como o corpo deste trabalho e não segui-lo significa amputar um de seus membros estruturantes. Sendo assim, será pertinente, nesta introdução, expor a arte do trabalho, mostrando as fontes e os caminhos da investigação que são necessários para a sua aceitação no universo científico e acadêmico.

Pode-se dizer que o referido trabalho utiliza os métodos “analíticos”, de “interpretação”, de “pesquisa” e de “estudo de caso”, pois entende-se que existe uma relação próxima entre eles. Sendo assim, inicialmente, é possível destacar as palavras de Boaventura (2007, p. 55) ao afirmar que se “o estudo é do presente, pode-se utilizar o estudo de caso”. O método de caso representa um considerável efeito prático, empírico e indutivo de pensar e praticar, sendo um instrumento didático, pois a aprendizagem centraliza-se passo a passo. Consiste na observação detalhada de um contexto, indivíduo, de uma única fonte de documento ou de um acontecimento específico (BOAVENTURA, 2007, p.119-125).

Como a proposição da presente investigação também se constitui de estudo de caso, esse procedimento ocorreu por meio das observações de campo, com o foco centrado na discussão regional e suas políticas de turismo e com a coleta de depoimentos por meio de registros da oralidade regional, uma vez que o pesquisador realizou entrevistas com diversos sujeitos, com objetivo de capturar as particularidades históricas, culturais e contemporâneas dos municípios pesquisados e também compreender o papel dos órgãos públicos locais, estadual e nacional no contexto da região turística.

Outro método importante no desenvolvido do presente trabalho, o analítico, foi realizado por intermédio da leitura das paisagens regionais, do vivido e também dos aspectos percebidos durante os trabalhos de campo, ou seja, observações empíricas foram fundamentais, na construção da pesquisa, a fim de se compreender os aspectos naturais e humanos e limitações de cada lugar ou atrativo turístico.

Desse modo, o presente trabalho utiliza também os métodos de interpretação e pesquisa. O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência e do movimento. Baseia-se na sistematização das formas de ver o real, na representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida (MORAES E COSTA, 1984, p.27-28).

O método de interpretação refere-se, assim, às posturas políticas, filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista, pois é possível afirmar que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico. A segunda consideração sobre o método refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo, relacionando-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos.

A utilização de um método de pesquisa não implica diretamente em posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que se dispõe. De todo modo, a opção por uma

metodologia de pesquisa não define, a priori, os resultados interpretativos do trabalho executado. Estudos orientados por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso da mesma metodologia de pesquisa. Outro passo importante foi o levantamento bibliográfico, o elo de partida entre o pesquisador, conceitos e definições da temática apresentada, permitindo a escolha do referencial pretendido e, assim, a construção do esboço teórico discutido, acerca da categoria geográfica região.

Segundo Bezzi, o estudo dessa categoria geográfica “pode ser caracterizado como um sistema aberto, em constante troca de energia com o exterior, ou seja, nas diversas inter-relações que a região mantém com os espaços vizinhos ou próximos (2004, p.128)”. Vieira (1997, p.137) ainda destaca que, dentro de cada país, é em nível regional e local que o turismo se manifesta com maior impacto e que o seu efeito multiplicador no processo de desenvolvimento econômico e social é mais significativo.

Neste processo de construção do trabalho, o levantamento bibliográfico foi realizado na etapa inicial e concomitante ao desenvolvimento da pesquisa. Entre os diversos autores que aparecem nas referências e suas relevantes contribuições, estão: Bezzi (2004), Beni (2003), Butler (2006), Carlos (1996), Coriolano (1998), Cruz (2001), Cunha (2001), Gunn (2002), Santos (1982), Santos (1999), Silva (2005), Marchena et al (1997), entre outros. Eles abordam importantes conceitos de região para esta pesquisa geográfica. Essas diferentes abordagens e reflexões teóricas contribuem para o entendimento dos referidos conceitos, a partir dos aspectos considerados pelo Estado para aplicar as suas políticas públicas no espaço, seja por meio de grandes obras, seja por meio de incentivos fiscais.

A categoria região representa o fluxo teórico da pesquisa e essa discussão foi subsidiada por autores com formação intelectual, acadêmica e investigativa de várias áreas do saber com tendências interdisciplinares, que contribuíram para a pesquisa geográfica proposta. Porém, a reflexão sobre as obras tem uma perspectiva mais extensa do que as apresentadas nos capítulos, o que impossibilita o esgotamento da temática eleita.

Para compor esse quadro referencial, foi necessário recorrer a serviços de diversas bibliotecas² e *sites*³. Além desses endereços eletrônicos, foram visitadas as páginas virtuais de

² Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Goiás (UEG/Quirinópolis), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade do Algarve (UALG/Portugal), ao Centro de Documentação de Apoio às Pós-Graduações da Universidade do Algarve (Curso de Economia), ao Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (IGUFU) e ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER – IESA – UFG), utilizando ainda referências internacionais e nacionais cedidas por Professores do Departamento de Economia da UALG.

³ Goiás Turismo (www.goiasbrasil.tur.br) Agência Goiana de Turismo; Ministério do Turismo (<http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao>) e (www.turismo.gov.br); Região Turística Agro-ecológica

hotéis e prefeituras da microrregião de Quirinópolis e Região Algarve, para obtenção de informações mais atualizadas dos conjuntos de lugares pesquisados. Documentalmente, as fontes estatísticas foram consideradas dados secundários para a construção de argumentos que dessem a esta proposição de tese uma identidade Geográfica e, nesse caminho, não se desprezaram as contribuições das áreas afins e interdisciplinares.

Foi necessário também consultar revistas e jornais locais, objetivando identificar e acompanhar alguns acontecimentos pontuais que contribuíssem para a elucidação e avanço do fenômeno turístico sobre as regiões no interior de Goiás e Algarve Europeu. Em resumo, o levantamento das referências abordando a categoria de análise da Geografia inerente ao tema, foi a primeira questão elencada na construção do trabalho, para trilhar caminhos sólidos e buscar fontes confiáveis que não deixassem margens para a dispersão na discussão do campo Geográfico. Evitou-se, assim, que as obras citadas fossem apenas somatórias de conteúdos e conceitos, sem proporcionar o diálogo entre investigador e literaturas apresentadas.

Desse modo, vale salientar que outra etapa importante foi a inserção do pesquisador nos “conjuntos de lugares”, nas regiões de pesquisa. Esse é considerado como o trabalho empírico importante, pois viabilizou o diálogo do pesquisador, no campo, com a espacialidade geográfica real. De acordo com Santos (1999, p.121), o que está em jogo “não é somente a produção de conhecimento no sentido clássico do termo”, mas também a “relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, observador e observado”, que é troca de conhecimento. Todos esses contatos, caminhos construídos e encontrados, durante a construção de proposição desta pesquisa, foram fundamentais para atingir os objetivos propostos.

O trabalho de campo foi o procedimento que possibilitou ao pesquisador registrar sua compreensão sobre a área de estudo goiana e sobre o espaço comparativo Algarve em Portugal. Essa presença nos lugares foi também uma oportunidade de melhorar a percepção e compreensão das manifestações do turismo no espaço regional e vivenciar as implicações das políticas estatais nos lugares.

A presença do pesquisador, nos lugares, permitiu também a obtenção das imagens fotográficas e, posteriormente, foi-se construindo um banco de documentos para ilustrar e enriquecer as informações inerentes à pesquisa. Esse material colhido no interior de Goiás e Algarve foi todo selecionado, tornando-se uma particularidade da investigação e uma forma

de aproximação com as regiões estudadas. Nesse contexto, Miranda e Urban (1998, p.09) destacam que:

Hoje, com tantas possibilidades que se abriram para a produção da imagem fotográfica, quando muito mais importante que tirar fotografias é fazer fotografia [...] a fotografia continua sendo uma linguagem portadora de idéias culturais próprias, produzida a partir de um olhar ideologicamente preocupado com a realidade, e com total liberdade de expressão e interpretação (MIRANDA; URBAN, 1998, p.09).

As fotografias foram fundamentais na documentação de grupos sociais específicos, pois registraram seus cotidianos e revelaram identidades. É um olhar que transpassa as aparências e busca fazer história com intensidade, por intermédio da documentação detalhada e reconhecidamente singular, moldando, nos seus quadrantes, as particularidades e diferentes lógicas regionais repletas de informações e inseridas no texto desta investigação, proporcionando uma intimidade da parte escrita com o objeto de estudo.

Como quer que seja, as fotografias colhidas demonstram as memórias, olhares, sentimentos, seriedades e as vivências do pesquisador durante o trabalho de investigação no campo. De acordo com Pessoa et al (2005, p.13), “[...] para lá do valor documental das imagens fica a pedagogia do seu testemunho, que permite identificar, estudar e interpretar”, e no caso da Geografia, é uma interpretação dos conteúdos existentes nos diferentes espaços e temporalidades.

Fotografar é apropriar-se, de certo modo, do objeto que está sendo fotografado, é uma relação de poder/conhecimento, ou seja, ter conhecimento visual de um objeto é, em parte, ter poder sobre ele e a fotografia doma o objeto do olhar. As fotos são resultados de uma significativa prática ativa, na qual aqueles que fotografam selecionam, estruturam e moldam aquilo que vai ser registrado durante a investigação. O poder da fotografia deriva, assim, de sua capacidade de apresentar-se uma miniaturização do real, sem revelar sua natureza construída ou seu conteúdo ideológico (URRY, 1996, p.186).

A máquina fotográfica foi um instrumento indispensável ao que foi construído e reproduzido, mesmo ciente de que ninguém é verdadeiramente dono dos registros que estão congelados em quadrantes de papéis e telas que expõem essas imagens. Desse modo, Miranda e Urban (1998, p.10) escrevem em sua obra que, no trabalho fotográfico, os retratos e paisagens assumem uma visualidade mais clássica, próxima da estética realista, sem a máscara da vaidade e sem os artifícios da imagem construída.

Essa técnica proporcionou outras leituras das espacialidades e temporalidades, apresentando elementos formadores da realidade investigada. A fotografia contribui para o estudo em foco, pois “[...] isenta de manipulação, ilustra e denuncia, a beleza e a ruptura

(PESSOA et al, 2005, p.13)”. É possível afirmar que é sempre instigante o desenvolvimento do trabalho fotográfico, pois também constitui o registro da vida local pelo pesquisador.

Não se pode, porém, deixar de argumentar que o banco de fotografias dos lugares pesquisados permitiu selecionar as imagens que complementam os textos dos trabalhos empíricos, referências consultadas e citadas ao longo desta pesquisa. Foi possível por essa via, fornecer um conjunto apreciável de elementos capturados pelas fotos e não esboçado na redação final, que proporcionou conhecer melhor a realidade estudada.

Além disso, nesse período, ocorreu também a identificação e levantamento do material fotográfico anterior a esta pesquisa, disponibilizado pelos antigos moradores. Os critérios e métodos de seleção dessas fotografias levaram em conta a possibilidade de oferecer complementaridade para a parte escrita, respeitando-se o rigor e qualidade das imagens. Em suma, os trabalhos de campo foram fundamentais para a obtenção e recolhimento desse material fotográfico.

Esses dados coletados no campo proporcionaram a evolução da pesquisa, melhorando as impressões, interpretações dos resultados e percepções do pesquisador. Os contatos sociais foram necessários para ultrapassar as barreiras existentes entre o investigador e os sujeitos inseridos nos conjuntos de lugares pesquisados. No planejamento dos trabalhos de campo, foram considerados os cidadãos organizadores e participantes da construção regional, e das políticas públicas nos municípios da microrregião de Quirinópolis, buscando voluntariamente indivíduos ligados principalmente à atividade turística, nas prefeituras municipais. Por meio dos trabalhos de campo, colheram-se informações e estabeleceram-se diálogos com esses sujeitos sociais. Para Santos (1999, p.117):

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir e reagir do outro (SANTOS, 1999, p.117).

Segundo a literatura citada, o investigador no campo e, em contato com os sujeitos sociais dos lugares, pode extrair e lapidar os elementos que permitem compreender com profundidade os sentimentos e as experiências que tornaram possível a vida das pessoas no lugar. Durante as visitas e nos contatos, foram confeccionadas as anotações em um caderno de campo que, de acordo com Lopes (2002, p.135):

Embora pareça fácil, a confecção de um diário de campo requer um certo grau de esforço, porque não se trata apenas de escrever uma série de dados num caderno de páginas em branco. Trata-se de registrar o convívio com os nossos informantes, convívio este que não está representado apenas pela fala dos mesmos, no registro que fazemos do próprio espaço (LOPES, 2002, p.135).

Essas anotações e observações formais e informais ajudaram a reconstruir a história das pessoas e seus aspectos culturais (materiais e imateriais), importantes para a formação regional, anterior à turistificação dos lugares. Esse percurso necessário exigiu uma postura disciplinada e um esforço de memória, além de uma vigilância intensa para não tratar os sujeitos como exóticos. Ao elaborar as anotações no caderno de campo foi fundamental ter a preocupação de levar em conta as emoções dos sujeitos, assim como as emoções de quem faz anotações, pois elas permitem aberturas, inclusive subjetivas, à compreensão do real.

Alguns registros no campo também foram desenvolvidos em forma de lembretes, com anotações em destaque para problemáticas, as quais foram desenvolvidas, posteriormente em gabinete. Elas permitiram captar a relação que os homens têm com o lugar e como eles valorizam o meio em que vivem. Porém, esse movimento de compreensão da realidade por intermédio do “caderno de campo” não se esgota na relação de complemento, triangulação e explicação dos dados, pois o mesmo ainda avança em direção ao movimento dialético entre um olhar aprofundado e o olhar atento do pesquisador sobre a realidade. Existe a questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada (LOPES, 2002, p.136).

Outro instrumento importante para as coletas de informações no campo foram as entrevistas padronizadas (estruturadas), com um roteiro previamente estabelecido e perguntas predeterminadas. Essa técnica foi caracterizada pelo contato entre investigador e investigado (face a face) e teve como cunho norteador identificar as primeiras práticas de lazer, os primeiros sujeitos envolvidos, os seus significados e sensibilizações, que contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas de turismo nos municípios estudados, tendo como público alvo os gestores públicos municipais e privados.

Segundo alguns autores, a construção do roteiro de entrevista é um dos aspectos fundamentais de qualquer investigação, mas existem alguns inconvenientes nesse meio que podem levar a distorções e enviesamento dos resultados, prendem-se com a eventual falta de veracidade das respostas, por vezes dadas só para agradar ao pesquisador, insuficientemente refletidas ou com a utilização de chavões. Simetricamente, uma postura incorreta por parte do entrevistador, induzindo ou influenciando respostas, introduzirá deficiências na verossimilhança dos dados (SANTOS, 2006, p.58; GONÇALVES, 2003, p.248).

Para enfrentar tais dificuldades, os roteiros de entrevistas desta investigação foram direcionados para entender a integração regional, os arranjos produtivos, a sociabilidade e sensibilização dos sujeitos, as preocupações com os aspectos históricos, culturais e ambientais

da região e, também identificar as práticas e iniciativas de turismo e lazer, as relações com o lugar, os modos de vida e cotidiano, as seduções e os motivos que levam a presença ou não do Estado no espaço.

Ainda durante esses contatos com os sujeitos sociais do trabalho, aconteceram anotações, gravações e entrevistas não estruturadas. Ocorreram conversas com moradores, gestores públicos e privados do turismo, turistas e diversos cidadãos presentes nos conjuntos de lugares. De acordo com Santos (2006, p.52), os depoimentos espontâneos colhidos, por meio da oralidade regional, possibilitam ao pesquisador:

[...] interpretar os significados [...] e partindo do princípio que eles variam no tempo e no espaço, e de um indivíduo para outro, entendemos que o mais apropriado seria dar voz as pessoas que partilham aquele território específico, embora conscientes da dificuldade em medir e representar tais significados de vivência, do foro imaterial (SANTOS, 2006, p.42).

A captação dessas falas individuais e espontâneas foi desenvolvida informalmente e com número reduzido de pessoas. Nesse processo informal, o entrevistador teve o papel de conduzir a discussão e assegurar que os interesses da pesquisa fossem cobertos. Apesar de redundar num discurso conservador, de concordância com as teorias citadas, as entrevistas informais de campo foram marcadas pela proximidade com as palavras dos autores (GONÇALVES, 2003, p.232; SANTOS, 2006, p.42) citados. Em todas as entrevistas⁴ e contatos informais, foi explicado o objetivo do trabalho, a instituição de ensino vinculada e quem eram os pesquisadores responsáveis.

Durante os trabalhos de campo, nos atrativos turísticos da microrregião de Quirinópolis, encontraram-se sujeitos que conheciam o lugar antes do turismo, o que proporcionou ao investigador penetrar na história desses lugares, especialmente, quando eram realizados apenas atividades de lazer. Esses indivíduos foram convidados a contar os antigos hábitos, costumes, modos de vida e como eles chegavam aos atrativos. Muitos desses moradores acompanharam as transformações ocorridas com a chegada de novos sujeitos, proporcionando uma nova redefinição de uso dos lugares de visitação.

Para a elaboração das perguntas (as entrevistas), optou-se por formular questões abertas a fim de buscar o maior número de conteúdos dos pesquisados e absorver situações que

⁴ Nos contatos informais e entrevistas foi apresentado um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU). Durante as visitas, os sujeitos participantes foram informados sobre os registros feitos por intermédio de entrevistas gravadas, anotações no caderno de campo, o uso da máquina fotográfica e que as identidades seriam preservadas. O investigador esclareceu que as fotografias seriam simplesmente utilizadas para registro dos lugares e somente seriam colocadas no trabalho final com a autorização dos inquiridos. Também foi garantido aos sujeitos da pesquisa, que não teriam perda da privacidade durante as entrevistas e que todo material seria destruído na finalização da pesquisa, não podendo ser usado para outros fins.

somente pessoas inseridas, na atual realidade das políticas públicas e nos conjuntos de lugares, pudessem divulgar e expressar em palavras a riqueza dos modos de vida e experiências com as escalas locais e regionais.

Esses depoimentos⁵ colhidos por meio da oralidade regional e intercalados, ao longo dos capítulos, foram fundamentais para a construção da pesquisa, praticamente em todas as partes do trabalho, existem registros selecionados dos sujeitos regionais. Foi possível reproduzir os conteúdos, mudanças e formas expressadas por cidadãos por meio dos seus saberes, ideias e opiniões, mantendo o seu linguajar próprio.

Essa oralidade regional colhida dos diferentes sujeitos proporcionou a reconstituição da trajetória histórica dos lugares para formalizar o que passou, segundo o olhar de cada depoente, no interior de Goiás com a chegada das possibilidades do fazer turismo em lugares como Lagoa Santa e São Simão. Nos trabalhos de campo, os relatos obtidos de registros da oralidade regional primam por visões particulares e de processos coletivos, baseados na experiência de vida dos sujeitos, que relataram fatos da própria pessoa e de aspectos políticos, culturais, econômicos e cotidianos da microrregião quirinopolina.

Como exemplos, têm-se as partes inerentes à construção da trajetória histórica, o surgimento das cidades e a gênese de lazer que proporcionou a germinação do turismo na região de estudo. Durante as entrevistas ou diálogos informais de campo, que estavam sendo gravados com uma determinada pessoa do lugar, em um espaço de visitação pública, foi possível colher informações de outras pessoas, que se aproximavam do pesquisador e manifestavam espontaneamente sua opinião sobre o assunto, contribuindo com as narrativas apresentadas.

No desenvolvimento desses encontros entre pesquisados e pesquisador, percebeu-se que as pessoas gostavam de recordar as antigas cenas e cenários regionais e, assim, ao lembrar e gravar fatos do passado do interior de Goiás, não foram encontrados, pelo pesquisador, obstáculos e resistências dos diversos habitantes e sujeitos associados aos poderes públicos. Portanto, buscou-se, na transcrição desses depoimentos, reproduzir com fidelidade, tudo que foi dito, evitando-se cometer barbaridades do ponto de vista ortográfico. Assim, se o entrevistado comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzir em qualquer transcrição, até porque a norma culta da língua é, por vezes, desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de

⁵ Os relatos foram colhidos com aparelho Mp3 Panasonic (RR-US450). Posteriormente, o material gravado foi transcrito e transformado em redação na sua atual versão, facilitando, posteriormente, ao investigador explorar os dados e compreender as respostas dos entrevistados.

sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-lo (WHITAKER, 2002, p.115-116; DELGADO, 2006, p.29).

A incorporação ou publicação dessas entrevistas ocorreram parcialmente visto que, na soma de todos os relatos, foram colhidas inúmeras horas de gravação. Em síntese, de acordo com as técnicas e métodos apropriados pela pesquisa, foi utilizada a chamada entrevista aprofundada, para não se ter apenas uma descrição regional e sim uma ilustração da microrregião, objetivando capturar a visão alargada e os sentimentos dos sujeitos com forte relação com o meio.

As coletas de dados em campo não se limitaram somente às entrevistas, houve também a observação individual realizada pelo investigador, analisando e compreendendo as relações que ocorriam no contexto dos conjuntos de lugares que compõem as estruturas presentes no regional. Foi possível, dessa forma, elencar atrativos turísticos, infraestruturas, associações comunitárias, empreendedores da área de turismo e hotelaria, órgãos públicos e sujeitos envolvidos com as iniciativas dessa atividade na microrregião e as relações entre eles.

Para o trabalho cartográfico inerente a “Goiás e à Microrregião de Quirinópolis”, foi realizado o mapeamento com dados pré-existentes, em formato *shapefile*, disponíveis via *online* no *site* (<http://www.sieg.go.gov.br/>) do Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás (SIEG). A partir dessa fonte, foram coletadas informações necessárias para a montagem de um banco de dados no *software* *ARCGIS-9.2*.

Na primeira etapa, foi elaborada a base cartográfica do Estado de Goiás, a partir da carta topográfica na escala original 1:250.000. É importante ressaltar que o desenvolvimento de determinada pesquisa tem o seu grau de assertividade vinculado a diversos parâmetros, entre eles, está a montagem de uma boa base cartográfica, que é entendida como um instrumento que representa, por meio de símbolos gráficos, uma realidade de um determinado local.

Tecnicamente, conforme a Norma Brasileira NBR-14.166, define-se como base cartográfica um conjunto de cartas e plantas integrantes do Sistema Cartográfico que, apoiadas na rede de referência cadastral, apresentam, no seu conteúdo básico, as informações territoriais necessárias ao desenvolvimento de planos, de pesquisas, de anteprojetos, de projetos e de outras atividades que devam ter o espaço como referência. Para elaboração da base cartográfica, foram selecionados, no *site* do SIEG, os limites municipais no formato de linhas e polígonos, a localização das sedes dos municípios, a drenagem e os limites do Estado de Goiás. Todos esses dados foram inseridos utilizando-se a função *Add Data*.

Para compor os temas dos mapas goianos e portugueses, utilizou-se a função *Layer Properties*. Com o recurso *Symbolology – Categories* pode-se alterar atributos como cor dos

polígonos, das linhas entre outros dados. Por fim, com base nas informações obtidas, foram gerados novos mapas de acordo com as necessidades relacionadas a esta pesquisa.

O trabalho cartográfico para confecção dos mapas de Portugal e Região Algarve foram realizados a partir de dados disponíveis via *on-line no site* (<http://www.igeo.pt/>) do Instituto Geográfico Português (IGEO). Foram coletadas informações necessárias para a montagem de um banco de dados no software *ARCGIS-9.2*. A primeira etapa foi a elaboração da base cartográfica de Portugal, a partir da carta topográfica na escala original 1:100.000. Para elaboração dessa base cartográfica, foram selecionadas, no *site* do IGEO, a divisão das regiões de Portugal e o limite desse país, no formato de linhas e polígonos; a localização das sedes das cidades em pontos e os respectivos nomes. Os limites e localizações de outros países e do continente europeu foram retirados dos arquivos digitais do *software ARCGIS* e, finalmente, todos esses dados foram inseridos no *software* utilizando a função *Add Data*.

A última etapa define-se pelas atividades de gabinete. Efetuaram-se a correlação, interpretação e análise dos dados coletados, a impressão cartográfica, a compilação das referências, transcrição do material gravado e seleção do material fotográfico e, para finalizar, foi desenvolvida a elaboração do texto final.

Nesse sentido, a discussão fundamenta-se na Geografia, possibilitando uma aproximação científica entre as teorias dos projetos estatais de turismo e região, que dificilmente dispensará o enraizamento com o lugar. A partir desse percurso, definiram-se os capítulos da presente investigação, que contribuiram para enriquecer as discussões em torno de algumas “fissuras” existentes no turismo regional proposto pelo Estado e aquele que se estrutura regionalmente.

Sendo assim, o 1º capítulo intitulado “A Região na Perspectiva das Políticas Estatais de Turismo”, trata a forma com que as políticas públicas se apropriam do conceito região para desenvolver suas intervenções, em que foi necessário estabelecer uma trajetória histórica sobre essa categoria geográfica, especialmente acerca da organização e planejamento de espaços para o turismo. O 2º capítulo, denominado “A Microrregião de Quirinópolis e a Gênese do Lazer e Turismo nos Municípios”, analisa o processo de formação e organização espacial do Baixo Paranaíba Goiano, a partir do vivido pelos habitantes pioneiros, destacando principalmente as transformações ocorridas durante o final do século XIX e por todo século XX, bem como suas particularidades naturais e culturais responsáveis pelo surgimento de atividades de lazer e turismo.

No 3º capítulo, “Políticas Públicas e Redes Organizacionais que Ligam os Lugares Turísticos do Baixo Paranaíba Goiano”, consideraram-se as mobilizações, redes e relações sociais contemporâneas estabelecidas no universo regional do interior brasileiro. Foram

destacadas as ações do poder público centradas nas pequenas cidades ou simplesmente em lugares turísticos específicos de cada municipalidade, bem como a participação coletiva das comunidades com o foco na sociabilidade voltada para a região.

Durante o 4º capítulo, definido como “Proposta de Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano”, discutiram-se as direções a serem tomadas pelas diferentes iniciativas de turismo em uma paisagem fortemente marcada pelo agronegócio. Foram sugeridas questões para que os sujeitos regionais pudessem direcionar suas sensibilizações e atuais ações para a realização de campanhas e atividades unificadas, a fim de fortalecer, a partir da paisagem, a região como um destino turístico, incluindo e articulando, para um mesmo ponto, todos os segmentos sociais associados às políticas e órgãos estatais no projeto de criação de novos espaços turísticos.

O último e 5º capítulo, intitulado “Transformações e Evolução nas Políticas Públicas de Turismo em Portugal: comparando a maturidade europeia com a área de estudo brasileira”, apresenta algumas sugestões para os novos destinos criados no interior de Goiás. Mostra a importância de se valorizar o espaço dado à sua amplitude, tanto no Brasil como em Portugal e que é necessário acompanhar as metas, promover ajustes, pensar no dinamismo do processo e construir formas de intervenções estatais que envolvam as regiões turísticas sem, contudo, esquecer o lugar.

CAPÍTULO 01. A REGIÃO NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE TURISMO

1.1. POLÍTICAS DE ESTADO E SUAS FORMAS DE INTERVENÇÕES

A categoria de análise elencada, denominada por Milton Santos de “velha categoria região (1996, p.16)”, foco teórico principal desta investigação, nos leva a dizer inicialmente que cada município do interior só fortalecerá a atividade turística por intermédio de relações que possibilitem articulações entre as densidades existentes nos lugares turísticos que formam a região. Isto é, não só definindo os locais pela presença ou ausência de visitantes e recursos turísticos, mas pelas possibilidades e capacidade que os sujeitos sociais regionais têm de associar-se e valorizar os atrativos e potencialidades de que efetivamente dispõem.

Reconhecendo no contexto regional que esses atrativos são diferenciados, particulares e específicos dos territórios onde se manifestam podem, nesse processo, ser fundamentais na identificação dos lugares. Portanto, antes de entrar nos tratamentos prático e teórico da categoria geográfica região, cabe explicar conceitualmente como o Estado estabelece as suas políticas públicas, em especial, a atenção dada ao turismo, que somente a partir do século XX passou a fazer parte das preocupações dos poderes públicos. É fundamental destacar as dificuldades do Estado nos processos de regionalização e no desenvolvimento de políticas para o regional.

Pensando na evolução das políticas de turismo, é pertinente, neste momento, discutir os eixos teóricos sobre políticas públicas e o papel do Estado apresentando, como norte principal, as políticas estatais relacionadas com os programas de turismo e destacando as propostas internacionais e nacionais que chegam para as regiões no interior do Brasil. Segundo Cunha (2001, p. 414), o Estado “tem por fim responder as necessidades das populações residentes visando responder o seu bem estar”.

Com base nos autores (SANTOS, 1979, p.28; MORAES, 1990, p. 24) que investigam a temática “Estado”, um país, um espaço nacional, pode ser estudado como um sistema, segundo o qual um Estado-Nação é uma formação socioeconômica e uma totalidade. Assim, quando a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação, a região não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A região não tem existência

autônoma, ela não é mais que uma abstração se a tomarmos separadamente do espaço nacional considerado como um todo. Então, pode-se compreender que o Estado é agente de transformação, difusão, dotação e é intermediário entre as forças internas e externas, ou seja, não é passivo. Ao contrário, orienta os estímulos e é o grande criador das rugosidades⁶. Esse manifesta o modo de produção, nas várias porções do espaço e é por este determinado; logo, passa a sua lógica ao estabelecer e dirigir a ordem espacial.

O Estado tem, portanto, papel fundamental nas políticas de educação, saúde, segurança, transporte, meio ambiente, turismo, lazer, entretenimento, cultura, atividades esportivas, entre outros. Ele é o principal regulador dos usos e apropriações espaciais, examinando e fiscalizando os diversos grupos econômicos em cada nova atividade criada, cuja resposta determinará futuras decisões no âmbito das gestões públicas e desenvolvimento regional. Para a Confederação de Turismo Português – CTP (2005, p.75), ordenar um território, paisagem⁷ ou região é um dos mais complexos domínios da gestão pública, pois:

A ocupação e uso do solo, o acentuar ou atenuar das assimetrias regionais e do litoral em relação ao interior, a redefinição da estrutura das cidades, a definição de acessibilidades e de outros equipamentos públicos, são questões fundamentais para uma política de ambiente, mas que condicionam, igualmente, todas as restantes áreas políticas setoriais (CTP, 2005, p.75).

A qualidade de vida das populações relaciona-se com a ocupação do território, pelas articulações entre os espaços urbano e rural que são, muitas vezes, condicionadas a informações incompletas, que se efetuaram ao longo dos anos. Nesses termos, o Estado e suas organizações são responsáveis pelos arranjos dos lugares e pela presença de políticas regionais de turismo, que no geral são definidas a partir de critérios administrativos, embora, seja importante entender que nem todos os lugares que formam o regional se curvam na sua totalidade às imposições administrativas desse Estado e, por isso, não deixam de criar suas iniciativas turísticas em outras perspectivas, justificadas pelas diferentes densidades encontradas nos lugares.

Nesse contexto, considera-se curto o prazo de efetivação das políticas públicas de turismo mundial. Somente no século XX, surgiu a Declaração de Manila, resultante da Conferência

⁶ Rugosidades é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. O papel do espaço, muitas vezes, passa despercebido ou não é analisado em profundidade. O espaço é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas nas paisagens criadas (Milton Santos, 2008, p. 171-176). SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2008.

⁷ Tudo aquilo que nós vemos, que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos [...] (SANTOS, 1997, p.61). SANTOS, M. Paisagem e Espaço. In: *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Cap. 05, p. 61 – 74.

Mundial de Turismo realizada em 1980. Ao analisar as diferentes estratégias do desenvolvimento turístico no passado e aquelas que são recomendáveis em virtude das novas preocupações, o documento pôs em destaque as tendências da estratégia de desenvolvimento turístico recomendável e, entre essas ações, foram destacadas as responsabilidades dos poderes públicos em guiar, dirigir e supervisionar a atividade turística e de integrar o turismo ao planejamento nacional do desenvolvimento econômico (CUNHA, 2006, p.49).

Diante desse quadro, pode-se dizer que, atualmente, o Estado ainda assume um papel decisivo no desenvolvimento do turismo, principalmente injetando fundos públicos nessa atividade e nas regiões consideradas turísticas, como as criadas nessa primeira década do século XXI no Brasil. Nem sempre, porém, o que é proposto pelas políticas estatais chega aos lugares, levando os sujeitos sociais a criarem suas posições políticas e concepções de usos e, assim, passam a se articular de diversas formas, sobretudo, baseados naquilo que é histórico e cultural e não de acordo com as forças políticas estatais, fortalecidas pelo recorte administrativo.

Para Valls (2004, p.27-28, tradução nossa), a atuação das administrações públicas em matéria de turismo é de responsabilidade dos políticos e funcionários dos diferentes níveis territoriais, que operam de forma direta no setor, por meio dos respectivos órgãos administrativos ou dos entes criados para esse fim. No âmbito local, as competências turísticas se relacionam com a ordenação local dos territórios e com a criação de infraestruturas e equipamentos turísticos, com a concessão de licenças e alvarás de construção, com a propriedade e proteção dos atrativos naturais e patrimoniais, com a promoção dos lugares, com autoridade inspetora e criação de impostos especiais.

No âmbito supra municipal, os entes estaduais cooperam com os entes locais complementando o seu trabalho, juntando esforços e proporcionando conhecimento, dimensão e fundos para o seu desenvolvimento. No âmbito nacional, os trabalhos se concentram na fixação e no direcionamento das políticas turísticas, na promoção exterior conjunta dos produtos estruturados, na elaboração de planos gerais a serviço das regiões, na criação de produtos e na melhoria das empresas turísticas, desenvolvimento de determinadas áreas, formação, fiscalização, estruturação de observatórios turísticos, entre outros. Processos apontados por Valls que ainda são ausentes no interior de Goiás, porém presentes na região Algarve em Portugal.

É da ação do Estado que resulta a melhoria de competitividade das regiões e seus destinos turísticos, mas o seu papel no turismo ainda não foi amplamente assumido pelos poderes políticos, principalmente no interior do Brasil, pois lhes falta reconhecer a importância da

atividade não só como recorte administrativo e fator estratégico de desenvolvimento econômico, mas também como fenômeno social que faz parte da vida de todos os cidadãos, e isso:

É um passo essencial para a estruturação da organização institucional do turismo, para a plena compreensão do papel de cada um dos intervenientes nessa organização e para a mobilização do conjunto de todos eles no processo de desenvolvimento turístico. [...] a intervenção do Estado no turismo pode assumir formas e dimensões muito diferenciadas, mas em regra, consideram-se as seguintes as principais áreas de intervenção: coordenação, promoção, planejamento, regulamentação, criação de incentivos e estímulos à produção (CUNHA, 2001, P.421).

Fortalecendo a análise para discussão apresentada, Arrais (2007, p.61) destaca que, na tradição do ordenamento territorial, tanto no Brasil quanto na Europa, o Estado é o grande agente regionalizador e que sua regionalização atende aos:

[...] propósitos da administração e centralização do poder de diferentes governos. Pode-se mesmo dizer que esse tipo de regionalização nasce fora da própria região, do espaço vivido e compartilhado por uma comunidade regional, o que recebeu críticas das vertentes regionais mais ligadas ao humanismo, uma vez que a região, como “espaço vivido” coletivamente e de reconhecimento não poderia estar sujeita aos recortes vindos de fora (ARRAIS, 2007, p.24).

Então, a crítica que se faz nesta pesquisa é que a atual regionalização do turismo incorpora apenas os elementos administrativos, excluindo aqueles expostos nas relações sociais advindas das densidades regionais. Desse modo, o Estado aparece apenas como criador de novas configurações e regionalizações administrativas. Para Bezzi (2004, p. 147) esse processo reside na dependência mútua entre os lugares e essa interdependência é ao mesmo tempo, contínua e descontínua, segundo as características sociais e físicas dos espaços que se relacionam entre si. Então, essa regionalização estatal, de forma simples, pode ser entendida como processo de recorte propriamente dito, respondendo fisicamente às perguntas:

Até onde vai a região? Quais os limites? Que distritos, municípios ou mesmo estados ela abrange? Regionalizamos o espaço de acordo com os critérios que consideramos ser a região. Se for uma região natural, nossa regionalização responderá até onde vão os domínios do clima tropical, do planalto ou de um vale, do cerrado ou mesmo da caatinga, e colocará no seu interior as unidades da federação [...] (ARRAIS, 2004, p. 31).

Nesse sentido, é preciso entender que as regionalizações que criam novos destinos e posteriormente produtos turísticos precisam também ocorrer de acordo com a vocação dos lugares e não somente a partir das imposições administrativas do Estado. Cabe ao Estado o papel de interventor, ampliando a oferta e disponibilidade de fundos públicos, buscando gerar formação profissional, melhoria da oferta e criando novas oportunidades perante a concorrência dos mercados.

Segundo alguns autores (BAPTISTA, 2003, p.80; CUNHA, 2001, p.421; YÁZIGI, 1998, p.14), devido à complexidade e interdependência de muitas atividades direta e indiretamente relacionadas ao lazer e turismo, não é fácil conceber e tornar eficaz uma organização institucional centralizada, tanto nacional como regional e localmente que possa assegurar a representatividade e ação política de todos os domínios em causa. Um dos papéis mais importantes do governo é o da coordenação desses diferentes intervenientes públicos no turismo bem como das ações e estratégias que desenvolvem. Qualquer cidadão consciente sabe que não se dispor de um projeto nacional integrado é ruim não só para o turismo, como para toda a vida do país.

É importante ressaltar que não existe uma única resposta para as ações dos Estados nos lugares que formam os mapas regionais, pois suas políticas e projetos não conseguem anular, na totalidade, as iniciativas em discordância com as propostas estatais. Cunha (2001, p. 411) lembra que, nas últimas décadas, assiste-se a uma progressiva liberalização das regiões econômicas, pois se reconhece o papel fundamental do mercado na regulação das atividades econômicas, cabendo ao setor privado protagonizar essa organização espacial. Nesta perspectiva:

[...] a atuação do setor público deve limitar-se a estabelecer as condições adequadas que garantam o funcionamento correto e equilibrado do mercado sem perda da defesa dos interesses da comunidade. Deste modo, o Estado tem vindo a abandonar progressivamente áreas onde era tradicional a sua intervenção direta para se centrar, cada vez mais, na função reguladora e disciplinadora da atividade econômica (CUNHA, 2001, p. 411).

Concordando com o referido autor, a intervenção pública na economia e nas diversas formas de organização do espaço continua a ser importante, mas o Estado deixou de ser o detentor mais significativo dos meios de produção e reduziu o seu controle direto aumentando, em contrapartida, a sua função reguladora. Mas, atualmente, em países como o Brasil e até mesmo os europeus (exemplo: Portugal), a par das dimensões econômicas, as dimensões culturais, sociais e turísticas ainda devem merecer uma maior atenção por parte do poder estatal, pois a participação do Estado ajuda a vencer as dificuldades e a financiar o processo de turistificação dos pequenos e médios municípios do interior.

Entende-se pelo exposto que, para a evolução e concretização do atual projeto de regionalização do turismo, idealizado pelo governo do Brasil neste início de século XXI, ainda é fundamental o papel do Estado na organização dos lugares e regiões turísticas, com participação e interação ativa dos sujeitos sociais locais e regionais, bem como a execução de parcerias e criação de redes, que fortalecem as ações em relação ao turismo definidas pelo Ministério do setor (Governo Federal), governos estaduais, municipais e iniciativa privada.

Porém, é importante lembrar que o poder estatal encontra algumas dificuldades ao compreender exatamente o impacto:

[...] das mudanças da economia no setor de turismo. Isso decorre de dois motivos: o primeiro é a não-inclusão ainda do turismo na estratégia das políticas macroeconômicas oficiais; e o segundo é a crônica ausência de dados referentes ao desempenho de um setor com problemas intrínsecos de delimitação e, portanto, de mensuração. Em vista de seus importantes efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o turismo organizado e planejado, é um poderoso instrumento de aceleração ou complemento do processo de desenvolvimento (BENI, 2003, p.153).

Ao estabelecer a hierarquia de prioridades no planejamento da economia, os órgãos governamentais não têm considerado a atividade turística, na medida desejada e potencialmente possível, entre as principais alternativas da política de desenvolvimento regional. É forçoso reconhecer que o progresso do setor, nos últimos anos, deve-se muito mais em decorrência de programas e iniciativas isoladas do que de atuações coordenadas que reflitam seus benefícios nos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Diante desse quadro, os governantes que pretendem dinamizar uma estratégia de ação e regionalização para a atividade turística devem congregiar todos os esforços disponíveis para as densidades regionais, integrando-as efetivamente às demais atividades produtivas. Só assim se poderão definir políticas coerentes e realistas considerando as condicionantes geoeconômicas e geoestratégicas do país e de suas regiões, investigando e contemplando os múltiplos aspectos que compõem o fenômeno turístico (BENI, 2003, p. 153).

O Estado presente na região juntamente com uma sociedade local ativa definirá as prioridades e as formas que poderão emergir das novas configurações ocorridas pelo desenvolvimento do turismo, estimulando a realização de investimentos e apoio financeiros para empresas públicas e privadas. Essa forma de administração estatal visa a contribuir para que o poder central se posicione em novas áreas, com novos projetos políticos, mas, em algumas vertentes, demonstrando limitações nas transferências de orientações do central para as escalas regionais e locais.

No Brasil, as políticas públicas de turismo podem ser consideradas jovens na estrutura orgânico-funcional do Estado, se comparadas com aquelas executadas em países como Portugal. Apesar disso, nas últimas décadas, assiste-se a um crescimento favorável à situação, pois a essa atividade acrescentam-se elementos relevantes no desenvolvimento regional e na redução das diferenças sociais.

Cabe, então, à Geografia e áreas afins o papel de pensar o espaço social, político, econômico e geofísico apropriado e produzido para o turismo. Isso gera enormes responsabilidades nas análises dos longos processos de construção regional, em que os

elementos humanos vão sedimentando historicamente os lugares e, ao mesmo tempo, sofrendo mutações ou interferências. Porém, em nossa pesquisa, evidencia-se que o Estado só vai atender as demandas e atuar regionalmente ou nos lugares se for pressionado pelos sujeitos sociais locais.

1.2. CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA REGIÃO: os conceitos nas vertentes da geografia e políticas estatais

Abordar o termo região, neste trabalho, tem como finalidade resgatar, discutir e compreender esse conceito e a sua aplicabilidade para a produção do espaço e organização da atividade turística no Brasil, seja por meio do Estado ou da sociedade civil. Sempre que pesquisadores e estudiosos de áreas afins elegem essa categoria geográfica consideram significativamente o momento político, as relações sociais e econômicas dos espaços vividos, fornecendo dados para a análise das antigas e novas configurações regionais, pois de acordo com Vaz (2003, p.92) “a região pode refletir estilos de vida distintos”.

Para Bezzi (2004, p.17) “tal conceito tem sido, desde muito tempo, considerado por alguns autores como o conceito central, o ‘core’ do trabalho geográfico; outros, entretanto, argumentam que falar de região é trazer à tona um dos problemas epistemológicos da geografia”. Pode-se dizer, então, que se deve seguir a noção de região para entender como o Estado, a partir desse conceito, torna-se agente da regionalização, isto é, organizando, desorganizando e rearranjando os mapas regionais, fundamentado no sistema de mercado atual, mostrando como o espaço se reproduz de forma desigual.

Na trajetória histórica da categoria de análise geográfica região, fica a informação de que a noção desse termo originou-se na Geologia e, de acordo com as obras de Moraes (1990, p. 75) e Corrêa (2005, p. 183), foi trazida para a Geografia por L. Gallois, autor da importante obra: “Regiões naturais e nomes de lugares”. Nesse sentido, pode-se afirmar que a palavra região deriva do latim *regere*, composta pelo radical *reg*, que significa domínio e poder.

É correto deduzir-se que a ideia de região sempre esteve ligada a mecanismos de dominação resultantes de uma situação hegemônica de posse, de conquista, de poder. Outras considerações da categoria são inerentes às definições da Geografia tradicional e segundo a literatura pesquisada, os geógrafos clássicos, como Vidal de La Blache e Hettner sempre

enfatazaram que as regiões não eram singulares, mas únicas, isto é, uma combinação única de princípios gerais de um dado local e tempo (BEZZI, 2004, p. 27; p.97).

Moraes (1990, p.75), lembra que La Blache planejou uma obra coletiva, a Geografia Universal, que foi executada por seus discípulos. Cada um escreveu sobre uma determinada porção do planeta, explicitando um conceito vislumbrado por Vidal de La Blache, que seria tomado como o balizamento central da Geografia francesa posterior. A região era:

[...] a denominação dada a uma unidade de análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre. Assim, a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las (MORAES, 1990, p.75).

Historicamente, Pierre George (1968, p.05) responde que o “primeiro passo do espírito geográfico a respeito da região procede da permanente discussão da noção de determinismo que preocupou constantemente os geógrafos europeus durante os primeiros trinta e cinco anos do século vinte”. Esse autor observa que:

O ponto de partida é então a pesquisa de uma geografia regional física. Isto é tão representativo da geografia uma vez que a região “física” ou região “natural” se define na maioria dos casos como uma realidade sintética. Mas a região “geológica” é para o geógrafo uma região síntese, uma vez que sua originalidade geológica se traduz em originalidade geomorfológica, topográfica, pedológica: como região geográfica – região natural – uma maciço antigo não é somente uma massa velha de rochas cristalinas e cristalofilianas, mas corresponde a um tipo de velhas montanhas (PIERRE GEORGE, 1968, p.06).

Entende-se que esse conceito da década de 1960, tinha uma abordagem puramente voltada para a Geografia Física Regional na qual estão implícitas as características físicas da regionalização no contexto histórico, mas que na Geografia contemporânea não pode ser definido apenas por uma via de análise, isto é, por um único elemento físico da paisagem ou administrativo, esquecendo-se de valorizar as práticas sociais e culturais presentes, sem demonstrar que a região existe nas relações sociais pretéritas e presentes com o meio.

Numa outra perspectiva geográfica, diferente da citação anterior, Pierre George (1968, p.14) destaca que a polarização integral de um território regional ou de uma fração de continente não pode se realizar em uma só operação. Por outro lado, a geografia natural e a história indicam espaços privilegiados para as regiões se tornarem estruturadas. Nesse caso, cabe à Geografia fornecer os elementos e diagnósticos desses conjuntos de lugares, considerando os aspectos culturais à base de reprodução regional, mostrando assim o papel de identidades e cidadanias compartilhadas e vivenciadas pelos agentes sociais ali presentes.

Para a “Nova Geografia ou Geografia Teórico-Quantitativa”, a região, como espaço, é considerada um sistema econômico, de acordo com a sua história de ocupação, exploração e

organização. Seu crescimento vincula-se ao nível técnico que a sociedade consegue impor sobre as condições físicas existentes naquele espaço. Como nem sempre técnica e espaço físico se conciliam, foram relevantes os estudos que permitiram o planejamento regionalizado, objetivando descrever os desequilíbrios existentes (BEZZI, 2004, p.171).

Geiger (1996, p.233) destaca que “formalmente a região refere-se a uma extensão de um objeto, podendo valer para uma extensão do Globo terrestre, de um país, do corpo humano, ou mesmo de um objeto abstrato, como na frase: esta região do conhecimento”. Desse modo, nas palavras de Corrêa (1986, p.22; 2005, p.183) o termo região passou a designar uma dada porção da superfície terrestre e está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, divergindo das propostas estatais de tornar homogêneos diferentes lugares.

Para Santos (1988, p.46-47), compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia mundial e seu rebatimento nos diversos lugares de um país, com a intermediação do Estado, penetrando num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc. A região torna-se uma importante categoria de análise, para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir, por exemplo, a atividade turística, se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país.

De outro lado, Bezzi (2004, p.19) afirma que o significado de região liga-se, fortemente, às tendências “filosóficas de cada época, uma vez que elas permitem entender as ideias características de cada momento histórico e, desse modo, a arquitetura do mundo”. A palavra região está tão presente no nosso dia-a-dia que qualquer pessoa pode identificar, por exemplo, por meio de uma imagem de telenovela, como *Tieta e Selva de Pedra*, onde ela se passa. Os filmes também dão um bom indicativo sobre a imagem regional:

Auto da Compadecida ou Lisbela e o Prisioneiro, por exemplo reafirmam a imagem do nordestino ligada à religiosidade e comicidade como traço peculiar da região, diferentemente de filmes como o *Cidade de Deus*, em que a imagem da cidade do Rio de Janeiro é associada à violência, ou mesmo o *Quatrilho*, quando observamos os diferentes traços culturais daqueles que vivem no sul do Brasil (ARRAIS, 2004, p. 30).

Arrais mostra, nas páginas de sua obra que, muitas vezes, a região é utilizada para reproduzir imagens distorcidas e preconceituosas com o discurso metonímico, ou seja, aquele que reproduz um traço, uma especificidade qualquer como a violência, a pobreza ou a riqueza e generaliza, como fosse identidade do lugar, representando de forma homogênea toda densidade regional, realidade que não se contradiz com as invenções de novas regiões turísticas administrativas propostas pelo Ministério do Turismo no Brasil.

Nesse ordenamento, Bezzi (2004, p. 130) esclarece que a unidade regional é garantida pelo mecanismo de coesão que, por sua vez, é obtido pelos fatores de funcionalidade e

comunidade de cultura. No entanto, não é obrigatória a consideração da região como espaço homogêneo, como considera o recorte administrativo do projeto de regionalização do turismo no Brasil, deixando de contribuir com a proposta de diversificação e oferta de novos destinos da atividade pelas regiões do interior do país.

Nas palavras de Souza (1976, p.109), a região deve ser um conjunto geográfico e socioeconômico diferenciado, complexo, polarizado, orgânico e integrado. A posição da região, no conjunto estadual e nacional:

[...] não se constitui num espaço autárquico, mas num espaço aberto às relações com o exterior (o que é exterior a ela, região), sua integração num conjunto maior e, sua solidariedade com as outras regiões, são as condições essenciais, para um crescimento do território e, deve figurar com objetivo essencial do desenvolvimento regional e de uma estratégia inter-regional (SOUZA, 1976, p.109).

Essa literatura de Souza (1976, p.111) traz o exemplo do Estado de São Paulo, no que se refere à divisão regional administrativa, que trata a definição de áreas e núcleos, possíveis de ser adotados pela administração central e setorial do Estado, como unidade de supervisão administrativa, em níveis pré-determinados, excluindo as densidades regionais cuja substância é reflexo de um contexto histórico e cultural da população regional.

Nesse recorte geográfico do conceito de região, pode-se apontar como outro exemplo, o Estado de Goiás, em cujos limites estão as mesorregiões e microrregiões. Arrais (2007, p.63) salienta que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para os propósitos da regionalização, entende o conceito de mesorregião como uma área individualizada, que apresenta formas de organização do espaço geográfico pelas seguintes dimensões: processo social, quadro natural e rede de comunicação e lugares. Ainda, segundo o autor, as três dimensões citadas possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional e essa é uma realidade construída, ao longo do tempo, pela sociedade que ali se formou.

Com relação às microrregiões, elas são formadas por territórios menores inseridas em mesorregiões, ou seja, são unidades territoriais definidas com base em identidades política, administrativa e geográfica, agrupando municípios próximos. Então, Haesbaert (2005, p.29) afirma que uma das possibilidades de resgate da abordagem regional em Geografia é a regionalização como princípio geral da análise geográfica, isto é, pelo pós-estruturalismo, que valoriza o local, a fragmentação e a multiplicidade, pelo neokantismo e pela fenomenologia, fundamentados na ação regionalizadora em múltiplas escalas, do local ao global.

Nessa vertente, Cara (1996, p.263) e Castro (1997, p.187-188) relatam que a regionalidade é uma forma particular da territorialidade, não só pela escala, mas também pela relação direta

que mantém com os movimentos sociais ou com as expressões políticas que surgem no processo de construção social do território. Por isso, o regionalismo não dispensa o Estado e as ambiguidades dos movimentos políticos autonomistas. Na realidade, essas questões constituem um dos paradoxos da modernidade mediante os quais as sociedades, enquanto se territorializam, preservam-se e resistem, ao mesmo tempo em que se universalizam, renovam-se e sobrevivem.

Entende-se que essas abordagens movimentam outros elementos do contexto regional, passando a explorar as suas resistências, reivindicações e até mesmo carências de grupos sociais que buscam assegurar um espaço fechado e pouco democrático, o que pode não contribuir com a diversificação e a nova organização dos espaços turísticos, mas também é uma oportunidade de mostrar que as imposições estatais não anulam os diferentes lugares que formam a região, tanto no turismo como em outras atividades econômicas.

Já na perspectiva do desenvolvimento regional, alguns investigadores trazem uma discussão mais economicista do conceito, mostrando a ocupação econômica dos lugares representados pelos modos como articulam os problemas espaciais de uma dada época e suas influências e vínculos com a realidade atual. De acordo com Maria Adélia de Souza, a região deve ser uma circunscrição de planejamento entendida como um quadro:

[...] organizado, estruturado, sistêmico, dentro do qual, é impossível manipular uma série de elementos, que implicam o processo de desenvolvimento de uma determinada área. [...] a região é entendida, como uma unidade de planejamento territorial. A região de planejamento regional ou “region d’aménagement” é uma região a reconhecer e não inventar (SOUZA, 1976, p.103).

Considerar essa categoria como uma unidade de planejamento regional, é valorizar alternativa e encaminhamentos que possibilitam dar agilidade as novas reflexões acerca dos projetos estatais que se apropriam do conceito, tanto na construção teórica quanto no resultado de suas políticas públicas. Nesse sentido, Souza (1976, p.103) esclarece que a variabilidade do conceito regional se prende à multiplicidade de objetivos para os quais a região é definida e a diversidade das atividades humanas é que promove a diversificação do espaço, denotando níveis distintos de desenvolvimento. A estruturação do espaço regional se dá sempre a partir de núcleos, pontos de convergência do homem e de suas atividades.

A essa variabilidade da categoria região, pode-se definir um conjunto não-limitado de conceitos em que são observados os contrastes regionais que se incorporam à vida social dos conjuntos de lugares que formam as regiões. Cujas crescente complexidade requer cada vez mais estudos envolvendo a Geografia e outras áreas do saber científico relacionadas às políticas públicas de Estado. Sendo assim, Barreira (2002, p.77) define a região como uma

forma de articulação concreta das relações de produção em determinado tempo e lugar. Percebe-se a valorização de uma relação na qual os processos sociais presidem as adaptações das populações ao meio natural. Uma outra forma de compreender a região é por meio de sua concepção como um:

[...] foco de identificação, onde a região é definida como um ponto específico de relações culturais entre um grupo e seus lugares particulares, ou seja, baseia-se numa certa consciência dos habitantes da existência de uma cultura comum e de suas diferenças em relação a outros grupos (BARREIRA, 2002, p.77).

Percebe-se, pelo olhar da Geografia a importância de compreender a região por suas particularidades, densidades e, ao mesmo tempo, como um conjunto de lugares em que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, à medida que os usos, práticas e apropriações vão se definindo no espaço pelas mãos dos homens e assim fixando seus movimentos sociais passados e contemporâneos. Então, para Barreira (2002, p.79), a Geografia pode assumir o papel social e intelectual de demonstrar como a prática social cria territórios que, por sua vez, revelam diferentes regiões.

Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que as porções do território sejam diferenciadas e se configurem como regiões. Assim, segundo Bezzi:

[...] cada região seria especificada por uma identidade cultural, fundamentada, principalmente, sobre uma especificidade linguística e religiosa. A esses aspectos se juntavam as especificidades políticas, econômicas, de comunicação, de saúde, de arranjos espaciais particulares, de gastronomia, de costumes específicos, e até mesmo de alguma autonomia política (BEZZI, 2004, p.216-217).

Quanto à última referência formulada relativa às especificidades regionais, considera-se que a identidade cultural abre um leque de questões que fomenta e enriquece as percepções dos pesquisadores com relação a um emaranhado de fatores, perceptíveis nos conjuntos de lugares, que podem resumir as causas das existências das sociedades no contexto regional.

Nessa vertente, Lencioni (1999, p.194) e Barreira (2002, p.77) observam que a região começa a ser vista como não constituindo uma realidade objetiva, pelo contrário, ela é concebida como construção mental, individual, mas, também, submetida à subjetividade coletiva de um grupo social. Assim, compreender a região é uma forma de dar resposta local ao processo de expansão capitalista, pois a regionalização decorre de diferentes processos combinados, ou seja, divisão social do trabalho, acumulação de capital que origina redes e define bases territoriais, reprodução da força de trabalho, organização espacial da população e ação dos processos políticos e ideológicos de dominação usados na manutenção das relações sociais de produção.

Entender a categoria de análise geográfica região no processo da regionalização do turismo pelo poder público é compreender a gestão dos conjuntos de lugares, com o grande capital nacional e internacional, uma vez que as políticas de desenvolvimento e integração regional são responsáveis pelas lógicas de ação dos agentes de produção e apropriação dos espaços. Os avanços da vida moderna e o progresso tecnológico também são desenvolvidos com o objetivo de manter o poder político e o domínio das relações sociais de produção no ambiente regional. Mas como entender ou visualizar isto? Por meio das densidades regionais, que para Barreira (2002, p.296) “é um recurso para compreender o espaço por partes, mas partes articuladas e coerentes”.

Para a vertente de exploração da temática de compartimentação ou unidades espaciais, é fundamental desconsiderar as regionalizações ou regiões como áreas estáticas e homogêneas, elas devem ser concebidas como ambientes abertos e dinâmicos. E acordo com Barreira (2002) são definidos como espacializações articuladas. Trata-se, sobretudo, de avançar no sentido de dar significado e compreender a Geografia regional e suas substâncias.

Ao mesmo tempo em que a região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes no conceito de Moraes (1990, p.75), para Lencioni (1999, p.187), essa palavra torna os geógrafos prisioneiros de um problema complexo, pois possui sentidos variados, isto é, “uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáforas”.

Outra dificuldade entendida é pelo fato de a palavra região assumir, frequentemente, um caráter ideológico, na medida em que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se um instrumento de manipulação política, direcionando e beneficiando apenas parcelas do território, com um posicionamento menos regional e mais local, o que favorece apenas alguns municípios como ainda é verificado nas atuais políticas de regionalização do turismo no Brasil.

Sobre a regionalização, para Haesbaert (2002, p.135-136), essa deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/pelo espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre. Então, a região pode ser uma concepção mais consistente quando associada aos processos sociais específicos; não resta dúvida que:

Metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em “território”, “região”, “lugar”... O espaço está na ordem do dia. Um exercício como o que encerra estas digressões, tentando sistematizar, didaticamente, distintos conceitos centrais do discurso geográfico, ajuda a elucidar um pouco o emaranhado de dúvidas, mas, sobretudo, estimula a seguir o debate em torno dos cruzamentos entre as categorias e/ou

conceitos pretensamente “puros” de que dispomos para entender a diversidade espacial da sociedade (HAESBAERT, 2002, p.141).

Sendo assim, Arrais (2007, p.208-209) lembra que a Geografia regional foi influenciada pela cartografia e a regionalização, dois procedimentos que podem ser considerados convergentes. Em linhas gerais, a regionalização tem sido convencionalmente definida por seu caráter instrumental, como recorte a *‘priori’* de um determinado espaço, como uma forma de agregar diferenças. Esse conceito nos reforça a novamente afirmar que o atual projeto de regionalização do Ministério do Turismo tem suas ações focadas no administrativo e não nas densidades regionais, deixando de privilegiar as dimensões sociais e o saber e fazer de comunidades organizadas. Segundo Arrais:

A regionalização é um ato relacional, mesmo porque quando qualificamos um espaço e propomos recortes, estamos qualificando e recortando um espaço composto por atores sociais com graus de hegemonia desiguais na cena regional. Portanto, a dimensão que se coloca no ato de regionalizar não é geométrica, mas política [...] (ARRAIS, 2007, p.208-209).

Entendido dessa forma, o ato de regionalizar envolve relações de classe, modos de vida, forças políticas locais e conexões onde, muitas vezes, os poderes centrais, com suas políticas de turismo, transporte, saúde, educação, entre outras, não percebem que os lugares existem antes do ato de agregá-los. Para Arrais (2007, p. 209), a regionalização pode ser entendida como uma ferramenta, que ilustra a ação hegemônica do Estado, tal como fomos acostumados a pensar, desde as configurações espaciais do IBGE, nos primeiros quartéis do século XX.

Ainda no contexto da regionalização, Bezzi (2004, p.128) afirma que ela se traduz em uma fraca coesão e unidade do grupo, facilita a ingerência de técnicos de governo nas decisões regionais, pois eles desenvolvem programas, políticas e planos para as regiões, ignorando, muitas vezes, os problemas quotidianos e as aspirações dos seus habitantes.

Nesse caso, Nogueira (1983, p.17-24) e Arrais (2004, p.34-35) destacam que a problemática da regionalização é objeto de polêmicas, controvérsias e reflexões dos poderes políticos. Tratada muitas vezes como uma tônica predominantemente ligada à organização político-administrativa do Estado e com crescente necessidade de participação dos cidadãos na vida pública para se atingir o desejável desenvolvimento econômico. A regionalização pode dar uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais que atingem o território, porque, quando o poder público regionaliza, está também distribuindo, agregando e espacializando os fenômenos naturais, sociais, econômicos, culturais, etc e, muitas vezes, uma escolha pode camuflar outras.

A regionalização tem a ver com a organização do Estado, pois é um processo cuja finalidade deveria ser combater os desequilíbrios regionais e promover um desenvolvimento

harmônico, conferindo ao cidadão o mesmo grau de participação na gestão pública, garantindo-lhe dignidade e bem estar. Em suma, deve esse processo contribuir de forma decisiva para o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades para todos os cidadãos. Desse modo, a análise de Bezzi (2004, p. 47-48) parte da ideia que o problema fundamental é “[...] por definição, a individualização das parcelas ou unidades territoriais que se divide a superfície terrestre, as regiões geográficas. Eis por que é tão importante defini-las, estudá-las”.

Tendencialmente, os lugares regionalizados, como destinos turísticos, terão que fortalecer seus nós, parcerias e atrair novos investimentos, de modo a viabilizar a presente realidade e reprodução espacial. Por isso, essa abordagem conceitual teve como objetivo compreender as complexas discussões teóricas acerca da categoria de análise geográfica “região” e contribuir com a sequência do desenvolvimento do trabalho. Desse modo, cabe questionar: como determinadas regiões podem ser entendidas no conjunto de diferentes lugares? E como, a partir das políticas públicas, é possível deixar lugares a margem de programas de desenvolvimento?

Frente a esse questionamento, Bezzi cita que a discussão “[...] funda-se na posição central do conceito de região e dos estudos regionais na ciência geográfica. Tal conceito e tais estudos se constituem em valores agregativos, pelos quais se recupera a unidade da própria geografia (BEZZI, 2004, p. 18)”. Pode-se dizer, então, que se deve seguir a noção de região para entender como o Estado, a partir desse conceito, torna-se agente da regionalização, isto é, organizando, desorganizando e rearranjando os mapas regionais, fundamentado no sistema de mercado atual, mostrando como o espaço se reproduz de forma desigual.

Nesse processo, a região, sob perspectiva da Geografia, está vinculada ao lugar, compreendido como um meio de interação social, histórico, ambiental e cultural. Por isso, Bezzi (2004, p.17) diz que falar de região é trazer “um discurso de surdos, em que cada qual defende seu ponto de vista; há também aqueles que afirmam que a questão regional é uma história sem fim”, porém, não foi possível visualizar no projeto estatal a sua corrente geográfica professada. Identificam-se apenas critérios administrativos e a negação de elementos geográficos, históricos, culturais e ecológicos na promoção dos recortes regionais turísticos.

Diante desse quadro, as proposições estatais de agrupamentos de municípios para o fazer turismo provavelmente não anulará o que já existe na região, mas transformará, pois o que se projeta no espaço não é somente o desejado pelas políticas públicas, já que os lugares tendem a se afirmar diante delas, para que possam continuar existindo. Pode-se dizer que as

regionalizações têm suas trajetórias sem conclusões; o ato de nomear cada uma em diferentes períodos da história está ligado à necessidade de adequação e à relevância dos rumos apresentados pelo desenvolvimento econômico fortalecido e pelo poder regional, especificamente como ocorre no Estado de Goiás, onde existem forças políticas que defendem ações homonegeizantes.

Muitos são os critérios utilizados para regionalizar lugares, municípios e conteúdos diversos existentes no espaço, destacando-se entre eles as divisões administrativas do IBGE, as regiões Geoeconômicas do Brasil de Pedro Pinchas Geiger, regiões definidas por bacias hidrográficas e demais recursos naturais. Enfim, são muitas as regionalizações no Brasil que nem sempre acompanham a proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como exemplo, as atuais regiões turísticas do Ministério do Turismo.

Nesse processo, considerando a região sob perspectiva da “Geografia Crítica e sob as Tendências Atuais”, ela está vinculada a um conjunto de lugares e compreendida como um meio de interação social. É a partir dos lugares que este trabalho buscará compreender a região turística, pois entende-se que a regionalização ocorre de acordo com as peculiaridades dos lugares e não somente baseada nas proposições e imposições estatais. Diante disso, no próximo item levaremos em consideração a categoria de análise geográfica região definida como turística, especialmente as áreas correspondentes ao Estado de Goiás.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEFINIÇÃO DA REGIÃO COMO TURÍSTICA

Antes da abordagem teórica sobre região Turística é relevante compreender a diversidade de conceitos e definições da palavra turismo. Não é objetivo desta pesquisa analisar as divergências em torno das conceituações do termo, o que se pretende é um aprofundamento do conceito e verificação dos contextos fundamentais utilizados nas investigações da ciência geográfica. Vieira (1997, p.21) afirma que o turismo não é um fenômeno de hoje e que seu início perde-se na memória dos tempos, mas só há pouco mais de um século, o seu desenvolvimento e expansão tiveram início, sofrendo novo impulso nas últimas décadas.

Essa expansão só foi possível porque, nos países mais desenvolvidos, como os europeus, verificaram-se grandes mutações demográficas, um crescente desenvolvimento econômico com o progresso dos meios de transporte, sobretudo do automóvel e do avião e profundas alterações verificadas no cotidiano dos trabalhadores e na relação entre tempo de trabalho e

tempo livre. O turismo é uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado, que constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, sendo esferas separadas e regulamentadas da prática social nas sociedades modernas (URRY, 1996, p.17).

Segundo Cruz (2003, p.04-05), o conceito de turismo é no léxico da geografia do turismo o mais polêmico de todos, pois, antes de qualquer coisa, é uma prática social, que vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

Sobre a Geografia e Turismo, Rodrigues (1999, p.22) e Melazzo (2001, p.101) destacam que o fenômeno turismo é um tema importante que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo, em que o uso e enfoque geográfico é de fundamental importância. Nessa linha de pensamento, Della Mônica (1999, p.130) diz que o papel dos órgãos de Turismo é tão importante quanto “a Geografia, a História e a Cultura de um país, de uma região e dos usos e costumes locais. Deles dependerão a motivação e o planejamento adequados para o desenvolvimento turístico”. Há uma teoria que a geografia determina em parte as culturas e a história do turismo parece confirmar esta asserção (BARRETTO, 1995, p.47).

Entende-se que há diferenças importantes entre as formas como o Estado vai se apropriando dos espaços e os (re)organizam para o fazer turismo e lazer, pois, essas atividades são práticas sociais, que envolvem o deslocamento de pessoas pelo território, conhecido também por região, lugar ou destino e que tem, no espaço geográfico, seus principais produtos e atrativos, ou seja, seu principal objeto de consumo.

Outros conceitos e definições abrangem a designação de turismo, como só aquelas situações e atividades que proporcionam prazer e diversão a quem vem de fora, algumas incluem nela uma vastidão de situações diversificadas e ligadas entre si por elementos comuns. Adotam-se definições na tentativa de marcar terreno ou posição, mas, às vezes, vazias de sentido, como turismo sexual, que contribui mais para o descrédito do que para o engrandecimento da atividade que nasceu ligada ao enriquecimento e valorização da pessoa humana (CUNHA, 2006, p.15-16).

Originalmente, a realização de viagens, aí está a gênese da palavra turismo, ocorria por puro prazer, distração, para aprender e aumentar os conhecimentos ou por mera curiosidade:

[...] recusando-se a inclusão no turismo de viagens com outros fins: as viagens turísticas eram aquelas que se enquadravam nas noções de tempo livre e de ociosidade com recusa de outras. [...] O turismo deriva da noção de tempo livre que é o tempo não consagrado ao trabalho e que é um fenômeno socioeconômico historicamente diferenciado tendo uma relação direta com os lazeres. [...] O lazer é

o tempo que cada pessoa dispõe após o seu trabalho e estudo, dormir e a realização de outras atividades básicas (CUNHA, 2006, p.16).

Para o referido autor português, o tempo de lazer é geralmente ocupado como forma de distração, evasão, divertimento ou desenvolvimento e realização pessoal e, nessa medida, é um tempo de recreio. O recreio é tomado no sentido da variedade de atividades durante o tempo de lazer e define-se como sendo o conjunto de ações e atividades que as pessoas desenvolvem livremente de forma positiva e agradável, incluindo as participações ativas e passivas em desporto, cultura, educação informal, entretenimento, diversões, visitas e viagens.

Nesse sentido, o recreio cobre quaisquer ocupações durante o lazer que não envolvam um compromisso e nele se incluem as viagens turísticas. De acordo com essa terminologia, o turismo é uma forma de lazer, mais concretamente de recreio, mas difere em vários aspectos: o recreio pode ser baseado na residência ou nas proximidades, enquanto o turismo ocorre sempre com a deslocação para fora da residência. Muitas viagens que integram o turismo implicam responsabilidades e envolvem obrigações que estão ausentes do conceito de lazer. A viagem turística é um fenómeno social implicando a permanência voluntária nos locais fora da residência habitual por períodos de tempos variáveis e, por último, todos os equipamentos necessários ao recreio servem ao turismo, mas esse exige equipamentos e profissionais adicionais (CUNHA, 2006, p.17-18; BARRETTO, 1995, p.13).

Para determinados autores (CUNHA, 2001, p.13; CUNHA, 2006, p.21; CRUZ, 2003, p.4 e 38), o turismo resulta fundamentalmente do lazer, embora muitas viagens que integram esse conceito, se realizam no exercício de uma atividade profissional ou de uma ocupação intelectual não implicando, portanto, necessariamente o lazer. Nesses termos, o turismo é uma das formas de ocupação dos tempos livres que integra o conceito de recreio entendido como o conjunto de atividades exercidas por quem dispõe de tempo livre, porém, o lazer foi transformado em necessidade para as sociedades contemporâneas. Conforme a definição da Organização Mundial do Turismo, todo tipo de viagem é considerado, hoje, turismo, dando origem à chamada segmentação do turismo.

Segundo a Secretaria de Estado do Turismo de Portugal (2002, p.11), o cidadão moderno vive entre dois polos – o ritmo do trabalho, do cotidiano e da cidade por um lado e, por outro, o lazer, o turismo, a natureza e a cultura. Parece admissível que o tempo livre será vivido em dois planos, um consagrado à vida na cidade e às atividades coletivas e outro ligado ao lazer e às férias. Fatores associados ao desejo de descobrir outros lugares, povos e culturas, bem como o desafio de viver novas experiências, são relevantes no impulso de viajar.

Assim surgem os leques de motivações turísticas e de lazer. Necessidade de descanso físico e psíquico face às exigências de uma atividade profissional cada vez mais intensa; fuga ao quotidiano e à rotina dos mecanismos repetitivos da vida; desenvolvimento de novos contatos sociais; valorização individual, através do conhecimento de outros espaços e culturas; efeito da moda, reforçando o interesse pela descoberta de novos lugares e patrimônios; exercício de liberdade de gestão do tempo individual em férias, por oposição às práticas cotidianas.

O direito ao lazer é uma conquista do século XX que deve constituir igualmente um direito à cultura. O turismo é definido como um fenómeno com raízes profundas na matriz da civilização ocidental e com múltiplas facetas. Este setor é marcado pelo crescimento do número de turistas, de locais de turismo, de atividades, de empregos e de riqueza. É assinalado por sua importância no ordenamento do território ou na definição de imagem nacional e internacional das áreas de acolhimento (GONÇALVES, 2003, p.172).

O turismo é caracterizado como uma das maiores seduções dos tempos modernos, envolvendo um conjunto grande de relações, influências, motivações, desejos e representações. É visto como um instrumento de desenvolvimento social e cultural, diversificação da base econômica regional e local e não como um eventual e improvisado expediente de exploração de atividades esporádicas desse setor (MARTINS, 2006, p. 281; CORIOLANO, 1998, p.69; CAVACO E FONSECA, 2001, p.83; SEABRA, 2007, p.07).

Para Gonçalves (2003, p.33), o turismo é um compósito de atividades, serviços e indústrias que fornecem experiências de viagem: transporte, alojamento, restauração⁸, animação e serviços complementares. Enquanto para Silva (2005, p.15), o turismo é por excelência um complexo de atividades:

[...] assente na utilização e usufruto, muitas vezes intensivos, de um leque muito vasto de recursos ambientais e naturais, de uma gama de recursos patrimoniais, históricos, culturais, etnológicos, entre outros. Tal usufruto tem sido muitas vezes excessivo, danificando ecossistemas, comprometendo praias e linhas de costa com construção em altura excessiva, destruindo património que tem a ver com o passado das comunidades e países, com o seu estilo de vida atual, com hábitos e tradições, e que, postos em causa, não se podem repor (SILVA, 2005, p.15).

A necessidade de preservar esse manancial de recursos, não só para o turismo, mas para a condição de vida de muitas regiões e comunidades nas suas múltiplas dimensões, faz surgir a necessidade de se desenvolver, reorganizar e manter os recursos turísticos, sendo o poder público estatal um importante agente na criação de estímulos a essas preservações. Para

⁸ Palavra utilizada na literatura de Portugal para definir os setores de restaurantes e bares, ou seja, de alimentação em geral.

muitos, a realidade turística ou o próprio conceito, é entendido como um meio de evasão e de ocupação do tempo livre, um ato lúdico do qual retiram-se prazer, ou um fator de ocupação dos espaços com consequências para os meios natural e social e, para outros, ainda é um fenômeno que gera riquezas, aumenta o bem estar e cria novas oportunidades de emprego (CUNHA, 2001, p.109).

Nesse contexto, destacando o turismo que ocorre no espaço, Marra (2001, p.70) esclarece que é importante a atenção dos gestores na elaboração de planejamentos de atividades que resultem num projeto turístico, pois a maior problemática está na ausência de planejamento para as localidades e regiões, pois pode haver crescimento descontrolado, descaracterização e perda da originalidade das destinações; motivando o afluxo dos turistas. Então, para Cunha (2001, p.111) o turismo:

[...] apresenta-se como um sistema, isto é, como um conjunto de elementos que estabelecem conexões interdependentes entre si de caráter funcional e espacial como são as zonas de proveniência dos visitantes (emissoras), as zonas de destino (receptoras), as rotas de trânsito e todas as atividades que produzem os bens e serviços turísticos (atividade turística) (CUNHA, 2001, p.111).

Em suma, na sintonia com os novos serviços de turismo estão os sujeitos sociais locais e regionais que são parceiros essenciais para sua existência no espaço regional. Assim, entender o conceito de turismo implica a análise de suas conexões e funcionamento num dado espaço e lugar, identificando os laços que são estabelecidos com todos os elementos que compõem os cenários paisagísticos, repletos de produtos, patrimônios e personagens, onde as intervenções estatais têm se mantido ao longo dos tempos.

Yáziği (2002, p. 24), ressalta que fazer turismo não é obrigatoriamente “frequentar lugares fabricados por sua indústria, mas dirigir-se para qualquer outro cotidiano repleto de rotinas dos outros, que por sua vez reivindicam um movimento inverso”. Mas é inegável que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do verde e da fuga dos grandes conglomerados urbanos (RUSCHMANN, 1997, p.09).

O turismo é um fenômeno social complexo, diversificado e “uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade. Do ponto de vista financeiro e dependendo da estrutura social do país em questão, o turismo pode ser uma atividade econômica geradora de riqueza (BARRETTO, 1995, p.71)”. Nas palavras de Banducci Jr. (2001, p. 43), muitos autores analisam o turismo com base no enfoque político-econômico, privilegiando uma vertente preocupada em situar o turismo local na lógica do capital e em demonstrar as contradições regionais do empreendimento.

Cunha (2003, p.31) observa que o “Velho Turismo” se caracterizava pela massificação e pela monocultura da oferta e fraca atenção dada às necessidades pessoais dos turistas, transformando-se para atender a sofisticação da oferta, especialização dos destinos, segmentação da procura e satisfação dos consumidores.

Nesse delineamento conceitual, a Confederação de Turismo Português – CTP (2005, p. 219) revela que o turismo é um fenômeno complexo que afeta a vida de milhões de pessoas em todo mundo, permitindo múltiplas abordagens, sob o ponto de vista sociológico, cultural, geográfico e econômico. Na literatura científica do turismo, Coriolano (1998, p.23) escreve que vários conceitos da Geografia estão no cerne da atividade turística, tais como região, lugar, cidade, função e fluxo e que “conhecer a região, o lugar e as cidades significa ampliar as possibilidades de aproveitamento do potencial turístico”, contribuindo com os esforços de potencializar e promover o desenvolvimento regional turístico. Portanto, Vera, Palomeque, Marchena e Anfon (1997, p.59) definem a região turística como:

[...] una área con cierta densidad de frecuentación turística y con una imagen que la caracteriza. [...] Constituye una región turística el conjunto de grandes núcleos, de importante frecuentación turística, localizados en diversos municipios, limítrofes y pertenecientes a un mismo conjunto geográfico (VERA, J. F; PALOMEQUE, F. L; MARCHENA, M. J; ANFON, S, 1997, p.59).

Gunn (2002, p.135, tradução nossa) na sua obra “*Tourism Planning*” concebe a região turística como uma unidade geográfica que engloba uma comunidade, a sua área circundante, suas atrações e a ligação de acesso, que são peças principais de uma região geográfica turística. Nas políticas estatais de turismo brasileiro, a apropriação da categoria região, para definir espaços turísticos pelo Estado não é um fato novo. Um dos exemplos é a política do governador Virgílio Távora, que por intermédio de seu secretário de planejamento, elaborou o 1º Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PIDT-CE) em 1979, que apresenta mais um caráter de diagnóstico que um programa de ação.

O PIDT-CE dividiu o Estado em seis regiões turísticas e cinco centros isolados, abrangendo 38 municípios. Foram considerados aproveitáveis para o turismo aqueles de maior desenvolvimento econômico e possuidores de belezas naturais. Os que ficavam mais próximos foram agrupados, formando as regiões turísticas e o litoral como área piloto (CORIOLANO, 1998, p.63-64).

Nesse projeto estatal cearense, predominou a regionalização turística dos municípios do sertão e das paisagens serranas, buscando a interiorização e tirando parte do fluxo de visitantes da faixa litorânea. Coriolano (1998, p.64) destaca que o governo do Ceará pretendia com essa ação “direcionar o turismo para fora da capital, facilitando a sua interiorização”.

Portanto, o PIDT foi definido como um plano integrado, apenas no sentido de projetar o turismo com as demais atividades econômicas do Estado, aspecto considerado o principal integrador do turismo:

Tornou-se inviável sua implementação, dada a falta de condições de preparação da infra-estrutura turística em todo o estado, considerando ser o Ceará um estado pobre onde faltavam as condições urbanas de habitabilidade na maioria dos municípios, inclusive em Fortaleza (CORIOLANO, 1998, p.64).

Na primeira década do século XXI, porém, outro exemplo de projeto estatal vem se apropriando da categoria região, trata-se do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que traz o seu conceito de regionalização como “a organização de um espaço geográfico para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur, 2004, p.11)”. O Estado se coloca como um ente fundamental para as políticas de turismo, principalmente na abordagem orientada para o envolvimento das estruturas distritais e comunidades locais, com implicações enormes nos processos de administração pública e desenvolvimento da capacidade de recursos humanos.

Para Brizolla e Lima (2008, p.39), a atual proposta pública de fortalecimento das regiões turísticas no Brasil “reforça a participação dos governos municipal e estadual no planejamento e gestão da atividade, garantindo articulação e integração ao planejamento turístico das diversas esferas do governo”. Esse processo de criação de regiões turísticas pelo Ministério do Turismo, foi construído de acordo com o órgão público por meio de oficinas de planejamento e de definição de estratégias para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – realizadas nas Unidades da Federação, em que foram identificadas mais de duzentas regiões turísticas no Brasil e, ainda, as potencialidades e necessidades de cada uma.

No entanto, essa roteirização tem ganhado nomes diferentes pelos Estados do Brasil, isto é, em Goiás, Amapá e Acre são conhecidos como “Região”, nas Minas Gerais “Circuito” (Fotos 01e 02), em Roraima, Amazonas e Maranhão, “Polo”. Não se encontra uma definição única para todos os “Destinos Turísticos” e o mesmo ocorre nas políticas públicas de turismo de países como Portugal.

Porém, fundamentado na obra “Novos Caminhos da Geografia” de Carlos (1999, p. 178-179) pode-se dizer que essa ideia de criação de regiões turísticas está na origem da abordagem dos espaços turísticos e de lazer, “produzidos a partir de estratégias da reprodução, num determinado momento da história do capitalismo e que se estende cada vez mais ao espaço

global”, criando novos setores de atividades e novas relações regionais políticas e administrativas.



Fotos 01 e 02: Sinalização dos Circuitos Turísticos Guimarães Rosa e Triângulo Mineiro. Placas as margens das rodovias do Estado de Minas Gerais. De acordo com as propostas do Ministério do Turismo, a Secretaria de Turismo do Estado se apropria dos conceitos de “Circuitos Turísticos”, para elaborar e planejar suas ações públicas de turismo. Sinalização dentro das normas e critérios de Trânsito brasileiro. Vieira Santos, J. C. 2008.

Em praias, montanhas e rios, o turismo representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria (e que entra no circuito da troca), tornando-se um novo rentável ramo da atividade produtiva sob essa determinação. Nesse sentido, os lugares passam a ter existência real em decorrência de sua trocabilidade por intermédio da atividade dos promotores públicos e privados que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução dos capitais investidos.

Nessa temática, Carlos (1999, p. 178) define o papel de homogeneização do Estado, porque o espaço produzido serve cada vez mais às necessidades de acumulação. As relações de produção que engendram as atividades de repartição e consumo realizam-se sob a égide da liberdade, igualdade, do reproduzível, do repetitivo, anulando as densidades no espaço e no tempo, destruindo a natureza e o tempo social. Não diretamente para o turismo, Souza (1976, p.119) destaca em sua obra que:

No escalão imediatamente inferior ao do Estado, deveriam ser definidas unidades de planejamento, para as quais seriam elaboradas políticas diferenciadas de desenvolvimento, que permitissem um aproveitamento mais efetivo dos recursos regionais e locais, consubstanciando-se estas políticas em planos regionais, nos quais se fixem diretrizes indicativas de desenvolvimento, a serem adotadas pelos diferentes órgãos do Governo e propostas à iniciativa privada (M. ADÉLIA DE SOUZA, 1976, p.119).

Essa proposta viabilizaria não só o planejamento de vários setores sociais e econômicos, entre eles, a atividade turística. Neste sentido, outros conceitos, por exemplo, de região turística irão aparecer, entre eles está o de Gomes (2008, p.25) e Seabra (2007, p.97), observando que uma região geográfica limitada pode ser entendida como “Circuito Turístico (Foto 03)”, isto é, um agrupamento de municípios com características turísticas semelhantes, que segue uma rota de ligação entre municípios potencialmente turísticos e relativamente próximos entre si, configurando-se um espaço turístico (Foto 04). O agrupamento dos municípios reduz os custos do investimento em infraestrutura e serviços, encurtando as distâncias percorridas e possibilitando maior mobilidade do visitante.



Foto 03: Região do Alentejo em Portugal. Utilizando da denominação Circuito para sinalizar os destinos nas margens da rodovia. Foto 04: Zona Turística na cidade de Paris. Um dos principais destinos turísticos do mundo. As gestões de todos os espaços turísticos ficam a cargo da “Office de Tourisme et des Congrès de Paris” que é um órgão público criado em 1901. Cabe a esse órgão público recepcionar e disponibilizar informações aos turistas e promover a cidade como centro internacional de moda e cultura. Vieira Santos, J. C. 2008.

Caso contrário às definições de Gomes e Seabra ocorre na prática do “Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil” do Ministério do Turismo, pois aparece no projeto um excessivo número de municípios compondo cada região turística. Dessa maneira, as dificuldades de estruturar os processos regionais e oferecer aos visitantes oportunidades para conhecer atrativos diversos serão um desafio para os sujeitos sociais regionais.

Diante dos conceitos apresentados, defende-se a ideia de que a região turística pode ser compreendida a partir dos conjuntos de “lugares” onde os visitantes se fazem presentes, pois segundo Carlos (1996, p.19), a redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do

processo de globalização e é possível ainda pensar o lugar como singularidade observando-se as suas particularidades. O lugar é uma noção que se desfaz e se despersonaliza diante da tendência ao homogêneo, pois é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, é a porção do espaço apropriável para a vida (CARLOS, 1996, p.20-25).

Não há turismo sem lugares, pois o lugar, além de suporte, é uma base conceitual para compreensão do fenômeno turístico. O turismo não passa de uma abstração e o que existe de fato são lugares e as viagens, que somente em uma circunstância formam o chamado turismo (CORIOLANO, 1998, p.110). Cara (1996, p. 69) escreve que construímos as nossas representações de mundo a partir dos lugares:

En Geografía el cotidiano se ha revalorizado a partir de conceptos de identidad, de espacio vivido, y fundamentalmente a partir del concepto de lugar. Construimos nuestra representación del mundo a partir de lugares. Sin embargo, tiempo y espacio confluyen en lo cotidiano (CARA, 1996, p.69).

Santos (1999, p. 111-121) considera o vivido “como resultado de fatos que elevam o lugar como pertencimento, como uso do real”, isto é, ao “considerar o lugar como sendo a expressão de relações em que emerge o vivido, porque é nele que ocorre a unidade da vida social, seguramente, estaremos em condição de não banalizarmos as diferenças”. Para Bezzi (2004, p.225), na atualidade, o território é formado “de lugares contíguos e de lugares em rede. Entretanto, embora os lugares, os pontos sejam simultâneos, ocorrem diferenciações funcionais divergentes e até opostas”. As combinações se fazem em lugares historicamente determinados:

[...] de forma que a combinação de recursos (homens, capital, infra-estruturas, instituições, ecologia) se transforma em sinônimo de localização. Pode-se falar, então, de uma diferenciação espacial e de uma definição específica para cada lugar. Os recursos totais estão geograficamente distribuídos de forma concreta através da combinação de segmentos ou frações de recursos (SANTOS, 1979, p.29).

Santos e Melazo (2004, p.186) observam que o lugar, como oferta turística para se manter como tal, não basta possuir somente recursos naturais e culturais, o turismo precisa atuar conjuntamente com outros campos do conhecimento. A compatibilidade do meio natural com o cultural, muitas vezes, não é considerada nos planos e planejamentos turísticos, sobretudo de iniciativa do poder público.

Nesse debate, pode-se afirmar que os projetos estatais propõem a sua regionalização a partir de um conjunto de lugares turísticos e, de acordo com Cruz (2003, p.07-08), o lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para se referir aos lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos.

O lugar turístico apropriado pelas políticas de turismo corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais

significativa das atividades e relações turísticas. Os meios de hospedagens e as infraestruturas de lazer são objetos característicos de lugares turísticos, cabendo ressaltar, no entanto, que esses não são suficientes para definir a presença da atividade de uso exclusivo do turismo.

Portanto, concordando com Cruz (2003), o principal elemento que caracteriza o lugar como turístico é o turista. Todo território em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro pode ser considerado um lugar apropriado para a prática social do turismo. Dessa forma, o visitante é que diferencia o lugar turístico de outros lugares, ou seja, de outras regiões onde o turismo não está socialmente determinado.

Para Banducci Jr. (2001, p.22), esse turista é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras épocas e em outros lugares, distanciado de sua vida cotidiana. Na relação da categoria região com as denominações do turismo, Santos (2009, p.07-08) destaca que:

[...] regiões, conjuntos de lugares aparecem como contributos para a formação de destinos turísticos, que no olhar da Geografia não perde a sua dimensão espacial humana, ou seja, é também um espaço fundamental à vida dos homens e onde ocorrem as apropriações, práticas cotidianas, articulações e modos de vida que são componentes primordiais no ordenamento regional uma vez que os destinos turísticos se organizam de acordo com os atrativos turísticos oferecidos (SANTOS, 2009, p.07-08).

A estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores e alcançar objetivos imediatos e localizados, além de proporcionar relações sociopolíticas diretas e viáveis, contribui para a solidariedade espacial. Trabalhar a escala regional não significa isolar-se da escala global, pois o regional não se explica por ele mesmo e, sobretudo, insere-se de forma atuante no espaço nacional. Assim, a região, o município e comunidades estão relacionados ao nacional e global, e essa articulação abre espaço para o fortalecimento de organizações locais (CORIOLANO ET AL, 2009, p.84) envolvidas com a atividade turística.

Ao pensar o conceito região fomos identificando os processos históricos e neles elementos que poderiam possibilitar a reativação de economias, dinamizar comunidades, mediante o aproveitamento de recursos endógenos, levando as políticas públicas de fortalecimento do turismo interno e interiorano. Desse modo, as propostas estatais de regionalizar o espaço a partir de conjuntos de lugares com atrativos turísticos “respalda-se nos conceitos de região e de territórios, espaços geográficos de interação do homem com os ambientes, dando origem a diversas formas de organização sociais e de relações sociedade natureza (CORIOLANO et al, 2009, p.84)”. E, assim, pode-se aceitar que o processo de regionalização atenda finalidades políticas com base em interesses econômicos.

A partir da teoria discutida até o momento, a região conceituada como turística não poderá ser definida pela homogeneidade de atrativos e continuidade dos mesmos, mas sim pelas pequenas distâncias percorridas pelos visitantes. Portanto, para melhor compreender a criação das atuais regiões turísticas brasileiras, faz-se necessário entender as transformações e evoluções das políticas públicas de turismo no Brasil.

1.4. TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: do Século XX a criações de regiões turísticas no Século XXI

Segundo Cruz (2002, p.25), a importância das políticas públicas de turismo foi negligenciada, no Brasil, ao longo dos tempos, principalmente por parte dos poderes públicos que tinham a responsabilidade de criá-las e implementá-las. Por isso, é interessante, neste momento, fazer o resgate da trajetória histórica das políticas estatais de turismo nacional, principalmente nas primeiras décadas do século XX e início do século XXI, onde há uma intrínseca relação das políticas de Estado com a organização dos espaços turísticos.

De acordo com Gomes (2008, p.16-20), esse período pode ser dividido em 4 fases do turismo no Brasil. A primeira, ocorre entre o início do século XX a 1965; a segunda, entre 1966 a 1987; a terceira, de 1988 a 2002 e a quarta fase de 2003 aos dias atuais.

Na primeira fase do turismo brasileiro, o setor representava uma atividade econômica incipiente, com ações desarticuladas, mostrando apenas a finalidade de atrair consumidores internos. Essas ações realizadas no país eram dispersas, sem dimensões políticas e não conseguiam desenvolver as economias estaduais (CORIOLANO, 1998, p.60). Ainda nesse contexto, Silva Júnior (2004, p.57) destaca que ao observar a evolução do turismo no Brasil, percebe-se que o desempenho do setor foi mais resultado de fatores circunstanciais, ocasionais, conjunturais e até mesmo climáticos do que resultado de uma política nacional de turismo, de um esforço político organizado e planejado.

Na segunda fase e, especificamente em 1966, foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e surgiu também o atual Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) definido naquele período como a:

Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada em 1966 pelo então presidente da República, marechal Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 55 de 18/11/66, bem ao estilo da atuação do governo militar, isto é, do planejamento estratégico através de multiplicações de empresas e agências federais, tenta acelerar a modernização do território e da sociedade (CORIOLANO, 1998, p.60).

A Embratur atuava por meio de uma legislação que controlava o número de agentes de viagens que trabalhavam no setor de turismo brasileiro. Em 1979, o órgão iniciou a classificação dos hotéis nacionais por número de estrelas, medida que ajudou no conhecimento da rede hoteleira do Brasil, pois os hotéis almejavam obter o título de cinco estrelas (CORIOLANO, 1998, p.63). Na década de 1970, o Nordeste despontava como promissor ao turismo e nascia, nos governos nordestinos, a ideia de explorá-lo como atividade econômica, o que se efetivou somente na década de 1990.

A terceira fase do turismo brasileiro é marcada pela efetivação do setor como atividade econômica importante na região Nordeste. Em 1992, foi criado o Prodetur-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), no governo Collor (CORIOLANO, 1998, p.61). Esse governo nacional responsável pela abertura econômica do país, embora não tenha conseguido consolidar uma política de turismo brasileiro, criou um programa de crédito para o setor público que apresentou condições favoráveis à expansão e à melhoria da qualidade da atividade turística para a região nordeste.

Nesse mesmo ano, inspirada nas propostas e instrumentos operacionais elaborados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), a Embratur lançou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT⁹), a fim de descentralizar as ações de planejamento político, motivando os municípios a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. A participação nesse programa, contudo, foi definida como voluntária e para estar efetivamente envolvido, o município tinha que estar inserido ou vir a participar de programas da Embratur. Um deles era focado na identificação dos municípios priorizados pelo turismo, preenchendo os requisitos do relatório de informações turísticas (Rintur), que identificava as cidades turísticas ou com potencialidades turísticas.

A partir de então, as prefeituras que quisessem participar do PNMT indicavam seus representantes no programa, que eram também monitores municipais. Esses sujeitos realizavam as junções e a coordenação dos setores, órgãos e instituições locais que eram parceiras do programa. Essas entidades estavam presentes nas oficinas realizadas e no desenvolvimento local do Plano Nacional de Municipalização do Turismo. A partir de:

⁹ A concepção do PNMT no Brasil foi inspirada nas propostas e instrumentos operacionais elaborados pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que publicou em 1993 o documento Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais, escrito por George McIntyre (PORTUGUEZ, 1999, p.42; SILVA JÚNIOR, 2004, p.64). De acordo com Silva Júnior (2004, p.60-62), o PNMT foi criado conforme a Lei número 8.490, de 19 nov. 1992, e regulamentado pela Portaria número 130, de 30 de março 1994. Segundo Beni (1997, p.82) essa orientação global para todos os municípios brasileiros os obrigou a lançarem-se em busca de atrativos turísticos próprios para a conquista de segmento de mercado, induzindo administradores e empresários locais a verem no turismo a solução para o rápido desenvolvimento socioeconômico.

[...] 1993, vários municípios brasileiros iniciam a implementação desse programa, criando-se maior consciência de que o turismo deve ser também uma atividade municipal. Sendo uma ação que se desenvolve tendo por base atrativos localizados, utiliza serviços e produz impostos primordialmente municipais, nada mais lógico do que haver um planejamento e um gerenciamento das ações turísticas no município [...] (CORIOLANO, 1998, p.76).

Os princípios gerais do PNMT¹⁰, na última década do século XX, eram a descentralização, a sustentabilidade, as parcerias, a mobilização e a capacitação. O programa buscava entre suas ações e objetivos criar comitês estaduais, estimular instituições públicas e privadas, conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de emprego, melhoria de qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Gomes (2008, p.25) destaca que, no final da década de 1990, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SETUR-MG) e elaborou-se uma política de turismo para o Estado, tendo como eixo principal a criação dos Circuitos Turísticos. Dessa forma, fica evidente que a atual proposta do governo nacional de política pública de regionalização do turismo já ocorria em outros Estados da nação. Aproximando-se do final do século XX, especificamente no dia 11 de novembro de 1999 criou-se em Goiás a AGETUR (Agência Goiana de Turismo/Atual Goiás Turismo), jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio.

No Brasil, segundo Gomes (2008, p.18), a quarta fase inicia-se, no primeiro dia de mandato do Governo Lula, em janeiro de 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo – Mtur. Logo após, foi implementado seu planejamento turístico, o Plano Nacional do Turismo (PNT 2003-2007). É interessante, neste sentido, apresentar a proposta e alargar a discussão acerca da Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

¹⁰ É relevante lembrar, que a implementação do PNMT ficou a cargo da EMBRATUR que era vinculada ao Ministério do Esporte e do Turismo, que procurava incentivar a descentralização administrativa do turismo num programa lançado em 1994 na cidade de Vitória (ES) (PORTUGUEZ, 1999, p.42).

1.5. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NOVOS DESTINOS TURÍSTICOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO: o Estado apropriando-se do conceito de região para se fazer presente nos lugares

Segundo o Ministério do Turismo (2004, p.10), para a criação do projeto de nova configuração regional do turismo nacional foram analisadas as orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), da *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST)* e, ainda, as experiências de outros países.

As temáticas que fundamentam o Programa de Regionalização do Turismo, proposto pelo Estado brasileiro, são: sustentabilidade e turismo, formação de redes e ação municipal para a regionalização, sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional, planejamento estratégico de desenvolvimento do turismo regional, roteirização turística, promoção e apoio à comercialização, sistema de informações turísticas, sistema de monitoria e avaliação do programa.

Vale salientar que dentre as questões citadas, os eixos orientadores deste trabalho são: redes, roteirização e sensibilização. A proposta do Estado para os conjuntos de lugares no interior do Brasil estabelece as seguintes estratégias:

Consolidação de uma estrutura de coordenação municipal, regional, estadual e nacional; Aplicação de instrumentos metodológicos que possam responder às necessidades nacionais e às particularidades de cada realidade: inventário da oferta turística; matrizes para a definição, estruturação e avaliação de roteiros; métodos e técnicas para a mobilização e organização local com foco na região; Definição de parâmetros de modelo de acompanhamento e avaliação; Implantação de um sistema de informação que resgate, reúna, organize e faça circular dados e informações (MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur, 2004, p.10).

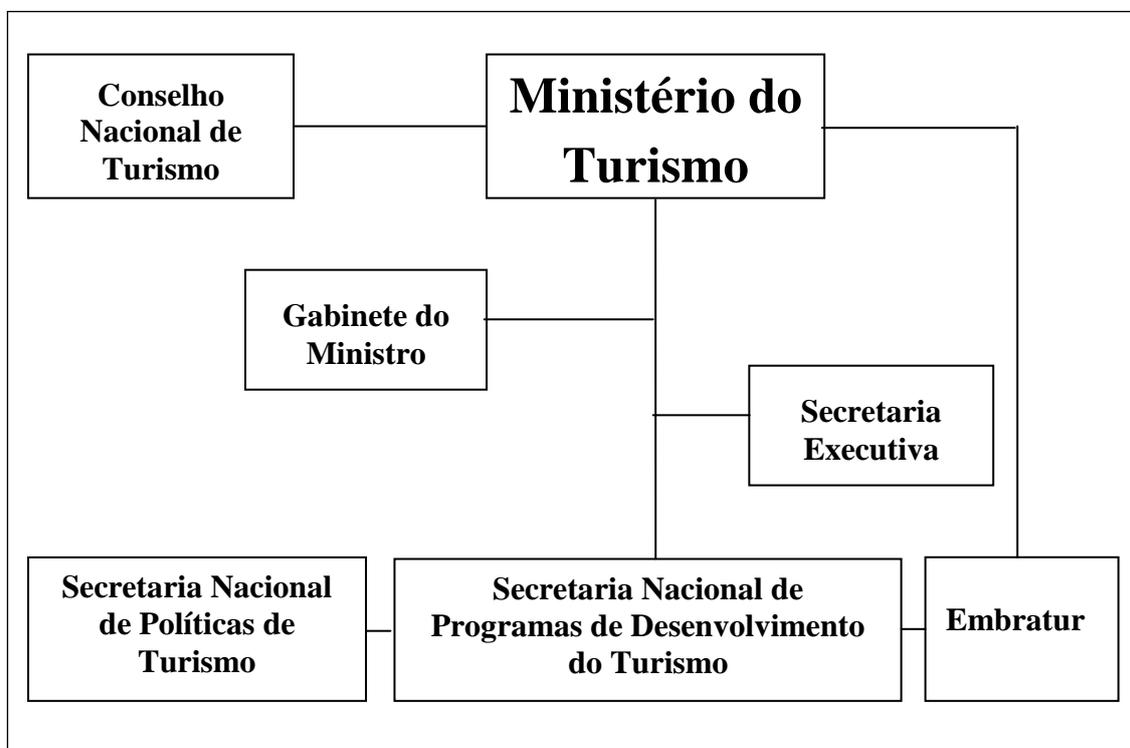
O referido projeto propõe tratar a região diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste (Ministério do Turismo, 2004, p.11) e também não vai ao encontro das divisões administrativas estaduais que seguem critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Cria-se, então, uma estrutura de funcionamento do Ministério do Turismo (Figura 01), em que o Conselho Nacional de Turismo (CNT) fica como um órgão colegiado que assessora o ministro de Estado do turismo na formulação e aplicação da política nacional de turismo e dos planos, programas, projetos e atividades dela derivados. Nesse caso, o CNT discute e formula propostas para o planejamento e execução da política nacional de turismo, acompanha as ações e fornece subsídios para eventuais ajustes, assegurando a transparência do processo de execução da política nacional desse setor. O Conselho também apoia o MTur no

fortalecimento e implementação das políticas de turismo, bem como analisa e sugere soluções para assuntos de interesse da atividade turística nacional.

Dentro dessa estrutura, o gabinete do ministro assiste ao chefe de Estado do órgão em sua representação política e social, ocupa-se das relações públicas e se dedica ao preparo e despacho do seu expediente pessoal. Também promove a articulação entre o ministério e os órgãos que compõem a Presidência da República. A Secretaria Executiva auxilia o ministro na definição de diretrizes e políticas no âmbito do turismo em observância às diretrizes propostas pelo CNT.

Figura 01: Organograma de Funcionamento do Ministério do Turismo



Fonte: Ministério do Turismo (MTur), 2007. Organização: Vieira Santos, J. C.

Esse conselho supervisiona e coordena as atividades das secretarias integrantes da estrutura do MTur e da autarquia vinculada – Embratur, além de exercer o papel de órgão setorial dos sistemas de Governo Federal (planejamento e orçamento, recursos humanos, modernização administrativa, etc). Acompanhando essa estrutura, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTUR) subsidia a formulação, a elaboração e o monitoramento da PNT, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo.

Além de monitorar e avaliar a execução da política nacional de turismo (PNT), a SNPTUR coordena a elaboração do Plano Nacional de Turismo e implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo com o CNT, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 unidades da federação. Segundo Ministério do Turismo (2004, p. 12-13), o atual programa de regionalização do turismo está estruturado para concretizar:

[...] no médio prazo, uma transformação na oferta turística nacional. Orientando a ação executiva para: ordenamento, normatização e regulação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento; infra-estrutura; promoção e comercialização. As diretrizes políticas articuladas possibilitam a construção da matriz operacional do programa, derivando estratégias concretas e linhas de ação específicas. A primeira delas é a gestão coordenada, onde a formação de parcerias com vistas ao compartilhamento de propostas, responsabilidade e ações que envolvem os governos federal, estaduais e municipais, bem como a criação de instâncias que promovam a integração destes à comunidade nas etapas de planejamento, implementação e avaliação (MTUR, 2004, p.12-13).

É possível dizer que, para atingir as temáticas defendidas pelo programa, defende-se formas de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada. Segundo a literatura do Ministério do Turismo, para cada nível de abrangência, o programa coordena as respectivas instituições e ações correspondentes, destacando as seguintes etapas ou níveis:

O primeiro nível – Nacional – MTur, apoiado pelo Conselho Nacional de Turismo: Definição de diretrizes e estratégias; Planejamento das ações estratégicas; Coordenação da ação executiva; Articulação e negociação dos recursos políticos, técnicos, normativos e institucionais com as diferentes esferas de governo, iniciativa privada e organismos internacionais; Monitoramento e avaliação das ações do programa; Produção e disseminação de dados e informações. Segundo nível – Estadual – órgão oficial de turismo, apoiado pelo Fórum Estadual de Turismo: Formulação de diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais; Formulação e execução do planejamento das estratégias regionais; Negociação dos recursos políticos, técnicos, normativos e institucionais com as diferentes esferas de governo, iniciativa privada e organismos internacionais; Coordenação de ação executiva local e regional; Mobilização e articulação de recursos e parcerias no âmbito local e regional; Monitoramento e avaliação; Produção e disseminação de dados e informações. Terceiro nível – Regional – instância a ser definida e estruturada no processo de implementação do programa, apoiado pelo órgão estadual de turismo e pelo Fórum Estadual de Turismo: Mobilização do conjunto de parceiros para a adesão ao programa; Integração das ações intra-regionais e interinstitucionais de modo a se constituir uma instância gerenciadora destas regiões; Planejamento das estratégias operacionais do programa no âmbito da região, em conjunto com as organizações sociais, políticas e econômicas, integrando as ações estaduais e nacionais; Acompanhamento e avaliação das etapas de execução (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.14).

A construção desses ambientes regionais está diretamente relacionada ao movimento dos grupos sociais locais quando são percebidas as diversas maneiras de se produzir e reproduzir o desenvolvimento, considerando-se o relevante papel de cada grupo no conjunto dos

territórios e da sociedade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.15). Para o órgão estatal, a proposta é transformar o “modelo mental” de pensar o território a partir do município e aceitar que as características históricas, culturais, ambientais, humanas, sociais, econômicas e políticas constituem um conjunto de relações de interdependência além das fronteiras geográficas. A experiência acumulada com o processo de municipalização do turismo permite tal avanço.

Entre os objetivos do Estado está estruturar um centro de documentação nacional, alimentado por núcleos regionais e estaduais que resgate, reúna, organize e faça articular dados e informações, confiáveis e atualizados, acerca das regiões turísticas do Brasil. O sistema de informação está apoiado em três eixos estratégicos.

O primeiro eixo é o inventário da oferta turística, ou seja, é o instrumento que permitirá periodicamente, a identificação de informações referentes a atrativos, equipamentos, serviços e infra-estrutura de apoio ao turismo existente nos municípios. As orientações e os procedimentos necessários para a elaboração do inventário exigem posturas políticas e estratégicas na sua aplicação, pois a partir do conjunto dessas informações definem-se as prioridades de investimentos, qualificação de produtos e serviços e a formatação de roteiros. As informações obtidas e sistematizadas constituem poderoso instrumento de planejamento e de aceleração do desenvolvimento nos âmbitos municipal, regional, estadual e nacional. Segundo eixo – Banco de Dados – o sistema modela-se, com a base de dados a partir do inventário da oferta turística e pelos indicadores e padrões definidos pelo sistema de monitoramento. Posteriormente, devem incorporar outros módulos que possibilitem a integração com redes nacionais e internacionais, gerando estatísticas, informações, análises, cadastros e estudos, organizados e em permanente atualização, para uso da rede de parcerias e do público em geral. Comunicação é o terceiro eixo: organizar, publicar e distribuir a informação é uma das responsabilidades do programa, como forma alternativa de conscientizar, qualificar, esclarecer e informar a todos os envolvidos direta e indiretamente no processo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.16).

A atuação descentralizada do programa estatal de turismo é orientada pelo princípio federativo e, por conseguinte, os Estados e o Distrito Federal, apoiados nos Fóruns Estaduais de Turismo, são os efetivos articuladores e promotores do planejamento, execução e avaliação da gestão compartilhada. Duas abordagens de descentralização orientam o modelo de gestão do Programa de Regionalização do Turismo:

A primeira delas é a descentralização de Estado para Estado, na qual as competências e responsabilidades vão da União para o Estado, do Estado para a região turística e da região turística para o município. No segundo caso, acontece à descentralização do Estado para a sociedade, que, por meio de colegiados participativos, assume um papel de natureza pública, atuando efetivamente no planejamento e na execução das ações de desenvolvimento da atividade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.16).

Considera-se, nesta discussão, o planejamento como um processo de ação contínua, com o propósito de contornar dificuldades como as incertezas, riscos, descontinuidade e choques de interesses. A resistência à mudança, a estabilidade da implementação e a legitimação tornam-

se pontos sensíveis que devem ser negociados prioritariamente. A estruturação de roteiros traduz-se na concretização formal do processo de regionalização do turismo, bem como a formação de redes de organizações asseguram um processo contínuo de inovação que é um dos determinantes da competitividade.

No contexto da proposta estatal, a oferta de novas regiões e produtos turísticos responde aos principais desafios da redução das desigualdades sociais, da distribuição de renda, da geração de emprego e ocupação, e do equilíbrio da balança de pagamentos. O enfrentamento desses desafios requer políticas públicas apropriadas, que exigem uma nova institucionalidade para o desenvolvimento local e regional, estabelecida estrategicamente com os diversos agentes dos lugares. Nas estratégias do processo de regionalização, o espaço é concebido:

[...] como agente de transformação social e não meramente espaço físico. Assim, planejar e estabelecer seu modelo de desenvolvimento implica o reconhecimento das particularidades territoriais nos planos econômico, político, social, cultural e ambiental. Nessa perspectiva, a participação representativa dos municípios e das regiões é determinante, por se tratar de uma tarefa coletiva de interesses comuns (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.17).

Desse modo, o Ministério do Turismo (2004, p.19) apresenta uma cultura de relacionamentos, que expressa a formação de redes gerando mudanças na gestão econômica, criando novas formas de produção com a articulação da oferta local e regional. O Ministério também estabelece canais de interlocução com as Unidades Federadas, por meio dos Órgãos Oficiais de Turismo das UFs (Unidades da Federação), apoiados pelos Fóruns Estaduais de Turismo e pelas Câmaras Temáticas de Regionalização Estaduais – as quais fazem parte dos Fóruns – onde estas já tenham sido criadas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.17).

Os órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação, por sua vez, se relacionam com as regiões turísticas por meio das instâncias de governanças regionais, instaladas ou em fase de instalação e com os municípios, mediante os órgãos municipais de turismo e suas instâncias de governança que, em alguns casos, são os já criados conselhos municipais de turismo.

Nas diretrizes operacionais do projeto estatal, a inclusão social é inserida como um dos pressupostos do programa e, por isso, o foco é centrado nas populações locais e as decisões e ações que beneficiem a comunidade devem ser priorizadas. É necessária, ainda, a criação de mecanismos de distribuição dos benefícios conquistados para proporcionar um crescimento econômico equilibrado, favorecendo a geração e ampliação de postos de trabalho, além da distribuição de renda.

Para criar e apresentar as novas regiões turísticas do Brasil, o Ministério do Turismo promoveu e coordenou essa ação, contando com o apoio dos Órgãos Oficiais de Turismo das

Unidades Federadas, elaborando um documento com os resultados do trabalho. Diante desses dados, criaram-se as novas regiões turísticas e ficou estabelecido que cada uma delas implementaria a proposta estatal de acordo com seu grau de desenvolvimento local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.10). Cada região turística terá a:

[...] possibilidade de resgatar ou aprimorar as ações já realizadas em seus Municípios por outros planos, programas, projetos e instituições relacionados com a atividade turística, incluindo ações necessárias e/ou ausentes. O aspecto fundamental do processo é a valorização do respeito às peculiaridades locais e o envolvimento de todos os segmentos ligados ao setor de turismo, que devem funcionar como agentes de mudança (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 10).

A regionalização do turismo apresenta, na concepção estatal, um relacionamento entre as diversas esferas do poder público e da sociedade civil, pois exige um esforço no sentido de construir coletivamente uma forma de gestão, visando à integração e articulação entre municípios e Estados. De acordo com o Ministério do Turismo (2004, p.11), o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais torna-se estratégico, pois os veículos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas.

Nesse leque de abordagem, o Ministério do Turismo (2004, p.34) destaca que deve ser dada especial atenção à elaboração e à implementação dos “Projetos Específicos”, como elaboração de roteiros, de infraestrutura turística, de apoio ao turista, promoção e comercialização de produtos turísticos, qualificação e recuperação de patrimônios, pois o conjunto deles determina se os objetivos propostos pelo plano estratégico estão sendo alcançados.

O projeto público apresenta então a competência dos envolvidos; cabe ao Ministério do Turismo a responsabilidade de elaborar e disponibilizar a matriz de sistematização de informações e as orientações, capacitar os gestores para o plano estratégico, disponibilizar apoio técnico e financeiro às regiões para a elaboração deste plano, quando demandado de acordo com as disponibilidades de recursos existentes.

Para desenvolver todo processo de planejamento, desenvolvimento e implementação de planos estratégicos do turismo regional, é necessário que exista uma organização e essa deve encarregar-se da coordenação, acompanhamento e gestão da regionalização turística. Desse modo, o poder público define as competências de cada órgão de turismo perante o programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (Quadro 01).

Quadro 01: Competências dos Órgãos de Turismo perante o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil.

	Ministério do Turismo	Embratur	Órgão Oficial de Turismo das Unidades Federadas	Instância de Governança Regional
Competências dos Órgãos de Turismo Perante o Programa de Regionalização do turismo.	<p>Propor, coordenar, supervisionar e controlar a execução da política de promoção e apoio à comercialização do produto turístico regional no mercado nacional;</p> <p>Avaliar, priorizar e selecionar segmentos e produtos turísticos regionais que atendam às demandas dos mercados nacionais;</p> <p>Avaliar, analisar, estudar e ordenar os canais de distribuição do produto brasileiro, estimulando a integração entre os agentes econômicos envolvidos;</p> <p>Participar de eventos especializados dos diversos segmentos do turismo;</p> <p>Articular parcerias com os agentes econômicos para implementar ações de apoio à comercialização dos produtos turísticos regionais e estaduais no mercado nacional;</p>	<p>Propor, coordenar, supervisionar e controlar a execução da política de promoção e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado internacional;</p> <p>Avaliar, priorizar e selecionar segmentos, produtos e destinos turísticos que atendam às demandas dos mercados internacionais;</p> <p>Identificar oportunidades de promoção e comercialização de produtos turísticos brasileiros no exterior;</p> <p>Identificar novos canais de distribuição para os produtos turísticos brasileiros;</p> <p>Avaliar, analisar, estudar e ordenar os canais de distribuição do produto brasileiro, estimulando a integração entre os agentes econômicos envolvidos;</p> <p>Participar de eventos especializados dos diversos segmentos do turismo;</p> <p>Apoiar ações de comercialização dos escritórios brasileiros do turismo, no exterior, promovendo o produto turístico brasileiro em nível internacional, assim como dos setores de promoção comercial das missões diplomáticas brasileiras nos principais mercados;</p> <p>Observar e analisar produtos e destinos turísticos internacionais, similares ou concorrentes dos brasileiros;</p>	<p>Trabalhar coordenada e integradamente com o Ministério do Turismo e Embratur;</p> <p>Coordenar, juntamente com o Ministério do Turismo, as ações de promoção dos produtos turísticos das regiões turísticas do Estado, em âmbito nacional e internacional;</p> <p>Sensibilizar, mobilizar e motivar a sociedade civil, iniciativa privada, órgãos públicos e não governamentais para que trabalhem integrada e cooperadamente em nível estadual;</p>	<p>Trabalhar coordenada e integradamente com o órgão oficial de turismo na unidade federada;</p> <p>Coordenar, juntamente com a iniciativa privada, as ações de promoção dos produtos turísticos da região;</p> <p>Apoiar as iniciativas de marketing dos empreendimentos turísticos da região;</p> <p>Sensibilizar, mobilizar e motivar a sociedade civil, iniciativa privada e órgãos públicos e não-governamentais para que trabalhem integrada e cooperadamente em âmbito regional;</p>

	MINISTÉRIO DO TURISMO	EMBRATUR	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DAS UNIDADES FEDERADAS	INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL
Competências dos Órgãos de Turismo Perante o Programa de Regionalização do turismo.	<p>Identificar novos segmentos turísticos, produtos turísticos regionais, grupos de consumo, nichos de mercado e oportunidades de comercialização em nível nacional;</p> <p>Priorizar os segmentos a serem trabalhados e promovidos;</p> <p>Promover ações para identificação e análise das melhores práticas em produtos turísticos regionais bem-sucedidos, para estímulo ao aperfeiçoamento de produtos similares em outras regiões turísticas;</p> <p>Estabelecer as estratégias para ampliação da oferta de produtos turísticos regionais comercializados no mercado nacional;</p>	<p>Articular parcerias com os agentes econômicos para implementar ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado internacional;</p> <p>Propor ações de aprimoramento da infra-estrutura e da qualidade dos serviços da oferta turística do País ao Ministério do Turismo;</p> <p>Propor, desenvolver e executar ações de avaliação de destinos e produtos turísticos brasileiros;</p> <p>Identificar novos produtos e segmentos turísticos, grupos de consumo e nichos de mercado, e oportunidades de comercialização;</p> <p>Priorizar os segmentos a serem promovidos e identificar os principais concorrentes internacionais por segmento priorizado;</p> <p>Promover ações para identificação e análise das melhores práticas em destinos turísticos internacionais bem-sucedidos ou concorrentes com os similares brasileiros, para estimular o aperfeiçoamento dos produtos turísticos brasileiros;</p> <p>Propor ao Ministério do Turismo ações necessárias para a melhoria da oferta e dos segmentos priorizados;</p>	<p>Identificar oportunidades de promoção e comercialização de produtos turísticos regionais na esfera nacional;</p> <p>Identificar novos canais de distribuição nacional para os produtos turísticos regionais;</p> <p>Apoiar a iniciativa privada na comercialização dos produtos turísticos do Estado;</p>	<p>Inserir estratégias de marketing no Plano de Desenvolvimento do Turismo Regional da região turística ou elaborarem planos e projetos específicos de promoção e apoio à comercialização;</p> <p>Apoiar a iniciativa privada na comercialização dos produtos turísticos da região;</p> <p>Promover e disseminar a educação ambiental e divulgar as leis e princípios ambientais em âmbito regional;</p>

	MINISTÉRIO DO TURISMO	EMBRATUR	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DAS UNIDADES FEDERADAS	INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL
Competências dos Órgãos de Turismo Perante o Programa de Regionalização do turismo.	<p>Promover ações de familiarização de operadores turísticos brasileiros e internacionais de mercados tradicionais e de novos mercados com produtos turísticos regionais qualificados para o mercado nacional;</p> <p>Realizar eventos estratégicos para promover e dar oportunidades de comercialização de produtos turísticos regionais brasileiros, especialmente no mercado nacional, visando a consolidá-los para alcançar o mercado internacional;</p>	<p>Identificar os produtos e destinos turísticos internacionais concorrentes com os similares brasileiros;</p> <p>Identificar, organizar e disponibilizar informações sobre a estruturação e o modo de operação dos diversos produtos, destinos e serviços do mercado turístico interno;</p> <p>Implantar e manter um sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos e ações para apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado internacional;</p> <p>Estabelecer as estratégias para ampliação da oferta de produtos turísticos brasileiros comercializados no mercado internacional;</p> <p>Promover ações de familiarização entre operadores turísticos brasileiros e internacionais de mercados tradicionais ou novos com produtos e destinos turísticos brasileiros qualificados para o mercado internacional;</p>	<p>Realizar eventos estratégicos para promover e dar oportunidades à comercialização dos roteiros, destinos e/ou produtos turísticos regionais, especialmente no mercado estadual, visando a consolidá-los para alcançar o mercado nacional – salão estadual de turismo;</p>	<p>Promover o trabalho integrado e a cooperação entre os empreendimentos turísticos da região;</p> <p>Conservar e promover a melhoria dos atrativos turísticos;</p> <p>Prestar serviços de informações turísticas.</p>

	MINISTÉRIO DO TURISMO	EMBRATUR	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DAS UNIDADES FEDERADAS	INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL
Competências dos Órgãos de Turismo Perante o Programa de Regionalização do turismo.s	<p>Estabelecer as estratégias para ampliação da oferta de produtos turísticos regionais brasileiros comercializados no mercado nacional;</p> <p>Promover encontros comerciais entre esses operadores nacionais e operadores receptivos locais e regionais;</p> <p>Estruturar e manter atualizada rede de relacionamento com canais de interlocução do programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil;</p> <p>Conservar e promover a melhoria dos atrativos turísticos;</p> <p>Prestar serviços de informações turísticas.</p>	<p>Identificar elementos promocionais que estimulem a promoção e a comercialização dos produtos turísticos brasileiros no exterior;</p> <p>Apoiar as demandas dos escritórios de promoção do turismo brasileiro no exterior;</p> <p>Desenvolver e implementar ações de promoção do turismo de incentivos;</p> <p>Coordenar e qualificar a participação governamental e da iniciativa privada em eventos de promoção turística no Brasil e no exterior;</p> <p>Apoiar a captação de eventos internacionais para o Brasil;</p> <p>Promover encontros comerciais envolvendo operadores nacionais e internacionais e operadores receptivos locais e regionais;</p> <p>Estruturar e manter atualizada uma rede de relacionamento com canais de promoção e distribuição dos produtos turísticos brasileiros, visando a sua consolidação no mercado internacional;</p> <p>Conservar e promover a melhoria dos atrativos turísticos;</p> <p>Prestar serviços de informações turísticas.</p>	<p>Conservar e promover a melhoria dos atrativos turísticos;</p> <p>Prestar serviços de informações turísticas (Ministério do Turismo, 2004, p.52).</p>	

Fonte: Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, 2004. Organização: Jean Carlos Vieira Santos.

O Programa de Regionalização é constituído de módulos distintos, não necessariamente sequenciais, que norteiam as ações operacionais e servem de elo entre elas, e de acordo com o Ministério do Turismo (2004, p.20), o fato de existirem módulos orientadores não significa que o processo de regionalização deva ser iniciado pelo primeiro módulo. Cada Estado e região turística apresentam diferentes níveis de maturidade com relação ao processo e este aspecto deve ser considerado. Segundo as diretrizes operacionais do programa:

Cabe ao Ministério do Turismo: Apoiar, orientar, estimular todas as ações necessárias para a mobilização; Disponibilizar os instrumentos a serem utilizados nas ações de mobilização; Oferecer apoio técnico e/ou financeiro, conforme a disponibilidade de recursos. Compete ao Órgão Oficial de Turismo das UFs: Executar as ações de mobilização previstas; Articular os parceiros para a mobilização das regiões turísticas; Apoiar as atividades regionais do setor turístico e outros afins (Ministério do Turismo, 2004, p.26).

Outras competências são do setor privado apoiando financeiramente as ações de mobilização estabelecidas. Cabe à instância de governança regional mobilizar os sujeitos sociais envolvidos em toda cadeia produtiva do turismo e fora dela, articulando, assim, outras ações da regionalização com os parceiros. Ao órgão oficial de turismo dos municípios, compete articular a integração regionalizada do turismo com os parceiros locais, apoiar o órgão oficial de turismo das Unidades Federadas. Porém, em relação ao papel do Estado, o que se observou no interior goiano foi um setor privado que tem se mostrado desmotivado, desinteressado e desarticulado.

Nos conteúdos do Ministério do Turismo (2004, p.39), presencia-se o Sistema Nacional de Informações Turísticas que abrange todas as áreas do MTur, cujo objetivo é resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre os municípios e as regiões turísticas do país, permitindo a circulação entre as diversas instâncias. A proposta é reunir todas as informações em um único banco de dados. Em seguida, difundi-las por meio de uma estratégia de comunicação. Pode-se considerar que a inventariação fará parte desse processo e, também, um conjunto de informações relacionadas à cadeia produtiva do turismo integrado ao banco de dados do sistema de informações turísticas. As informações das regiões turísticas geradas pelo inventário vão compor o mapa turístico das regiões, Estados e país.

Outro interesse do Estado com o novo modelo de gestão adotado para as regiões do Brasil, está na proposta de interiorização das políticas de turismo, isto é, chama-se atenção para as riquezas do interior, sejam elas: ambientais, materiais, patrimoniais, de suas populações, em contraponto aos prejuízos já impostos pela modernização. Esse propósito pode ser alcançado pela gestão compartilhada, pelo planejamento nacional construído, considerando-se as

especificidades locais com enfoque no desenvolvimento regional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004,p.08).

Para se fazer presente nas municipalidades distantes dos grandes centros e faixa litorânea, o Estado em seu projeto se mostra interessado em aplicar suas políticas públicas de turismo nas regiões interioranas. Porém, essas iniciativas estatais têm dificuldades para se fazerem presentes no interior do país.

Diante do contexto apresentado, vale lembrar que, após o primeiro plano, foi lançado o PNT (2007-2010)¹¹ fortalecendo os interesses pelos aspectos como a sustentabilidade dos roteiros com potencial para comercialização no Brasil e exterior, e a promoção da competitividade. Parte-se para a segunda edição com a criação do Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010) – Uma Viagem de Inclusão, o estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, o plano de *marketing* nacional Cores do Brasil e o plano de *marketing* internacional Aquarela (2007-2010).

Esses projetos buscam ampliar a imagem internacional do país e promover o desenvolvimento do turismo interno nessa primeira década do século XXI. De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.05), o vigor da atividade aumenta a responsabilidade do órgão estatal central em expandir a infraestrutura brasileira e, para isso, prevê investimentos de 504 bilhões de reais por meio do “Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)” até o ano de 2010, porém novas metas econômicas devem ser traçadas até a copa do Mundo de Futebol de 2014.

O Plano Nacional de Turismo (PNT/2007-2010) traz estratégias e estímulos para o mercado interno, com adoção de políticas segmentadas para a inclusão social de turistas, trabalhadores e prestadores de serviços, promovendo a qualificação profissional, geração de novos empregos e incorporação das camadas de baixa renda como clientes do mercado turístico. Esse plano “Uma viagem de inclusão” compreende o turismo como elemento de integração social e construção da cidadania.

O objetivo central do plano é fortalecer o mercado interno, pois de acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.07-11), o turismo interno é a fonte principal de vigor e desempenho desse setor econômico. O PNT avança com o intuito de expandir e fortalecer o mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, mas também com um

¹¹ A Lei nº 11.771 (Subseção II, art. 5º, parágrafo VI) de 17 de setembro de 2008, estabelece entre seus objetivos o de promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estado, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

compromisso de continuidade das ações já desenvolvidas pelo Ministério do Turismo e Embratur.

Como forma de expandir o turismo interno, as novas políticas públicas de turismo trazem como proposta o “Crédito Consignado” para os turistas aposentados e pensionistas com preços promocionais, financiamentos e serviços executados por agências credenciadas. Esse programa foi definido como “Viaja Mais Melhor Idade” e destinado aos cidadãos com mais de 60 anos, com o objetivo de estimular as viagens nos períodos de baixa ocupação dos destinos e proporcionar ao público alvo o conhecimento do Brasil.

O PNT (2007-2010) apresenta, em seus documentos, diagnósticos dos principais destinos turísticos nacionais, pós-criação do Ministério do Turismo, destacando a gestão do turismo interno, os fluxos domésticos, geração de emprego e renda, os novos produtos de qualidade, entrada de divisas, entrada de turistas estrangeiros, infraestrutura de apoio ao turismo, créditos, investimentos, qualificação profissional, promoção, *marketing*, orçamento e resultados registrados pelo setor privado.

Diante do exposto, é de responsabilidade dos órgãos regionais de turismo constituir o fulcro da articulação entre os poderes local, central e as forças vivas da região e lugares eleitos pelas políticas públicas de turismo. Entende-se, então, que a reorganização das estruturas nacionais, regionais e locais do turismo, no âmbito do Ministério do Turismo, é essencial para que o setor possa desempenhar, verdadeiramente, o papel de dinamizador da atividade em benefício dos lugares, regiões e país (CPT – Confederação de Turismo Português, 2005, p.310).

Identifica-se, nesse contexto, a absoluta necessidade de criação de estruturas regionais do turismo, eficazes e eficientes, que possam articular as políticas nacionais com as políticas regionais e locais. Assim, o Estado se fará presente nas realidades locais e, em conjunto com os diversos organismos públicos, ficará em condição de dar respostas às necessidades dos municípios, contribuindo para que sejam ultrapassados os obstáculos à implementação local das estratégias definidas em âmbito federal.

Para os órgãos regionais de turismo, ficarão as responsabilidades de implementação das estratégias nacionais definidas pelo órgão central e a integração da atividade turística na região e municípios, em parceria com os promotores privados, incentivando:

[...] o desenvolvimento turístico dos seus territórios, através de uma clara definição de um quadro de intervenção para os agentes econômicos, por forma a atrair os investimentos para o seu conselho, garantindo que as mais valias geradas pelo setor sejam destinadas ao benefício local. Em complemento, devem aquelas entidades potenciar a correção dos desequilíbrios ambientais existentes, através de planos de recuperação e qualificação do meio ambiente, por forma a desenvolver um

município turístico sustentado. Há, pois que estabelecer estratégias que sustentem esses planos, numa perspectiva de potenciação das vantagens comparativas, preparando o futuro de uma atividade, decorrente de um novo ciclo em que a qualidade e a formação deverão caracterizar a excelência da oferta. Na sua função de dinamizadores da atividade socioeconômica, as Câmaras Municipais devem assumir um compromisso crescente nas suas relações como os órgãos regionais do turismo, por forma integrar a atividade turística na realidade cultural e ambiental do município (CTP- CONFEDERAÇÃO DE TURISMO PORTUGUÊS, 2005, p.310-311).

Municípios e Unidades Federadas devem definir claramente qual o nível de interesse que o turismo assume nos seus planos de governo e, assim, na elaboração dos planos turísticos regionais e municipais focalizar a organização territorial, a qualificação e catalogação dos equipamentos e serviços turísticos e a realização de eventos. Esses fatores são determinantes para o sucesso dos programas de promoção e fixação de investimentos na região, garantindo a articulação entre as municipalidades e os organismos centrais, nomeadamente na transmissão das necessidades e limitações com que os agentes econômicos – públicos e privados – se confrontam localmente na implementação de estratégias.

Segundo a CTP (2005, p.311), os organismos regionais deverão dar suporte à atividade turística nas áreas de assistência aos novos projetos articulados com a agência nacional do turismo, desenvolvendo protocolos com as câmaras municipais, empresas da região e respectivas forças culturais e, ainda promover a assistência, iniciativas e programas de desenvolvimento tecnológico. E, assim, se estabelecerão programas de desenvolvimento turístico regional, preservando-se as peculiaridades culturais, geográficas e gastronômicas.

O papel dos órgãos regionais do turismo (nomeadamente das Agências Regionais de Turismo) nos planos de desenvolvimento regional revela-se de primordial importância, pois o governo central deverá manter o envolvimento na definição política e planeamento do país em geral e das regiões em particular, promovendo a necessária coordenação entre os diversos lugares nacionais, como definem as propostas políticas do projeto brasileiro. As agências de turismo, uma tendência mundial, são exemplos encontrados em solos brasileiros e lusitanos.

É responsabilidade da administração central a definição de políticas que configuram a nação como destino turístico (CONFEDERAÇÃO DE TURISMO PORTUGUÊS, 2005, p.313). Os órgãos regionais do turismo devem submeter os seus planos de ação estratégica à Agência Nacional de Turismo que coordenará, no âmbito da Secretaria de Estado do Turismo, a articulação dos mesmos com a estratégia e os objetivos nacionais, previamente estabelecidos e divulgados junto dos órgãos regionais que, por sua vez, informam os municípios. Localmente, esses órgãos regionais assumirão a responsabilidade do planeamento turístico

para a região onde se inserem, pela definição do produto, controle da qualidade de entidades regionais e promoção turística. Deverão ser incentivados, então os:

[...] Fóruns Regionais de Turismo, englobando organismos públicos e atores privados da região, no âmbito de cada Agência Regional de Turismo, os quais pugnarão pela articulação e concertação das políticas de promoção e desenvolvimento turístico regional, transportando posições concertadas entre os municípios e as Agências Regionais. Para além deste importante papel de articulação das estratégias e políticas nacionais e regionais, os Fóruns Regionais do Turismo desempenharão a função de transmissores e facilitadores. Com efeito o conhecimento da realidade local, dá a cada Fórum Regional a capacidade de funcionar como charneira, isto é, recebendo informação das entidades centrais/regionais e transmitindo informação sobre os seus municípios, nomeadamente as suas necessidades e dificuldades na implementação das estratégias definidas (CONFEDERAÇÃO DE TURISMO PORTUGUÊS, 2005, p.314).

Ainda é possível destacar que a função dos órgãos regionais é de fundamental importância para que os processos decorram de forma célere e eficaz, evitando bloqueios decorrentes de dificuldades de comunicação, atrasos nas respostas e burocracias inúteis. Cabe salientar que estes órgãos são fundamentais na modernização do turismo regional (BAPTISTA, 2003, p.178), em especial, nas regiões do interior do Brasil se for constituído um conjunto organizado e integrado.

Torna-se necessário ainda, incluir nesse processo coordenado, os meios de transporte, alojamento, setores de alimentação, visitas a locais de interesse paisagísticos, museus e igrejas, instalações, equipamentos e espaços para a prática de desportos, circuitos de passeios a pé, instalações para diversão e recreio e centros culturais. A viabilidade de uma região turística depende cada vez mais da capacidade de criar e organizar conjuntos de lugares com atrativos integrados, mas não rígidos ou uniformes, pois os segmentos de clientela não são todos iguais.

É possível dizer que teoricamente o Estado brasileiro apropria-se da categoria de análise geográfica região para difundir os objetivos do planejamento do turismo em vários municípios, sugerindo uma política voltada ao agrupamento, integração e aproximação dos lugares. Assim, pela teoria esboçada pode-se compreender que os conceitos região e regionalização permitirão aos gestores públicos defender seus interesses de organização do espaço, propondo a criação de novos destinos, circuitos e rotas turísticas. Porém, não se pode esquecer que o Estado deve ser cobrado por meio de movimentos sociais organizados, por meio dos quais se exerce a cidadania com clareza e objetividade (RODRIGUES, 2002, p.22).

A proposta estatal apropria-se e desconsidera os limites e fronteiras regionais já existentes, imaginando que as novas regiões se configurarão somente por aquilo que é projetado pelas atuais políticas estatais de turismo e, isso, será demonstrado nesta pesquisa com o Estado de

Goiás. Essa análise demonstra que na proposição de regionalização da atividade turística brasileira, desta primeira década do século XXI, o Estado entende a categoria geográfica região como um conceito que define um espaço homogêneo, imaginando que todas as diversidades e especificidades encontradas nos lugares que formam as regiões, possam ser convertidas em mercadorias ou simplesmente em um único produto, não identificando as contradições.

1.6. CRIAÇÃO DE NOVAS REGIÕES TURÍSTICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS

Recentemente as políticas públicas têm colocado frente às suas ações para o Estado de Goiás visando atender as necessidades do turismo, com o propósito de favorecer a criação de regiões turísticas, além de realizar o levantamento das potencialidades e promoções regionais. Portanto, chega-se especificamente ao Estado goiano. Neste contexto, aparece a Goiás Turismo como órgão público central, responsável pela atual articulação, parceria e sensibilização dos diversos sujeitos sociais no ordenamento espacial e pelo processo de regionalização do turismo na federação goiana.

Pretende-se inicialmente apresentar, por meio de uma abordagem teórica, as transformações ocorridas nas organizações dos lugares de visitação e na estrutura do Estado de Goiás, priorizando as definições e execuções das políticas estatais de turismo ao longo do século XX, até a primeira década do século XXI, que passam a utilizar os conceitos de região para aplicar suas estratégias de presença e gestão dos espaços onde existe a atividade turística.

Historicamente, as políticas públicas de turismo em Goiás, anteriores a Goiás Turismo, tiveram repercussões animadoras a partir da década de 1960, motivadas pela criação da Embratur e do Plano Nacional do Turismo (PNT) (ALMEIDA, 2002, p.200-202). Entretanto, somente no governo de Leonino Caiado (1970-1976) foram adotadas medidas para tornar o turismo um instrumento de desenvolvimento social e econômico. Naquele governo, foi criado o Departamento de Turismo (Detur) e pelo Decreto 188, de 19/07/1971, criou-se o grupo de trabalho de Turismo (GTT).

O objetivo do GTT era identificar as principais regiões goianas com potencialidades turísticas para uma posterior implantação do Sistema Estadual de Turismo. Consta no relatório da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio de Goiás, assinado pelo GTT (1971),

que o Estado não possuía experiência técnica nem estrutura política e jurídica funcional no setor turístico, devendo, portanto, estreitar relações com a Embratur e espelhar-se nos demais Estados brasileiros, a fim de adquirir subsídios para a implementação de uma política de desenvolvimento do turismo.

Sobre as vocações e potencialidades do turismo goiano, o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) limitou-se a recomendar a implementação do turismo nas regiões do Araguaia, Caldas Novas e nas cidades históricas de Goiás e Pirenópolis. Em 1972, o Detur transformou-se em Goiastur (Empresa Goiana de Turismo). A Goiastur possuía uma diretoria subordinada à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, com uma superintendência de promoção de eventos e outra de operações com suas atribuições inerentes.

Ela contava ainda com um órgão consultivo, o Conselho Estadual de Turismo, e administrava o Centro de Convenções, recebendo recursos provenientes da locação do seu espaço físico. Na década de 1980, o governo de Ary Valadão (1979-1982) procurou dinamizar o turismo com estímulos à iniciativa privada, assumindo com empresários o compromisso de intensificar a divulgação nacional e internacional, elegendo as regiões do Araguaia, Caldas Novas (Foto 05), Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Formosa. A administração seguinte deu continuidade às ações com a assinatura do protocolo de intenção entre a Goiastur e Embratur.

Durante esse período, treinamentos e qualificação da mão-de-obra com a participação do Senac¹² foram realizados e surgiu a preocupação de implementar uma infraestrutura turística no Estado. O relatório de 1988 registra uma etapa em que a Goiastur se incumbiu de fomento e fiscalização das iniciativas, planos, programas e projetos pertinentes ao seu campo de atuação. Esse período caracterizou-se principalmente pela promoção de eventos e participação em festas, campeonatos e feiras. Entretanto, de acordo com Almeida (2002, p. 202), são outras iniciativas ali mencionadas para espacializar a atividade turística que merecem destaque:

[...] pesquisa e levantamento para o diagnóstico no Programa Integrado de Três Ranchos, levantamento nas cavernas de São Domingos e o lançamento da proposta para implantação do Polo de Desenvolvimento Turístico da Região Leste Goiana. Essas iniciativas demonstram o empenho da Goiastur em estabelecer uma atividade duradoura baseada em um melhor conhecimento dos atrativos e potencialidades (ALMEIDA, 2002, p. 202).

No ano de 1993, essa atividade foi fortalecida, pois as políticas apoiaram-se na instituição estadual Goiastur, nas empresas privadas, Associação Brasileira dos Agentes de Viagens

¹² SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem. É uma instituição de Educação Profissional aberta a toda sociedade. Site: www.senac.br

(Abav), Sindicato dos Empregados do Turismo (Sindetur), Sindicato dos Gerentes Empresariais do Turismo (SINGETUR) e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhorb). Nesses primeiros anos da década de 1990, o governo goiano ampliou a malha viária pavimentada em mais de 4.000 km e, no dia 19/04/1994, inaugurou o Centro de Convenções do Estado de Goiás, ações que possibilitaram a expansão da atividade turística.

Para Almeida (2002, p. 202-203), apesar de o turismo histórico e cultural nas cidades de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Trindade (Foto 06) e Muquém, as duas últimas com as festas e romarias; era o turismo verde e da natureza e as regiões de águas termais do Rio Quente e Caldas Novas que atraíam maiores incentivos públicos e privados.

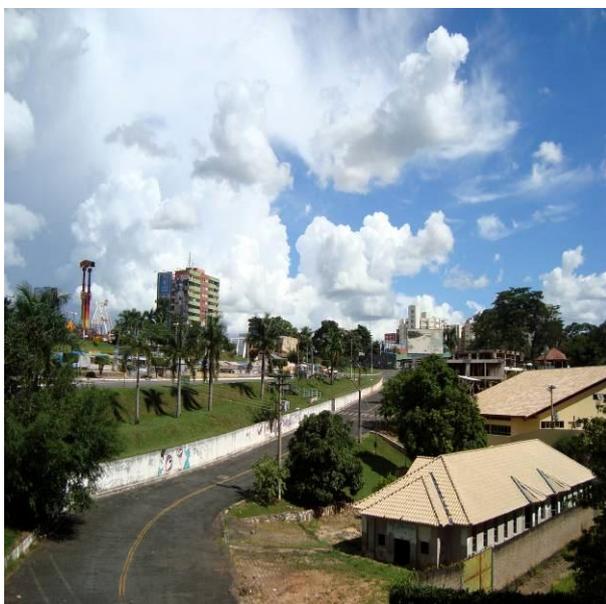


Foto 05: Cidade Turística de Caldas Novas – Goiás. Essa tem como principal atrativo as águas termais. Este núcleo urbano é o principal destino turístico do Estado e, por isso, recebe os maiores investimentos e atenções do poder público estadual. Vieira Santos, J. C. 2008. Foto 06: Cidade de Trindade (GO). Basílica do “Divino Pai Eterno”, lugar que recebe turistas de várias partes do Brasil, colocando o município como principal destino turístico religioso do Estado de Goiás. Vieira Santos, J. C. 2009.

Nessa década, consolidou-se uma maior atuação do Sebrae¹³ na promoção das atividades de turismo e foi criado o Projeto de Execução Descentralizada (PED), que instituiu polos de Ecoturismo no Estado. Conforme Almeida (2002, p.204), o projeto intitulado “Criação de Quatro Polos Indicadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional”, o PED desenvolveu-se em Goiás sob a égide do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), selecionando para esse projeto os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Pirenópolis, São Domingos e Três Ranchos.

¹³ SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Site: www.sebrae.com.br

Sintetizando esse processo histórico, em 11 de novembro de 1999¹⁴, pela Lei 13.550 foi criada a AGETUR (Agência Goiana de Turismo), órgão responsável pela atual execução da política turística goiana e pela interlocução com o projeto de regionalização do turismo – roteiros do Brasil. O regulamento desse órgão foi aprovado pelo decreto número 5.862, de 17 de novembro de 2003, dando autonomia administrativa, financeira, patrimonial e jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio. A partir de 30 de maio de 2008, data da reforma administrativa goiana, a AGETUR adotou a nomenclatura Goiás Turismo¹⁵.

Ainda em 1999, o “Sebrae firma um acordo de cooperação técnico-institucional com a Agetur e promove o primeiro Fórum de Turismo de Goiás (ALMEIDA, 2002, p.212)”. Diante desse quadro histórico das políticas de turismo em Goiás, observa-se um processo de concentração das decisões na esfera central, bem como o controle e a presença dos órgãos estatais na capital Goiânia. Desde a década de 1970, o turismo passou a ser um objeto das políticas de Estado, para que pudesse se fazer presente nas diversas municipalidades e regiões goianas.

Vale ressaltar que as primeiras políticas para a área de turismo em Goiás tiveram um papel fundamental na redefinição de rumos e de inversões de prioridades econômicas em cidades como Caldas Novas, Rio Quente, Trindade e Pirenópolis. A fixação de novas atividades e setores de serviços em seus espaços mostra que as iniciativas valorizadas e a expansão desse setor vão ocorrer também considerando-se os sujeitos sociais inseridos nos tecidos urbanos interioranos e não apenas pelo viés público.

Nesta trajetória histórica, nota-se que os ajustes e investimentos públicos foram maiores nas cidades dos eixos Goiânia-Brasília-Região Sudeste, isto é, na parte central do Estado. Nesse processo pretérito e atual, as ações públicas praticamente abandonaram regiões como o Sudoeste (Microrregião de Quirinópolis) e Vão do Paranã. Parece-nos, então, que as primeiras políticas de turismo definiam seus lugares e regiões prioritárias, promovendo um desenvolvimento desigual da atividade no Estado, e esse modelo continua, em pleno século XXI, fazendo parte dos projetos da Goiás Turismo.

Em uma estrutura hierárquica, a Goiás Turismo seria o topo responsável pela política de turismo de âmbito estadual, mas cujas intervenções e responsabilidades por via descentralizada se processam fundamentalmente nas escalas regional e local. Convém lembrar

¹⁴ Fonte extraída da página www.goiasbrasil.com.br, no “Documento AGETUR – Estratégia e Gestão do ano de 1999”. Consulta realizada em 15 de Março de 2008.

¹⁵ Em 2007, a Goiás Turismo elaborou o Plano Estadual de Turismo, estudo que estabelece metas qualitativas a serem cumpridas até 2011. Fonte extraída da página www.goiasbrasil.com.br.

que, esta pesquisa está diante de uma situação inicial, ou seja, perante a um cenário em construção.

1.7. GOIÁS TURISMO (AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO) E A ORGANIZAÇÃO DAS NOVAS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO

O novo ordenamento proposto pelo Ministério do Turismo, com o objetivo de melhorar a capacidade de gestão estratégica do turismo e implementar o Programa de Regionalização, visa também incentivar a criação de Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) do Turismo nas Macrorregiões do Brasil. Segundo Beni (2006, p.184-186) em países como Portugal e Grã-Bretanha essas ADRs se constituem em agentes na região.

No Estado de Goiás, esse órgão turístico é representado pela Agência Goiás Turismo focando suas ações e discursos, atualmente, no fortalecimento e crescimento do turismo. Propondo fomentar o seu desenvolvimento e os processos socioeconômicos, cultural e técnico-científico, com a responsabilidade de atrair para os diversos municípios convenções, feiras, exposições, congressos, seminários, conferências e outros eventos de caráter local, regional, nacional e internacional, atendendo particularidades setoriais de acordo com a estrutura e vocação de cada localidade. Também se coloca na responsabilidade da Agência Goiana de Turismo, promover a divulgação de eventos em articulação com os demais órgãos estaduais e contribuir:

[...] para a qualidade dos serviços turísticos, no âmbito do Estado de Goiás, que devem ser compatíveis com as características de mercado e com os investimentos em turismo; garantir padrões internacionais de qualidade na prestação de serviços turísticos, atendendo produtivamente às necessidades da clientela; participar de planos e programas turísticos coordenados pelo governo federal e, ao mesmo tempo, promover e facilitar o intercâmbio com as demais entidades turísticas municipais, estaduais, nacionais e internacionais; firmar convênios, acordos, contratos, intercâmbios ou parcerias com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, a fim de facilitar e/ou participar de atividades e processos destinados à melhoria, ao aperfeiçoamento e à inovação do setor turístico (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p.02).

Outra função do órgão é pesquisar fontes de financiamento na esfera do Governo Federal, organismos internacionais, públicos ou privados, manter banco de dados da atividade turística, com vistas a divulgar e promover o surgimento de novos empreendimentos e planejar e desenvolver programas e projetos em articulação com os organismos públicos ou privados. As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar do

órgão são: o conselho de gestão, diretoria executiva, presidência, chefia de gabinete, diretoria administrativa e financeira, diretoria de desenvolvimento turístico, diretoria de operações turísticas e diretoria de relações institucionais.

A aprovação das propostas de planos, programas, projetos, orçamentos, contratação de empréstimos, bem como a sua supervisão e execução é de responsabilidade do conselho de gestão (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p.02-03). As competências da diretoria de desenvolvimento turístico da Goiás Turismo são: executar, com base nos estudos socioeconômicos de mercado, as atividades relacionadas com a aplicação de recursos financeiros, orçamentários e extraorçamentários nos programas e projetos, com vistas a dinamizar a oferta e a demanda do turismo.

Cabe, ainda, ao conselho estabelecer regras e procedimentos para o total aproveitamento da gestão das potencialidades turísticas, desenvolver estudos de viabilidade econômica, analisando as melhores estratégias de implantação de projetos, coletar, organizar, manter e disponibilizar informações e conhecimento do segmento do turismo, desenvolver e aprimorar os instrumentos técnicos necessários à obtenção das informações e padronizações de serviços e produtos turísticos e analisar as oportunidades de mercado, para definição de metas e objetivos mercadológicos.

Desse modo, ainda compete ao órgão mensurar os negócios e mercados turísticos, analisar o perfil dos viajantes, a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o impacto promocional, atender aos desejos legítimos e expectativas dos clientes quanto à qualidade e preço aceitável dos serviços, estimular a pesquisa capaz de gerar novos conhecimentos turísticos e meios de atuação.

Entre outras competências está adotar políticas e diretrizes para melhorar continuamente a qualidade dos serviços e produtos turísticos, executar as atividades descentralizadas da EMBRATUR e atualmente do Ministério do Turismo, desenvolver e consolidar as relações com os organismos estaduais e federais, desenvolver cadeias produtivas turísticas, a fim de otimizar a demanda e a oferta dos negócios turísticos (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p.08). Entre as funções da diretoria de operações turísticas estão promover e executar eventos econômicos, culturais, tecnológicos, científicos, artísticos e empresariais, executar programas, projetos e:

[...] atividades mediante aplicação de técnicas de gestão de eventos, com vistas à articulação com as entidades de promoção turísticas, no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, buscando a troca de conhecimento, cooperação e parcerias; estimular a situação ideal de funcionamento, com ênfase na excelência do atendimento ao cliente nas unidades Avançadas Turísticas; controlar os equipamentos turísticos da AGETUR, administrados diretamente e/ou por meio de

arrendamento à iniciativa privada e/ou conveniados com Prefeituras Municipais; controlar e dirigir a execução das atividades de implantação e desenvolvimento dos serviços de informações turísticas para o atendimento ao visitante e às áreas ligadas ao setor turístico (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p.09).

Para a diretoria de relações institucionais, a função é promover o intercâmbio entre a Goiás Turismo e os órgãos públicos (federal, municipais e estaduais) visando estabelecer parcerias. Também relacionar-se com os parlamentares federais, estaduais e municipais, buscando sua conscientização quanto à importância do turismo na geração de renda e emprego; articular-se com as entidades de promoção turística, no âmbito nacional e internacional, bem como as entidades privadas para a troca de conhecimento, cooperações e parcerias; promover o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de programas e projetos, no que concerne à implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, entre outras atividades correlatas (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p.09).

Essa centralização na Goiás Turismo tem dificultado o órgão estatal a desenvolver suas políticas a partir das densidades regionais, agindo apenas administrativamente e no levantamento (inventário) das potencialidades municipais. Com o objetivo de identificar o nível de desenvolvimento e direcionar apoio técnico e financeiro aos municípios e destinos que integram as atuais regiões turísticas de Goiás, foram definidos 08 critérios para classificar os municípios por meio de pontuação. Para ser classificado como prioritário para o desenvolvimento do turismo em Goiás, o município deverá alcançar o mínimo de 20 pontos.

Alvarenga (2006, p.05) sublinha que a Agência Goiânia de Turismo (Goiás Turismo) trabalha para aproximar os interesses turísticos, unindo os objetivos comuns dos governos federal, estadual e municipal, da iniciativa privada e instituições que atuam na atividade turística. O Quadro 02 apresenta os critérios adotados pela Goiás Turismo na classificação dos municípios. Nesse processo de avaliação, o Ministério do Turismo por intermédio da Coordenação Regional de Goiás, com sede na Goiás Turismo, tem por objetivo identificar os prestadores de serviços turísticos do Estado e com isso oferecer apoio, o que fortalece as estratégias e execuções de ações pontuais e não regionais.

Segundo Alvarenga (2006, p.13), por meio desse cadastramento, as empresas contribuem, oferecendo melhores serviços ao turista, “estimulando o mercado, atraindo novos investimentos para o Estado, habilitando-se para obtenção de recursos, financiamento e participação em licitações, além de ter seu nome divulgado”. Devem-se cadastrar¹⁶ as

¹⁶ O cadastro pode ser feito no site “www.cadastur.turismo.gov.br”, ou por meio de orientações obtidas na sede da Coordenação Regional de Serviços Turísticos - GO. O cadastro tem validade de dois anos, e custa R\$ 100,00 (cem reais). Para cada empresa cadastrada no município é contado o valor de 1 (um) ponto.

agências de turismo, meios de hospedagem, empresas organizadoras de eventos, congressos e feiras e transportadoras turísticas.

Quadro: 02. Critérios de Pontuação Adotados pela AGETUR (Atual Goiás Turismo)

SETORES	PONTUAÇÃO	
Conselho Municipal de Turismo – COMTUR	10 pontos	O objetivo do Conselho Municipal de Turismo é elaborar propostas e estratégias para o planejamento turístico do Município a curto, médio e longo prazo. Deve ser composto por representantes do poder público, da iniciativa privada e o envolvimento do Terceiro Setor.
Fundo Municipal do Turismo	5 pontos	O Fundo Municipal de Turismo é criado através da arrecadação de recursos para subsidiarem as ações necessárias para o desenvolvimento turístico. O FUMTUR deve ser administrado pelo Conselho Municipal de Turismo.
Inventário da Oferta Turística – IOT	10 pontos	O IOT é um levantamento para a identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infra-estrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento.
Plano Municipal de Turismo validado pelo COMTUR	10 pontos	O Plano Municipal de Turismo é a definição das ações que devem ser realizadas e a priorização das mesmas. Este plano deverá ser elaborado com a mais ampla participação, e deverá contar com um profissional em planejamento, para coordenar as necessidades do município, a partir da definição da visão de futuro desejada para o turismo no município e na região a qual pertence.
Leitos Hoteleiros por Municípios	5 pontos	Município com até 200 leitos.
Leitos Hoteleiros por Municípios	15 pontos	Município que possui de 201 a 500 leitos.
Leitos Hoteleiros por Municípios	25 pontos	Município que possui de 501 a 2000 leitos.
Leitos Hoteleiros por Municípios	30 pontos	Município que possui de 2001 a 5000 leitos.
Leitos Hoteleiros por Municípios	50 pontos	Município que possui acima de 5000 leitos recebe a pontuação máxima de 50 pontos.
Centro de Atendimento ao turista – CAT	10 Pontos	Refere-se ao local em que o turista recebe as informações sobre onde hospedar, o que visitar, onde comer e comprar, sobre equipamentos, serviços e atrativos turísticos. O Município é responsável por gerenciá-lo e mantê-lo em pleno funcionamento.

Fonte: ALVARENGA, R. Caminhos em um só destino Goiás – estruturação dos destinos turísticos goianos. 2006. Org. Jean Carlos Vieira Santos, 2009.

De acordo com Alvarenga (2006, p. 14), com os critérios de desenvolvimento e classificação, os municípios são pontuados e classificados como:

- Município Esmeralda: município que conseguiu, no mínimo, 40 pontos e será contemplado com ações de qualificação dos destinos, isto é, estruturação e organização de produtos e roteiros turísticos. É a transformação de recursos em atrativos turísticos, capazes de motivar fluxo turístico;
- Município Cristal: município que conseguiu obter no mínimo 20 pontos e será contemplado com apoio na organização em cadeia produtiva local, sensibilização e mobilização da comunidade (incentivo à criação do COMTUR) e na realização do Inventário da Oferta Turística.
- Município Diamante¹⁷: é o município que conseguiu obter no mínimo 60 pontos e será contemplado com ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos.

Diante da realidade de pontuação apresentada, falar de região turística pode caracterizar força de expressão, pois, as informações identificadas em plena primeira década do século XXI, mostram fatos bastante ilustrativos de ações centradas nos municípios, constatando-se que quanto maior a pontuação, maiores serão os investimentos e atenções recebidas pelo poder estatal. Em geral, em países como o Brasil e principalmente no interior do território nacional, o turismo ainda é organizado, na maior parte, pela administração pública, com pequenas participações dos órgãos de poder central e em maior escala do poder público local, ocorrendo na contramão de países como Portugal, onde a iniciativa privada é uma grande parceira.

E, à medida que o projeto estatal de regionalização do turismo se propaga com a finalidade de acelerar as transformações que se operam no turismo em regiões herdadas, os gestores públicos do setor são obrigados a se posicionar em novas áreas e com novas políticas, levando os organismos governamentais a integrar novas preocupações na elaboração de suas ações. No entanto, as ações preocupadas com as densidades regionais não são visualizadas em Goiás.

É fundamental, porém, respeitar as especificidades regionais que podem exercer um papel importante na integração desses municípios, permitindo uma adaptação mais eficaz dos sujeitos sociais locais. Apesar de o Estado de Goiás continuar não possuindo uma secretaria

¹⁷ Na microrregião de Quirinópolis no ano de 2010, São Simão e Lagoa Santa ocupavam a classificação (Divulgação AGETUR/Goiás Turismo) de cidades turísticas diamantes. Na região Turística das Águas estão na mesma classificação: Caldas Novas, Rio Quente e Itumbiara. Inaciolândia e Três Ranchos estão no posto cristal (<http://www.saosimao.go.gov.br/noticias/2010/07/201007280921/index.htm>, consulta realizada em 31 de julho de 2010).

estadual de turismo para ordenar essa nova realidade, o que se pode sintetizar pelo exposto até esta unidade do trabalho, a partir dos projetos e contextualização histórica do turismo em Goiás, é que a regionalização turística faz parte de um plano mercadológico da atividade, integrando os setores públicos e privados e para seu fortalecimento faz-se necessário uma reestruturação dos lugares, tidos como turísticos, a partir das redes existentes. Não somente ficar pontuando lugares e municipalidades.

O papel do órgão estatal Goiás Turismo, em geral, se resume ao diagnóstico, à regionalização administrativa e à operacionalização das estratégias do governo estadual, pois não ocorre uma sociabilidade com todos os municípios das regiões criadas e, além do mais, as relações propostas são forçadas e não consideram os diálogos daqueles que vivem nos lugares. O Estado só reconhece a região por aquilo que o documento de diagnóstico apresenta, por isso, compreende e define as regiões como homogêneas a partir dos recursos turísticos principais.

Nesse sentido, a criação de regiões turísticas pelo interior e áreas metropolitanas goianas (Goiânia e Brasília) está intimamente relacionada ao administrativo, imaginando que tudo pode se tornar mercadoria. As iniciativas que já existem nas regiões passam simplesmente a fazer parte do documento que considera o quantitativo regional, o que leva a entender que não são consideradas as diversas formas de articulação dos lugares, anteriores às atuais políticas de regionalização do turismo. Diante dessa realidade, antes de apresentar as novas regiões turísticas, é interessante conhecer os limites regionais definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado goiano.

1.7.1. Regionalização (IBGE) anterior à atual proposta da Goiás Turismo e Ministério do Turismo

Segundo Arrais (2004, p. 34), nas últimas décadas do século XX, o Estado de Goiás evoluiu economicamente, integrou-se ao mercado nacional, cresceu em população, enfim, modificou-se em vários aspectos. Isso obrigou o IBGE, na década de 1980, a rever o modelo de região até então vigente. Mas, nessa trajetória histórica, pode-se dizer que regionalizar o Estado foi também papel do governo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan), que agiu da seguinte maneira:

Sul Goiano, Sudeste Goiano (Estrada de Ferro), Sudoeste Goiano, Região Metropolitana de Goiânia, Noroeste (Estrada do Boi), Centro Goiano (Eixo da BR-153), Entorno de Brasília, Oeste Goiano (Eixo da GO-060), Norte Goiano e Nordeste Goiano (ARRAIS, 2004, p.34).

Nesse período, devem-se considerar outros trabalhos desenvolvidos por professores e pesquisadores goianos, que divergem em alguns aspectos das regionalizações propostas, tanto pelo IBGE quanto pelo Estado. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pelo geógrafo Antônio Teixeira Neto, que associa a regionalização ao processo de urbanização e densificação da atividade econômica. Surge em decorrência desse processo, a criação das regiões geoeconômicas do Sudoeste Goiano, do Mato Grosso Goiano, do Sudeste Goiano e do Corredor da Belém-Brasília. Trata-se de um exemplo de regionalização ligada ao desenvolvimento econômico, que não se prende exclusivamente aos limites municipais. De acordo com Arrais (2007, p.227):

[...] de certa forma, o arranjo regional brasileiro se reproduziu aqui, forjando uma estrutura regional fortemente desigual, com partes integradas diferencialmente à economia nacional e internacional. Na verdade, a atual hierarquia regional goiana parece estar ancorada no discurso da competitividade. Existem regiões competitivas que exibem indicadores econômicos de destaque, como o Sudoeste goiano, amparado pelo agronegócio, especialmente no complexo soja-carne. Outras regiões, ditas atrasadas, como o Nordeste goiano, não apresentam um potencial que concorra, em qualquer que seja o indicador econômico (ARRAIS, 2007, p. 227).

O Estado de Goiás é desenhado cartograficamente por mesorregiões e por partes menores que são as microrregiões que apresentam especificidades quanto à organização espacial. Essas classificações não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à unidade da Federação, quer à totalidade nacional.

As especificidades de cada microrregião referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, ao extrativismo mineral ou à pesca. Essas estruturas de produção podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (ARRAIS, 2004, p. 31). Desse modo, atualmente, o Estado de Goiás encontra-se regionalizado, segundo os critérios do IBGE em cinco mesorregiões: Norte Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano, contando com dezoito subdivisões (microrregiões):

[...] 11 delas levam o nome de referência dos municípios, 5 elementos do quadro natural – duas ligadas ao relevo (Chapada dos Veadeiros e Vão do Paraná) e 3 bacias hidrográficas (Meia Ponte, Rio Vermelho e Rio dos Bois) -, uma se refere à localização (Sudoeste) e outra ao processo de urbanização decorrente da construção de Brasília (Entorno de Brasília) (ARRAIS, 2004, p. 33).

As microrregiões de Quirinópolis, Goiânia, Anicuns, Anápolis, Aragarças, Catalão, Ceres, Iporá, Pires do Rio, Porangatu e São Miguel do Araguaia são as nomeadas pelas cidades

principais e levam o nome de referência dos municípios. São dezoito microrregiões no Estado, que foram desconsideradas pelo atual projeto estatal de regionalização turística proposto pelo Ministério do Turismo em conjunto com a Goiás Turismo. É importante lembrar ainda que Goiás conta com duas regiões metropolitanas, a de Goiânia e o entorno do Distrito Federal.

Neste sentido, é relevante frisar que as microrregiões do IBGE seguem os limites administrativos municipais, o que facilita o trabalho com os dados e indicadores socioeconômicos, valendo salientar que o mesmo ocorre em todos os Estados do Brasil (ARRAIS, 2004, p. 33). Nesse ordenamento, os nomes das microrregiões revelam as características e os fatores que tiveram influência na sua conceituação. Por exemplo, na regionalização da década de 1970, não havia sequer uma região em Goiás com o nome de município, característica predominante na divisão atual. Mas as mudanças ocorridas na atual (re)configuração regional do IBGE e na própria denominação verificaram-se em função das transformações econômicas e sociais que aconteceram nas últimas décadas.

Perante essas volubilidades e (re)definições apresentadas, pode-se observar um importante desencontro, em que as políticas estatais chegam apenas às regiões e aos espaços prioritários e, desse modo, é relevante considerar que os diferentes lugares e municipalidades que formam essas microrregiões precisam se organizar a fim de pressionar o Estado, para que esse se faça presente com ações e obras turísticas nas áreas não prioritárias, fato também vivenciado na regionalização proposta pelo Ministério do Turismo.

Dentro das microrregiões e lugares, há um processo de produção do espaço que não elimina as rugosidades, isto é, existem patrimônios históricos, culturais e naturais que só são usados na escala da própria microrregião. Assim, a questão ainda a ser considerada é como o conjunto de lugares se regionaliza de acordo com a perspectiva do turismo. Segundo Arrais (2007, p.23), “olhar para uma região não basta para que possamos compreender o processo de sua produção”, mas:

O caminho escolhido reitera uma postura metodológica que consiste em entender a diferenciação regional como fruto de relações sociais produzidas historicamente, em conexão com o presente e com a totalidade, esta última sendo compreendida com base nas relações entre a “sociedade mundial” e a “sociedade local” (ARRAIS, 2007, p. 23).

Os caminhos e argumentos teóricos são fundamentais para se conhecer e entender essas políticas estatais direcionadas ao turismo e como essas chegam às pessoas, cultura, história, patrimônios, tradições e comunidades diversas que, muitas vezes, ficam na periferia das ações públicas, criando grupos que agem e reagem às imposições das políticas públicas. É preciso considerar o que já se faz presente no contexto regional, para, desse modo, melhor se

representar e caracterizar os conjuntos de lugares ao longo do tempo, a fim de dar continuidade àquilo que já pertence e define o espaço apropriado pelas novas políticas de desenvolvimento turístico regional, respeitando as estruturas social, econômica e ambiental que dão vida à região.

1.7.2. Novas regiões turísticas no Estado de Goiás na contramão da proposta do IBGE

Como já ressaltado, os atuais recortes regionais do Ministério do Turismo não seguem os limites administrativos das meso e microrregiões do IBGE. De modo geral, essas novas regiões foram identificadas pelo Ministério do Turismo (Mtur) por meio de oficinas de planejamento e definição de estratégias para implementação do Programa de Regionalização, realizadas nas Unidades da Federação. No caso de Goiás, as dezoito regiões definidas segundo critérios do IBGE, foram classificadas em nove regiões turísticas (Figura 02 e Quadro 03), englobando, nessa regionalização ou criação de novos destinos turísticos, as 246 municipalidades do Estado existentes até o ano de 2010.

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que a definição das novas regiões turísticas pelo Ministério do Turismo em parceria com a Goiás Turismo, não deixam explícitos os critérios utilizados para essa classificação. Como são critérios obscuros, não fica claro se eles ocorrem a partir dos níveis de infraestrutura turística existente para atender ao mercado atual, ou pelos processos de hierarquia urbana ou polarização de cidades e lugares turísticos, ou pelas vias de circulação, entre outros encontrados na geografia das mesorregiões e microrregiões já definidas por órgãos do Estado brasileiro.

Também não fica explícito, no trabalho desenvolvido pela Goiás Turismo, se as atuais regiões turísticas goianas foram criadas a partir do mapa base da regionalização e da gestão descentralizada (Atlas Turístico Brasileiro) (Figura: 03), pois segundo o Ministério do Turismo (2003/2004, p.03), esse Atlas Turístico é um importante instrumento de trabalho e referência para agentes, instituições e entidades públicas e privadas. Nesse mapa base, destacou-se em Goiás as três regiões turísticas mais representativas do Estado, ou seja, o Caminho do Ouro (Pirenópolis, Cidade de Goiás, Goiânia e Brasília), Chapada dos Veadeiros (Alto Paraíso de Goiás e Brasília) e Águas Quentes (Caldas Novas, Rio Quente e Brasília). Mostrando teoricamente que a Goiás Turismo e Ministério do Turismo não conseguem envolver, em seus projetos, os diversos segmentos sociais regionais, ficando reféns de

interesses políticos que, ao longo das últimas décadas, foram sedimentando os seus interesses em Goiás e, por isso, continuam priorizando lugares que foram, no passado, dinamizados por outras políticas estaduais de turismo.

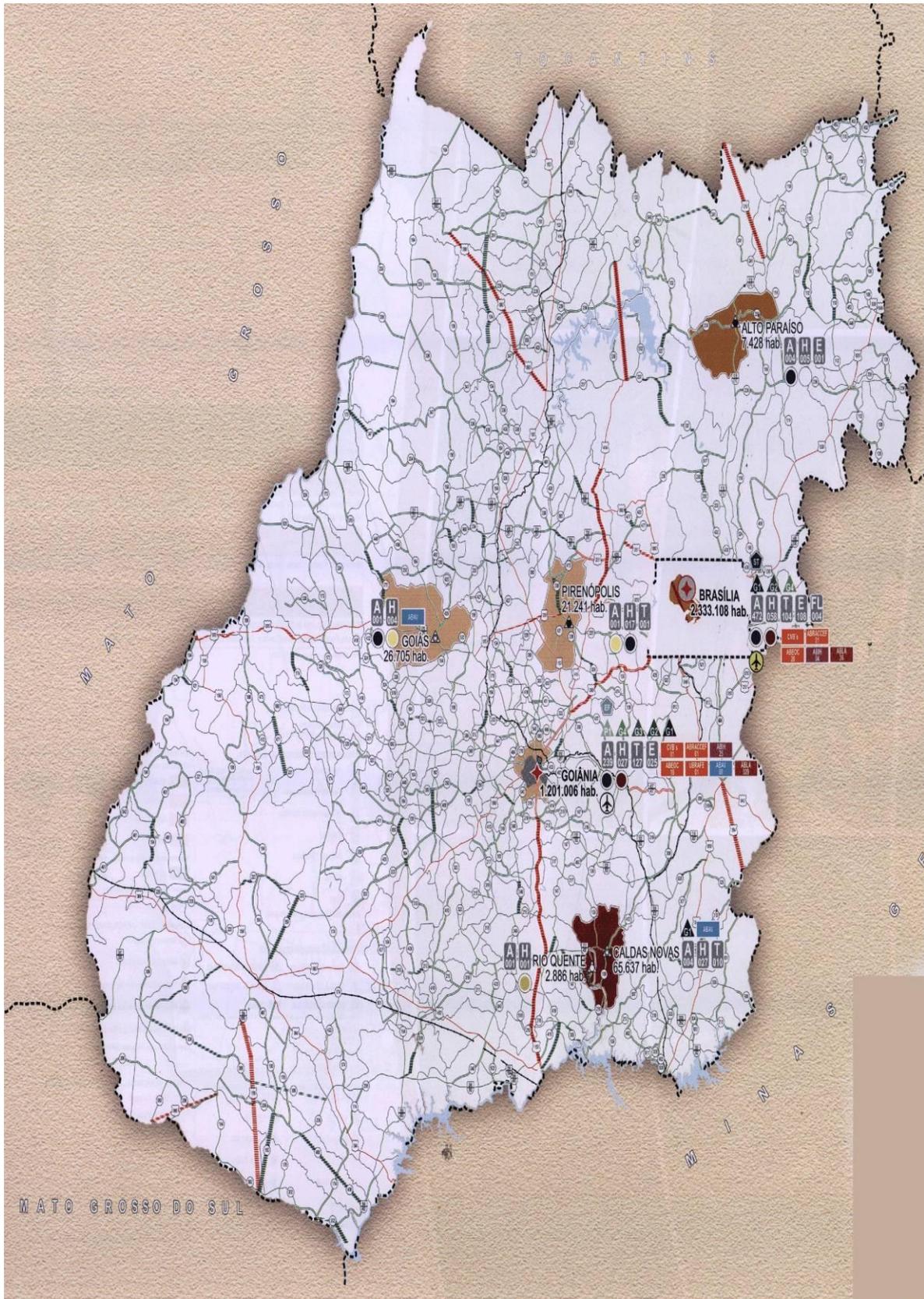
Ao eleger três regiões, o documento Atlas Turístico do Ministério do Turismo excluiu todos os municípios da microrregião quirinopolina e de outras microrregiões do Estado de Goiás, priorizando apenas algumas áreas já conhecidas desde a década de 1970, mostrando que o Estado continua agindo pontualmente, “revelando uma incapacidade e fragilidade institucional para a gestão do turismo (BENI, 2006, p.17)”.

Figura 02: Regiões Turísticas do Estado de Goiás



Fonte: ALVARENGA, R. Caminhos em um só destino Goiás – estruturação dos destinos turísticos goianos. 2006.

Figura 03: Roteiros Turísticos Definidos como Base em Goiás – Ministério do Turismo



Fonte: Atlas Turístico do Brasil – Mapas Base da Regionalização e da Gestão Descentralizada. Ministério do Turismo (2003/2004). Organização: Vieira Santos, J. C. 2010.

Quadro: 03. Regiões Turísticas do Estado de Goiás

REGIÕES TURÍSTICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	NOMES DOS MUNICÍPIOS
Região dos Negócios	26	Abadia de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Araçu, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Campo Limpo, Caturai, Damolândia, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapo, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.
Região do Ouro	19	Abadiânia, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Heitorai, Itaberaí, Itaguarai, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesópolis, Pirenópolis, Santa Rosa de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Francisco de Goiás, Taquaral de Goiás e Vila Propício.
Região Nascentes do Oeste	36	Acreúna, Adelândia, Americano do Brasil, Amarinópolis, Anicuns, Aurilândia, Avelinópolis, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Campestre de Goiás, Cezarina, Córrego do Ouro, Edealina, Edéia, Fazenda Nova, Firminópolis, Indiará, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Moiporá, Mossamedes, Nazário, Novo Brasil, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, São João da Paraúna, São Luís dos Montes Belos, Turvânia, Turvelândia e Varjão.
Região dos Engenhos	16	Cidade Ocidental, Cristalina, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo Bulhões, Luziânia, Novo Gama, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutai, Val Paraíso de Goiás e Vianópolis.
Região da Reserva Biosfera de Goyaz	27	Água Fria de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Formosa, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Mimoso de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Padre Bernardo, Planaltina, Posse, São Domingos, São João d'Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Teresina de Goiás e Vila Boa.
Região do Vale da Serra da Mesa	41	Alto Horizonte, Amaralina, Barro Alto, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Ceres, Estrela do Norte, Formoso, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Morro Agudo de Goiás, Mutunópolis, Niquelândia, Nova América, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Porangatu, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, [Continua].

Regiões Turísticas	Número de Municípios	Nomes dos Municípios
		[Continuação – Região Vale Serra da Mesa]. São Luiz do Norte, São Patrício, Trombas, Uruaçu e Uruana.
Região do Vale do Araguaia	22	Aragarças, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Crixás, Diorama, Faina, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã, Montes Claros de Goiás, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Novo Planalto, Piranhas, Santa Fé de Goiás, São Miguel do Araguaia e Uirapuru.
Região Agroecológica	18	Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão de Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.
Região das Águas	41	Água Limpa, Aloândia, Ananguera, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Alta, Cachoeira Dourada, Caçu, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbamba, Cromínia, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Goiatuba, Gouvelândia, Inaciolândia, Ipameri, Itajá, Itarumã, Itumbiara, Joviânia, Lagoa Santa, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Nova Aurora, Ouidor, Panamá, Paranaiguara, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Quirinópolis, Rio Quente, São Simão, Três Ranchos e Vicentinópolis.

Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, 2004. Org. Jean Carlos Vieira Santos, 2009.

Portanto, esse moderno projeto estatal turístico apresenta elementos que nos levam a compreender que em Goiás houve um processo de regionalização que foi proposto e desenvolvido de “cima para baixo” como em outros Estados do Brasil. Isso significa que o poder central chega sozinho organizando as mesorregiões e microrregiões para o turismo, sem respeitar, porém, as especificidades e as fronteiras e limites regionais já definidos por outros órgãos públicos. Desse modo, compreende-se que tal projeto não vai corresponder às iniciativas dos sujeitos regionais, criando problemas para os poderes sociais, econômicos e políticos dos lugares incluídos no processo de regionalização turística.

A proposta estatal presente no Estado de Goiás, por exemplo, agrupa uma única cidade de uma determinada microrregião a outras. De acordo com esse ponto de vista, pode-se citar o exemplo da cidade de Goiás, que na divisão do IBGE faz parte da microrregião do Rio Vermelho e na divisão do Ministério do Turismo e Goiás Turismo é a única da microrregião do Rio Vermelho que se junta às municipalidades das microrregiões de Anápolis e Entorno do Distrito Federal para formar a “Região Turística do Ouro”, como mostrou o quadro 03. Não se

levam em consideração que as microrregiões possuem uma história de turismo e lazer, independente das atuais políticas públicas propostas para os lugares e regiões turísticas.

Apenas uma única microrregião de Goiás não teve seus limites e fronteiras geográficas alteradas, é o caso do Sudoeste Goiano que forma a “Região Turística Agroecológica”. Porém, olhando para o quadro que define os atuais destinos turísticos de Goiás, não se pode negar que é um projeto do Estado nacional com repercussões diretas nas atuais (re)configurações e organização dos espaços regionais. Durante sua construção e pelos problemas apresentados, compreendemos que essa nova regionalização não defendeu diretamente os interesses dos sujeitos sociais que vivem nos lugares.

A nova regionalização do turismo fragmenta as municipalidades aproximadas pela composição das microrregiões do IBGE e também as microrregiões que formam as mesorregiões (Quadro 04). Entre os vários exemplos, pode-se citar a “Região Turística dos Engenhos”, formada por parte das municipalidades das microrregiões do “Entorno do Distrito Federal, Pires do Rio e Goiânia”, compreendendo as mesorregiões “Leste Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano”.

Nesse âmbito, outras ações do órgão público Goiás Turismo ganham destaque, entre elas, as que definem as toponímias das regiões turísticas goianas; elas parecem não ter partido de uma identidade que a região deveria assumir, mas sim, dando nomes às regiões turísticas a partir dos recursos naturais, identificando-as pela água, o vale, a serra, a reserva da biosfera, as nascentes e ecologia.

Na “Região Turística das Águas” foi valorizado o “Turismo Hídrico” para nomear as regiões das águas quentes, reservatórios hidrelétricos no rio Paranaíba e seus afluentes e as inúmeras cachoeiras existentes. Deixaram de fora elementos como o artesanato, a pecuária, agricultura, culinária, festas regionais, musicalidades e saber fazer dos povos que ocupam essa área de cerrado. Não conseguiram fazer a correlação do turismo com o espaço regional que apresenta áreas de dispersão, deslocamento e atração, pois são nestas áreas que se manifesta materialmente o espaço turístico (RODRIGUES, 1999, p.43).

Compreende-se que para essa formação regional caracterizada pelo desenvolvimento desigual, não existiu um plano de metas das políticas de turismo do Estado de Goiás para todas as microrregiões e, de maneira geral, para as diversas microrregiões e municipalidades nelas inseridas. Contudo, como já afirmado, elas vão se juntar às antigas áreas prioritárias do turismo da unidade federativa. Os investimentos públicos continuam reforçando as desigualdades regionais, sustentando as hegemonias econômicas e políticas de revanchismos impregnadas no contexto histórico goiano.

Quadro 04: Destinos Turísticos a partir das Regiões Herdadas do IBGE

REGIÕES TURÍSTICAS CRIADAS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO E GOIÁS TURISMO	MICRORREGIÕES DE GOIÁS SEGUNDO CRITÉRIOS DO IBGE	MESORREGIÕES GOIANAS
Região das Águas, definida a partir dos municípios das microrregiões de [...].	Quirinópolis, Meia Ponte e Catalão, localizadas na mesorregião [...].	Sul Goiano
Região Agroecológica, a única definida a partir dos municípios da microrregião [...].	Sudoeste Goiano, localizada na mesorregião [...].	Sul Goiano.
Região dos Negócios, definida a partir dos municípios das microrregiões de [...].	Anápolis e Goiânia, localizadas na mesorregião [...].	Centro Goiano.
Região do Ouro, definida a partir dos municípios das microrregiões de [...].	Anápolis, Entorno do Distrito Federal e Rio Vermelho, localizadas nas mesorregiões [...].	Centro Goiano, Noroeste e Leste Goiano.
Região Nascentes do Oeste, definida a partir dos municípios das microrregiões [...].	Vale do Rio dos Bois, Anicuns e Iporá, localizadas nas mesorregiões [...].	Sul Goiano e Centro Goiano.
Região dos Engenhos, definida a partir dos municípios das microrregiões [...].	Entorno do Distrito Federal, Pires do Rio e Goiânia, localizadas nas mesorregiões [...].	Leste Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano.
Região da Reserva Biosfera de Goyas, definida a partir dos municípios das microrregiões [...].	Entorno do Distrito Federal, Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros, localizadas nas mesorregiões [...].	Leste Goiano e Norte.
Região do Vale da Serra da Mesa, definida a partir dos municípios das microrregiões de [...].	Ceres e Porangatu, localizadas nas mesorregiões [...].	Norte e Centro Goiano.
Região Vale do Araguaia, definida a partir dos municípios das microrregiões [...].	Aragarça e Rio Vermelho, localizadas na mesorregião [...].	Noroeste.

Organização: Vieira Santos, J. C. Abril de 2010.

Esse entendimento também nos impulsiona a pensar que o Plano Nacional de Turismo (PNT: 20003-2007/2007-2010) juntamente com a Goiás Turismo não definiram claramente as demarcações das regiões turísticas, isto é, a que limites ou unidades geográficas do Estado de Goiás devem corresponder, e se para os órgãos públicos de turismo atuarem é preciso contrariar as fronteiras regionais existentes, definidas pelo IBGE. Também não se sabe, se os órgãos públicos de turismo se apropriaram da hierarquia urbana existente, dos principais eixos rodoviários federais e estaduais para considerar a atual proposta de regionalização.

Ao que parece, as novas regiões classificadas pelo Estado, a partir do Ministério do turismo, como vocacionadas ao turismo e lazer foram implantadas em descontinuidade com as redes sociais e urbanas que dão fluidez aos lugares e dos sujeitos sociais envolvidos com atividades turísticas exógenas às políticas estatais. Esses elementos podem, nesse aglomerado urbano apresentado em nove regiões turísticas, continuar promovendo o isolamento ou a exclusão de eixos com potencialidades e atrativos principais ou complementares.

As questões políticas que envolvem a categoria geográfica região, perante a nova configuração turística goiana, parecem não se preocupar com as forças políticas dos sujeitos sociais locais envolvidos com o turismo. Essa ação indutora do Estado visando criar novas regiões mostra um novo percurso das políticas públicas, inerentes ao turismo, que poderá até propor uma nova configuração socioespacial. Porém se não houver diálogo com os sujeitos locais, respeito às especificidades locais e regionais, assim como às conexões já existentes, continuará atuando na seleção de espaços e “privilegiando aqueles a serem sacralizados (ALMEIDA, 2002, p. 199)”.

Segundo a realidade regional definida pelo Ministério do Turismo em conjunto com a Goiás Turismo, é possível identificar extensas regiões turísticas, como por exemplo, a “Região Agroecológica” com 56.111.526 km², a “Região das Águas” que possui uma área de 52.440.502 km² e a “Vale da Serra da Mesa” com 48.334.867 km².

Na contramão desse processo, pode-se citar o exemplo internacional, como a “Região Turística Algarve” em Portugal, que possui uma área de apenas 4.996 km². No caso brasileiro, entende-se que não existiu uma preocupação com a escala, por parte do Ministério do Turismo, pois criaram-se regiões turísticas extensas, alterando os conteúdos e limites regionais existentes. Esse imenso recorte espacial também amplia as distâncias entre os lugares turísticos, pois esses espaços com atrativos não são contíguos, dificultam os planejamentos¹⁸ de aproximação das iniciativas públicas e privadas e aumenta as relações de conflitos dos sujeitos regionais envolvidos com o turismo.

Em países como Portugal e Espanha, existem regiões turísticas de grandes dimensões, entre os exemplos, têm-se o Alentejo português com 31.551,2 Km² e a espanhola Andaluzia (Fotos 07 e 08) com 87.268 Km². Nesses países, porém, essas imensas áreas foram compartimentadas, em subregiões, destinos ou áreas de menores dimensões para facilitar o

¹⁸ Para ser bem-sucedido, o turismo exige uma abordagem de planejamento sistematizada e com visão de longo prazo. Uma abordagem estratégica. É uma atividade que não pode prescindir da participação do Poder Público. Não é inteiramente privatizável (PETROCCHI, 1998, p.15-16).

planejamento e a aproximação dos atrativos e sujeitos sociais (públicos e privados) envolvidos com a atividade turística.

A imensa região turística da Andaluzia (VALLS, 2004, p.142-143, tradução nossa) é tratada como uma empresa pública, constituída como sociedade mercantil anônima, cujo capital pertence integralmente ao Instituto de Fomento da Andaluzia, por meio da Sociedade para a Promoção e Reestruturação Econômica da Andaluzia (SOPREA). Essa região de visitação foi criada por iniciativa da Junta da Andaluzia em 1992 e vinculou-se ao Conselho de Turismo e Esportes depois de sua constituição em 1997. Atualmente possui:

[...] web oficial, de cuya gestión se ocupa la Oficina Telemática de Servicios Turísticos de Andalucía, ofrece, por una parte, información general acerca del destino y, por otra, acceso al sistema Sêneca, una central de reservas através de la cual los consumidores pueden realizar todo tipo de operaciones con empresas de alojamiento, transporte, restauración, etcétera (VALLS, 2004, p.143).



Foto 07: Sinalização Turística de Sevilha. Indicando o lugar de atendimento aos visitantes que chegam à cidade.
Foto 08: Cidade de Sevilha na Andaluzia (Espanha). A quarta maior urbanidade do país, recebendo anualmente inúmeros visitantes, atraídos por sua arquitetura (Na parte esquerda da fotografia, estão as muralhas de Alcázar), história e cultura. Vieira Santos, J. C. 2009.

A região turística da Andaluzia opera de forma direta ou por meio de acordos comerciais e nas seguintes áreas geográficas: mercado regional e nacional, mercado tradicional europeu, Estados Unidos e Canadá, e países emergentes da Ásia. Diante do exemplo exposto, é possível compreender que as extensas dimensões regionais não se traduzem em grandes problemas, mas faz-se necessário compreender as suas atuais intenções, especialmente, no Brasil, pois o problema com a construção de novas regiões turísticas não está nas

potencialidades homogeneizantes dos lugares e sim nos diferentes lugares com atrativos, que atraem para essas áreas visitantes e políticas públicas e privadas de fomento à atividade.

Pelos exemplos citados, entende-se que as regiões e as regionalizações propostas tanto no Brasil como em países europeus, especialmente em Portugal, apresentam particularidades em relação à ação do Estado. Essas ações estatais não anulam os lugares, no caso do território português, ela se realiza baseada naquilo que é histórico (monumentos, construções antigas), cultural e, em torno dos atrativos, praia (hídrico) e golfe. Na região brasileira, ela vem se consolidando a partir das águas quentes (hídrico) e de sua gente com seus valores formando produtos turísticos sedimentados nas festas e com a culinária regional.

Os projetos de Regionalização do Turismo (Brasileiro e Lusitano) fazem com que a região mude sob as imposições das políticas públicas, tratando os lugares como articulados ou que precisam se articular regionalmente. Segundo as propostas governamentais, os conjuntos de lugares precisam conversar entre si, criando uma sociabilidade mínima, mesmo que seja forjada na imposição circunstancial dos atrativos e do receptivo, pois nem todos os lugares turísticos têm infraestrutura necessária para a atividade turística.

No caso do interior do Brasil, os lugares não se reproduzem turisticamente sozinhos, porque não são autosuficientes para aquilo que demanda o turismo. Assim, a demanda dos lugares passa a ser articulada regionalmente para atender as políticas que o Estado projetou para o espaço regional. Desse modo, ele se faz presente em alguns lugares da região e em outros ele não aparece nem simbolicamente. Segundo Beni (2006, p.15), isso evidencia as dificuldades ou obstáculos à ação integrada e intersetorial do sistema institucionalizado do turismo no Brasil.

A partir das regiões goianas de turismo apresentadas, no próximo capítulo, analisaremos as transformações espaciais e estruturais da região que o IBGE denominou de microrregião de Quirinópolis, que juntamente com as microrregiões Meia Ponte e Catalão formam a “Região Turística das Águas”.

CAPÍTULO 02. A MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS E A GÊNESE DO LAZER E TURISMO NOS MUNICÍPIOS

2.1. PAISAGEM NATURAL DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS: usos e apropriações locais

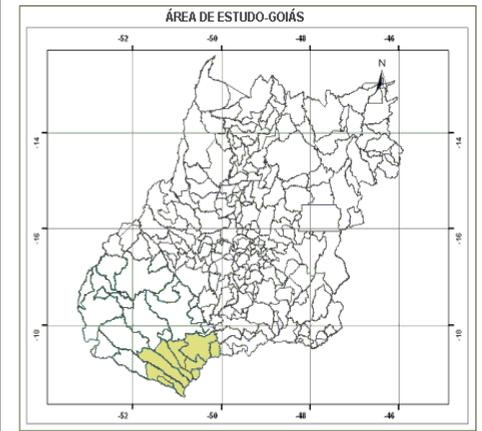
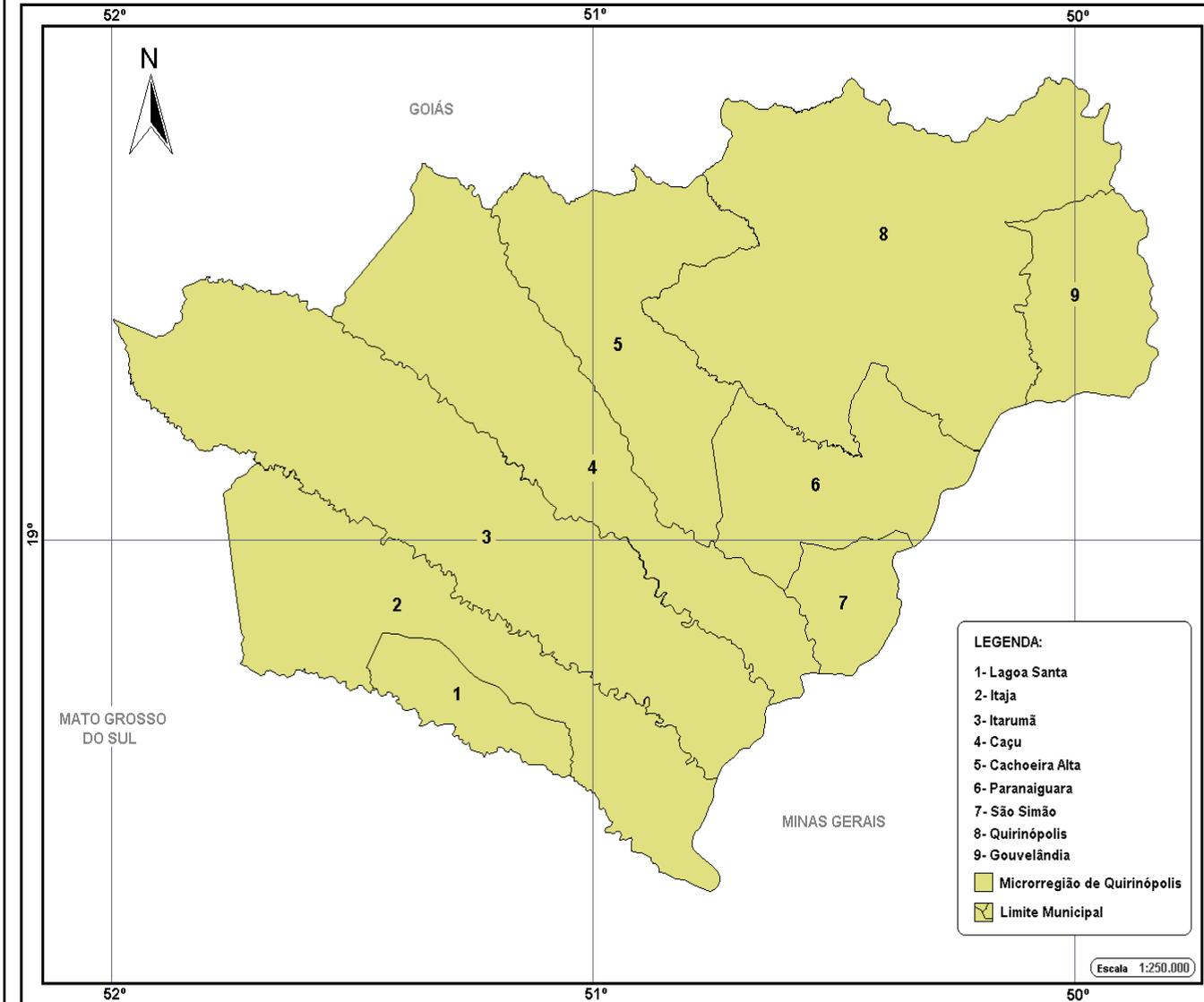
Abordar as questões físicas, históricas e culturais para compreendermos os limites e a divisão regional da área de estudo (Mapa 03: Área de Estudo: Microrregião de Quirinópolis) justifica-se pelo fato de que é importante conhecer e compreender os fatores, os cotidianos, organizações e redes sociais que se desenvolveram nas últimas décadas do século XX, no interior do Estado de Goiás.

Antes da leitura da microrregião de Quirinópolis como turística, é relevante descrever o cenário físico regional, pois, de acordo com Gunn (2002, p.140, tradução nossa), “informações derivadas de recursos físicos são essenciais para o estabelecimento de novas e melhoradas atrações, normalmente a primeira ordem de crescimento do turismo”.

As formas físicas regionais também podem nos ajudar a compreender os usos dos espaços turísticos e os ordenamentos dos lugares, pois favorecidos por solos, geomorfologia e clima, os sujeitos sociais foram criando suas relações sociais que proporcionaram o surgimento de territórios. Nesta perspectiva, tendo como base de sustentação os recursos naturais, compreendemos que foi a partir do trabalho humano que se desenvolveu a ocupação dos lugares e vem se desenvolvendo na atual realidade, pois as combinações geográficas estão diretamente relacionadas às peculiaridades das condições ambientais (BARREIRA, 2002, p.31).

Nos espaços em fundos de vales, veredas, cerrados e ao longo das principais drenagens, os sujeitos sociais foram definindo seus direitos, seus vínculos territoriais e de pertencimento à região. Também foram desenvolvendo as relações de trabalho, seus momentos de lazer, prazeres e identidade com os diferentes lugares. A partir dos elementos naturais que os lugares ofereciam foram se constituindo as comunidades, gerando princípios de uso e apropriações, constituindo historicamente e culturalmente as bases socioespaciais entre o lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano.

MAPA DA ÁREA DE ESTUDO: MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS - 2008



ORG. por: CUNHA, Djane A.I.
 SANTOS, Jean C. V.
 2008

FONTE: Cartas Topográficas IBGE
 SIG GOIÁS.Base Cartográfica 1:250.000

A microrregião de Quirinópolis possui clima regional caracterizado pela existência de um período seco entre maio e setembro e o chuvoso que ocorre entre outubro e março, com índices pluviométricos mensais superiores a 100 mm. Nos meses de dezembro e janeiro, a precipitação é superior a 200 mm, sendo que a precipitação anual se forma entre 1400 e 1500 mm. O caráter predominantemente tropical da circulação atmosférica condiciona a existência de um ambiente climático marcado por grande insolação quase o ano todo, mas principalmente no período seco (AGMA, 2005, p.06). Esses elementos contribuem com o “Turismo Hídrico” praticado em lagoas e rios da microrregião.

Quanto à amplitude térmica sazonal, os meses mais quentes são entre outubro e janeiro, quando as médias anuais máximas são de 33,3 graus Celsius e as mínimas de 18 graus, principalmente, em junho e julho. A umidade relativa do ar apresenta estreita relação com o ritmo da circulação atmosférica, isto é, a maior umidade predomina com a presença do sistema de convergência do Atlântico Sul (zonas de convergência controladas pela ZCAS) no período de novembro a abril, quando a umidade encontra-se acima dos 75%. Nos meses de junho a setembro, tem-se a umidade abaixo dos 65% devido à expansão do centro anticiclônico do Atlântico Sul (SASH).

De acordo com a AGMA (2005, p.26), geologicamente a região está inserida na bacia sedimentar do Paraná, com uma estrutura rochosa do tipo intracratônica, constituída por uma sequência de rochas sedimentares e derrames de lavas basálticas, registrando em seu interior espessuras superiores a 5000 metros, representando, portanto, uma ampla paleotopografia depressiva, preenchida durante sucessivos períodos geológicos. Nesses aspectos geológicos, é possível verificar regionalmente as principais unidades litoestratigráficas, englobando importantes formações rochosas distintas.

A primeira unidade elencada é o Grupo Paraná, com duas importantes formações atribuídas ao período juro-cretáceo, denominado de Serra Geral e Botucatu. A formação Serra Geral corresponde aos derrames basálticos que afloram principalmente nas calhas dos principais rios e drenos. Nessas áreas, encontram-se as principais cachoeiras da microrregião, ocasionadas por falhamentos ou existência de degraus nessas paisagens regionais, entre elas, estão as quedas d’água mais visitadas e com infraestrutura de acolhimento, popularmente conhecidas como Cataratas de Itaguaçu.

Essas quedas d’água (Fotos 09 e 10) encontradas no Baixo Paranaíba Goiano são aproveitadas pela população local para o desenvolvimento de práticas de lazer, turismo e recreação e são incluídas nos inventários realizados pelas prefeituras e Goiás Turismo como grandes atrativos. A maior fissura regional, nesse material geológico, encontrava-se no rio

Paranaíba e foi nomeada pelos pioneiros de “Canal de São Simão”, hoje se encontra afogada pelas águas do reservatório da Hidrelétrica de São Simão. No geral, essas rochas da Formação Serra Geral são:

[...] maciças, cinza escuro e preto quando sãs, e cinza avermelhado quando alteradas, com textura predominantemente afanítica, sendo vesículo-amigdaloidal no tipo dos derrames. É comum também basaltos de coloração marrom escuro, com cavidades maiores preenchidas por material quartzo-carbonático (AGMA, 2005, p.33).



Foto 09: Cachoeira de Itaguaçu no Rio Claro. Localizada no distrito de Itaguaçu no município de São Simão. Local com pequena infraestrutura de hospedagem. Foto 10: Divulgação das cachoeiras de Itaguaçu na praia artificial da cidade de São Simão. Iniciativa desenvolvida pela secretaria de Turismo municipal. Vieira Santos, J. C. 2008.

Na área de estudo, essas rochas basálticas constituem excelente material para a produção de brita, paralelepípedos e pedras de revestimentos. No passado, foram largamente utilizadas no calçamento de ruas das cidades da região e atualmente são importantes na construção civil e utilizadas, também, nas calçadas para pedestre. No município de Caçu, na bacia do rio Claro, existe uma pedreira para extração desse material comercializado na microrregião e em outras cidades de Goiás e Estados vizinhos. Ainda é comum encontrar as ruas com esse calçamento (Fotos 11 e 12) na microrregião quirinopolina, tornando-se uma particularidade das pequenas cidades regionais.

Quanto à Formação Botucatu, é constituída por arenitos róseos a vermelhos, de granulação média e fina, localmente silicificados, quartzosos, bem selecionados, com grãos arredondados, de origem eólica que foram depositados em ambientes desérticos. Sua ocorrência é bastante expressiva nos municípios vizinhos à microrregião de Quirinópolis, mas

não são observados grandes afloramentos em superfície na área de pesquisa, pois se encontram cobertos pelos derrames de basalto da Formação Serra Geral.



Foto 11: Rua calçada com basalto na cidade de Cachoeira Alta. Simbolizando a grande quantidade dessa rocha no Baixo Paranaíba Goiano. No seu espaço urbano, encontram-se agências bancárias, hotéis, restaurantes e os principais estabelecimentos comerciais. Foto 12: Patrimônio histórico de Quirinópolis. Onde se localiza o Museu da cidade, espaço pouco visitado por turistas e moradores locais, pois falta divulgação e envolvimento do órgão de turismo local com o espaço. Destaque para a pavimentação de basalto que ainda compõe a paisagem urbana mais antiga. Vieira Santos, J. C. 2009.

É importante caracterizar a Formação Botucatu porque regionalmente essa formação constitui um excelente aquífero (Aquífero Guarani¹⁹), responsável pelos afloramentos de águas termais no Baixo Paranaíba Goiano. Nos municípios de Lagoa Santa e Itajá, a ocorrência de águas termais (Foto 13) está associada aos sedimentos dessa formação, em surgências naturais. Porém, esse manancial vem sendo ameaçado pelo intenso uso de agrotóxicos nas grandes propriedades agrícolas localizadas nas suas áreas de recarga e pela falta de consciência na exploração de suas águas, o que pode comprometer o seu aproveitamento turístico no futuro próximo.

Outro assoalho geológico importante regionalmente (AGMA, 2005, p.34) é o Grupo Bauru, isto é, uma unidade que representa a intensa deposição de arenitos que, de forma particularizada, ocorreu na bacia do Paraná durante o período Cretáceo, causada pelos processos geológicos de subsidência que se manifestaram durante a constituição da bacia. Na área em estudo, esse grupo, é dividido em Formação Adamantina, que é constituída por um

¹⁹ O Aquífero Guarani é o quarto maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo. Estende-se por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em mais de 1,2 milhão de km².

espesso pacote de sedimentos que têm na base um conglomerado basal que agrega seixos e blocos de basalto, arenitos silificados e quartzo. Sobre o mesmo, ocorre uma alternância cíclica de camadas de arenito, siltito, todos carbonáticos, com colorações creme, avermelhada e cinza esverdeada, contendo estruturas plano-paralelas com laminações tabulares e cruzadas. A Formação Adamantina é a que possui maior ocorrência no interior das bacias hidrográficas da microrregião de Quirinópolis, recobrando os derrames basálticos da Formação Serra Geral em cotas mais elevadas.

Outra divisão do Grupo Bauru, a Formação Marília, é pouco representativa ao longo da região estudada, com ocorrências restritas a alguns divisores de água, nas proximidades de cidades como Quirinópolis, Caçu, Itarumã e Cachoeira Alta. Esses sedimentos do período Cretáceo Superior caracterizam-se por apresentar um relevo movimentado, com feições residuais típicas apresentando escarpas abruptas. O contato da Formação Marília com a Formação Adamantina se faz de forma gradacional e seus sedimentos foram depositados em regime fluvial associado a leques aluviais.

São formas que chamam atenção da população local, por sua beleza e destaque na paisagem regional, sendo utilizadas para práticas de trilhas e observações dos lugares. Estão presentes ali várias cachoeiras, porém com menor volume hídrico quando encontradas na Formação Serra Geral. Assim, os maiores usos e apropriações para o lazer e turismo estão nas cachoeiras de basalto e não de arenito.

Já os Aluviões recentes são representados por depósitos aluvionares caracterizados por sedimentos inconsolidados, de coloração acinzentada, constituídos por argilas, siltes e areias finas, os quais contêm alguma matéria orgânica. São depósitos de idade recente que ocupam estreitas áreas descontínuas restritas às calhas dos principais rios e de alguns afluentes, formando as praias e ilhas fluviais (Foto 14), também utilizadas nos finais de semana pela população local, com fins voltados para o descanso, lazer e pescaria. As principais praias estão localizadas no rio Claro, baixo rio Verde e no ribeirão Alegre.

Entre as décadas de 1940 e 1970, esse material depositado, ao longo do rio Paranaíba, formava os espaços de lazer e entretenimento da população regional. Esses lugares de visita da população regional eram as praias na ilha da Cerâmica no município de Quirinópolis e da ilha do Gouveinha no município de Gouvelândia. Áreas pretéritas de lazer que foram cobertas pelas águas do reservatório da Hidrelétrica de São Simão. Atualmente (2010), as praias existentes no rio Claro e rio Verdinho estão desaparecendo com a construção dos novos reservatórios das hidrelétricas de Caçu, Barra dos Coqueiros, Foz do Rio Claro, Salto e Salto do Rio Verdinho.

Essa geologia apresentada produz a geomorfologia regional, ou seja, onde ocorre a Formação Marília estão presentes os topos dos interflúvios, formando residuais de chapadas mais extensas com elevações entre 720 e 780 metros de altitude, que na microrregião quirinopolina são denominadas de “serras²⁰”, destacando-se entre elas a serra da Mombuca, da Cachoeira, Azul, do Cervo, da Sucuruzinha, da Pontinha e Confusão do Rio Preto. O relevo derivado das rochas da Formação Adamantina apresenta-se sob a forma de extensas superfícies planas e suavemente onduladas, com domínio tabular e vales abertos em “V” com longas vertentes, em altitudes variando entre 500 e 650 metros (AGMA, 2005, p.54-55).



Foto 13: Águas Termais de Lagoa Santa. Essas águas captadas por poços tubulares profundos ou lagoas naturais como mostra a fotografia, são exploradas turisticamente como balneareoterapia, estando entre os principais atrativos turísticos da microrregião, principalmente no município de Lagoa Santa, onde o mercado hoteleiro já privatizou uma de suas nascentes. Foto 14: Praia em ilha fluvial no Rio Claro. Localizada entre os municípios de Cachoeira Alta e Caçu. Atualmente essas praias estão sendo afogadas pelos grandes projetos hidrelétricos em construção na microrregião de Quirinópolis, ocorrendo a perda do potencial turístico. Vieira Santos, J. C. 2010.

A Formação Serra Geral é mais representativa nos fundos de vales e no município de Gouvelândia, produzindo nesse lugar formas de relevo aplainadas e com altitudes abaixo dos 500 metros. Generalizadamente, pode-se dizer que a geomorfologia regional situa-se em parte do Planalto Setentrional da Bacia do Paraná, com caimento topográfico e litológico em direção ao rio Paranaíba.

²⁰ De acordo com Guerra (1978, p.392), o conceito de serra é, pois, do ponto de vista geográfico, muito impreciso. Não há possibilidade de empregá-lo com exatidão, tendo em vista as próprias variações de sentido de uma região para outra. Assim, serras, montes, colinas maciços, cadeias de montanhas, sistema montanhoso, cordilheira são termos usados no sentido descritivo para as formas de relevo, cuja origem e evolução podem ser completamente diferentes. Na microrregião de Quirinópolis, a população define como serras os divisores d'água e as bordas de chapada.

Regionalmente as classes de solos aliadas às formas de relevos são suavemente onduladas favorecendo o emprego de mecanização. O uso intensivo pelo agronegócio, com seus maquinários pesados (caminhões no transporte da cana-de-açúcar, tratores) e pulverização excessiva, tem provocado a degradação da cobertura pedológica regional, propiciando ainda problemas ambientais de destruição dos remanescentes de Cerrado e problemas sociais como a inviabilização agrícola das pequenas propriedades. Esses obstáculos podem ser prejudiciais ao fortalecimento das pequenas iniciativas e práticas turísticas regionais, com fortes conteúdos de ruralidade e religiosidade.

2.1.1. Bioma Cerrado na Microrregião de Quirinópolis

Goiás é um dos Estados do Brasil onde mais de 95% de todo seu território é conhecido por abrigar uma das maiores áreas do Bioma Cerrado (Fotos 15 e 16) e, atualmente encontra-se em elevado estágio de degradação, com boa parte dessa paisagem ocupada pela produção agrícola monocultora em grande escala e pecuária moderna. De acordo com AB'Saber (2003, p.19) o Domínio do Cerrado é uma:

Área paisagística ecológica resistente às ações predatórias rotineiras, a despeito mesmo de apresentar casos locais berrantes de ravinamentos. A utilização imediata e pouco racional dos capões de mata “matos grossos” eliminou a cobertura vegetal e estragou os solos de modo quase irreversível (caso dos capões de matas situados no norte de Anápolis e do extenso mato grosso de Goiás, na região de Ceres).

Na microrregião de Quirinópolis, os solos que eram ocupados pelo Cerrado goiano atualmente produzem quantidade considerável de grãos e cana-de-açúcar para as usinas ali instaladas. Nas últimas décadas do século XX, esses espaços foram mecanizados, adubados, irrigados e passaram a ser cobiçados por seu considerável valor econômico advindo da modernização agrícola.

De acordo com Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004, p.18), fica explícito que apesar da imprecisão dos dados e da divergência entre pesquisadores, existem aproximadamente 7.000 espécies de angiospermas no Cerrado, mas esse número pode chegar a 10 mil. Cerca, de 35% das plantas deste bioma são típicas da formação Cerrado sentido restrito, 30% das espécies de plantas são de Matas de Galeria, 25% de áreas campestres e 10% ainda não estão classificadas. Frutos encontrados nesse bioma, como o pequi, compõem a culinária regional e

vem se tornando um dos atrativos dos festivais gastronômicos realizados na microrregião quirinopolina, assim como as espécies de peixes e outros frutos do Bioma.



Foto 15: Remanescentes do Bioma Cerrado. Área encontrada na região do Salgado (área de pequenos criadores de gado) no município de Quirinópolis, nas proximidades do município de Cachoeira Alta. Vieira Santos, J. C. 2008. Foto 16: Cerrado preservado no entorno do Hotel Termas Lagoa Santa. Paisagem utilizada por turistas para caminhadas e passeios, pois está sinalizada e orientada pelo empreendimento hoteleiro. Vieira Santos, J. C. 2009.

Apenas no Parque Nacional das Emas, área vizinha (Microrregião Sudoeste) à microrregião de Quirinópolis, é possível encontrar o Cerrado com suas fisionomias: campo sujo com seus murundus, o Cerrado Típico (sentido restrito), as matas de Galerias que acompanham as pequenas drenagens, as matas Ciliares ao longo dos rios de médio e grande porte e as Veredas.

Uma dessas fisionomias, as veredas, são caracterizadas por Guerra (1978, p. 63) e Meirelles (2004, p.41-43) como um terreno plano, encharcado, que aparece nas regiões de cabeceira ou em zonas de transbordamento de rios e em solos saturados a maior parte do ano. No vocabulário popular da microrregião de Quirinópolis, essas áreas também são conhecidas como brejos ou varjão, e foram no passado bastante utilizadas pela pecuária leiteira tradicional. Ferreira (2006, p.07) define as mesmas como:

[...] importante subsistema do Bioma Cerrado, possuindo, além do significado ecológico, um papel sócio-econômico e estético-paisagístico que lhe confere importância regional, principalmente quanto ao aspecto de constituírem refúgios fauno-florísticos, onde várias espécies da fauna e da flora são encontradas e dependem desse ambiente para sua sobrevivência. Além disso, constituem ambientes de nascedouros das fontes hídricas do Planalto Central Brasileiro, que

alimentam cursos d'água que formam a rede hídrica local e regional, bem como formam as três principais bacias hidrográficas do Brasil, além de serem utilizadas para projetos de irrigação e dessedentação de animais (FERREIRA, p. 07, 2006).

O autor conceitua a Vereda como “um sistema de drenagem superficial, geralmente mal delimitada, regulado pelo regime climático regional, composto por uma trama fina e mal definida de caminhos d'água intermitentes (p.07, 2006)”. Ela se destaca por sua exuberância vertical, seus cachos de tonalidade marrons e por abrigar as nascentes dos principais rios da microrregião, e esse tipo fisionômico é um ecossistema de grande relevância nos espaços ocupados pelo Bioma Cerrado, sendo considerado como bacia coletora.

Para os autores citados, esses ecossistemas estão fortemente ameaçados em todo planeta e grande parte já foi destruída, inclusive, por causa da drenagem para uso agrícola e construção de represas para a irrigação de lavouras. Esses impactos também ameaçam áreas de lazer regional como pesque-pagues (Foto 17) e provavelmente afetará o “turismo hídrico” desenvolvido em reservatórios hidrelétricos e cachoeiras, inviabilizando os pequenos negócios do setor turístico no Baixo Paranaíba Goiano.

A configuração de vários ambientes de Veredas foi perdendo a sua diversidade e autenticidade. Nesse processo acelerado de destruição, próprio da modernidade, os espaços de lazer podem ser afetados. Um fato bastante ilustrativo de reocupação das veredas nos espaços urbanos da área em estudo, foi a construção do Lago Artificial Municipal Dona Júlia (Foto 18), na cidade de Itarumã e do Parque Natural Municipal Antônio Bento de Camargo, na cidade de Itajá, integrando a essas cidades novas paisagens de entretenimento e lazer, estimuladas pelas políticas públicas locais.

Pelo exposto, as comunidades herbáceas de Áreas Úmidas do Cerrado estão fortemente ameaçadas tanto por perturbações locais (irrigação, pastoreio, desmatamento, lazer) quanto por mudanças no uso da cobertura pedológica da bacia hidrográfica, que levam à redução na profundidade do lençol freático. Logo, além da preservação dessas áreas, também é necessário conservar e manter o regime hídrico da bacia hidrográfica em que se inserem as Áreas Úmidas, para que se possa garantir a sua efetiva preservação e gestão racional e sistêmica (MEIRELLES ET AL, 2004, p.64), conservando as belezas cênicas dessa fisionomia cerradeira.

Esses espaços foram importantes para os pioneiros da microrregião de Quirinópolis, pois foi no entorno desses ambientes que se deram princípios de apropriação e usos dos lugares, constituindo a formação de várias comunidades rurais. Os primeiros habitantes foram sedimentando suas práticas sociais e culturais iniciais nos fundos de vales e no entorno das

veredas, desenvolvendo ali as pequenas roças de milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, bem como a produção para os engenhos usados na fabricação de aguardente, rapaduras e melados e, também, organizando os espaços para a criação de animais. Enquanto isso, outras áreas como as chapadas eram definidas no contexto regional com imensos espaços vazios de humanidades.



Foto17: Pesque-Pague nas margens da BR 364 (São Paulo-Cuiabá) no município de Paranaiguara. O nome Mangue refere-se à área hidromórfica da vereda onde está localizado o empreendimento. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 18: Lago Artificial Municipal Dona Júlia. Localizado na cidade de Itarumã, construído em área de vereda. Na imagem é possível observar alguns remanescentes dessa vegetação. Vieira Santos, J. C. 2010.

Veredas e outras espécies da flora do cerrado forneciam matéria prima para a construção das habitações modestas, como as folhas do buriti para a cobertura de antigas residências, as argilas encontradas nos ambientes úmidos eram usadas para o reboco de paredes e os esteios eram feitos com madeiras de árvores diversas encontradas nas florestas do cerrado (Foto 19). Os frutos do Buriti, isto é, a palmeira do cerrado não era fonte de alimentos apenas para as araras e outras espécies animais, os antigos e tradicionais moradores do Baixo Paranaíba Goiano desenvolviam técnicas para produzir doces (Foto 20), bebidas e óleos do fruto do buriti que era utilizado como cicatrizante e vermífugo.

Vale também ilustrar, que as folhas dos buritis extraídas dessas áreas úmidas foram bastante utilizadas na cobertura dos locais das antigas festas rurais, como a “Catira, as Folias de Reis, festas de casamentos e as festas dos Santos Padroeiros”. Porém, essas construções de significativo valor cultural foram substituídas por outras mais modernas, que acompanharam as mudanças econômicas associadas à agropecuária e às novas formas de uso do Cerrado.



Foto 19: Espetacularização de Antiga habitação na bacia do rio Paranaíba. Casa coberta com folhas do buriti, paredes de adobe e esteio de madeiras. Atualmente é reproduzida pela comunidade em praças públicas durante as comemorações das festas juninas em cidades como Cachoeira Dourada e outras da microrregião de Quirinópolis no interior de Goiás. Foto 20: Alimentos (Doces, bolo e suco) produzidos com frutos extraídos dos remanescentes de Cerrado e Veredas. Culinária apresentada durante a X Semana do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás/UEG Quirinópolis. Vieira Santos, J. C. 2008.

Com os recursos encontrados no próprio Bioma Cerrado, os tradicionais habitantes foram criando nos lugares uma cultura própria, com hábitos alimentares e modos de vida próprios das populações do interior de Goiás, densidades que hoje se fazem presentes nos festivais gastronômicos, festas religiosas e agropecuárias, residências urbanas e rurais, bares e restaurantes. Esses conhecimentos e habilidades criados nos entornos de veredas, fundos de vales e chapadas ainda permanecem fortemente ligados à formação da paisagem sociocultural dos municípios e ao atual saber fazer da microrregião quirinopolina.

Vale ilustrar, que o compromisso com o uso ordenado e planejado de áreas do cerrado é fundamental para preservação e conservação de sua biodiversidade, principalmente no Estado de Goiás, onde os aspectos fito-fisionômicos desse bioma encontram-se restritos às áreas de preservação e podem-se tornar elementos importantes para as políticas públicas de turismo. Para isso, é fundamental uma gestão sistêmica e responsável associada a uma política pública regional de recuperação e manutenção dos recursos cerradeiros.

Em síntese, a atual realidade ambiental das vegetações de cerrado revela alterações de suas condições bióticas e abióticas, causadas por diferentes ações humanas e pelos excessos decorrentes da incapacidade das políticas públicas agrícolas em ordenar as formas de usos dos solos desse bioma. Assim, há riscos de desaparecimento das potencialidades turísticas regionais, como dos recursos hídricos, dos frutos utilizados na culinária e da matéria prima

para o artesanato local. Os intensos usos dos solos pela agricultura e pecuária moderna têm acarretado o desaparecimento de espécies vegetais, animais e de paisagens cênicas. A degradação ambiental vem causando uma redução crítica das vegetações de cerrado, comprometendo os usos de diversos atrativos.

2.1.2. Bacias hidrográficas da Microrregião de Quirinópolis

O rio Paranaíba (Foto 21) é a principal drenagem da microrregião quirinopolina e, a partir do encontro com o rio Grande, passa a se chamar rio Paraná, uma das principais drenagens do Brasil, que cobre a maior parte do Centro Sul. Um fato relevante e digno de consideração, segundo os autores Saint-Hilaire (1975, p.186) e Sagim Júnior e Sagim (2000, p.43), é que o rio Paranaíba, no passado, foi um obstáculo natural para os habitantes que chegavam à microrregião de Quirinópolis.

Até o início do século XIX, o Porto de Santa Rita (atual Itumbiara) localizado a mais de 150 quilômetros da cidade de Quirinópolis, era a única passagem no rio para quem vinha de Minas Gerais, São Paulo e de outros Estados ao sul de Goiás. Cachoeiras e corredeiras, que produziam obstáculos de acesso, foram características físicas desse rio e seus afluentes encontrados pelos pioneiros que chegaram à microrregião no século XIX.

Os principais afluentes do Baixo Paranaíba Goiano são os rios São Francisco, dos Bois (Foto 22), das Pedras, Alegre, ribeirão Mateira, Claro, Verde ou Verdinho, Corrente e Aporé, esse último definindo os limites geográficos de Goiás e Mato Grosso do Sul. As novas hidrelétricas da região, inauguradas nesta primeira década do século XXI, foram construídas nos rios Claro (Barra dos Coqueiros, Caçu e Foz do Rio Claro) e Verde ou Verdinho (Hidrelétricas Salto do rio Verdinho e Salto).

A partir da Barragem de São Simão no Rio Paranaíba, encontra-se a parte com estrutura navegável da hidrovia Tietê-Paraná, que ocorre do município de São Simão a cidade de Conchas às margens do Rio Tietê no Estado de São Paulo, perfazendo uma extensão de 1.100 quilômetros (AGMA/EIBH, 2005, p.83). É relevante citar ainda que das:

[...] margens do rio Paranaíba em Goiás é possível realizar a navegação por mais 1.300 quilômetros pelos lagos das usinas e pelo rio Paraná até Itaipu, num trecho menos utilizado, por falta de ligações intermodais que liguem ao Porto de Paranaguá [...]. Nesse Contexto, o Porto de São Simão é o ponto de partida da Hidrovia Tietê-Paranaíba-Paraná (AGMA/EIBH, 2005, p.83).

Desse porto no interior goiano é transportada parte da produção agrícola do Estado até Conchas (SP), que depois segue, por outros meios de transporte, da cidade paulista até os portos de Santos (SP), Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, para serem exportados. Porém, essa área navegável não é utilizada para a circulação de turistas, caracterizando uma potencialidade regional ainda não apropriada ou utilizada pelos empreendedores turísticos.



Foto 21: Rio Paranaíba. Drenagem entre o município de São Simão na margem direita (GO), onde funciona o porto da Hidrovia Tiête-Paranaíba-Paraná e o Distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/MG) na margem esquerda. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 22: Rio dos Bois. Paisagem represada pela Hidrelétrica de São Simão entre os municípios de Gouvelândia e Inaciolândia. Local onde são realizados campeonatos de jet-ski e frequentado por inúmeros pescadores. Vieira Santos, J. C. 2010.

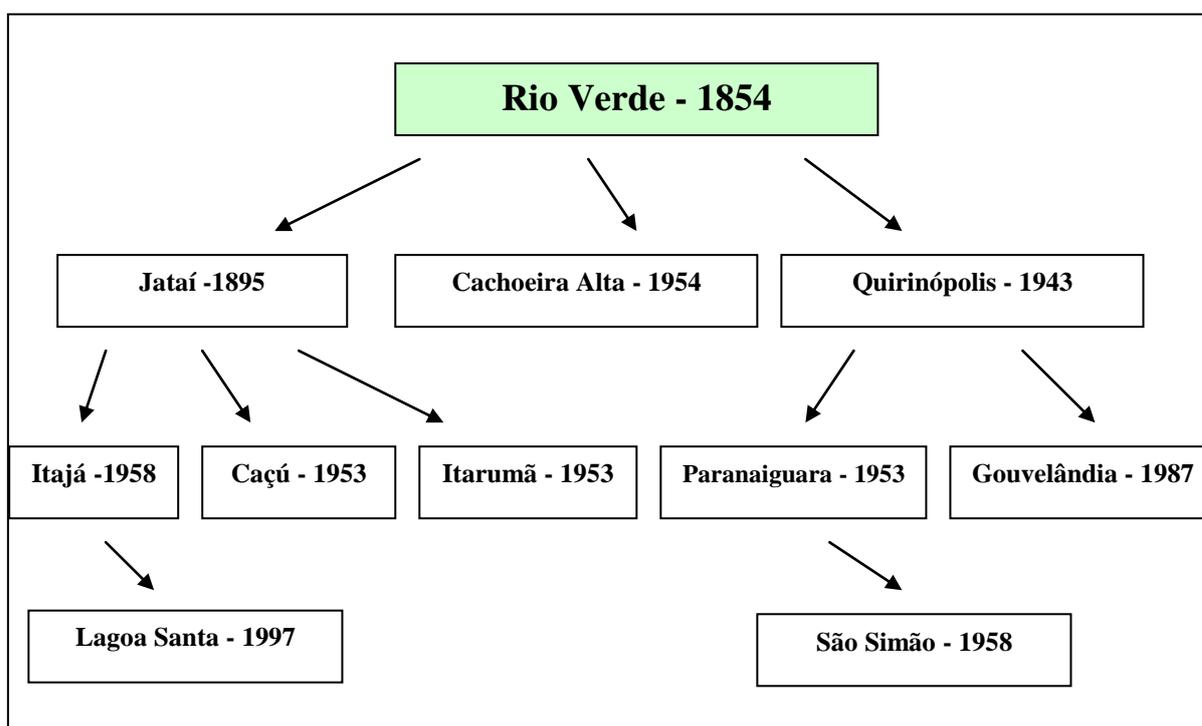
Associada às paisagens naturais está a trajetória histórica dos municípios formadores da microrregião de Quirinópolis. Segundo a linguagem literária de Bourdin (2001, p.40), para fazermos do local um objeto de importância maior, para termos dele uma concepção substancialista, a referência à história pode ser suficiente. Todavia, neste capítulo, direcionamos as nossas atenções para além da questão posta na referência e agimos analisando a sociabilidade, os costumes e seus cotidianos que historicamente se constituíram, também, por meio das relações de trabalho e vizinhança, pois o “passado pesa de maneira determinante sobre o presente (BOURDIN, 2001, p.41)”.

Assentados, portanto, na paisagem física repleta de potencialidades naturais apresentadas, nesta unidade, estão os municípios da microrregião de Quirinópolis; todos tiveram suas origens no município de Rio Verde. Para analisar os lugares de estudo do ponto de vista do turismo, é fundamental conhecer a organização municipal, regional e as heranças que demarcam esse espaço.

2.2. SURGIMENTO DAS CIDADES E MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS

O município de Rio Verde originou-se por volta de 1835 e foi criado pela família de Rodrigues de Mendonça, oriunda de Minas Gerais, que fundou o arraial das Abóboras. Em 1848, o arraial foi elevado à categoria de distrito e, pela Lei Provincial número 08 de 06 de novembro de 1854, foi criado o município com a denominação de Rio Verde. Porém, esse só foi instalado no dia 26 de setembro de 1862 e, devido a sua fragmentação, outras cidades apareceram na mesorregião Sul Goiana. Dessa forma, com as mudanças e (re)organização espacial do município de Rio Verde, novas fronteiras municipais (Figura 04 e Tabela 01) foram surgindo na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba.

Figura 04: Emancipação Política dos Municípios da Microrregião de Quirinópolis



Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010.

Observando a figura quatro, é possível compreender que Rio Verde deu origem a Jataí; desse município surgiu Itarumã, Caçú e Itajá, e do último, surgiu Lagoa Santa. Nesse contexto, de Rio Verde foram emancipados diretamente Cachoeira Alta e Quirinópolis. Do último, foram originados Gouvelândia e Paranaiguara e desse, São Simão. O quadro cinco

(05) apresenta as informações e dados populacionais colhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 01: Dados Populacionais dos Municípios da Microrregião de Quirinópolis

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO / HABITANTES	TERRITÓRIO EM KM QUADRADO
1. Cachoeira Alta	8.235	1.659,4
2. Caçu	11.343	2.257,8
3. Gouvelândia	4.790	791,20
4. Itajá	5.528	2.091,4
5. Itarumã	5.490	3.444,4
6. Lagoa Santa	1.346	458,9
7. Paranaiguara	7.862	1.157,7
8. Quirinópolis	39.756	3.792,0
9. São Simão	14.373	415,3
Total	98.723	16.068,10

Fonte: www.ibge.gov.br - Dados estimados pelo IBGE em julho de 2009 (lançado no dia 14 de agosto de 2009).
Organização: Vieira Santos, J. C. 2009.

Os municípios juntos ocupam uma área de 16.068,10 Km², sendo Quirinópolis o de maior população e, com maior densidade demográfica, São Simão. A partir de documentos municipais e da literatura regional reconstituímos a origem de cada município da microrregião quirinopolina.

2.2.1. Do povoado de Abadia do Paranaíba à cidade de Quirinópolis: município emancipado de Rio Verde na década de 1940

No geral, a ocupação das terras do município de Quirinópolis teve início em 1832 (Fotos 23 e 24) e, de acordo com Sagim Júnior e Sagim (2000, p.17-21), a família de João Crisóstomo de Oliveira e Castro, proveniente de Ouro Preto (Minas Gerais), chegou a essa região da Província de Goiás passando pelo porto de Santa Rita do Rio Paranaíba (atualmente cidade de Itumbiara). Depois seguiu viagem pela margem direita do rio Paranaíba até chegar a um lugar denominado Ribeirão Fortaleza.

Nas primeiras décadas do século XIX, as dificuldades de locomoção, principalmente, no Triângulo Mineiro ainda eram grandes, mas, nesse período, parte do problema foi resolvida

com a construção do Porto de São Gerônimo no rio Paranaíba, facilitando o acesso a Santa Vitória (MG). Na literatura regional, o antigo Baixo Paranaíba Goiano é caracterizado com as seguintes palavras:

Essa região era um grande sertão. Para ir até Rio Verde só era possível fazê-lo a cavalo ou de carro de boi, e tendo muita coragem, pois passava-se por matas fechadas. Para ir até a casa de um vizinho gastava-se quase o dia inteiro. O transporte utilizado era o carro de boi ou o cavalo (SAGIM JÚNIOR; SAGIM, 2000, p.42).



Fotos 23 e 24: Avenida Brasil na área central da cidade de Quirinópolis. Nessa via, encontram-se localizados os principais comércios da cidade (principalmente as Agências Bancárias e hotéis), Rodoviária (Ônibus) e a Universidade Estadual de Goiás – UEG. Vieira Santos, J. C. 2010.

As distâncias podiam ser consideradas enormes, e dificultavam a comunicação dos primeiros habitantes com os moradores de outras cidades, pois nessas paisagens existiam apenas estradas boiadeiras. Por isso, é inegável o papel dos carros de boi e das tropas de cavalo no transporte de alimentos e pessoas nessa região, sendo esses praticamente o único meio de se fazer essa ligação no final do século XVIII e início do XIX.

A construção do porto de São Gerônimo e depois Gouveinha facilitou a vinda de pessoas para essa parte de Goiás, que foram construindo suas habitações modestas nas proximidades da serra Confusão do Rio Preto e dos córregos afluentes e subafluentes do rio das Pedras, onde a fartura de água e barro levou a implantação de uma olaria, prática e ofício ainda existente na microrregião de Quirinópolis.

No ano de 1843, José Ferreira de Jesus e sua esposa Maria Jacinta de Oliveira, que também chegaram a esse lugar pelo porto de Santa Rita, fizeram a doação de terras na forma

de escritura particular para o povoado de Abadia do Paranaíba, primeiro nome da cidade. A primeira capela de Madeira do lugar foi construída às margens de um córrego que ficou nomeado de Capela, toponímia que ainda permanece. Próximo a esse espaço de orações, reservou-se uma área quadrangular para a construção do cemitério e, tempos depois, foi erguido um Cruzeiro que foi “benzido” pelo Frei Manoel Maria e seus companheiros.

Nesse contexto histórico, o povoado se formou e ficou conhecido como Abadia do Paranaíba e, em 1879, foi elevado à freguesia com o nome de Nossa Senhora da Abadia ou Capelinha. Somente em 1917, terminaram a construção da Igreja Matriz, que foi inaugurada no final de 1919. Os principais responsáveis por essas mudanças, na estrutura urbana local, foram os Coronéis Antônio Rodrigues Pereira, que veio de Sacramento (MG), José Quirino Cardoso, vindo de Passos (MG) e Jacinto Honório da Silva, procedente de Franca (SP).

Em 1931, pela Lei Municipal de Rio Verde de número 17, o distrito de Nossa Senhora da Abadia do Paranaíba recebeu a denominação de Quirinópolis, em homenagem póstuma ao Coronel José Quirino Cardoso. Sagim Júnior e Sagim (2000, p.29) destacam que o distrito foi emancipado no dia 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto Lei Estadual número 8305, deixando de ser distrito de Rio Verde e tornando-se município. Atualmente Quirinópolis possui um único distrito denominado Denislopes, mais conhecido como Tocozinho pelos moradores do lugar; está localizado a 28 quilômetros da sede municipal, onde pouco mais de 200 moradores vivem da agricultura, pecuária e de alguns pequenos comércios.

2.2.2. Municípios emancipados na década de 1950

No ano de 1941, o garimpeiro João Santana da Silva descobriu diamantes às margens do ribeirão Mateira (Foto 25), onde ele construiu duas casas de pau-a-pique e, em pouco tempo, começaram a chegar garimpeiros de outros Estados do Brasil. Em 1942 e 1943, já estava residindo no local um pequeno número de pessoas e a aglomeração passou a ser chamada de povoado de Mateira. Com o processo de ocupação do lugar, ele foi elevado à condição de distrito pela lei municipal de número 11 de 1950.

O distrito de Mateira foi transformado em município no dia 23 de junho de 1953, com nome de Paranaiguara pela Lei Estadual número 6561 de 12 de maio de 1967 (SAGIM JÚNIOR E SAGIM, 2000, p.58). Na década de 1970, com o enchimento do reservatório da hidrelétrica de São Simão foi construída uma nova e planejada cidade (Foto 26), inaugurada

no dia 30 de outubro de 1976, na mesma trajetória histórica dos municípios de São Simão, Gouvelândia e do distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/MG). Essa década significou uma ruptura na história do município de Paranaiguara, sendo dividida em antes e depois do projeto hidrelétrico.



Foto 25: Ponte sobre o Córrego Mateira no município de Paranaiguara. A cidade surgiu às margens dessa drenagem, mas atualmente a nova cidade encontra-se distante do mesmo. Foto 26: Atual espaço urbano da cidade de Paranaiguara. Parte central da cidade, onde estão localizados os principais comércios: hotéis, restaurantes, bares, lojas, agências bancárias, entre outros. Vieira Santos, J. C. 2010.

Assim, os antigos habitantes da velha Paranaiguara foram transferidos para uma área distante 15 km do antigo núcleo urbano e do rio Paranaíba. A cidade recém construída ganhou uma nova estrutura urbana com escolas de ensino fundamental, médio e técnica, hospital municipal, biblioteca municipal, creche, ruas asfaltadas, rede de esgoto e água, clube Poli Esportivo e Teatro Municipal. Entre os serviços prestados por outras organizações, destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural Patronal e a Cooperativa dos Produtos Rurais do Paranaíba, que demonstram a forte influência dos setores rurais na economia local.

O segundo município a ser criado na década de 1950, foi Itarumã (Fotos 27 e 28), porém sua história se inicia aproximadamente nos anos de 1850, quando surgiu a primeira habitação com paredes de pau-a-pique cobertas de capim, em terras da Fazenda Veludo doadas por dona Rita Soares a São Sebastião. Outra fazendeira que contribuiu para a formação do arraial, nesse período, foi dona Francisca Pimenta, que inspirada na religiosidade de dona Rita, preocupou-se em construir uma igreja em louvor ao santo.

Dessa história inicial, surgiu a primeira toponímia do lugar, que de acordo com os documentos da Prefeitura Municipal de Itarumã (2007, p.01) “juntando-se os nomes de destaque, São Sebastião e Dona Francisca Pimenta, surgiu a formação do primeiro nome para o lugarejo: São Sebastião da Pimenta”. Em 1901, essa aglomeração foi elevada a distrito do município de Jataí com o nome de Pimenta. Segundo a Prefeitura Municipal de Itarumã, o primeiro subprefeito do:

[...] distrito foi Domingos de Oliveira França, no período de 1938-1945, o segundo, Felinto de Freitas, de 1946-1948, o terceiro, Filongo Luiz Machado, 1948-1950, o quarto foi José Monteiro Magalhães, no período de 1950-1953, e o último Maximiano Peres Assis, durante o ano de 1953. Depois da emancipação política, teve como primeiro prefeito, Manoel Ferreira de Freitas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARUMÃ, 2007, p.02).



Fotos 27 e 28: Cidade de Itarumã. Pequeno núcleo urbano localizado as margens da rodovia estadual de acesso a cidade turística de Lagoa Santa. Nesta cidade, é possível encontrar restaurantes que ainda mantêm a tradição de preparar as refeições em fogão a lenha. Vieira Santos, J. C. 2010.

Desse modo, a toponímia distrital foi alterada para Itarumã, pela Lei Estadual de número 8305, de 31 de dezembro de 1943, sendo elevado a município e emancipado em 21 de julho de 1953. Atualmente o único núcleo urbano fora da sede municipal é o distrito conhecido como Olaria do Angico. A sede do município encontra-se localizada a 400 metros de altitude, sendo que as maiores elevações desse lugar são as serras da Mombuca, da Pimenta e das Três Barras, que contornam o núcleo urbano. O terceiro município criado foi Caçu (Fotos 29 e 30), mas sua trajetória iniciou-se entre as décadas de 1850 e 1880, quando os solos do atual município começaram a ser povoados por cidadãos oriundos de Minas Gerais.

Os familiares de Pedro Paulo Siqueira e Manoel José de Castro (Neca Borges) fixaram-se às margens do Córrego Água Fria (afluente do rio Claro) e deram ao lugar o nome de Fazenda Caçu, devido à enorme quantidade de plantas de Alcaçuz²¹ que havia nesse local. Por volta de 1915, nas terras da Fazenda Caçu iniciou-se um povoado que era chamado de Água Fria, mas os primeiros indícios desse núcleo de urbanização recente documentados em ata datam de 1917.



Foto 29: Cidade de Caçu. Avenida Idelfonso Carneiro, onde estão localizados os principais comércios do núcleo urbano (agências bancárias, hotéis, restaurantes, etc). Ainda mantém o tradicional calçamento com rocha basalto, pois nas proximidades da cidade existe uma área de extração. Foto 30: Placa de Sinalização Turística. No Trevo de acesso à cidade de Lagoa Santa em Itajá, indicando o município de Caçu como lugar turístico regional. Vieira Santos, J. C. 2010.

No geral, o processo de formação e ocupação do espaço urbano do atual município iniciou-se principalmente com a construção da “Capela do Sagrado Coração de Jesus do Rio”. Enquanto se construía a Capela foram se fixando os primeiros habitantes e estabelecimentos comerciais. O povoado foi elevado à vila em 1918 e a distrito de Jataí, em 1933; os dois momentos já com a toponímia Caçu. A emancipação ocorreu em 16 de setembro de 1953, pela Lei Estadual 722.

Nesse município, há uma área de extração de areia no Rio Claro, iniciada nos anos de 1960 e aproximadamente a 10 quilômetros (10 km) desse espaço urbano. Foi inaugurada no ano de 2010, a Hidrelétrica de Caçu e diferente do que ocorreu em outros municípios da

²¹ Na realidade, a vegetação denominada Alcaçuz pelos primeiros moradores não existia na região, era apenas uma espécie da “Família das Myrtáceas”.

microrregião, a cidade não foi afetada pelo reservatório do projeto hidrelétrico. Essa usina está localizada no rio Claro, com o eixo de barramento nas coordenadas 18°31'46'' de latitude sul e 51°09'00'' de longitude oeste. O lago artificial terá o seu nível d'água máximo na cota de 477 metros, com uma área aproximada de 16,81 km² e um volume de cerca de 231,77 hm³. Para Secretaria Municipal de Turismo o atual lago artificial é um grande atrativo do município, porém não existe nenhuma infraestrutura em seu entorno. Outra municipalidade criada, na década de 1950, foi Cachoeira Alta (Fotos 31 e 32).



Foto 31: Cidade de Cachoeira Alta. Essa municipalidade não possui secretaria de turismo, pois este setor econômico não se faz prioritário para as políticas locais, que concentram suas atenções para o agronegócio. Foto 32: Igreja de Nossa Senhora da Abadia. Padroeira da cidade de Cachoeira Alta. Vieira Santos, J. C. 2010.

Na verdade, a formação dessa municipalidade teve início em 1876, quando o vendedor ambulante de plantas medicinais Manoel Batista Barroso fixou residência na margem direita de um ribeirão, hoje conhecido como ribeirão Cachoeira Alta. No ano de 1877, várias famílias vieram e fixaram-se nos arredores e, por volta de 1920, o local era um povoado e foi elevado à categoria de distrito de Rio Verde pelo Decreto de número 23 de 24 de fevereiro de 1931, sendo a vila instalada em 1932.

Em 1954, pela Lei 775 de 24 de setembro, foi elevado à categoria de município, com o nome de Cachoeira Alta. As inúmeras quedas d'água existentes no lugar foram fundamentais para a nomeação do municípios e assim quem nasce nessa cidade é definido como “Cachoeiralense”.

Ainda na década de 1950, surgiu o município de Itajá (Fotos 33 e 34), que teve sua origem com o povoado de São João, que de acordo com os documentos da Prefeitura Municipal (2005, p.05) iniciou-se na Fazenda Coqueiros de propriedade do senhor Sebastião Alexandre de Freitas. Esse proprietário rural decidiu em 1947, fazer um loteamento urbano nas margens do córrego São João e distribuir ou vender lotes às pessoas que ali desejassem se estabelecer. Depois:

[...] da venda ou doação dos lotes, Sebastião Alexandre de Freitas, construindo sua própria residência e uma farmácia, começou a incentivar a edificação de outras moradias. O povoado começou, então a tomar formas definitivas, aparecendo aqui e ali, algumas casas comerciais e uma praça (a Bela Vista), que hoje tem o nome do fundador [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ, 2005, p.06).



Fotos 33 e 34: Igreja e Praça São João Batista. O Santo é padroeiro da cidade de Itajá. Cruzeiro na praça nomeada pelo santo que foi construída em setembro de 2003. A cidade está distante apenas 25 km da urbanidade de Lagoa Santa. Vieira Santos, J. C. 2010.

Em apenas seis anos, essa aglomeração urbana foi elevada a distrito de Jataí, pela Lei Municipal de número 172, datada de 07 de agosto de 1953. Pela Lei Estadual número 2.091, de 14 de novembro de 1958, o então povoado de São João passou à categoria de município, com o atual nome, tornando-se independente da cidade de Jataí. A toponímia “Itajá é uma inversão irregular de Jataí, numa espécie de homenagem rememorada à cidade mãe (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ, 2005, p.07)”.

O último município criado, na década de 1950, foi São Simão. Nesse contexto histórico, Sagim Júnior e Sagim (2000, p.59) afirmam que:

[...] com a chegada de Leopoldo Moreira e Júlio Miranda (procedente de Aragarças) fez a união com os moradores ali existentes, os irmãos Avelar Prego e Donaldo Alves Prego, de Rio Verde; Tibúrcio Pereira e José Gomes, de Porto Feliz (SP) e outros com a descoberta do garimpo de Mateira logo surgiu o povoado de São Simão distante apenas 3 km de Mateira e junto a margem direita do rio Paranaíba (SAGIM JÚNIOR E SAGIM, 2000, p.59).

Essa ocupação teve sua origem em 1928, com a construção de uma ponte sobre o Canal de São Simão (Rio Paranaíba) ligando Goiás a Minas Gerais, o que levou à fixação de garimpeiros e pescadores no lugar, fazendo surgir o povoado. Depois dessa ponte, onde a passagem era feita apenas por pessoas a pé, veio a primeira grande obra, uma ponte para automóveis iniciada em 1930. A inauguração dessa ponte, no rio Paranaíba, em 28 de outubro de 1935, dia de São Simão, fez com que o canal no rio ganhasse esse nome e, posteriormente, o núcleo urbano que surgiu nessa paisagem. Esse estreito canal formou um ambiente propício a diversas formas de lazer para os moradores locais.

O núcleo urbano que se formou passou a ser distrito de Mateira (atualmente Paranaiguara) e foi emancipado em 14 de novembro de 1958. Até a década de 1970, setenta por cento dos moradores são-simoenses estavam concentrados na zona rural. Nesse período, essa era a realidade vivida também pelas populações dos outros municípios da microrregião de Quirinópolis.

A população economicamente ativa ocupava-se basicamente das atividades do setor primário, como agricultura, pecuária, produção de tijolos, pesca e garimpo. Na pecuária, o emprego de mão-de-obra era mínimo e, na agricultura, a absorção desses trabalhadores era sazonal, utilizando, às vezes, o trabalho feminino e infantil (FLORIANO, 2000, p.130-131).

Em 1971, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e, em 1975, essa primeira paisagem urbana do município foi desapropriada e inundada, fazendo-se necessário a construção de uma nova cidade, que foi instalada em 3 de outubro do mesmo ano (Foto 35). Perdeu-se, então, o canal do rio Paranaíba, afogado pelas águas do reservatório artificial, hoje considerado pela Secretaria Municipal de Turismo um dos principais atrativos turísticos do município.

Atualmente, o município de São Simão possui um povoado denominado de Olaria e um distrito conhecido como Itaguaçu a 16 km da sede, onde se localizam as quedas d'água no rio Claro, conhecidas regionalmente como "Cataratas de Itaguaçu". Nessa municipalidade, está também o porto da hidrovia Tiête-Paraná-Paranaíba, localizado no distrito agroindustrial (Foto 36) e a mais importante empresa fixada nesse espaço industrial, a Caramuru Óleo Vegetais Ltda. Pode-se considerar que as empresas ali instaladas são as vias de integração e articulação do sistema de produção regional e dos grandes produtores rurais do Estado de

Goiás com as outras regiões do centro sul brasileiro e MERCOSUL, tornando-se uma importante paisagem portuária, modelando e estruturando a economia local.



Foto 35: Paróquia de São Simão. Santo padroeiro da cidade. Com a construção da nova cidade de São Simão, resultado do alagamento da antiga São Simão pelo reservatório hidrelétrico, encontra-se nesta urbanidade amplas avenidas e construções modernas, com completa ausência do patrimônio arquitetônico histórico. Foto 36: Distrito agroindustrial. Localizado nas margens do rio Paranaíba em São Simão (GO). Nas suas proximidades não existem bairros residenciais, apenas propriedades rurais e residências de pescadores. O acesso ao local é realizado pela BR 364, onde o fluxo de caminhões pesados é bastante intenso. Vieira Santos, J. C. 2010.

Próximo ao distrito industrial, não existem bairros residenciais como nas médias e grandes cidades brasileiras. No caso dessa área portuária de São Simão, o que existem na vizinhança são propriedades rurais, como a Fazenda Carafba, onde é feito o uso de tecnologia na produção de plantas ornamentais, com aproximadamente 20 hectares de área cultivada e sua produção abastece principalmente os mercados de Minas Gerais e São Paulo.

Atualmente a microrregião de Quirinópolis conta com nove municipalidades, seis delas surgiram na década de 1950. Nas décadas de 1960 e 1970, nenhum outro lugar ou distrito foi emancipado e somente, nas décadas de 1980 e 1990, surgiram, no mapa regional, os limites geográficos de Gouvelândia e Lagoa Santa, essa última motivada pelos usos da atividade turística.

2.2.3. Municípios emancipados nas duas últimas décadas do Século XX

No dia 14 de julho de 1950, João Oliveira Gouveia (Gouveinha), procedente da cidade de Prata (MG), fixou moradia com sua família e alguns companheiros nas margens do córrego Vertente Grande e direita do rio Paranaíba. Ele adquiriu do senhor Doca uma gleba de terras com 400 alqueires para o cultivo de lavoura e criação de gado. Quando vinha de Minas Gerais, tinha que deixar seu carro no Porto de São Jerônimo e deslocar-se a cavalo durante um dia de viagem para chegar até sua fazenda. Por localizar-se às margens do rio Paranaíba e do outro lado do município de Ipiacu (MG), ele começou a planejar a construção de um porto em sua fazenda.

No ano seguinte, com o objetivo de facilitar a travessia do rio e estabelecer contato com o Triângulo Mineiro por intermédio do município de Ipiacu, João de Oliveira Gouveia e Lupércio Veludo colocaram em operação uma balsa responsável pelo transporte entre os dois Estados, unindo as cidades de Quirinópolis e Ipiacu, fazendo com que o tempo de duração da viagem entre Quirinópolis e Ituiutaba (MG) diminuísse (SAGIM JÚNIOR; SAGIM, 2000, p.61). A travessia é relatada por pessoas que vivenciaram o lugar e o antigo meio de acesso a essa parte do Baixo Paranaíba Goiano:

“Do lado mineiro da balsa tinha um butequinho com uma mesa de sinuca. Nele vendia cachaça, salgado, biscoito e bolacha, do outro lado do rio ficava a velha Gouvelândia. A balsa era pequena, cabia dois caminhão. Entrava com o caminhão de ré e saía de frente, tanto do lado goiano como do lado mineiro. Tinha um embarcador e desembarcador de madeira para os caminhão entrar e sair da balsa (Relato pesquisa informal. Trabalho de campo, setembro de 2009)”.

Nesse contexto, para abrigar as famílias dos empregados da empresa de navegação, foram construídas as primeiras casas e, com o passar do tempo, chegaram mais pioneiros para a região, formando um povoado que recebeu o nome de Porto Novo ou Porto do Gouveinha. Em 1954, Gouveinha, Antônio Franco Barbosa (Totonho) e Conceição Martins Franco fundaram a navegação Minas Gerais S/A. Nesse período, o povoado passou a se chamar Gouvelândia. No dia 24 de agosto de 1963, foi criado o distrito de Gouvelândia, conforme Lei Municipal número 315 e instalado em 08 de março de 1964. Segundo os antigos usuários da balsa, o Porto Gouveinha é caracterizado mediante a seguinte afirmação:

“Desde 1968 quando a gente vinha de Minas, olhando do lado mineiro já avistava do outro lado do rio Paranaíba a venda que também era restaurante. A Vila tinha uma rua principal com árvores plantada no meio, que dividia a rua de terra. Tinha muita poeira por causa dos caminhão, ônibus e carro que saía da balsa. Tinha um postosinho pequeno de gasolina, que não deu certo e depois fecharam, a oficina do Alaor soldador e um açougue. Na rua principal o povo foi construindo as casas e foi espichando o lugar em direção a estrada que ia para Quirinópolis, as casas era

de pau rebocada com barro e umas janelinhas, e algumas casas era de tijolo, a maioria era coberta com telha comum, fabricado nas olarias. Depois fizeram um Posto Fiscal no Porto do Goveinha. (Relato pesquisa informal. Trabalho de campo, setembro de 2009)”.

Com a construção da hidrelétrica de São Simão na década de 1979, essa primeira história do lugar foi destruída, mas não da memória dos antigos moradores e frequentadores do lugar. Como São Simão, Paranaiguara, Chaveslândia (distrito de Santa Vitória em Minas Gerais), Gouvelândia seria inundada e uma nova cidade teria que ser construída (Fotos 37 e 38). Segundo Floriano (2000, p.132), antes da inundação, a cidade vivia mais em função do porto fluvial que era controlado por uma única família local e das atividades de pesca, garimpo, oleira, pecuária e agricultura. As relações de emprego se caracterizavam em grande parte, pelos sistemas de arrendamento, de terça e baixa remuneração.



Foto 37: Cidade de Gouvelândia. Rua João de Oliveira Gouveia na atual Gouvelândia, via urbana surgida no antigo distrito de Setinópolis. As construções antigas encontradas nessa via são resíduos do antigo núcleo que recebeu a população das margens do rio Paranaíba. Foto 38: Paróquia de São João Batista. Igreja que representa o Santo padroeiro da cidade Vieira Santos, J. C. 2010.

De acordo com Sagim Júnior e Sagim (2000, p.63-65), José Rodrigues Moreno e José do Nascimento Januário, preocupados com o destino do distrito e de seus habitantes, foram até o povoado de Chapeulândia ou Setinópolis, que estava dentro dos limites territoriais do distrito de Gouvelândia e cuja origem se dera em torno de uma casa de comércio fundada por Mamede Malaquias da Silva e Anita Maria da Silva (irmãos) que servia de parada para o ônibus da linha Quirinópolis - Itumbiara. Mamede Malaquias da Silva (Setinópolis) e Nascimento Januário (Gouvelândia) fizeram um acordo para as mudanças dos habitantes do

distrito que seria inundado para o povoado de Setinópolis, em troca levariam todas as obras que seriam realizadas pela CEMIG em Gouvelândia.

No dia 09 de setembro de 1976, conforme Lei Municipal de número 983 sancionada pelo Prefeito Nerivaldo Costa de Quirinópolis, ocorreu a transferência da sede do distrito de Gouvelândia para o povoado de Setinópolis. No dia 18 de outubro de 1987, foi criada uma comissão pró-emancipação do antigo povoado de Setinópolis e agora denominado de distrito de Gouvelândia. Rapidamente, em 30 de dezembro do mesmo ano, o Governador Henrique Antônio Santilho sancionou a Lei de número 10.394 que criou o município de Gouvelândia.

Chega-se, então, a Lagoa Santa (Fotos 39 e 40) que constitui o nono e último município criado. Essa cidade tem sua origem vinculada aos desbravadores sertanistas que, no início do século XIX, penetraram a região em busca de novas terras nos Cerrados de Goiás. Entre 1880 e 1890, o pioneiro responsável por desbravar esse território foi o fazendeiro Virgílio Martins Ferraz e dois companheiros de Minas Gerais. Aportaram primeiramente nas proximidades do córrego Fundo, atualmente onde estão localizadas as fazendas Córrego Fundo e Sossego. Decorridos alguns dias, Ferraz buscou sua esposa e seus cinco filhos e fixou morada no lugar denominado Jaborandi, hoje fazenda Caçula.

Consta na literatura regional que Lagoa Santa era rota dos Jesuítas, que saíam de São Paulo e Mato Grosso do Sul e adentravam em Goiás pelas margens do rio Aporé. A travessia era feita em uma balsa e anos mais tarde foi substituída por uma ponte de madeira que foi utilizada até o ano de 2010, neste mesmo ano ocorreu a construção de uma nova ponte de concreto. A primeira capela na região foi erguida no início dos anos de 1960 e Frei Camilo foi um dos iniciantes nas celebrações locais.

Em 1971, foi construído o Salão Paroquial da Capela de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do município e as obras foram acompanhadas de perto por Frei Raimundo (Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 2005-2008). Os descendentes dos Ferraz e Moraes construíram o primeiro empreendimento de hospedagem nas proximidades da Lagoa de Água Termal.

Essa pensão é considerada o primeiro comércio do povoado, fazendo do lugar a mais antiga referência turística do rio Aporé (margem esquerda²²). Os principais meios de transporte utilizados na época eram cavalos e carros de boi, devido à escassez de veículos motorizados e às dificuldades de acesso, poucos visitantes chegavam ao lugar. Um visitante

²² Na margem direita do rio Aporé, encontra-se o distrito de São João do Aporé, pertencente ao município de Paranaíba (Mato Grosso do Sul), cidade sede que inspirou o Visconde de Taunay a escrever o romance “Inocência”. Neste lugar estão localizados vários meios de hospedagem que também recebem os turistas presentes em Lagoa Santa.

do lugar construiu uma pequena Capela nas rochas que ficam no centro da lagoa, onde as pessoas que ali chegavam depositavam sua fé, fazendo do lugar turístico um espaço de religiosidade.



Fotos 39: Cidade de Lagoa Santa. Comércio voltado a banhistas no entorno da Praça Central da cidade onde são realizados os eventos como carnaval, encontro da melhor idade e *reveillon*. Nas proximidades dessa área, nas margens do rio Aporé, na divisa de Goiás com o Estado do Mato Grosso do Sul, estão os principais meios de hospedagem, a lagoa de águas quentes e o maior fluxo de turistas na rua Beira Rio. Foto 40: Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Padroeira da cidade turística. Vieira Santos, J. C. 2010.

Lagoa Santa foi elevada a distrito pela lei estadual número 10.446 em 14 de janeiro de 1888, com o nome de “Termas do Itajá”, lei sancionada pelo então Governador Henrique Santillo. Tornou-se município denominado Lagoa Santa pela lei número 13.134 em julho de 1997, sancionada pelo Governador Luiz Alberto Maguito Vilela (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, 2005-2008).

Toda formação e ocupação territorial desses municípios que formam a microrregião quirinopolina estão vinculadas a quatro processos históricos de produção e relação de trabalho, a saber: agropecuária tradicional, olaria, garimpo e pesca. Processaram-se mutações sociais, econômicas e culturais na construção desse interior goiano, contribuindo para a concretização de uma reestruturação territorial focada no agronegócio e em torno de outros referenciais econômicos menos expressivos, mas não de menor importância no seio regional como, por exemplo, as atividades de turismo e lazer.

A temática abarcando esses antigos processos de produção é discutida na próxima unidade, com entrevistas e observações de campo, pois as fontes documentais e literaturas

regionais deixam uma vasta lacuna sobre essa formação e densidade regional. Discutem apenas as relevâncias das atividades agrícolas e pecuárias na fixação do homem nesses lugares ou municipalidades, deixando um vazio teórico, especialmente em relação às atividades ligadas ao turismo.

2.3. RELAÇÕES E ANTIGOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO NOS CONJUNTOS DE LUGARES DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS

A primeira fase de ocupação da microrregião de Quirinópolis, bastante explícita nas obras literárias regionais, está relacionada com a chegada dos primeiros habitantes em busca de terras para a prática da agricultura e pecuária. A produção rural, principalmente, as atividades ligadas às pequenas roças (agricultura de base familiar) e pecuária, promoveu a chegada dos primeiros moradores a região, eles foram se fixando próximo às drenagens, demarcando territórios que originaram as grandes fazendas. Dessas fixações no campo, surgiram pequenos povoados e alguns originaram os atuais municípios do Baixo Paranaíba Goiano, principalmente, ao longo das estradas boiadeiras que propiciavam a circulação regional e até mesmo intrarregional.

Durante essa primeira fase de ocupação, os recém chegados agricultores e criadores de gados passaram a praticar uma agricultura de subsistência e também a confeccionar roupas, utilizando tecidos e sacos de panos brancos, comprados com alimentos que não eram produzidos nas propriedades, dentre eles, as embalagens de vinte quilos de açúcar. Para realizarem essas compras nos comércios das cidades, tinham que percorrer longas distâncias.

Nessa época, os antigos moradores produziam pães, biscoitos, fubá, rapaduras, queijos, farinhas, cachaça, melado de cana-de-açúcar, pamonhas, entre outros produtos que se constituíam como base da dieta alimentar dos grupos familiares. Produzir esses alimentos, de certo modo, tornou-se tradição, cujas origens, são as regiões auríferas de Minas Gerais e de cultivo de café em São Paulo.

Essa tradição de fazer produtos caseiros ainda permanece nos cerrados da microrregião de Quirinópolis, pois foi sendo transmitida entre as famílias. Atualmente essa produção caseira ainda é encontrada nas cozinhas e nas mesas dos estabelecimentos que trabalham com alimentação, hotéis (café-da-manhã) e festivais gastronômicos e pode ser considerada uma potencialidade dos espaços urbanos e rurais, mesmo diante do intenso uso de tecnologia e

mercantilização dos espaços. Nesse sentido, a culinária regional, produzida pelos antigos territórios pastoris e nas áreas das olarias, garimpos e pescarias, serão enfatizadas nesta investigação, principalmente se estiverem articuladas com o desenvolvimento das atividades de turismo e lazer regional.

Constata-se na obra de Floriano (2000, p.38-39) que “a grande potencialidade econômica, representada pelo solo fértil, tanto para a agricultura quanto para a pecuária, fez com que viessem se instalar na microrregião, aventureiros baianos” e não só mineiros e paulistas. No geral, as antigas famílias desse interior goiano, procuravam aproveitar o solo ao máximo, principalmente cultivando diversos alimentos e criando animais para suprir suas necessidades alimentares básicas.

Pode-se elencar entre os gêneros agrícolas de subsistência, o cultivo de hortaliças (couve, alface, pimenta e cebolinha), as roças com as plantações de mandioca, milho, arroz, feijão, guariroba e os pomares com laranja, abacate, caju, manga, jaboticaba, limão, goiaba, banana, entre outras. Outra prática bastante identificada era o cultivo de ervas medicinais como a erva-cidreira, babosa, macela e erva santa maria, bem como as criações de galinhas, suínos, bovinos e cavalos e, especificamente, os dois últimos eram utilizados também como meios de transportes.

Por outro lado, o segundo, terceiro e quarto momentos de penetração regional, são identificados em poucas literaturas regionais²³. O segundo momento (fase), nesse processo de fixação da população na microrregião quirinopolina, ocorreu com o surgimento das olarias para a produção de tijolos. A terceira fase é resultado da migração promovida pela busca da exploração de pedras preciosas no rio Paranaíba e seus afluentes, ou seja, o garimpo e com ele chegou-se ao quarto momento, com a inserção dos pescadores.

Desse modo, verificou-se que esses quatro marcos fundamentais para construção da microrregião ocorreram entre as décadas de 1830 e 1970, ou seja, em pouco mais de 140 anos. Outros projetos mais recentes também foram relevantes para o deslocamento de contingentes de pessoas em busca da microrregião, como a construção da rodovia São Paulo – Cuiabá (BR 364), as obras da hidrelétrica de São Simão e, nas últimas décadas, os projetos de mecanização do campo, caracterizando um intenso processo de expansão capitalista, com profundas mudanças estruturais nessa microrregião, fazendo desse setor a principal atividade.

²³ Devido a ocupação agrícola e pecuária ser bastante discutida na literatura regional, optou-se nesta investigação por discutir com maior ênfase as ocupações oleiras, garimpeiras e de pescas, embora haja clareza da importância da primeira fase na formação regional.

Assim, chega-se à próxima fase, intitulada como o segundo momento mais importante no processo de formação regional, desenvolvida nos territórios das olarias, uma atividade ainda presente nos municípios. Nesses lugares, fabricam-se tijolos (Fotos 41 e 42) utilizando uma argila²⁴ encontrada nas lagoas e drenagens, conhecida como “barro pó-de-mico²⁵”. Vale salientar que as olarias sempre foram instaladas nas proximidades dos locais de extração de argila.



Fotos 41 e 42: Terreiro de Olaria na Região do Caracol em Gouvelândia. Hoje não existem mais habitações nessas áreas, pois proprietários e empregados moram nas cidades próximas, como Gouvelândia e Inaciolândia. Atualmente existem apenas duas olarias no local e nenhuma habitação. O lugar é referência de acesso para os proprietários de segunda residência no Lago da Hidrelétrica de São Simão (Rio Paranaíba) no município. Vieira Santos, J. C. 2010.

Em 1926, foi instalada uma olaria por Wilson Barbosa na área onde é hoje (2010) a cidade de Quirinópolis, quando descobriu às margens do córrego Cruzeiro um “barro” próprio para a fabricação de tijolos. Com essa descoberta, montou uma olaria no local, tornando-se responsável pela construção de várias casas de tijolos, nesse núcleo urbano (SAGIM JÚNIOR e SAGIM, 2000, p.146). Processaram-se, a partir daí, as mais acentuadas mudanças no patrimônio edificado desse espaço urbano, que incorporou novas formas residenciais, substituindo, em parte, as tradicionais casas de alvenaria, adobe e pau-a-pique.

²⁴ De acordo com Guerra (1978, p.35-36), a argila é um material de silicatos hidratados de alumínio de colorações variadas em função dos óxidos. As argilas podem ser definidas como caulins sujos, por causa dos óxidos que possuem colorindo-as de vermelho, amarelo e verdes. Provavelmente as encontradas na microrregião de Quirinópolis, são as definidas pelo autor como argilas do grupo caulinita, que é utilizada no fabrico de cerâmica.

²⁵ Segundo Silva (2004, p.12), os finos sedimentos (argilas) lacustres utilizadas como matéria-prima para tijolos, produzem reações alérgicas e, por isso, os referidos sedimentos são denominados pelos oleiros de “Pó-de-mico”.

Geralmente, essas áreas produtoras de tijolos encontravam-se fixadas nos espaços rurais. De acordo com os relatos dos moradores da microrregião, principalmente dos antigos trabalhadores dessas olarias, é possível compreender que os primeiros oleiros a chegarem nessas paisagens foram oriundos do Triângulo Mineiro. Muitos que chegaram a essa microrregião goiana deixaram os espaços das olarias nos municípios de Ituiutaba, Ipiacaçu, Capinópolis, Cachoeira Dourada e Centralina, nos lugares conhecidos como Campo Alegre, Córrego da Lagoa, São Domingos, Paineiras, Lagoa Seca e Mosquito.

Essa mobilidade não pode ser considerada por acaso, pois foi um movimento ocasionado pela procura de novas áreas ricas em argila próprias para o fabrico de tijolos e telhas, visto que as antigas áreas não eram suficientes ou estavam entrando em processo de esgotamento na região do Triângulo Mineiro, fato que vem ocorrendo nessa primeira década do século XXI, na microrregião quirinopolina. Outro fator que pode ter contribuído com esse movimento, é que a maior parte dessas paisagens de retiradas de “barro” era alugada e em busca de áreas com maior produção, os antigos espaços eram abandonados.

Esse aluguel era pago com tijolos ou dinheiro obtido com a venda da produção. Produzia-se em média 70/80 mil tijolos por mês, dos quais 10 mil eram destinados ao proprietário da terra como forma de pagamento. Os antigos proprietários, que produziram tijolos e telhas no Baixo Paranaíba Goiano entre as décadas de 1940 e 1980, destacam outras mobilidades que se realizavam entre as olarias e as fazendas de gado.

“As olarias daquela época era uma das grandes indústria em Goiás, nesses meios de Quirinópolis, na época da seca quando fazia mais tijolo empregava muita gente. Os próprios peões que trabalhava na lavoura migrava para as olaria e ficava trabalhando até outubro quando iniciava as chuva e as lagoas ficava cheia. Nas águas as olaria quase não trabalhava e alguns desses peão voltavam para as fazendas de gado e arroz (Relato pesquisa de campo informal. Setembro de 2009)”.

A mobilidade dos trabalhadores não se realizava como determinação do ciclo natural dessa parte do cerrado, isto é, da seca e da chuva, mas poderia ocorrer em função da carência de mão-de-obra que ainda persistia nas últimas décadas do século XX. Segundo esse ponto de vista, os territórios das olarias eram lugares de passagem, principalmente para os trabalhadores contratados, porém para os donos dessas áreas, não eram um simples local de inconstância, pois a atividade ali desenvolvida poderia durar por mais de uma década.

Essa descoberta do “barro” acrescentou à pretérita economia regional uma nova dinâmica. Dessa forma, os moradores foram desenvolvendo seus modos de vida, seus patrimônios culturais que até hoje (2010) se fazem presentes na arquitetura, culinária e no trabalho

artesanal. Nos espaços das olarias, além da produção de telhas e tijolos, foram sendo produzidos utensílios domésticos como vasos e potes que armazenavam água (Fotos 43 e 44).

Atualmente, parte desse trabalho artesanal se faz presente nas casas dos artesãos de São Simão e Lagoa Santa, que serão apresentados e associados à atividade turística regional nas próximas unidades desta pesquisa. Nesses lugares, não era comum as famílias produzirem gêneros agrícolas de subsistência, como o cultivo de hortaliças, pomares e roças, apenas poucos moradores se preocupavam em cultivar pequenos quintais ou áreas com mandioca, milho e algumas árvores frutíferas, como mangueiras, goiabeiras e bananeiras.



Foto 43: Vasos ou potes. Uma espécie de barril que armazenava água no interior das residências nas Olarias. Esses objetos também eram comercializados, visando complementar a renda dos oleiros. Atualmente é um objeto de decoração encontrado no interior das residências urbanas. Foto 44: Pote ainda utilizado para armazenar água, em propriedade rural na região da Pedra Lisa, no município de Quirinópolis. Vieira Santos, J. C. 2010.

Por meio dos fatos narrados, pôde-se observar que as principais alternativas para suprir as necessidades alimentares básicas desses habitantes, estavam na criação de suínos e aves como galinhas. Isso é justificado, segundo os relatos dos entrevistados, porque não podia faltar carne nas refeições dos trabalhadores, porém, a maior parte desses gêneros alimentares era adquirida nos comércios das cidades próximas. Nessas paisagens, como nos espaços rurais onde se desenvolviam a pecuária e agricultura, as famílias costumavam ser numerosas, principalmente até as décadas de 1960 e 1970, com muitas crianças, geralmente com mais de cinco filhos, que ajudavam os pais na lida diária.

Especificamente, no caso das olarias, os filhos homens eram levados pelo pai para desenvolver tarefas nos terreiros de produção; o menino que tinha entre 12 e 14 anos ajudava

nos trabalhos de colocar tijolos para secar, levar as refeições para os peões ou fazer a carga de tijolos nos caminhões e, acima dessa faixa etária, já era preparado para participar de todo o sistema de produção. As meninas aprendiam as tarefas de casa com a mãe, como cozinhar e preparar as refeições nos caldeirões para serem levados aos trabalhadores, realidade também enfrentada pelo sexo feminino nas áreas tradicionais de agricultura e pecuária. O trabalho infantil não era visto como algo negativo, algo a ser proibido. Era um valor social ter na família, uma base de trabalho micro-cooperativo em que jovens e crianças aprendiam desde cedo o valor moral e social do trabalho.

O terreiro no adro das casas era o espaço onde aconteciam as brincadeiras das crianças menores, principalmente sob o olhar das mães, mas era pouco vista a utilização das lagoas para lazer e entretenimento. Essas paisagens alagadas pareciam ter sentido único para os moradores, isto é, exclusivamente para retirada do barro essencial à produção de tijolos. Nesse contexto, Damiani (1999, p.163) cita que:

A cotidianidade é criada também pelo modo de produção, não lhe é alheia nem marginal, embora seja desigual a outros setores, momentos e situações dessa forma de produzir. O cotidiano, como simulacro da vida plena assim modelado, permite ao modo de produção funcionar (DAMIANI, 1999, p.163).

A região da lagoa Caracol, no município de Gouvelândia, teve seu maior apogeu de produção nas décadas de 1970 e 1980. Chegou a ter, nesse período, uma dezena de olarias e com elas mais de dez famílias e vários peões solteiros residindo nas proximidades dos terreiros das olarias. Nessa região, era comum o casamento de pessoas sem grau de parentesco; na comunidade existiam trabalhadores que não eram parentes, que se casava com as moças do lugar, até mesmo da cidade de Gouvelândia.

Essas relações eram diferentes nas áreas agropastoris, pois nos locais onde ocorriam as práticas agrícolas e pecuárias era muito comum o casamento entre pessoas com grau de parentesco próximo. Nas olarias, a vida social se desdobrava pela mobilidade presente na cotidianidade daqueles espaços. Apesar das diferenças encontradas, quando se comparam com as paisagens onde se manifestavam a tradicional ruralidade interiorana, também era possível identificar outras situações, como por exemplo, o casamento das pessoas muito jovens e que se tornavam pais antes dos vinte anos de idade.

É verdade que essas áreas não abrigavam igrejas, mas os pequenos espaços de devoção às figuras sagradas se faziam presentes, pois a religiosidade de muitas famílias era materializada principalmente pelas imagens de Santos Católicos e do Cristo. Nas residências das olarias, não era comum os habitantes se encontrarem ou se reunirem para fazer seus rituais sagrados. Para participar de missas, realizar casamentos e batizados, esses moradores deslocavam-se

para as cidades próximas e esses rituais envolvendo as imagens sagradas contradiziam a ideia de um ambiente sem religião.

Normalmente, as festas e as comemorações religiosas aconteciam nos povoados, propriedades rurais e cidades da microrregião de Quirinópolis. Mas uma outra prática comum era o jogo de futebol aos domingos, que atraía um grande número de moradores. Nesses momentos de folga, era hábito o consumo de bebida alcoólica, principalmente água ardente e cerveja. Também nas residências, havia o rádio a pilha para escutar músicas sertanejas e informações, principalmente de rádios AM's de Ituiutaba e Quirinópolis. Esse veículo de informação também fazia parte do cotidiano de agricultores, pescadores e garimpeiros.

Evidenciam-se, com os relatos dos antigos moradores das olarias, que as habitações e utensílios domésticos do lugar eram construídos com técnicas bem antigas; esses patrimônios eram compostos por casas, com o pé direito baixo, paredes de tijolos produzidos no lugar, algumas bareadas com a argila das lagoas. No conjunto eram residências bem simples que simbolizavam os modos de vida daquela época.

“Existia várias olarias próximo as lagoas, onde morava muita gente, principalmente família. A casa melhor era do dono da Olaria, era de tijolo e telha e não era rebocada, na maioria das casas o piso era de chão mesmo ou feito com o próprio tijolo da olaria. Os peões dormia no “Chatão” uma casa de tijolo e telha para os trabalhadores solteiro com cama de madeira do cerrado feito por eles, não tinha nem porta, ninguém robava. Naquela época era servido três refeição para os peões, sempre com arroz, feijão e carne que não podia faltar, e era colocado em caldeirão para cada peão. As carnes era guardada em lata com banha ou seca, os pão também era guardado numa lata grande, igual as outras quitandas. As compra era feita nas vendas na beira da estrada ou em Quirinópolis. As casas das olarias era na maioria de dois cômodos, com fogão de lenha, cisterna d’água, banheiro e privada fora de casa, girau para lavar as panelas e as roupas lavava na bacia (Relato pesquisa de campo informal. Setembro de 2009)”.

Na formação do espaço vivido, nos terreiros das olarias, havia habitações esparsas e a maioria com as famílias residindo muito próximas. Assim, as pessoas foram estabelecendo cotidianamente suas relações sociais e econômicas, nas tarefas desenvolvidas para executar a sua reprodução simples. Na perspectiva do espaço vivido, para Damiani (1999, p.164) “o lugar definido pelo cotidiano é a sociedade inteira, não só seus aspectos econômicos e políticos”. Nas olarias como, também, na agricultura e pecuária regional, é marcante a presença masculina neste tipo de produção. As mulheres esporadicamente ajudavam os homens nos terreiros das olarias, mas eram as únicas responsáveis pela lida da casa.

Os afazeres domésticos não exigiam muitas elaborações, com pouca mobília e chão batido de terra, a moradia se constitui um espaço simples para fazer refeições, repousar e criar a família. Entre os aspectos importantes que marcam as relações sociais no lugar, revela-se, a produção de tijolos, especialmente nos espaços de produção, que expõe esses trabalhadores a

um convívio durante grande parte do dia, pois o desenvolvimento das atividades iniciava-se pela madrugada e ia até o meio da tarde.

A partir dessa convivência, ocorria também, nessa área, o processo de transmissão do conhecimento e das informações, dos mais velhos para os mais jovens ou sem experiência; os mais experientes expunham os seus saberes e conhecimentos das realidades em que viviam, integrando os outros à cultura local. Era nos terreiros das olarias e nas habitações simples que se organizavam as relações sociais para atender às necessidades básicas de sobrevivência das famílias que transformavam barro em materiais de construção, aspectos fundamentais para suprir seus consumos e manutenção da vida no lugar. Durante as falas foi identificado o forte uso da força animal (Fotos 45 e 46) e humana para a produção de tijolos:



Fotos 45 e 46: Antigas Olarias. As fotografias mostram o uso de animais no processo de produção das olarias. São utilizados nas pipas (foto a direita) para amassar o barro e esse depois colocado nas formas para ganhar forma, e também nas carroças (foto esquerda) que transportava a matéria prima da lagoa (área de extração) até a pipa destacada na foto a esquerda. Fotos, do final década de 1950, cedidas por Milton Vieira dos Santos e Gail Rucel de Moraes Santos, 2010.

“Nas olaria tinha uma pipa para massar o barro, a pipa era puxado pelo burro, que andava em circulo. Antigamente o mastro e a balança da pipa que era amarrada no burro para puxar era de pau e, depois, com o passar do tempo, o mastro foi feito de ferro e a balança continuou de pau. O meu Ti Zequinha levava 15 dias para fazer o mastro de pau e as facas do mastro que moía o barro, ele fazia pipa nas olaria de Goiás e nas olaria do Córrego da Lagoa e Musquito no lado mineiro. O mastro ficava cercado de taboa que era onde moia o barro. Esse barro que ia para a pipa era tirado da lagoa de maneira manual e era transportado por uma carroça com o burro. Depois de amassado, o barro era levado num carrinho manual até o terreiro, e colocava nas forma que ficava em cima das bancas e aí saía o tijolo prontinho para ser secado. Depois do tijolo seco, ele era levado para

um forno ou caieira para ser queimado. Depois de queimado vendia para os comprador que aparecia na olaria ou nós levava de caminhão nas cidade para vender. Além dos tijolos nas olaria fazia telha, pote e cabaça para levar água para as roças e ficava geladinho. Hoje poucas pessoa mora nas olaria, a maioria fica na cidade e trabalha na olaria. Nas seca, as lagoa continua com água, e o barro é tirado com máquina (Relato pesquisa informal de campo. Setembro de 2009)”.

Considerando os depoimentos obtidos no campo, os animais, especialmente burros e mulas, eram comprados para desenvolver a produção e vinham de outras regiões, como do espaço rural do Campo Alegre, no município de Ituiutaba e de comerciantes que passavam pela microrregião. Deve-se enfatizar ainda, nos relatos dos entrevistados, a memória de parte desse apogeu e decadência:

“Eu trabalhava em um posto fiscal ao lado do rio Verde no município de Itarumã, entre o distrito de Itaguaçu no município de São Simão e o Estado do Mato Grosso do Sul, e o principal movimento do local eram as cargas de tijolos que vinham das olarias, pois na região tinha muitas lagoas com o barro usado na produção de tijolos. Naquela época, se não fossem essas cargas não justificava a existência do posto fiscal. Hoje na região, essas olarias não existem mais, apenas algumas em São Simão e Itajá, pois o barro pó de mico foi esgotando e as pessoas abandonando a atividade (Relato pesquisa informal de campo. Setembro de 2009)”.

Toda a produção das olarias no Baixo Paranaíba Goiano era e ainda é comercializada nas cidades da microrregião de Quirinópolis e em outras partes do interior goiano e mineiro, como: Santa Helena (GO), Bom Jesus (GO), Ituiutaba (MG), Ipiacu (MG) e Capinópolis (MG). Percebe-se nos lugares ocupados pelas olarias da Fumaça (Itajá), São Simão, região do Buriti Alto ou Olaria do Quinca e Caracol (Gouvelândia) que, apesar das mutações ocorridas no espaço, a produção de tijolos e telhas continua com forte contribuição histórica na constituição da paisagem regional.

Esses espaços mantêm suas especificidades, representadas pelos vínculos sociais, culturais e econômicos, que foram sendo fixados na paisagem por esse tradicional sistema produtivo. Essa importância se faz presente nos versos regionais:

[...] Terra dos guerobais, do pequi, da gabiroba... / Terra do gado leiteiro e de corte
 [...] Na fumaça teu povo ordeiro que luta sol à sol / E não se deixa amedrontar / Teu barro, tua matéria prima é tijolos a modelar / da massa crua da terra, vem a força dessa gente [...] (Autor: Reginaldo Barbosa. Fonte: Prefeitura Municipal de Itajá – Goiás).

No campo, percebemos que são poucas as olarias existentes nesse início de século XXI e, apesar de escassos, esses elementos oleiros ainda estão presentes e se misturam às novas tecnologias e ao novo enquadramento produtivo imposto pela modernidade. A busca por outras atividades, como as ligadas ao agronegócio, serviços públicos, artesanato e transporte, têm contribuído para a permanência desses cidadãos.

Chega-se às palavras de Floriano (2000, p.37-38), destacando-se a terceira fase de

ocupação da microrregião quirinopolina na década de 1940, com a descoberta de diamantes no córrego Mateira, a pouco mais de cinco quilômetros do antigo canal de São Simão. Esse ciclo motivou a vinda de diversos garimpeiros para a microrregião, que se instalaram em ranchos de palha de bacuri, nas mediações desse córrego.

Nesse local, foi se desenvolvendo uma comunidade com o mesmo nome da drenagem, que depois deu origem ao atual município de Paranaiguara. No geral, se comparado com a agricultura, pecuária e até mesmo a pesca (quarta fase), as atividades de garimpo e olarias pouco evoluíram tecnologicamente. As áreas minerárias foram perdendo espaço, no contexto regional, com a construção do reservatório da hidrelétrica de São Simão e com a valorização imobiliária das propriedades agropastoris. Nesse processo, os proprietários de áreas próximas ao reservatório passaram a proibir a extração de pedras preciosas.

Mas, voltando às primeiras décadas do século XX, constata-se que, posteriormente, os garimpeiros oriundos de Paranaiguara e Ituiutaba chegaram ao canal de São Simão, uma estrutura geológica de basalto no rio Paranaíba, e a partir daí deram origem ao povoado de São Simão. Floriano (2000, p. 52) escreve que ainda nos anos de 1940, um grupo de garimpeiros saiu de um “garimpo às margens do rio Tejuco (Foto 47), nas proximidades de Ituiutaba e partiram de canoa, com destino ao Canal de São Simão. Eram garimpeiros contratados pelo senhor Guilherme Pereira do Valle que naquela época era comprador de diamantes” e que deu início ao garimpo no lugar. De acordo com um antigo garimpeiro, a cidade de São Simão surgiu do garimpo e as relações de trabalho ocorriam da seguinte maneira:

“O cara trabalhava pr’o cê, eu por exemplo, eu trabalhava pro Sinval, o Sinval me fornecia. O diamante que eu pegava nós partia cê entendeu como é que é? Não era só o garimpeiro, tinha o fornecedor, o comerciante era o fornecedor. Quem comprava diamante, cada um deles tinha mais de dez garimpeiro, mais de dez família que ele zelava, cê entende? Porque aí ele fornecia, de poucos anos pra cá que fornecia dinheiro, mas fornecia assim, eu era garimpeiro eu ia lá ele me dava um tanto de arroz, feijão, é carne, óleo pra mim passar, quer dizer, cabava eu voltava. E se pegasse eu voltava também, só que partiu o diamante ele não tinha nada com o meu dinheiro, ele tinha que continuar me fornecendo. O garimpeiro era o cara, era a turma mais honesta que tinha. Se o senhor tinha uma frente de cascaí aqui e o senhor precisava de saí, passa um meis, dois meis, três meis, quatro meis, se o senhor deixasse um montinho de cascaí aqui ninguém lavava e ninguém tirava essa frente do senhor, ce entendeu, era respeitado. Ficava o fizinho e vigiava, falava não pode, aí só se o senhor chegassi e desse aquela frente pra ele, ou pá outra pessoa, o senhor podia dá pra quem o senhor quizesse. O senhor podia passa um ano sem i naquele garimpo, ali um pedaço era reservado pra ele, as vezes outro vinha de lá pra cá até um certo ponto. O garimpeiro era respeitadô. Se ele pegasse um xibiuzinho, ele não vendia o xibiuzinho sem mostrar para o fornecedor. Se outro fizesse, o outro saia ia lá e contava para o fornecedor. O camarada ficava até oito meis sem pegar nada, então tinha que ter fornecedor. O garimpeiro nunca tinha condição de garimpá por conta dele (Relato de antigo garimpeiro durante a pesquisa informal de campo. Setembro de 2009)”.

Esses trabalhadores da mineração executavam suas atividades nas margens do rio Paranaíba, do córrego Mateira, na barra do rio Corrente e córrego da Rondinha, mas o local de residência fixa eram as velhas cidades de São Simão e Paranaiguara (Foto 48). No período de baixa precipitação regional, em que ocorria a redução das vazões dos rios, entre os meses de julho e outubro, esses trabalhadores se deslocavam para os garimpos nas áreas rurais mais distantes das cidades da microrregião. Muitos levavam suas famílias e residiam em barracos de madeira e folhas de buriti na área de extração, outros deixavam esposas e filhos nos espaços urbanos.



Foto 47: Rio Tejuco no município de Ituiutaba (MG). Drenagem que no passado teve intensa exploração minerária e que atualmente encontra-se bastante assoreado pelo intenso uso agropecuário de sua bacia. Vieira Santos, J. C. 2008. Foto 48: Antiga cidade de Paranaiguara. Mateira na década de 1960, período em que a atividade garimpeira era intensa e as ruas já estavam calçadas com basalto. Foto cedida pelos organizadores da Festa da Liberdade no ano de 2010.

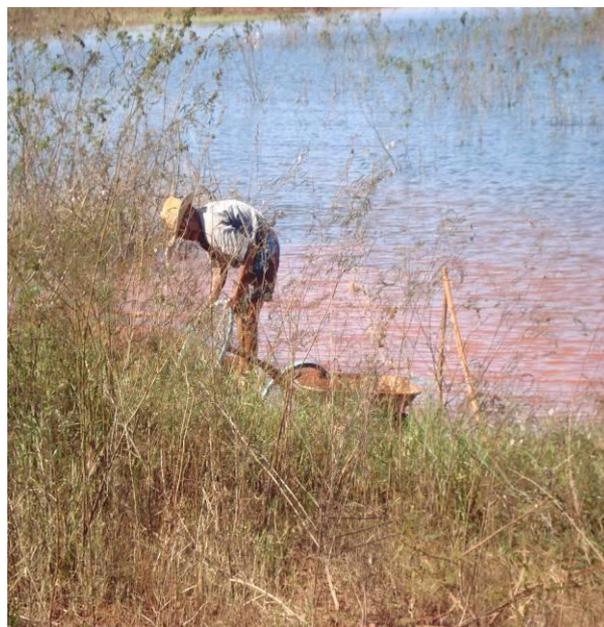
Os antigos garimpeiros destacaram que as esposas que acompanhavam os maridos tinham funções diversas como fazer as refeições, cuidar das roupas e lavar o cascalho, já os filhos também trabalhavam puxando o material extraído dos leitos dos rios. A base alimentar era arroz, feijão e carne fornecidos pelos comerciantes e agricultores que compravam os diamantes, chamados fornecedores. Segundo eles, não havia verduras e frutas na alimentação, pois o tempo não era o suficiente para produzir esse tipo de plantação.

Deve-se enfatizar que os serviços desenvolvidos nos garimpos eram manuais e totalmente artesanais, prática ainda executada pelos garimpeiros que atuam nas proximidades da cidade de São Simão. Era tradição dos garimpeiros guardar apenas os “dias Santos”. Não havia festas

nos garimpos, pois as cidades eram os destinos preferidos na busca de diversão. Na área onde foi construída a praia artificial de São Simão, segundo informações dos garimpeiros remanescentes, era um antigo garimpo. Para eles, hoje, ainda, existe muito diamante nas proximidades da praia, mas os fazendeiros não deixam garimpar. De acordo com esses antigos trabalhadores:

“A São Simão antiga era o garimpo, lavoura e pecuária. Só tinha garimpo e pesca. Era bem separado. Garimpeiro era garimpeiro, pescadô era pescadô, lavorista era lavorista, quem mexia com gado chamava vaqueiro né, era vaqueiro, cê entendeu como é que era. Morava na cidade garimpeiro e pescadô (Relato de antigo garimpeiro durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Garimpeiros ainda são encontrados no entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Simão, numa área que restou de um antigo garimpo (Fotos 49 e 50) e que não foi inundada pelo lago. Essas partes mais altas do relevo são denominadas por Guerra (1978, p.86) como “grupiara e gorgulho”. As modernizações do campo e das atividades de turismo valorizaram as áreas de cerrado nas últimas décadas do século XX e o garimpeiro ficou marginalizado pelos planos econômicos e pelas políticas públicas de expansão capitalista.



Fotos 49 e 50: Garimpo de São Simão. Atividade desenvolvida nas margens da represa da UHE, no município de São Simão. É possível encontrar poucos trabalhadores na área, especialmente antigos garimpeiros que atualmente encontram-se aposentados ou jovens desempregados. Outro aspecto visível no lugar, são os garimpeiros cavando e retirando o cascalho do lago, transportando o material com carrinho manual utilizado na construção civil para uma estrada de acesso às chácaras e que contorna o reservatório. Posteriormente, o cascalho é lavado na bateia ou peneira e todo o processo é desenvolvido artesanalmente. Vieira Santos, J. C. 2009.

Nas proximidades da cidade de São Simão, área em que a atividade garimpeira é

praticada, encontram-se pequenas chácaras com habitações simples e, também, traços marcantes do antigo garimpo, dando uma singularidade e sedução ao lugar, porém não incorporado pelas políticas públicas de turismo municipal e regional, pois as ações públicas não são desempenhadas nesse espaço, faltando programas políticos específicos e infraestruturas diversas. Nesse lugar, é possível ouvir histórias da antiga São Simão, como a de comparação do garimpeiro com o jogador de futebol e de esposas que não acreditavam nessa prática:

“O diamante era quase igual no tempo, é vamo compará assim igual ao futebol antigamente. O jogador de futebol antigamente os véi mesmo jogava bola e num tem nada, né? Hoje um menino novo já tá rico. Então o garimpo é mais ou menos malhação, o cara pegava muito diamante, mais gastava demais, né? Pensava, ha amanhã eu vou lá e pego outro né ta bão, cê entendeu? Ele num invistia numa casa, num imóvel em nada não, gastava tudo pensando em pegá outro amanhã. Essa que é a vida do garimpeiro, por isso que taí hoje vive de aposentadoria e vai lá garimpa e os garimpo num ta dando nada mesmo. [...] A muié já tava chorando, eu tinha dois menino estudando, era os dois caçula. E todo dia a muié falava ê homi ocê vai matá eu e esses menino de fome e esse seu garimpo não vai dá nada. Aí a muié começou a falá muito que eu tava deixano eles passá muita dificuldade voltando para o garimpo, podemo procurá outro serviço e tal. Eu disse muié se Deus quisé eu vou pegá uma pedra ainda um dia eu vou pegá uma pedra e tudo controla pra nós né? Aí eu comecei a pensá que eu num ia pegá essa pedra nunca, acho que nunca né, porque num era de sê pra mim. Eu arrumei uma fazenda pra trabalhá lá perto de Itarumã, trabalhei dez anos nessa fazenda [...] (Relato de antigos garimpeiros durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Pode-se, constatar que as atividades desenvolvidas nesses lotes são respectivamente a pecuária leiteira, criação de aves e suínos, o cultivo de hortaliças, mandioca, milho e frutas sem maquinários agrícolas adequados. A produção é destinada ao consumo próprio, prática não desenvolvida nas antigas áreas minerárias. Partes dos proprietários são antigos garimpeiros que, de maneira artesanal, desenvolvem essa prática no local e utilizam também suas pequenas habitações para o lazer da família que reside na cidade. A intensa atividade garimpeira do passado, na microrregião de Quirinópolis, não existe mais, por isso, as mudanças são observadas nas relações com o solo, onde se desenvolve atualmente a criação de animais e cultivo de gêneros agrícolas de subsistência.

As residências construídas nesse garimpo não possuem energia elétrica e foram feitas com paredes de madeira ou tijolos, telhado de cerâmica portuguesa, pequenas varandas, dois ou três cômodos, poço para abastecimento de água, revelando ainda elementos culturais, simbólicos e organizadores da sociabilidade e cotidiano dos garimpeiros. Nesse espaço, a cascalheira (seixos, cascalhos) é a cobertura predominante; de acordo com Guerra (1978, p.86), são também denominações dadas “aos depósitos aluviais diamantíferos e auríferos, situados no leito do rio”.

É comum encontrar, nessa paisagem do município de São Simão, garimpeiros cavando e retirando o cascalho do lago, transportando o material com carrinho manual utilizado na construção civil para uma estrada de acesso às chácaras e que contorna o reservatório. Posteriormente, o cascalho é lavado na bateia ou peneira e todo o processo é desenvolvido artesanalmente.

Foi, portanto, nos locais de garimpo que chegaram os primeiros pescadores. Essa parte é denominada, nesta pesquisa, de quarta fase, quando se fixa, no canal de São Simão, a figura do homem pescador do rio Paranaíba. A fixação foi favorecida pela existência de partes rasas no rio Paranaíba, a montante do canal, que oferecia boas condições para a pesca. A obra de Floriano (2000, p.60) relata que a margem mais favorável encontrava-se do lado mineiro²⁶, do lado esquerdo do rio, lugar que muitos pescadores escolheram para viver, porém, parte desses optou por residir na cidade de São Simão.

Segundo antigos moradores da Velha São Simão, muitos viviam da pesca, como função comercial ou para suprir as necessidades de alimentação básica das pessoas envolvidas com o garimpo ou agropecuária. Para as famílias que extraíam diamantes ou trabalhavam no meio rural, a pesca era uma alternativa de complemento alimentar e, naquela época, era de responsabilidade das esposas e filhos. Comercialmente esse pescado era vendido nas residências e para frigoríficos:

“Antigamente ele pegava o peixe ou dava ou vendia. Tinha uns frigorifo antigamente pagava o preço que ele queria, cê entendeu? Tinha frigorifo falava ó, pegava aí um peixe de dez quilo, dava aí, naquele tempo do cruzeiro né, cinco cruzeiro, dez cruzeiro. Mais também o cara ia lá tinha que vim na cidade pra levá um trem pra buscá os peixe né, pegava muito e era só no anzol mesmo. Tinha um tal de “covi” em vez de rede, hoje é a rede não tinha era o covi. Punha naquelas ponta de corredeira, punha ele assim, só tinha entrada, se o peixe entrassi, ele num saia entendeu como é? O covi era todo de arame. Aqui tinha a corredeira, então punha ele de boca pra baixo então o peixe vinha aqui pra subir as corredeira tudo entrava dentro do covi aí num voltava (Relato de antigo morador de São Simão durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Atualmente, parte dos trabalhadores da pesca são simonenses encontram-se organizados em torno de uma associação, a Colônia de Pescadores do Lago Azul de São Simão (GO-Z=03) (Foto 51)²⁷. Mesmo com as mudanças estruturais profundas ocorridas nesse interior

²⁶ Chaveslândia distrito de Santa Vitória em Minas Gerais. Um fato interessante desse lugar é que nunca se enterrou ninguém no cemitério da pequena urbanização, as pessoas vão para São Simão ou Santa Vitória.

²⁷ Essa colônia de pescadores foi fundada no dia 05 de setembro de 2007, com cada chapa eleita governando por quatro anos, e os trabalhadores associados pagam uma taxa de R\$ 100,00 (Cem reais) por ano. A cidade de Chaveslândia, na margem mineira do rio Paranaíba, também possui sua “Colônia de Pescadores (Z-08)”, essas procuram manter relações de vizinhança e cordialidade. O que se pode dizer da colônia goiana de pescadores é que, no presente, ela funciona em uma residência alugada, mas já recebeu um terreno doado pela prefeitura local. Assim que a documentação estiver em nome da associação, a atual chapa gestora buscará verbas e financiamentos para a construção da sede própria e para a manutenção da atividade.

goiano, ainda existem organizações sociais que preservam parte de sua cultura. Segundo os pescadores associados:

“A colônia está organizando prá vender o proprio pescado, buscando recursos junto ao governo federal para comprar frizzer e transporte. Eu acho que tem mais pescadores agora que antigamente, porque antes de formar o lago aqui peixe não tinha valor, só tinha valor pintado e dourado. Barbado, tilápia esses trem pegava e soltava, ninguém quiria nem dado, hoje o qui o cê pega ai cê vende. Hoje a colônia tem tanques de criação de peixe e quem compra é o governo federal para distribuir em escolas, creches e asilos (Relato dos atuais pescadores de São Simão durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Muitos dos atuais pescadores são filhos de antigos pescadores e também oriundos de famílias de garimpeiros e pequenos proprietários de terras. Quando questionados se o turismo trouxe algum benefício para os pescadores associados, o ponto de vista é:

“Eu creio que com o pescador, o turismo não trouxe beneficio agora pra cidade sim. Tem pescadô que aluga barco pra turista, aí que tá o problema. O barco pra você alugá para o turista tem que tá assegurado, mais pra nós segurá um barco é mais difícil é mais caro. Agora pra uma empresa é mais fácil. Pela lei tem que assegurá o barco, tem barco que não tá nem segurado, mais o povo ta alugando pra turista (Relato dos atuais pescadores de São Simão durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Deve ser salientado que por falta de iniciativas do poder público e do conhecimento das políticas do Ministério da Pesca de incentivo e incorporação de pescadores à atividade turística, eles vêm praticando ações individuais e ilegais de locação de meios de transportes aos visitantes, a ponto de colocar em risco a segurança do turista e de seu instrumento de trabalho.

A partir da análise das relações sociais de produção, compreende-se que a origem e formação de cada município da microrregião de Quirinópolis foram estimuladas pelos ofícios encontrados nas olarias, agricultura, pecuária, áreas de pesca, garimpos e na religiosidade que compõe o patrimônio cultural dos lugares. Nesse momento (2010), compreendem-se também as razões pelas quais esses elementos fortemente ligados à formação de sua paisagem sociocultural-econômica tornaram-se fortes atrativos para as políticas locais de turismo.

Nesse contexto de usos do lugar para promoção do turismo, cabe lembrar que ações do poder público também contribuíram para a mobilidade regional. Entre os exemplos, está a construção da primeira ponte no canal (Rio Paranaíba) nos anos de 1930, onde anteriormente já havia uma passagem para pedestre desde 1928. Anterior a essa obra “toda produção agrícola e pecuária da região seguia para São Paulo e Minas Gerais via Itumbiara (Floriano, 2000, p.34)”, isso fortalecia a caracterização de isolamento da região.

Mas se por um lado, a construção dessa primeira ponte foi fundamental para a mobilidade, ocupação e geração de empregos na pecuária, agricultura, garimpo, olarias, pesca e núcleos

urbanos regionais, ela também foi favorável para extensão da BR 364 (São Paulo – Cuiabá) (Foto 52) na década de 1970, conectando de vez a microrregião quirinopolina às cidades dos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e da Amazônia. A inserção desse novo elemento, nessa paisagem, processou mutações estruturais nos setores de transporte, urbano, agropecuário e turístico.



Foto 51: Colônia de Pescadores do Lago Azul na cidade de São Simão. Que no presente funciona em uma residência alugada, nas proximidades da feira coberta onde se comercializa alimentos. Foto 52: BR 364 (São Paulo – Cuiabá). Destacando nessa rodovia a sua sinalização turística no município de São Simão. Principal via de acesso a lugares turísticos como São Simão e Itaguaçu. A principal rodovia Federal da microrregião é a BR-364, conhecida regionalmente como São Paulo-Cuiabá, é uma importante estrada do interior brasileiro que vai de Cordeirópolis (SP) a Rodrigo Alves no Acre, sendo essa o principal meio de acesso às cidades de São Simão, Paranaiguara e Cachoeira Alta. Ela também faz a ligação de Goiás a Minas Gerais e a São Paulo via Triângulo Mineiro, bem como a outros estados como Mato Grosso, Amazonas, Acre e Rondônia, passando pelas cidades de Jataí (BR-158) e Mineiros. Vieira Santos, J. C. 2009.

Essa rodovia foi um marco para a região, pois a tirou do isolamento tornando-se um importante entreposto comercial. Por ali passaram a trafegar ônibus, automóveis e caminhões que se deslocavam dos territórios mineiros e paulistas em direção às áreas de expansão capitalista do Mato Grosso, regiões da Amazônia e Pantanal. Com essa infraestrutura, ocorreu uma nova dinâmica econômica nos municípios dessa microrregião, pois os transportes de produtos agropecuários do Centro Oeste brasileiro e de produtos industrializados de cidades do Sudeste, principalmente, de São Paulo, configuraram as trocas comerciais mais importantes.

2.4. GÊNESE DO LAZER E TURISMO NA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS: ausência das políticas públicas de turismo entre as décadas de 1940 e 1980

Embora seja possível afirmar que as primeiras buscas pelo lazer e turismo não possuíam um significado fundante de que estavam constituindo um espaço turístico e sim “era mais um fazer sem um compromisso maior (MÜLLER, 2002, p.09)”; é inegável que esses momentos constituíram-se em passos importantes para que alguns lugares se firmassem como turísticos e fossem inseridos nos programas e políticas públicas locais, encontrados atualmente entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa.

Müller (2002, p.12) destaca que o lazer “acontece no tempo disponível das pessoas e dentro de uma experiência de acordo com a atitude adotada de forma gratuita e rica em ludicidade”. Nesse contexto, Dumazedier (1976, p. 27-32) define o lazer como oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana. Deve-se, ainda, salientar que o lazer só é praticado e compreendido pelas pessoas que o praticam, segundo uma dialética da vida cotidiana, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem uns sobre os outros. Para Dumazedier, “alguns estudiosos negam” que seria possível estabelecer uma distinção das atividades no meio rural entre o trabalho e lazer, pois, em certas regiões, o trabalho nunca acaba.

No geral, o lazer na microrregião quirinopolina era proporcionado pelos pequenos deslocamentos até as paisagens atrativas da região, como cachoeiras, rios e águas quentes. Essas pequenas viagens esboçavam regionalmente um movimento de organização familiar em busca de algumas horas de lazer e diversão, processadas em espaços sem infraestruturas, mas que possibilitavam o desenvolvimento dos momentos de entretenimento entre as diversas classes sociais rurais e urbanas do Cerrado goiano. De acordo com Dumazedier (1976, p. 34-35) esse tipo de lazer é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo que pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976).

As relações entre o lazer e as obrigações da vida cotidiana e as existentes entre as funções do lazer determinam, de certo modo, uma participação crescente e ativa na vida social e cultural dos habitantes dos lugares. Essas relações são de grande importância para o modo de vida das pessoas e muitas foram responsáveis por semear o desenvolvimento do turismo,

elaborando e despertando transformações em lugares e paisagens com novas formas econômicas e de sociabilidade, desconhecidas até as últimas décadas do século XX no Baixo Paranaíba Goiano.

Nesse caso, “o lazer não pode ser considerado unicamente como um tempo liberado, um quadro temporal, um espaço no qual se dá o desenvolvimento do humano. Compreende-se o lazer como sendo um conjunto de atividades ambíguas, ligadas a modelos e valores (DUMAZEDIER, 1976, p.141)”, formando um conjunto de relações sociais e econômicas.

Para construção deste momento, foi relevante, durante os trabalhos de campo, a obtenção dos relatos dos pesquisados, antigos moradores e frequentadores das primeiras áreas de lazer regional, sendo considerados percussores da atividade. As possibilidades de usar as belas paisagens regionais revelam conquistas desencadeadas pelas práticas sociais e relações com os lugares visitados. No contexto dessas informações, relatam-se como ocorreu a gênese da atividade turística nos municípios, bem como os arranjos que permitiram aos cidadãos dessa paisagem um modo de vida com a exploração desse setor econômico diferente do agronegócio ou agricultura e pecuária tradicional, proporcionando novas relações especialmente nessa primeira década do século XXI.

No âmbito das políticas desenvolvidas pelas prefeituras da área de estudo e por falta de conhecimento de políticas públicas de turismo, esse segmento sequer era prioridade nos planejamentos e orçamentos até a década de 1980, o que ocasionavam dificuldades em sua valorização e estruturação nos contextos municipais. As práticas iniciais de turismo que se faziam presentes no cotidiano de cada morador, eram por opções individuais ou familiares de lazer e não de forma organizada ou planejada pelos órgãos públicos ou setor privado.

Não existiam políticas públicas locais e muito menos regionais que estimulassem e apoiassem a integração dos habitantes, fossem por meio da atividade turística ou de momentos lúdicos. Fato que levava uma parcela das pessoas desse interior de Goiás a viver no isolamento de suas habitações, deixando de produzir, naquele período, entretenimento e relações sociais que garantissem a diversão dos visitantes e comunidades locais.

Outras famílias, porém, fixadas nos municípios da microrregião quirinopolina provocaram, nos finais, de semana um movimento em direção aos diversos recursos hídricos, isto é, passaram a frequentar rios, lagoas, córregos e as diversas cachoeiras e praias encontradas nessas drenagens e, também, participavam de diversas festas de casamento, catira, folias de Reis e cerimônias religiosas. Foram essas pequenas mobilidades e ações as bases das primeiras práticas de lazer, entretenimento e turismo regional, principalmente nas

décadas anteriores a 1990, quando a população estava majoritariamente ocupando os espaços rurais.

A população dessa região tinha como atrativos turísticos e áreas específicas de visitação as margens do rio Paranaíba e seus afluentes, a lagoa de águas quentes no município de Itajá e as cachoeiras de Itaguaçu, que faziam parte do cotidiano dos antigos habitantes do Cerrado. Antes da década de 1990, apenas o entorno da lagoa com águas termais dispunha de alguma infraestrutura para receber os seus visitantes e, por isso, conseguia-se levar para esse lugar um contingente de pessoas como será visto adiante.

A busca de atrativos culturais (festas) e naturais (cachoeiras, rios, etc) pode ser considerada a gênese do lazer e turismo nos cerrados do Baixo Paranaíba Goiano. O caso das áreas naturais pode ser explicado, sobretudo, pela necessidade de as famílias locais buscarem ambientes de descanso nos finais de semana. Ocorria, então, uma interação desses membros familiares com as paisagens cênicas. Esses momentos decorriam em função da carência e praticamente inexistência dos espaços de lazer nos principais núcleos urbanos regionais, pois as cidades eram precárias, desprovidas de infraestruturas urbanas essenciais, como transporte, esgoto, energia elétrica, água tratada, entre outros.

2.4.1. Lagoa Santa e suas águas termais nas margens do rio Aporé

Em Lagoa Santa, localiza-se a Lagoa de Águas Quentes (Fotos 53 e 54), considerada o principal atrativo natural da microrregião de Quirinópolis, com suas águas termais de 31°C e fontes naturais sulfurosas, com vazão de 3.600.000 metros cúbicos hora. Não é a única, pois existe uma outra sem infraestrutura de acolhimento conhecida como lagoinha do Brás, nas margens do rio Corrente no município de Itajá, com temperatura média de 42°C.

De acordo com os relatos dos antigos moradores, as visitas ao lugar se iniciaram por volta da década de 1940, quando foi construída a primeira casa de taboa no entorno do atrativo. Surgiu ali o primeiro hotel que também era de taboa e telhado de cavaco de madeira. O estabelecimento foi nomeado de Pensão Goiana. Com o passar dos anos, a cobertura da habitação foi substituída por telhas comuns e depois, por francesas, mas as paredes continuaram de madeira.

Não se pode falar que houve, nessa década do século XX, uma mudança estrutural profunda nesse lugar, com um movimento de abandono das práticas agrícolas e pecuárias

visando a uma nova organização em torno da atividade turística, pois, na realidade, o que ocorreu foi a possibilidade de empreender um novo negócio e o capital necessário para criação dessa primeira infraestrutura veio de fontes rurais.

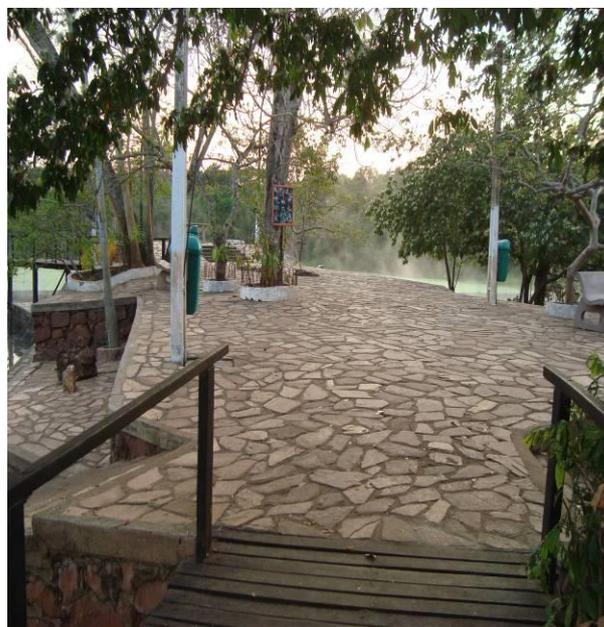


Foto 53: Atrativo Turístico de Lagoa Santa. Como já relatado, essa beleza cênica brota do Aquífero Guarani. As águas são “captadas por poços tubulares profundos ou em lagoas naturais, ambos com vazão expressivas, são exploradas turisticamente como balneareoterapia (AGMA/EIBH, 2005, p.31)”. Foto 54: Ilha do Atrativo. Localizada na parte central da lagoa, sua reforma e paisagismo ocorreu no ano de 1988. Vieira Santos, J. C. 2010.

O dono do primeiro hotel era o proprietário da fazenda Jaborandi (atual Fazenda Caçula), distante 5 quilômetros da lagoa. De acordo com a filha do antigo proprietário, o pai:

“Tomou conta de uma gleba aqui, que hoje é o hotel termas, só que ele que tomava conta, mais isso não era dentro da fazenda, era anexo à fazenda dele, mais nunca pertenceu a ele. Só que ele que disfrutava, ele que zelava, cuidava. Era dum doutor de São José do Rio Preto. Aí foi começando, ele foi fazendo mais casa, fez barzinho tudo muito simples né? [...] Na pensão tinha muito quarto, era tudo muito humilde, muito simples né, mais tinha bastante quarto igual hotel mesmo. Só que naquele tempo num tinha esse negócio de água encanada, tinha alguns banheiros, mais eram poucos. Esses banheiros era lá fora, aqueles banheiros de buraco no chão. A água pegava assim, pra lavá roupa, louça a aguada era na beira do rio, era bem pertinho da casa. Agora pra cozinhar pegava num poço de água da lagoa mesmo, mais só que nesse ninguém entrava pra tomá banho, era um lugar que todo mundo, turista pegava água dali pra tomar, pra cozinhar, era água potável, né? (Relato pesquisa informal de campo, com antiga moradora da cidade de Lagoa Santa, setembro de 2009)”.

Assim, o proprietário do primeiro estabelecimento de hospedagem conciliou os serviços de receptividade com o trabalho desenvolvido na sua propriedade rural, fazendo gerar no lugar uma fonte de renda paralela às atividades praticadas no campo. A lagoa de águas

quentes foi se tornando uma mercadoria inserida na lógica de consumo dos hóspedes que ocupavam os quartos da Pensão Goiana.

Constatou-se nos relatos obtidos junto à população local, que no século XX existia uma ponte com estrutura de madeira no lugar, conhecida regionalmente por “pinguela²⁸” (Fotos 55 e 56) que tinha a finalidade de facilitar o acesso dos visitantes à lagoa. Vale ressaltar que o movimento de construção da pinguela, nesse período, foi organizado pelos poucos moradores que existiam no lugar, como uma forma de ocupação do atrativo, que acabou possibilitando o acesso dos visitantes e integração à comunidade. Desse modo, seus antigos habitantes foram deixando suas significativas contribuições para os usos de lazer nesse lugar e estabelecendo cotidianamente suas relações com esse espaço de visitação. Na construção dos equipamentos, utilizaram antigas técnicas e madeiras extraídas do Cerrado.



Foto 55: Passarela de Madeira. Estrutura utilizada por turistas para chegar à lagoa de águas quentes, construída pelos gestores do Hotel Termas Lagoa Santa. Foto 56: Antiga “pinguela”. Infraestrutura pretérita, que era utilizada para facilitar o acesso de moradores e turistas, a foto foi tirada em 1984. Pela fotografia é possível visualizar a proximidade das residências com o atrativo. Foto cedida por Kamilla Ferreira Bueno, 2008.

Como já salientado, sabe-se que os primeiros turistas que chegaram ao lugar tinham a sua disposição uma pequena infraestrutura de acolhimento, porém outras informações vão surgindo, como por exemplo, a energia produzida por motores (diesel). A limitação do uso do

²⁸ Segundo Bueno (1996, p.505), “Pinguela é uma viga ou prancha que, atravessada sobre um rio”, serve de caminho para as pessoas.

atrativo pode ser percebida no relato da turista da cidade de Quirinópolis que frequentava o lugar, na década de 1970:

“Lagoa Santa era um Paraíso. Nos finais de semana ia à tarde dormia lá, aí voltava no outro dia de tarde. Nem sempre ficava na Pousada, tinha umas casinhas a gente tinha que levar colchonete, era tudo muito rústico. Não tinha luz elétrica, tinha luz de motor, então ficava acesa até certa hora. Depois de certo horário apaga lá, fechava porque tinha as entradas né, fechava aí ninguém entrava não. E a gente não pagava nada pra frequentar, né?(Relato pesquisa informal de campo, com antiga turista que frequentava Lagoa Santa e moradora da cidade de Quirinópolis, outubro de 2009)”.

A produção de energia por meio de um motor, por exemplo, adentrava nos pequenos lugarejos do cerrado, principalmente, em Estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na região Centro-Oeste brasileira. Isso explica que, no caso da antiga Lagoa Santa, já existiam sensibilizações para colocar alguma infraestrutura na paisagem que ao se tornar turística, diferenciava-se da economia regional, fortemente marcada pela agropecuária extensiva.

Também foi citado pelos entrevistados que os banhos de homens e mulheres eram separados no período da noite, mas durante o dia, eram permitidos alguns horários mistos. O responsável por controlar esses momentos de lazer era o dono da Pensão Goiana, para isso usava um sinal emitido por um sino²⁹.

No entanto, os entrevistados também relataram a falta de infraestrutura e as dificuldades enfrentadas pelos turistas, no deslocamento de seus destinos emissores ao antigo distrito de Itajá:

“Naquele tempo médico aqui não existia de jeito nenhum, né? Aqui era a custa de chá, de banho de raízes, era aquele tratamento natural mesmo né [...]. Antes o povo vinha aqui há 20 anos, 30 anos atrás era em busca de cura. E muita coisa a gente presenciou mesmo. Nisso o povo foi descobrindo, a conversa foi espalhando, as curas né que o povo achava maravilhoso, recebia milagre mesmo. O povo vinha de caminhão, vinha mais era de caminhão naquele tempo, caminhãozinho antigo né, porque vinha de turmas grande, fazia lá uma excursãozinha de três família, vinha bastante gente 20, 25 pessoas. Vinha encima da carroceria, fazia aquele toldo né, e trazia de tudo e aqui ficava 15 dias, 20 dias, um mês, e assim foi progredindo. Aqui foi muito frequentado pelos mineiros, quem vinha muito aqui era família mineira de Ituiutaba, de Gurinhatã, de Santa Vitória. Aí o pessoal veio de todos os lugares (Relato pesquisa informal de campo, com antiga moradora da cidade de Lagoa Santa, setembro de 2009)”.

Os moradores mais antigos destacaram as formas coletivas com que foram chegando os primeiros turistas e os meios de transporte utilizados. Eles iam para o lugar induzidos pela cura, por acreditar no poder milagroso das águas quentes. Outro fato marcante é que alguns antigos moradores tinham por tradição, aos domingos, fazer em suas residências um prato que

²⁹ Segundo alguns antigos visitantes da lagoa de águas quentes, não era um sino e sim uma peça de trator que era utilizada para fazer o sinal ou barrulho (Fala colhida na Lagoa em agosto de 2010).

atualmente é tradicional na microrregião de Quirinópolis, a galinha caipira com arroz no fogão a lenha, pois antes não existiam restaurantes no lugarejo:

“A gente ia nas fazenda pra comprar galinha, pra fazer galinhada de galinha caipira para os turistas né. Antigamente era tradição no domingo fazer a galinhada prus turistas, era a galinhada do domingo e não sobrava nem a rapa da panela, eles comia tudo. A galinhada era muito boa né (Relato pesquisa informal de campo, com antiga moradora da cidade de Lagoa Santa, setembro de 2009)”.

Esse núcleo urbano, a partir de seu principal atrativo, passava a se enquadrar em torno de serviços vinculados aos cidadãos exógenos à localidade. Essas atividades eram incorporadas ao cotidiano como opção de complemento de renda e trabalho, visto que a refeição era ofertada apenas aos domingos. A ruralidade local proporcionou a apropriação do prato típico “galinhada” e a sua comercialização para os turistas, pois segundo os moradores, essas aves eram adquiridas a baixo custo no meio rural.

Nessa trajetória histórica de formação do lugar turístico, existiam outras relações de subsistência com o espaço, mas os relatos apontam que o principal sentido de uso do lugar estava voltado especificamente para religiosidade e encantamentos com as curas recebidas. Como resultado dessas práticas religiosas, foi construída, no local, uma capela para homenagear Nossa Senhora Aparecida, fato que reforçou a fé entre os visitantes, chegando até ocorrer casamentos e procissões que aproveitavam a estrutura de madeira (pinguela) para ter acesso também à capela. Com a apropriação do atrativo pelas lógicas mercantilistas, o patrimônio religioso foi destruído com a finalidade de revalorização do local, privilegiando-o apenas como produto turístico, capaz de oferecer descanso, turismo e lazer.

Se por um lado, essa mudança estrutural processou a expansão das atividades turísticas no interior, por outro, antigas tarefas desempenhadas pelos primeiros habitantes e que foram relevantes na consolidação da arquitetura e religiosidade, nessa paisagem de águas quentes, foram perdidas com a ocupação capitalista do atrativo nas últimas décadas do século XX. Com as transformações do território, Lagoa Santa foi se tornando um espaço de vivência, sobrevivência e de interação de seus moradores com as atividades de turismo e lazer.

Diante dessas observações, as características do lugar construído pelo homem não se restringem apenas ao ambiente da lagoa de águas quentes, mas ao povoado que acompanhava as transformações sociais, econômicas e culturais da época (Fotos 57 e 58). Nesse contexto, as mutações do atrativo não se compartmentam apenas ao local e ao alcance visual, pois identificam-se, nos relatos dos antigos moradores, a expansão e propagação do poder medicinal das águas termais pelas regiões próximas aos Estados goiano e mineiro. Pode-se afirmar que houve um movimento de divulgação que integrou o atrativo ao contexto regional.

Durante essa fase inicial de apropriação do lugar pelas iniciativas de turismo, o povoado pertencia ao município de Itajá, mas o poder público se manteve ausente do desenvolvimento e da chegada do turismo no lugar. Cabe destacar que as primeiras iniciativas turísticas partiram de ações dos moradores locais.



Fotos 57 e 58: Distrito de Termas do Itajá. Circulação de automóveis, moradores, banhistas e visitantes diversos nas estreitas ruas de terras do distrito, parte urbana que ficava entre a lagoa de águas quentes e o rio Aporé, porém essa realidade não existe mais, pois esses estabelecimentos foram desapropriados com a construção do hotel termas Lagoa Santa na década de 1980. Fotos obtidas no Hotel Termas Lagoa Santa em agosto de 2010. Material organizado por Vieira Santos, J. C. & Wanderléia das Graças Silva.

Com a construção da “Pensão Goiana” e com ações dos moradores locais, como a “galinhada de domingo” e a “pinguela para facilitar o acesso à lagoa”, as atividades de lazer e turismo desenvolvidas no espaço urbano do distrito de Itajá foram se tornando uma prática comum na vida dos seus habitantes, contribuindo para a emancipação política do lugar, para o surgimento de novas oportunidades e ampliação das atividades de receptividade praticadas atualmente nesse município.

Então, Chastan (1996, p.165) escreveu que o primeiro passo para a apropriação mercantilista contemporânea da lagoa de águas quentes no distrito de Termas do Itajá, deu-se quando o proprietário e presidente da INDAIATUR, empresa turística sediada na cidade do Rio de Janeiro, conheceu o atrativo turístico nas margens do rio Aporé. Posteriormente, apresentou um projeto para construção de um complexo turístico no local, que foi aprovado pelo Governo Federal da época, o senhor Emílio Médici.

Após essa aprovação, no ano de 1970, o Presidente da INDAIATUR (Indaiá Turismo LTDA) adquiriu os direitos de Antônio Luiz de Moraes e as áreas dos demais moradores que ocupavam o entorno da lagoa de águas quentes. Porém, as obras do hotel só se iniciaram no ano de 1983, e essa foi a primeira ação do empreendedor para dar uma (re)significação ao atrativo. Em 1987, foi realizada a remoção das casas (Fotos 59 e 60) dos moradores da área entre a lagoa e o rio Aporé, onde foi recuperada a vegetação nativa e foi construída uma lanchonete. Essa ação colocou a população para fora do entorno do tradicional local de visitação e lazer, e o lugar foi apropriado para fins mercantis.



Foto 59: Remoção das casas de moradores em 1987. Antigo distrito de Termas do Itajá entre a lagoa de águas quentes e o rio Aporé. Foto obtida no Hotel Termas Lagoa Santa em agosto de 2010. Material organizado por Vieira Santos, J. C. & Wanderléia das Graças Silva. Foto 60: Lanchonete da Lagoa. Localizada na área onde estava a antiga cidade, com parte da vegetação recuperada e as obras de infraestrutura do hotel Termas Lagoa Santa, para atender os turistas presentes no entorno do atrativo. Vieira Santos, J. C. 2010.

Esses antigos residentes que foram considerados posseiros, para facilitar o processo de desapropriação, passaram a ocupar os novos loteamentos dentro do atual núcleo urbano. Os relatos obtidos durante os trabalhos de campo indicam que atualmente não há como quantificar as cifras recebidas pelos antigos donos das residências que cercavam o atrativo até 1987. Segundo os entrevistados, não ocorreram focos de resistências perante as mudanças territoriais, apenas algumas insatisfações perceptíveis na época, mas que foram administradas pelos novos empresários e praticamente sem um envolvimento direto dos gestores responsáveis pela Prefeitura Municipal de Itajá. Para que ocorresse essa “pacífica desapropriação”, foi utilizada pelos compradores do atrativo a ideologia do

“desenvolvimento” que estava chegando à Lagoa Santa. E as pessoas que, durante décadas, foram estabelecendo suas relações culturais e sociais com o espaço vivido, foram visualizadas pelo capital como posseiros, sem direito a terra. Assim, seus valores humanos repletos de representações e conteúdos concretos e simbólicos não foram respeitados.

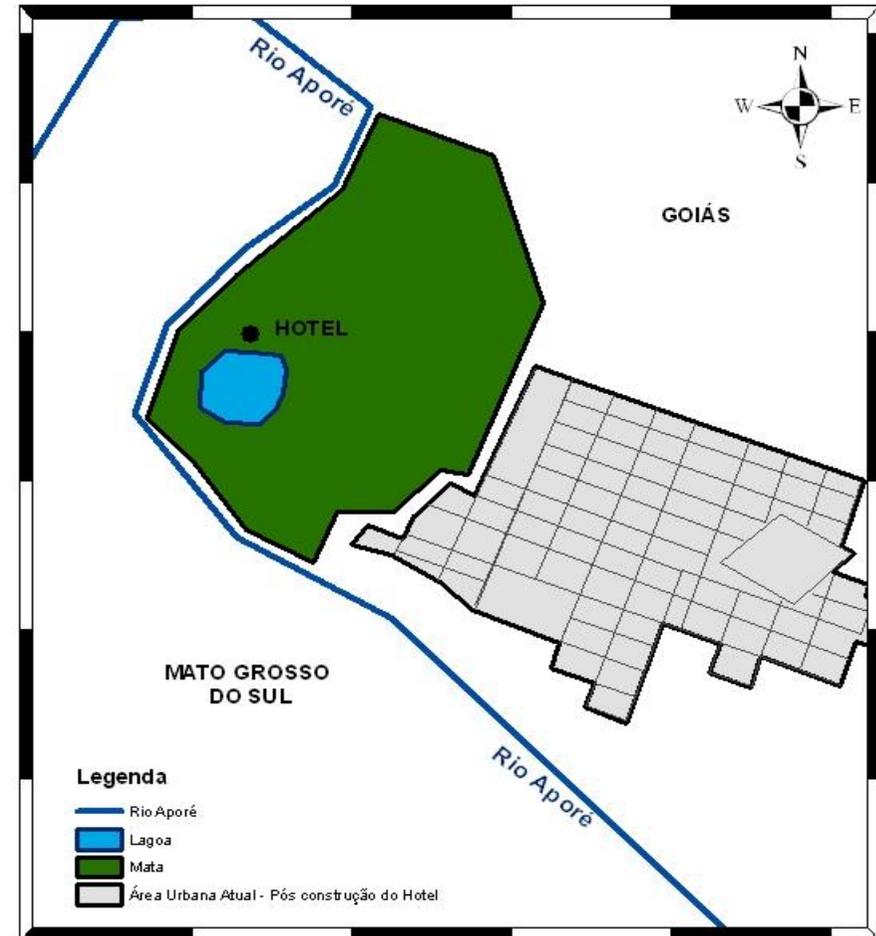
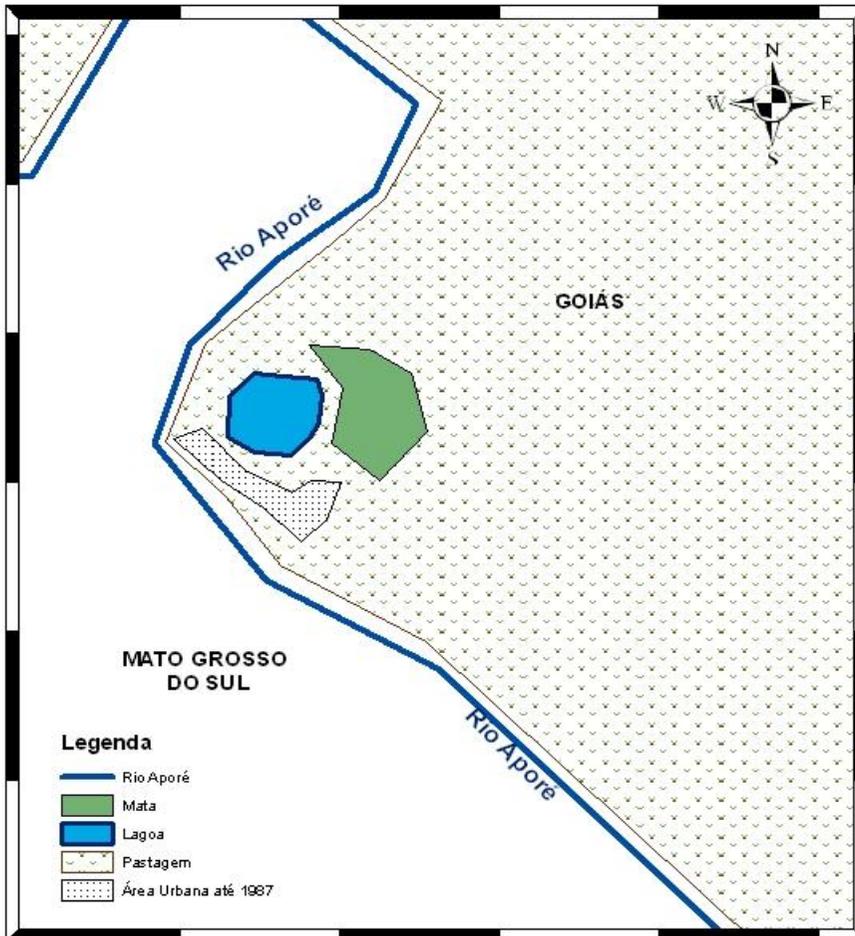
De sua urbanidade inicial e existente até a década de 1980, no entorno da paisagem de atração regional, encontramos, na memória e em fotografias dos habitantes pretéritos, alguns fragmentos de um modo de vida que se estabeleceu no entorno da lagoa. Com a desapropriação, compreendemos que todos os habitantes considerados posseiros, sem exceção, foram obrigados a sair da área. Provavelmente suas propriedades foram adquiridas por um baixo custo, principalmente por esses pioneiros não terem sido enquadrados como verdadeiros donos do lugar.

Em termos de organização espacial, foi a paisagem que sofreu e ainda tem mutações resultantes dessa atividade. A privatização do espaço (Fotos 61 e 62) que compõe o atrativo foi responsável por várias metamorfoses, entre elas, o mapa urbano fazendo surgir um espaço funcional ao turismo (Figura: 05).



Fotos 61 e 62: Área do Hotel Termas Lagoa Santa. A foto a esquerda mostra a construção do empreendimento no final da década de 1980. É possível observar os poucos remanescentes de Cerrado no entorno da obra e a localização urbana do distrito de Termas do Itajá entre o rio Aporé e a Lagoa de águas quentes. A foto, à direita, (nº62) mostra a realidade atual, com a vegetação mais densa e a nova área de expansão urbana do agora município de Lagoa Santa, abandonando o espaço entre o rio e a lagoa. Fotos obtidas no Hotel Termas Lagoa Santa em agosto de 2010. Material organizado por Vieira Santos, J. C. & Wanderléia das Graças Silva.

TRANSFORMAÇÕES NO ENTORNO DAS ÁGUAS QUENTES NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA



Efetivamente, a construção do hotel foi finalizada e inaugurada no mês de julho de 1990. A privatização e mercantilização das águas quentes nas margens do rio Aporé foram responsáveis por fazer surgir no lugar não só um novo município, mas novos empreendimentos turísticos, principalmente hoteleiros, fazendo dessa atividade um vetor hegemônico na produção desse pequeno espaço urbano. Segundo relatos de antigos e atuais moradores, a chegada de turistas, ou seja, do visitante que tem uma relação de consumidor com o lugar, ocasionou o aumento comercial em hotéis, bares, restaurantes, lojas de vestimentas, de banhos e artesanato.

2.4.2. Praia da cerâmica na ilha de Santo Antônio e o Clube de Regatas São Francisco

Outras áreas bastante visitadas, na década de 1950, foram as praias nas ilhas do Gouveinha (atual município de Gouvelândia) e de Santo Antônio no rio Paranaíba. Essa última era uma paisagem de oito alqueires que ficava localizada no município de Quirinópolis na foz do rio Preto. A região da ilha de Santo Antônio era mais conhecida como “Cerâmica”, pois no acesso da cidade até o lugar de lazer passava-se nas proximidades de uma indústria de telhas francesas cujos trabalhadores moravam no entorno. Portanto, o local ficou conhecido como região da Cerâmica. Pode-se dizer que a indústria de telhas era para os turistas uma referência que nomeou, naquele período, o lugar, pois era uma área de passagem desses visitantes.

Foi destacado pelos pesquisados que os moradores dessa região não trabalhavam no lugar de visitação e, sim, nas propriedades rurais e na fábrica de telhas que abastecia o mercado regional. O relato do antigo proprietário do lugar apresenta a origem dos visitantes que chegavam à área de lazer e também caracteriza a estrutura do atrativo:

“Tinha um barzinho que eu puis, só para vender refrigerante, peixe frito, cervejinha, era sem gelo naquela época não tinha. Aqui era uma ilha grande, oito alqueires né, e aqui dava uma praia enorme, uma areia branquinha, uma água cristalina branquinha. A faixa de areia era mais de três quilômetro. O pessoal ia uns três meses por ano que dava praia, depois enchia e já era perigoso né. Vinha o pessoal a maioria de Quirinópolis, mais tinha de São Simão, Paranaiguara, Rio Verde e Santa Helena (Relato pesquisa informal de campo, com antigo dono da Cerâmica e responsável pelo comércio na ilha de Santo Antônio em Quirinópolis, outubro de 2009)”.

O bar, único comércio do local, possuía uma estrutura de madeira e cobertura de folhas de buriti (Fotos 63 e 64). Para atravessar até a ilha, os visitantes levavam canoas ou faziam o percurso a pé visto que, no período de pouca vazão do rio Paranaíba, o espelho d'água ficava baixo. É sempre lembrado pelos antigos visitantes, em seus depoimentos, que não havia custo para entrar na área de lazer e os preços de alimentos e bebidas não eram diferentes dos praticados na cidade de Quirinópolis.



Foto 63: Bar Praia da Cerâmica. Infraestrutura de madeira e cobertura de folhas de buriti nas margens do rio Paranaíba – município de Quirinópolis. Foto 64: Praia da Cerâmica. Parte da praia nas proximidades do único comércio que existia na Ilha de Santo Antônio. Fotos cedidas pelo Sr. Joaquim Martins Neto. 2009.

Incontestavelmente, um dos objetivos do proprietário da Indústria de Telhas era oferecer algum serviço de atendimento aos usuários do espaço e também uma possibilidade de o empresário ficar ligado ao lugar de lazer, por entre outras razões, buscando viabilizar posse dessa parte de terra, já que a mesma era de propriedade da União (Estado). Todas as pessoas que chegavam à Ilha de Santo Antônio convergiam para um mesmo ponto, a praia da Cerâmica, onde estava localizado o rústico núcleo comercial de atendimento.

É relevante dizer que essa paisagem não passava de uma área vazia de equipamentos e ações públicas locais que pudessem efetivar um processo de ocupação territorial sólido, com uma verdadeira infraestrutura de lazer e entretenimento que acolhesse essa clientela oriunda principalmente das propriedades agrícolas, olarias e núcleo urbano quirinopolino. De acordo com os entrevistados, ficou explicitado que os visitantes

frequentavam o local principalmente nos finais de semana e durante o período de pouca precipitação, nos meses de junho, julho e agosto, quando a praia ficava exposta. Para eles, a ilha da cerâmica era o local onde:

“Fazia o nosso piquenique, era o nosso clube. Ia todas as famílias, fazia galinhada, farofada, assava as coisas, a bebida era muito rara, né? Para fazer comida, faziam umas pedras, colocava aquelas panelona, levava as panelas, levava tudo mais pronto né, mais ou menos pronto, só para fazer lá. Fazia arroz com piqui, galinhada, assava no espeto, era tudo rústico mesmo, não tinha essas facilidades que hoje tem não. Passava o dia, a gente ia cedinho, levantava de madrugada, tinha caminhão que ia na carroceria de caminhão, tinha Kombi, Rural, naquela época carro era muito pouco, que cabia pouca gente. Então era mais Kombi, a Rural, Caminhões, só. Ia só a família, alguns amigos assim, mais sempre uma família era responsável por levar. Sempre tinha alguém que levava, mas avulso não, era muito raro. Era uma praia de Quirinópolis, tinham os violeiros, mais não tinha instalação elétrica no lugar (Relato pesquisa informal de campo, com antigo visitante da praia da Cerâmica na ilha de Santo Antônio em Quirinópolis, outubro de 2009)”

Foi, portanto, na década de 1970, que esses cidadãos perderam o espaço de lazer, pois o local foi afogado com a construção da hidrelétrica de São Simão. Porém, a história do lugar de visitação ficou marcada na memória dos antigos usuários pelo cotidiano de tranquilidade e interação entre os frequentadores, formando uma paisagem de atração repleta de significados, principalmente pelas práticas de lazer e recreação ali desenvolvidas.

Constatou-se também que poucos habitantes tinham um automóvel ou caminhão para chegar até as áreas de lazer regionais, como a praia da Cerâmica, cachoeiras e rios. Mesmo com dificuldades para obter transportes para chegar até esses lugares, independente de ter um veículo motorizado, ou bicicletas e carroças puxadas por cavalos ou burros, os lugares próximos aos locais de moradia eram sempre procurados nos finais de semana, especialmente aqueles de fácil acesso. Etges (2002, p.137) cita que, nas sociedades tradicionais, as atividades de lazer se caracterizavam pela espontaneidade, confundindo com a festa comunitária, onde o investimento se reduz à locomoção.

“No município de Gouvelândia, na Olaria do Caracol a gente ia na carroceria do caminhão do meu primo tomar banho no córrego, ia todo mundo, os familiares dos donos da olaria e peões que trabalhavam nas olarias. A gente ficava o dia todo, fazia nossa comida no fogão feito de pedra encontrado no córrego e utilizava também a água do córrego para beber e cozinhar. Normalmente esses passeios acontecia no domingo o dia todo ou depois do almoço. Outro passeio era as pescarias nas lagoas das veredas e todo mundo ia na carroceria do caminhão, na volta do banho do córrego ou da pescaria a gente passava na venda para beber refrigerante ou o que quisesse. Naquela época, os fazendeiros não importava de entrar nas fazendas para brincar nos córregos e pescar (Relato pesquisa informal de campo, 2009)”

No geral, o entrevistado mostra que as práticas de lazer e entretenimento não comercial consistiam na realização de atividades ao ar livre. Geralmente, os lugares escolhidos eram para usufruir do contato com os recursos hídricos regionais. Nesse período, as atividades de lazer e turismo não eram vistas pelos moradores locais como uma oportunidade econômica, mas sim um momento especificamente de entretenimento não comercial. Esse fato é caracterizado principalmente, pelos poucos dias ou mesmo poucas horas de visitação a esses pontos de lazer e também pelo baixo número de pessoas que chegavam a esses territórios.

Apesar de as primeiras práticas de lazer não se inserirem em lugares estruturados, surgiu na década de 1960, o primeiro clube do município de Quirinópolis, porém fora do espaço urbano, nas proximidades da cachoeira do Rio São Francisco. Denominado de Clube de Regatas São Francisco, possuía uma área de três alqueires com campo de futebol, quadra esportiva, bar, restaurante e duas piscinas grandes. Esse clube, no entorno da cachoeira, pode ser considerado a primeira infraestrutura de lazer criada na microrregião.

Mas esse espaço se difere das outras realidades encontradas no Baixo Paranaíba Goiano, pois o processo de ocupação temporária ocorria principalmente em paisagens onde ainda não haviam se processado mudanças estruturais; o que existia, eram vários atrativos em estado bruto. O clube São Francisco existiu somente até 1965 e certamente o fracasso desse primeiro empreendimento de lazer organizado ocorreu pela falta de uma política pública municipal de integração dos habitantes e frequentadores da Cerâmica a esse novo projeto de lazer e entretenimento, confirmando a ausência das políticas locais nos lugares de lazer.

Os momentos fragmentados de diversão e entretenimento regional constituíram atividades de lazer voltadas para o bem estar físico humano individual e familiar das comunidades rurais tradicionais, oleiros e das pequenas cidades existentes; essa prática não atingiu somente os espaços das atividades rurais, mas concomitantemente os espaços urbanos. Esse fato, até as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, trouxe poucas mudanças no modo de vida das pessoas, pois nenhuma propriedade rural ou comunidade local se reorganizou profissionalmente para atender os visitantes. Posteriormente, os municípios dessa paisagem começaram a incorporar essa atividade por iniciativa de cidadãos locais e sem nenhum compromisso do poder público regional que tinha suas ações e prioridades centradas na agricultura e principalmente na pecuária.

2.4.3. Cataratas de Itaguaçu no rio Claro e o Canal de São Simão no rio Paranaíba: os usos de antigas cachoeiras para o lazer

Na obra de Cavaco (2006, p. 303), o período definido como a origem do turismo, com a descoberta de práticas e lugares turísticos, denominado de fase pioneira, é fruto da chegada dos primeiros turistas descobridores, os verdadeiros inventores da função e do valor do lugar para o turismo. São turistas de pé descalço que aceitam incomodidades e desconfortos, os turistas alocêntricos, algo marginal. É possível dizer que os conteúdos sociais e as substâncias dos lugares onde se desenvolveram as primeiras práticas de turismo, no Baixo Paranaíba Goiano, caracterizaram-se pela influência das relações sociais e modo de vida familiar e vizinhança.

Diante desse quadro, surgiram os primeiros movimentos que ocasionaram a apropriação não organizada das cachoeiras em um distrito de São Simão, conhecidas regionalmente, no presente, como Cataratas de Itaguaçu (Foto 65). A fixação dos primeiros habitantes no lugar ocorreu a partir de uma grande obra no lugar, a construção de duas pontes, no rio Claro, conectando a região por meio da rodovia estadual (GO 164), ainda não pavimentada, ao Estado Sul Matogrossense e oeste do Estado de São Paulo.

Esse empreendimento público conseguiu levar para o local, funcionários contratados para executar a construção da ponte. O primeiro comércio e as residências surgiram para atender o comércio que se fortalecia com a presença dos operários da construção civil. Depois foram se instalando outros estabelecimentos, como uma máquina para beneficiar arroz, uma pensão, um farmacêutico e o posto fiscal e, a partir daí, foi surgindo o arraial. A criação desse núcleo urbano, em meados do século XX, não contribuiu diretamente para a criação de infraestrutura nas quedas d'água. Essa ausência de estrutura, segundo um entrevistado, não impediu a chegada dos primeiros visitantes, favorecidos pelos novos acessos.

“Na minha época de criança, a minha família ia de São Simão para a ilha nas Cataratas de Itaguaçu, para fazer piquenique, no lugar tinha apenas a casinha do posto fiscal e as árvores que a gente ficava embaixo descansando e fazendo nosso lanche. Do outro lado da ponte, no povoado, tinha uma venda e algumas casas. Na outra ponte, os moradores do distrito e as pessoas que vinham de Paranaiguara, Quirinópolis e São Simão,

subiam na lateral da ponte e pulavam dentro do rio Claro, não era todo mundo, apenas os mais corajosos e que conheciam os perigos do rio. A gente que estava ali ficava olhando e tomando banho nos locais de menos perigo, debaixo da ponte, a ilha era toda de mato (Relato de antiga visitante das cachoeiras de Itaguaçu durante pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Desse modo, a cachoeira foi se tornando conhecida, por ser um caminho de passagem para proprietários agrícolas, oleiros, garimpeiros e viajantes em direção aos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. Apesar das Cachoeiras de Itaguaçu, naquele período, não possuírem a mínima infraestrutura de receptividade e o distrito de São Simão ser um núcleo urbano carente de espaços de lazer e entretenimento, o movimento de pessoas em direção ao atrativo passou a ser constante nos finais de semana.

Outra bela paisagem regional, que atraía muitos visitantes locais, era o canal de São Simão no rio Paranaíba (Foto 66) (Rio Paranaíba significa “Rio Ruim” na linguagem indígena. De acordo com Floriano (2000, p.23-27), era uma fenda geológica no basalto, com uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros, com um paredão rochoso em suas margens medindo até cinquenta metros de altura e largura de quarenta metros.

Para Floriano (2000, p.131), os modos de vida simples dos sãosimonenses “os impedia de cogitar na possibilidade de exploração turística das belezas do canal”. No entanto, as políticas governamentais direcionadas para essa região do cerrado, entre as décadas de 1960 e 1970, não objetivavam transformar o lugar em turístico e sim numa hidrelétrica, com um lago artificial cuja finalidade era a produção de energia. Nos arredores desse canal, existiam outras paisagens que se tornaram espaços de lazer para antigos moradores e uma delas era a Rasura.



Foto 65: Cachoeira de Itaguaçu. Pessoas as margens do rio Claro nas quedas de Itaguaçu. Fato ocorrido anteriormente a atual estrutura do lugar. Atualmente a área das cachoeiras possui um bar/restaurante, banheiros e um local simples de hospedagem com seis dormitórios. Fotos disponibilizadas por Dona Terezinha Dias Macedo. 2009. Foto 66: Canal de São Simão e Rasura no rio Paranaíba. Esse local também foi importante na fixação dos habitantes desbravadores da região, pois havia uma significativa abundância de peixes e pedras preciosas, o que atraiu muitos pescadores e garimpeiros. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de São Simão. Imagem tirada entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Foto cedida pela Prefeitura Municipal de São Simão, 2009.

Segundo Floriano (2000, p.53-59), rasura era como se chamava a parte larga do rio, com aproximadamente mil e duzentos metros de margem a margem, bem na parte a montante do canal, cuja profundidade não chegava a um metro. Na rasura, havia diversas piscinas naturais, esculpidas no basalto, habitadas por várias espécies de peixes. De acordo com os antigos habitantes, esse lugar era muito visitado pelos moradores do lugar e conhecidos de outras localidades:

“Vinha gente mais um era conhecido do outro, pra pescá ou ficava na rasura que era muito bonita. Essa rasura era lindo lá, o canal debaixo da ponte. Aí tinha muito turista, mais naquele tempo não era turista não, o cara veio pra conhecer né? A rasura, o rio que era bonito, vinha de toda parte. A rasura atraía até o pessoal da cidade mesmo, ia pra lá porque o cara morava em São Simão, porque ela era mais distante aqui. Ia ficá um dia lá né, a população usava como turismo, era muito bonito pra pegá peixe, conhecer as árvore lá cê chegava na natureza, né? (Relato pesquisa de campo informal com antigo morador da cidade de São Simão em setembro de 2009)”.

Floriano (2000, p.63-64) cita que o lugar “oferecia uma das mais belas paisagens da região. Era comum as pessoas passarem horas a fio, assistindo desfile de cardumes de várias espécies. Era local ideal para *pic-nic* em finais de semana”. Diante dessa realidade narrada pelo autor e confirmada no relato a seguir, os *pic-nics* eram uma das principais atividades de lazer nas margens do rio Paranaíba, mas, com o surgimento de territórios privatizados e do reservatório, essa prática foi duramente reprimida. O antigo morador relata esses pretéritos momentos de lazer:

“A gente fazia fogão de cupim, ficava lá o dia pra tomá banho, pescá, ficá naquela sombra que era cada arvoredado muito bom, andá na água né, vê a água caí, vê peixe cê vinha assim cê via aquele mundo de peixe passando né, ficava bonito assim, passando peixe, então era aquilo. O cara jogava um anzol ali pega um, cê entendeu? Nesse trecho de São Simão não andava canoa. (Relato pesquisa de campo informal com antigo morador da cidade de São Simão em setembro de 2009)”.

Outro atrativo do local era a Torrinha, uma ilha de basalto com seus paredões, onde existia um poço e os moradores mergulhavam ignorando os perigos do rio Paranaíba. Nesse local, formavam-se praias fluviais que ficavam expostas durante a vazante da drenagem, muito aproveitadas nos momentos de lazer e recreação.

Paisagens como a praia da Cerâmica, Canal de São Simão, Torrinha e Rasura do rio Paranaíba, utilizadas pelos moradores locais para suas práticas de entretenimento, desapareceram, na década de 1970, devido ao surgimento de um “elemento novo”, o lago da Hidrelétrica de São Simão³⁰ que afogou terras e territórios rurais e urbanos nos municípios de São Simão, Paranaiguara, Quirinópolis, Gouvelândia e Inaciolândia, no interior de Goiás e em Santa Vitória e Ipiacaçu, em Minas Gerais.

É importante destacar que as atividades de lazer, como os usos de ilhas fluviais e de cachoeiras no rio Paranaíba, deixaram de existir com a construção da hidrelétrica de São Simão. Segundo os pesquisados foi uma eliminação dolorosa para os grupos sociais que viviam às margens do Paranaíba, porém, com o surgimento do reservatório hidrelétrico, apareceram outras invenções ou (re)invenções de iniciativas e políticas sociais de lazer, nutridas por necessidades, hábitos, costumes e tradições.

Algumas atividades de lazer desenvolvidas pelos antigos moradores do lugar, em áreas como a “Cerâmica e Canal”, foram extintas, mas dessa engenharia humana brotaram novas condições e práticas de desenvolvimento de lazer e turismo. Surgiu uma nova estrutura urbana e turística, um conjunto de segundas residências, no entorno da represa, fazendo aparecer turistas vindos de outras regiões do interior de Goiás e Minas Gerais. Entre as invenções, está o atrativo artificial regionalmente conhecido como Praia do Lago Azul de São Simão, construído em 1999, e definido por Lage e Milone (1991, p.52) como uma realização técnica e científico-contemporânea.

No caso da cidade de São Simão, essa infraestrutura pública voltada para o turismo tem sua trajetória caracterizada por meio de relatos dos moradores, dizendo que antes as condições do lugar onde está a atual praia pública eram precárias, mas como os visitantes já se faziam presentes no entorno do lago, foi necessário urbanizar o local, pois:

“[...] isso aqui não tinha nada pavimentado, isso aqui era tudo cascalho, entendeu? Não tinha nada, não tinha bar, não tinha quiosque, depois que criou uma infraestrutura mesmo descente. [...] aqui já chegou a receber 40, 50 mil pessoas. 40 mil pessoas no barro, o cara vai por uma lancha boa tem que pisar no barro. Isso aqui o cara passa quebrava o parabrisa do carro, isso aqui era tudo cascalho não tinha nada. E nos anos 1993 e 1994 que começou a construção da praia. Aí inaugurou ela inacabada, aí passou um período sem construir, sem nada, só carnaval, tinha gente que morava aqui e ficava um ano sem descer na praia. Eu mesmo fiquei sem descer na praia

³⁰ A Hidrelétrica de São Simão é a maior usina da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), com uma barragem de 127 metros e 3,5 quilômetros de comprimento, criou um reservatório de 700 km² com um volume de água podendo chegar a 12,5 bilhões de metros cúbicos. Esse empreendimento começou a funcionar em 1978, mas as obras iniciaram-se em 1973.

um ano. Por que não tava pronto, descia pro carnaval, alguma coisa, nem o povo da cidade descia [...] (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Nesse contexto, a chegada dos primeiros turistas no território definido como praia artificial, no entorno do reservatório, está na memória da sociedade sãosimonense, conforme ilustra as palavras do morador. A radicalização em afirmar que não existia nada nessa paisagem, não expressa o passado do lugar, pois antes da atual infraestrutura concluída no ano de 1999, existia uma antiga praia e as festas carnavalescas já eram realizadas.

Outros espaços criados com o surgimento do lago hidrelétrico foram os ranchos. A construção desse reservatório não motivou somente os projetos públicos com suas formas contemporâneas aptas às funções turísticas, mas propiciou também o surgimento da segunda residência, um elemento representativo da iniciativa privada na produção do espaço, que legitimou a privação do entorno e dos acessos ao rio Paranaíba.

Segundo Cruz (2001, p.23-24), esse turismo de segunda residência é um exemplo do ponto de vista de uma análise espacial, de territórios turísticos, independente da fonte de turistificação que lhes dá origem. Essas habitações localizam-se, geralmente, em áreas relativamente próximas às residências primárias de seus proprietários porque se destinam a um uso frequente. Além disso, somente pode acontecer com expressividade onde houver demandas capazes de arcar com os custos de um segundo imóvel.

Esses lugares limitam as conexões locais e regionais, pois não estão ordenados especificamente para as práticas de turismo, mas são uma forma de demarcar um território de lazer específico de um grupo social com relações de parentesco e amizade. Esses espaços não foram criados com a intenção de ordenar um conjunto de relações com outras comunidades e, por isso, se mantêm fechados às organizações e políticas públicas locais.

Os lugares com imóveis destinados a essas práticas, no entorno do reservatório da UHE São Simão, estão na região da Cascalheira e rio dos Bois (Gouvelândia) (Fotos 67 e 68), Lago Dourado (Quirinópolis) e Estância Alcides Vieira (Paranaiguara). São processos de urbanização com estrutura de suporte onde funciona apenas o sistema de energia elétrica e telefonia, com vias de acesso sem asfalto e sinalização. Também se constata a ausência de saneamento básico e coleta lixo, causando sérios problemas ambientais, pois os loteamentos ocupam as áreas de preservação permanente (APP), fatos que comprometem as ações públicas de turismo regional.



Foto 67: Chácaras de Lazer. Em condomínio nas margens do rio dos Bois no município de Gouvelândia, parte rio alagado pela Hidrelétrica de São Simão. Construção dentro dos 100 metros considerados como Área de Preservação Permanente (APP), fato comum no entorno dos reservatórios brasileiros. Foto 68: Placa de Divulgação da região da Cascalheira. Placa instalada na rodovia estadual (GO206). Iniciativa do poder público local que não possui Secretaria de Turismo. Vieira Santos, J. C. 2010.

Outra mudança relacionada a essa ocupação intensa do adro do reservatório ocorre nas estradas rurais que são as principais vias de acesso às áreas de segunda residência, pois evidencia-se um crescimento do fluxo de veículos e concomitantemente o aumento do barulho e poeira provocados pelos automóveis, interferindo diretamente no cotidiano dos produtores rurais, principalmente aos sábados, domingos e feriados. Não foi identificado, por esses exemplos citados, conflitos entre proprietários rurais e os donos das chácaras de lazer.

Desse modo, desenvolve-se, nesses espaços, um lugar de entretenimento da consanguinidade que, de acordo com Bourdin (2001, p.80), são definidos como “território temáticos, bairros ou aldeias que se constituem (ou são constituídos) em volta de um tema, por exemplo, o lazer”. Esses ranchos ou segundas residências surgiram sem vínculos às políticas públicas locais, mas de iniciativa privada. Construíram-se loteamentos de lazer enquadrados no surgimento de espaços fechados e individuais, que existem como se não fossem parte da extensão territorial dos municípios do interior goiano.

2.4.4. Festas e futebol nos espaços de ruralidade

Outras atividades de atração e entretenimento eram as festas nas roças e nos pequenos núcleos urbanos. Nas fazendas e cidades da microrregião de Quirinópolis, esses eventos se caracterizavam pelas realizações de casamentos, de festejos religiosos e de futebol. Nesses espaços, ocorriam as celebrações dos moradores católicos, marcadas pelas devoções aos santos, novenas, rezas e as comemorações de Santos Reis e a Catira.

Observa-se, no cotidiano, uma visível cooperação entre esses habitantes que preparavam e executavam essas atividades:

“Antigamente as tordas onde realizavam as Folia de Reis eram cobertas por folhas de bacuri e buriti. Fazia na frente das casa na porta da sala. Os banco era de madeira cortado nas matas da fazenda, usava lamparina. Ali realizava a folia, cantava, dançava, rezava o terço. A cozinha era feita separada, provisória, acabava o festejo tudo era desmanchado. Antigamente na Pedra Lisa tinha mais festa que hoje. Festa através de mutirão, é talvez, tipo a pessoa já inventava uma traição. A traição é ocê largar sua roça suja por exemplo. Aí eu sou seu amigo aí vou dá uma traição, junta lá pra nós limpa a roça dele. Aí chega de madrugada juntamos as ferramenta e quando o dia amanheceu inicia o serviço, né? E a noite tem o forró. E aí naquela noite tem o catira também que apresenta com poucos minuto, né? Isso foi mais ou menos, é 1950, 1960, antes também era uma região muito aglomerada de pessoas (Relato de antigo festeiro da zona rural de Quirinópolis durante a pesquisa informal de campo, novembro de 2009)”.

Atualmente (2010) esses festejos ainda realizados, estão totalmente integrados aos espaços urbanos da área de estudo, acontecendo em poucas propriedades rurais que passaram por mudanças estruturais não só econômicas e sociais, mas, também, nos espaços de realização dessas festas. As festas que continuam suscitam memórias de tempos pretéritos e são estimuladas pelos deslocamentos de devotos que, no presente, têm como lugar de vivência e sobrevivência as cidades regionais que dotaram as comunidades de novos valores sociais.

“Fui em muitas festa e casamentos na roça, que do jeito que acontecia nem existe mais. Hoje até festa na roça já paga ingresso. Antes você era convidado para as festas, casamentos e tinha muita comida, churrasco e bebida. Para assar a carne de vaca e porco os donos da fazenda furavam um buraco no chão, enchia de lenha e colocava os espetos em cima para assar. Tinha muita música, com sanfoneiro que tocava até tarde da noite. Era uma beleza! (Relato pesquisa informal de campo, 2009)”.

Outro momento de diversão comum eram os jogos de futebol, organizados pelos moradores das olarias e propriedades rurais. Esse evento reunia os jogadores da própria comunidade, as partidas futebolísticas aconteciam nos campos da zona rural. Jogavam

contra equipes de diversas comunidades e cidades da microrregião de Quirinópolis e até mesmo de Ituiutaba (MG).

Para essas pessoas, o futebol era outra opção de entretenimento e lazer, reunindo os familiares e os habitantes do lugar para assistir às partidas nas manhãs de domingo. No presente, essas atividades esportivas ainda existem, porém, em outra escala de acontecimento bem menor que nas décadas de 1970 e 1980. Algumas prefeituras regionais são responsáveis pela organização dessas competições, com partidas de futebol entre equipes rurais ocorrendo nos espaços urbanos e em estádios, como o da cidade de Quirinópolis (Foto 69).

Nas comunidades rurais, os trabalhadores empregados no agronegócio passaram a residir nas espacialidades urbanas, formando uma realidade sociocultural diferente da que ocorria nas décadas de 1970 e 1980. Como resultado desse processo, houve o desaparecimento de parte dos campos de futebol do espaço rural (Foto 70).

Aos poucos, as áreas definidas como lugares de lazer dos antigos moradores e que foram criadas a partir de um movimento local foram substituídas por espaços públicos coletivos de lazer gerenciados pelas prefeituras locais, hotelaria e por clubes e centros de entretenimentos.

Essas políticas levaram a ruptura de antigos modelos de relações e ocupações dos territórios ao longo do rio Paranaíba, colocando os seus habitantes diante de novas paisagens e realidades. Bonalume (2002, p.198) sublinha que em uma “região, há muitas culturas que acabam em segundo plano, diante das inúmeras opções enganosamente cativadoras de produtos de lazer que estão no mercado mundial. Os interesses de grupos dominantes acabam impostos sobre os grupos subordinados”. Há a tendência de o poder público local dar prioridades para os novos grupos de empresários que em seus discursos visam ao bem estar social, mas ignoram os antigos hábitos, atitudes e motivações que levavam os habitantes tradicionais a participar de suas experiências de lazer e entretenimento.



Foto 69: Estádio Municipal de Futebol na cidade de Quirinópolis. No local, são realizadas apenas partidas de futebol amador e nele não ocorrem outros tipos de eventos, como shows musicais. Vieira Santos, J. C. 2008. Foto 70: Campo de Futebol na zona rural da Pedra Lisa, município de Quirinópolis. No lugar foi construído pelo poder público municipal uma pequena infraestrutura com banheiros, no ano de 2007, utilizados por jogadores e torcedores. O Espaço é nomeado como Centro Esportivo Zé Pedro. Vieira Santos, J. C. 2010.

Para Bourdin (2001, p. 35), o homem se define e se constrói por meio do conhecimento de seu entorno imediato, que é ao mesmo tempo material e social, criando o grupo de pertença, onde ambos são indissociáveis. O conhecimento que dele temos se exprime e se organiza na representação do território, mas esse só pode ser o território próximo se atuamos ou nos identificamos com ele. Raciocínio, portanto, extensivo aos lugares onde se desenvolveram os primeiros vínculos e relações de entretenimento e lazer a partir da vida cotidiana da microrregião de Quirinópolis.

A presença desses homens nas celebrações, festas religiosas comunitárias, cachoeiras e praias fluviais das diversas drenagens passou a ser uma prática comum. Na maior parte desse tempo livre, desenvolviam-se atividades ligadas ao banho de rio, pesca e piquenique. A água era uma das poucas alternativas e oportunidade de diversão para uma população que vivia basicamente da terra, trabalhando em propriedades rurais, pequenas roças, sítios e olarias e para alguns pequenos comerciantes que residiam ao longo das estradas de terras e nos pequenos núcleos urbanos.

Assim, também, a caça, hoje (2010) proibida, era uma atividade muito frequente nas antigas comunidades. Utilizavam-se técnicas bastante antigas de fazer armadilhas de madeira e arame, conhecidas como “arapucas”, em que os animais nativos do cerrado

ficavam presos. Era uma forma de diversão e ao mesmo tempo um modo de complementação da alimentação familiar. Entre as espécies cerradeiras mais caçadas estavam a pomba e o tatu. Trata-se de condições que permitiam a exploração dos recursos oferecidos pelos lugares.

Diante do exposto, anteriormente à década de 1990, as fazendas e propriedades particulares estavam abertas para as práticas de lazer de várias famílias e visitantes. Constata-se que atualmente (2010) esses momentos são raros, pois muitos proprietários não aceitam mais as pessoas nessas áreas, no intuito de evitar degradação ambiental, violência e roubos, o que mostra um novo perfil dos frequentadores oriundos de áreas urbanas e fazendas capitalizadas. Partes dessas paisagens se estruturaram turisticamente e outras fixaram suas atividades econômicas na agricultura e pecuária (agronegócio), não deixando germinar a atividade turística em seus territórios com atrativos naturais e culturais.

As primeiras formas de apropriação da natureza com suas belezas cênicas pelos moradores devem ser consideradas as raízes das práticas de turismo na microrregião. Cruz (2001, p.21) observa que a “apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não desdobrar-se em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos”. E a maneira ou modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

Nesse contexto de transformações nos espaços de lazer regional, os antigos moradores são os que têm a sua rotina mais alterada e reprimida, pelas novas imposições, restrições e limites colocados pelos proprietários de terra. Pode-se compreender que apesar das dificuldades e complexidades de conceituar e apresentar as atividades turísticas hoje (2010) promovidas em diferentes lugares, faz-se necessário entender o mercado e as lógicas do capital executadas no interior brasileiro, especificamente em Goiás.

CAPÍTULO 03. POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES ORGANIZACIONAIS QUE LIGAM OS LUGARES TURÍSTICOS DO BAIXO PARANAÍBA GOIANO

3.1. OS LUGARES NAS REDES SOCIAIS DOS CERRADOS DE QUIRINÓPOLIS

As primeiras práticas de lazer promovidas pelas proximidades entre as pessoas, como no caso da mobilidade dos trabalhadores das olarias e propriedades agrícolas, fizeram surgir, no Baixo Paranaíba Goiano, os primeiros sujeitos sociais sensibilizados com o lazer. Nesse processo, os espaços foram se tornando turísticos, devido às redes sociais locais definidas pela amizade e parentesco, que foram divulgando os atrativos pelo boca a boca e logo demarcando os espaços de lazer e entretenimento de cada grupo social em determinado lugar eleito.

Apesar de reconhecer a importância das iniciativas de lazer desses sujeitos sociais para o turismo regional, somente, após a criação da Praia Artificial na cidade de São Simão e da privatização das águas quentes em Lagoa Santa, surgiram os primeiros órgãos públicos dessa atividade na microrregião quirinopolina, contribuindo para a expansão do processo de sensibilização das comunidades regionais que começaram a perceber o potencial turístico de suas cidades. No contexto das grandes obras públicas houve o fortalecimento das redes sociais locais com uso de meios de comunicação mais modernos, como a internet, emissoras de rádio e televisão.

É importante ressaltar as transformações espaciais que ocorreram nos municípios, especialmente, em São Simão e em Lagoa Santa, que conseguiram atrair novos sujeitos sensibilizados com as oportunidades geradas pela inserção do turismo nesses contextos locais, criando conexões que deram vida aos lugares, novas lideranças envolvidas com as atividades turísticas, tanto no setor público como no privado.

Nesse contexto, é fundamental compreender como o poder central tem se posicionado nessas novas áreas interioranas e como as novas políticas têm criado as redes sociais e parcerias da atualidade e como essa sociabilidade vem ocorrendo entre os sujeitos públicos, privados e comunidade em geral.

É preciso entender, de fato, como a microrregião quirinopolina está sendo contemplada pelo projeto de regionalização do Ministério do Turismo. Há que se considerar a rede urbana

atual e a oferta de equipamentos e serviços, a mão de obra disponibilizada, os órgãos de administração pública local diretamente ligada à atividade turística, bem como as sociabilidades forçadas pelas atuais propostas do poder central. Para Carlos (1996, p.26), essa produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada.

Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o trabalho, o lazer e o turismo como situações vividas, revelando, no cotidiano, os conflitos da modernidade. Então, o lugar é o mundo do vivido, onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo. Isto posto, para compreender como as pessoas operam o turismo em diferentes lugares do Baixo Paranaíba Goiano é preciso analisar como esses heterogêneos espaços repletos de sujeitos sociais se redefinem “pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares (CARLOS, 1996, p.28)” e se esses poderão reproduzir uma articulação regional.

Primeiramente, como afirma Gomes (2008, p.42-44), as redes têm por finalidade aproximar os agentes, estimulando-os a trocar informações, reduzindo a incerteza e a assimetria de informações. Na mesma vertente conceitual, a rede é vista como “um conjunto de linhas de comunicação, interligadas de modo que uma mensagem recebida possa transitar por essas linhas, canais de comunicação, para que, partindo de um ponto de origem, chegue a seu destino (BRIZOLLA, LIMA, 2008, p.116)”.

Segundo Haesbaert (2002, p.132), a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do território quanto como um componente fundamental na promoção da desterritorialização. Sob esse prisma, Raffestin (1993, p.150) compreende que:

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. É o que se poderia chamar de essencial visível das práticas espaciais, ainda que as malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Haesbaert (2002, p.121-122) associa o surgimento das redes ao capitalismo, para explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo novo sistema: redes de transporte cada vez mais articuladas, vários tipos de redes dentro das cidades (metrô, bondes, água, esgoto), diversas redes técnicas construídas para destruir e reordenar territórios. Por conseguinte, a sociedade moderna foi se tornando cada vez mais “resificada” ou reticulada, quer dizer, transformada pelos fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos

deslocamentos, passando de um mundo “tradicional” introvertido para um “moderno” mais extrovertido e globalizado.

Santos (1996, p. 16-19) cita que as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns e, desse modo, pensando os territórios turísticos, hoje, esses podem ser formados de lugares contíguos e de lugares em rede. Nesse sentido:

Las particularidades del enfoque geográfico parten de asociar redes y territorios, y sensibilizarnos aumentando nuestra capacidad para la interpretación de los procesos socio-territoriales. Las líneas de trabajo futuras, tendram que orientarse tanto a la búsqueda de indicadores específicos, como a profundizar los aspectos teóricos (CARA, 1996, p.74).

No mesmo leque contextual, fica registrado que as redes “de informações globais da mídia, apoiadas em satélites artificiais, também atuam pela internacionalização de todos os lugares, na Terra e no Espaço (GEIGER, 1996, p. 242)”. Segundo Carlos (1996, p.34), os lugares na era das redes trazem a ideia de que os novos processos de produção e de troca se dão hoje de outra forma no espaço num momento em que as vias de transporte e de comunicação mudam radicalmente sua configuração, que não passam somente pelas rotas terrestres tradicionais, mas, cada vez mais, aéreas e por via satélites.

Essa discussão do termo rede está incorporada ao Programa de Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil) e, para o Ministério do Turismo (2004, p.54), as redes de empresas do setor ou as famílias envolvidas no processo representam formas organizadas de produção grupal, articuladas entre si, com os demais sujeitos sociais da cadeia produtiva e com o setor governamental.

Um dos objetivos do trabalho em rede, segundo o órgão estatal, é realizar atividades comuns, a fim de conseguir melhor produtividade, redução de custos, acesso a inovações tecnológicas e aos novos mercados, maior poder de negociação e barganha, troca de experiências e de informações. Esse nó regional ou interregional permite ainda aumentar a competitividade dos produtos turísticos gerados por meio da articulação entre seus membros e um redirecionamento das estratégias de promoção e venda dos produtos.

De acordo com o Ministério do Turismo (2004, p.54), uma rede possibilita promover o desenvolvimento da atividade turística, desenvolver pesquisas e estudos, estabelecer interlocução política, facilitar o acompanhamento, avaliação e monitoria do processo de regionalização, realizar ações de captação, prestar serviços, captar recurso, valorizar os produtos turísticos regionais. E ainda consolidar suas marcas e facilitar sua comercialização,

subsidiando o desenvolvimento de novos roteiros, destinos e produtos turísticos e melhorando o padrão de qualidade dos roteiros, destinos e produtos.

Para o Ministério, a elaboração de projetos específicos para a formação de redes poderá ficar a cargo de consultorias, sob a coordenação da instância de governança regional. Como resultado desse trabalho, espera-se que sejam produzidos instrumentos de articulação entre os integrantes da rede e desta com outras similares, nas diversas regiões do Estado e do país. Na linha do órgão estatal, o que se pode concluir, é que as redes entre os sujeitos locais são essenciais, pois os produtos turísticos para serem ofertados, requerem, necessariamente, a articulação de diversos agentes, e dificilmente um turista visita uma região turística em função de uma única organização, discurso que força uma sociabilidade regional.

Segundo Gomes (2008, p.47-48), essa articulação poderá possibilitar aos sujeitos sociais de uma região turística benefícios, como um produto turístico diferenciado e mais competitivo, pois resultará da junção das potencialidades de cada organização, maior tempo de permanência do turista na região, maior poder para negociar com as operadoras de turismo e agências de viagens. É fundamental também para dar aos sujeitos do lugar maior poder para defender seus interesses junto à administração pública, compra de equipamentos e redução das incertezas, pois partilharão experiências e conhecimentos.

Utilizando as palavras de Santos, pode-se afirmar que a atual proposta estatal de regionalização do turismo fundamenta-se no que ele chama de acontecer complementar “aquele das relações entre cidades e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo (SANTOS, 1996, p.17)”. Ao longo da história, é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes do regional.

Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se, também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se os marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e identidade. Isso resulta numa realidade multiterritorial que se traduz em novas concepções, com os termos hibridismo e glocal, significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos. Dessa interação, surge e avança, cada vez mais, o uso do termo rede, que contribui para compreender as articulações e sociabilidades entre os diferentes lugares bem como suas estruturas internas (HAESBAERT, 2002, p.121).

Para os autores citados, a organização em rede tem enorme poder de promover a divulgação de informações e a troca de experiências de forma descentralizada, ou seja, vai ao encontro do documento teórico de turismo proposto pelo Ministério brasileiro da atividade. Essa estrutura e sua forma de organização induzem à colaboração, à cooperação, ao trabalho conjunto, à gestão compartilhada e à ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. A rigor, essa rede só funcionará se a política municipal de turismo estiver atrelada aos governos estadual e nacional.

Para Seabra (2007, p.35), os sujeitos sociais devem identificar seus próprios objetivos, desejos e atividades que refletem a realidade vivida, pois sem a participação dos moradores nas diversas fases de planejamento e execução de planos turísticos, aumentam as chances de prejuízos econômicos e perda da identidade cultural causados pela imposição dos padrões econômicos globais. A preocupação com espaço vivido coloca, no centro, a análise do lugar, pois é ele que se relaciona à existência real e à experiência vivida pelos sujeitos sociais envolvidos com as redes de turismo, que podem estimular a incorporação de novas atividades no espaço regional.

No contexto do turismo, os nós são iniciativas voltadas para o desenvolvimento da cultura associativa e participativa, muitas vezes, já existentes na comunidade, embora nem sempre percebidas pelos poderes públicos. Seu maior desafio é fortalecer a capacidade de relacionamento do ser humano com seus semelhantes, pois, na prática, o objetivo da rede para o turismo é fazer com que seus integrantes consigam a conexão entre os espaços turísticos. Segundo Beni (2003, p.57), essas espacialidades são resultadas da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria prima da atividade.

De acordo com Beni (2003, p. 102) aos órgãos públicos de turismo federal cabem a formulação das diretrizes e coordenação dos planos de âmbito nacional e internacional e aos órgãos estaduais e locais, cabem, com o apoio federal, a concepção dos programas e a execução nas escalas locais e regionais. Para Yáziqi (1998, p.131), a falta de atrelamento entre as políticas municipais e as do Estado causa, efetivamente, transtornos quanto as metas a serem atingidas. A inexistência de ambas ou de uma das partes pode também ser motivo de casuísmos, pois o pessoal, a troca de favores políticos entre as partes e mesmo o conflito de interesses sobrepujam o interesse comunitário.

Para estudar as redes regionais e a sua relevância na criação de novas regiões turísticas, eis duas questões importantes: é fundamental verificar onde elas estão na área de estudo e como os lugares existem nessas conexões. E se existe no Baixo Vale Paranaíba Goiano, “uma forma de articulação que permite os distintos sujeitos sociais a trabalhar em conjunto e de

modo organizado, incluindo laços, relações de troca e articulações baseadas no interesse comum que, em muitos casos, se estende além dos laços formais estabelecidos (BRIZOLLA, LIMA, 2008, p.116)”.

Assim, neste capítulo, apoiamo-nos na proposição de que para compreender as questões espaciais do interior de Goiás em relação às políticas públicas de regionalização do turismo, não basta apenas entender que nesses lugares existem as redes locais, potencialidades turísticas e o agronegócio. É preciso considerar que existe um sistema circulatório nos diferentes lugares que formam essas cidades e que a proposta de regionalização do turismo deverá romper com essa hierarquia. Nesta perspectiva, cabe problematizar: quem e como se organizam os lugares que formam os pequenos espaços urbanos da microrregião quirinopolina para o turismo?

Será importante conhecer a rede urbana regional e quem são os sujeitos sociais locais sensibilizados que estão inseridos nessas cidades e se estes estão comprometidos com a rede regional. São as organizações sociais, nas comunidades locais, que conhecem os contextos ambientais, históricos e culturais dos municípios, desse modo, é salutar priorizar os indivíduos com forte enraizamentos identitários e vínculos com as paisagens do cerrado e dialogar com eles.

3.2. PEQUENAS CIDADES COM SERVIÇOS E OFERTA TÉCNICA PARA FAZER DOS LUGARES QUIRINOPOLINOS UMA REGIÃO TURÍSTICA

O Baixo Paranaíba Goiano é formado por pequenos núcleos urbanos, portanto, faz-se necessário analisar essas cidades, seus papéis, demonstrando como elas existem na conexão com as empresas locais e iniciativas de turismo em cada municipalidade. A área em estudo tem Quirinópolis como a urbanidade principal que nomeia a microrregião, considera essa hierarquia uma possibilidade de organizar o turismo, porém, a discussão não prima somente pela austeridade da hierarquia urbana, mas também, pelas substâncias encontradas nos pequenos núcleos, não somente descrevendo-os e, sim, analisando e compreendendo a funcionalidade dos mesmos.

Para Corrêa (1989, p.22; 1989, p. 70), a rede urbana pode ser considerada como forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Entre essas estão a comercialização de produtos rurais, vendas varejistas, prestação de serviços diversos e outros inseridos na

formação espacial que também se organizam para atender às cidades próximas, pois estabelece-se uma hierarquização da oferta de bens e serviços. Essa hierarquia está fundamentada na ideia de rede urbana, definida por um grupo de cidades próximas que estabelecem relações econômicas, políticas e sociais. Outro aspecto:

[...] da natureza da hierarquia urbana é o de que, como em uma localidade central de mais alto nível hierárquico, o número de funções centrais é maior do que em um centro de nível inferior, e isto representa maior número de empregos; verifica-se que a população total da cidade de hierarquia mais elevada é maior que a dos demais centros (CORRÊA, 1989, p.28).

Segundo Corrêa (1989, p. 10), uma das mais tradicionais vias de estudo da rede urbana é aquela que se interessa pela classificação funcional das cidades e tem como pressuposto a existência de diferenças entre as cidades no que se refere às suas funções. E o conhecimento dessa diferenciação é relevante para a compreensão da organização espacial. De acordo com essa vertente, é possível avaliar as cidades como metrópoles nacionais, metrópoles regionais (cidades grandes), centros regionais (cidades médias), e pequenos espaços urbanos.

No caso das pequenas cidades que formam a área de pesquisa, o número populacional em todas é menor que 40.000 habitantes. Na rede urbana da microrregião quirinopolina, as funções ou papéis das cidades não são tão diferentes, na maioria, os serviços prestados são para atender ao agronegócio, com exceção de São Simão e Lagoa Santa que também atendem aos setores de lazer e turismo. Esses pequenos núcleos urbanos são denominados por Santos (1982, p.71) como cidades locais capazes de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função que implica uma vida de relações.

Corrêa (1991, p. 14) e Melo (2008, p. 438) citam que as pequenas cidades constituem locais de concentração da força de trabalho rural. Especialmente as cidades menores transformaram-se em hábitat rural concentrado, possuindo poucas funções urbanas. Funcionam também como reservatório de mão-de-obra e são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas nessas localidades são, geralmente, procedentes de transferências como aposentadorias, pensões e políticas públicas. No entanto, a realidade encontrada nas pequenas cidades do Baixo Paranaíba é outra, dinamizada pelo agronegócio e setores de serviços.

As pequenas cidades do interior goiano contam com significativa estrutura bancária e comercial, dispõem de profissionais da área da saúde. Em algumas, existem teatros, emissoras de rádio e jornais locais impressos. Porém, de acordo com Endlich (2009, p.83), atualmente a maioria das pequenas cidades não possui mais cinemas por causa da cultura televisiva somada

à intensa perda de população, mudanças culturais que explicam o fato de que hoje só existem cinemas nos centros regionais.

Outra relação estabelecida entre essas pequenas cidades está a busca por ensino superior. As universidades pública (Universidade Estadual de Goiás – UEG) e privada encontram-se localizadas na cidade de Quirinópolis, provocando um sistema circulatório diário, principalmente de cidades como Caçu, Gouvelândia, Paranaiguara e São Simão. No caso específico da temática pequena cidade, Melo e Soares (2009, p.418) afirmam que há uma multiplicidade desta categoria nos sistemas urbanos, principalmente no caso das pequenas cidades do Brasil. Pelo interior do Brasil e especificamente em Goiás, existem as pequenas cidades turísticas, e:

[...] algumas que têm as festividades religiosas, as manifestações culturais, as feiras, entre outras, como elementos que as inserem em um contexto socioeconômico mais amplo. Pode-se pontuar, além destas, a ocorrência de pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos, as quais se apresentam bastante diversas das demais (MELO, 2008, p.438).

Cruz (2003, p. 15-16) reconhece que, espacialidades urbanas são atrativas para o turismo por tudo aquilo que representam, como obras de arte das sociedades humanas, como lugares de encontro, do ir e vir e do acontecer de modo geral. Portanto, o presente trabalho irá apresentar os aspectos principais sobre as pequenas cidades da microrregião de Quirinópolis com suas infraestruturas de hospedagens, alimentação, vias de acessos, e setores de apoio às atividades turísticas e de lazer, como atendimento médico, sistema bancário, centro de acolhimento de turistas, sistemas de transportes, entre outros.

Para que ocorra uma aproximação dos lugares turísticos, é vital romper com a hierarquia urbana existente e promover uma participação mais democrática de cada município, inclusive apresentando elementos que possibilitem a inclusão prioritária de pequenos núcleos urbanos nas políticas de turismo como, por exemplo, Lagoa Santa, a menor cidade regional, porém a mais turística; nas “pequenas cidades, de maneira geral, as inovações ocorrem de maneira mais lenta, sendo esses locais onde predominam permanências por mais tempo (ENDLICH, 2009, p.162)”. Embora, não negamos neste trabalho, a rede urbana como uma possibilidade de organização do turismo interiorano.

Aqui serão examinadas as pequenas cidades e os lugares receptores de turistas inseridos nas municipalidades da microrregião, analisando e quantificando as principais formas socioespaciais organizadas para que o turismo possa ocorrer no interior de Goiás. Pretende-se apresentar os espaços especializados produzidos pela atividade e as melhores estruturas e

equipamentos de receptividade, que podem contribuir com um plano de expansão regional democrática de turismo e lazer.

Nesse contexto, para Lage e Milone (1991, p.52-53), é fundamental conhecer os equipamentos, serviços e infraestrutura de apoio turístico, em que o primeiro e segundo incluem as principais instalações de superfície, o conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e são constituídos pelos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços.

A infraestrutura é composta de todas as construções subterrâneas e de superfície, é formada pelo conjunto de edificações, instalações de estrutura física e de base que proporciona o desenvolvimento do setor, tais como: comunicações, transportes, serviços urbanos (água, luz, saneamento). Cruz (2003, p.25) escreve que o turismo tem a capacidade de criar novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos existentes:

Infraestruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infraestruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo é possível de ser criado e/ou apropriado para o uso turístico. O turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer (CRUZ, 2003, p. 25).

Desse modo, o turismo vai atribuindo novos significados e, muitas vezes, novas feições aos lugares, especialmente às pequenas cidades interioranas. São nessas áreas urbanas e, em seus limites municipais, que estão os diferentes lugares formadores da microrregião e eles são as porções do espaço apropriável para atividade turística. Cada pequeno núcleo urbano regional tem seus “arranjos peculiares que ajudam a compreender o desenvolvimento de tais espaços (ENDLICH, 2009, 260)”, entre eles a infraestrutura de receptividade. Segundo Yázigi (1998, p.134), se o município optou por facilitar o turismo, tem, em contrapartida, de responder pela urbanização garantindo, a partir da técnica, dignidade humana. Abre-se aqui a possibilidade para a análise da infraestrutura turística existente, suas formas de uso e as redes ordenadas pelas práticas sociais e culturais surgidas no processo democrático de ocupação dos lugares.

3.2.1. Meios de hospedagem encontrados nas pequenas cidades entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa

Os meios de hospedagens encontrados em todos os municípios do Baixo Paranaíba Goiano são hotéis, motéis, pousadas, pensões e áreas de *camping*, estabelecimentos simples e com gestão de base familiar, com exceção de alguns empreendimentos hoteleiros localizados nas cidades de São Simão e Lagoa Santa. Segundo Coriolano (2009, p.121), os meios de hospedagem têm papel importante na oferta da região como turística, pois na atualidade esses “negócios apresentam características diversificadas atendendo as necessidades de turistas, desde os menos exigentes até os mais refinados, com preços tão distintos quanto as suas possibilidades de consumo”.

Nos lugares da microrregião quirinopolina, a maior parte dos meios de hospedagens e setores de alimentação tem seus gerenciamentos e serviços prestados, pautados nos laços de consaguinidade. Nas pequenas empresas do setor de turismo, são encontrados poucos trabalhadores exógenos, decorrendo disso, a noção de herança que demarca esses lugares de pequenas iniciativas privadas de atendimento a visitantes. Observa-se que:

[...] pequenos meios de hospedagem estão instalados em imóveis de propriedades dos gestores, tendo sido adaptados. Muitos eram casas de residência da família e em outros, mesmo após a adaptação para a atividade empresarial, a família permanece residindo no empreendimento (CORIOLANO, ET AL, 2009, P.126).

Na atualidade (2010), ainda existem hotéis, pensões e pousadas que funcionam em antigas residências (Foto 71). Com o aumento da demanda, os proprietários (moradores locais) foram transformando essas estruturas em espaços de locação, com quartos simples, banheiros privativos externos e não disponibilizando de telefone e televisão. De acordo com Andrade et al (1999, p.21), “os proprietários da maioria das casas de pensão e hospedarias passaram a utilizar a denominação de hotel, com a intenção de elevar o conceito de casa”.

Com maiores exigências em relação à qualidade dos serviços prestados, essas pequenas empresas passaram a oferecer também apartamentos com banheiros, ar condicionado ou ventilador, frigobar e café da manhã. É relevante citar que faz parte do cotidiano interiorano dos municípios estudados, a prática agrícola urbana que visa a abastecer o comércio local e para subsistência familiar, com o cultivo no próprio quintal ou em terrenos chamados de vagos ou baldios (sem edificações). De acordo com Souza et al (2009, p.10-11), nas pequenas cidades:

[...] grande parte dessas famílias experimentou a vida na zona rural, onde tinha seu modo de vida, com suas criações no terreiro de casa, assim como o gosto pela cultura agrícola, portanto, para essas famílias, o fator econômico pesa na hora de decidir plantar na cidade, mas é sem dúvida, o fator cultural, o que mais os incentiva a isso. Destaca-se o fato de que muitas famílias, no campo ou na cidade, ainda prezam pelo modo de produção de subsistência e pelo modo de vida simples como era nas paisagens cerradeiras rurais (SOUZA, ET AL, 2009, p.10-11).

Cultivo de hortaliças ainda é uma das principais características dos pequenos estabelecimentos hoteleiros (Foto 72) instalados principalmente na cidade de Lagoa Santa. No relato de alguns gestores, foi afirmado que ainda cultivam, no entorno do hotel, por gostarem e com o intuito de continuar atendendo a antigos clientes que já estão acostumados a consumir os alimentos produzidos no lugar, mantendo assim aspectos de ruralidade nos serviços prestados.



Foto 71: Antiga residência. Transformada em Pousada, na ilha cercada por Cachoeiras no distrito de Itaguaçu (município de São Simão). Pousada com apenas seis quartos e atendimento familiar. Vieira Santos, J. C. 2009.
Foto 72: Hortaliça em terreno de hotel na cidade de Lagoa Santa. Esse estabelecimento de hospedagem encontra-se em ampliação. É importante lembrar que os proprietários dos hotéis de base familiar, em sua maioria, também residem no local do empreendimento. Vieira Santos, J. C. 2009.

Dentro desse contexto de mudanças e de conservação de antigos hábitos, surgiu uma pequena diversificação dos serviços e diferentes opções de unidades habitacionais e com tarifas mais acessíveis. Nos casos apresentados, as pessoas que ali se instalam são de classes menos abastadas. É comum, nesses pequenos núcleos urbanos, a construção de apartamentos para locação nas áreas próximas aos postos de combustíveis, ao longo das rodovias e nos espaços urbanos, oferecendo pouso aos viajantes e comerciantes ligados aos setores de negócios e serviços.

Os hotéis, ao longo das principais estradas da região (Foto 73), atendem também pessoas que estão em deslocamento por esses municípios, principalmente em busca dos destinos litorâneos na região Sudeste do Brasil e os interioranos como o Pantanal, rio Araguaia e Parque Nacional das Emas. Influenciados pela presença dos turistas nos lugares, o setor de prestação de serviços, especificamente o hoteleiro, foi responsável por reorganizar os espaços das cidades regionais.

Entre os vários exemplos encontrados devido à nova configuração socioespacial está a Pousada da Ilha¹, construída em 1999 e localizada em uma ilha no reservatório da hidrelétrica de São Simão. Um outro destaque localizado nas proximidades da praia artificial da cidade de São Simão e inaugurado em 16 de janeiro de 2009, é o Hotel Mágica Visão² (Foto 74).

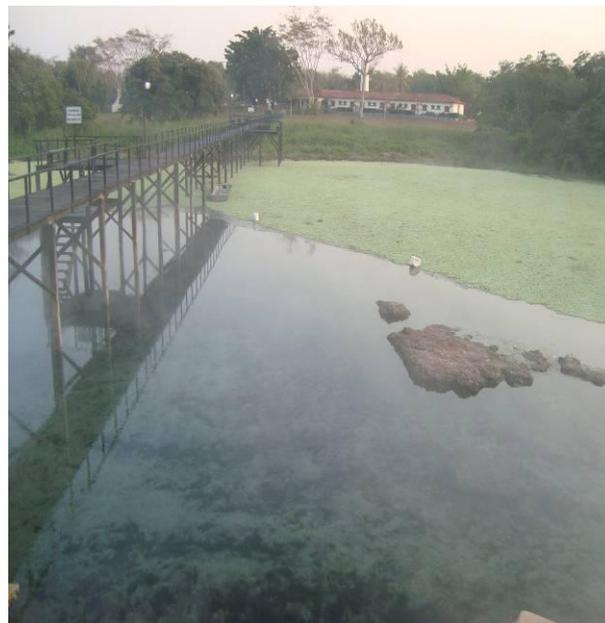


Foto 73: Construção de Hotel. Obra em área de posto de combustível no entroncamento da BR 364 (São Paulo-Cuiabá) com a GO 206, no município de Cachoeira Alta. Esse estabelecimento está nas proximidades do núcleo urbano de Caçu (9 km). Foto 74: Hotel Mágica Visão. Na sua estrutura física são encontrados quadra de areia, acesso pavimentado ao lago, quadra de tênis, campo de futebol, guarda barcos, quiosques com churrasqueiras, piscinas, saunas, cinema, sala de convenção, lavanderia, chalés, apartamentos, salão de beleza, consultório médico, moderna recepção e estacionamento Vieira Santos, J. C. 2010.

¹ O estabelecimento conta com piscinas, tablado de pesca, restaurante (café da manhã, almoço, jantar), 15 apartamentos com 56 leitos, televisão e ar condicionado. Os hóspedes chegam à pousada de barco, que sai da praia artificial e a viagem dura cerca de dez minutos. Informações extraídas do site: www.saosimao.go.gov.br e www.pousadadailha.com.br – consulta realizada no dia 23 de junho de 2009.

² Informações extraídas do site: www.hotelmagicavisao.com.br. – consulta realizada no dia 23 de junho de 2009.

Conhecido como Hotel Termas Lagoa Santa³ (Fotos 75 e 76), esse meio de hospedagem pode ser considerado o principal empreendimento turístico da cidade de Lagoa Santa e da microrregião de Quirinópolis, local privado onde a presença dos turistas é vista com maior frequência, principalmente na lagoa de águas quentes na área do hotel.



Fotos 75 e 76: Hotel Termas Lagoa Santa. Um dos principais estabelecimentos hoteleiros da microrregião de Quirinópolis. Nesse hotel existem habitações do tipo luxo que são equipadas com ar condicionado, televisão, frigobar, som ambiente, telefone e circuito de vídeo interno com programação de cinema, são 32 apartamentos. Vieira Santos, J. C. 2010.

Outro empreendimento que surgiu no espaço urbano de Lagoa Santa foi o Balneário e Pousada Kin Gin (Foto 77), que teve sua construção iniciada em 1996. Assim, pôde-se constatar, durante o trabalho empírico, que as mudanças espaciais processadas pela privatização do principal atrativo natural regional, efetivaram um novo processo de ocupações comerciais e hoteleiras, especialmente ao longo da “praça central” da cidade de Lagoa Santa. Essas ações foi resultado da vontade e sensibilização de sujeitos sociais que procuraram alternativas de renda nas atividades de atendimento e receptividade, enquadradas na nova expansão dos setores de lazer e turismo.

³ Compreende uma área de 370.000 metros quadrados, com a lagoa de águas quentes, piscinas, bares/lanchonetes, mata de cerrado onde se praticam caminhadas em trilhas, tobogãs, sauna, campo de futebol *society*, quadra de areia, área de pesca no rio Aporé, boutique, restaurante servindo pratos regionais e nacionais, parque infantil, passeio de barco no rio Aporé, *american* bar e salão de convenções para até 120 pessoas. (www.thermaslagoasanta.com.br). Site do hotel Termas Lagoa Santa no município de Lagoa Santa, nesse endereço é possível encontrar as diversas informações citadas na tese.

Nesse contexto de reorganização espacial dos municípios da microrregião de Quirinópolis, especificamente Lagoa Santa, destacam-se ainda a criação da Pousada Recanto do Paredão (Turismo Rural), localizada a pouco mais de quatro quilômetros da cidade nas margens do rio Aporé, oferecendo serviços como passeio a cavalo, trilha às margens do rio e pesca esportiva e o Conrado Palace Hotel com piscina e apartamentos com ar condicionado, frigobar e televisão.

No espaço rural do município de Gouvelândia, está localizada a Pousada Rio dos Bois (Foto 78), construída em 2006, nas margens da rodovia “GO-206”, com apartamentos, lanchonete, área de lazer nas margens do rio dos bois e serviços de barcos, voltados especificamente para atender aos turistas de pesca esportiva. Nos meios de hospedagem, como a Pousada Rio dos Bois e o Hotel Mágica Visão têm sido registrados os desembarques de *jet-ski* e barcos, pois essa prática já é uma realidade nesses lugares.



Foto 77: Balneário Kin Gin. Um dos principais receptivos da cidade de Lagoa Santa. Nesse empreendimento, existem três piscinas de águas quentes, toboágua, churrasqueira, área esportiva, *playground*, boutique, lanchonete e cinco apartamentos. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 78: Pousada Rio dos Bois. Na pousada são tradicionais as refeições no fogão a Lenha. Viera Santos, J. C. 2010.

O que se observa, é que as práticas de lazer foram alteradas, principalmente, pela propriedade daquilo que era usado pelas pessoas do lugar. A propriedade privada criou, na microrregião quirinopolina, uma outra realidade, a do lucro, pois o que passa a interessar é vender aquilo que se oferece nos locais e não os lugares. É interessante observar, que perante

essa nova realidade, os proprietários dos espaços de hospedagem e visitação terão que remunerar os capitais investidos, desse modo, não há mais os usuários e sim os compradores.

Deve-se salientar que, no caso do interior de Goiás, esses grupos de empresários atribuíram ao lugar um novo significado por meio da implementação de empreendimentos turísticos diferentes da organização regional predominante em torno da agricultura e pecuária, embora parte desses negócios vinculados ao atendimento de visitantes, sejam de propriedade de empresários rurais e também de políticos locais, como prefeitos e vereadores. Esses espaços foram ordenados também a partir das primeiras práticas sociais, culturais e econômicas surgidas ao longo do processo de ocupação do cerrado goiano.

É importante, também, mostrar essas organizações dos lugares considerando-se as áreas de *camping*, principalmente, as existentes nas cidades de São Simão, Gouvelândia e Lagoa Santa. Em Gouvelândia, o espaço de acampamento é denominado de “Casalheira⁴” situada nas margens da represa da Hidrelétrica de São Simão, na zona rural do município, um espaço privado rústico cuja principal infraestrutura de receptividade é um bar e alguns banheiros.

No município de São Simão, está localizada a principal área de *camping*⁵ (Foto 79), nas mediações da praia artificial, uma área pública municipal. Um sujeito público responsável pela área de acampamento destaca o atual perfil dos frequentadores e as mudanças que vêm ocorrendo:

“Hoje o público da área de camping até mudou, é um público que consome na cidade, antigamente vinha 30 ônibus, hoje graças a Deus vem dois e a intenção nossa é não vem nem um, mas a área de camping dá o mesmo número de pessoas, só que pessoas diferentes, né? São Simão hoje vem muito o pessoal do som automotivo. O pessoal dizem que São Simão tá aceitando, igual o cara da Polícia Rodoviária falou na entrevista, vocês querem mexer com som vocês vai lá pra São Simão e Mineiros, fez até uma propaganda boa pra nós. A gente consegue tornar esse turista de som bem vindo por que organizou um lugar pra eles. A gente foi obrigado remanejar, tirar eles de lá, entendeu? Criou-se na praia hoje umas 8, 10 tenda grandona e ali é só deles, fica só eles. Fica ali embaixo e ali é só deles, eles pode por som da altura que quiser (Entrevista Padronizada com funcionário público de São Simão. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Com esse relato, percebem-se as mudanças no tipo de visitante que utiliza o *camping*. No passado, chegavam grupos de turistas em ônibus, gastando pouco no comércio local, esses transportes eram organizados pelos próprios turistas e não por agências profissionais de viagens. Atualmente (2010), os hóspedes dessa área chegam na sua maioria, de automóveis e

⁴ Esse nome é dado ao lugar pelo enorme depósito de cascalho encontrado. De acordo com Guerra, cascalho é sinônimo de seixos. Os seixos (1980, p.389) são fragmentos de rochas transportados pelas águas, cujo resultado é uma arredondamento das arestas. Esses materiais transportados pelas águas dos rios são acumulados nas suas margens, formando depósitos fluviais como no caso da cascalheira em Gouvelândia (GO).

⁵ O *Camping* se São Simão é uma área com capacidade para aproximadamente quatrocentas barracas, portaria para o controle de entrada e saída dos hóspedes, telefone público (orelhão), dois vestiários, churrasqueira, sanitários, chuveiros e alambrado de arame.

têm consumido produtos e serviços na cidade, ocasionando alterações consideradas importantes pelo entrevistado tanto no perfil desses usuários como nas relações com o comércio local.

Mas esse relato do sujeito apontando para a chegada dos visitantes com automóveis próprios, aponta para a falta de serviços executados por operadoras e agências de turismo, para que esses turistas tenham alternativas de transportes para chegar às cidades turísticas do Baixo Paranaíba Goiano. Não existem conexões entre os empresários regionais e as empresas que vendem pacotes de turismo nas principais cidades brasileiras.

Em cidades como Lagoa Santa e São Simão, os visitantes ainda encontram casas para alugar (Foto 80), pois nos períodos de férias ou de eventos como o carnaval, os moradores deixam suas propriedades para locar os imóveis. Isso indica que a atual infraestrutura de hotéis e pousadas não é suficiente para acolher os visitantes que chegam a esses núcleos urbanos, necessitando de maiores investimentos nos setores hoteleiros e afins.



Foto 79: Área de Camping. Barracas fixadas durante a Festa de Carnaval no ano de 2010. Festejo onde ocorre a maior procura. Esse espaço também é procurado nos finais de semana e feriados, no Festival Gastronômico e durante a Festa de Peão. Vieira Santos, J. C. 2010. Foto 80: Imóveis para locação a turistas na cidade de Lagoa Santa. Os proprietários dessas residências locadas ficam durante esse período de locação hospedados em casas de parentes ou em cômodos anexos aos imóveis. Vieira Santos, J. C. 2009.

No distrito de Itaguaçu, município de São Simão foi construída na década de 1990, a infraestrutura de receptividade nas cachoeiras do rio Claro, conhecidas como Cataratas de Itaguaçu. Primeiro ocorreu a construção do bar, posteriormente, foram edificados na paisagem

de atração um restaurante (Foto 81) e um estabelecimento de hospedagem com seis quartos, que são ocupados pelas pessoas que desejam pernoitar. Durante os trabalhos de campo, os proprietários relataram que os principais hóspedes são trabalhadores da hidrelétrica em construção no rio Verde e cidadãos que vão ao distrito para realizar atividades temporárias na Usina de Açúcar e Álcool, pois os turistas têm preferência pelos hotéis e pousadas de São Simão.

Na década de 1990, observa-se que as primeiras infraestruturas nas cachoeiras de Itaguaçu concretizaram-se no mesmo período de criação da secretaria de turismo do município sãosimonense. Nesse ordenamento regional, outros importantes estabelecimentos hoteleiros foram criados para atender aos visitantes presentes nos atrativos do Baixo Paranaíba Goiano, favorecidos pela proximidade, principalmente nos distritos de Chaveslândia (Santa Vitória/MG) e São João do Aporé (Foto 82) (Paranaíba/MS). Em Chaveslândia, apenas separada de São Simão pelo rio Paranaíba, encontra-se a Pousada Gerivá (Foto 83), que fica a jusante da barragem da Hidrelétrica de São Simão, essa estrutura foi construída em 1999.



Foto 81: Estrutura de receptividade nas cachoeiras do distrito de Itaguaçu (São Simão). Foto 82: São João do Aporé. Área urbana distrito de Paranaíba, cidade localizada no Estado do Mato Grosso do Sul. São João do Aporé está separada da cidade de Lagoa Santa e da microrregião de Quirinópolis apenas pelas águas e pela geomorfologia do rio Aporé. Essa localidade conta com um grande número de pequenos hotéis, pousadas e pensões que recebem os visitantes que chegam ao núcleo urbano goiano, minimizando a falta de leitos durante os períodos de alta temporada e principalmente em finais de semana e feriados. Essa pequena urbanidade, às margens do rio Aporé, não possui ruas asfaltadas, comercialmente possui uma maior fragilidade que a vizinha Lagoa Santa, mas vem se tornando local de moradia dos funcionários públicos de Lagoa Santa, justificado pelo fácil acesso e menor preço de imóveis que a cidade goiana vizinha. Sua principal singularidade são as residências que foram transformadas em meios de hospedagem, mostrando assim uma maior articulação territorial e administrativa com a cidade goiana. Vieira Santos, J. C. 2009.

A prática pesqueira (Foto 84) é comum no cotidiano dos moradores do distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/MG), pois nos barrancos do rio Paranaíba existem famílias que têm a pesca como meio de subsistência. Com o turismo, alguns desses pescadores trabalham como piloteiros nos hotéis e pousadas do Baixo Paranaíba Goiano. Uma parte desses trabalhadores está associada à “Colônia dos Pescadores Lago Azul São Simão Goiás (Z-03) e Colônia dos Pescadores de Chaveslândia (Z-08)”.

Empreendimentos hoteleiros demonstram empenho da iniciativa privada regional e partes dos modernos meios de hospedagens encontrados foram originados principalmente com o capital oriundo do campo, para desenvolver atividades de lazer e turismo fortalecidas pelos usos dos atrativos e potencialidades. No que concerne à administração pública municipal, em cidades como Gouvelândia, não existem ações de apoio a hotéis e pousadas que possam alavancar o turismo local e regional, colocando em dúvida o desejo de participação desse e de outros municípios da região no projeto de regionalização do Ministério do Turismo.



Foto 83: Pousada Gerivá. Área de lazer e hospedagem em Chaveslândia. Esse hotel oferece serviços de bar, restaurante, piscinas, apartamentos com tv e ar, e barcos para pesca com “piloteiro”, nome regionalmente dado aos responsáveis por conduzir os barcos. Foto 84: Barcos para locação a turistas nos barrancos do rio Paranaíba. Essa prática de aluguel de barcos é comum nos municípios de São Simão, Gouvelândia e no distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/Minas Gerais). Vieira Santos, J. C. 2009.

Não se pode afirmar que as novas estruturas hoteleiras que surgiram são resultantes de um movimento organizado dos órgãos municipais de turismo, Goiás Turismo e Ministério do Turismo, mas sim ordenadas pelas práticas econômicas de cada grupo social local para acompanhar os alargados investimentos em torno dos setores agrícolas e pecuários. De acordo

com Beni (2003, p.103), um dos principais obstáculos que o desenvolvimento da atividade de turismo apresenta é justamente a dificuldade de defini-lo do ponto de vista da administração pública, barreiras essas que estão explícitas no Baixo Paranaíba Goiano.

A construção desses novos empreendimentos hoteleiros acarretou uma nova configuração de hospedagem, principalmente, nas cidades de Lagoa Santa e São Simão. No entanto, esse avanço não provocou total ruptura de dependência regional com os pequenos meios de hospedagens, pois ainda são poucos os estabelecimentos de melhor categoria, fato que cria uma singularidade nas pequenas cidades da microrregião.

É importante lembrar que, para atender a nova atividade econômica e os novos visitantes que chegam aos pequenos núcleos urbanos, foram surgindo grupos de empreendedores muitos deles oriundos das atividades agrárias e pecuárias. Conforme os relatos obtidos durante os trabalhos de campo, esses empreendedores com uma visão econômica e social diferente da realidade regional, voltada não somente para o agronegócio e sim para outros nichos e possibilidades encontradas na atual organização espacial, foram construindo novos espaços de alimentação e hoteleiros, com atendimento mais profissional e não somente focado no trabalho familiar.

De um lado, a agricultura e pecuária continuam em expansão, mas, de outro, estão surgindo, nas pequenas cidades, hotéis com administrações não familiares e com mão de obra mais especializada, o que melhorou a qualidade dos serviços, atendimento e estruturas físicas. Pode-se afirmar que os meios de hospedagem passam por uma metamorfose, principalmente devido à inserção, expansão e valorização da atividade turística, fortalecendo, nesse conjunto, as relações sociais com outros grupos e a organização política local.

Nas pequenas cidades do interior de Goiás, os grupos familiares responsáveis pelos pequenos meios de hospedagens ainda existem e é a maioria, mas parcialmente, têm procurado realizar investimentos focados na especialização para conseguir acompanhar a complexidade e modernização do setor hoteleiro regional, significando uma busca por profissionalização.

Explicitamente, os hotéis de base familiar muito contribuíram com a gênese do turismo na microrregião, mas não será nenhuma força de expressão afirmar que esses evoluíram tecnologicamente, porém, a organização política do trabalhador não tem evoluído na mesma proporção, pois não existem, na microrregião de Quirinópolis, sindicatos e órgãos organizados dos trabalhadores hoteleiros, setores de alimentação e bebidas, e demais espaços de entretenimento e lazer devidamente reconhecidos no Ministério do Trabalho e Emprego

com registro sindical. Esse fato provavelmente provocará o atraso na profissionalização da atividade no contexto regional e dificultará melhores condições de trabalho e salários.

3.2.2. Secretarias e centros de atendimento aos turistas: presença do poder público local

Somando-se aos novos usos de lazer e turismo que passaram a ocorrer no entorno do reservatório da Hidrelétrica de São Simão, especialmente com a construção da praia artificial pública, a Prefeitura Municipal criou, no ano de 1994, a Secretaria Municipal de Turismo e posteriormente seu Centro de Atendimento ao Turista – CAT⁶ (Foto 85), colocando a cidade como a primeira administração pública a assumir o compromisso de intensificar e dinamizar as iniciativas e atividades de turismo.

Como destaca o relato a seguir, durante os eventos que ocorrem na praia artificial, parte dos trabalhadores desse órgão público é transferida para uma outra estrutura que o CAT possui no entorno do lago, mas que fica fechado nos dias em que não ocorre nenhuma festividade no lugar.

“Em épocas de eventos a gente transfere o CAT, a gente coloca toda a infraestrutura lá pra informação, né? CELG, energia, saúde, atendimento, primeiros socorros, Conselho Tutelar, Polícia Militar, tudo isso é centralizado lá no CAT, pro pessoal não ficar perguntando, lá no CAT da praia você acha tudo: perdido, achado, menino (Entrevista Padronizada com funcionário público de São Simão. Trabalho de Campo. Setembro de 2009)”.

Na cidade de São Simão, não ocorre o funcionamento do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) nos finais de semana e feriados, dias com maior movimentação de pessoas exógenas na cidade, nem a infraestrutura localizada na praia e no centro urbano. Procedimento também observado em alguns postos de turismo de países como Portugal, onde essa instituição pública tem entre seus objetivos facilitar o acesso de visitantes aos espaços regionais e fornecer um conjunto de informações sobre as paisagens turísticas. O atendimento ao visitante é um diferencial na prática da atividade turística, mas os exemplos apresentados mostram que as ações estão articuladas somente nos horários comerciais.

⁶ Essa Secretaria Municipal de Turismo tem seu endereço na Praça Cívica, Centro, onde também funciona o CAT – Centro de Atendimento ao Turista. O órgão conta atualmente com cerca de cinco funcionários, essas pessoas desenvolvem as atividades de gestão e planejamento da atividade, bem como o receptivo e fornecimento de informações aos visitantes.

O órgão são-simonense também disponibiliza as informações turísticas da cidade no portal da prefeitura⁷, por meio de um roteiro turístico, destacando os principais meios de hospedagens, festas, atrativos e setores de alimentação. A segunda secretaria de turismo surgiu em 1997, quando o distrito de “Termas do Itajá” foi transformado no município de Lagoa Santa. Juntamente com essa secretaria municipal de turismo foi criado o Centro Integrado de Apoio ao Turista (CIAT) (Foto 86), ambos localizados na Praça Central dessa urbanidade, onde ocorrem os principais eventos.



Foto 85: Secretaria de Turismo na cidade de São Simão. Funciona juntamente com o Centro de Atendimento ao Turista na região central. O lugar tem sinalização, o que facilita a chegada do turista. Foto 86: Secretaria de Turismo na cidade de Lagoa Santa. Funciona juntamente com o Centro Integrado de Apoio ao Turista na Praça Central. Esse órgão público está localizado na parte da cidade onde existe a maior concentração de turistas. No ano de 2010, a sua denominação passou a ser Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Desporto. Vieira Santos, J. C. 2009.

Essas secretarias vêm constantemente, ao longo desta primeira década do século XXI, passando por modificações em suas estruturas políticas e de funcionamento, fruto de ações públicas que ainda encontram dificuldades em priorizar o turismo no Baixo Paranaíba Goiano. Em 2009, a pasta de turismo na cidade de Lagoa Santa passou articular e gerenciar seus projetos em conjunto com a indústria, comércio e desporto, ao que parece, uma integração visando reduzir custos e despesas municipais.

⁷ (www.saosimao.go.gov.br).

Entre os anos de 2003 e 2004, surgiu a proposta de criação da Secretaria de Turismo da cidade de Itarumã⁸ que iniciou seus trabalhos no ano de 2005. Atualmente esse órgão não conta com o Centro de Atendimento ou Apoio ao Turista e ainda não realizou o inventário turístico municipal e suas ações têm se concentrado na área urbana, com o apoio e realização das festas locais. Segundo os gestores públicos do turismo na cidade de Itarumã, ainda não existem trabalhos articulados com a Goiás Turismo e Ministério do Turismo, apenas com os empresários locais e com o Sindicato Rural, uma parceria que visa à realização dos festejos agropecuários.

No ano de 2009, o município de Caçu também criou a sua Secretaria Municipal de Turismo e por ser uma iniciativa recente, conta com número reduzido de funcionários e também não tem o Centro de Atendimento ao Turista, o apoio atualmente é destinado apenas aos eventos urbanos. Em 2010, a Secretaria de Indústria e Comércio da cidade de Quirinópolis passou a ser chamada de Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo⁹. Em cidades como Quirinópolis, Itarumã e Caçu, os órgãos municipais de turismo, pouco têm contribuído com a dinamização da atividade, faltando assentar ações na valorização dos patrimônios culturais e naturais e na organização dos agentes e produtores locais.

Verificou-se a existência de secretarias municipais de turismo nas cidades citadas, porém, inexistentes nas cidades de Itajá, Gouvelândia, Paranaiguara e Cachoeira Alta. Identificou-se que não existem contatos, entrelaçamentos e diálogos entre ambas, como relata o pesquisado:

“Como se diz cada um prá sí. Não temos contato com as outras secretarias de turismo da região, até porque eu acho que eles pensam que o município não oferece nenhuma, nenhuma atração né, deve ser mais por causa disso (Entrevista informal com Secretário de Turismo de órgão público municipal da microrregião de Quirinópolis (Trabalho de Campo), setembro de 2009)”.

Não existem conexões regionais, principalmente, por falta de informações sobre o potencial turístico dos lugares e dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos públicos de turismo locais. As relações ou redes que aparecem estão associadas aos limites municipais, gerando princípios de usos e apropriações dos lugares, com base nos vários elementos socioespaciais e culturais de cada municipalidade. Uma outra forma de reduzir as distâncias de diálogos endógenos e exógenos à microrregião de Quirinópolis seria a aproximação com as localidades

⁸ Atualmente esse órgão conta com sete funcionários, não conta com o Centro de Atendimento ou Apoio ao Turista, e funciona no prédio da prefeitura na Praça Sebastião Freitas na parte central da cidade. Esse órgão ainda não realizou o inventário turístico do município, e suas ações tem se concentrado na área urbana, com o apoio e realizações das festas.

⁹ A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da cidade de Quirinópolis atende no Prédio da Prefeitura Municipal, na Praça dos Três Poderes, centro.

que possuem Secretarias Municipais de Turismo, especialmente, com as cidades goianas limítrofes, como Serranópolis, Rio Verde, Jataí, entre outras.

Acrescenta-se diante de tudo isso que, nesse interior de Goiás, existe uma multiplicidade de sujeitos inseridos nos órgãos públicos com competências diversas, capazes de mobilizar lugares com iniciativas turísticas. Esses sujeitos sociais terão que ser capazes de enfrentar desafios como estabelecer as conexões com os vizinhos e realizar inventários de atrativos e potencialidades, que são fundamentais para tornar o município conhecido e assim apresentá-lo ao outro.

A criação desses órgãos públicos de turismo, na década de 1990 e primeira década do século XXI, representa o percurso inicial de inserção das políticas públicas de turismo na organização socioespacial das pequenas cidades quirinopolinas. Dessa forma, chega-se à constituição de uma nova forma de gestão municipal, procurando inicialmente prestar serviços de atendimento, divulgação e informações às pessoas que se deslocam até essas cidades.

3.2.3. Espaços públicos de lazer e eventos turísticos nas pequenas cidades do Baixo Paranaíba Goiano

As ações públicas locais da última década do século XX e primeira década do século XXI, resultaram no surgimento de novos espaços públicos de lazer, como praia (Foto 87) e lagos (Foto 88) artificiais. Quando se pensa na presença do turista, a praia artificial de São Simão é o principal espaço público onde o visitante é encontrado com frequência. Nessa área de atratividade são realizadas as principais festas como o carnaval, festa do peão e festival gastronômico.

Durante esses festejos, a prefeitura municipal fica responsável por toda estrutura de atendimento médico, receptivo turístico e palcos para apresentações de artistas nacionais e regionais. A área da praia artificial, no Lago da Hidrelétrica de São Simão, vem se tornando um lugar de uso diversificado pela atividade turística e segundo Floriano (2000, p.17), é comum ver, durante as festas e finais de semana, vendedores ambulantes circulando entre os banhistas oferecendo seus produtos.

Trata-se de uma espacialidade ampla em que se podem associar diferentes formas de lazer e entretenimento, com o desenvolvimento de atividades comerciais nos diversos setores de

alimentação, hospedagem, animação artística, locação de pequenos barcos, equipamentos de banhos, produtos importados e um comércio informal ativo nos períodos de realização de eventos, especialmente durante o carnaval, pois é nesse atrativo que ocorre a concentração de turistas nos dias de festejos.



Foto 87: Praia artificial nas margens do reservatório hidrelétrico de São Simão. Atualmente a praia conta com uma estrutura física de mil e trezentos metros de extensão de faixa de areia, área gramada e diversas árvores, calçadão, pontos de alimentação com seus quiosques, vestiários, vários chuveiros/duchas, sanitários, acesso asfaltado e píer para embarque e desembarque de jet-ski, barcos e prática pesqueira. Uma infraestrutura adequada à recepção de visitantes, englobando também a área de camping da cidade. Vieira Santos, J. C. 2010. Foto 88: "Parque Cesar de Freitas". Local popularmente chamado de "Lago Sol Poente", no município de Quirinópolis, onde são realizados os principais eventos da cidade. Vieira Santos, J. C. 2008.

Outro lugar de lazer é o Parque Cesar de Freitas na cidade de Quirinópolis, construído com recursos do governo municipal e inaugurado em 25 de junho de 2004. Essa área é popularmente chamada de Lago Sol Poente. Esse espaço público passou a abrigar os eventos realizados na cidade, como a festa de peão/rodeio show, o carnaval, a tradicional festa junina arraiaá do povo e o festival gastronômico da Chica Doida. Segundo Martins e Silva (2009, p.33) o:

Lago Sol Poente foi construído com o objetivo de oferecer à população de Quirinópolis um espaço favorável à prática de lazer, procurando disponibilizar para a comunidade as atividades esportivas, eventos ou atrativos temporários que favorecem o comércio de barzinhos e lanchonetes do lugar. Como espaço de recreação e lazer, o ambiente ainda carece de instalações de infraestrutura (MARTINS; SILVA, 2009, p.33).

Em Itajá, foi inaugurado no mês de dezembro de 2004, o Parque Natural Municipal Antônio Bento de Carmargo (Foto 89). Na cidade de Itarumã existe o lago artificial Municipal

Dona Júlia (Foto 90), onde é realizada a festa de carnaval local. O lago foi inaugurado no mês de dezembro do ano de 2008. Essas áreas de lazer foram construídas com a mesma finalidade do lago Sol Poente, para permitir a existência de práticas esportivas e de recreação às pessoas do lugar, promovendo assim uma área de acolhimento desses moradores.



Foto 89: Parque Natural Municipal Antônio Bento de Camargo, cidade de Itajá. Foto 90: Lago Municipal Dona Júlia, cidade de Itarumã. De acordo com Beni (2003, p.57) nesses espaços artificiais compreendem em que predominam os artefatos construídos pelos homens. Todas as suas formas são inventadas pelo homem e quando aparece algum elemento natural (como nos lagos da microrregião de Quirinópolis), sua função é decorar o ambiente. Vieira Santos, J. C. 2010.

Nesses lugares, são desenvolvidas atividades como caminhadas em pistas asfaltadas, atividades esportivas em quadras e esportes aquáticos na represa. Os espaços contam com conjuntos de sanitários, lanchonetes e área destinada à realização de eventos locais. Esses lugares caracterizam a imagem de novas formas artificiais inseridas nas pequenas cidades da região.

Porém, é necessário um melhor planejamento das atividades desenvolvidas nessas espacialidades públicas como ampliação da infraestrutura de acolhimento, organização da comunidade local e dos gestores presentes nos poderes públicos, para que esses espaços possam ser apropriados e efetivamente considerados paisagens de visitação aptas à receptividade regional. Dessa forma, evita-se que essas espacialidades tornem-se entraves aos cofres públicos, uma espécie de lugares desprovidos de conservação e abandonados pelas esferas políticas, corrompendo a ideia de espaço de lazer.

Outros espaços de convivência na microrregião são as praças públicas, com destaque para Roberto Felipe de Oliveira (Foto 91) na cidade de Itarumã, com seus símbolos de espécies do Cerrado. Esse espaço público personalizado com monumentos da fauna cerradeira é único no cenário regional, por isso merece ser lembrado pelas políticas locais. Essa praça foi inaugurada no mês de março de 2008 e a obra foi realizada com recursos do município e federal.

Outra praça é a Central da cidade de Lagoa Santa que ganha relevância por ser um lugar onde o turista se faz presente e onde são realizados os principais eventos do município, como o carnaval e *reveillon*. Na cidade de Quirinópolis, destaca-se a Praça do Circo (Foto 92), local de saída da passeata conhecida como “Carroçada” que é realizada durante o evento gastronômico da Chica Doida.



Foto 91: Praça Roberto Felipe de Oliveira. Nessa praça da cidade de Itarumã, estão esculturas do Tamanduá Bandeira, Coruja, Emas e outras espécies típicas do Cerrado. Foto 92: Praça do Circo. O local ganha importância durante o evento gastronômico Chica Doida, pois é o lugar de concentração de carroças e peões com seus cavalos e bois. A partir desse ponto percorrem as principais ruas e avenidas da cidade de Quirinópolis, finalizando o trajeto no Lago Sol Poente, onde ocorre o festejo gastronômico. Vieira Santos, J. C. 2010.

As políticas que geram iniciativas de criar infraestruturas como a praia artificial na cidade de São Simão para melhor acolher os visitantes que chegam a essa pequena urbanidade, trouxeram benefícios também para a população local, que passou a ter direito de uso da área. Esse planejamento urbano do Estado local aumenta a eficiência dos organismos municipais de turismo e também beneficia os diversos usuários. A realidade apresentada demonstra que

parte das pequenas cidades entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa estão buscando condições para se adaptar às novas organizações espaciais impostas pela diversificação econômica e novas necessidades de moradores locais e visitantes.

3.2.4. Outras infraestruturas de apoio às atividades de turismo nas pequenas cidades

Nas pequenas cidades da microrregião de Quirinópolis, não são encontrados somente hotéis, pousadas, secretarias de turismo, espaços públicos e privados de lazer, existem também as infraestruturas de apoio, como restaurantes, bares e lanchonetes. Esses serviços de alimentação encontrados regionalmente são gerenciados por empreendedores do lugar, pois não existem grandes redes do setor alimentício no espaço regional, mesmo com as recentes mudanças socioespaciais ocorridas a partir da década de 1990.

Regionalmente não são encontrados os serviços como cinemas, operadoras de turismo, agências de viagens, casas de câmbio, corpo de bombeiros, serviços aéreos e representações diplomáticas. Locações de imóveis por pessoas físicas, lojas de artesanato, agências bancárias, locais de convenções, lojas de equipamentos de lazer, pequenas estações rodoviárias, automóveis táxi, moto táxi, postos telefônicos, agências postais, delegacia de polícia e hospitais são localizados praticamente em todos os municípios.

Nos pequenos núcleos urbanos, existem as áreas de recreação dos clubes e pequenos estádios de futebol, destacando-se também os teatros José Sebastião de Carvalho de Paranaiguara (Foto 93), inaugurado em junho de 2008 e Teotônio Vilela de Quirinópolis (Foto 94), inaugurado em janeiro de 1988. Nesse contexto, Silva Júnior (2004, p.71) cita que:

[...] o produto turístico tem que vir agregado de serviços de boa qualidade que viabilizem seu consumo. Não há atração turística – de uma simples cachoeira a uma casa secular, escultura, museu, fazenda, lagoa, igreja, entre outras – se não houver certos serviços para que o turista ou excursionista tenha acesso a ela, como sinalização, meio de hospedagem, restaurante, casa de lanche, cinemas, bares, transportes, guias, etc (SILVA JÚNIOR, 2004, p.71).

Exceto Lagoa Santa, todos os municípios possuem pequenos terminais rodoviários¹⁰ (Foto 95), com estrutura física que oferece aos visitantes e passageiros serviços de bares,

¹⁰ Os terminais rodoviários colocam à disposição dos usuários linhas intermunicipais e interestaduais que têm as cidades de Goiânia (Capital do estado), Rio Verde (GO), Itumbiara (GO), Jataí (GO) Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG), Cuiabá (MT) e São Paulo (SP) como os principais destinos. As empresas que atuam na microrregião de Quirinópolis têm escalas nessas cidades, disponibilizando várias opções de itinerários, integrando e incorporando esses lugares a outras regiões do Centro Oeste e Brasil.

restaurantes, estacionamentos de embarque e desembarque, guichês para compra de passagens, táxis e também um intenso comércio nas suas proximidades.



Foto 93: Teatro Municipal José Sebastião de Carvalho. Este espaço cultural da cidade de Paranaiguara comporta um público de 330 pessoas. No local funciona também a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Foto 94: Teatro Palácio da Cultura Teotônio Vilela. Localizado na cidade de Quirinópolis, considerado uma das principais obras arquitetônicas do município, construído no final da década de 1980. Vieira Santos, J. C. 2009.

Analisando seus equipamentos, serviços e estruturas, pode-se dizer que, na atualidade, essas cidades são capazes de fazer dessa paisagem do agronegócio, também uma região turística. Mas cabe ressaltar que apenas as cidades com órgãos públicos de turismo possuem uma rede local de sujeitos públicos sensibilizados com as iniciativas deste setor, tornando essas cidades regionais, lugares especiais para se pensar o processo de regionalização dos espaços de turismo.

A principal rodovia federal da microrregião é a BR-364, conhecida regionalmente como São Paulo-Cuiabá, é uma importante estrada do interior brasileiro. Essa via de deslocamento poderá se transformar no principal eixo de integração dos conjuntos de lugares da microrregião de Quirinópolis às atuais políticas públicas de turismo, facilitando as entradas e saídas regionais de turistas.

Outras rodovias que têm papel fundamental na acessibilidade de visitantes são as estaduais, entre elas, a GO-206/178/302 que é a principal ligação da microrregião de Quirinópolis, à Itumbiara (BR-384) ao Mato Grosso do Sul e ao Oeste de São Paulo, estando

presente nos municípios de Gouvelândia, Quirinópolis, Caçu, Itarumã, Itajá, Lagoa Santa e cruzando com a rodovia São Paulo – Cuiabá (BR-364). Por meio da GO-164, a cidade de Quirinópolis é ligada a Goiânia, capital do Estado.

Nos municípios de São Simão, Lagoa Santa e Quirinópolis estão localizadas variadas opções de alimentação e hospedagens e são nesses núcleos urbanos que os hóspedes têm as melhores prestações de serviços e onde os referidos órgãos vêm investindo em tecnologias, técnicas e recursos que atendam a visitantes mais exigentes.

São Simão dispõe de aeroporto (Foto 96) com pista de 1800 metros de comprimento por 45 metros de largura, infraestrutura obtida durante a construção da hidrelétrica e pouco utilizada pela sociedade local e regional, ou seja, apenas para pousos de pequenas aeronaves que são de propriedade dos empresários locais e de outros que vêm à microrregião a negócios, funções que nada têm a ver com a atividade turística local e regional. Não existe demanda para viagens aéreas e os visitantes que chegam à microrregião utilizam o transporte rodoviário.



Foto 95: Terminal de Transporte Rodoviário de Itajá. Como a cidade turística de Lagoa Santa não possui linhas de ônibus que chegam ao município, não existe terminal rodoviário, o localizado na cidade de Itajá é a referência para o município. Nas cidades do Baixo Paranaíba Goiano, as rodoviárias são pequenas em função do baixo fluxo de transporte. Foto 96: Aeroporto da cidade de São Simão. Principal pista de pouso da microrregião de Quirinópolis. Este aeroporto não funciona 24 horas, pois não tem balizamento noturno e também não possui serviços contra incêndio, torre de controle aéreo e não conta com empresas aéreas fazendo vôos diários, são outros elementos que dificultam o seu uso turístico. Vieira Santos, J. C. 2009.

O aeroporto sãosimonense é a principal estrutura de acesso viário ao Baixo Paranaíba Goiano, contando com uma estrutura física de atendimento e estacionamento, mas sem os serviços de receptividade, embarque e praça de alimentação. Para utilizar esse tipo de serviço aéreo, morador ou visitante tem que se deslocar até a cidade de Rio Verde. Outra pequena pista de pouso regional, encontra-se na cidade de Quirinópolis, porém com menor estrutura que a da cidade de São Simão.

Apesar de todas as mutações percebidas nas áreas rurais e pequenos espaços urbanos, ainda não existem, nesses lugares, as parcerias regionais a ponto de se colocar uma rede regional importante para a expansão e fortalecimento do turismo. O que existe são os estreitamentos relacionais locais entre os órgãos públicos e as empresas de cada cidade. A inserção do turismo como atividade econômica redefiniu hábitos, costumes e a existência de modos de vida diferentes dos criados pela agricultura, pecuária, garimpo, pesca e olarias. Interferindo na configuração espacial, (re)criam-se ou metamorfoseiam estruturas físicas direcionadas à receptividade antes inexistente nesse interior de Goiás.

Para Abitia (2006, p.148) “uma comunidade valorizada e respeitada pelo turismo tem possibilidade verdadeira de melhorar, de desenvolver-se”. No Baixo Paranaíba Goiano, as relações sociais em torno do turismo são fundadas no local ou simplesmente dentro de cada municipalidade e o que existe regionalmente é um olhar do outro como concorrente, dificultando as tentativas de aproximação e apresentando, no contexto regional, sujeitos municipais e públicos caracterizados pela individualidade e com diferentes modos de pensar.

3.3. REDES SOCIAIS LOCAIS DE TURISMO NAS PEQUENAS ÁREAS URBANAS E NAS ÁREAS RURAIS DO BAIXO PARANAÍBA GOIANO

Na microrregião de Quirinópolis, as conectividades acontecem entre as prefeituras municipais, profissionais liberais, artesãos, organizações sociais das comunidades locais, Sindicatos Rurais, empreendedores e empresários do mercado turístico. Percebeu-se que mesmo depois de uma década de criação das primeiras secretarias municipais de turismo, as forças políticas locais ainda se estabelecem e operam dentro dos limites e fronteiras municipais onde estão os lugares que se mobilizam. É possível, então, analisar as aproximações dos lugares e, assim, conhecer onde estão as sociabilidades e os pontos de troca das diferentes comunidades e grupos sociais.

São nos festejos agropecuários, carnavais, festivais gastronômicos e no apoio à criação das associações de artesãos que o Estado local, por meio das secretarias de turismo, se faz presente. São nesses lugares que os turistas exógenos comparecem. No caso de outros eventos, como dos Santos Padroeiros e folias de Reis, são as pessoas dos lugares que organizam essas festas e os visitantes são os moradores da própria microrregião, do município ou simplesmente do lugar onde está inserida a comunidade organizadora. Para Bourdin (2001, p.97), esses momentos festivos reúnem:

[...] pessoas e, por isso mesmo, produzem energia, identificação, um sentimento de pertença mais forte. A encenação que ele organiza, numa relação cada vez mais elaborada com o lugar, é necessária para que os efeitos de reunião possam atingir todo o poder que eles visam (BOURDIN, 2001, p.97).

Essa discussão nos ajudará a compreender outras redes regionais que fazem os turistas se deslocarem à microrregião, visto que essa espacialidade não é somente demarcada por cachoeiras, reservatórios, meios de hospedagens, secretarias de turismo e águas quentes, mas também por várias densidades socioespaciais e culturais inseridas nos diferentes lugares. Para isso, considera-se importante analisar os festejos e aspectos culturais regionais e verificar se esses movimentos articulam pessoas, instituições e dessacralizam aquilo que está posto pelo Estado.

3.3.1. Festas agropecuárias, carnavalescas e gastronômicas: o Estado local se fazendo presente

3.3.1.1. Festas agropecuárias ou de peões

As festas de peões são manifestações da cultura desta parte do interior brasileiro. Elas são realizadas em todos os municípios da microrregião quirinopolina, com participação dos órgãos públicos locais, sindicatos rurais, profissionais liberais, organizações sociais e empresários locais. Nos anos de 2009 e 2010, essas festas foram patrocinadas por uma grande empresa de cerveja e refrigerante do Brasil. Na área de estudo, com os visitantes regionais e principalmente com a identificação dos moradores locais com o evento, ocorrem vários fluxos de pessoas e capitais, movimentando economicamente os espaços urbanos dos municípios.

É importante ressaltar que esses momentos são caracterizados por uma vestimenta específica, como os chapéus de abas largas, diversos tipos de botas, grandes fivelas de pratas e atualmente os inseparáveis trajes da modernidade como bonés, óculos escuros e roupas de grifes nacionais e internacionais. Mas cabe salientar que, no momento atual, esse evento que surgiu para cultuar a imagem idealizada do “Peão de Boiadeiro”, vem ocorrendo em novos espaços, como na praia artificial de São Simão e no lago Sol Poente, criando, assim, novos espaços das festas, exógenos às áreas dos Sindicatos Rurais, mas com o apoio das Secretarias Municipais de Turismo.

Os “Parques de Exposições” considerados, até a década de 1990, o local apropriado para a realização desses espetáculos, é abandonado em cidades como Quirinópolis, que teve seu recinto inaugurado em 07 de outubro de 1972 (Foto 97). Nessa municipalidade, as mudanças ocorreram principalmente por questões políticas e por divergências na rede local entre a prefeitura municipal e sindicato rural. Por isso, o órgão público realiza a festa de peão no lago Sol Poente e surge, nesse lugar, uma nova denominação para as “Festas de Peão de Boiadeiro” que atualmente são chamadas de “Rodeios *Show*”.

Pode-se afirmar, portanto, que nessas redes locais há mudanças e rupturas, mas também permanências e conservação de tradições, ambas coexistindo, pois cidades como Itajá (Foto 98), Itarumã, Caçu, Cachoeira Alta ainda realizam suas festas nos espaços dos Sindicatos Rurais. Independente dos ambientes de realização, os festejos de “peões, boiadeiros ou agropecuários” são considerados os principais eventos das cidades no Baixo Paranaíba Goiano.

Na cidade de Itajá, por exemplo, o Sindicato Rural juntamente com os órgãos públicos e privados do município, são responsáveis pelo evento “Encontro de Campeões em Touro” no mês de julho e pela realização da “Exposição Agroindustrial e Comercial – Expojá” no mês de setembro. A Expojá tem entrada franca e ocorrem desfiles de cavaleiros, rodeios de touros e cavalos, *show* pirotécnico, *shows* de artistas sertanejos e o rodeio regional de montaria em carneiro, uma particularidade do lugar.

As premiações do evento são disponibilizadas por comerciantes, políticos e fazendeiros do lugar. Em 2009, por exemplo, os nomes dos doadores dos prêmios apareceram no cartaz de divulgação da Expojá, juntamente com o valor doado por cada um, mostrando a relevância desses sujeitos locais na realização da festa. As forças políticas também aproveitam o espaço de comemoração para se manifestar.

Em geral, outros sujeitos sociais também são responsáveis pela realização desse tradicional evento no interior de Goiás, como peões de arena (competições de montaria),

zeladores dos animais em exposições, vendedores, donos de restaurantes, sorveteiros, pipoqueiros, montadores de infraestrutura, cantores e músicos diversos, palhaços e locutores que são os animadores, bem como outros indivíduos envolvidos direta e indiretamente com o espetáculo.



Foto 97: Monumento do Boi. Representando a força da pecuária municipal no portão de acesso principal ao Parque de Exposição da cidade de Quirinópolis. Infraestrutura construída com o apoio dos Fazendeiros da região e inaugurada em sete de outubro de 1972. Foto 98: Área de alimentação. Localizada na exposição agropecuária da cidade de Itajá em setembro de 2009. A Festa Agropecuária e do Santo Padroeiro são consideradas pelos moradores os principais eventos da cidade. Vieira Santos, J. C. 2009.

Pimentel (1997, p.47-48) cita que a ideia de organizar essa festa que lembra o passado regional, bem como a tradição tanto da montaria quanto da lida com o gado, recaiu sobre o culto ao peão de boiada, metaforizado na disputa entre o homem e o animal indômito. Essas festas tiveram sua origem, por volta de 1950, em Barretos (SP), alastrando-se posteriormente para outras regiões brasileiras, especialmente Goiás. Assim sendo, à medida que a festa foi se consolidando pelo interior do Brasil e, nesse caso, nas cidades goianas (entre elas a capital do Estado - Goiânia), mais atrações foram sendo incorporadas, algumas importadas dos festivais de rodeios norte-americanos, outras concebidas a partir dos modos de vida e cultura do sertão.

Atualmente, para funcionar a contento e diante das novas imposições, esses lugares que celebraram a cultura caipira ou rural contam com parques de diversões, praça de alimentação, arena de rodeio e shows. Esses atuais festejos são caracterizados pelas atividades comerciais urbanas consideradas não agrícolas, mas ainda estão fortemente associados às atividades pecuárias e agrícolas, pois se mantêm com a renda gerada pelo setor. Como o capital penetra

nos negócios do espaço rural com tecnologia e novos investimentos, originando o agronegócio, ele se insere também nas redes locais desta festa.

Apesar de todas as transformações recentemente ocorridas, conteúdos de ruralidade ou boiadeira ainda resistem nos festejos das pequenas cidades, como o uso do berrante que antes era tocado para reunir o gado e hoje é um atrativo do evento, bem como o chapéu e a culinária interiorana que fazem parte dos hábitos e costumes locais. Pode-se dizer que essas novas relações da festa surgiram também com a modernização do campo, ocorrida, principalmente, após a década de 1970, nas regiões do cerrado brasileiro.

Pimentel (1997, p.296) interpreta esse momento como de destruição das relações primárias e da economia de subsistência, em que os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipos tradicionais. Ainda existem, no entanto, continuidade entre o tradicional e moderno e nem um nem outro formam um todo à parte. Por outro lado, é inegável que tanto as populações das pequenas cidades do cerrado goiano como as festas de peões acompanhem essas mutações e praticamente em iguais proporções.

Como o evento costuma ser mantido pelos “Sindicatos Rurais” locais e Prefeituras Municipais que são praticamente governadas por bancadas ruralistas, as modificações causadas pelo agronegócio no meio rural operaram-se nos festejos do setor, principalmente nos espaços urbanos, onde estão as residências desses sujeitos envolvidos, ou seja, os grandes proprietários de terras.

No cotidiano dos espaços dessas festas e das pequenas cidades que compõem a microrregião quirinopolina, é comum a musicalidade caipira e a atual música sertaneja¹¹ que foram criadas “a partir daquilo que um grupo de compositores e cantores (nativos das regiões paulistas e mineiras comumente identificadas com a cultura caipira) considerava os critérios mais adequados para se marcar a autenticidade musical (PIMENTEL, 1997, p.18-19)”. Por causa desse ritmo musical, a microrregião pode ser caracterizada pelo atual agronegócio, apoiado na imagem e conteúdos de ruralidade.

Foi possível identificar a importância dessa musicalidade sertaneja nos bares, casas de *shows* (Fotos 99 e 100), restaurantes e meios de comunicação. Esse estilo musical invade os carnavais da região, provocando a “sertanejização” do carnaval, mostrando a preferência regional pelos artistas que, com seus instrumentos musicais, referenciam o “ciclo do cotidiano

¹¹ Sabe-se que existe uma ampla discussão dos conceitos caipira e sertanejo, que trata justamente a diferenciação desses estilos, mas optamos por não discuti-los, visto não ser objetivo central desta tese, embora haja clareza da importância delas na investigação do regional e lugares do interior de Goiás.

caipira” e os modos de vida, os ritmos e os valores das humanidades desta parte do cerrado goiano. Para Pimentel (1997, p.297):

A Festa do Peão, assim como das músicas caipiras e sertaneja, pode se reconhecer a importância exercida por iniciativas culturais que visam dar concretude a uma certa ideia de pertencimento a uma sociedade rural/sertaneja que não precisa de travestir-se de características urbanas para ser dinâmica e moderna. Examinadas a partir do alto valor que outorgam tanto ao dinamismo e à modernidade quanto à tradição rural/sertaneja, pode-se dizer que essas iniciativas culturais desautorizam o entendimento de que o único dinamismo possível seja a mudança do rural em direção ao urbano (PIMENTEL, 1997, p.297).



Foto 99: Casa de *shows* sertanejos na cidade de Paranaiguara. É comum nas pequenas cidades do Baixo Paranaíba Goiano a existência de pequenas casas de shows voltadas para o gênero musical sertanejo. Foto 100: Casa de *Show* em festa agropecuária. Ambiente encontrado no parque de exposições de Quirinópolis, espaço voltado à musicalidade sertaneja e utilizando a toponímia norte americana *Cowboy*. Vieira Santos, J. C. 2010.

Essas musicalidades e festas integram culturalmente a microrregião quirinopolina, incorporando a esse contexto outros elementos do lugar como a culinária e os festejos religiosos, apresentando as comunidades como parte de um mesmo compartimento cultural e expressando suas identidades regionais por meio dos modos de vida e valores formadores das famílias do interior de Goiás; essas misturas ampliam os atrativos do evento.

Na pesquisa de campo, constatamos, em todos os municípios, a realização das festas agropecuárias, porém esses eventos que ocorrem todos os anos no calendário regional, não são capazes de identificar, gerar um projeto regional comum e nem uma ação coletiva que busque estimular e dar partida a uma rede de municípios que promova o turismo regionalmente.

As relações estabelecidas entre os envolvidos com o turismo, na margem direita do rio Paranaíba, são caracterizadas por situações locais, definindo a permanência de um processo de disputa entre núcleos urbanos. Dessa forma, os municípios se vêm preocupados apenas em mostrar quem realiza a melhor festa, colocando-se na contramão do movimento colaborativo apresentado pelo projeto estatal de “Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil)”.

3.3.1.2. Carnaval sertanejo: uma particularidade do lugar que merece destaque

As festas carnavalescas são realizadas especialmente nos municípios de São Simão (Fotos 101 e 102), Quirinópolis, Itarumã e Lagoa Santa. Utilizam os espaços públicos destinados ao lazer como a praia artificial sãosimonense, os lagos Sol Poente, Parque Municipal Natural Antônio Bento de Camargo e Dona Júlia, e a praça central de Lagoa Santa. Os sujeitos locais envolvidos com esses festejos são as prefeituras municipais e os empresários ligados aos mercados turístico e rural.



Fotos 101 e 102: Praia artificial (Prefeitura Municipal de São Simão). Infraestrutura Física montada para os shows no período de carnaval na praia de São Simão. No local, existe um intenso comércio de alimentação, principalmente para atender os turistas no período noturno, quando ocorrem as apresentações musicais. Vieira Santos, J. C. 2010.

Em 1992, foi realizado o primeiro carnaval na praia artificial da cidade de São Simão e, para o evento ocorrer, foi construída uma choupana de palha e madeira. Colocaram areia e buscaram em uma cidade de Goiás um trio elétrico. Os primeiros participantes da festividade foram cidadãos locais e de cidades próximas, porém como destaca o entrevistado “veio apenas algumas pessoas conhecidas de outras cidades”. Um acontecimento ainda lembrado é que a:

“A praia não foi feita e depois criado o carnaval, muita gente esquece que teve um cara que deu o ponta pé inicial pro carnaval, pra exploração do Lago, da água que tinha foi o Secretario de Esporte na época. Então, o carnaval surge assim né, sem a estrutura ainda da praia, o carnaval surge antes dessa [...], com trio elétrico, era uma coisa que ninguém via, ninguém sabia. Antes da praia ficar pronta também, o prefeito da época 1993 que inicia a estrutura fez também um bom carnaval, ele montou as barraquinhas de bambu e colocou areia ao longo do Lago e deu muita gente também. Aí foi indo, quando a praia ficou pronta mesmo já tinha um público. Participaram um pessoal de fora, mas muito pouco número, mas foi aonde vislumbrou a ideia. A questão do carnaval da praia provisória que foi criado na época, antes da praia ficar pronta teve uns 2 anos que foram feitos na praia provisória que eles falavam e aí o pessoal vinha olhava e de certo pensava vai ficar bom, e ia voltando(Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

É possível compreender que o lugar bem como os usos vieram antes do processo de urbanização e turistificação, mas já com a presença do poder público local, fato que não ocorreu entre as décadas de 1940 e 1980. No caso do exemplo citado, a presença do órgão público, em 1992, se fez por iniciativa do Secretário de Esportes de São Simão, com uma ação espontânea, sem um planejamento direcionado e sem construção de equipamentos turísticos. Essa é uma situação que exemplifica a urbanização como “um processo posterior à (e decorrente da) incorporação do lugar pelo turismo (CRUZ, 2001, p.26)”.

Os sujeitos públicos são simonenses foram os responsáveis pelo ordenamento desse lugar para o uso do turismo e de acordo com Almeida (2002, p.198) “[...] as políticas públicas implementaram a turistificação, isto é, o processo de apropriação do espaço visando a torná-lo apto às funções turísticas”. No ano de 2010, as festas de carnaval nas cidades de São Simão e Quirinópolis foram patrocinadas pela mesma empresa de bebidas dos eventos de peões. Segundo Floriano (2000, p. 17-18), durante o carnaval, a praia artificial ganha uma dinâmica diferente, pois:

[...] recebe um número tão grande de turistas, que superlotam a área de camping e espalham barracas no gramado em volta da praia, transformando sua orla numa grande colcha de retalho, devido à diversidade de cores. Nestas ocasiões, alguns moradores, através da secretaria de turismo, alugam suas casas aos visitantes. O panorama da cidade se transforma. Suas ruas e avenidas são tomadas pelos visitantes com seus carros, exageradamente equipados com aparelhagens de som (FLORIANO, 2000, p.17-18).

O ritmo musical do carnaval organizado pelos sujeitos desse interior de Goiás não recria e nem resgata os movimentos do original carnaval brasileiro, com as tradicionais marchinhas e sambas cantados por Noel Rosa, Cartola, Ary Barroso e Lamartine Babo. Essa festa popular nacional que acontece antes do início da quaresma ganha, durante seus quatro dias de festejos, influências interioranas e de outras regiões do país, exprimindo uma musicalidade que associa o axé baiano com o sertanejo e o pagode, *funk*, forró e a música caipira. A mistura do sertanejo com o axé é denominado durante o carnaval de “Micareta Sertaneja ou Sertanejo Elétrico”. Ocorre assim, uma “sertanejização”¹² dessa festa.

Essas rupturas com o tradicional são provocadas por uma necessidade de atender as demandas da multidão, ampliando assim os atrativos do carnaval regional. Isso significa que as mudanças juntam os diferentes num mesmo espaço, mas como indivíduos separados. Do ponto de vista do atrativo, os organizadores agem para gerar atratividade turística. Para vender o espetáculo e atrair um número maior de visitantes, faz-se necessário inserir vários estilos musicais.

Segundo Yázigi (1998, p.132), essa é a personalidade do lugar que merece destaque, pois ela se define com a participação social e se formaliza com leis ou normas que relacionam a identidade espacial. Ter identidade local ou regional significa ser diferenciado ou parecido consigo mesmo. A diferenciação se dá antes de tudo pela historicidade do lugar que se manifesta ainda hoje.

A inserção das músicas sertaneja e caipira, nesse momento festivo, foi um dos aspectos mais interessantes encontrados durante os trabalhos de campo, pois apresentou elementos que transformam e diferenciam o espetáculo local do vivenciado em cidades como o Rio de Janeiro, que é uma referência da cultura carnavalesca no Brasil. O carnaval com essa mistura musical caracteriza uma nova dinâmica que mistura estilos que sempre estiveram presentes em compartimentos culturais distintos.

A partir da rede social local, a realização do carnaval reúne diversos moradores do lugar que participam do festejo com suas barracas para vender alimentos aos visitantes. A convite de outros moradores que apenas participam da festa como forma de lazer, muitos filhos da terra, que moram em outras cidades, passaram a retornar com o objetivo de participar das festividades realizadas na praia artificial de São Simão e em outros espaços públicos da

¹² O termo “Sertanejização” é uma definição nossa, pois se trata da inserção da musicalidade sertaneja no carnaval de várias cidades do Cerrado. Para Pimentel (1997, p. 219), como a música caipira a música sertaneja que construiu e inventou uma tradição também se refere a um personagem e a um lugar. O personagem é o sertanejo e o lugar é o sertão. Esse estilo musical possui uma melodia simples e, em grande parte, cantada em duas vozes, e tradicionalmente utiliza instrumentos como a viola, violão e sanfona. Atualmente são inseridos outros arranjos musicais e com diferentes instrumentos, como: bateria, teclado, guitarras, entre outros.

região. Essas festas representam, também, o momento para reencontrar familiares e antigos/amigos.

Porém, diferentemente de outras festas regionais, como as festas de peões e festivais gastronômicos, segundo os sujeitos inseridos nessas redes locais de festas, o carnaval apresenta as tramas políticas municipais:

“O Carnaval daqui é assim o guardinha quer uma barraquinha pra vender cerveja no carnaval, lá vai a Prefeitura, porque o rapaz votou no prefeito, pega a barraquinha põe lá com ponto de água, luz, energia, sem alvará pro vinho que votou. Então isso aí só onera, intendeu? E às vezes deixando a iniciativa privada tocar um camarote, tocar um, tudo a Prefeitura tem envolvimento, tudo o prefeito tem que ajudar é muito custoso. Mesmo assim, no carnaval, o turista vem em peso mesmo, de Iturama, Ituiutaba, Uberlândia, Rio Verde, Santa Vitória, Pirenópolis, Quirinópolis, Goiânia, Brasília, Mineiros, Jataí, gente demais! A gente tentou desonerar o carnaval esse ano, mas se ocê vê os e-mails que o prefeito recebia rapaz do céu! O povo não ajuda, antes de fazer isso teria que reunir na Câmara fazer tipo uma audiência, o carnaval aqui já merece uma audiência pública entendeu, pra você mostrar pro comerciante pra ele na rua te defender, se não o povo mata o prefeito! (Entrevista Padronizada (Trabalho de Campo), setembro de 2009)”.

Essas questões permitem uma análise dos festejos carnavalescos realizados na praia artificial de São Simão, discutindo-se as obrigações do poder público e sua relação com a comunidade por meio do voto recebido. As atividades comerciais da vida cotidiana desenvolvem-se baseadas no apoio político, para um cidadão do lugar conseguir um estabelecimento comercial a custo zero durante o evento, basta ter votado no atual prefeito, elementos que rodeiam a mais sórdida pobreza da política interiorana, não construindo uma cidadania plena e muito menos contribuindo com as condições socioeconômicas da região.

Nesse contexto, os órgãos públicos de turismo das pequenas cidades da microrregião de Quirinópolis assumiram o papel de promotores dos eventos como as festas de peões, carnavais e festivais gastronômicos. Essa preocupação tem sido cada vez mais crescente. As prefeituras têm injetado recursos arrecadados com o pagamento de impostos dos contribuintes na promoção destas festas e, ao mesmo tempo, buscando parcerias com empresários locais.

Recentemente parte dos *shows* dos eventos carnavalescos, gastronômicos e pecuários é financiada com os recursos do Ministério do Turismo. O órgão federal disponibiliza verbas para o pagamento de artistas que realizam os *shows* musicais e, assim, os sujeitos públicos locais aproveitam para contratar nomes de abrangência nacional, provocando o aumento do fluxo de visitantes durante os dias de evento. São esses aspectos que demonstram o confinamento das ações estatais, não incorporando outros elementos que dão densidade regional.

3.3.1.3. Festivais gastronômicos de Quirinópolis e São Simão: do pescado à chica doida

Os dois principais eventos gastronômicos realizados pelos sujeitos locais são caracterizados por algumas diferenças, constatadas principalmente nas especializações dos pratos que tematizam as festas. Na cidade de Quirinópolis, o prato principal é denominado de “Chica Doida” e em São Simão, a culinária é a base de “peixe”. O Festival Gastronômico, Esportivo e Cultural (Fotos 103 e 104), da cidade de São Simão ocorre durante a Semana Santa e, em 2010, foi realizada a sua quinta edição no espaço da praia artificial.



Foto 103: Festival Gastronômico de São Simão. Estrutura Física para os Shows, semelhante à infraestrutura da festa de Carnaval. Durante o evento há apresentações musicais sertanejas e populares românticos de artistas nacionais e regionais. Foto 104: Artesanato local. Comercializado durante o festival gastronômico, fato que não ocorre nas outras festas (Peão e Carnaval) desenvolvidas no município. Vieira Santos, J. C. 2010.

Na rede social local, os colaboradores do evento são: prefeitura municipal e seu órgão municipal de turismo, artesãos e empresários ligados ao mercado turístico. Segundo o relato a seguir, esses sujeitos locais estão sempre mais articulados e envolvidos com as festas de peões e festival gastronômico do que com os festejos de carnaval:

“Esses eventos que têm sido realizados aí, o movimento, incremento financeiro, que gera é muito grande, é muito diferente do dia a dia, né? Hotéis, restaurantes entram assim no Festival Gastronômico, no Rodeio tudo tem a colaboração deles, no Carnaval já não tem, a Prefeitura banca sozinha. Nos rodeios tem o apoio de quase 100% de comércio, que tem envolvimento turístico, que é do segmento turístico (Entrevista Padronizada (Trabalho de Campo), setembro de 2009)”.

O relato indica um interesse maior da rede social local pelas festas que simbolizam o meio rural e que estão diretamente ligadas à vida cotidiana desses municípios. Especialmente no

caso da culinária regional, pois ela nos remete à formação de costumes e tradições que foram se desenvolvendo com a chegada dos primeiros habitantes, tornando-se atualmente um atrativo turístico do Baixo Paranaíba Goiano. Vale destacar, que esse patrimônio do interior goiano é tradição de antigos moradores e, por isso, o poder público e mercado local têm se encarregado de colocá-lo à disposição dos visitantes. Segundo os gestores públicos:

“No festival gastronômico os restaurantes, por exemplo, é tudo eles que dão, por exemplo, arroz, o que eles vendem, é eles que compram e ganham o lucro em cima daquilo ali. A Prefeitura ajuda assim, banca essas coisas, põe pra comer lá, ajuda muito também, mas assim em vista dos outros que, vamos supor que eles entram com 30%, os outros não entram com nada, é 100% público. O único evento que eu tô te falando que traz divisa e receita mesmo, a cada R\$ 1,00 real que o município gasta vem R\$3,00 real é o Gastronômico (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

No evento sãosimonense, ocorre o comércio de outras comidas típicas da microrregião quirinopolina, de diferentes lugares do Brasil e exterior, não é caracterizado apenas pelo prato principal a base de peixe, refeição que fortalece a proximidade e noção de herança que essa pequena cidade tem com o rio Paranaíba, recurso hídrico responsável por ordenar determinadas práticas econômicas, sociais e culturais do lugar. Fazem parte também do “Festival Gastronômico, Esportivo e Cultural” campeonatos de *mountain bike*, *jet ski* e o Goiano de *MotoCross*. Segundo sujeitos locais:

“São menos turistas no evento gastronômico, mas a cidade movimenta muito mais no setor econômico, restaurante, do que no carnaval. Porque no carnaval muita gente desse ciclo tá dentro da área de camping, trás 1 litro de conhaque fica bêbado lá 5 dias. Rouba, briga, vai preso, nesses 5 dias do carnaval tem tudo isso, agora no gastronômico eu duvido que você vê uma pessoa na cadeia, brigando, uma pessoa bebendo conhaque pra ficar bêbada 5 dias, não existe. É outro público (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Outra importante festa gastronômica realizada na região, é o Festival Gastronômico da Chica Doida (Foto 105 e 106) que, em 2010, contou com sua segunda edição; a primeira, foi realizada em 2008. A promoção do primeiro evento teve como maior responsável a prefeitura municipal por meio da secretaria de educação e superintendência de cultura, visto que, em 2008, a cidade não possuía um órgão público de turismo.

Em 2010, criou-se a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, responsável pela segunda edição do evento. Outros representantes do lugar também ajudaram a realizar a festa, como: representantes das escolas estaduais e municipais, lideranças comunitárias, profissionais autônomos e empresários locais. Esse espaço de festa é ordenado principalmente pelas comunidades escolares, mantendo um conjunto de relações sociais com os grupos locais e exógenos, principalmente com o comércio de refeições, artesanato e atendimento nas barracas instaladas.



Foto 105: 2º Festival Gastronômico da Chica Doida. Infraestrutura montada para o evento no “Parque Cesar de Freitas” popularmente chamado de “Lago Sol Poente” na cidade de Quirinópolis. Foto 106: Comércio da Chica Doida. Vários estabelecimentos na cidade têm por tradição servir o prato chica doida, divulgando a culinária não só em cardápio, mas nas paredes dos comércios (Iniciativa do órgão público de turismo da cidade). Isso demonstra que a gastronomia não é encontrada apenas durante a festa gastronômica. Vieira Santos, J. C. 2010.

Vale salientar, porém, que, em 2009, esse festival não aconteceu por falta de recursos privados e principalmente públicos. Na realidade, deve-se levar em conta que o órgão público local (prefeitura) tem um papel fundamental no cenário interiorano brasileiro, pois sem seus investimentos, as festas municipais deixam de ocorrer.

Uma das particularidades do festival gastronômico realizado em Quirinópolis está no prato¹³ de nome exótico conhecido regionalmente como Chica Doida, particularidade de origem da Fazenda Cachoeirinha do Rio Preto, uma refeição a base de milho criado nessa propriedade agropecuária.

Essa iguaria foi registrada pela Lei de número 2.445, de 11 de junho de 2002, quando a Prefeitura Municipal de Quirinópolis instituiu a Festa Anual da Chica Doida, como forma de assegurar à cidade o título de Capital da Chica Doida, garantindo a iguaria como patrimônio cultural do lugar. Esta explícito no artigo segundo da Lei, que a municipalidade tem a responsabilidade proteger essa iguaria como manifestação popular, contando com a

¹³ Dona Petronilha Ferreira Cabral e o marido João Batista da Rocha foram os responsáveis pela criação do prato goiano (foi criado por volta de 1958), pois gostavam de reunir a família e os amigos para as pamonhadas. Conta a história que em uma dessas pamonhadas as palhas de milho acabaram e como ainda havia muita massa resolveram inventar um prato, e no contexto da literatura regional “[...] criaram a receita acrescentando à massa já temperada, queijo, lingüiça, jiló, cebola e outros condimentos e levaram ao forno para assar (STIVAL, 2008, p.19)”.

colaboração da comunidade e que o evento será realizado anualmente, durante uma semana, no período compreendido de 01 de dezembro a 22 de janeiro.

No entanto, uma nova Lei (2.708) de 12 de maio de 2008 modificou a redação da primeira alterando a data de realização do evento¹⁴ para os meses de maio, junho ou julho de cada ano, obedecendo aos critérios da Lei 2.445. Segundo Stival (2009, p. 04), o prefeito quirinopolino diz que esse prato é a marca do lugar, e o evento:

[...] movimenta e projeta a cidade sempre pronta para receber os visitantes com a hospitalidade e o tempero do que há de melhor da nossa culinária. [...] os próximos passos rumo à consolidação do prato como ícone gastronômico do município é a busca pelo registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Ministério da Cultura e a parceria com a ABRASEL e SEBRAE no projeto Caminhos do Sabor para desenvolver a competitividade em Quirinópolis na área de gastronomia, (STIVAL, 2009, p. 04).

Apesar do trabalho inicial de inserção dessa culinária como atração e sedução local, ainda são restritas as discussões sobre esse lugar do cerrado como um destino turístico, principalmente pensando nesse patrimônio imaterial. Mas é uma marca local que bem planejada pelas políticas públicas, em parceria com os diversos setores privados, poderá produzir um sentido de destino de visitação, capturando outros patrimônios culturais da municipalidade e microrregião, garantindo, sobretudo, uma maior mobilização dos grupos sociais persuadidos em desenvolver ações em torno da atividade turística.

Vários produtos regionais são comercializados durante o festival gastronômico da Chica Doida, entre eles, a farinha de milho verde, produzida de forma artesanal há mais de 30 anos por uma família na Fazenda Fortaleza do Castelo¹⁵. A farinha é produzida com o trabalho feminino, um ofício aprendido com os antigos membros da família. O produto final é também vendido na “Feira Coberta” da cidade. É sabido que, em inúmeras cidades e regiões do interior do Brasil, é comum a produção da farinha de milho seco, mas não de milho verde como ocorre no principal núcleo urbano da microrregião de Quirinópolis.

Outro atrativo do evento foi o “Armazém do Festival”, onde foi possível comprar farinha de mandioca, rapaduras, doces (Foto 107), queijos, requeijão e outras iguarias do meio rural, além do artesanato local. Nesse contexto, Stival (2008, p.19) apresenta uma outra receita comercializada na festa:

¹⁴ O lançamento de realização desse evento que ocorreu no período de 21 a 23 de maio de 2010, foi realizado durante o “Evento Salão de Turismo – Viaje Goiás (26 a 30/11/2009)” na cidade de Goiânia (STIVAL, 2009, p.04).

¹⁵ Ana Martins de Queiroz, a Dona Nenzinha, produz há mais de 30 anos a farinha de milho verde que aprendeu com a sogra [...] é uma especialidade exclusiva dessa fazendeira que produz, de forma totalmente artesanal, mais de dois mil litros por ano com a ajuda da filha que já domina o ofício (STIVAL, 2008, p.19).

O Biscoito Pagode que é feito com polvilho, escaldado em banha de porco, amassado com ovos de galinha caipira e assado em forno a lenha [...]. A quitanda era comumente servida à noite nos bailes nas fazendas e por isso leva o sugestivo nome de biscoito pagode (STIVAL, 2008, p.19).

Os dois festejos gastronômicos realizados no Parque César Freitas (2008/2010) foram caracterizados pela rusticidade das comidas típicas do lugar. Ofereceram-se oficinas de culinária, receitas direcionadas às festas juninas e a ¹⁶oficina *show* com a família dos criadores do prato Chica Doida. O setor de alimentação foi de responsabilidade das barracas escolares que também participaram de um concurso com novas versões do prato que nomeou a festa. Segundo Stival (2008, p.19):

Os festivais gastronômicos no interior do estado têm contribuído para que pessoas da comunidade revelem seu talento na arte de cozinhar apresentando receitas interessantes e até inusitadas que caem no gosto popular. Pratos que fazem parte do cotidiano da mesa podem se tornar o carro chefe da promoção ganhando mais visibilidade inclusive na mídia (STIVAL, 2008, p.19).

Dessa forma, pode-se afirmar que os visitantes que chegam aos festivais gastronômicos têm a mesma origem dos turistas das festas de peão e carnaval, porém em menor número. Outros eventos menores ligados a culinária regional são desenvolvidos pela comunidade local, principalmente nas igrejas católicas e festas religiosas, em finais de semana com o tradicional arroz com carne de galinha (Foto 108), conhecido como galinhada.

Essa iguaria é comercializada no próprio lugar e parte da renda é destinada à paróquia que realiza a festa, com a finalidade de manter sua estrutura e obras sociais. Nesse caso, é muito comum a intensa participação e envolvimento das pessoas do lugar. Em 2008, ocorreu uma única edição da Semana do Peixe, evento realizado pelos trabalhadores da pesca são-simonenses e associados à Colônia de Pescadores do Lago Azul de São Simão (GO-Z=03). Essa mobilização, porém, não se repetiu nos anos seguintes, principalmente por falta de recursos e apoio de outros setores da comunidade local.

No caso específico das festas gastronômicas realizadas, vale salientar, que existe na atualidade uma captura dos conhecimentos e habilidades antigas das pessoas que vivem nos diferentes lugares regionais. Muitos desses valores estão na memória de cada cidadão, que utiliza produtos regionais, entre eles: peixe, milho, pequi, carnes de gado, porco e galinha. Esses elementos estão relacionados às tradições históricas que foram construídas a partir de situações sociais e ambientais. Trata-se de um modo de vida que condicionou a invenção de práticas alimentares implicadas pelas relações sociais e condições físicas disponibilizadas

¹⁶ A oficina *show* é um “curso” de como fazer a chica doida, com a família criadora do prato.

pelo Bioma Cerrado. Não só nas festas gastronômicas, mas, também, nas mesas das residências e comércios de alimentação, encontram-se pratos característicos dos moradores.



Foto 107: 1º Festival Gastronômico Chica Doida. Produtos comercializados durante a festa. Foi criado durante o festival um espaço de comercialização da produção local rural e urbana. Foto 108: Pratos Regionais. Na parte direita da fotografia o prato chica doida e na esquerda, a galinha com arroz e molho de tomate com salsicha, alimentos comercializados durante o festival gastronômico em Quirinópolis. Vieira Santos, J. C. 2008.

Como exemplos, podem ser citados o frango caipira com pequi ou guariroba, carne com mandioca, caldos de milho/frango/feijão, pamonhas, farinhas, biscoitos assados e fritos (pão de queijo goiano, entre outros). É relevante destacar que a culinária mistura-se também às festas religiosas, juninas e de peões. As iguarias são comercializadas pela comunidade, que tem por tradição reunir-se durante a preparação dessas festas e pratos. Pratos, esses, que foram sofrendo adaptações, devido aos elementos e exigências da modernidade, inclusive incorporando alimentos típicos de outras culturas.

O fato é que antes desses festejos serem apropriados pelas políticas públicas de turismo local, eles eram direcionados apenas para as pessoas das comunidades e não para atender cidadãos exógenos aos lugares de acontecimento. Abdala (2007, p.163) destaca que em Minas Gerais “a cozinha constitui um dos pilares centrais, ao lado de elementos consagrados, como hospitalidade, uma ética do trabalho em silêncio e uma vocação para estabelecer o equilíbrio e a conciliação no que diz respeito à política, dentre outros”, o que pela proximidade e as características físicas encontradas no bioma cerrado não difere da realidade encontrada no interior de Goiás.

No geral, pode-se afirmar que as festas gastronômicas são heranças dos antigos modos dos sujeitos cozinham e essas foram fundamentais para as realizações das atividades que hoje são atrações do Baixo Paranaíba Goiano e, nessa organização, estão inseridas as redes locais e a presença confinada do Ministério do Turismo e Goiás Turismo no patrocínio de *shows* musicais.

3.3.2. Associações dos artesãos de Lagoa Santa e São Simão: abastecendo turistas com o saber e fazer local

São nos pequenos espaços que está a história particular de cada lugar, se “realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios (CARLOS, 1996, p.20)”, estabelecendo relações comerciais entre os sujeitos endógenos e exógenos. Portanto, nas últimas décadas, outras iniciativas surgiram no contexto regional. Fortalecendo as redes locais, e relacionadas a esse processo estão os artesãos dos lugares, que tiveram suas atividades transformadas em mercadoria, criando, nessas paisagens, novos espaços voltados para a comercialização, principalmente nos pequenos espaços urbanos.

As casas de artesanatos surgiram de um compromisso assumido pelas gestões municipais em parceria com os trabalhadores artesãos. Dessa forma, em 2009, criou-se a Associação dos Artesãos de São Simão (Fotos 109 e 110), que tem seu espaço físico cedido pela prefeitura municipal. Conforme informações dos associados:

“O que nós não temos na região é pessoas que fazem aquele trabalho com algodão, por exemplo, aquelas coisas antigas do tear aqui na região nós não conhecemos ninguém que faz esse trabalho. Nós temos conversado o seguinte, os produtos feitos manualmente vai tá [...]. As pessoas vão está expondo junto com a gente, por exemplo a rapadura, um doce, a cachaça, nós temos inclusive em Itaguaçu que é distrito daqui, pessoal que fabrica a cachaça. Tem outras pessoas que fazem tipo o polvilho, a farinha que não é industrializado (Pesquisa informal realizada durante o Trabalho de Campo com os associados da casa do artesão de São Simão, setembro de 2009)”.

Com o avanço e dinamismo da atividade turística, em pequenas cidades como Lagoa Santa e São Simão, esses novos espaços de exposição artesanal constituíram-se ao longo das vias urbanas de maior circulação dos visitantes. Recentemente, os cidadãos envolvidos com essas associações destacaram que a presença dos turistas permite a existência do trabalho artesanal.

“A gente percebe o seguinte, que há um fluxo grande de turistas e a gente tem percebido o seguinte, esses turistas eles vem na cidade ele que levá alguma coisa

da cidade, uma lembrança, alguma coisa de São Simão. E nós temos algumas lojas, mais que não tem nada específico do artesanato de São Simão, né? Então pensando nisso a gente pensou em reunir essas pessoas que fazem seus trabalhos, né? E a gente discutiu nas primeiras reuniões de melhorar a qualidade, ou seja, agregar valores aos seus produtos. Pra muitas pessoas vai ser um complemento da renda, pra outras pessoas vai ser a renda mesmo da pessoa, pois sobrevive do artesanato, das coisas que eles produzem, né? Então devido o número de turistas que vem na cidade, procura alguma coisa de São Simão, é que a gente pensou na possibilidade de montar e fazer a associação e cobrar das pessoas no intuito de nos ajudar a montar um espaço pra ta vendendo (Pesquisa informal realizada durante o Trabalho de Campo com os associados da casa do artesão de São Simão, setembro de 2009)”.



Foto 109 e 110: Casa do Artesanato de São Simão. Essa associação conta atualmente com trinta e seis associados que comercializam no local o artesanato de bambu, cabaça, colchas de retalho, bordados, potes e vasos com barro utilizados nas olarias. Vieira Santos, J.C. 2010.

O que se tem observado é que as políticas públicas locais apoiam essas criações, reunindo e controlando as manifestações do povo no lugar sob a forma de mercadoria, como ocorre nos mercados municipais e feiras de eventos em outras regiões do Brasil e Algarve em Portugal. Isso indica que, no interior do Brasil e na microrregião quirinopolina, de alguma forma, os sujeitos do lugar inseridos na região se comunicam, se organizam e estabelecem relações com as políticas públicas.

Em Lagoa Santa, criou-se a Casa do Artesão (Foto 111), que funciona num prédio cedido pela prefeitura municipal, onde são comercializados (Foto 112) trabalhos como bordados, pinturas, crochê, jornal, cabaça, madeira, telhas, vidros e potes, esses últimos produzidos nas olarias do município vizinho de Itajá. Essas olarias do Baixo Paranaíba são “lugares extremamente singelos, sem atrativos especiais, que acabam por despertar interesse,

justamente pela singeleza (YÁZIGI, 1998, p.42)”, materializada no seu artesanato que demonstra o valor do saber fazer regional. De acordo com os artesãos do lugar, a existência do espaço está assimilada ao visitante e à parceria com o órgão público local.

“A casa do artesão é da prefeitura, aí o pessoal da comunidade faz o trabalho, aí traz pão aqui e a gente vende. Se a prefeitura não ajudar não tem como não virá. Se não fosse a prefeitura e o turismo não tem como. Por isso aqui fica aberto todos os dias, mas o dia que tem mais turistas é nos finais de semana e feriados. Os turistas sempre que passam vem aqui, levam uma lembrancinha da cidade (Pesquisa informal realizada durante o Trabalho de Campo com os associados da casa do artesão de Lagoa Santa, outubro de 2009)”.



Foto 111: Casa do Artesão de Lagoa Santa. Comércio de artesanato produzido nas olarias da região da Fumaça no município vizinho de Itajá, pois, no município de Lagoa Santa, não existem áreas produtoras desse tipo de trabalho manual. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 112: Salas comerciais. Localizadas na portaria da lagoa de águas quentes, onde também é possível encontrar o artesanato local. Espacialidade construída e sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. Vieira Santos, J. C. 2010.

As experiências e exemplos apresentados mostram as transformações estruturais dos espaços em lugares turísticos, especificamente patrocinados por iniciativas e articulações com o setor público local. Essas são responsáveis pela ampliação das atividades de turismo na última década do século XX e nesta primeira década do século XXI, porém sem estabelecer metas ou criar projetos que fortaleçam essas parcerias, bem como a continuidade dos trabalhos iniciados principalmente pelas gestões municipais, independentes de siglas ou alianças partidárias. São necessários planejamentos voltados para as atividades turísticas, buscando raciocinar em termos definidos sobre o setor, como ele deverá chegar à posição que os administradores públicos almejam, combatendo os riscos possíveis e tirando partido das vantagens previsíveis (BENI, 2003, p.110).

Os casos citados indicam que os sujeitos locais se organizam territorialmente e que as políticas públicas atuam na criação das casas de artesanatos. Temos também uma proposta de fazer turístico que tem a ver com esse Estado local, mostrando que na microrregião existem forças políticas sensibilizadas e persuadidas em divulgar as diversas manifestações do povo, presentes não só no artesanato, mas na gastronomia, festas de peões e carnaval sertanejo. E ainda, podem se inserir como parte dessas redes locais, outros eventos como as festas dos santos padroeiros.

3.3.3. Festas, eventos e sujeitos com raízes e pertencimentos: outras densidades

Devem ser ressaltadas, também outras densidades, no Baixo Paranaíba Goiano, os festejos religiosos que na contramão de outras festas como, por exemplo, os Festivais Gastronômicos, Festas de Peões e Carnaval valorizados por turistas de outras regiões, têm seus visitantes e participantes oriundos basicamente do local. São pessoas que possuem suas raízes e pertencimentos com o lugar, participam ativamente de todos os momentos dos eventos, desde a sua preparação até a sua espetacularização.

Segundo Santos et al (2005, p. 101), os entrelaçamentos entre as pessoas que participam das festividades religiosas deriva não somente de suas identidades, nutridas pelos lugares, mas, também dos novos interesses e necessidades sociais. As festas, em seus ritos e rituais mesclados de religiosidade e devoção, promovem rezas e novenas, manifestando sentimento das populações. Mas isso não significa que as participações dos sujeitos sociais públicos não existam e, muitas vezes, eles aparecem por meio de doações particulares, em nome de deputados, prefeitos, vereadores e secretários públicos. Por isso, os investimentos públicos são menores ou simplesmente individualizados, chegando sob a forma de pequenos recursos investidos, demonstrando a falta de políticas públicas e valorização cultural desses festejos.

Durante as celebrações dos Santos Padroeiros, ocorrem carreatas, cavalgadas, leilões de prendas doadas pela comunidade, missas tradicionais e sertanejas, novenas, quermesses, almoços das comunidades urbanas e rurais, benção de automóveis, passeios ciclísticos, alvoradas com banda musical, cavalgada da padroeira (o), procissões, *shows* e leilões de animais e prendas. Os festejos das padroeiras são mais visitados pelos sujeitos do lugar e contam com maior envolvimento dessas comunidades, como relata um morador da cidade de Itarumã:

“Todo mundo de Itarumã participa da festa de São Sebastião, que tem muita comida e acontece também as missas. Essas pessoas também ajuda o Padre a fazer a festa. Aqui os fazendeiros doa novilha, bezerra e leitoa para o leilão, e tem também frango assado, bolo e outros alimentos que a população doa. Vem muita gente de fora para participar da homenagem a São Sebastião, e a praça da igreja e o salão paroquial fica cheio de gente (Relato pesquisa informal de campo, 2009)”.

Nos municípios da microrregião de Quirinópolis, podem ser destacadas as festas (Quadro 05) de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Abadia, São João Batista, São Sebastião (Foto 113), São Simão, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora Imaculada Conceição e Nossa Senhora de Lourdes. Na cidade de Itajá¹⁷, os festejos do padroeiro São João Batista foram considerados pelos moradores, o principal evento da cidade que ocorre no dia 24 de junho. Para as pessoas do lugar, nem a festa agropecuária mobiliza mais a comunidade, como ocorre nos dias de festejo do santo padroeiro. Durante esse momento, são montadas as barraquinhas para venda de bebidas e comidas típicas do cerrado e de outras regiões, são realizados os leilões e a típica queimada da fogueira.

Entre outros eventos a serem destacados nos municípios do Baixo Paranaíba Goiano, estão: a festa ACAI (Associação Cantinhos dos Amigos de Itarumã), com barracas de comidas que servem pastéis, cachorros quentes, salgados, caldos e o prato regional chica doida. Há também as barracas de pescaria de prendas, leilões de prendas, forró, *shows* musicais e, no último dia, no encerramento, acontece o almoço beneficente e bingo.

Na cidade de Paranaiguara, é tradição a Festa da Liberdade (Foto 114) que acontece todos os anos no mês de maio, na semana em que se comemora o dia da abolição da escravatura. Durante essa festividade, acontecem desfiles, apresentações de artistas regionais e locais, palestras educativas, entre outras atividades. Em novembro de 2009, aconteceu o Primeiro Encontro de Pesca Esportiva em São Simão, com o apoio da iniciativa privada local, Câmara Municipal e Secretaria Municipal de Turismo e, dentro desse evento, ocorreu também o “Torneio Mirim de Pesca de Tilápia”.

Festas tradicionais ainda marcam os calendários dos pequenos espaços urbanos e rurais, entre elas estão as festas de Santos Reis, uma das mais praticadas pelas comunidades da microrregião. Segundo Santos et al (2005, p.102), “os Santos Reis fazem parte da religiosidade popular brasileira e são lembrados em várias festas em seu louvor. Essa tradição não é reconhecida pela igreja Católica, mas é muito valorizada pela fé e devoção de quem faz e participa dos festejos e homenagens”.

¹⁷ No mês de setembro, acontecia na cidade de Itajá, a Festa da Primavera, mas por falta de recursos públicos, não vem ocorrendo nos últimos anos.

Quadro 05: Santos Padroeiros dos Municípios do Baixo Paranaíba Goiano

SANTOS PADROEIROS	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS								
	NOSSA SENHORA APARECIDA	NOSSA SENHORA DA SÃO SIMÃO	SÃO JOÃO BATISTA	NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO	SÃO SEBASTIÃO	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	N. S. DE LOURDES / ITAGUAÇU	N. S. APARECIDA / DENISLÓPOLIS	
1. Cachoeira Alta		X							
2. Caçu						X			
3. Gouvelândia			X						
4. Itajá			X						
5. Itarumã					X				
6. Lagoa Santa	X								
7. Paranaiguara				X					
8. Quirinópolis		X						X	
9. São Simão			X				X		

Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010. Atrativos levantados durante os trabalhos de Campo.

Em seu relato, um dos festeiros mostra o envolvimento da comunidade e poder público:

“Em Quirinópolis, na Pedra Lisa, na venda do José Major, durante a festa de Reis, dá muita gente, o prefeito ajuda e todo mundo ajuda. Na região, tem bons cozinheiro. Na região mata muita vaca, leitoa, frango, tudo é pra festa. Se a pessoa quisé comi a noite inteira (Relato pesquisa informal de campo, 2009)”.

Entre outros ciclos comemorativos, estão a Catira, a festa de ano novo na praça pública da cidade de Lagoa Santa e as festas Juninas. A principal festa junina da região ocorre na mesma data do Festival Gastronômico da Chica Doida, denominado de Arraiá do Povo (Foto 115) que conta com a participação das Escolas de Ensinos Fundamental e Médio – Municipal e Estadual.

As festas ou bailes rurais continuam existindo no Baixo Paranaíba Goiano. A mais conhecida ocorre na região da Pedra Lisa, no município de Quirinópolis, local nas margens da rodovia (GO-164) que liga as cidades de São Simão e Paranaiguara. No lugar, existe uma lanchonete, casa de *show* e uma pamonharia, e esse espaço foi construído em 2004. É conhecido regionalmente como Casa de *Show* do Vaca ou simplesmente Vaca, funcionando quinzenalmente.



Foto 113: Salão Paroquial ao lado da Igreja de São Sebastião. Espaço de realização do festejo em devoção ao Santo padroeiro de Itarumã, no lugar existe a área de confraternização ou da festa, cozinha e banheiros. Outro espaço bastante utilizado pelos festeiros é a praça em frente à Igreja e Salão. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 114: Trabalhos artesanais e pinturas dos moradores de Paranaiguara. Arte comercializada durante a Festa da Liberdade no ano de 2010. A Festa da Liberdade foi criada pelo Sr. Antônio Paulino de Araújo, em 13 de Maio de 1970. Até o ano de 1982 era realizada apenas no dia 13 de Maio, onde as apresentações eram feitas em cima de um caminhão de forma simples. Após esse período, o evento ganhou projeção municipal e interesse político, passando a ser realizada por dez dias, e atualmente vem ocorrendo na praça da rodoviária. Da sua origem aos dias atuais, esse evento sofre grandes mudanças, mas continua sendo um momento importante para a comunidade local. Vieira Santos, J. C. 2010.

O entrevistado, caracteriza a festa no Vaca, o lugar e o comparecimento dos visitantes:

“As pessoas que participa das festas, muitas é de Quirinópolis, Paranaiguara, tem o povo de Rio Verde, a maioria ali dos ranchos, tudo tá indo lá festejá a gente. Lá a gente faiz um forró, que puxa muito pro lado desses forrozão. Que antigamente fazia muito nas fazenda, então aí as fazenda parou de fazer e a gente faiz lá e a turma aparece lá e dança. A gente trabalha muito com refrigerante e cerveja em lata, muita comida: caldos de milho e feijão, porções de peixe e frango. Os baile são feitos uma vez ou duas por meis. É divulgado na rádio em Quirinópolis e com o povo que vai comentando (Pesquisa informal realizada durante o Trabalho de Campo no município de Quirinópolis, novembro de 2009)”.

A casa de Show do Vaca (Foto 116) é uma reinvenção dos forrós que ocorriam nos espaços rurais desse interior de Goiás e principalmente da tradição festeira da região da Pedra Lisa. Na década de 1980, já existiam bailes numa estrutura de madeira na venda Beira Rio, distante 200 metros do atual espaço de diversão e entretenimento. Atualmente ainda se realizam festas, na venda, principalmente nas datas em que não ocorrem os festejos na moderna estrutura rural.

Esse novo empreendimento surgiu com investimentos privados. Segundo o proprietário, o estabelecimento é uma obra isolada, de interesse particular e em descontinuidade com

qualquer política pública de turismo local, estadual e nacional. É um projeto pessoal desenvolvido paralelamente às hierarquias estatais. Para o caso da área de estudo, esse fato não significa uma oposição às redes sociais locais.



Foto 115. Infraestrutura da Festa Junina. Montada pela Prefeitura Municipal, durante o 1º Festival Gastronômico da Chica Doida, em parceria com as escolas públicas quirinopolina, para a realização da festa junina Arraiá do Povo. Foto 116: Casa de *Show*. Localizada na região da Pedra Lisa no município de Quirinópolis, espaço frequentado por visitantes das áreas de lazer (segunda residência) no entorno do lago da hidrelétrica de São Simão e por moradores das cidades vizinhas ao município quirinopolino. Vieira Santos, J. C. 2008.

Todos os eventos apresentados, festas de peões, carnavais, festivais gastronômicos, celebrações de Santos Padroeiros, entre outros, promovem os conjuntos de lugares encontrados e, por isso, parte desses momentos integram nas redes sociais locais de turismo, da Goiás Turismo e Ministério do Turismo. Porém, é importante lembrar que os principais entrelaçamentos regionais ainda estão na comunicação entre o Estado com base local e os lugares e, não, com os órgãos estadual e federal de turismo.

3.4. FORMAS DE SINALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS LUGARES TURÍSTICOS

Para divulgação desses eventos, os sujeitos locais utilizam os meios de comunicação existentes nos municípios e nas cidades como Rio Verde e Goiânia que chegam à

microrregião, como rádios AM e FM, imprensa escrita, canais de televisão, *folders*, cartazes, faixas (Foto 117), placas de sinalização, *outdoors* (Foto 118), *sites* das prefeituras municipais e principalmente os espaços das secretarias de turismo e centros de atendimento aos turistas.



Foto 117: Faixa da Secretaria de Turismo de Caçu. Material mostrando que o órgão público apoia os eventos da cidade, confirmando que nos lugares existe uma rede social. Faixa exposta na praça Joaquim Rodrigues (Inaugurada em 10 de setembro de 2004). Foto 118: Divulgação das águas termais de Lagoa Santa. Placa na rodovia estadual de acesso a Itajá (GO), Cassilândia (MS) e Estado de São Paulo. Vieira Santos, J. C. 2010.

Segundo os entrevistados, as principais regiões emissoras de turistas para os eventos como o carnaval e festivais gastronômicos e para o principal atrativo - as águas quentes de Lagoa Santa - são das cidades goianas como Goiânia, Itumbiara, Rio Verde e Jataí. Do Estado de Minas Gerais, os turistas vêm principalmente de Uberlândia e Ituiutaba; do Estado de São Paulo vêm de São José do Rio Preto e Santa Fé do Sul e do Estado do Mato Grosso do Sul, dos espaços urbanos de Paranaíba e Cassilândia (Quadro 06).

Todas as cidades responsáveis pela emissão dos principais visitantes estão localizadas em torno de trezentos e quatrocentos quilômetros da microrregião de Quirinópolis. A figura 06 mostra essa área emissora para cidade de Lagoa Santa, podendo-se destacar ainda que os visitantes que chegam a São Simão estão nesse raio de abrangência, porém limitando-se aos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Essas promoções mostram que os órgãos públicos e privados locais assumiram o papel de divulgação em áreas próximas, mas não existem articulações dos sujeitos regionais para uma promoção nacional por meio de operadoras nacionais de turismo, da Embratur e Ministério do Turismo. De acordo com o relato de um gestor público, são as festas que divulgam e atraem

turistas para as cidades do Baixo Paranaíba Goiano que não possuem um atrativo com águas quentes como a cidade de Lagoa Santa:

“As festas foi quem divulgou São Simão mesmo, de boca a boca, o cara vem no evento conta pro outro, ele volta aqui traz dois. O Festival Gastronômico iniciou com muito pouco público, mas quem veio voltou e trouxe dois. No outro ano, assim sucessivamente, os três que vinha cada um trazia dois e foi (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

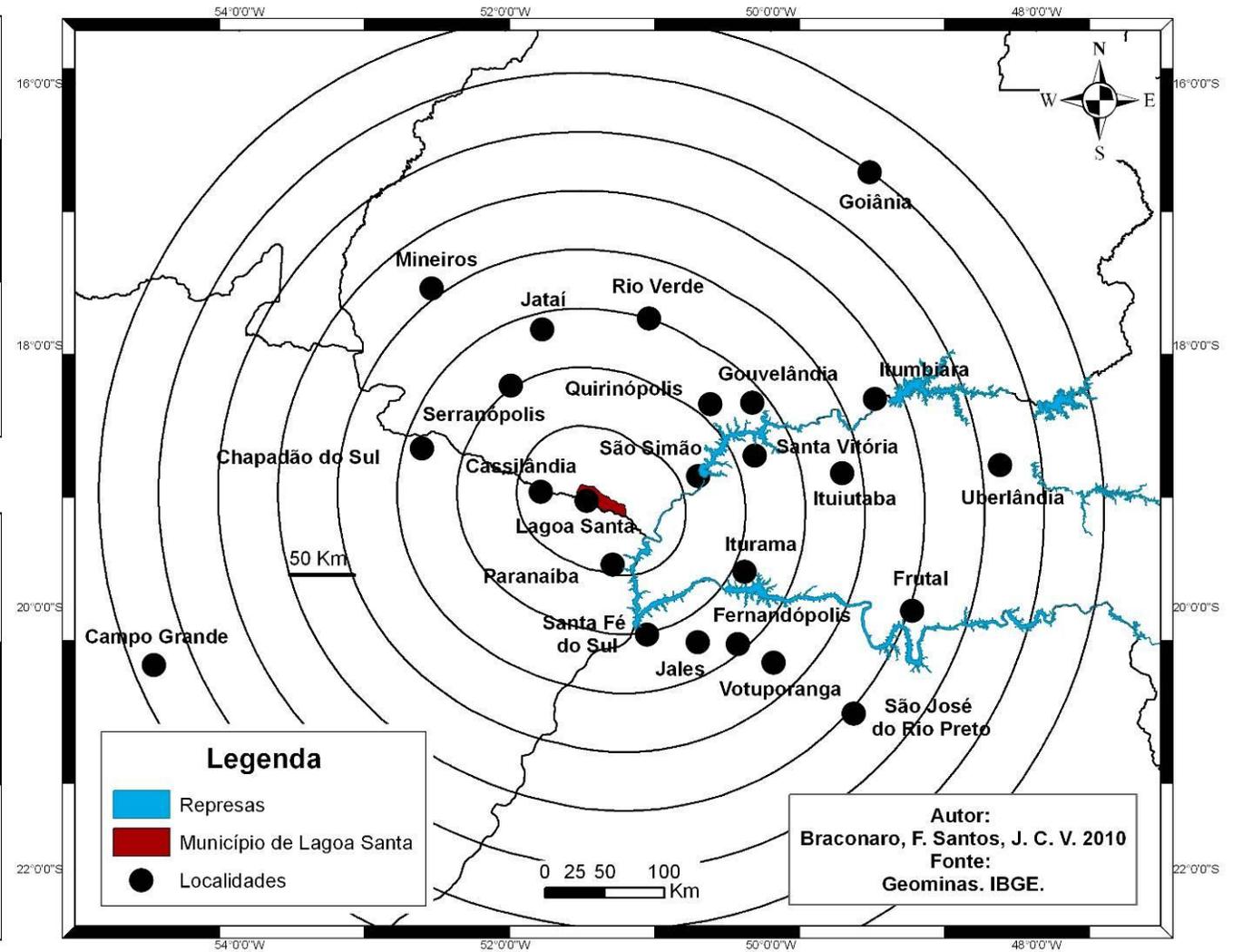
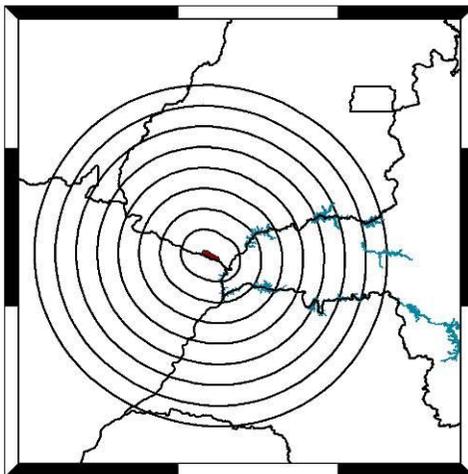
Quadro 06: Cidade de Origem dos Turistas que chegam ao Baixo Paranaíba Goiano

CIDADE EMISSORA DE TURISTA PARA O BAIXO VALE PARANAÍBA	ESTADO	PRINCIPAIS CIDADES DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS BUSCADAS PELOS TURISTAS	DISTÂNCIA PERCORRIDA
Goiânia	Goiás	Lagoa Santa	420 km
Rio Verde	Goiás	Lagoa Santa	209 km
Jataí	Goiás	Lagoa Santa	225 km
Paranaíba	Mato Grosso do Sul	Lagoa Santa	104 km
Aparecida do Taboado	Mato Grosso do Sul	Lagoa Santa	157 km
Cassilândia	Mato Grosso do Sul	Lagoa Santa	46 km
Santa Fé do Sul	São Paulo	Lagoa Santa	186 Km
Jales	São Paulo	Lagoa Santa	226 Km
São José do Rio Preto	São Paulo	Lagoa Santa	344 Km
Santa Vitória	Minas Gerais	Lagoa Santa	264 Km
Ituiutaba	Minas Gerais	Lagoa Santa	333 Km
Uberlândia	Minas Gerais	Lagoa Santa	472 Km
Iturama	Minas Gerais	Lagoa Santa	228 Km
Goiânia	Goiás	São Simão	363 km
Rio Verde	Goiás	São Simão	190 km
Jataí	Goiás	São Simão	200 km
Ituiutaba	Minas Gerais	São Simão	130 Km
Uberlândia	Minas Gerais	São Simão	270 Km

Fonte: Guia Quatro Rodas – Brasil – Mapa Rodoviário. Organização: Vieira Santos, J. C. 2010.

Os visitantes são importantes para a divulgação dos atrativos regionais, bem como os laços de parentescos e amizades, pois a presença dos turistas também se faz pelos aspectos da consanguinidade. Outra forma de divulgação dos lugares turísticos está na sinalização, porém, turistas que viajam ao longo das rodovias na microrregião quirinopolina e até mesmo que se deslocam nas vias urbanas, não encontram muitas placas (Fotos 119 e 120) de lugares turísticos, no padrão estabelecido pelo Ministério do Turismo do Brasil. O que ocorre é a existência de poucas placas de informação, orientação e facilitação do acesso dos visitantes.

CIDADES EMISSORAS DE TURISTAS À LAGOA SANTA



No interior do Brasil, são poucos os sistemas de sinalização viária que utilizam linhas, marcações, símbolos em placas de cor marrom com desenhos representativos (pictogramas) dos lugares de visitação. A sinalização turística rodoviária de regiões, destinos, roteiros e circuitos, proposta pelo Ministério do Turismo, tem como finalidade motivar não só os turistas, mas a população local e regional a visitar os diversos e diferentes atrativos existentes nos lugares que formam as regiões consideradas turísticas.

Há que se ressaltar, que a sinalização turística padrão poderia evitar os disparates de comunicação que não atraem visitantes, por falta de confiabilidade e deficiência na orientação de acesso. Esses problemas são cruciais e podem acarretar a perda de turistas e não integração das iniciativas existentes. Essas mudanças que divulgam os lugares de visitação seguindo um padrão nacional, não diferem do padrão internacional. As placas de sinalização, ao longo da malha rodoviária e nos acessos às cidades, são pouco representativas no interior de Goiás.



Fotos 119 e 120: Sinalização Turística no Interior de Goiás. Forma de orientação turística proposta pelo Ministério do Turismo Brasileiro, com fundo marrom e desenho representativo (Pictogramas), seguindo um padrão internacional. A sinalização sempre direcionada às cidades de São Simão e Lagoa Santa, onde estão os principais atrativos regionais. Vieira Santos, J. C. 2009.

Assim, o Ministério do Turismo responsável pela política de turismo brasileiro confronta-se com diferentes formas de sinalização. Ações individuais de divulgação dos lugares turísticos são promovidas, pois apenas as placas de orientação turística que seguem o padrão exigido pelo órgão nacional não são suficientes para atrair pessoas e divulgar os locais de visitação, especialmente em municípios que não possuem secretarias de turismo (Fotos 121 e 122).

Algumas falhas ocorrem nas redes sociais locais, pois para receber a sinalização proposta pelo Ministério do Turismo, é importante que a localidade tenha pelo menos um atrativo com infraestrutura de acolhimento. Na microrregião quirinopolina, todas as municipalidades possuem pelos menos um atrativo natural ou cultural com infraestrutura de acolhimento, o que demonstra a falta de conexão dos lugares com a Goiás Turismo e Ministério do Turismo. Esse fato mostra que ainda existem “pontos cegos” nas relações e sociabilidades entre o Estado central e o Estado local interiorano. Essa falta de “entrelaçamento entre as políticas municipais e a do Estado causa, efetivamente, transtornos quanto as metas a serem atingidas (YÁZIGI, 1998, p.131)”. Na realidade, alguns gestores municipais desconhecem que a sinalização turística deve ser projetada e licitada pela Prefeitura Municipal, pois é ela que deve entrar na disputa pública quando o edital é lançado.



Fotos 121 e 122: Informação Turística. Divulgação empreendimento turístico privado fora dos padrões do Ministério do Turismo, pois não há regulamentação ministerial para este tipo de sinalização. Ação particular do proprietário, pois no município de Gouvelândia não existe secretaria de turismo, favorecendo as ações individualizadas e não articuladas com o poder público local. Vieira Santos, J. C. 2009.

Diante desse contexto desconectado, sujeitos inseridos na rede social local de turismo buscam as principais vias de circulação regional para, com recursos próprios, divulgar os lugares onde é possível encontrar as infraestruturas turísticas. Nesse caso, cabem as palavras de Milton Santos que considera o espaço como matéria trabalhada por excelência, destacando que nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos, pois a “casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro,

os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social (SANTOS, 1979, p.18)”.

Esses sujeitos, com suas sinalizações em diversas cores e sem os pictogramas que indicam o artesanato, exposição agropecuária, feira típica, rodeios, cachoeiras e quedas d’água, festas populares e patrimônio natural informam, com suas iniciativas individuais, as pessoas que circulam pela microrregião quirinopolina. Portanto, os lugares são colocados como produtos por meio de práticas sociais individualizadas surgidas no processo de ocupação dos diferentes espaços pela atividade turística.

Essas pequenas cidades se definem por algumas sociabilidades, ações de parcerias e conexões no âmbito da organização local, que são mantidas principalmente pelas relações com as prefeituras municipais, as associações de artesãos, proprietários de hotéis e alguns setores de alimentação. Atualmente, essa forma de sociabilidade entre o público e outros diversos segmentos privados possui uma base eminentemente fragilizada ou em sedimentação. Esse processo de instabilidade é particularmente apresentado no relato a seguir:

“A Prefeitura é nossa parceira, tanto é que a Prefeitura está pagando o aluguel do local. A Prefeitura paga pra nós a energia, né? E tem dado apoio também na divulgação, por exemplo, propaganda de rua a Prefeitura dá pra nós essa propaganda de rua. Então assim a Prefeitura é nossa maior parceira. Às vezes essa questão de mudar o governante e às vezes a mentalidade do governante não é a mesma, e às vezes a gente acaba sem o espaço que é da Prefeitura. Se um próximo prefeito entra aí e não tiver, é, com o pensamento voltado pra nos ajudar, automaticamente vamos perder esse espaço, né? Então a gente tem uma pretensão sim de uma sede própria (Entrevista informal durante Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Entre os grandes desafios do turismo desse interior de Goiás está a criação de uma forma de comunicação regional, a fim de que se possam discutir as densidades da região a “partir da constatação de que nosso modo de organizar a vida está cada vez mais influenciado pelas redes (Arrais, 2007, p.64)”, deslocando as relações de um município para outro, desmanchando a ideia ainda existente de que o desenvolvimento deve ser somente estruturado no local, o que não facilita o atual processo de mudança para a proposta regional.

Nem todas as redes sociais e densidades regionais elencadas pela pesquisa já foram percebidas pela Goiás Turismo e Ministério do Turismo e ao mesmo tempo, essas conexões locais apresentam as divergências e embates na interlocução e articulação com as redes regional, estadual e nacional, pois as ações dos poderes centrais são pontuais, ou seja, limitadas apenas a alguns eventos.

3.5. DESCONTENTAMENTOS E FRUSTRAÇÕES NAS REDES SOCIAIS DE LAZER E TURISMO: local, regional, estadual e nacional

Nos lugares de visitação do Baixo Paranaíba Goiano, não foram verificadas somente as parcerias, vínculos, entrelaçamentos, conexões e densidades. Encontraram-se vários embates nessa rede social, que se estendem para as escalas regional, estadual e nacional. Segundo Coriolano et al (2009, p.75), é nesses espaços que está o lócus de conflitos e tensões resultantes do jogo de interesse de grupos que interagem, tais como governo, empresas e sociedade, destacando-se, entre eles, as comunidades.

Os grupos locais realizam políticas de interesses dos lugares, inclusive as públicas, privadas e as alternativas e, nessa vertente, as políticas públicas de turismo, associadas às políticas privadas, em razão de interesses afins, provocam resistências, pois onde há poder geram-se conflitos e resistências. Isso demonstra que, o que se projeta nos lugares do interior de Goiás não é só aquilo que é projetado pelas políticas de turismo, pois as pessoas têm modo de vida e se posicionam perante novas realidades, intervenções, sociabilidades forçadas e projetos.

Para Cruz (2001, p.12), uma nova organização socioespacial estabelecida pelo uso turístico dá-se sobre uma organização socioespacial preexistente e seria um engano crer que não há embates decorrentes do encontro dessas diferentes temporalidades. O relato de um morador da cidade de São Simão traz um exemplo de rejeição do residente local à chegada desses primeiros turistas ou visitantes pioneiros:

“Antigamente cê via aí, se andasse uma pessoa de sunga, tanga, descesse num posto de gasolina de sunga, ou de short sem camisa era uma coisa que ninguém queria vê em São Simão. No começo foi, eu lembro da cena, foi até o fimado Curió no tempo do supermercado que entrô uma pessoa de tanga e camiseta, aí ele falou que não voltava ali mais se o dono do supermercado deixasse entrar um tipo de gente daquela, que tava bagunçando São Simão(Entrevista Padronizada (Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

A entrevista apresentada da ideia de que a rápida e intensiva chegada da atividade turística e do visitante no lugar conhecido, como São Simão, gerou os mais diversos conflitos em seus habitantes criando, na sua fase inicial, um impulso negativo dos cidadãos locais com relação aos sujeitos exógenos.

Diante do exposto pelo pesquisado, é possível notar que a propriedade se faz presente e, por isso, o morador se sentiu desrespeitado. Pode-se ainda verificar nos relatos dos moradores outros impactos ocasionados pela chegada dos turistas, com a exposição de seus

equipamentos aquáticos. Esses equipamentos despertaram a curiosidade, pois grandes barcos e modernos transportes de lazer não faziam parte do cotidiano do lugar, apesar do grande contato que esses habitantes tinham com as águas do rio Paranaíba desde o surgimento da cidade.

“Antigamente o pessoal via uma lancha aqui parecia um ET, a meninada rudiava quando começou vim as primeiras embarcações pra cá, né? Hoje já é normal já tem lancha na cidade. A cidade muda completamente de uma cidade normal sem o desenvolvimento do turismo (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Por outro lado, a aposta no turismo nas proximidades do espaço urbano de São Simão, no entorno do reservatório da hidrelétrica, traduz-se numa requalificação e valorização sociocultural da faixa lacustre utilizada pelos visitantes e população local. De acordo com os moradores, antes da construção da praia artificial, na década de 1990, o lugar não era considerado apropriado para promover momentos de entretenimento e lazer, visto que os antigos frequentadores deterioravam os valores morais, isto é, perante a opinião pública local a imagem da paisagem era negativa.

“Aqui só ia casal escondido pro lago namorar, homem casado com mulher solteira, novinha. Ir no Lago antigamente era como se diz tá fazendo coisa errada. No lugar tinha uma choupana, de palha, palhoça, de madeira, rústica e só uma. Aí eles falavam que a mulher que era dona lá era cheia de rolo aí pronto. Ela tinha umas filhas, cunhadas, parentes, só mulher, aí o povo falava. Hoje o povo tem carro, moto, tem tudo. Antigamente pra ir pro Lago, uma mulher pra ir atrás de um homem, primeiro que mulher quase não dirigia. Pra mulher ir atrás de um homem no Lago ela tinha que caminhar muito, dava tempo do cara ir e voltar (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, setembro de 2009)”.

Assim, Cavaco (2006, p.303) lembra que pelo turismo são modificados certos lugares e territórios e são criados outros com suas próprias funcionalidades. A história dos lugares turísticos não corresponde simplesmente a uma sucessão de modas que se substituem, as modas sucedem-se, mas não se apagam necessariamente umas às outras. Coexistem num mesmo lugar e induzem a invenção de novos lugares turísticos, mesmo que lugares criados especificamente para o turismo, que se alimentam de uma procura e, portanto de uma atração, que também cria o novo.

Embates encontrados, nas redes sociais locais atuais, ocorrem com a chegada de visitantes nas Cataratas de Itaguaçu. De acordo com os proprietários do local, as atuais instalações de acolhimento não estão conseguindo atender a demanda atual, provocando nos responsáveis pelo empreendimento fortes intenções de investimento, para melhorar a infraestrutura já existente, com condições satisfatórias de acolhimento e receptividade.

Porém, moradores do distrito e gestores responsáveis pelo turismo e meio ambiente na prefeitura municipal de São Simão, mostram-se cuidadosos e preocupados com a preservação

do lugar. Segundo os sujeitos públicos, a ampliação ou construção de novas estruturas turísticas nessa paisagem do rio Claro, comprometerão seriamente o local e, por isso, nenhuma nova construção poderá acontecer no lugar. Portanto, perante essa realidade não são aprovadas novas obras, desencadeando conflitos entre os investidores, comunidade e administração pública local:

“Hoje em dia o meio ambiente nem deixa mais construir, antes nunca ninguém falou nada. Aqui em Itaguaçu não tem apoio nenhum, o que a gente fez aqui é com recurso daqui mesmo, e ainda tem a secretaria que fica mandando embargar as obras. Apoio de prefeitura de uma coisa assim não tem apoio de ninguém (Relato colhido em Itaguaçu durante a pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

A melhora da infraestrutura de acolhimento do visitante é uma condição almejada pelos proprietários do lugar, mas não parece ser uma prioridade das políticas locais de turismo. Outros segmentos da sociedade organizada defendem que uma modernização maior que a existente colocaria em risco as condições ambientais da área de lazer. Mas, Banducci Júnior (2001, p. 38), observa que “se a atividade turística interfere na produção da vida local e na estrutura da cultura tradicional, o mesmo efeito vem causando o processo de modernização desencadeado pelo fenômeno da globalização da economia capitalista”, com suas usinas de cana e hidrelétricas que são comuns no Baixo Paranaíba Goiano. Segundo Lefebvre:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica apropriação e não propriedade. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é denominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação (LEFEBVRE, 1986, p.411).

A fixação de trabalhadores temporários da usina de cana e hidrelétrica, no distrito de Itaguaçu (São Simão), tem provocado a não realização dos festejos religiosos de junho na Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes. A comunidade local prefere não realizar a festa da Padroeira, enquanto esses novos grupos sociais estiverem na cidade. É uma forma de manter o controle ou simplesmente o lugar fechado ao outro, pois a abertura da festa produz o encontro com outros sujeitos, provocando trocas, misturas de modos de vida e as características heterogênicas de cidadãos exógenos podem colocar em risco a sobrevivência do território desse grupo local.

Esse fechamento é uma forma de manter as práticas culturais da comunidade, os seus direitos religiosos, os laços de pertencimento do lugar ao grupo, as relações sociais e a manutenção do trabalho de doação das pessoas que vivem em Itaguaçu. De acordo com Santos e Alves (2005, p.101), as “pessoas que organizam os eventos são devotas aos santos e se dispõem a trabalhar vários dias sem remuneração” e, para elas, o espaço da festa é para os grupos sociais da própria comunidade.

Esse embate não pode ser considerado como específico dos visitantes que chegam à microrregião, mas é um conflito que não se pode negligenciar, pois expõe a resistência de algumas manchas territoriais ao visitante ou turista. Outras situações de confrontos que aparecem são especificamente entre os gestores públicos local, regional e estadual. Nesse conflito, estão os sujeitos sociais do turismo local relatando, nas entrevistas de campo, que o planejamento da atividade em Goiás tem beneficiado apenas empresários que apoiam os gestores da Goiás Turismo e futuros candidatos a cargos públicos.

Quando chega alguma verba à microrregião, especialmente, para as festas gastronômicas, carnavais e exposições agropecuárias, são em situação excepcional face aos cumprimentos normativos propostos pelos projetos do Ministério do Turismo, desencadeando assim conflitos entre as administrações públicas local, federal e especialmente estadual.

Na linha da rede nacional, o Ministério do Turismo realiza, desde 2005, o Salão do Turismo em São Paulo (Capital), buscando ampliar o universo de participantes a serem conectados e fazendo com que esses apareçam e possam aproveitar as oportunidades de parceria, sociabilidade e comercialização. As regiões apresentadas nesse evento são as que têm municípios que se encontram em estágio avançado de desenvolvimento turístico. Desse modo, destinos interioranos apresentados, já são velhos conhecidos das entidades privadas e órgãos públicos do setor. Nenhum município, da microrregião de Quirinópolis, esteve presente no Salão do Turismo em 2008 e do Estado de Goiás foram apresentadas apenas as cidades turísticas consideradas pela Goiás Turismo como as mais importantes.

A existência dessas diferentes relações coloca em evidência uma individualidade que não promove a diversidade dos lugares do cerrado Goiano e não proporciona a integração dos caminhos interioranos dessa parte do Brasil e muito menos a sociabilidade de gestores e sujeitos públicos envolvidos com o turismo. O relato a seguir, justifica a ausência dos municípios do Baixo Paranaíba nos eventos do Ministério do Turismo e os descontentamentos com a Agência Goiás Turismo:

“No primeiro ano nós fomos tratados igual... eu nem sei falar, eu nem fui mais. No primeiro ano não tivemos apoio nenhum, por exemplo, se eu quis levar meu folder paguei excesso de bagagem com dinheiro de diária minha, se eu quis levar meu artesanato e eu levei na minha mala sujeito a quebrar e depois eu ter que pagar pra pessoa, você entendeu? Eu sofri muito [...] enquanto Caldas Novas saiu com caminhãozinho baú com tudo embaladinho, você entendeu? Chegou lá, era só foto pra Caldas Novas, entendeu? A Goiás Turismo ela perdeu um parceiro mesmo [...]. [...], eu sinceramente, eu sou muito assim chateado com a aquela Goiás Turismo mesmo (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, agosto de 2009)”.

O posicionamento social das pessoas ligadas ao turismo na rede social local mostrou que as maiores insatisfações são com a Agência Goiana de Turismo (Rede Estadual), pois

segundo os sujeitos locais não existem passos concretos de aproximação desse órgão com as localidades da microrregião de Quirinópolis, o único trabalho ofertado é o inventário turístico, mas isso tem um custo para cada município. Para os sujeitos públicos entrevistados, é impossível considerar-se como parte da “Região Turística das Águas”.

“[...] eu não sou assim muito motivado por reunião de região essas coisas por que agente faz papel de bobo [...]. Onde tem SEBRAE eu ainda vou, mas se partir só pro lado do Goiás Turismo eu não vou e do Ministério do Turismo eu não vou. O Ministério do Turismo é técnico, mas os gestores do estado de Goiás são políticos. Então, por que o Deputado responsável pelo turismo em Goiás vai pôr toda a verba do Ministério do Turismo onde? Só se o prefeito apoiar ele pra deputado. Aqui nós não vamos apoiar ele pra deputado, então ele não vai pôr nada. Aí ele vai pôr em Goiânia que é o reduto eleitoral dele. Eles colocaram em Pirenópolis, ele tinha uma cafeteria lá, uisqueria não sei o que. Então, infelizmente Goiás ultimamente o pessoal tem centralizado as coisas nos interesses deles. A Goiás Turismo desempenha seu papel, mas pra outros municípios aí, mas pra cá ainda não (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, agosto de 2009)”.

Esse comentário reproduz também o individualismo partidário e das lideranças estaduais que estão à frente do principal órgão de turismo do Estado de Goiás, elementos que comprometem as políticas de articulação, interlocução e descentralização propostas pelo Ministério do Turismo. A organização política estadual ainda se baseia na “troca de favores”, violando os direitos dos sujeitos locais e regionais, fortalecendo os pontos de corrupção e incompetência política, derrubando qualquer esperança de inserção de pequenas cidades interioranas no projeto de regionalização do turismo.

Por esse preceito, pode-se afirmar que a proposta de criação de redes regionais de turismo, ainda não se processou definitivamente no interior de Goiás porque, entre os problemas regionais, estão aqueles encontrados nas relações sociais e institucionais, como relatou o entrevistado, mostrando uma natureza perturbada dos sujeitos que dão vida à ação política local e que dificultam iniciativas capazes de construir uma região com diferentes lugares turísticos.

Em vista do exposto, nos lugares do Baixo Paranaíba Goiano existem concepções turísticas que não são alcançadas pelas políticas públicas de turismo da Goiás Turismo e Ministério do Turismo, criando resistências e obstáculos à efetivação do atual Programa de Regionalização do Turismo brasileiro. É preciso que o Estado (Goiás Turismo) se faça presente de fato nos lugares e perceba, nas sociabilidades existentes, as possibilidades de fluidez das políticas públicas. Aqui defende-se as presenças da Goiás Turismo e do Ministério do Turismo de forma mais efetiva e que em conjunto com as comunidades locais possam trabalhar turisticamente as possibilidades regionais.

Em algumas municipalidades, o órgão estadual tem apenas realizado o inventário turístico e, em outros, os sujeitos públicos e privados desconhecem até mesmo o papel desse órgão público. Essa realidade encontrada é narrada por um sujeito público regional envolvido com o turismo, que contesta os resultados e serviços de apoio à atividade prestada pela Agência Goiana de Turismo:

“O inventario já existe. Foi feito o inventário, só que está desatualizado, né? No ano retrasado (2007) foi feito também pela Goiás Turismo na época junto com a Faculdade Salgado de Oliveira, mas não entregaram não sei por quê. A Prefeitura deu as contra partidas necessárias hospedagens, alimentação, transporte, e ainda não vimos esse inventário ainda (Entrevista Padronizada com funcionário público de São Simão (Trabalho de Campo), setembro de 2009)”.

Atualmente (2010), a questão das iniciativas turísticas da microrregião são perversas visto que a realização de um simples inventário tem se tornado uma preocupação para técnicos e políticos envolvidos com a atividade. Em outros municípios, sequer há registros, ou inventários de seus atrativos, o que não impede este trabalho de reconhecer que os recursos humanos, culturais, históricos e naturais existem e que podem contribuir com as propostas e projetos de fazer dessa paisagem um destino turístico.

Desse modo, convém salientar que a lentidão de inserção do Programa de Regionalização do Turismo na microrregião e nas outras diversas áreas encontradas pelo interior de Goiás deve-se também à ausência da Goiás Turismo. O relato a seguir apresenta as lacunas existentes, mostrando que não ocorrem reuniões, circulação de informações e um trabalho colaborativo entre os poderes públicos local, estadual e federal.

“Nunca vi reunião na regiões das águas, nem sei quem é o presidente da região das águas. Eu sei que o presidente da região das águas é em Inaciolândia, o que que Inaciolândia tem? Inaciolândia e Gouvelândia tem turismo de quê? Não é discriminando nada, mais em Paranaiguara nós vamos conhecer o quê? O que é que nós vamos conhecer em Paranaiguara? A não ser a igreja, tem a Festa da Liberdade (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, agosto de 2009)”.

Fica explícito, que os sujeitos não se conhecem, pois atualmente (2010) o escritório e o presidente da Região Turística das Águas encontram-se localizados na cidade de Três Ranchos e não em Inaciolândia. É fundamental a participação de todos os sujeitos nesse processo, mas com suas autonomias preservadas. Todos podem contribuir, estimulando o pluralismo de ideias e ações, que distribuem de forma igualitária, direitos e deveres, reforçando-se o caráter coletivo e democrático (BRIZOLLA e LIMA, 2008, p.121).

Desse modo, evita-se o que vem ocorrendo, na microrregião de Quirinópolis, ligações políticas diretas dos órgãos municipais com o Ministério do Turismo, como aponta um dos sujeitos envolvidos com o setor turístico no cerrado Goiano:

“Se eu quero buscar dinheiro no Ministério do Turismo, procuro um deputado estadual e através de emenda esse dinheiro vem. Aqui nós asfaltamos, asfalto que tem é do Governo Federal foi através do Ministério do Turismo. Verba do Ministério do Turismo, atualmente tem uma verba de 120 mil pra sair, ainda não saiu. Tem aquele prolongamento da Avenida na praia, a rede pluvial daquele hotel na praia, toda a infraestrutura ao redor daquele hotel foram investimentos do Ministério do Turismo, sem a participação da Goiás Turismo. É direto Ministério e Município, né? (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo, agosto de 2009)”.

Existem, porém, as figuras contemporâneas que sinalizam essa presença de verbas (Fotos 123 e 124) do Ministério do Turismo nos lugares, difundindo a disponibilização de recursos pontuais para obras em torno de lugares de visitação e áreas urbanas definidas regionalmente como turísticas. Isso mostra, portanto, conexões entre as redes local e nacional do turismo.



Fotos 123 e 124: Placas Informando investimentos Federais. Verbas oriundas do Ministério do Turismo nas cidades de Lagoa Santa (123) e São Simão (124), mostrando que timidamente o poder central através de seu órgão de turismo vai se fazendo presente nas ações turísticas. Vieira Santos, J. C. 2009.

Essas redes sociais representam possibilidades de negociação, estabelecimento de parcerias, maior acesso à informação e contribuição com as trocas de experiências no foco das políticas públicas de turismo. O fomento à formação de redes locais, regionais e estaduais objetiva levar maior dinamismo às regiões turísticas, abrindo novos caminhos e espaços de atuação para novas lideranças (BRIZOLLA E LIMA, 2008, p.117-118). Num sentido geral, a rede regional de turismo no Baixo Paranaíba Goiano é incipiente, pois como narrado não é possível visualizar, no atual contexto da política nacional de regionalização do turismo, uma ampla conexão e intercâmbio entre os sujeitos sociais nacionais e gestores regionais responsáveis pelo turismo nos municípios que formam a microrregião.

São vários os problemas enfrentados no cotidiano pelo setor público e, portanto, podem ser também considerados um entrave na abertura das fronteiras e avanços que podem levar à construção das redes de ordem regional e fora desses limites.

“Nada vai aqui. Se a Prefeitura fechar, Abrigo dos Velhos fecha. Se um dia essa verba vir a ser cortada mesmo aqui vai a APAI, vai todas as instituições filantrópicas, a paróquia, eu acho que fecha e assim é tudo. Começa uma parceria, mas depois o pessoal já muda, ah vai lá deixa de ser bobo a Prefeitura dá tudo. Aqui tinha um cidadão que começou bem, fomos lá na praia, ele olhou que maravilha, eu quero até pagou aluguel, vai cobrar aluguel de mim não, não vamos deixar tudo prontinho pro senhor tocar. Ai foi indo as pessoas da cidade mesmo, foi lá é o senhor que limpa aí? É eu que limpo. Não sô. Lá na outra da frente. Lá na nossa, né nós que limpá não, é a Prefeitura que limpa. Aí o senhor veio subiu aqui, falou: eu estou informando que eu preciso que os meninos limpe lá. Aí foi. Pode fazer um banheiro aqui? Pode. Se o senhor seguir os padrões das construções da Prefeitura e tal, pode seguir o banheiro, pode fazer o banheiro. Mas eu queria fazer aqui por que é meu quadrado. Mas eu falei pro senhor dessa mesma forma com o mesmo material para não despadronizar. Ah! Mas lá na frente já é todo bagunçado. Aí, eu falei: aquilo lá não foi eu. Aí então já começa a querer encostar na Prefeitura, querer que a Prefeitura faz tudo né. Por isso que as coisas aqui vai da metade pra trás, nem da metade pra frente não vai, se não for privado, se não for 100% privado, igual o hotel lá é 100% privado tá lá. Tudo que envolve privado e Prefeitura acaba no meio. A Prefeitura faz a metade dela, mas o outro não faz a metade dela. Existe o início da parceria, mas o fim ainda não vi. Aqui tudo gira em torno da Prefeitura. Se a Secretaria de Turismo não for lá e não fizer tudo, nada vai aqui (Entrevista Padronizada. Trabalho de Campo. 08 de 2009)”.

As práticas e ações em prol da atividade turística ainda estão comprometidas com as divergências e vínculos partidários estabelecidos, construindo interesses particularizados dentro dos limites de cada municipalidade. Conforme observado *“in loco”*, a realidade mostra diferentes ideias na gestão do principal órgão de turismo dos municípios, o que praticamente freia o funcionamento do mesmo, ou seja:

“Tem o COMTUR sim, até a gente tá precisando de reunir mais, por que a falta de interesse é do próprio seguimento. É muito às vezes participa pessoas que não tem nada a ver, participa por que gosta, por que quer ver a cidade lá, mas não entende, entendeu? Talvez prejudica o bom andamento. Às vezes põe representante artístico porque tem que ter mais não tem conhecimento, às vezes põe um cara que nem é artesão mais porque gosta de artesanato e assim vai. O COMTUR tem que ser gerido pela iniciativa privada por que eles é que são interessados. Por que como eu já cobrei de um comerciante há tempos atrás em um reunião da Câmara, se eles não correr atrás vai dos direitos e interesses deles jamais quem não tem nada a ver vai correr né (Entrevista Padronizada (Trabalho de Campo), agosto de 2009)”.

Nota-se que entre as deficiências regionais está o funcionamento do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), causando prejuízos aos municípios, pois *“verbas federais, de fundo para o turismo, não são remetidas aos municípios caso os mesmos não apresentem uma estrutura de gestão dos recursos (DUARTE, 2003, p.143)”*. É de suma importância a instalação e real funcionamento dos Conselhos Municipais de Turismo e não apenas a criação desses no papel ou como se eles tivessem sido criados para ser propriedade das prefeituras.

Para o fortalecimento do turismo através dos atrativos naturais, culturais e saber fazer regional, torna-se necessários o funcionamento correto dos COMTURs, com a participação das prefeituras municipais, das lideranças locais e terceiro setor. Na microrregião, são encontradas algumas iniciativas, por parte das redes locais, que extrapolam os limites municipais, mas que ainda não resultam em grandes benefícios, principalmente, no que diz respeito ao rompimento das fronteiras municipais e dos discursos que individualizam os lugares.

O primeiro exemplo trata-se da cidade de São Simão que tem participado da rede virtual da Região Turística Agroecológica¹⁸, como roteiro estendido ou convidado, facilitado pela proximidade geográfica. Como não existem esses espaços de diálogo na Região Turística das Águas e nem entre os municípios da microrregião de Quirinópolis, a secretaria municipal de turismo buscou a aproximação com as cidades do entorno do Parque Nacional das Emas.

Esse portal, no entanto, ainda não conseguiu atingir sua meta de aumentar a conexão entre os municípios participantes, por meio do diálogo regional. Esse endereço apenas disponibiliza informações de atrativos, meios de hospedagem e restaurantes, deixando ainda de fora membros de organizações não governamentais, lideranças comunitárias, entidades da sociedade civil, profissionais autônomos e diversos outros segmentos regionais.

Até o ano de 2009, o município de Lagoa Santa também participava dessa rede virtual, mas fez opção por sair do endereço, justificando a pouca contribuição no aumento da demanda de turistas e falta de recursos financeiros para os pagamentos das mensalidades. Naturalmente, um município pode participar de uma ou mais regiões turísticas, isso não é proibido e nem há restrições, principalmente, se não houver uma instância de Governança Regional.

Segundo Brizolla e Lima (2008, p.129), o *site* é um instrumento de comunicação que poderá estimular os contatos entre os participantes e abrir espaço para a constituição de um fórum de discussão virtual. Estar na *internet* é útil e, muitas vezes, imprescindível para rede e para o contato com as demais pessoas envolvidas com o turismo no país. A *internet* facilita o diálogo entre os participantes, visto que, na atualidade, é mais fácil promover reuniões virtuais do que os encontros presenciais. Porém, os endereços eletrônicos encontrados não são direcionados para essas situações.

¹⁸ Como a proposta de criação de um site para promover os municípios surgiu na microrregião Sudoeste vizinha a Quirinópolis, fazendo circular algumas informações turísticas dessa paisagem (www.agroecologia.tur.br). Os atores ou sujeitos da microrregião Sudoeste, que estão localizados no entorno do Parque Nacional das Emas em Goiás, optaram pelo meio de comunicação eletrônica, a internet, na forma de um portal capaz de oferecer informações sobre a “Região Turística Agroecológica”.

O que se pode defender, a partir dos elementos apresentados, é que as mudanças estruturais ainda estão sendo processadas, porque a atividade de turismo ainda pode ser tratada como parte de um movimento recente, se comparada com a agricultura e pecuária regional que receberam, nas últimas décadas, vultosos investimentos tecnológicos. No entanto, a falta de densidade dos órgãos municipais, regional, estadual e nacional, em torno do projeto apresentado pelo Ministério do Turismo, não significa de modo algum que não existam sujeitos sociais locais e regionais sensibilizados e persuadidos em difundir o turismo no Baixo Paranaíba Goiano.

Os diferentes sujeitos inseridos nas diversas redes elencadas, não entendem que para o desenvolvimento do turismo regional, devem assumir um papel primordial de defesa da cultura e da natureza dos lugares, pois só assim os gestores públicos defenderão a sobrevivência dos atrativos, densidades e modos de vida regional. Nesse sentido, as pessoas responsáveis pelas ações turísticas no município e por encontrar soluções, planejar e apresentar projetos que dinamizem a região são também responsáveis por promover alguns debates com a sociedade civil e empreendedores ligados ao mercado turístico, contornando, assim, as raízes e superfícies de conflitos existentes, fortalecendo os interesses comuns.

Isso nos leva a entender que as redes do Estado central não contemplam as densidades locais, levando a uma desconstrução do projeto estatal quando tem que dialogar com os sujeitos inseridos nos lugares e na rede urbana existente, como ocorre em Portugal. Porém lá, o Estado central se faz presente por meio do órgão público Entidade Regional do Turismo.

Exemplos de países como Portugal, mostram que tanto em terras lusitanas como no Brasil, não é possível criar uma região turística sem a presença de parcerias dos governos federais, estaduais e grupos sociais locais. Somente na vertente das redes sociais locais com seus órgãos de turismo municipais e setores privados, a tendência é sempre privilegiar os seus próprios interesses e continuar contribuindo para a permanência da fragmentação regional.

No Baixo Paranaíba Goiano, as políticas de turismo dos órgãos públicos são direcionadas pontualmente para os eventos, ficando explícito que pouco importa a densidade regional existente. Em Portugal, como será elencado no capítulo 5, as direções dos projetos públicos de turismo também são, em parte, voltadas para os eventos, mas, lá, com seus destinos turísticos consolidados nacionalmente e internacionalmente e com a experiência dos sujeitos sociais ocorre também a valorização das diversidades cultural, natural e patrimonial, especialmente com as atenções voltadas para as edificações históricas, produção de produtos locais, culinária algarvia e monumentos.

Essa experiência lusitana deverá servir de norte para os projetos implantados pelo interior das regiões goianas, que poderão desenvolver um turismo amparado por redes sociais locais, regionais e nacional, inseridas nas cidades existentes, onde se fazem presentes infraestruturas de acolhimento, órgãos públicos de turismo organizados e sujeitos sociais sensibilizados com as iniciativas e atividades turísticas.

Retomando os conteúdos do capítulo 2 e deste capítulo 3, destacamos o forte conteúdo de ruralidade da microrregião quirinopolina, assemelhando-se com o chamado interior algarvio português. Esses elementos predominantes podem contribuir com o turismo local e regional, destacando-se a natureza, artesanato, culinária, saberes e fazeres rurais, musicalidades e festas que formam um cenário ligado ao espaço rural recomendável às ações das políticas de turismo.

De acordo com Cruz (2003, p.20), Tiradentes (2010, p.18) e Portuguez (1999, p.82) o turismo no espaço rural nada mais é que a apropriação de mais uma dimensão do espaço geográfico. Ao apropriar-se desses espaços rurais, o turismo impõe sua lógica de uso, implicando o desenvolvimento de novas atividades, algumas com base agrícola, como o cultivo de plantas ornamentais na Fazenda Caraíba em São Simão. Essas novas práticas vêm como uma forma de estimular geração de renda, em que os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo. Outras nada têm de base agrícola, como por exemplo, os pesque-pagues encontrados nos municípios do interior de Goiás, que também tem se convertido em importante fonte de renda para os agricultores.

É fundamental que, como em Portugal, os sujeitos sociais relacionados com o turismo brasileiro não anulem as pequenas propriedades rurais em prol de um turismo exclusivamente urbano, criando assim projetos de valorização da produção local em diferentes ruralidades, pois elas não desaparecem nos dois países, no entanto, nas “terras além mar”, os órgãos públicos de turismo se valem dessa produtividade e de suas particularidades para ampliar suas ofertas regionais.

CAPÍTULO 04. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS ENTRE O LAGO DE SÃO SIMÃO E A LAGOA SANTA NO BAIXO PARANAÍBA GOIANO

4.1. DESTINOS TURÍSTICOS: os diferentes lugares como regiões turísticas

O foco principal deste capítulo é propor a criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa, a partir dos lugares frequentados pelos turistas e dos vários elementos socioespaciais e culturais que têm gerado usos e apropriações por parte das redes sociais locais. Para isso, considera-se importante salientar que não se defende a ideia de que os lugares repletos de agronegócio devam desaparecer para que o turismo regionalizado o substitua, mas que um setor econômico complete o outro e como destaca Abitia (2006, p.154) “devemos aprender a conviver e a trabalhar juntos”.

De acordo com Gomes (2008, p. 15), em muitos casos, as políticas públicas tendem a ganhar com uma articulação fora dos limites municipais e, com o turismo, isso ocorre porque, nem toda localidade congrega atrativos suficientes para se desenvolver como centro recepção, dependendo, por vezes, de se trabalhar com os existentes no seu entorno.

Desse modo, torna-se necessário desenvolver a análise centrada no conceito destino, pois, como a região turística, o destino também pode ser associado a diferentes lugares com meios de hospedagem, infraestruturas de serviços voltados para o lazer e turismo, produtos exóticos desejados por turistas, patrimônios materiais e imateriais, enfim, atrativos culturais e naturais valorizados economicamente pela atividade. Nesta pesquisa geográfica, essa discussão vem ampliar e intensificar o debate sobre a interação da categoria de análise região com o conceito de “destino turístico”.

A região, área ou espaço definido como destino, para a Geografia, não perde a sua dimensão espacial humana. É também um espaço fundamental à vida dos homens e onde ocorrem as sensibilizações e sociabilidades dos sujeitos sociais, por meio de práticas cotidianas, redes sociais diversas e formas de vidas que são componentes primordiais no ordenamento regional, uma vez que os destinos turísticos se organizam de acordo com as infraestruturas e atrativos turísticos oferecidos pelos lugares.

Assim, para Timón (2004, p.56), o conceito de destino turístico participa ao mesmo tempo de aspectos setoriais (exemplos: desenho de produtos, *marketing*, legislação) e aspectos geográficos (exemplos: infraestruturas turísticas, equipamentos turísticos), e para o autor:

El destino, ni es solo territorio ni es todo el territorio. Se trata de un sistema de relaciones de independencia pero que deben producirse en un ámbito espacial determinado, dado que no es posible trasladar los recursos y los productos. Y si el destino es en parte territorial habrá que admitir que está sometido a procesos geográficos, algunos generales y otros exclusivos de la producción y consumo turístico (TIMÓN, 2004, p.56).

Os Estados com suas políticas públicas de turismo encontram, no destino, a unidade básica de gestão, sendo esse definido, como um espaço geográfico homogêneo, com características comuns, capaz de suportar objetivos de planejamento. A esse pode-se associar qualquer unidade territorial que tenha vocação de planejamento e possa dispor de certa capacidade administrativa para desenvolvê-la (TIMÓN, 2004, p.56, tradução nossa).

É pertinente destacar que, além dessas unidades territoriais, os destinos podem englobar uma ou várias nações, uma ou várias regiões, Estados ou sub-regiões, uma ou várias comarcas, ou sub-comarcas, uma ou várias províncias, sejam elas ou não de uma mesma região ou sub-província. Englobam também um lugar, grupo de municípios, um município e um lugar ou comunidade, de modo que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de acordo com suas características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas ou por qualquer outro motivo (VALLS, 2004, p.17, tradução nossa). Para Vera; Palomeque; Marchena; Anfon (1997, p.59) qualquer destino turístico é:

[...] un sistema territorial de características singulares en cuanto a su finalidad social, que cuenta como componentes fundamentales unos elementos primários que configuran su atraktividad y unos elementos secundários que facilitan su consumo, que le otorgan también singularidad material (VERA; PALOMEQUE; MARCHENA; ANFON, 1997, pg. 200).

Um destino turístico é basicamente, para World Tourism Organization (2007, p.01-02, tradução nossa), Ferreira (2003, p.69) e Carrusca (1998, p.84-85), um território de recepção de atividades turísticas com capacidade de oferecer um ou vários produtos turísticos totais, um território dotado de condições para constituir um cenário de experiências turísticas globais. Do ponto de vista da oferta, o destino voltado ao turismo caracteriza-se por possuir um conjunto de requisitos essenciais como: acessibilidade, atratividade para a realização de estadas turísticas, condições de alojamento, atividade de recreio, lazer, desporto, cultura e outras capazes de preencher os tempos livres dos turistas de acordo com as suas motivações. Os destinos contêm um número de elementos básicos que atraem os visitantes e que

satisfazem suas necessidades na chegada. As experiências oferecidas pelo destino são dadas pela proximidade das atrações.

Desse modo, aparecem também os equipamentos e serviços de apoio aos turistas para satisfazer as necessidades decorrentes da sua estada, imagem e reconhecimento pelos mercados emissores de turistas e organização da operação turística. Essa base territorial onde o destino se insere e se desenvolve deve ser:

[...] objeto da maior atenção por parte das autoridades públicas e dos responsáveis regionais pela gestão dos destinos turísticos, de forma a minimizar eventuais impactos negativos que, a concretizarem-se, poderão afetar a imagem do destino, a médio e longo prazo. As questões do ordenamento territorial, pelas implicações que provocam no desenvolvimento estrutural e nos aspectos de ordem estética das regiões de acolhimento, devem ser equacionadas como um vetor da maior importância no que se refere à problemática da qualidade do produto turístico compósito (SILVA, 2005, p.78).

Por isso, a obra citada lembra que a preservação do patrimônio cultural, dos valores, das artes, da arquitetura e das tradições das regiões confere autenticidade aos destinos turísticos e contribui decisivamente para a sua diferenciação, não só em termos de produtos turísticos, mas também no que se relaciona com a imagem de qualidade. Diante disso, pode-se afirmar que, para algumas regiões, as atividades turísticas assumem uma importância vital e, para outras, esse fator é incontestável, principalmente por falta de um posicionamento das lideranças locais e poder central favoráveis ao setor em determinadas áreas.

Neste sentido, não há modelos universais que sirvam indiferentemente a cada região, por isso, a política de desenvolvimento do turismo terá de integrar o desenvolvimento regional numa perspectiva de interesse nacional. Então, define-se que a região é uma paisagem aberta que pode tornar-se um ou vários destinos turísticos com elementos construídos e que não se restringem somente à base local. Considerando um destino turístico, como um espaço de uma região onde se concentram atrativos e densidades que levam o deslocamento:

[...] conclui-se que a sua criação e desenvolvimento pressupõe, basicamente, a existência de atrações e a oferta de condições de permanência. É certo que existem fatores naturais e culturais que determinam a vocação turística e atratividade de uma dada localidade ou região, mas a identificação clara dessa vocação e a eleição dos elementos que assegurem a sua perenidade têm de ser garantidos através de ações concretas em função de objetos previamente estabelecidos (CUNHA, 2001, p.429).

São os moradores e os interessados do lugar, por meio dos órgãos identificados com as realidades sociais locais, os mais indicados e aptos para eleger a vocação turística de sua região ou destino, garantindo o seu grau de atratividade e criando melhores condições de permanência, organização, informação, animação e ocupação do tempo livre dos visitantes. Ao poder central, ou seja, ao Ministério do Turismo cabe a magna tarefa de eleger e

prosseguir com os objetivos nacionais do turismo e de criar condições que permitam às organizações regionais e locais gerenciar os produtos e sensibilizar as populações envolvidas na valorização dos destinos, não somente agir administrativamente.

Alguns autores (Vieira, 1997, p.161; Confederação de Turismo Português – CTP, 2005, p.91; Ferreira, 2007, p.32) citam que a localização geográfica de um destino turístico determina a origem da sua procura potencial. Pode-se afirmar que a localização e fatores como o alto investimento em infraestrutura e *know-how* para atender as exigências de turistas, principalmente de origem estrangeira, são processos que definem a plataforma competitiva da região, como destino turístico. A região, assim, é vista pela captura de seus lugares e expansão da atividade turística o que pode levar à preservação e ao resgate dos patrimônios materiais e imateriais, podendo fabricar atrativos (museus, teatros, galerias de artes, centros de convenções e entretenimentos) transformando a realidade regional e fortalecendo o local como destino turístico.

Com outra versão, Cavaco (2006, p.306) não traz um conceito de destino, mas considera-o como lugar, que não comporta grandes densidades de presença humana, por mais racionais, escrupulosos e responsáveis que sejam os comportamentos dos turistas, o que obriga as restrições e proibições. Certos destinos de massa de nível médio deixaram envelhecer equipamentos e imagem no quadro de ocupações densas e verticalizadas em um mercado cada vez mais global e competitivo, arrastando a sua sobrevivência com base em preços mais baixos e serviços degradados. Nesse debate relacional, Vaz (2003, p.265) concebe o destino como um “lugar em que os vários agentes, em conjunto, concorrem para a produção de um produto total que corresponda às expectativas que os turistas têm sobre a experiência total que esperam viver no destino”.

Encontra-se em Gonçalves (2003, p.45-53), o debate girando em torno do turismo associado ao patrimônio e à cultura, como um fundamento das práticas turísticas em meio urbano. Destaca-se que o destino turístico como região ou local, possuidor de características naturais, históricas e etnográficas que o distingam em relação aos restantes, traz possibilidades de desenvolvimento de uma ou mais formas de turismo.

Cidades, lugares e regiões apresentam-se, então, como destinos capazes de desenvolver uma ou mais formas de turismo. Então, de acordo com Henriques (2003, p.26) e Silva (2005, p.20), o espaço turístico compõe-se por recursos originais (pré ou ante-turísticos) e recursos pós-turísticos. Os primeiros são pré-existentes ao turismo e mesmo à ocupação humana e os segundos, são criados para satisfazer os indivíduos que se deslocam a estes lugares. Nessa

concepção, o destino congrega um espaço físico organizado, com o fim específico de satisfação do turista, envolvendo outras atividades e uma comunidade residente.

Todas as regiões e lugares que são eleitos para visitas constituem destinos, mas nem todos assumem a mesma importância, seja para o visitante ou para o turismo. Alguns são locais de passagem ou mobilidade que podem possuir suficientes fatores de atração para justificarem uma curta visita, mas não possuem condições de permanência, ao passo que outros, são dotados de um amplo conjunto de fatores e de equipamentos que não só produzem uma forte atração como também justificam e permitem permanências de duração longas.

As primeiras dão origem a intervenções simples ou isoladas para proporcionar as condições de visita e as outras originam intervenções complexas e permanentes e pressupõem a existência de organizações que garantam o seu desenvolvimento. Desse modo, podem-se observar os destinos, segundo duas óticas:

[...] uma que tem como objetivo identificar os lugares visitados pelos visitantes e outra cujo objetivo é o de identificar os espaços territoriais, onde se desenvolve um complexo de inter-relações que garante a existência de fatores de atração bem como o processo de produção e consumo com vista a satisfazer necessidades turísticas. De acordo com a primeira ótica, todos os locais onde se dirigem visitantes são destinos independentemente da duração da sua permanência e, segundo a OMT, poderão classificar-se em: Destino Principal, local ou país onde o visitante permanece mais tempo que em outro lugar; Destino e Distância Máxima que é o local ou país visitado mais longe da residência; Destino Motivante local ou país preferido pelo visitante entre todos aqueles que visita e que corresponde à principal razão de viagem (CUNHA, 2006, p.196).

Muitos dos lugares visitados que podem incluir-se nesta tipologia não constituem os espaços cujas características estabelecidas, com caráter de permanência, relações de produção e consumo turísticos com predomínio sobre as demais ou em proporção significativa destas, mas constituem a base do desenvolvimento turístico de um país ou região. Nesse sentido, a noção de destino é um conceito central, para o processo de desenvolvimento turístico, tanto na perspectiva da economia como da competitividade (CUNHA, 2006, p. 196-197).

Portanto, é fundamental a discussão geográfica sobre os novos ou consolidados destinos turísticos, pois, de acordo com Cunha (2006, p.55-56), pode-se dizer que um dos fenômenos mais marcantes do turismo moderno será a vasta emergência de novos destinos em todas as regiões do planeta, introduzindo novas condições de concorrência e obrigando os destinos existentes a modernizar-se. Estes novos destinos, pelo fato de adotarem esquemas de exploração mais sofisticados e mais atualizados, exigirão novas formas de competitividade levando a que, muitos existentes, tenham de adotar programas de (re)qualificação e de melhoria da qualidade.

Surge, então, a preocupação com a gestão dos destinos e o monitoramento permanente, pois, em plena primeira década do século XXI, não basta que as autoridades locais promovam o desenvolvimento turístico de seus lugares, é necessário também criar mecanismos que garantam o acompanhamento constante da sua evolução. Butler (2006, p.03, tradução nossa), ao desenvolver “*The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: implications for management of resources*”¹⁹, afirma que as regiões ou destinos turísticos definidos, por ele, como áreas, são espaços turísticos dinâmicos e que evoluem e mudam com o tempo.

Essa evolução é decorrente de uma variedade de fatores incluindo mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes e mudanças ou desaparecimento do natural/original e das atrações culturais que eram responsáveis pela popularidade inicial da área. Em alguns casos, enquanto essas atrações continuam elas podem ser utilizadas para propósitos diferentes ou virem a ser consideradas de menos importância em comparação com as atrações importadas. Butler apresenta, em seu trabalho, um hipotético ciclo da evolução da área, ou seja, do destino ou região turística, baseado no conceito do ciclo de produto²⁰, em que as vendas acontecem vagarosamente no começo, depois há uma rápida taxa de crescimento, se estabiliza e subsequentemente declina. Isto é:

Visitantes virão para uma área em pequenos números, inicialmente restritos por falta de acesso, instalações e conhecimento do local. Assim que as instalações são providenciadas e sensibilizações crescem, o número de visitantes irá aumentar. Com a comercialização, disseminação de informação, e mais provisão de instalações, a popularidade da área crescerá rapidamente. Eventualmente, porém, a taxa de aumento no número de visitantes irá declinar assim que os níveis de capacidade de carga são atingidos. Estes devem ser identificados em termos de fatores ambientais (exemplo: escassez de terra, qualidade da água, qualidade do ar), de planta física (exemplo: transporte, acomodação, outros serviços), ou de fatores sociais (exemplo: superlotação, ressentimento pelas pessoas locais). Assim que a atração pela área diminui relativo às outras áreas, por causa de muito uso e impactos dos visitantes, o número atual de visitantes pode também eventualmente diminuir (BUTLER, 2006, p.04-05, tradução nossa).

Para Butler (2006, p.07-08, tradução nossa), o estágio de desenvolvimento reflete um destino bem definido no mercado de turismo e assim que entra no nível de estagnação, o número máximo de visitantes terá sido atingido. A região, destino ou área terá uma imagem bem estabelecida, mas não estará mais na moda. Nesse caso, esforços enérgicos do poder público e iniciativa privada serão necessários para manter o alto nível de visitação. Na teoria “*The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution*”, o autor cita que, no estágio de declínio, a região não será capaz de competir com novas atrações e, então, irá encarar um mercado

¹⁹ “O Conceito de um Ciclo de Evolução na Área do Turismo – implantações para o gerenciamento de recursos”.

²⁰ O ciclo de produto definido por Butler ao turismo são os estágios por quais passam um produto turístico: exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento.

decadente, destacando como exemplo as velhas áreas de *resort* na Europa, como “*Firth do Clyde*” na Escócia.

Mas o estágio rejuvenescimento pode ocorrer apesar de se ter quase certeza de que esse momento nunca será atingido sem a completa mudança nas atrações em que o turismo é baseado. Duas maneiras de se realizar esse rejuvenescimento da região turística podem ser vistas no presente. Uma, é a adição de uma atração feita pelo homem, como no caso dos cassinos de “*Atlantic City*”. Obviamente, se a vizinhança ou áreas competidoras fazem o mesmo, a eficácia da medida será reduzida. Mas:

[...] até atrações da área turística rejuvenescida poderão perder sua competitividade. Apenas no caso de uma área realmente única alguém poderia antecipar uma quase eterna atratividade, capaz de resistir às pressões da visitação. Até num caso como este, gostos e preferências humanas teriam de continuar constantes ao longo do tempo para visitantes serem atraídos (BUTLER, 2006, p.08, tradução nossa).

Outra abordagem alternativa é tirar proveito de recursos naturais anteriores intocáveis. Cidades “*spas*” na Europa e a vila de veraneio de “*Aviemore*” na Escócia têm experimentado o rejuvenescimento por meio de uma reorientação sobre o mercado de esportes de inverno, permitindo às áreas experimentar um ano inteiro de indústria do turismo. Nos destinos turísticos, o desenvolvimento de novas infraestruturas se torna economicamente possível e, simultaneamente, servindo para revitalizar o antigo mercado. Em muitos casos, são necessárias as parcerias públicas e privadas.

Desse modo, atrações artificiais, como a *Disneylândia* e *Disneyworld*, dos destinos turísticos talvez possam também competir eficazmente por longos períodos, acrescentando novas atividades em suas paisagens para se manterem atualizados com a preferência contemporânea.

Muitas áreas turísticas estabelecidas na Grã-Bretanha, Estados Unidos e em outros lugares como o Algarve e Paris atraem visitantes que passaram suas férias nesses destinos consistentemente por várias décadas e as preferências desses repetitivos turistas mostram pequenos sinais de mudança. Na maioria dos casos, porém, a seleção inicial do destino turístico a ser visitado por essas pessoas era determinada por custos e acessibilidade, ao invés de preferências específicas. Para Butler (2006, p.11), as áreas, destinos ou regiões turísticas:

[...] não são infinitas e eternas, mas deveriam ser vistas e tratadas como finitas e possivelmente como recursos não renováveis. Estes então deveriam ser mais cuidadosamente protegidos e preservados. O desenvolvimento da área de turismo poderia ser mantido dentro de limites de capacidade pré-determinado, e sua competitividade potencial mantida por um período mais longo (BUTLER, 2006, p.11, tradução nossa).

Nesse debate que gira em torno do ciclo de vida do destino, podem-se citar dois exemplos de destinos turísticos; um, em exploração e outro, consolidado. No caso da Região Turística das Águas, o destino turístico em exploração, apresenta acessibilidade e meios de transporte com algumas deficiências, em algumas cidades, quase ausência de infraestrutura e equipamentos de suporte à atividade turística, inexistência de roteiros, falta de promoção e *marketing* em eventos de turismo, baixo investimento turístico pelo poder público, tímida sinalização turística e regionalmente o turismo não é o setor econômico principal.

Já uma região como o Algarve, em Portugal, seria definida como uma forma de desenvolvimento consolidado, com aeroporto internacional, hotéis de luxo, companhias imobiliárias, atrações turísticas não naturais (marinas, cassinos e campos de golfe), roteiros turísticos para os mercados nacional e internacional, criação da Entidade Regional de Turismo (ERTA), onde o turismo é a atividade principal.

Assim, na literatura de Valls (2004, p.46), o destino brasileiro estaria numa fase inicial, pois “existe una competencia relativamente escasa; los precios son poco elásticos y se fijan sin ponerlos en relación con los costes, la competencia y los consumidores; se producen dificultades de ensamblaje de los procesos, los sistemas y tecnologías [...]”.

Para o referido autor, nessa fase, o surgimento do destino pode produzir-se por diferentes motivos endógenos e exógenos, por moda, por causas imprevisíveis ou por necessidade de substituição de outro e por motivos aleatórios. Se o destino se inicia a partir de um planejamento, que não é o caso do interior de Goiás, nessa fase, se realizam fortes investimentos, como o caso da cidade de Évora (Portugal) que obtém o título de “Patrimônio da Humanidade”, distinção que a ajuda a iniciar-se turisticamente. A região algarvia europeia é classificada como destino turístico maduro:

Los escenarios de fuerte competencia son generalizados en todos los sectores, a media que llegan al destino todos aquellos grupos que desean obtener o expandir su cuota de mercado. Las economías de escala se agrudizan incluso en negocios que necesariamente deben ser fragmentados, por lo que la concentración cobra más fuerza. Por otra parte, se instala definitivamente la globalización, de manera que muchas decisiones acerca del destino no se toman en su seno, sino en la sede de las corporaciones internacionales, según sus intereses. Asimismo, prosigue el proceso de concentración, ahora definitivamente internacional, que da lugar a fusiones y adquisiciones de difícil interpretación dentro de la lógica turística, fruto de compensaciones varias. Finalmente, la estructura de las empresas se muestra cada vez más rígida, estableciéndose un férreo maracaje entre ellas (VALLS, 2004, p.48).

Valls, ainda caracteriza essa fase pela presença de mercados altamente segmentados, pelo poder de algumas poucas operadoras turísticas, pelo domínio de preços mais baixos, pelo desajuste entre os preços dos pacotes e os de consumo livre, pelo envelhecimento da planta

turística (principalmente a hoteleira) e por certo descontrole da imagem da marca, como consequência da utilização intensiva por meio de canais onde o destino tem menor poder.

Segundo a Teoria do Ciclo de Vida do Destino Turístico, ainda são apresentadas outras três fases além das duas elencadas. A fase de desenvolvimento (*desarrollo*) segue a fase inicial de forma natural, de maneira que, na maioria dos casos, é difícil estabelecer uma fronteira entre ambas. Haja planejamento ou não, apresenta-se como uma etapa de fortes investimentos, em cujo transcurso se constitui num mercado turístico definido.

Na fase de expansão (*expansión*), os destinos desenvolvidos alcançam o sucesso, chegam à expansão. Cresce a concorrência, aparecem importantes economias de escala, desembarcam cadeias internacionais, inicia-se um processo de concentração da oferta e as operadoras turísticas adotam posições muito fortes para controlar a região. E a fase de declínio e obsolescência, ocorre quando diminuem-se as vendas, resultando em crescimento negativo ou nulo. Aparecem outros lugares novos. Os sistemas e tecnologias tornam obsoletas as estruturas e a gestão do destino.

Há retiradas de investimentos por agentes do setor. É necessário, nessa fase, a reestruturação de subsetores, de infraestruturas e de partes importantes do destino para buscar um novo posicionamento. Essa nova estratégia não se realiza sem o ingresso de fundos públicos, na medida em que os fundos privados estão em debandada (VALLS, 2004, p.46-51, tradução nossa). De acordo com Timón (2004, p.50), em seu artigo “*El Concepto de Destino Turístico. Una Aproximación Geográfico-Territorial*”, o conceito:

[...] de destino como âmbito de cruce entre lo sectorial y lo territorial es de gran importancia para la comprensión del turismo. Pero además de su interés analítico existe otro eminentemente práctico, dado que gran parte de los retos del sector, desde la competitividad hasta la sostenibilidad, se juegan en esa realidad del destino en donde se sustancia una parte importante de la relación entre oferta y demanda, y en donde se producen la mayoría de las implicaciones geográficas, económicas, sociales u culturales del turismo (TIMÓN, 2004, p.50)”.

Nesse contexto, o Estado nacional, por intermédio do Ministério do Turismo (2004, p.43), apresenta uma proposta de roteirização turística como sinônima de destinos, circuitos ou regionalização, destacando o caráter participativo, voltado para a mobilização social e a construção de parcerias. Essa roteirização tem entre seus objetivos promover em nível regional, “a integração e o compromisso dos sujeitos sociais envolvidos, o adensamento dos negócios na região, a inclusão social, o resgate e a preservação dos valores culturais e ambientais da região”. Para o órgão estatal:

A criação e consolidação de novos roteiros turísticos e o aumento de investimentos nos já existentes, com vistas à qualificação dos serviços, possibilitam o aumento do fluxo de turistas, propiciando sua maior permanência na região turística e, conseqüentemente, maior circulação de dinheiro. No processo de roteirização,

devem participar os mais diversos autores, incluindo o setor governamental, organizações não-governamentais, empresas e outros (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.43).

O Estado através de seu Ministério do Turismo (2004, p.43) defende que essa roteirização é um caminho que visa organizar, integrar e aumentar a oferta turística, gerando novos roteiros com qualidade, ampliando e qualificando os já existentes para comercialização nos mercados nacional e internacional. Ao facilitar o acesso das micro e pequenas empresas do setor ao mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional e estimular a criação de novos negócios e a expansão dos já existentes, assim promoverá e incentivará o empreendedorismo na região.

As diretrizes operacionais do Ministério do Turismo²¹ ressaltam que a formatação de novos destinos turísticos é papel da iniciativa privada, isto é, a elaboração de um circuito deve ser realizada com base em uma oferta turística existente e a partir de uma demanda real ou potencial. O processo de elaboração de roteiro turístico deverá ser coordenado pelas Unidades Federadas (UF) ou por suas regiões turísticas e a sua formatação se dará por meio de consultoria contratada pelo poder público ou diretamente pela iniciativa privada.

Fica para o órgão oficial de turismo das Unidades Federadas, a responsabilidade de articular ações e projetos convergentes de entidades governamentais e não-governamentais em nível estadual, induzindo o processo de roteirização nas regiões turísticas do Estado e definindo as estratégias da roteirização com base nas metodologias elaboradas pelo ministério. A partir daí, monitorando e avaliando o processo de roteirização com base nos modelos de indicadores disponibilizados pelo ministério. Porém, a Agência Goiás Turismo não conseguiu desenvolver esses passos no Baixo Paranaíba Goiano.

Caberá à instância de governança regional incentivar o processo de roteirização, promover a integração e mobilização dos sujeitos sociais envolvidos, implementar o processo da roteirização e monitoria, oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade e promover o processo de monitoria e avaliação dos roteiros turísticos. É tarefa do órgão

²¹ Como instrumento, o “Programa de Regionalização do Turismo”, no site do ministério, disponibiliza documentos específicos sobre o processo de roteirização, incluindo os passos para a elaboração de roteiros de turismo, as competências dos envolvidos e informações relevantes. Nesse caso, a competência do Ministério do Turismo é: elaborar e disponibilizar diretrizes metodológicas; articular ações e programas convergentes em âmbito federal; elaborar e disponibilizar material didático; prestar apoio técnico e financeiro aos projetos, conforme disponibilidade; induzir o processo de roteirização junto aos Estados; apoiar a promoção e a comercialização; elaborar e disponibilizar modelos de monitoria e avaliação; apoiar o Estado no processo de roteirização; definir parâmetros de qualidade dos serviços turísticos; apoiar a divulgação dos roteiros turísticos, conforme disponibilidade (Ministério do Turismo, 2004, p.45).

municipal de turismo também oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade, efetuar levantamento atualizado e disponibilizar informações.

Nesse processo, ainda será de responsabilidade do órgão público local, mobilizar e integrar os sujeitos locais para a participação, zelar pela infraestrutura básica e turística pública, regular e ordenar a atividade turística em âmbito municipal (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.46). Compete então, à iniciativa privada formatar os roteiros, comprometer-se com a qualificação de seus produtos e ou serviços, criar rede de ações com empresários do setor e do poder público, assumir compromisso ético e responsabilidade social.

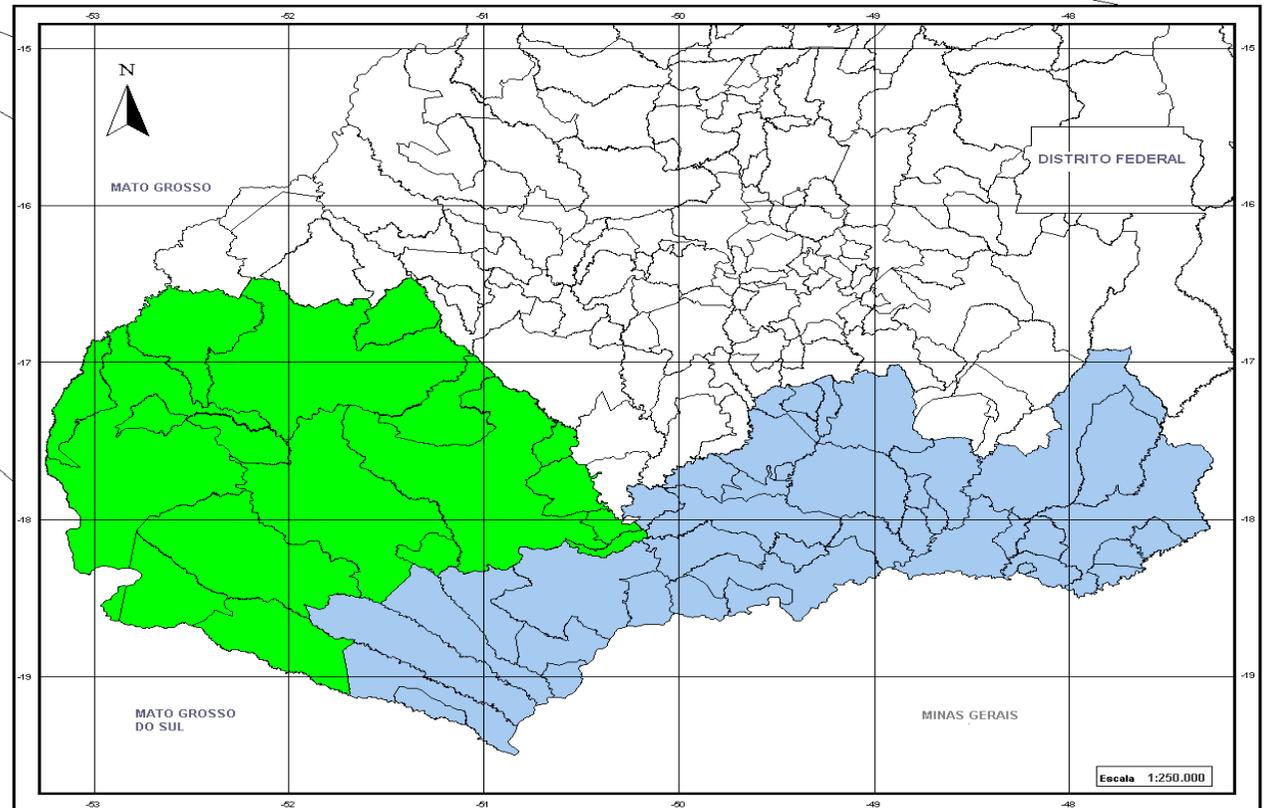
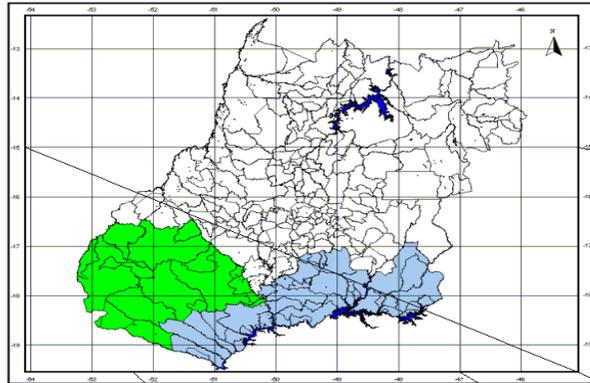
Portanto, na sua segunda edição, o Plano Nacional de Turismo (PNT/2007-2010) propõe a identificação de destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional. Isso significa que esses destinos serão priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do MTur e serão o foco de articulação e busca de parcerias com outros ministérios e instituições. Esses destinos indutores terão a responsabilidade de propagar o desenvolvimento nos roteiros dos quais fazem parte e, conseqüentemente, nas regiões turísticas que perpassam, ou seja, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno.

Em Goiás, foram selecionadas como destinos indutores, a capital Goiânia e as cidades do interior como Caldas Novas, Pirenópolis e Alto Paraíso. Além desses, encontra-se localizado dentro do Estado o destino indutor Brasília. Esse planejamento e ausência de análises criteriosas continuam fortalecendo as desigualdades regionais e as políticas públicas goianas seguem convergindo suas ações para os tradicionais municípios turísticos.

Todavia, deve-se enfatizar que é inaceitável que as políticas públicas de identificação desses destinos indutores, implementadas pelo Ministério do Turismo e Goiás Turismo, continuem a não proporcionar condições favoráveis para todas as regiões do Estado e, assim, não contemplam as diversidades regionais, não integrando no projeto cidades do Baixo Paranaíba Goiano e Entorno do Parque Nacional das Emas (Figura 07: Regiões Turísticas Agroecológica e das Águas).

É possível dizer que o projeto afirma a ideia defendida por Arrais (2007, p.64), de que a regionalização ou a criação de novos destinos é elaborada, quase sempre, a partir de uma escala cartográfica e assim representada no mapa de forma contígua. Contigüidade e região homogênea aparecem quase como sinônimos nos projetos do Ministério do Turismo. Uma região homogênea é, sobretudo, uma região contígua resultado do reconhecimento de certa uniformidade ou interação de fenômenos em uma determinada base territorial.

REGIÃO AGROECOLÓGICA E REGIÃO DAS ÁGUAS - GOIÁS



ORG. por: CUNHA, Djane A.I.
SANTOS, Jean C. V.
2008

FONTE:
Cartas Topográficas IBGE
SIG GOIÁS.Base Cartográfica 1:250.000

LEGENDA:

- Limites Municipais
- Massa d'água
- Região Agroecológica
- Região das águas

Cabe ainda destacar que para o Estado apoiar diferentes conjuntos de lugares que formam as regiões e diferentes destinos de visitação, não basta somente desenvolver projetos nacionais e criar um Ministério do Turismo, é preciso pensar nas curtas distâncias dos atrativos e municípios, em bons meios e vias de transporte para facilitar a circulação de turistas e moradores locais, investimentos em segurança, infraestruturas de receptividade e urbanas. Segundo Barretto, Burgos, Frenkel (2003, p.21) “é necessário, para concretizar o fenômeno turístico, que haja condicionantes favoráveis para que o desejo possa transformar-se em ação”.

Diante dessa abordagem, a discussão a seguir, centra-se na leitura das partes geográficas de uma região turística. Para Schaffer (1999, p.88) a leitura em Geografia surge como o caminho para buscar, selecionar, organizar e interpretar a informação, que é expressão de um momento do lugar, região, destino, circuito ou simplesmente da vida. Essa leitura geográfica permitirá o acesso às densidades regionais Baixo Paranaíba Goiano e ao desenvolvimento de uma proposta de criação de novos destinos turísticos.

4.2. TEORIA DAS PARTES GEOGRÁFICAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA: elementos fundamentais na leitura e análise dos conjuntos de lugares ou destinos de visitação

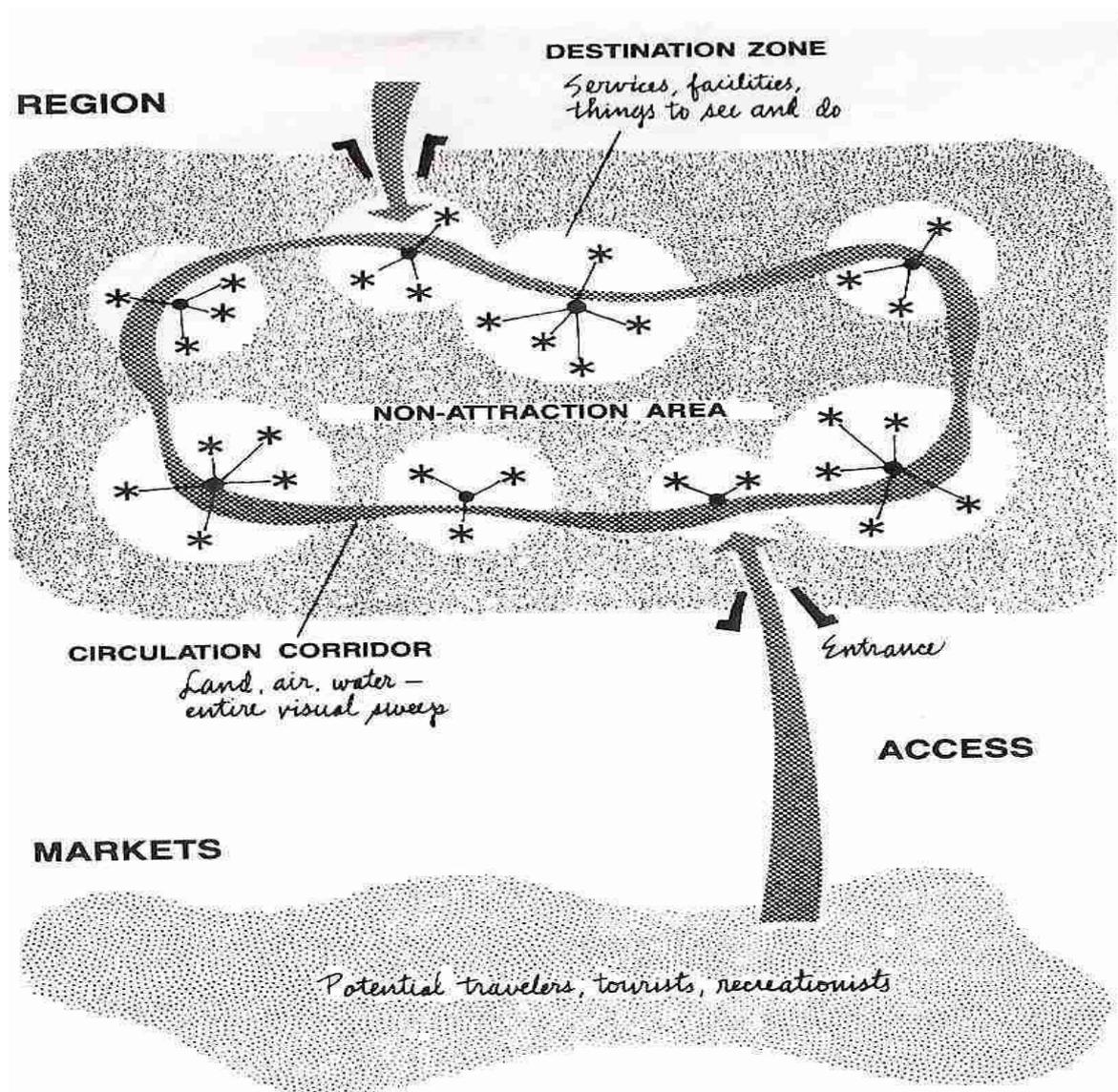
Considerar a região como um conjunto de lugares é fundamental para orientar as direções desejáveis e estimular os sujeitos sociais sensibilizados com as iniciativas e atividades de turismo regional. A região contém vários lugares, alguns mais propícios de que outros à atividade turística. No caso da maioria das:

[...] regiões falta uma declaração da política que fornece um modelo para o desenvolvimento do turismo em toda a região. Esta política seria o resultado de comum acordo pelos setores público e privado. Todos os destinos e empreendimentos individuais podem não ter a sensação de que eles são partes de um todo que tem concordado com dimensões globais do desenvolvimento do turismo (GUNN, 2002, p.142, tradução nossa).

Segundo Gunn (2002, p. 148, tradução nossa), “um passo importante para o processo de planejamento do turismo na região é combinar desenvolvimento com necessidade e desejos dos mercados”. A proposição de Gunn (2002, p.135) destaca três partes principais de uma região turística: “corredor de circulação, atração complexa (destino) e o interior sem atração

(Figura 08)”. A atração complexa é uma unidade geográfica que engloba uma comunidade, a área circundante, suas atrações, acesso e ligação.

Figura 08: Modelo de GUNN das Principais partes Geográficas de uma Região Turística



Fonte: GUNN, 2002, p.136. In: *Tourism Planning: basics, concepts, cases.*

É nesse complexo que estão as infraestruturas, o atrativo principal assentado numa base cultural ou natural e os recursos complementares chamados por Gunn (2002, p.136, tradução nossa) de “cinto inviolável em torno do núcleo”. Essas atividades complementares com suas funções encontradas no adro do atrativo turístico, mais notável do destino, oferecem serviços compatíveis com a atração.

Os corredores de circulação são as vias que permitem os visitantes chegarem à atração complexa, pois são fundamentais para a mobilidade de turistas. Ao longo desses corredores de

circulação, encontram-se áreas definidas como sertões sem atração ou simplesmente uma zona interior de não atração, porém, se descobertas, podem tornar se potencialidades para o turismo regional no futuro, especialmente influenciado por mudanças nas tendências do mercado (GUNN, 2002, p. 137-138, tradução nossa).

Porém, a proposta desta pesquisa de análise teórica das partes geográficas de uma região turística não se limitará às três partes definidas por Gunn, pois entende-se ser fundamental a presença dos visitantes nos atrativos principais e em circulação pelo contexto regional, bem como a possibilidade de sensibilização dos sujeitos. Então, a região turística será concebida, neste trabalho, como um espaço em que o aspecto principal é a presença do turista e as possibilidades oferecidas (1ª parte), o portal de entrada e corredores de circulação desses visitantes (2ª parte), a atração principal (3ª parte), Sujeitos Sociais Sensibilizados (4ª parte), e os lugares sem atrativos turísticos (5ª parte) (Quadro 07)''.

Quadro 07: Partes ou Elementos Principais de uma Região Turística

PARTES FORMADORAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTES GEOGRÁFICAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA
1ª parte	A presença do turista e as possibilidades oferecidas são os pontos principais que definirão a região como um conjunto de lugares turísticos e que poderão formar diversos destinos.
2ª parte	Portais de entradas e as principais vias de mobilidades desses turistas pela região.
3ª parte	Atração ou as atrações principais que fazem com que o turista permaneça na região e onde estão as infraestruturas e políticas públicas de turismo. O atrativo principal poderá ser compreendido como lugar com alta densidade turística, se comparado com os espaços onde o visitante é ausente.
4ª parte	É preciso ter “Sujeitos Sociais Sensibilizados” com a atividade turística, para que ocorram as tomadas de decisão dentro das redes sociais local, regional, estadual e federal. É fundamental, nesse momento, a participação de grupos sociais diversos, considerando as relações públicas, privadas e de comunidades diversas.
5ª parte	Áreas não capturadas pelo o turismo, ou seja, onde o turista não se faz presente e não existem as possibilidades anteriores. Será significativo, nesse processo, aceitar os vazios turísticos e os atrativos sem infraestrutura de acolhimento, que poderão numa outra etapa serem inseridos como novos lugares turísticos. Esta fase também poderá ser considerada como área de densidade turística nula.

Organização: Vieira Santos, J. C. 2010.

Neste processo, a “1ª Parte” tem como elemento principal a presença do turista ou visitante, que vai definir a região como um conjunto de lugares turísticos e que poderá formar diversos destinos, pois entende que somente os meios de hospedagem e as infraestruturas de lazer que são objetos característicos de lugares turísticos, não “são suficientes para definir a presença da atividade em dado território, principalmente, porque não são objetos de uso exclusivo do turismo (CRUZ, 2003, p.7-8)”, mas são possibilidades que podem definir a presença dos visitantes nos lugares.

Cruz (2003, p.08) ainda destaca que todo lugar em que houver a presença do turista pode ser considerado um espaço apropriado pela prática social do turismo. Então, o que vai diferenciar as regiões turísticas de outras espacialidades, inclusive aquelas consideradas potencialmente turísticas, é a presença do visitante e não, simplesmente, a existência de infraestruturas típicas de uso turístico, porém não é possível desconsiderar a sua existência na análise de uma região, lugar, área ou espaço turístico.

Neste contexto, é relevante lembrar que os turistas presentes nos lugares turísticos, podem, em outros períodos, alterar seus hábitos, comportamentos e preferências, que em verdade são rebatimentos “das rápidas mudanças da sociedade e da evolução tecnológica e científica (CUNHA, 2001, p. 387)”. Desse modo, não se pode correr o risco de cair no excessivo mercantilismo de conceber todos os lugares da região como turísticos, ainda mais identificando que os turistas não se farão presentes de imediato por todos esses locais.

A “2ª Parte” consiste em compreender e localizar os portais de entradas e as principais vias de mobilidades dos turistas pela região, bem como os meios de transporte mais utilizados. Os portais de acesso são: aeroportos, ferrovias, áreas portuárias diversas (hidrovias, portos marítimos, etc), e as rodovias da região (automóveis, ônibus, etc). Posteriormente, faz-se necessário analisar se as vias de mobilidade dos turistas são somente nas áreas urbanas ou entre duas ou mais cidades, seja por rodovias federal, municipal ou estadual.

Para Cruz (2003, p. 24), o turismo não apenas se apropria de rodovias preexistentes ao seu aparecimento em dado território, mas também cria seus espaços de deslocamento. A partir daí, é necessário compreender se os turistas estão chegando à região em função de seus atrativos ou apenas circulando por suas vias em busca de outras regiões turísticas, pois esse visitante em mobilidade ou que utiliza os meios de hospedagens e alimentação por algumas horas, também pode se inserir no planejamento dos destinos turísticos elencados na região, por meio da comercialização da produção local. É nesta fase também que a discussão fica centrada nas dimensões regionais de deslocamento que:

[...] deverão ser suficientemente pequenos, para permitir a coordenação de um certo número de operações locais, formando um conjunto relativamente complexo e suficientemente pequenas, para permitir a coordenação direta e um controle eficaz das operações que nela são desenvolvidas (SOUZA, 1976, p.108).

Seu tamanho, portanto, dependerá de uma série de fatores como densidade demográfica, maior ou menor homogeneidade no espaço regional, amplitude da polarização urbana, possibilidades de articulação administrativa e técnica. No entanto, para Bourdin (2001, p.67), “a localização se realiza não conforme uma simples lógica de proximidade, mas combinando um conjunto de escolhas e de meios de mobilidade”.

No planejamento de uma região turística, é preciso considerar as vias de mobilidade dos visitantes como caminhos que unem pontos turísticos diversos e semelhantes. Sendo assim, as dimensões espaciais e limítrofes são fundamentais na operacionalidade das “Regiões Turísticas”. Fortalecendo a importância da proximidade, Seabra (2007, p. 80) afirma que grupos de municípios com potencial e potencialmente turísticos, em áreas próximas, reduzem os custos dos investimentos em infraestruturas e serviços.

Os diversos lugares que formam um leque de destinos em regiões turísticas assim concebidas encurtam as distâncias e possibilitam maior mobilidade e entretenimento ao visitante. Aumentando o número de lugares visitados, o turista tem mais oportunidades para conhecer atrativos diversos e se relacionar com hábitos, mitos, ritos e festejos de diferentes comunidades.

A “3ª Parte” é identificar a atração ou as atrações principais que fazem com que o turista permaneça na região. De acordo com Cunha (2001, p.261-262), são as atrações que definem os destinos turísticos e constituem um dos principais componentes do sistema turístico, pois os visitantes deslocam-se para um determinado destino porque ali existem elementos ou fatores de diferentes naturezas que sobre eles exercem uma atração. Essa capacidade de gerar movimentos turísticos difere de uma atração para outra e depende principalmente da localização e das condições de acesso.

Uma paisagem dramática ou uma obra notável, próxima dos centros urbanos e de fácil acesso, terá, obviamente, uma maior capacidade de atrair turistas. No entanto, o elemento mais importante de uma atração é a sua singularidade. No adro das principais atrações estão as infraestruturas turísticas, pois com a presença do turista no lugar, os meios de hospedagem e serviços diversos farão parte do ordenamento espacial, tornando-se uma possibilidade de permanência do visitante.

Nesta 3ª etapa, podem aparecer os atrativos complementares, onde grupos menores de turista que visitam os atrativos principais também frequentam. Nesse processo, devem-se

considerar os espaços naturais, culturais e os sujeitos que podem abastecer as iniciativas turísticas existentes com as novidades da produção local, colocando à disposição do visitante saberes e fazeres culinários, artesanais e outros elementos dos modos de vida regional.

Na “4ª Parte”, os órgãos públicos e planejadores turísticos devem considerar a existência de sujeitos sensibilizados com a atividade turística nos lugares para que ocorram as tomadas de decisão. Para Brizolla e Lima (2008, p.38-41), quando se fala em sensibilização, fala-se sobre a faculdade de sentir, de perceber modificações no meio em que se vive e de reagir de forma adequada frente a elas. Significa estar apto a sentir em profundidade as impressões, participar ativamente delas e tentar intervir sobre aquilo que está a sua volta. Para o sucesso de qualquer programa de turismo:

[...] é importante que estejamos todos “sensíveis” para ver, sentir e entender o turismo. É preciso que nos deixemos descobrir nossas cidades, olhá-las com olhar curioso do viajante, perceber o que, em nossa região, é diferente e especial. Todas as regiões têm, certamente atrativos. Uns são facilmente reconhecíveis, outros inesperadamente interessantes. Porém, muitas vezes as pessoas não conseguem sequer perceber o potencial de riquezas que está a sua volta (BRIZOLLA; LIMA, 2008, p.38).

Ao longo dessa obra, os autores afirmam que para o processo de sensibilização seja eficiente, é preciso que se desenvolva, na comunidade, a percepção do que é o turismo e sua importância no desenvolvimento de cada região. O poder público, representado pelos governos federal, estadual e municipal, deve assumir sua parte, incentivando esse processo inicial de formação de lideranças locais, sensibilizando e mobilizando os sujeitos envolvidos.

Não há como negar que os diálogos dos poderes centrais e estaduais com os lugares são essenciais para que esse processo consiga atingir os patamares desejados. Segundo o Ministério do Turismo (2004, p. 21), a sensibilização é um processo permanente que deverá despertar o interesse e o comprometimento necessário dos sujeitos locais, pois são desses as responsabilidades de transformar sua região em turística. O projeto estatal destaca que os objetivos da sensibilização são:

Buscar a adesão dos órgãos públicos das Unidades Federadas e órgãos municipais, como foco da regionalização do turismo; Esclarecer o setor público e privado e a própria sociedade sobre a importância e as vantagens de estruturar e aumentar a oferta dos produtos turísticos, melhorar a qualidade dos serviços e equipamentos e agregar valor aos produtos ofertados; Apoiar as Unidades Federadas na identificação de lideranças naturais na comunidade e no setor privado envolvidas com as atividades turísticas que possam ser incluídas no processo de regionalização, inclusive como animadores e multiplicadores para outras regiões do Estado; Minimizar as resistências a novas idéias e posturas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, P. 21).

Nesse contexto da sensibilização, pode-se afirmar que as regionalizações propostas para o Brasil e Portugal apresentam particularidades em relação às ações desses Estados. No caso

brasileiro, tomando como exemplo a microrregião quirinopolina, constata-se que possui sujeitos sensibilizados com o turismo, estruturas e equipamentos em torno de lugares considerados turísticos e aptos à visitação, como hotéis que têm sido, nas últimas duas décadas, alvos de transformações decorrentes do crescimento de eventos realizados e do consequente aumento do número de turistas. Mesmo entendendo que os interesses pelas atividades de turismo na região não crescem nas proporções do agronegócio, existem sujeitos sociais locais persuadidos em divulgar as iniciativas existentes. Porém, são nas redes sociais locais que se encontram esses sujeitos sensibilizados e persuadidos em apresentar as iniciativas de turismo no Baixo Paranaíba Goiano.

É por meio dos sujeitos sociais envolvidos com as iniciativas turísticas nas redes sociais local, regional, estadual e federal que sairão propostas mais coerentes com as realidades regionais. Neste âmbito, as propostas de criação de diversos destinos heterogêneos dentro da região, estarão encurtando os espaços, valorizando as forças políticas locais, os interesses regionais, as sociabilidades e conexões que dão vida aos lugares. Assim se projetarão para as regiões não só a proposta do Ministério do Turismo e Goiás Turismo, mas as densidades dos espaços no contexto das possibilidades e lógicas sociais que têm particularidades, histórias e identidades.

Nesse processo, haverá a participação de grupos sociais diversos e comprometidos com a organização política, cultural e econômica regional. Desse modo, é fundamental o envolvimento de sujeitos públicos e privados e das comunidades organizadas, para que se atinja o sucesso desejado, com a valorização dos laços de pertencimento aos grupos e das relações com os lugares capturados pelo turismo. É, nesta “4ª Parte”, que todas as possibilidades elencadas nas partes anteriores estarão convergidas para a criação dos destinos turísticos inseridos na região.

A “5ª Parte e última” considera as áreas não apropriadas pelo o turismo, onde o turista e os sujeitos sociais sensibilizados não frequentam. É evidente a importância de privilegiar as proximidades com atrativos, mas será significativo, neste processo, aceitar os vazios turísticos e os atrativos sem infraestrutura de acolhimento, que poderão, numa outra etapa, ser inseridos como novos lugares turísticos. Destacam-se, ainda, as potencialidades inventariadas não apropriadas e as não diagnosticadas pelo poder público e iniciativa privada local ou regional.

Para Almeida (2006, p.216), as potencialidades do espaço inventariadas pelos planejadores públicos e privados são entendidas como a existência de condições favoráveis da oferta turística, capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente. Segundo Cruz (2001, p.21),

as potencialidades turísticas ora são recursos naturais, ora recursos culturais ou ambos, ignorando o principal fator conformador dos lugares turísticos, ou seja, a presença do turista. Referimo-nos, neste momento, ao espaço potencial, ou seja, à possibilidade de destinar ao espaço real o uso diferente do atual. Essa realidade pertence à imaginação dos planejadores quando, depois do diagnóstico, ao passarem à proposição do plano, estudam a possibilidade de uso turístico de um lugar (BENI, 2003, p. 56).

Diversos sujeitos sociais municipais e regionais interessados e persuadidos com o desenvolvimento do setor turístico devem “começar a relacionar todos os recursos que podem ser utilizados para o turismo, identificando-os, classificando-os e procedendo a uma avaliação real dos mesmos, como parte de um plano de desenvolvimento (LAGE; MILONE, 1991, p.54)”. Portanto, esta investigação entende que, para a região ser considerada turística é preciso considerar principalmente a presença do turista e as diversas possibilidades como as vias de acesso (portais de entrada e rotas de circulação), o atrativo principal com suas infraestruturas no entorno, os sujeitos sociais sensibilizados com a atividade e os vazios turísticos. Estes são elementos fundamentais para que as atuais ações deflagradas pelo Estado possam, a partir das densidades dos lugares, formar uma região turística.

Entende-se que essa discussão não se esgota aqui, é preciso continuar alargando o debate em torno dessa temática, para compreender por quais processos a regionalização de atrativos turísticos ocorre em diferentes regiões do Brasil, das quais fazem parte a presença do turista, atrativos âncoras, as linhas de transportes e as informações existentes que produzem conexões e sociabilidades entre os vários sujeitos locais e regionais.

Enfim, com base na “Teoria das Partes Geográficas de uma Região Turística” chega-se de fato à proposta de criação de destinos turísticos e não produtos turísticos para a microrregião quirinopolina no interior de Goiás. A destinação ou roteirização turística é uma etapa da criação de produtos e o surgimento desses produtos é de responsabilidade das operadoras turísticas (setor econômico) que, em parceria com as prefeituras ou agências regionais de turismo, estabelecerão as identidades visuais dos roteiros. Estas identidades podem ser propostas pela presidência dos destinos e as operadoras turísticas têm o direito de aceitá-los e comercializá-los ou criar produtos com identidades próprias.

4.3. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NOVOS DESTINOS NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ÁGUAS EM GOIÁS: o caso da microrregião de Quirinópolis

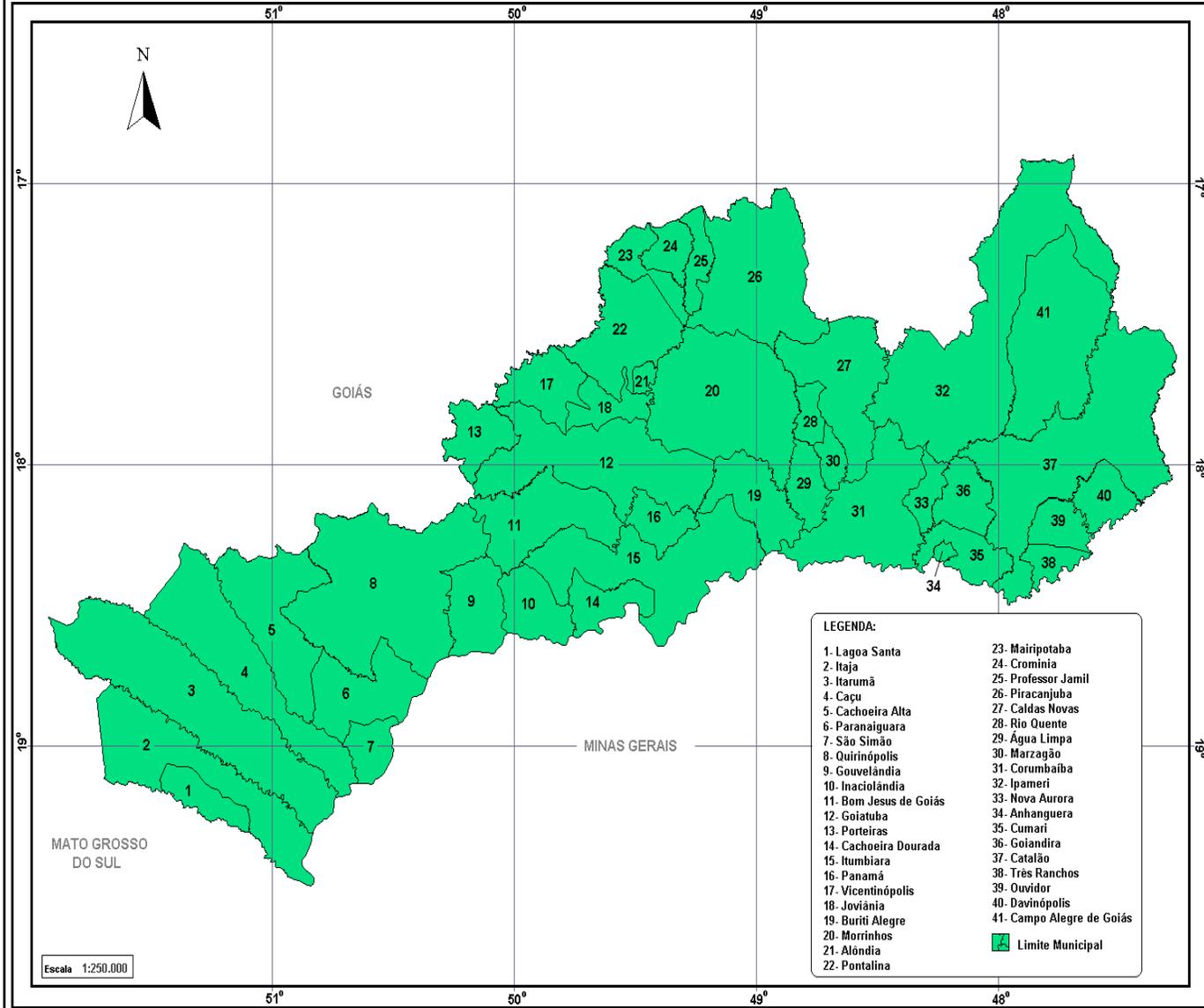
Quando se pesquisa uma região turística, não se quer dizer que exista uma mancha de atrativos contíguos agrupados. No caso da microrregião quirinopolina, o que se constata é um conjunto de variados lugares turísticos descontínuos, formando uma região turística com um conjunto de lugares descontínuos. Porém, esses lugares podem inicialmente ser integrados por vias de transportes e redes sociais: hoteleiras, secretarias municipais de turismo e centros de informações turísticas.

Esses elementos responsáveis pelo intenso fluxo de pessoas nas áreas de atração poderão não promover o fim das discontinuidades regionais encontradas na atividade turística e muito menos em outras atividades econômicas. Mas, indiretamente, as cidades não turísticas poderão ser integradas à regionalização da atividade acolhendo os visitantes que se deslocam de um atrativo para outro, aumentando a coesão regional em torno dessa cadeia produtiva. É necessário, portanto, modernizar as rodovias estaduais e federais em torno da atividade turística regional, criando “instrumentos viabilizadores dos fluxos de pessoas e de mercadorias que devem alimentar os lugares turísticos (CRUZ, 2001, p.135)”.

Sendo assim, o grande desafio será apresentar um modelo de regionalização do turismo para o interior de Goiás, a partir dos conjuntos de lugares e redes sociais que formam a microrregião quirinopolina inserida na “Região Turística das Águas” definida segundo critérios do Ministério do Turismo. Esses conjuntos de lugares serão compreendidos como destinos turísticos responsáveis por caracterizar uma região definida como turística.

Inevitavelmente, após as análises e discussões apresentadas, surgirão questionamentos sobre a possível criação de uma região turística englobando somente os municípios da microrregião de Quirinópolis. No entanto, o que se apresenta não é uma defesa em prol da extinção da “Região Turística das Águas”, com seus quarenta e um municípios regionalizados em uma área de 52.440,502 Km² (Mapa 04: Municípios que fazem parte da Região Turística das Águas, localizada no Estado de Goiás), segundo os critérios do Ministério do Turismo e Goiás Turismo, mas que se criem destinos, polos, rotas, circuitos ou unidades geográficas dotadas de atrativos turísticos, considerando-se os critérios apontados na “Teoria das Partes Geográficas de uma Região Turística”.

MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA REGIÃO DAS ÁGUAS , LOCALIZADA NO ESTADO DE GOIÁS - 2008



- LEGENDA:**
- | | |
|------------------------|---------------------------|
| 1- Lagoa Santa | 23- Mairipotaba |
| 2- Itaja | 24- Crominia |
| 3- Itarumã | 25- Professor Jamil |
| 4- Capu | 26- Piracanjuba |
| 5- Cachoeira Alta | 27- Caldas Novas |
| 6- Paranaiguara | 28- Rio Quente |
| 7- São Simão | 29- Água Limpa |
| 8- Quirinópolis | 30- Marzagão |
| 9- Gouvelândia | 31- Corumbáiba |
| 10- Inaciolândia | 32- Ipameri |
| 11- Bom Jesus de Goiás | 33- Nova Aurora |
| 12- Goiátuba | 34- Anhanguera |
| 13- Porteiras | 35- Cumari |
| 14- Cachoeira Dourada | 36- Goiandira |
| 15- Itumbiara | 37- Catalão |
| 16- Panamá | 38- Três Ranchos |
| 17- Vicentinópolis | 39- Ouvidor |
| 18- Joviânia | 40- Davinópolis |
| 19- Buriti Alegre | 41- Campo Alegre de Goiás |
| 20- Morrinhos | |
| 21- Alândia | |
| 22- Pontalina | |
- Limite Municipal



FORNE: Cartas Topográficas IBGE
SIG GOIÁS.Base Cartográfica 1:250.000

ORG. por: CUNHA, Djane A.I.
SANTOS, Jean C. V.
2008

Também não se defende a mudança de nome “Região das Águas”, que utiliza do “Turismo em Atrativos Hídricos” presente em municípios como Caldas Novas, Rio Quente, Três Ranchos, São Simão, Lagoa Santa e Cachoeira Dourada para definir a região turística. Essa toponímia remete a ideia de que os vários municípios que formam a região possuem atrativos homogêneos, o que não demonstra a sua diversidade e densidade. Ao se criar vários destinos dentro de uma região turística, cria-se a possibilidade de apresentar diferentes atrações naturais, sociais e culturais existentes, mostrando ao visitante que não é somente o atrativo hídrico que forma a região de visitação, existe um espaço com vários elementos socioespaciais históricos, econômicos e culturais gerados por princípios de usos, apropriações, saberes e fazeres.

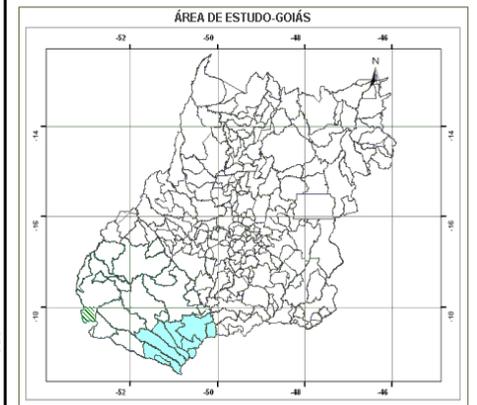
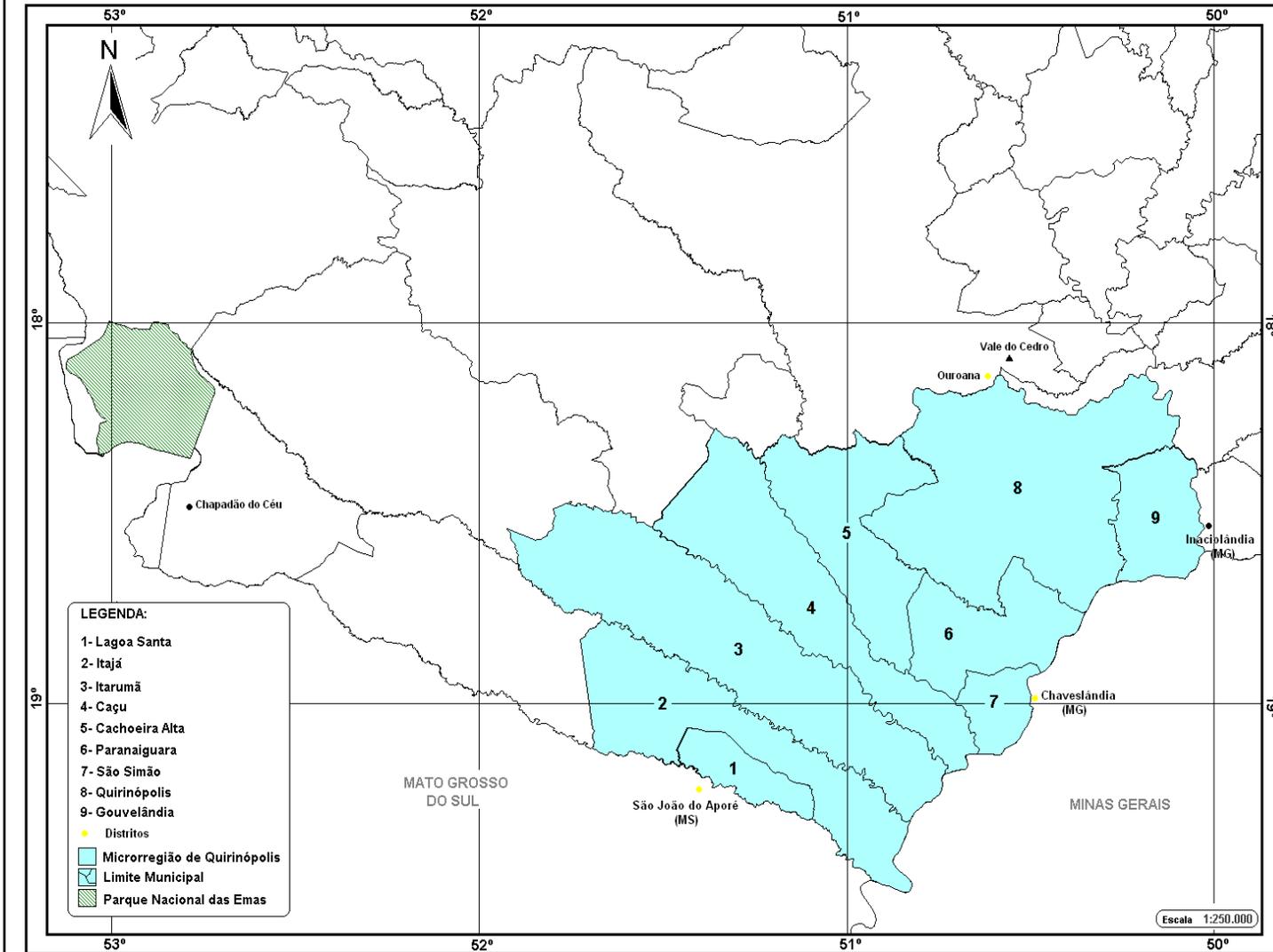
A vasta extensão territorial pode ser mantida, mas é necessário pensar nos vários exemplos de regiões turísticas internacionais que, apesar das grandes dimensões, estão consolidadas no mercado, constatando que os enormes limites geográficos não são problemas de fato. Entre os exemplos, têm-se a “Região Turística do Alentejo”, em Portugal, com 31.551,2 Km² e a “Região Turística da Andaluzia”, na Espanha, com 87.268 Km². Porém, em ambas, foram criadas subregiões. No caso português, existem também os “Polos de Desenvolvimento Turístico” criando, dentro das regiões, diversos destinos com condições específicas e diferenciadas para o aproveitamento turístico.

No Brasil, o Estado define administrativamente as grandes áreas de orientação para o aproveitamento dos recursos turísticos, mas não impede que sujeitos locais, regionais e estaduais criem dentro dessas regiões turísticas novos destinos de penetração. Neste sentido, não justifica a presente investigação defender o fim da “Região Turística das Águas em Goiás” e sim propor a criação de vários destinos turísticos na parcela de ordenamento espacial que corresponde aos 16.068,103 Km² da microrregião de Quirinópolis.

4.3.1. Destinos turísticos entre o lago de São Simão e Lagoa Santa

Na microrregião quirinopolina (Mapa 05: Área de Estudo – Microrregião de Quirinópolis), no interior goiano, é rotina a presença de turistas na cidade de Lagoa Santa e nos municípios que margeiam o Lago da Hidrelétrica de São Simão, no pequeno núcleo urbano sãosimonense. Portanto, podemos considerar que na microrregião existem duas atrações principais: a Lagoa de Águas Quentes e o Reservatório Sãosimonense.

MAPA DA ÁREA DE ESTUDO: MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS



ORG. por:
 CUNHA, Djane A.I.
 SANTOS, Jean C. V.
 2009

FONTE:
 Cartas Topográficas IBGE
 SIG GOIÁS.Base Cartográfica

Esta proposta rompe com a hierarquia urbana encontrada, não considerando a cidade de Quirinópolis como núcleo central, promovendo uma participação mais democrática dos municípios, inclusive valorizando as possibilidades para que os municípios não considerados turísticos se insiram nos destinos turísticos criados.

Na perspectiva da inclusão dos lugares, torna-se relevante apresentar uma proposta que considere o saber fazer de cada município, construindo destinos turísticos numa escala da presença e circulação de turistas. Segundo os relatos obtidos, na cidade de Lagoa Santa, a maior parte dos turistas é oriunda de cidades dos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No caso dos municípios do entorno do reservatório da Hidrelétrica de São Simão, os visitantes chegam dos Estados de Goiás e Minas Gerais, principalmente, durante as festas de carnaval e gastronômica.

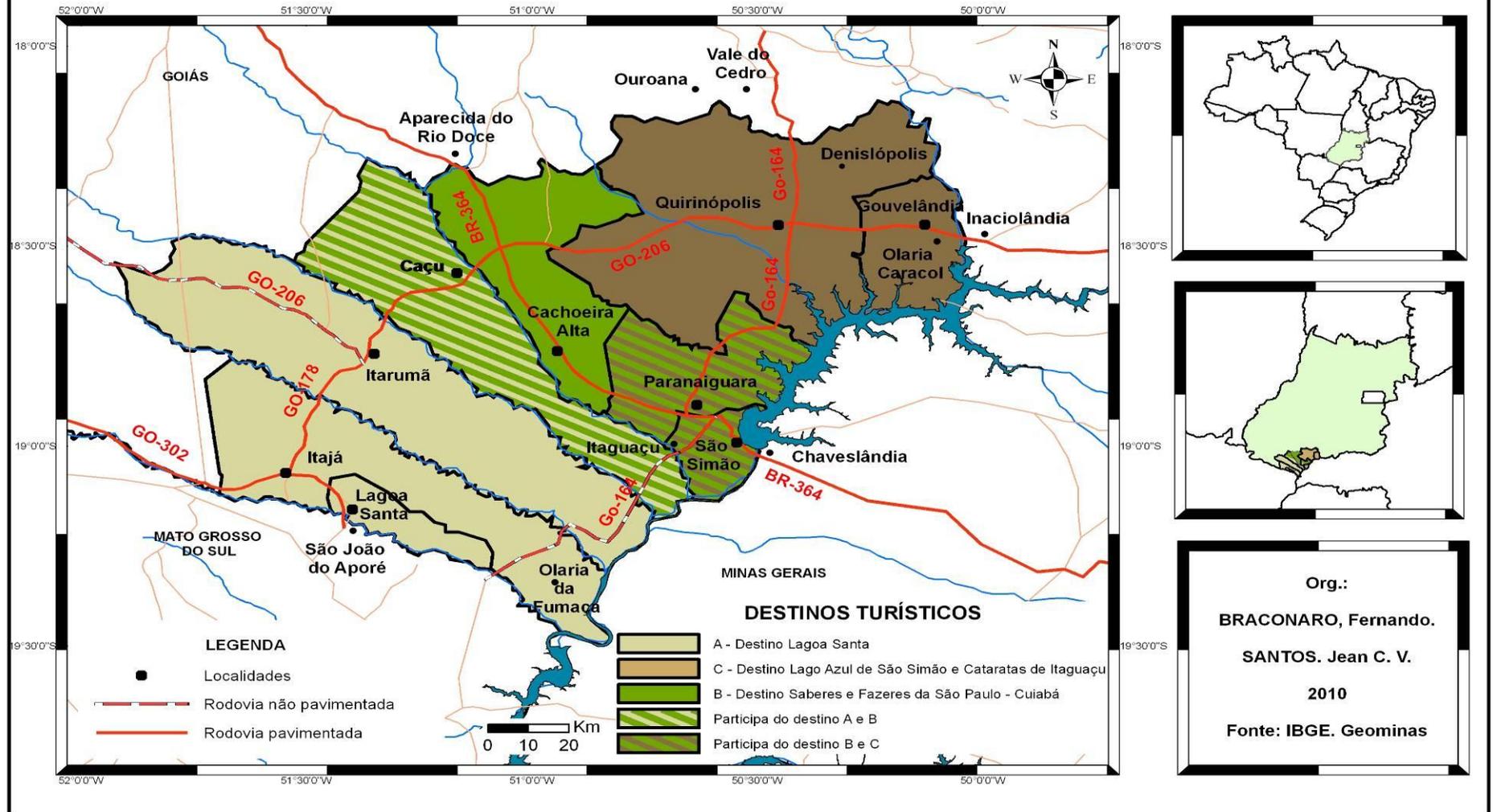
Neste contexto, pode-se propor, para a microrregião de Quirinópolis, a criação de três destinos turísticos (Mapa 06: Destinos Turísticos/Quadro 08), dois onde o turista se faz presente: o da “Lagoa Santa e Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu”, toponímias já utilizadas pelos moradores da região. Esses são os espaços receptores da microrregião, onde estão as principais infraestruturas de acolhimento, com bares, restaurantes, hotéis, secretarias de turismo, centro de atendimento aos turistas, entre outros. E outro destino valorizando a mobilidade regional, definido por este trabalho como “Saberes e Fazeres da São Paulo Cuiabá”.

Nos três destinos turísticos, os principais portais de entrada de turistas são pelas seguintes rodovias: a Federal BR 364 (São Paulo-Cuiabá²²), nos municípios de São Simão e Cachoeira Alta e as estaduais GO 302, em Itajá, GO 164, em Quirinópolis e GO 206 em Gouvelândia. Segundo Beni (2006, p.125), os corredores turísticos são vias que interligam dois ou mais pontos sobre os quais se encontram os principais atrativos da região. Por intermédio destas vias, ocorre a circulação dos visitantes pelo Baixo Paranaíba Goiano, em direção a seus atrativos ou de atrativos de outras regiões brasileiras. Também estão em circulação automóveis e caminhões com outras finalidades econômicas e sociais.

No destino da “Lagoa Santa”, o turista frequenta principalmente a lagoa de águas quentes no município de Lagoa Santa, mas as cidades de Itajá, Itarumã e Caçu entram com o objetivo de oferecer atrativos complementares: festas, culinárias, artesanatos e recursos naturais e culturais diversos, que também são encontrados na cidade turística de Lagoa Santa.

²² Essa importante estrada do interior brasileiro que vai de Cordeirópolis (SP) a Rodrigo Alves no Acre, é também conhecida regionalmente como rodovia “São Paulo-Cuiabá”.

DESTINOS TURÍSTICOS ENTRE O LAGO DE SÃO SIMÃO E A LAGOA SANTA EM GOIÁS



Quadro 08. Propostas de Destinos Turísticos para o Baixo do Paranaíba Goiano

Destinos Turísticos do Baixo Paranaíba Goiano	Portais de Entradas do Destino e Vias de Mobilidade dos Turistas	Municípios Abrangidos e Extensão Percorrida No Roteiro	Atração Principal	Infraestrutura de Acolhimento no entorno do atrativo principal e municípios vizinhos	Atrativos Complementares com Infraestrutura de Acolhimento	Espaços vazios de Turistas	Potencialidades Turísticas sem Infraestrutura de acolhimento a visitantes, ao longo das vias de mobilidade e espaços vazios de turistas
Destino Lagoa Santa	GO 302 em Itajá, GO 164 e GO 206 em Caçu.	Lagoa Santa, Itajá, Itarumã e Caçu. O trajeto asfaltado percorrido é de aproximadamente 110 Km.	Lagoa de Águas Quentes na cidade de Lagoa Santa.	CIAT – Centro Integrado de Apoio ao Turista de Lagoa Santa. Secretarias de Turismo de Lagoa Santa, Caçu e Itarumã. Hotéis, bares, farmácia, hospital, restaurantes, etc, em todos os municípios. Agências bancárias e terminais rodoviários dos municípios de Caçu, Itarumã e Itajá.	Festa do Peão nos quatro municípios, Casas típicas nas propriedades rurais no entorno da cidade de Caçu, Restaurantes com Fogão a Lenha, Variada Produção Rural, Festas dos Santos Padroeiras (São Sebastião/Itarumã, Sagrado Coração de Jesus /Caçu, São João Batista/Itajá). Folia de Reis, Festa de Nossa Senhora Aparecida/Lagoa Santa, Casa do Artesão de Lagoa Santa, Pousada Rural. Festa de São João Batista (São João do Aporé-MS), Festa da Primavera (Itajá), Pesca Esportiva no Rio Aporé em Lagoa Santa, Lago Artificial Municipal Dona Júlia (Itarumã), Símbolos da Fauna Cerradeira na Praça Roberto Felipe de Oliveira (Itarumã), Laticínio (Itarumã).	Espaços ocupados pela Pecuária e Agricultura Mecanizada	Arquitetura rural e urbana dos séculos XIX e XX, lagoa de águas quentes do Brás, localizada na zona rural de Itajá as margens do rio Corrente, serras do Baú e São João (Itajá). Serras de Itarumã (Mombuca, da Pimenta e das Três Barras), futuro lago da hidrelétrica de Caçu, futuro lagoa da UHE Espora (Itarumã), futuro lagoa da UHE Salto do Rio Verdinho (Caçu/Itarumã).

Destinos Turísticos do [...]	Portais de Entradas e Vias de Mobilidade.	Municípios e Extensão Percorrida No Roteiro	Atração Principal	Infraestrutura de Acolhimento no Entorno Do Atrativo Principal	Atrativos Complementares com Infraestrutura de Acolhimento	Espaços Vazios de Turistas	Potencialidades Turísticas sem Infraestrutura de Acolhimento a Visitantes, ao longo das Vias de Mobilidade e Espaços Vazios de Turistas
Destino Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu	BR 364 nos municípios de São Simão e Paranaiguara. GO 164 em Quirinópolis e GO 206 em Gouvelândia.	São Simão e o distrito de Itaguaçu, Gouvelândia, Quirinópolis e Paranaiguara. O trajeto asfaltado para percorrer todos os municípios deste destino será de 145 Km.	Lago da Hidrelétrica de São Simão e as Cachoeiras de Itaguaçu.	CAT – Centro de Atendimento ao Turista de São Simão. Secretaria de Turismo de São Simão. Secretaria de Indústria Comércio e Turismo de Quirinópolis. Hotéis, bares, farmácia, hospital, restaurantes, agências bancárias, terminal rodoviário de ônibus, etc, em todos os municípios.	Distrito Agroindustrial e Hidrovia de São Simão, produção de mudas Fazenda Caraíba (São Simão), Praia no Lago de São Simão, ilha do pescador no reservatório da UHE de São Simão, Festivais Gastronômico (Quirinópolis/São Simão), Pamonharia na Pedra Lisa (GO-164), Casa do show do Vaca na Pedra Lisa. Festa da Liberdade (Paranaiguara), Carnaval (São Simão e Quirinópolis), Festa de Peão nas cidades, Casa do Artesão de São Simão, Festas dos Santos Padroeiros (N. S. Abadia/Quirinópolis, São Simão/São Simão, N. S. de Lourdes/Itaguaçu, N. S. Imaculada Conceição/Paranaiguara), museu Histórico de Quirinópolis, Lago Sol Poente (Quirinópolis), Campeonato Goiano de Jet Ski no rio dos Bois, Festa do Padroeiro (São João Batista/Gouvelândia), Pesque Pague (Paranaiguara e Quirinópolis), Cavalgada de Nossa Senhora Aparecida (Gouvelândia), Ranchos nos Rios dos Bois e Paranaíba, Área de Camping (Rústica) da Cascalheira (Gouvelândia).	Espaços ocupados pela Pecuária e Agricultura Mecanizada.	Serras do Salgado e Confusão do Rio Preto (Quirinópolis), cachoeiras (rios: Preto, São Francisco e das Pedras), Arquitetura rural e urbana do final do século XIX e início do XX, comemorações e celebrações de N. S. de Fátima (Chaveslândia distrito de Santa Vitória/MG), comemorações e celebrações de N. S. Aparecida no distrito de Denislópolis (Quirinópolis). Usinas sucroalcooleiras Boa Vista e São Francisco (Quirinópolis), Festas de Reis no distrito de Denislópolis e na zona rural da Pedra Lisa (Quirinópolis), Engenhos na zona rural da Pedra Lisa, Catira na Pedra Lisa.

Destinos Turísticos do [...]	Portais de Entradas e Vias de Mobilidade.	Municípios e Extensão Percorrida No Roteiro	Atração Principal	Infraestrutura de Acolhimento no Entorno Do Atrativo Principal	Atrativos Complementares com Infraestrutura de Acolhimento	Espaços Vazios de Turistas	Potencialidades Turísticas sem Infraestrutura de Acolhimento a Visitantes, ao longo das Vias de Mobilidade e Espaços Vazios de Turistas
Destino Saberes e Fazeres da São Paulo Cuiabá	BR 364 (São Paulo-Cuiabá) nos municípios de São Simão e Cachoeira Alta.	São Simão e distrito de Itaguaçu, Paranaiguara, Caçu e Cachoeira Alta. O trajeto percorrido por rodovia asfaltada é de 127 quilômetros.	Produção Local: artesanato, doces, cachaças, entre outros.	CAT – Centro de Atendimento ao Turista de São Simão. Secretaria de Turismo de São Simão. Secretaria de Turismo de Caçu, Hotéis, bares, farmácia, hospital, restaurantes, agências bancárias, terminal rodoviário de ônibus, etc, em todos os municípios.	Adega Fazan de Itaguaçu (São Simão), Praça Carro de Boi (Cachoeira Alta), Feira Coberta de São Simão, Festa do Peão nesses municípios, Feiras Urbanas, produção de mudas da Fazenda Caraíba (São Simão), Produtos da Fazenda do Sr. Clarício Marques da Silva em Cachoeira Alta (Rapadura Comum, Rapadura Moça Branca e Cachaça Três Quedas). Pesque e Pague (Paranaiguara), Comércio de Pescados em Chaveslândia (MG) e São Simão, Cataratas de Itaguaçu, Laticínio (Paranaiguara), Teatro Municipal de Paranaiguara, Festas dos Santos Padroeiros (São Simão/São Simão, N. S. de Lourdes/Itaguaçu, N. S. Imaculada Conceição/Paranaiguara, N. S. da Abadia/Cachoeira Alta, Sagrado Coração/Caçu), Festa da Liberdade em Paranaiguara (Gastronomia e Artesanato), Carnaval e Festival Gastronômico de São Simão. Casa do Artesão de São Simão.	Espaços ocupados pela Pecuária e Agricultura Mecanizada.	Arquitetura rural e urbana dos séculos XIX e XX, e a produção ainda encontrada nessas propriedades. Áreas de Antigos Garimpos e Olarias em São Simão.

Fonte: Trabalhos de Campo. Organização: Jean Carlos Vieira Santos, 2010.

Essas são as municipalidades próximas e onde estão as vias de circulação dos turistas que chegam à principal atração da microrregião de Quirinópolis, o trajeto asfaltado percorrido entre essas pequenas cidades é de no máximo 110 quilômetros e a área total do destino será de 8.234,976 Km².

É necessário especificar que esse processo de regionalização do “Destino Lagoa Santa” não é homogêneo e que entre o município nuclear e os municípios complementares existem os vazios turísticos e lugares sem inventariação. Neste caso, podem-se considerar como áreas sem atrativos e com os diagnósticos dos espaços de usos não realizados, ocupados pela pecuária e agricultura mecanizada, onde os turistas não têm acesso. Essas características são semelhantes no “Destino Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu”, bem como no “Destino dos Saberes e Fazeres da São Paulo-Cuiabá”.

No destino “Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu”, os turistas frequentam principalmente São Simão com sua praia artificial, as cachoeiras de Itaguaçu e as pousadas no entorno do Lago da Hidrelétrica de São Simão, criando como núcleos complementares as municipalidades de Paranaiguara, Quirinópolis e Gouvelândia. Nesses quatro municípios, as complementaridades estão nas festas, culinárias, artesanatos e recursos naturais e culturais diversos.

Ainda pode ser convidado a entrar neste destino o distrito de Chaveslândia (Santa Vitória) em Minas Gerais, visto que está separado da cidade de São Simão apenas pelo rio Paranaíba e já existe uma sociabilidade entre os sujeitos sociais organizados dessas pequenas cidades. O trajeto asfaltado para percorrer todos os municípios deste destino será de 145 quilômetros e a área total desses lugares será de 6.240,784 Km². Dentro deste destino turístico, existe uma particularidade que se bem planejada pode-se transformar em um dos pilares cultural, trata-se da culinária Chica Doida, que tem sua origem histórica associada ao município de Quirinópolis, mas é comercializada em todas as cidades da região.

Considerando a BR 364, como o principal espaço de mobilidade regional, onde são realizados os escoamentos das produções entre os Estados do Centro Sul e Amazônia, propõe-se a criação de um terceiro destino turístico, o destino dos “Saberes e Fazeres da São Paulo-Cuiabá”, onde estão localizados os municípios de São Simão, Paranaiguara, Caçu²³ e Cachoeira Alta. Este destino irá sobrepor parte dos lugares dos roteiros “Lagoa Santa e Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu”.

²³ A cidade de Caçu pode ser inserida neste destino porque se encontra localizada apenas a 9 km do entroncamento da BR364 com a GO 206 (município de Cachoeira Alta). No local, existe um posto de combustível, hotel e serviços de alimentação. Esse espaço comercial é totalmente influenciado pelo núcleo urbano de Caçu.

Ao longo da São Paulo-Cuiabá, como nas outras vias de circulação regional, podemos encontrar os saberes e fazeres das sociedades e comunidades locais. Os desafios que se colocam na proposta deste roteiro interiorano é apresentar e valorizar a sabedoria da região para contribuir com a formação do destino turístico. De acordo com Neves (2003, p.13):

Nos últimos anos tem-se assistido a um reconhecimento das produções tradicionais de qualidade tanto pelo público consumidor (mais disponível para procurar produtos elaborados segundo os princípios de uma cadeia alimentar respeitadora da natureza e associados a um saber fazer e a uma origem historicamente referenciada), como pelas regulamentações nacionais e comunitárias, num processo de gradual saída da marginalidade social e econômica (NEVES, 2003, p.13).

As bases de referência dos produtos tradicionais da microrregião quirinopolina são relativamente amplas, uma diversidade que associa características naturais e históricas do lugar, saberes e fazeres singulares com suas particularidades, tradições produtivas e de uso dos recursos pedológicos e do cerrado que praticamente encontram-se refugiados nos lugares que formam os destinos propostos.

De acordo com Neves (2003, p.15), a existência de matéria prima e do saber fazer, com a evolução no tempo pode traduzir um percurso entre tradição e modernidade. O autor citado ainda faz algumas considerações importantes sobre a valorização dos produtos tradicionais:

[...] as questões relacionadas com a qualificação da produção, a montante dos processos de fabrico (investigação e desenvolvimento, assistência técnica, organização da produção, formação profissional, certificação); as questões intrínsecas à comercialização e promoção/"marketing" dos produtos, a jusante do processo de produção dos produtos (certificação integrada com a orientação para o mercado baseada numa estratégia de "marketing" e promoção), à luz das necessidades diagnosticadas junto dos produtores (NEVES, 2003, p.33).

Em nível regional, esse trabalho tem a função de valorizar as especificidades, saberes e fazeres do interior de Goiás, apostando na certificação desses produtos e definindo estratégias de comercialização, fortalecendo a identidade da região e a atividade turística. Para Neves (2003, p.45-46):

Valorização de mercado nos diferentes segmentos da procura, em termos de destino (local, regional, nacional e externa) e em termos de perfil de consumos (consumos diretos, abastecimento da hotelaria e restauração, comercialização) e em termos de promoção junto de visitantes valorizando, simultaneamente, destinos turísticos e produtos de qualidade, numa visão enriquecida das identidades territoriais (NEVES, 2003, p.45-46).

O principal objetivo dos diferentes lugares que formam a rota dos "Saberes e Fazeres da São Paulo-Cuiabá" é abastecer, com a produção local (Foto 125), os turistas que estão em deslocamento pelo Baixo Paranaíba Goiano em direção à faixa litorânea, Pantanal, rio Araguaia, Parque Nacional das Emas, Chapada dos Guimarães e diversos destinos da região

Amazônica. A área total será de 5.535,279 Km² e o trajeto percorrido por rodovia asfaltada é de 127 quilômetros.

Políticas públicas local, regional, estadual e nacional devem se lembrar de que as pessoas estão sempre se deslocando por diversas regiões, principalmente, no imenso interior do Brasil, permanecendo nessas rotas por apenas algumas horas ou pernoites. Nessas faixas, existem produções locais que se bem organizadas podem abastecer esses viajantes e apresentar os diversos atrativos regionais. Também é uma oportunidade para as redes sociais existentes divulgarem os destinos “Lagoa Santa e Lago Azul de São Simão e Cataratas de Itaguaçu”.

Neste ordenamento, ainda poderia se pensar, em longo prazo, na criação de destinos pelas diversas estradas rurais que ligam esses municípios. A primeira opção poderia ser a rota entre o distrito de Itaguaçu (São Simão) e a cidade de Lagoa Santa, passando por propriedades rurais do século XX e olarias nos municípios de Caçu, Itarumã e Itajá. A via de deslocamento seria pela parte sem asfalto da GO 164 (Rodovia Estadual) (Foto 126), percorrendo uma distância aproximada de 80 quilômetros.



Foto 125: Alambique. Produção de água ardente artesanal (Cachaça) em propriedade rural nas margens do rio Claro e nas proximidades do distrito de Itaguaçu. Foto 126: Rodovia GO 164. Parte sem pavimentação, com início no distrito de Itaguaçu. Essa via é utilizada por fazendeiros da região e por produtores de tijolos na Olaria da Fumaça no município de Itajá. Vieira Santos, J. C. 2009.

Nos destinos eleitos por esta pesquisa, estão os lugares-chave para fazer da microrregião quirinopolina uma espacialidade turística. Para o ordenamento de todos os destinos propostos, é fundamental a participação das redes sociais locais organizadas apresentadas no capítulo três, pois são os sujeitos sociais envolvidos, nesses entrelaçamentos, que participarão das

“Tomadas de Decisão” e irão fortalecer as conexões regionais, com a Agência Goiás Turismo e Ministério do Turismo. São os grupos sociais locais que conhecem os diferentes lugares formadores dos destinos turísticos inseridos nas regiões turísticas.

É relevante lembrar que, segundo o projeto do Ministério do Turismo, um mesmo município poderá fazer parte de um ou mais destinos turísticos, o que facilita a sociabilidade e interlocução entre diferentes partes da região. Desse modo, os destinos turísticos que se propõem para o interior goiano requerem um respeito profundo aos lugares durante os trabalhos de divulgação dos diversos atrativos e de suas infraestruturas de acolhimentos. Nessa propaganda, seriam inseridos os locais de cada município, considerados aptos à visitação, mas preservando a sua autonomia.

Um dos caminhos seria dinamizar, nos três destinos propostos, a estrutura socioeconômica das pequenas propriedades rurais, com atração de investimentos e políticas voltadas para os fortes conteúdos de ruralidade. A meta seria pavimentar uma rede social englobando as associações locais de artesãos, as festas, natureza física com infraestrutura de receptividade, pescadores, as grandes propriedades do agronegócio e fazendas que ainda mantêm o peculiar modo de vida tradicional, voltadas especificamente para o trabalho familiar e, assim, elencando outros segmentos ligados à ruralidade interiorana do lugar.

O Processo de formação de multidestinações compreende o estabelecimento de parcerias entre destinações já existentes para a formação de circuitos, corredores, rotas, destinos e roteiros turísticos, sendo essencial à competitividade de qualquer destinação (BENI, 2006, p.125). Para desenvolver o trabalho de construção e oferta dos roteiros de visitação entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa, principalmente, para os turistas que na atualidade chegam aos núcleos receptores regionais é preciso que os sujeitos envolvidos compreendam que a atividade turística é parte de um processo que se desenvolve e se manifesta nos lugares de forma particular revelando as suas potencialidades e contradições a partir de suas densidades socioespaciais.

A cultura do “Homem do Interior Goiano” não pode ser marginalizada, não podemos ter a imagem da cultura da microrregião quirinopolina desvinculada das práticas e representações, e dos elementos físicos da paisagem. Neste sentido, os turistas com motivações para conhecer esses lugares acabarão compartilhando e vivenciando as diversidades culturais e ecológicas predominantes, construindo assim uma atração pelas tradições, manifestações e simbolismos desse interior de Goiás.

Para Cunha (2006, p.391), “um dos efeitos do turismo mais evidenciados, e que melhor corresponde aos anseios de vastas camadas das populações localizadas em zonas

economicamente desfavorecidas, é o seu contributo para o desenvolvimento regional”. Pensando essa afirmação e visualizando o presente momento da microrregião de Quirinópolis, não é possível considerá-la desfavorecida economicamente, pois possui uma agricultura e uma pecuária dinâmica e com altos índices de produção.

O que não existe é uma diversidade econômica, por isso, proporcionar o crescimento de outros setores como o turismo, seria uma forma de agregar complementaridade à economia regional e melhores oportunidades para as comunidades localizadas fora desse processo de mecanização, modernização e de altos índices de produtividade do agronegócio.

No mundo contemporâneo, a atividade turística é uma realidade e pode-se dizer que uma prática importante na preservação e conservação do que existe nas regiões e conjuntos de lugares, desde que pautado na comunidade, no modo de vida e nas atividades educativas e conscientes daqueles que desfrutam e trabalham nesses espaços. Os sujeitos regionais envolvidos com essa atividade precisam entender que a geração de renda, a partir do turismo, depende de políticas de preservação dos elementos naturais, culturais e históricos.

4.3.2. Atrativos complementares inseridos nos destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa

Entre os atrativos complementares dos destinos propostos, estão os festivais gastronômicos, as festas de peões (agropecuárias), carnaval sertanejo, catira, folia de Reis e aquelas marcadas pelos santos de devoção. Existem também a culinária (Quadro 09) encontrada nos comércios de alimentação e o artesanato (Quadro 10). Durante os trabalhos de campo, foram identificadas também composições do patrimônio cultural da região pesquisada, como os patrimônios edificado, material e imaterial. Entre o patrimônio edificado estão algumas construções históricas de significativo valor cultural ligados à tradição rural dos lugares, como por exemplo, casas das fazendas e cidades construídas no século XX.

Nesse contexto, foram identificados os antigos estabelecimentos comerciais e residenciais urbanos, por exemplo, os imóveis existentes nas ruas José Quintino Leão e Rio Preto em Quirinópolis, João de Oliveira Gouveia em Gouvelândia, Paulo e Silva (Foto 127), Izidoro Goulart e José Reinaldo Vieira na cidade de Caçu, e a Avenida Brasil no distrito de Itaguaçu, podendo ser considerado o principal patrimônio histórico do município de São Simão.

Quadro 09: Gastronomia e Culinária Tradicional Quirinopolina

GASTRONOMIA/CULINÁRIA	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS									
	ARROZ COM CARNE DE GALINHA	CHICA DOIDA	PAMONHAS E OUTROS DO MILHO	CARNE DE GADO E SUÍNICO	PEQUI / GUARIROBA	PEIXE	BISCOITOS E QUITANDAS	DOCES: LEITE, GOIABA, QUEIJOS E DERIVADOS	AGUARDENTE E	FARINHAS DE
1. Cachoeira Alta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Caçu	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3. Gouvelândia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4. Itajá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5. Itarumã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6. Lagoa Santa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
7. Paranaiguara	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8. Quirinópolis	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
9. São Simão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010. Atrativos levantados durante os trabalhos de Campo.

Quadro 10: Trabalho Artesanal dos Municípios da Microrregião de Quirinópolis

ARTESANATOS DIVERSOS	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS								
	CROCHÊ	TRABALHOS DE RENDA	COLCHAS DE RETALHOS	ARTESANATO COM PAPIRO, OLARIAS	ARTESANATO COM CARACA	ARTESANATO COM BAMBU	PINTURAS DIVERSAS	TRABALHOS DIVERSOS DE RETALHO	ARREIOS, CHAPÉUS, ETC.
1. Cachoeira Alta	X	X	X				X	X	X
2. Caçu	X	X	X				X	X	X
3. Gouvelândia	X	X	X	X			X	X	
4. Itajá	X	X	X	X			X	X	X
5. Itarumã	X	X	X				X	X	X
6. Lagoa Santa	X	X	X		X	X	X	X	
7. Paranaiguara	X	X	X				X	X	
8. Quirinópolis	X	X	X				X	X	X
9. São Simão	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010. Atrativos levantados durante os trabalhos de Campo.

Em termos das habitações rurais e urbanas, algumas ainda são encontradas, como as casas construídas com paredes altas, janelas de madeira grandes, permitindo boa ventilação e os pisos de madeira. As portas dos quartos dão para a sala de visita e para sala copa, de maneira a aproveitar todo o espaço da construção. A maioria dessas construções foi feita pelos próprios moradores/proprietários, auxiliados pelos vizinhos, geralmente os irmãos e parentes. As cozinhas eram separadas por uma área livre de circulação, de modo que as pessoas que não fossem da família não tinham acesso ao corpo da casa, pois o costume era receber todas as visitas na cozinha (MENDES, 2008, p.148). Essa tradição ainda permanece na região pesquisada, tanto no meio rural quanto no urbano:

“Eu, meus irmãos quando ainda chega na casa dos meus pais reunimos na cozinha. Pois a minha mãe está sempre lá fazendo alguma coisa [...]. Fazendo biscoitos, bolos, almoço, jantar, cafezinho ou as coisas que são da rotina da dona de casa. Fica todo mundo na mesa da cozinha e comendo as quitandas feita pela minha mãe (Relato pesquisa informal de campo, setembro de 2009)”.

Evidencia-se, a partir desse registro, que a cozinha ainda é um espaço de socialização familiar e com o outro. No que se refere às construções pretéritas, esses municípios ainda apresentam algumas ruas e prédios antigos, construídos com técnicas que praticamente desapareceram. Com exceção das cidades de São Simão e Paranaiguara que foram reconstruídas na década de 1970, percebe-se que ainda existem resquícios de um passado histórico, cujo patrimônio é composto por casarões (Foto 128) que registram modos de vida de outra época. Esses elementos, porém, existem e se misturam às novas imposições da modernização trazida pelo agronegócio.

As janelas e as portas de alguns casarões, por exemplo, estão ligadas diretamente à rua, assim como as varandas, demonstrando a estreita relação entre os moradores, o convívio comunitário; foi possível notar que essas características culturais ainda se mantêm nessas cidades do interior goiano, mesmo que em menores proporções. Porém, essas antigas estruturas urbanas e rurais são pouco valorizadas pelos poderes públicos regionais, pois não existe uma verdadeira política municipal de valorização desses patrimônios que foram fundamentais à fixação de pioneiros. Perante essa falta de políticas públicas de preservação, a destruição humana se instala ocorrendo a perda de uma arquitetura histórica regional, definitivamente, substituída por residências modernas.

Outro patrimônio encontrado foi o carro de boi que, até o século XIX, era o principal meio de transporte desses lugares. Hoje ainda está presente como peça de admiração e desejo de preservação em fazendas, restaurantes, parques de exposições e praças públicas. Na cidade de Cachoeira Alta, o carro de boi, antigo meio de transporte regional, recebe uma homenagem do

poder público local, pois foi criado no município a “Praça do Boi (Fotos 129 e 130)”, onde se encontra em exposição um carro de boi restaurado que pertencia a uma fazenda do município, tornando-se atualmente um importante símbolo para os sujeitos sociais do lugar.



Foto 127: Antiga residência urbana. Ainda visualizada na rua Paulo e Silva na cidade de Caçu, via com algumas habitações antigas, porém pouco preservadas. Foto 128: Casarão em propriedade rural. Localizado no entorno do núcleo urbano de Caçu. Fotografias mostram descaso com o patrimônio local. Vieira Santos, J. C. 2009.



Fotos 129 e 130: Carro de Boi. Antigo meio de transporte do interior goiano em praça pública da cidade de Cachoeira Alta. Monumento inaugurado na cidade no ano de 1998. Vieira Santos, J. C. 2009.

Todavia, é inegável o sucesso dessa obra pública, pois a Praça do Boi é homenageada nos versos de um escritor filho do lugar, mostrando a importância de um espaço, para a sociedade Cachoeiralense, que cultiva em um monumento a tradição regional:

“Praça do Carro de Boi” / Um Velho carro de boi / Corroído e desgastado / No galpão de uma fazenda / Há tempo estava encostado / Trazido para a cidade / Foi polido e restaurado / E depois dos polimentos / Puseram-lhe ornamentos / Ele Virou Monumento / Da praça onde foi postado [...]. O carro de boi tem hoje / Muita pouca utilidade / Porém é muito importante / Na história da humanidade / Foi ele o grande transporte / Do sertão e da cidade / Pelos serviços prestados / Nos velhos tempos passados / Há de ser sempre lembrado / Com carinho e com saudade [...]. Autor: João Severino da Silva “Congo”. Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira Alta, Administração 2001-2004, Secretaria de Educação.

Pelos versos citados e pela praça presente na municipalidade, observa-se ainda a existência de antigos valores que são elementos das tradições rurais. Constata-se, nessa pequena área urbana, a interação do homem com o meio rural, pois a comunidade cria alternativa para que os traços do passado não sejam esquecidos. Essa paisagem é palco de um símbolo, que de acordo com Claval (1999, p.63) corresponde aos modos de vida dos habitantes do lugar, formando sua identidade e cultura, já que “a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte”.

Percebe-se, nessa cidade e em outras da microrregião quirinopolina, uma forte contribuição do carro de boi para o transporte das mercadorias e para a história de constituição dos lugares. As pessoas foram dando significado a esse objeto, relacionando-o com o meio e valorizando suas especificidades. A história desse veículo de tração animal adaptado à geomorfologia local, contribuiu no trabalho desenvolvido pelos primeiros habitantes, na formação dos processos de deslocamento que eram dificultados pelos múltiplos obstáculos que imperavam nesse ambiente de cerrado, com suas veredas e fundos de vales.

Essa ação da prefeitura municipal de Cachoeira Alta, no ano de 1998, buscou acrescentar ao espaço urbano uma representação da história e cultura da paisagem, partilhada com o cotidiano de seus habitantes. Mas não se pode compreender esse fato, como um movimento organizado de integração desse patrimônio material a uma política municipal de turismo. O carro de boi pode se tornar um objeto de desejo dos visitantes que chegam à cidade ou que trafegam pelo destino “Saberes e Fazeres da São Paulo-Cuiabá”, porém, é preciso motivar os sujeitos sociais sensibilizados com a atividade turística para que se discutam o assunto.

Outra potencialidade complementar são as feiras livres cobertas (Fotos 131 e 132), localizadas nos municípios de Quirinópolis, Cachoeira Alta e São Simão. Essas feiras têm um

lugar definido no espaço urbano, pois não existem, entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa, os tradicionais mercados públicos como em outras partes do Brasil e do mundo. Nesses locais, principalmente aos domingos, os feirantes expõem e comercializam uma enorme variedade de produtos: hortifrutigranjeiros, utilidades domésticas, carnes, peixes e produtos típicos do interior goiano. É um potencial turístico, pois as pessoas do lugar e os visitantes encontram nas feiras parte da produção local.

Na microrregião de Quirinópolis, além “das pessoas que fazem a feira” com seus vocabulários, trejeitos e hábitos simples manifestados na interação com o público, a própria feira é um lugar de encontros, conversas, de contação de casos dos antigos habitantes, é lugar de memória da sociedade regional. Também afloram relatos e histórias de vida.

“Nessas idas pelo Cerrado, a gente ia catando na estrada pitanga, é ia colhendo a marmelada de cachorro que a gente falava, aquela marmelo, bapari, murici, um tanto de coisa que hoje em dia a gente nem vê falar (Relato pesquisa informal de campo, novembro de 2009)”.



Foto 131: Feira Coberta de Quirinópolis. Local onde é comercializada a produção local, tornando-se um espaço bastante frequentado pelos moradores locais, principalmente nas manhãs de domingo. Foto 132: Feira Coberta de São Simão. Como existe um fluxo de visitante nessa urbanidade, o espaço público encontra-se sinalizado, fato que não ocorre na cidade quirinopolina. Vieira Santos, J. C. 2008.

Inicialmente, essas feiras não foram lugares feitos para atrair turistas e criar um mundo de ilusões e sonhos. Mas, no caso do Baixo Paranaíba Goiano, tornaram-se lugares de memória desse interior e, de acordo com Bourdin (2001, p.98), podem “se inserir num discurso patrimonial de identidade”. Assim Seabra (2007, p.47) relata que essas feiras representam importantes espaços para serem inseridos nos roteiros turísticos. Por isso, uma atenção

especial dos gestores públicos deve ser dada a esses logradouros, no sentido da aplicação de recursos, ordenamento territorial, restauração e aperfeiçoamento da mão-de-obra para atendimento do turista. Deve-se envolver os poderes municipal, estadual, nacional, a sociedade organizada e o empresariado local e regional.

Porém, os órgãos públicos e empresários quironopolinos, cachoeiralenses e sãosimonenses ainda não conseguiram valorizar o potencial das feiras cobertas. Esses locais não são percebidos pelos sujeitos sociais como espaços que podem atrair visitantes e demais interessados na diversidade dos produtos regionais. São vistos simplesmente como um setor comercial que tem como única função o atendimento à população local. Segundo Daveau (1995, p.196), as feiras são fenômenos antigos e que foram muito ativos na:

[...] Idade Média quando a própria dificuldade dos transportes terrestres tornava mais permanente à necessidade de encontros pelo menos anuais num quadro regional ou nacional. As feiras medievais tinham, muitas vezes, uma periodicidade larga, mas em compensação, uma duração relativamente grande. Assim, a feira anual da Guarda, instituída em 1255, durava 15 dias, a feira de Guimarães, criada em 1258, ocorria 4 vezes por ano e durava 4 dias, e a feira anual de Lamengo, outorgada em 1292, durava um mês (DAVEAU, 1995, p.196).

Essas feiras livres cobertas estão longe de ser um fenômeno em decadência, nos municípios da microrregião de Quirinópolis, pois são nesses lugares que o morador ou visitante encontra a produção local e outros objetos oferecidos pela comunidade local. Desse modo, não basta somente fazer o diagnóstico, é preciso, em pareceria com os diversos sujeitos locais, criar políticas de proteção, para assim evitar a perda desses mananciais encontrados pelo interior do Brasil.

4.3.3. Potencialidades naturais nos vazios turísticos do Baixo Paranaíba Goiano

Nos destinos turísticos sugeridos, estão os lugares naturais vazios de turistas. Para Ladeira e Santos (2006, p.148) esses recursos naturais fazem parte dos recursos turísticos. Para o planejamento turístico, a caracterização do meio físico é fundamental, pois promove a ordenação das ações do homem sobre o território. O meio físico é o cerne do turismo ambiental e suas diferentes características implicarão diversas alternativas.

Nos atrativos naturais principais, existem espaços repletos de potencialidades turísticas (Quadro 11) e muitos deles estão próximos das vias de circulação dos visitantes. A maioria

não se encontra organizada, com equipamentos, serviços e vias de acesso sinalizado, não está apta à visitação e não faz parte das agendas dos sujeitos públicos locais e regionais.

Quadro 11: Potencialidades Turísticas Naturais do Baixo Paranaíba Goiano

POTENCIALIDADES MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS	POTENCIALIDADES											
	CACHOEIRAS E QUEDAS <small>DE FÁCIL ACESSO</small>	SERRAS	MIRANTES EM SERRAS	ESPÉCIES ANIMAIS DO <small>BIÓTIPO</small>	PRAIAS FLUVIAIS	ILHAS FLUVIAIS	REPRESAS <small>DE FÁCIL ACESSO</small>	REMANESCENTES DE <small>ROCHAS</small>	BOQUEIRÃO	LAGOAS/REPRESAS	LAGOA DE ÁGUA QUENTE <small>DO BRAZIL</small>	
1. Cachoeira Alta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2. Caçu	X	X	X	X	X	X	X	X		X		
3. Gouvelândia	X			X	X		X	X		X		
4. Itajá	X	X	X	X	X		X	X		X	X	
5. Itarumã	X	X	X	X			X	X		X		
6. Lagoa Santa				X				X				
7. Paranaiguara	X	X	X	X			X	X		X		
8. Quirinópolis	X	X	X	X			X	X		X		
9. São Simão	X			X	X		X	X		X		

Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010. Atrativos levantados durante os trabalhos de Campo.

Por exemplo, na drenagem conhecida como rio Claro estão as principais praias e ilhas fluviais, visitadas principalmente pelos moradores locais. Entre as cachoeiras da região de fácil acesso, estão as denominadas de Ari Franco (Foto 133), Anacleto, da Olivina, Cirilo (Caçu), Cachoeira Alta, do Rodolfo na Fazenda Furninha (Cachoeira Alta), Roncador, Jacaré, Três Quedas (Paranaiguara), Salto (Itarumã), Fortaleza, Rio Preto, Rio das Pedras, Usina do São Francisco, Oscarino, Salgado (Quirinópolis). Todas as cachoeiras citadas estão localizadas em propriedades particulares, por isso, serão necessárias as parcerias entre o público e privado para a abertura das propriedades que desejam receber turistas.

Entre as belezas cênicas geomorfológicas, destacam-se as serras do Baú, São João (Itajá), do Alegre, Douradinho, Morro Vermelho, Morro do Boi Preto (Cachoeira Alta), da Mombuca (Itarumã), Salgado e Confusão do Rio Preto (Quirinópolis) (Foto 134). Há o Boqueirão, uma potencialidade física no município de Cachoeira Alta, que de acordo com Guerra (1978, p.61) são “aberturas ou gargantas estreitas cortadas, por vezes, em serras por onde passa um rio”.

Nessas paisagens serranas e nas formas topográficas definidas como vale, que estão localizados os remanescentes e trechos de cerrados ainda não destruídos pelos lagos das hidrelétricas e agronegócio. Porém, apenas parte dessa potencialidade turística natural, encontra-se referenciada nos endereços eletrônicos das prefeituras municipais de Lagoa Santa, São Simão e Quirinópolis. Não existe uma política pública de turismo regional, visando integrar esse potencial aos atrativos culturais e históricos. Um planejamento integrado de uso desses poderia preservar tanto o patrimônio urbano quanto rural, que estão sendo deteriorados pelo avanço do agronegócio, pela ação humana e por agentes físicos, em função do descaso público e de sujeitos sociais diversos.



Foto 133: Cachoeira Ari Franco. Localizada no rio Claro, entre os municípios de Caçu e Cachoeira Alta. Na sua jusante existem praias fluviais, especialmente na margem direita (Caçu), onde existem ranchos de lazer construídos pela população local. Foto 134: Serra Confusão do Rio Preto no município de Quirinópolis. Local onde se encontram remanescentes de Cerrado, preservados em função das características geomorfológicas que dificultam o emprego de tecnologia por parte do agronegócio. Vieira Santos, J. C. 2007.

Sobre essas paisagens, destacam-se as fazendas repletas de cana-de-açúcar e gado, com a produção direcionada às usinas de álcool e açúcar da microrregião e segmentos da agroindústria, consideradas nesta investigação, como espaços vazios de turistas. No futuro, poderão ser inseridas pelas organizações e redes sociais locais nos destinos turísticos da região. Contudo, o uso intenso desses lugares pela pecuária e agricultura tem acelerado diversos processos erosivos, que podem dificultar a inserção desses espaços em futuros roteiros turísticos.

4.3.4. Símbolos identificando novos destinos turísticos

Por meio dos simbolismos encontrados por todos os lugares que formam as regiões, tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos, constata-se uma forte interação dos moradores com esses diferentes lugares, pois constituem “bens culturais, formando parte do patrimônio cultural comunitário e, às vezes, tendo significado para uma população maior, expandindo sua abrangência para além do local (SANTOS et al, 2005, p.25)”. No ordenamento dos espaços, essas especificidades simbólicas (Foto 135) devem ser consideradas pelos gestores públicos na criação de seus destinos e regiões turísticas, pois podem estabelecer as identidades visuais dos roteiros e com isso nomeá-los e criar produtos com identidades próprias.

Silva (2005, p.52) cita, nesse contexto, o exemplo do destino turístico do Arade em Portugal. Para o autor, definir a identidade regional foi uma estratégia de desenvolvimento para os produtos turísticos do Arade, ou seja, foi necessário definir uma identidade que se assentasse num conjunto de recursos *core*. Segundo a Confederação de Turismo Português - CTP (2005, p.731), os destinos turísticos necessitam desenvolver uma identidade, apresentando diferenças e transmitindo o sentimento que são algo que vale a pena visitar.

No caso do Brasil, de acordo com Santos et al (2005, p. 87), os cerradeiros criaram e adquiriram objetos e estes foram carregados de significados que são profundamente codificados pela cultura de cada local. Porém, os simbolismos existentes nas regiões do interior do Brasil e, especialmente, na microrregião de Quirinópolis, não foram considerados pelas políticas da Goiás Turismo e Ministério do Turismo na organização do espaço para o turismo.

Entre os simbolismos (Quadro 12) encontrados estão os cruzeiros, cabeças (Foto 136) e chifres de boi e imagens de santos que compõem o patrimônio imaterial regional, principalmente, nas áreas rurais e esses estão fortemente ligados às práticas sociais que criaram identidades das comunidades desta parte do cerrado. As várias cabeças e chifres de boi são esqueletos de animais colocados na frente das casas e jardins, especialmente, no espaço rural. Segundo as falas de moradores, é uma forma de expulsar “mau-olhado, azares, olho gordo, invejas, urucubacas” e manter ou trazer fartura para as propriedades que ficam protegidas.



Foto 135: Monumento do Boi. As esculturas retratam, nas principais vias urbanas dos municípios pesquisados, a importância da pecuária extensiva. O Monumento foi inaugurado, em julho de 2004, na cidade de Itarumã. Vieira Santos, J. C. 2010. Foto 136: Cabeça de Boi. Em propriedade rural no município de Quirinópolis. São esqueletos de animais colocados na frente das casas na zona rural, pois é uma forma de expulsar azares e trazer sorte para as propriedades. Vieira Santos, J. C. 2008.

Quadro 12: Simbolismos Encontrados na Microrregião de Quirinópolis

SIMBOLISMOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS	CABEÇA E CHIFE DE BOI	IMAGENS DE SANTOS, SANTAS E CRISTO.	CRUZEIROS	FAUNA DO CERRADO	CARRO DE BOI	BARRANTES	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	ANTIGAS FERRAMENTAS AGROPECUÁRIAS	FOGÃO À LENHA	ESPÉCIES ANIMAIS:	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
	1. Cachoeira Alta	X	X	X		X	X	X	X	X	X
2. Caçu	X	X	X			X	X	X	X	X	X
3. Gouvelândia	X	X	X			X	X	X	X	X	X
4. Itajá	X	X	X			X	X	X	X	X	X
5. Itarumã	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
6. Lagoa Santa	X	X	X			X	X	X	X	X	X
7. Paranaiguara	X	X	X			X	X	X	X	X	X
8. Quirinópolis	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
9. São Simão	X	X	X			X	X	X	X	X	X

Organização: Vieira Santos, J. C. Maio de 2010. Atrativos levantados durante os trabalhos de Campo.

Cruzeiros (Foto 137) e altares residenciais, onde ficam as imagens de santos, também apresentam um forte símbolo para seus habitantes. Eles representam a religiosidade da comunidade e demarcam um lugar sagrado onde contingentes populacionais dos lugares se dirigem pra fazer suas orações. Para Santos et al (2005, p. 88), essas formas (Foto 138) e objetos são “componentes importantes dos rituais sociais, suas configurações podem assegurar a solenidade ou informalidade dos encontros humanos, aparecendo como negociações da vida social”.



Foto 137. Cruzeiro na praça da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes em Itaguaçu (São Simão). Foto 138: Distrito de Chaveslândia (Santa Vitória/MG). Onde a atividade pesqueira ainda simboliza o lugar. No centro da fotografia destaque para o peixe dourado. Esse distrito mineiro, pode ser considerado o portal de entrada dos destino saber e fazer da São Paulo Cuiabá. Vieira Santos, J. C. 2008.

Desse modo, a pecuária, agricultura e a pesca de subsistência, o comércio e os trabalhos coletivos, como as pamonhadas, farinhadas de mandioca e milho, moagem de cana-de-açúcar para produção de cachaça e tratamento do gado, mutirão de capina de roça, plantio e colheitas, são expressões e práticas das singularidades de populações dos cerrados, ainda fixadas nos fundos de vales e áreas de relevos ondulados, que simbolizam os diferentes lugares que formam essa região do interior do Brasil.

A partir dos simbolismos considerados, os patrimônios materiais e imateriais compõem parte da cultura da microrregião de Quirinópolis e estão fortemente ligados à formação dos lugares. Como expressão do modo de vida local e regional, eles podem contribuir com as atuais políticas públicas nomeando os novos destinos turísticos, pois são traços marcantes que encontram-se espalhados pelos diferentes lugares no interior do Brasil.

4.4. INTERIORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE NOVOS DESTINOS TURÍSTICOS

No processo de roteirização ou criação de novos destinos turísticos distantes dos grandes centros urbanos e faixa litorânea, faz-se necessária também a valorização dos fortes conteúdos de interioridade, elegendo o cenário que permite apresentar as densidades e significados regionais. De acordo com essa abordagem, Santos e Alves (2005, p.87) buscam definir os objetos sociais das populações que ocupam o interior do cerrado:

Na unidade de produção familiar rural, as posses destes definiam a situação dos seus membros, principalmente o pioneirismo, a religiosidade, as habilidades, dentre outros. Saber analisar o significado social dos objetos é parte do processo de conhecimento de um determinado grupo social ou comunidade, pois eles também representam aspectos moral, das crenças e dos valores individuais e coletivos de seus membros (SANTOS; ALVES, 2005, p.87).

Valorizando o contexto histórico, pode-se afirmar que os homens interioranos pretéritos já foram caracterizados por Saint-Hilaire (1975, p.187-188), como brasileiros do interior que acreditavam “em feiticeiros, fantasmas, em lobisomens, em demônios familiares, cujas façanhas são narradas mil vezes. Levam no pescoço amuletos e bentinhos, e quando adoecem recorrem a simpatias”. Essa caracterização, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, ainda pode ser encontrada em algumas regiões nas áreas de cerrado, que são lugares de reprodução dos modos de vida tradicionais e demonstra que aquilo que se firma, nesses espaços, não é somente o projetado pela expansão capitalista e mercadológica.

Santos (2007, p.53-55) define essas áreas interioranas do passado como imensos vazios, em que o humano se organiza e se manifesta nos costumes, nas disciplinas impostas pelas atividades sumárias das quais dependem sua realização nas relações e organizações comunitárias. A cultura dessas populações deve ser considerada repleta de mistificações, de sentidos e de criatividade que são resultantes de elementos culturais indígenas, africanos e portugueses. Assim, reproduziram-se em relações com a natureza bruta e atingiram graus de sabedorias, prudências e mantiveram níveis de coesão, formulando, nos cerrados, uma cultura rústica.

Assim, pode-se dizer que, ao descrever o espaço regional interiorano do Estado de Goiás, Barreira (2002, p.30-31) apresenta traços dos cenários culturais e físicos (Foto 139) que servem para definir essa interioridade. A autora mostra na sua obra que, nessas áreas, existe uma história regional cristalizada, com marcas das antigas atividades, que apesar de visíveis precisam ser lidas e, nos núcleos urbanos, há as antigas construções; no campo, as taperas

(Foto 140) e as cercas de pedra, os barreiros e os covoais. Culturalmente, percebem-se o sotaque e os hábitos dos moradores mais antigos.

Se de um lado esses sinais são importantes; por outro, não são suficientes para explicar a região ou reconstituir a sua feição interiorana. É preciso entender que as relações existentes nos lugares impõem alguns estilos de vida, com suas particularidades, histórias e identidades. Nesse caso, é importante assinalar que os sujeitos públicos e privados que organizam os espaços para o turismo, devem difundir suas ideias, mas respeitando essas densidades encontradas nas regiões herdadas.

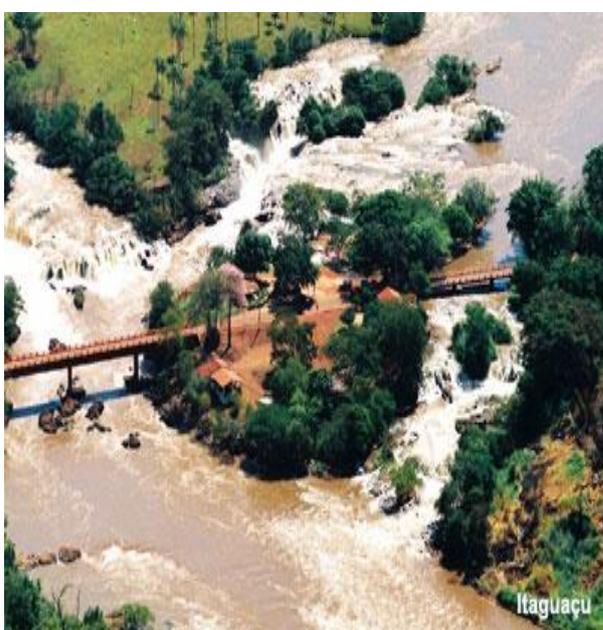


Foto 139: Cenário Físico do interior de Goiás. Paisagem conhecida regionalmente como Cataratas de Itaguaçu no rio Claro, afluente do rio Paranaíba. Prefeitura Municipal de São Simão, 2010. Foto 140: Habitação de Adobe e Madeira. Ainda presente em uma pequena propriedade rural entre as cidades de Itajá e Itarumã. Vieira Santos, J. C. 2009.

Caminhando nessa abordagem conceitual, AB'Sáber (2003, p.89) utiliza uma terminologia popular bastante arraigada no Nordeste brasileiro para caracteriza o interior:

Usa-se a expressão “sertão bravo” para designar as áreas mais secas e subdesérticas do interior nordestino. Aplica-se “altos sertões” às faixas semi-áridas rústicas e típicas existentes nas depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos. Enquanto as áreas semi-áridas moderadas, dotadas de melhores condições de solo e maior quantidade de chuva de verão (“inverno”), recebem expressivos nomes: caatingas agrestadas ou agrestes regionais (AB'SÁBER, 2003, p.89).

Para explicar a rusticidade desse interior conhecido também como sertão, o autor ainda destaca os modos de vida nas pequenas propriedades e fazendas, com pessoas morando e labutando com lavouras anuais e pequenos pastos, por entre cercas e cercados e as casinhas dos trabalhadores rurais na beira dos córregos. A tudo isso se acresce a presença de um grande

número de pequenas e médias cidades, de apoio direto ao mundo rural e algumas delas, muito pequenas e rústicas, como no caso dos distritos urbanos ainda presentes entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa.

Nas pequenas cidades turísticas interioranas turistas terão a oportunidade de vivenciar um cotidiano “associado ao pedestrianismo, ou seja, à possibilidade de dispensar automóvel (ENDLICH, 2009, 171)”. Para Seabra (2007, p.31-32), são nesses palcos em que se desenvolvem pequenos centros urbanos, imperam a criatividade e a habilidade manual constatada na produção de ricas peças artesanais, medicina alternativa, com o uso de raízes e ervas, assim como a culinária, a poesia e a música. E a inserção de novos roteiros turísticos ou da atividade turística poderá ampliar as reais oportunidades desses povos interioranos.

Nessas paisagens de pequenas cidades e ruralidades, onde a fé religiosa se manifesta nas festas das padroeiras e novenários, num misto de religioso com o profano, a diversidade cultural ecoa nos cantos e se materializa nos produtos artesanais locais. Em outras palavras, os palcos do interior são conjuntos de lugares com expressões da singularidade de seus habitantes com valores culturais relacionados a esses grupos sociais tradicionais que habitam as áreas de cerrado, como no caso da microrregião de Quirinópolis.

Os habitantes das regiões interioranas têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço, vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo humano tem sua própria especialidade no pedaço em que trabalha (AB’SÁBER, 2003, p.93-95). Pode-se ainda verificar que, ao escrever sobre os domínios do sertão nordestino, o autor apresenta substâncias dos modos de vida que, na realidade, aparecem numa larga faixa de terra distante do litoral brasileiro, com seu ritmo de vida marcante, não raro nos domínios interiores de cerrado.

Seabra (2007, p.47) destaca que, no interior, as feiras são ambientes que permitem aos comerciantes e visitantes deixar aflorar suas raízes culturais, por meio da manifestação pura e simples de seus costumes. As feiras e mercados públicos fazem parte de um microsistema econômico e cultural integrado ao urbano, onde são comercializados produtos industrializados e o saber fazer de pequenos produtores rurais, caracterizando os sabores e saberes da região.

Dentro dessa configuração denominada sertão, paisagem sertaneja ou interior é que são encontrados os mutirões, simbolismos e significados das festas com seus costumes, tradições e saberes, marcados pelas devoções aos santos e comemorações das padroeiras. Ao pesquisar essas festividades que perduram no cerrado, Santos et al (2005, p.101) lembram que elas se mantêm por meio da religiosidade das pessoas e pelo processo de urbanização, mesmo que os

festejos sejam considerados rurais, os membros das comunidades que continuam se reunindo para realizá-los vêm também das cidades.

O evento continua e a sua manutenção é conjugada por esforços das pessoas que vivem na comunidade com aquelas que, por algum motivo, tiveram que partir para as cidades. As festas, em seus ritos e rituais mesclados de religiosidade e devoção, promovem rezas e novenas, manifestando sentimentos e modo de ser das populações interioranas.

Fora dos espaços de religiosidade, outras festas marcam as vertentes interioranas. De acordo com Pimentel (1997, p.17), as comemorações de “Peão de Boiadeiro” compõem um conjunto de cerimônias por meio das quais seus participantes ritualizam o resgate da tradição pastoril brasileira (re)significando e revalorizando a categoria sertão, como nas primeiras décadas do século XX.

É possível afirmar que, no interior goiano, é nítido o contraste entre a paisagem rural tradicional com suas pequenas propriedades localizadas nas áreas geomorfológicas dissecadas e nas áreas de agricultura tecnificada com grandes propriedades presentes nos relevos aplainados, conhecidos regionalmente como chapadões. Nesses espaços modernizados, verifica-se a utilização intensa de maquinário, insumos e mão-de-obra especializada, qualificada e essencialmente urbana. Essas propriedades deixaram de ofertar trabalho à população tradicionalmente oriunda do campo e sem qualificação para o atual mercado.

São poucos os antigos moradores que mantêm uma estrutura social e econômica tradicional, com práticas agropecuárias de subsistência, mas que ainda são encontrados na pesca tradicional, no garimpo e trabalhos nas olarias. Pode-se afirmar que grande parte dessas atividades foi perdendo seus territórios com o desenvolvimento do agronegócio e confinamentos de lugares promovidos pelo capital investido.

Essa realidade que se impõe, ajustada às características e aos valores locais, manifesta-se definindo os rumos políticos dessas regiões e direcionando os caminhos em que os recursos serão efetivamente investidos. Nesse caso, as políticas públicas de interiorização do turismo têm dentre seus vários desafios, de gerar renda para essas pequenas propriedades rurais e não somente para as pequenas áreas urbanas de seus municípios, pois têm que fortalecer as atividades e principalmente as relações sociais e econômicas no interior dos municípios.

Em países como Portugal, especialmente, na região Algarve, se define como interior as paisagens que não estão diretamente ligadas ao litoral. Os espaços com distâncias superiores a cinco quilômetros do oceano Atlântico são considerados faixas interioranas. Desse modo, o interior da região Algarve é definido pelas áreas agrícolas serranas de produção do medronho e limítrofes com Alentejo.

Por outro lado, consideram-se alguns interiores apenas como áreas de penetração e sem capacidade de retenção de visitantes, pois continuam sendo meras passagens que sofrem alguns inconvenientes do turismo, mas dele não retiram as correspondentes vantagens. Este é o caso de diversas municipalidades do Estado de Goiás, pois são vistas apenas como espaços inseridos entre as principais cidades e capitais do Centro Oeste, Amazônia e Centro Sul do Brasil e, conseqüentemente, as atuais políticas públicas de regionalização do turismo não se encontram inseridas nos seus tecidos urbanos e entre os diferentes sujeitos sociais envolvidos com este setor.

O fortalecimento das atividades turísticas, em regiões interioranas, não é a salvação de uma economia regional, pois este setor depende de infraestruturas que possibilitem às pessoas chegar ao interior. Os papéis do Estado e iniciativa privada são fundamentais nesse novo modelo de gestão, pois propiciam um reordenamento das atividades e do espaço, no entanto, continuará tributário de outros setores e do próprio espaço.

Há uma diversidade de interiores, trazendo uma complexa conceituação que expõe inúmeras realidades com suas cores, sabores, cotidianos, valores humanos, redes sociais e relações com os espaços urbano e rural. Para Almeida (2008, p.47), essa discussão mostra as “formas de como os seres humanos interiorizam o espaço e a natureza e os integra ao seu próprio sistema cultural. Além disso, refletem os conflitos identitários e como os grupos sociais se inscrevem em um espaço geográfico preciso”.

Isso significa que o turismo continuara se apropriando daquilo que já existe nos lugares. No caso das regiões interioranas, as políticas públicas puderam atribuir novas formas de usos e funcionalidades, dando uma dinâmica que não existia nesses lugares. Muita coisa será transformada e (re) definida, ocorrendo as mais variadas alterações socioespaciais, com novas infraestruturas públicas, de hospedagem, de alimentação, de transporte, de entretenimento e de diversos serviços que facilitarão a acessibilidade dos turistas e comunidade local.

Cunha (2003, p.111-112) afirma que as zonas do interior, constituem a maior parte do território nacional e onde situam recursos turísticos de inegável importância. Pode-se afirmar que as diferentes iniciativas da atividade turística no interior são peças essenciais para qualquer política ou plano de governo do setor, não se tratando de retórica, nem de compensação pelos custos da interioridade e muito menos de afirmação para a satisfação do ego de seus habitantes, pois os espaços do interior apresentam-se, hoje, como áreas de grande potencial turístico em virtude da importância dada à natureza.

Atualmente, o desenvolvimento turístico dos espaços interioranos é uma exigência da própria política turística e não haverá verdadeira política nacional de turismo sem se integrar

o desenvolvimento turístico do interior e o turismo que esqueça ou abandone “as regiões do interior será deficiente, fraco e vulnerável e sê-lo-á, cada vez mais no futuro (CUNHA, 2003, p.113)”.

Porém, dependendo da capacidade e das opções locais interioranas, qualquer aposta no turismo, pressupõe a definição de políticas públicas de médios e longos prazos, pois o turismo poderá acompanhar o desenvolvimento econômico local ou apenas atribuir ao espaço um papel de utilidade. Em qualquer um desses casos, pode-se basear a estratégia na procura interna, onde o turismo não tem que ser internacional, pois a “há zonas vocacionadas para este como as há para o turismo interno. Em Portugal, continua-se a cometer o erro de identificar o turismo, como internacional, mas é a procura doméstica que pode criar bases para o turismo internacional (CUNHA, 2003, p.113-114)”.

Segundo Beni (2003, p. 147), essa abordagem dos espaços interioranos faz parte da “nova regionalização do turismo”, pois refere-se aos lugares onde a demanda vem aumentando em função das novas tendências que se verificam na prática do turismo e do lazer. Essa nova regionalização compõe o grupo de modalidades turísticas que hoje são consideradas alternativas, como o turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ambiental e ecoturismo, que estão se convertendo em uma nova opção de desenvolvimento turístico para algumas regiões onde predominam cenários próprios a essas práticas.

Nesse contexto, Cunha (2006, p.391-393) destaca que várias são as razões que fazem do turismo e de seus destinos uma importante atividade de realização regional. Por isso, os desafios são de várias ordens. Em primeiro lugar, o turismo ocorre em função das especificidades de cada região ou destinos e só é viável quando existem valores locais que garantam uma organização turística. É a atividade que melhor pode endogenizar os recursos locais, sejam eles naturais, humanos, históricos ou culturais. Em segundo lugar, opera uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos e ocasiona uma exportação de bens e serviços no interior da região. Em terceiro lugar, o turismo regional ou a criação de roteiros, obriga e justifica o lançamento de infraestruturas e de equipamento social.

Em quarto lugar, contribui para a dinamização e modernização da produção local. Em quinto lugar, permite o aproveitamento de instalações abandonadas ou obsoletas, garantindo-lhes uma nova função. O turismo desempenha o papel de fator atenuação dos:

[...] desequilíbrios regionais permitindo alcançar uma distribuição mais equitativa do nível de vida entre regiões desenvolvidas e regiões mais desfavorecidas e das dualidades sociais que os centros urbanos tendem sempre a atenuar. O turismo é, portanto, instrumento de desenvolvimento regional podendo gerar maiores rendimentos na região do que a própria indústria (CUNHA, 2006, p.393).

As possibilidades oferecidas pela atividade não são idênticas para todas as regiões interioranas e nem todas podem se basear no turismo para o seu desenvolvimento. Para algumas, assume importância vital; para outras, é um fator de desenvolvimento e, para outras, um mero coadjuvante com maior ou menor expressão consoante as condições existentes.

É importante mencionar que a discussão dos conceitos de destino turístico e turismo no interior realizada neste capítulo não é somente relevante para a realidade brasileira, mas para a portuguesa que receberá uma discussão mais alargada na próxima fase da pesquisa, pois nas duas regiões essas abordagens teóricas são bastantes significativas. Enquanto em Portugal, na região Algarve, os seus destinos estão consolidados em níveis nacional e internacional, no interior do Brasil, isso ainda é tratado como uma proposta focada nas possibilidades existentes.

Esses desencontros foram detectados naquilo que se refere ao processo de regionalização do espaço turístico brasileiro, pois as ações ainda estão centradas nas redes sociais, sujeitos e tomadas de decisão locais. Na microrregião quirinopolina, a atividade turística prevista pelas políticas municipais age nos domínios locais, pouco se importando em encaminhar as suas ações para os domínios regionais como ocorre em terras lusitanas.

No Brasil, as iniciativas de turismo se desenvolvem amparadas nas hierarquias dos lugares, por intermédio de atrativos como as águas quentes, reservatório hidrelétrico e festas de peões, gastronômicas e carnaval. Enquanto em Portugal, as iniciativas se desenvolvem amparadas pelas políticas e ações regionais, principalmente por intermédio da presença do órgão público “Entidade Regional do Turismo” que tem a responsabilidade de organizar os diferentes setores e produtos turísticos da região em parceria com as entidades privadas e diversos sujeitos sociais, como será relatado no próximo capítulo.

Por fim, não seria nenhum exagero lembrar, que os novos destinos turísticos propostos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa foram pensados a partir das densidades regionais, em revanche às propostas administrativas do Ministério do Turismo e Agência Goiana de Turismo que não conseguem sustentar e direcionar suas ações políticas para as produções artesanais, festas, culinária e os diversos conteúdos de ruralidade existentes no interior de Goiás, pois os órgãos públicos executam suas inércias técnicas somente por meio de recortes administrativos generalizados e inventários turísticos que, muitas vezes, não retornam aos municípios em que o diagnóstico foi realizado. Aspecto fortalecido, também, pelo despreparo de dirigentes políticos que ocupam cargos sem ter conhecimentos científico ou técnico, fato comum no Brasil.

CAPÍTULO 05. TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM PORTUGAL: comparando a maturidade europeia com a área de estudo brasileira

5.1. EXPERIÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE ESTADO PORTUGUÊS NA ORGANIZAÇÃO LOCAL, REGIONAL E NACIONAL DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS: algumas comparações e sugestões para o Brasil

Antes de apresentar a Geografia da Região Algarve, com suas características físicas, humanas e ecológicas, bem como a trajetória da ocupação humana e suas heranças socioespaciais, aliás, fundamentais para compreender e analisar as forças políticas, os sujeitos sociais, as relações sociais de turismo e as redes sociais, faz-se necessário, entender como as políticas públicas de Portugal agem no processo de regionalização dos lugares turísticos. De acordo com a Confederação de Turismo Português (CTP) (2005, p.56), esse setor possui articulação complexa e múltiplas plataformas de serviços, com uma gama muito larga de qualificações e representa:

[...] para Portugal, ao mesmo tempo um oportunidade de inovação empresarial, uma oportunidade de investimento e de construção de equipamentos, uma possibilidade de atração de capitais e o mais importante vetor de criação de empregos para diferentes graus de qualificação e de especialização (CTP, 2005, p.56).

Diante dessa complexidade, a atividade turística terá que ser pensada e planejada num contexto de contínua fragmentação e ruptura com os estilos de vida tradicionais, ou seja, com novos padrões de comportamento: sociabilidade forçada, diversidade, mobilidade e escolha, como propõe o Estado brasileiro. Em contrapartida, será visualizado, nesses interesses, o declínio do predomínio da estatística social e cultural dos estilos de vida caracterizados por ordem, previsão e estabilidade.

Para a CTP (2005, p.155), o melhor exemplo está no passado, quando a normalidade consistia em viver mais ou menos na mesma região por períodos significativos de tempo, ter uma mesma ocupação ao longo da vida ou por um período bastante grande de tempo, trabalhar para o mesmo empregador, estar incorporado em redes estáveis de amigos, receber e transmitir valores humanos estáveis, ou seja, tudo era previsível.

Mas com o impacto da globalização e o advento da sociedade da informação emergiram novas dinâmicas, de tal forma, que os modelos tradicionais e novos estilos de vida convivem lado a lado. É nessa discussão que a sociabilidade forçada, diversidade, mobilidade e escolha produzem nos estilos de vida e deverão ser analisados em relação a um conjunto de áreas relevantes, para chegar-se a uma análise prospectiva do turismo que se pretende inovar, entre diversidades de histórias educativas e de processos de formação e na ocupação dos tempos livres, nos estilos de vida e no consumo.

Em Portugal, não existe um Ministério do Turismo como no Brasil. Atualmente existe uma organização institucional do turismo português, que coloca na responsabilidade do Estado os seguintes domínios de atuação: conceber, operacionalizar e avaliar as estratégias definidas para o setor; otimizar o enquadramento administrativo e jurídico das atividades turísticas, assegurando um suporte legal eficaz e adaptado às exigências de todos os sujeitos do sistema turístico; organizar as intervenções dos serviços centrais do turismo.

Também é de responsabilidade do poder central assegurar um quadro descentralizado de atuação no âmbito do turismo, com o envolvimento das Câmaras municipais, dos “Órgãos Regionais e Locais do Turismo” e das Direções Regionais do Ministério da Economia, em plena consonância com o previsto nas várias leis que regem a participação destas entidades no âmbito das atividades turísticas; garantir a participação portuguesa nos organismos internacionais do turismo e cooperar bilateralmente com outros Estados em matérias de interesse turístico recíproco; e ainda:

[...] dinamizar as estruturas responsáveis pela formação profissional do setor, assegurando a construção e renovação das escolas consideradas imprescindíveis aos objetivos da política fixada por este eixo de intervenção; desenvolver um quadro de apoio financeiro ao investimento no turismo, devidamente articulado com outros programas nacionais e comunitários; estabelecer áreas de consenso com outros setores ministeriais, visando a integração do turismo com as restantes políticas; definir a estratégia institucional de marketing turístico e de modelo organizacional para a sua implementação, competindo ao estado assegurar a comunicação, a promoção e o “trade marketing” e ainda as funções de suporte em matéria de informação turística; desenvolver sistemas de informação atualizados sobre oferta e a procura turística, com recurso às novas tecnologias de comunicação, de modo a aproximá-los dos seus utilizadores preferenciais; operacionalizar um sistema que defenda os direitos dos turistas como consumidores; assegurar a gestão da rede de pousadas nacionais, através da Empresa Nacional de Turismo – ENATUR, S.A. (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE PORTUGAL, 2002, p.54-55).

Conforme o previsto nos projetos estatais portugueses, o órgão consultivo da área de intervenção institucional é o Conselho Setorial do Turismo, por intermédio do qual se articulam os interesses privados com o esforço público de conformação da atividade turística. Esse conselho tem seu funcionamento, composição e atribuições reguladas por legislação própria, constituindo o fórum adequado para os representantes públicos e privados debaterem

as políticas e estratégias que dizem respeito ao setor do turismo e formularem recomendações com vista à melhoria da competitividade.

Em conjugação com o Conselho Setorial de Turismo, funciona o Observatório de Turismo, concebido como forma de garantir um quadro coerente e atualizado da atividade. O observatório criado por meio de lei, é um órgão independente, com uma estrutura técnica apropriada e que deverá garantir o acompanhamento, a investigação, a divulgação e a análise da evolução da atividade turística, formulando diagnósticos setoriais, sub-setoriais e facilitar a atividade dos agentes econômicos e a própria transparência do mercado (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE PORTUGAL, 2002, p.55).

Sem negligenciar as políticas públicas atuais de turismo em Portugal que serão discutidas a seguir, faz-se necessário passar, neste momento da pesquisa, pelo contexto histórico das ações estatais e privadas portuguesas. De acordo com Cunha (2001, p.430), os primeiros passos do turismo no país se devem a uma instituição privada criada em 1906 - a Sociedade de Propaganda de Portugal – que deu início às primeiras atividades institucionais do turismo.

Essa sociedade criou delegações em várias localidades e, em 1921, houve a Criação Legal de Comissões de Iniciativa, com o propósito de promover o desenvolvimento das estâncias hidrológicas, de praias, de altitude, repouso e turismo, que proporcionaram aos seus frequentadores, um meio confortável, higiênico e agradável. Essas comissões executaram obras e iniciativas para aumentar a frequência turística nesses lugares. Em 1936, foi o ano de surgimento do conceito de Zona de Turismo, considerando as localidades ou sítios dotados de estâncias e seus atrativos.

Posteriormente, o código administrativo de 1940 estabeleceu o regime jurídico que ainda hoje vigora para os órgãos locais de turismo. Durante dezesseis anos em Portugal, a organização turística regional e local não sofreu alterações significativas a não ser a subordinação da atividade turística dos órgãos locais à orientação do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) criado em 1944. Em 1956, na sequência das iniciativas para a publicação de um Estatuto de Turismo (Lei de Bases do Turismo), foi publicada a Lei 2082 que o consagrou pela primeira vez:

[...] a criação de regiões de turismo e deu novas competências e atribuições aos órgãos locais de turismo: representação na comissão administrativa do Fundo de Turismo, possibilidade de obtenção, por parte deste, de participações financeiras para construção de estabelecimentos hoteleiros e similares e representações no Conselho Nacional de Turismo (equivalente ao atual Conselho Sectorial de Turismo que é herdeiro daquele) (CUNHA, 2001, p.432).

Por esta mesma lei foram consideradas como Regiões de Turismo em Portugal, as Zonas de Turismo de São Miguel e as ilhas da Terceira, nos Açores e Madeira, sendo essa última,

desde 1936, uma Delegação de Turismo com amplas competências de administrar a concessão de jogos, mas como órgão desconcentrado do Estado. A regionalização do turismo português, foi operada pelo Decreto-Lei número 41035, em 1957, que determinou a sua criação por iniciativa do Governo ou por propostas das Câmaras Municipais ou das Juntas de Turismo, sendo constituídas por duas ou mais cidades (CUNHA, 2001, p.432).

Desse modo, no mínimo, dois municípios em Portugal podiam mediante requerimento ao Governo da República, pedir a criação de uma Região de Turismo que passaria a gerir os interesses turísticos, em substituição aos órgãos locais, que são automaticamente extintos com poderes mais amplos. As atribuições e competências reconhecidas às regiões de turismo eram vastas e integravam funções em domínios muito variados que iam, entre outros, desde o fomento e promoção turística, à exploração de recintos de espetáculos e de estabelecimentos hoteleiros, passando pela fiscalização das atividades profissionais e criação e organizações de parques e jardins (CUNHA, 2001, p.433).

As regiões turísticas portuguesas passaram a ter direito à totalidade do imposto de turismo cobrado nos conselhos abrangidos, aos lucros das explorações comerciais que fossem realizadas e às participações do Estado, embora tivessem de entregar ao Fundo de Turismo 20% de suas receitas ordinárias. Apesar de gozarem de autonomia administrativa reconhecida por lei e financeira pela atribuição de receitas próprias, dependiam fortemente do poder central que nomeava o seu presidente. Até 1961, foram criadas outras regiões, como as de Chaves, Serra da Estrela, Serra da Arábida, Marão, Horta e Leiria. Até esse ano do século anterior:

[...] o turismo continuava a ter fraca expressão tanto para a economia local como para a economia nacional: as entradas de todos os passageiros no país pouco iam além dos 375 mil e a hotelaria era, principalmente, ocupada por portugueses. Sentia-se, contudo, já o pulsar da força do turismo e muitos começavam a acreditar nas possibilidades de desenvolvimento desta nova atividade como uma nova dimensão da economia portuguesa: embora pequenas, as receitas turísticas externas representavam já 5% das exportações portuguesas e desde 1955, o número de entradas de estrangeiros já quase tinha quintuplicado (CUNHA, 2001, p.433).

Cunha destaca o ano de 1964 como o marco, período que ocorreu a explosão do turismo lusitano e que marca o verdadeiro início de desenvolvimento do setor no país. Neste longo período que vai dos primórdios do turismo português até à Revolução de 1974, a organização evoluiu de acordo com a predominância dos órgãos locais sobre os regionais.

O turismo orientava-se fundamentalmente para destinos coincidentes com pequenas localidades ou áreas limitadas. Os motivos que atraíam os turistas eram baseados nas condições locais e não em produtos, como as estâncias termais, climáticas, pequenas praias e

paisagens. Esse fato ainda ocorre nos lugares turísticos brasileiros, principalmente no interior do país. No contexto da realidade portuguesa, Cunha (2006, p.86) destaca que:

[...] neste período, os grandes empreendimentos turísticos desenvolvem-se em novos centros, com destaque para o Algarve, a Madeira e Tróia que polarizaram as atenções e concentraram os investimentos levando à perda de posição dos centros tradicionais. Constroem-se os aeroportos de Funchal e do Algarve permitindo estabelecer relações aéreas como os principais centros emissores. O país, porém, não estava preparado, nem soube preparar-se, quer no que respeita aos circuitos de distribuição quer em infra-estruturas, surgindo, assim, os primeiros desequilíbrios estruturais (CUNHA, 2006, p.86).

Entretanto, procurava-se adaptar a organização administrativa às novas situações, pela transformação da Direção de Serviços de Turismo em Comissariado do Turismo, que pouco tempo depois deu lugar à Direção-Geral do Turismo, à criação do Centro de Formação Turística e Hoteleira destinado a coordenar a formação profissional e a criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Até aquele momento, o turismo não tinha sido objeto de qualquer planeamento por parte das políticas públicas portuguesas, porém, no início da década de 1970, a construção de equipamentos turísticos passou a associar-se à exploração imobiliária e esta se constituiu como a força impulsora de novos centros turísticos que originaram novas formas de procura: aquisição de casas, por parte de estrangeiros e nacionais, para férias ou para obtenção de rendimentos associados à exploração turística (CUNHA, 2006, p.86-88).

No domínio institucional, durante o período iniciado em 1974, foram introduzidas alterações significativas que não só romperam com a filosofia política dominante anteriormente como também procuraram adaptar-se às novas dimensões do turismo. Pela primeira vez, esse setor passou a ser responsabilidade de um membro do Governo, secretário do Estado. Alargou-se o âmbito da ação de formação profissional com a criação do Instituto Nacional de Formação Turística. A atividade do jogo passou para a tutela do turismo, e assim os órgãos locais integrados em Regiões de Turismo, passaram a ser uma:

[...] iniciativa de criação depende das respectivas Câmaras Municipais, criou-se a ENATUR, empresa de capitais públicos, que detém a propriedade e a gestão das pousadas. Com estas medidas, o turismo foi dotado de uma estrutura própria a nível político e institucional mas ainda sem alcançar a autonomia que a sua importância e características exigiriam, mantendo-se na dependência do comércio, e, por vezes, também da indústria, setores com os quais tem poucas afinidades e com o qual estabelece tênues interligações (CUNHA, 2006, p.92).

As regiões de base democrática surgiram em 1979 (Cunha, 2001, p.434) com a criação das Regiões de Turismo do Alto Minho e de São Mamede que, por duas leis, reconhecia a “manifesta adequação dos órgãos regionais e locais de turismo e obrigava a uma revisão do esquema de regionalização turística existente”. O secretário de Estado da época considerava

que a regionalização devia transformar-se num instrumento de eficácia e maior dinamização do turismo.

Em meados da década de 1980, com finalidade de adotar uma nova estratégia para o desenvolvimento do turismo foi lançado um Plano Nacional de Turismo que tinha como objetivos: contribuir para a atenuação dos *déficits* cambiais, contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, contribuir para a proteção do património natural e valorização do património cultural. Teoricamente o Plano Nacional de Turismo no Brasil tem propostas semelhantes à portuguesa.

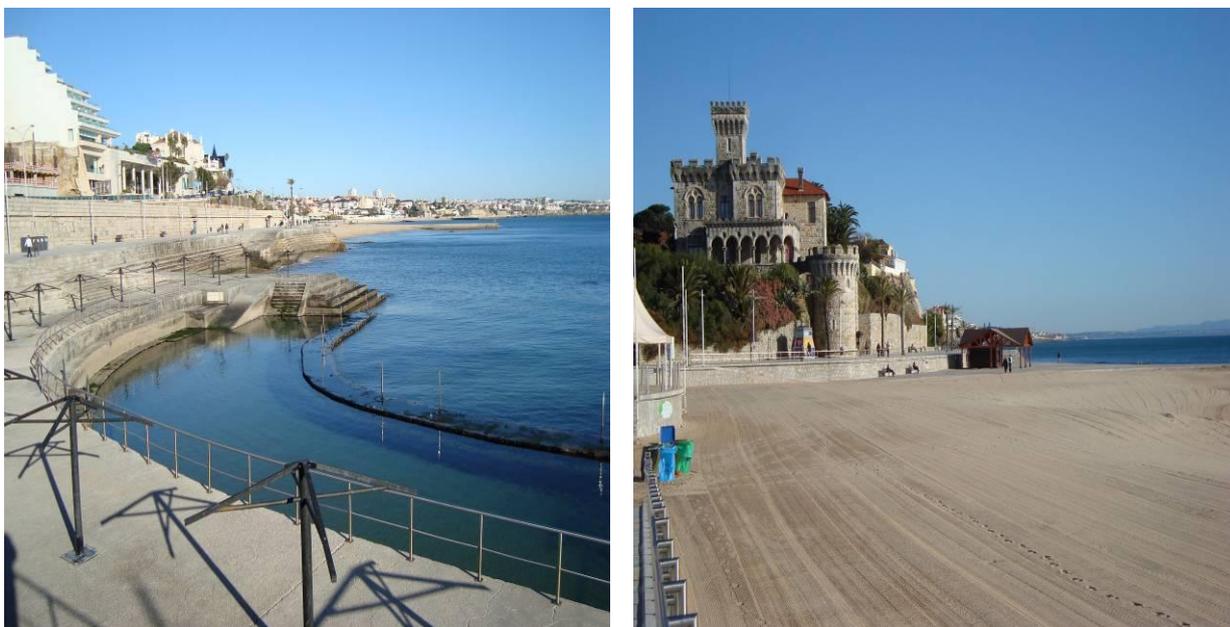
A filosofia adotada pelo plano português foi da transformação qualitativa do turismo com base na defesa da qualidade, diversificação e harmonização do aproveitamento do território. A execução do plano iniciou-se em 1986. Foi relançado o termalismo, com a criação de um programa especial, surgindo novos sistemas de financiamento na base de subsídios a fundo perdido (SIFIT). Foram construídas escolas hoteleiras em Estoril, Lisboa (Fotos 141 e 142) e Coimbra:

[...] e iniciada a construção de uma escola em Vilamoura; criado o Instituto de Promoção Turística com o objetivo de autonomizar a promoção e lhe garantir maior capacidade de intervenção mas foi, posteriormente, integrado no ICEP; lançado o turismo no espaço rural; reformulada toda legislação relativa ao setor e algumas outras iniciativas visando um desenvolvimento mais equilibrado, como a definição do ordenamento turístico do território, que não tiveram continuidade posterior e os seus efeitos esvaneceram-se. As Câmaras Municipais, mais apostadas no crescimento a todo o custo, não se submeteram às linhas de orientação definidas, que pressupunham a contenção do crescimento e o seu melhor enquadramento através da criação de áreas de interesse para o turismo previsto no Decreto-Lei número 328/86, nem elaboraram, como lhes competia, Planos Diretores Municipais, pelo que os desequilíbrios estruturais se mantiveram, tendo-se mesmo agravado em muitos casos (CUNHA, 2006, p.93).

Algumas obras e projetos de melhor aproveitamento dos atrativos turísticos desse período foram abandonados. Cunha (2006, p.98) relata que o início do desenvolvimento turístico português não se operou em obediência a uma política regional surgindo, antes, por força de circunstâncias exógenas ou pela existência de condições naturais que respondiam a motivações das procuras turísticas aproveitadas por interesses exteriores à região e ao país. Com relação ao caso brasileiro e o exemplo português, podemos compreender que o Estado age considerando apenas alguns aspectos da região. No entanto, é preciso lembrar que a região é um conjunto de lugares que na perspectiva do turismo precisa funcionar articuladamente.

Em 1982, foi publicada uma nova lei de regionalização do turismo em Portugal, o decreto Lei 327/82 consagrou o princípio da descentralização, proposta encontrada no atual (2003)

projeto de regionalização brasileiro. O país lusitano passou a contar com 13 regiões de turismo, criadas por iniciativa exclusiva dos municípios e não do governo e das juntas como ocorria antes, exemplo que poderia ser adotado pelas atuais políticas públicas de turismo do Brasil, reduzindo assim os atuais disparates regionais criados pelo Ministério do Turismo.



Fotos 141 e 142: Rio Tejo. Na região de turismo de Lisboa, as imagens mostram uma infraestrutura de lazer e as pequenas praias existentes nas margens desse rio, nas proximidades da foz com o oceano Atlântico. Vieira Santos, J. C. 2008.

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, implicou a substituição de todos os impostos e taxas sobre o consumo em impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA), acarretando a abolição do Imposto de Turismo. Então, teve-se que:

[...] calcular um valor do IVA com base no imposto do turismo, alegadamente cobrado na área de cada região. O raciocínio foi simples: se o IVA era de 8% (na altura!) e o imposto de turismo era de 3% então as receitas das regiões deveriam ser equivalentes a 3% do IVA, ou seja, de 37,5% das receitas do IVA provenientes da tributação das atividades turísticas. Tratou-se de um expediente de mera oportunidade política e para resolver uma questão que exigia uma resposta rápida (tal como já acontecera na sequência da publicação da Lei n. 1/79) embora se reconhecesse a sua inconsistência (CUNHA, 2001, p.435).

No entanto, essa proposta não resolveu o problema do financiamento, porque passou para a lei o poder de fixar o valor resultante da arrecadação de impostos e taxas que deveria ser entregue às regiões, o que não foi realizado. Atualmente, os órgãos locais e regionais de turismo são financiados mediante a atribuição de uma verba fixada anualmente no orçamento do Estado o que, efetivamente, os torna financeiramente dependentes da vontade do governo central, situação que ocorreu pela primeira vez em 1980 (CUNHA, 2001, p.436).

No ano de 1991, procedeu-se à revisão do documento de 1982, com o objetivo de melhorar a operacionalização das regiões turísticas, como instrumentos fundamentais na animação e promoção do turismo nas regiões, bem como na cooperação com a administração central na promoção da oferta turística nacional, dando aos órgãos responsáveis pela organização turística as seguintes atribuições: elaborar planos de ação turística da região; realizar estudos das áreas geográficas sob o ponto de vista turístico e proceder à identificação dos recursos turísticos existentes; definir o produto ou produtos turísticos regionais; promover a oferta turística no mercado interno e colaborar com os órgãos centrais do turismo com vista à sua promoção externa; fomentar o artesanato e a animação turística regional; colaborar com os órgãos centrais e com as autarquias com vista à execução dos objetivos da política nacional definida para o turismo (CUNHA, 2001, p.436).

Sobre o atual momento das políticas públicas direcionadas ao turismo em Portugal, percebe-se que ainda são constantes as interferências do Estado na sua organização territorial, pois, no ano de 2007, o Conselho de Ministros aprovou o PENT (Plano Estratégico Nacional de Turismo) que reduziu as quase vinte regiões existentes na parte continental para apenas cinco destinos turísticos: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo (Fotos 143 e 144) e Algarve, somando-se essas aos Açores e a Madeira, ambas coincidentes com as regiões administrativas.



Foto 143: Templo Romano de Diana. Patrimônio Histórico na cidade de Évora – Capital do Alentejo. Dentro da região alentejana, essa cidade é um dos lugares mais procurados pelos turistas que chegam ao destino. Foto 144: Centro histórico de Évora. É considerado pela UNESCO Patrimônio da Humanidade. Vieira Santos, J. C. 2008.

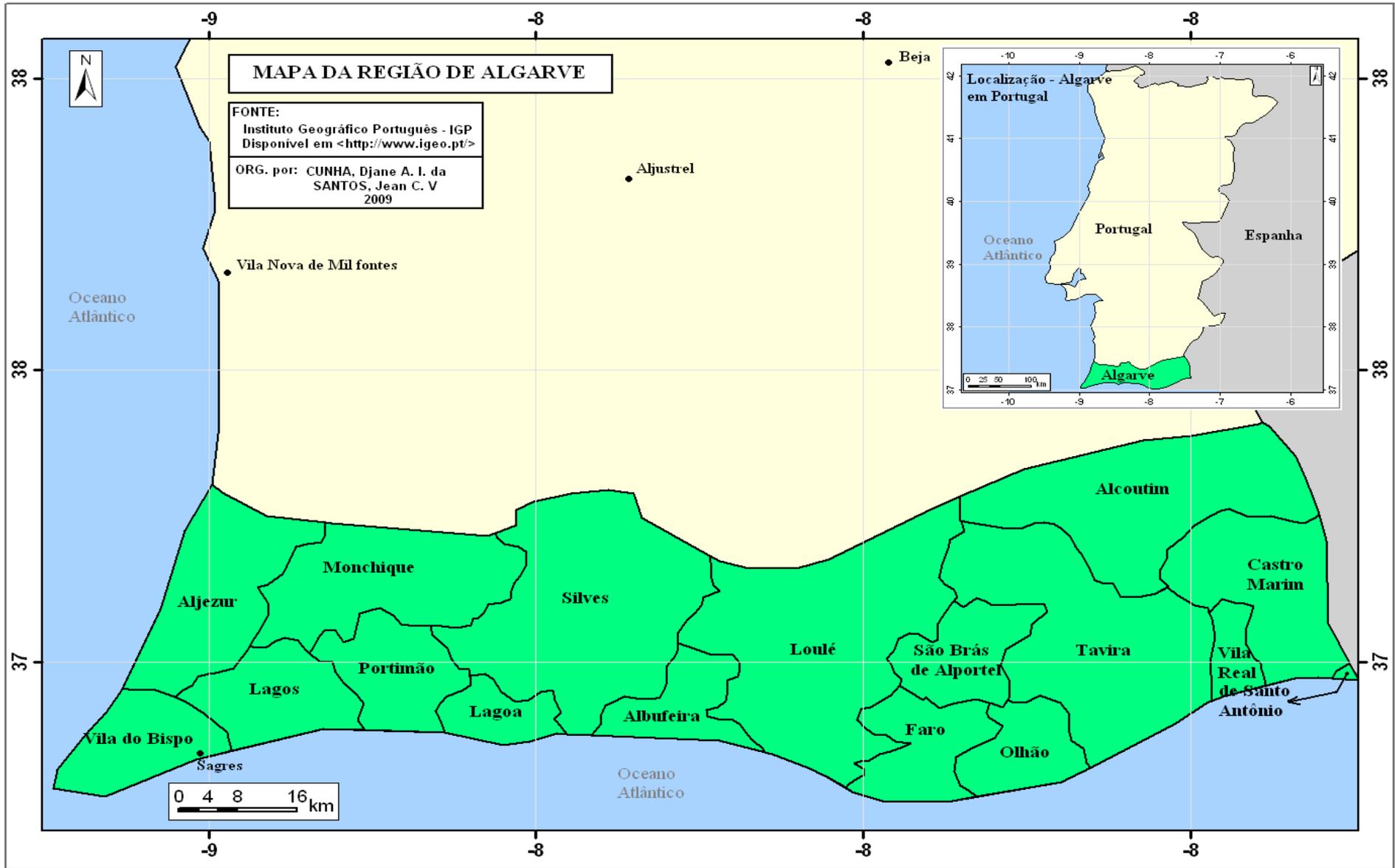
Uma das novidades apresentadas pelo PENT foi que as cinco regiões podem recorrer ao autofinanciamento por meio de acordos com a iniciativa privada, às verbas do orçamento do Estado e, ainda, à criação dos polos das zonas interioranas (Alqueva, Litoral Alentejo, Região Oeste, Douro, Leiria/Fátima, Serra da Estrela, entre outros) de desenvolvimento turístico autônomos, a par das regiões de turismo.

4.2. GEOGRAFIA DO DESTINO ALGARVE: um parâmetro comparativo para análise

A região Algarve (Mapa 07: Região Algarve) é constituída por uma capital, que é a cidade de Faro (Fotos 145 e 146), outros 15 municípios (Tabela 02) e 84 freguesias. A maior densidade demográfica regional está na faixa litorânea entre Faro e Portimão, seguida da região chamada de barrocal e como área mais inóspita, a faixa serrana. A maior cidade Loulé tem sua sede urbana no interior algarvio, mas grande número de sua população está ocupando as paisagens litorâneas do município e não a estrutura urbana da sede, isto é, onde estão os serviços turísticos.



Fotos 145 e 146: Cidade de Faro. Onde-se localizam os principais poderes públicos da Região Algarve no Sul de Portugal. Autor: Vieira Santos, J. C. 2008.



No seu diagnóstico regional, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA) (2006, p. 13) afirma que essa paisagem corresponde a 5% do território nacional. Está localizada no sul do país, sendo limitada a norte pelo Alentejo, a leste pela província espanhola de Huelva e a sul e oeste pelo Atlântico:

Faixa de território sensivelmente retangular, orientada de oeste para leste na sua maior dimensão, com cerca de 160 km, e de norte para sul na sua menor extensão com cerca de 60 km, o Algarve separa-se do Alentejo, a norte, por uma série de pequenas montanhas que constituem como que uma espinha dorsal orográfica – as serras do Espinhaço de Cão, de Monchique e do Caldeirão ou Mu. Com exceção de Monchique onde irrompem afloramentos de sienites, as outras formações serranas são de xistos e grauvaques, todas elas cortadas por vales profundos, criando um relevo bastante modelado com encostas por vezes muito declivosas. As altitudes são pouco imponentes, apenas em Monchique onde atingem os 902 m e alguns pontos do Caldeirão os 600 m, andando a generalidade das cumeadas acima dos 400 m (PESSOA ET AL, 2005, p.18).

Tabela 02: Municípios Formadores da Região Algarve

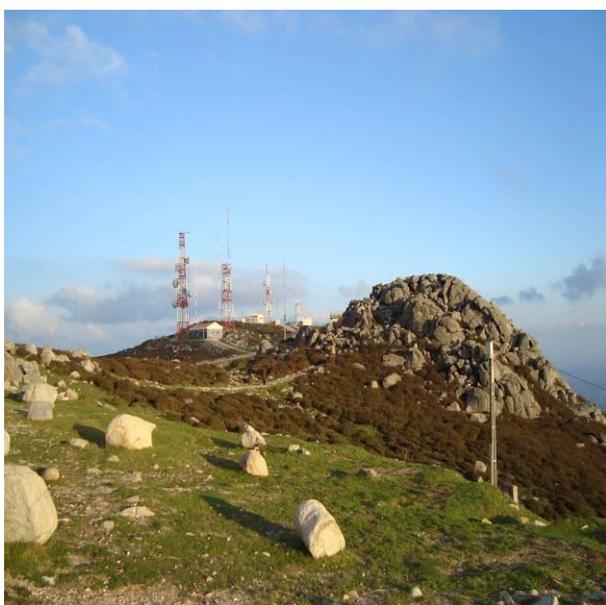
	MUNICÍPIOS OU CONCELHOS – (DEFINIÇÃO PORTUGUESA)	NÚMERO DE HABITANTES
01	Albufeira	37.244
02	Alcoutim	3.272
03	Aljezur	5.349
04	Castro Marim	6.493
05	Faro	58.664
06	Lagoa	23.835
07	Lagos	28.025
08	Loulé	63.905
09	Monchique	6.246
10	Olhão	43.341
11	Portimão	48.611
12	São Braz de Alportel	11.876
13	Silves	10.900
14	Tavira	25.278
15	Vila do Bispo	5.423
16	Vila Real de Santo António	18.341
	Total de Habitantes	396.803

Fonte: Dados populacionais extraídos do site da Associação de Turismo do Algarve (<http://www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/DescubraARegiao/DemografiaGeografia>) consultado em 03 de Dezembro de 2008. Os números de habitantes fornecidos são do ano de 2006. Org. Vieira Santos, J. C. 2008.

O lugar chamado Fóia no município de Monchique é o ponto mais elevado da região, 902 metros (Fotos 147 e 148) de altitude, onde existe um mirante para turistas e moradores observarem as paisagens algarvias. Segundo Gamito (2007, p.10), o enquadramento geofísico regional mostra uma geologia algarvia que é a continuação do soco ibérico da Meseta, formada essencialmente por rochas vulcânicas de xisto e alguns afloramentos de granito, nas

serras do Caldeirão e Monchique, constituídas essencialmente pelo afloramento de granito típico e sienito.

As franjas calcárias do Jurássico (ainda de acordo com Pessoa et al (2005, p.19) com alguns afloramentos do Cretáceo e com estreita formação do Triássico) formam o seu prolongamento para sul, chegando ao mar em Albufeira e estendendo ao longo de todo o litoral do Barlavento, na metade ocidental do Algarve. No sudeste, na zona oriental algarvia encontra-se uma orla costeira de formação recente e constituída por depósitos arrastados das serras, formando o litoral baixo e arenoso, que é o chamado Sotavento de Quarteira até Vila Real de Santo António. A Costa Vicentina, que se estende do Cabo de São Vicente em direção ao Norte, aberta ao Atlântico, é constituída por formações xistosas.



Fotos 147 e 148: Fóia. Ponto de visitação mais alto da região Algarve, no município de Monchique, a 902 metros de altitude. As fotos foram tiradas em uma tarde de janeiro de 2009, com temperaturas de um grau positivo. Autor: Vieira Santos, J. C. 2009.

Nevoeiros são frequentes, com as maiores precipitações no patamar de 1205 mm anuais e os solos ácidos, juntam-se para criar condições ecológicas especiais no contexto algarvio. Destacam-se, nessa paisagem, as espécies de vegetais como os Medronheiros, Sobreiros, Pinheiros (Manso e Bravo), Acácias, Azinheiras, Zambujeiros, Pilriteiros, Aroeiras, Murtas, Estevas, Palmeira Anã, Sanguinho-das-Sebes, Sanguinho-Bastardo, Tojo Gadanho, Oliveiras, Tomilhos e, nas encostas, a vegetação predominantemente mediterrânica, com a presença de algumas espécies ibero-mauritânicas.

O litoral apesar de bastante ocupado, principalmente pelas atividades urbanas regionais e atividades ligadas ao turismo, apresenta uma formação costeira com os cordões dunares,

zonas de sapais e zonas alagadiças como a Ria Formosa de importância ecológica e econômica considerável no espaço regional (PESSOA et al, 2005, p.19-22), principalmente pelos negócios ligados à pesca e ao turismo.

Na fauna, destacam-se, entre os mamíferos, o Lince Ibérico localizado nas serras do Monchique e Caldeirão, o Texugo, a Raposa, a Gineta e o Gato Bravo. Das aves é possível citar a Águia-Pesqueira, Águia-de-Bonelli, Águia de asa redonda, Falcão Real, Peneireiro-de-Dorso-Malhado, Bufo-Pequeno, Coruja-das-Torres, Coruja-do-Mato, Galinha-Sultana, Flamingo-Rosa, Cegonhas, Garças, Anatídeos e Limícolas (PESSOA et al, 2005, p.23). A atividade pesqueira é intensa em alto mar e nas paisagens da Ria Formosa que é habitat de espécies:

[...] Moluscos, crustáceos e peixes que encontram aqui um dos mais importantes locais do Atlântico, onde fazem as desovas e se criam os juvenis que depois vão povoar os pesqueiros da costa. É com base na riqueza biológica da zona lagunar que se pratica a pesca costeira, sustento de muitos pescadores e importante fonte de rendimentos; não se pode deixar de realçar a produção de bivalves – almejoa, lingueirão e berbigão. A grande concentração de nutrientes transforma a Ria Formosa numa Zona Úmida de importância internacional. As populações de aves aquáticas, sedentárias e de migrações, são muito abundantes, constituindo um dos grandes atrativos dessa área lagunar. Por tudo isto a ria Formosa é um ecossistema muito frágil a exigir proteção eficaz (PESSOA, ET AL, 2005, p.44).

Geofisicamente essa paisagem, no sul de Portugal, é dividida em três regiões ou compartimentos: Litoral, Serra e Barrocal. Designa-se Barrocal a sub-região algarvia formada por calcários, coberta por vegetação tipicamente mediterrânica e que segue as serras Algarvias. Foi tradicionalmente área produtora de cereais e legumes sequeiros e, durante séculos, os camponeses retiraram da terra quantidades enormes de pedra solta (pedra seca – os valados) que foram sendo arrumadas em muros de suporte e divisão das fazendas (Foto 149), com predomínio de pequenas propriedades, sobretudo nos vales mais abertos (PESSOA et al, 2005, p. 46).

As principais cidades do Barrocal são Silves (150), Loulé e São Brás de Alportel, ainda destacam-se povoados menores como São Bartolomeu de Messines, Paderne, Cortelha, Salir e Estói. Pereira (2005, p.19) relata que os limites dessa região com o litoral dependem do ponto de vista de cada investigador, o próprio nome pouco ajuda a explicar essa paisagem, pois o termo barrocal resultaria da junção da palavra “barro” com o sufixo “oca”, de origem provavelmente pré-romana. O senso comum atribui ao termo uma origem mais prosaica, fruto da associação das palavras “barro” que efetivamente constitui o tipo de solo mais frequente e “cal” cuja produção a partir do calcário foi, durante anos, uma das indústrias mais importantes desta zona.

Já os compartimentos de Serras do Algarve são formados por terrenos antigos (granito típico e sienito) e as principais cidades Monchique e Alcoutim, destacando ainda os povoados de Caldas de Monchique, São Marcos da Serra, Azinhal dos Mouros, Alferce, Martim Longo, Giões, Alte, Santa Margarida, Ameixial, entre outros, compõem o chamado interior algarvio, onde as práticas de turismo são menos intensas e, por isso, a região é classificada pelo poder público regional como área de Baixa Densidade Turística.

De acordo com Daveau (1995, p.120-121), o terceiro compartimento, isto é, o Litoral associa-se às baixas terras arenosas, que se caracterizam por múltiplos sítios portuários, instalados nos pequenos estuários que alternam na parte ocidental com arribas pitorescas e lagunas, um cordão litorâneo descontínuo que se separa do mar em toda parte oriental. Seria, então, a área de alta densidade turística, caracterizada pela presença dos turistas e dos serviços ofertados.



Foto 149: Muro de Pedra. Antigos hábitos dos camponeses de arrumar enormes quantidades de rochas soltas para fazer os muros de divisão das fazendas, traços ainda vistos na região de São Bartolomeu de Messines, com em boa parte do Barrocal e Serra Algarvia. Foto 150: Cidade de Silves. Nessa cidade encontra-se a arquitetura de antiga Muralha Árabe, lugar procurado por turistas que chegam ao Algarve. Autor: Vieira Santos, J. C. 2008.

Nessa sub-região, estão as principais cidades regionais: Portimão, Lagos, Albufeira, Faro, Olhão, Tavira, Vila do Bispo, Aljezur e Vila Real de Santo António, são os lugares onde se destacam as atividades de turismo e lazer. Segundo Pessoa et al (2005, p.54), os principais rios do Algarve são o Guadiana (*Annas* para os Romanos e *Uadi Annas* para os Árabes) que separa essa paisagem da Espanha e o Arade que nasce na Serra de Monchique e deságua no Atlântico no município de Portimão. Outros são o Gilão que tem sua foz no município de

Tavira, a ribeira de Odeceixe, a ribeira de Aljezur e a ribeira de Odelouca, mas esses cursos de água não têm sido bem preservados, apesar da sua importância numa região de acentuada aridez.

5.3. TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS PRIMEIROS INVESTIMENTOS VOLTADOS PARA O TURISMO NO DESTINO ALGARVE

Abordar a história do Algarve é um desafio para qualquer pesquisa, pois é uma região secular, com espaços e heranças deixadas por diversos povos com suas formas e materialidades distintas, ao longo dos tempos. Para Pessoa et al (2005, p.18), embora rodeado pelo oceano Atlântico:

[...] que influencia o clima e as formas de vida, as grandes características indiscutivelmente dominantes da região algarvia, em termos climáticos e ecológicos como também das culturas e dos povos que aqui se instalaram ao longo dos séculos, são mediterrânicas (PESSOA ET AL, 2005, p.18).

Entre as civilizações mais antigas, destacam-se os Romanos e os Árabes, sendo os últimos, responsáveis pelo nome regional Algarve, cuja denominação *Al-Gharb*, significa Ocidente. Outro fator na construção espacial é que somente, em meados do século XIII, essas terras foram incorporadas a Portugal, constituindo a última fronteira continental a ser absorvida pelo país.

Devido à complexa trajetória histórica é cientificamente difícil registrar as marcas da presença humana nos diferentes lugares algarvios sem considerar a ocupação da Península Ibérica. De acordo com Gamito (2007, p.10), na Idade do Bronze, os Gregos foram os primeiros povos do Mediterrâneo oriental a contatar a península, fixando, nas paisagens algarvias, os seus vestígios materiais nos municípios de Castro Marim e Tavira.

Os Romanos que conseguiram dominar todo o Mediterrâneo trouxeram, para a região, os primeiros núcleos urbanos no Século II a.C. e, de acordo com Pessoa et al (2005, p.78), no alto das colinas voltadas para o mar definiram-se os povoados que originaram as cidades algarvias: Baesuris (Castro Marim), Balsa-Luz de Tavira (Tavira), Ossonoba (Faro) (Foto 151), Portus Hannibalis (Portimão), Ipses (Alvor), Cilpes (Silves) e Lacobriga (Talvez Lagos) (Foto 152). Esses povos deixaram enormes contribuições para as atuais políticas públicas de turismo, presentes na arquitetura, patrimônio arqueológico, culinária, entre outros.

O povoado pré-romano instalado na colina da Ossonoba onde se desenha a atual vila-adentro da capital do Algarve (Faro), atualmente um dos lugares mais visitados dessa urbanidade, expandia-se, no passado, para norte e ocidente, para formar e albergar a cidade romana que se afirmava como o centro mais importante da região, controlando as propriedades agrícolas e explorando os recursos marinhos.

Porém, com a decadência do Império Romano no século V, ocorreu o conseqüente definhamento das cidades, entre elas o povoado de Ossonoba. A crescente ruralização da região, três séculos mais tarde, favoreceu à ocupação islâmica, acentuando a presença humana na serra e barrocal. Desse modo, Gamito lembra que no Algarve Árabe:

[...] as regiões ocidentais dos territórios conquistados pelos Árabes e Al-Gharb seria a região ainda no extremo mais ocidental do Al-Andalus. As fontes relativas a estes primeiros tempos são escassas. Num mundo muçulmano em formação, os Árabes estavam mais preocupados em consolidar a sua religião, sob o ponto de vista jurídico-religioso e em registrarem os feitos do Profeta do que em descreverem as conquistas realizadas na sua expansão (GAMITO, 2007, p.20).



Foto 151: Muralha na cidade de Faro (colina da Ossonoba). Onde se desenha a atual vila-adentro, obra deixada pelo domínio Romano. Foto 152: Cidade de Lagos. Paisagem urbana com sua tradicional arquitetura algarvia e muralha. Autor: Vieira Santos, J. C. 2008.

Nesse momento histórico, a agricultura no Algarve desenvolveu-se nas planícies de aluvião do litoral e, dentro das cidades, ficavam as casas das famílias mais importantes. Para Pessoa et al (2005, p.78), com a presença islâmica nasceram, por toda região, fortificações que depressa evoluíram para os centros urbanos, entre eles estão Aljezur, Loulé, Tavira, Cacela, Castro Marim e outras cidades.

Evidências arqueológicas desse período são encontradas nas cidades de Faro e Silves, as duas mais importantes desse momento histórico. Na última, ainda é possível visualizar as muralhas de um Castelo do período Islâmico, hoje com marcas e registros dos povos contemporâneos, porém é um lugar onde a presença do visitante é constante.

Nesse contexto histórico, a multiplicação das fortificações não conseguiu travar o avanço Cristão na região, consolidado com as campanhas de D. Afonso III em meados do século XIII. Após a conquista portuguesa, poucas transformações ocorreram de imediato, pois a configuração dos centros urbanos e da ocupação dos campos, no essencial, continua a ser a mesma dos tempos da mourama, excetuando algumas alterações de conversão das mesquitas em templos cristãos.

Durante esse período, açoteias, mirantes e igrejas rivalizam com as velhas muralhas a disputa das cumeadas das cidades, vilas e aldeias. Nesses séculos (XVII e XVIII), o trato comercial de Faro e Algarve estavam baseados essencialmente na exportação de frutos das regiões de Loulé e Silves e na importação de cereais e produtos manufaturados. Mercadores ingleses controlavam esse tráfego nos portos de Faro e Vila Nova de Portimão. No século XVIII, a política de fomento da pescaria de Marquês de Pombal deu nova dinâmica ao litoral regional (PESSOA et al, 2005, p.79-81).

Nos finais do século XV, a cidade de Tavira surgiu como destaque regional, com uma moderna estrutura urbana e economicamente pujante nas relações com a Andaluzia (Espanha) e Marrocos:

[...] é elevada a cidade em 1520. Em 1577, Frei João de São José diz-nos que a cidade era a mais principal do reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela. Esta nobreza, a abundância de gente do trato marítimo e de casas religiosas estimulam um crescimento urbanístico rico e diversificado, fortemente inspirados nas correntes artísticas dos centros influentes da vizinha Sevilha e da mais distante Lisboa. Templos, palácios e o casario civil com os típicos telhados de tesouro, testemunham-no. O protagonismo foge-lhe cada vez mais a partir de 1540, quando Faro é elevada a cidade para acolher a Sé que recebe em 1577, transferida da velha e arruinada Silves (PESSOA ET AL,2005, p.80).

Faro firma-se como capital regional e sede do bispado e Tavira da comarca. Nesse período, o terremoto de 1755 arruinou muitas cidades dessa paisagem e, assim, grande parte da história arquitetônica perdeu-se na reconstrução. Permaneceram, porém, várias fortalezas que se destacam nessa região, a principal entre elas é a de Sagres (Fotos 153 e 154), hoje o principal atrativo turístico no município de Vila do Bispo.

Até o final do século XVIII, a região foi marcada pelo provincianismo das cidades com um comércio pouco dinâmico e competitivo. Ainda na primeira metade do século XIX, a economia foi caracterizada pela lentidão, pois nas zonas interioranas, a cultura das terras e a

recolha de frutos continuava a ser a base da economia. Na faixa litorânea, a maior parte da população dedicava-se à pesca, à extração do sal e ao comércio. Em algumas localidades, como Olhão e Monte Gordo, predominavam, entre os habitantes, as profissões de pescadores e Marinheiros.

Pessoa et al (2005, p.82-83) lembra que a indústria apareceu somente em meados do século XIX, a par de uma revolução dos transportes (novas estradas e ferrovias) e de um surto edificatório relacionado com programas construtivos ligados às novas classes sociais em ascensão. O crescimento urbano acentuou-se, no último quartel do século XIX, com a construção de edifícios para serviços públicos e com a aposta dos municípios em modernizar os seus espaços urbanos.



Fotos 153 e 154: Fortaleza de Sagres. Acesso Sinalizado e parte Interna voltada para o Oceano Atlântico no município de Vila do Bispo. Patrimônio arquitetônico mais visitado pelos turistas que chegam a região Algarve. Vieira Santos, J. C. 2008.

A segunda metade do século XIX e o início do XX, marcaram a ruptura das cidades com o passado, corporizando uma nova preocupação de composição urbana, com novas avenidas, estradas circulares, escolas, teatros, mercados e cemitérios. Nesse processo histórico, apareceu o turismo. De acordo com Gonçalves (2003, p.261), foi nos anos de 1920 que a atividade turística conheceu seus primeiros impulsos no Algarve e, ainda, em 1918 ocorreu a construção do Hotel Viola e, logo após do Grande Hotel de Faro e Grande Hotel Guadiana em 1923.

Na década de 1930, ocorreu a criação dos primeiros roteiros turísticos para o mercado britânico e, em 1950, foi realizado, nessa região, o “II Congresso Regional Algarvio” para

debater os problemas hoteleiros. A atividade tornou-se mais intensa na década de 1960 com a construção do aeroporto internacional de Faro (1965) (Fotos 155 e 156) e com o surgimento dos hotéis de luxo de quatro e cinco estrelas (Penina, Balaia, D. Filipa, Alvor Praia e Algarve). Nessa evolução do turismo no Algarve em:

1972 a 1975/1985 – aparecimento de hotéis e pensões de menor valor categoria (três e duas estrelas) para responder a uma procura turística de chater; surgem áreas turísticas com Albufeira e acentua-se a época turística associada à época balnear; surge a resort da Quinta do Lago e aldeamentos como o “Four Seasons” e “Pine Cliffs”, entre outros. Têm lugar os primeiros investimentos estrangeiros no Algarve (quase todos provenientes da Inglaterra e da Holanda); evidenciam-se os investimentos em: restaurantes, pequenas companhias imobiliárias, surgindo mais tarde as multinacionais; fortes taxas de crescimento dos turistas e das dormidas; desenvolvimento de atrações turísticas não naturais: Marina de Vilamoura, Aldeia das Açoteias, Campos de Golfe. A partir de 1985/90 – Crescimento mais moderado do número de visitantes e das dormidas; acentuar da sazonalidade. Desenvolvimento de novos mercados e atenuação da sazonalidade [...] O turismo assume-se como atividade principal (GONÇALVES, 2003, p.262).



Foto 155: Área externa do Aeroporto Internacional de Faro no Algarve. Infraestrutura que também recebe turistas da região Andaluza na Espanha, sendo referência especialmente para as cidades de Huelva e Ayamonte. Foto 156: Posto Turístico de Huelva (Espanha). Para Atendimento a Turistas que chegam ao aeroporto algarvio em direção a cidade de Huelva, mostrando o trabalho de parceria entre diferentes regiões turísticas de Portugal e Espanha. Vieira Santos, J. C. 2009.

Nesse sentido, Cunha (2003, p.101-102) relata que de praticamente desconhecido no início da década de 1960, pois ocupava lugar secundário no turismo nacional, o Algarve passou rapidamente a identificar-se com o turismo português e a constituir a sua imagem de marca: “o turismo português passou ser o Algarve e o Algarve passou a ser sinônimo de turismo”. Após um longo período de crescimento, o local ocupou o 1º lugar do turismo português e, por isso, permitiu-lhe transformar-se num dos destinos turísticos mais

importantes do mundo. No período de duas décadas passadas e no início dos anos de 1990, a dimensão e expressão do turismo algarvio quase duplicou, tanto na oferta como na procura, o que traduziu um crescimento superior à média mundial.

No presente, o Algarve que detém cerca de 40% da capacidade hoteleira absorvendo mais de 41% do total das dormidas registradas na hotelaria portuguesa; a região de Lisboa é a segunda mais desenvolvida turisticamente com um crescimento nos últimos anos superior à média nacional (CUNHA, 2006, p.98). O turismo na atualidade passou a ser um caso de sucesso, um resultado da combinação entre recursos disponíveis naturais e culturais, e a criatividade e inovação para dar respostas aos anseios dos visitantes.

A partir da década de 1960, o ordenamento espacial algarvio assistiu a uma grande mudança com a inserção de novas políticas públicas de turismo. Porém, segundo Cunha (2001, p.429), em terras Lusitanas, as criações de órgãos locais ou regionais de turismo surgiram antes da criação dos gestores estatais, na maior parte dos casos, por iniciativa privada.

O crescimento das estâncias turísticas, no princípio do século XX (termais, marítimas e climáticas), despertou o interesse dos empresários locais e também das municipalidades, para a necessidade de criar organizações de defesa de interesses comuns, de promoção dos seus negócios e de melhor estruturação das localidades como destinos turísticos.

À medida que o turismo foi se desenvolvendo e assumindo novas dimensões, essas organizações foram se profissionalizando passando a contar, em muitos casos, com a colaboração ou intervenção do poder central, com estruturas organizacionais de tipo empresarial para melhor garantir o funcionamento dos respectivos destinos. A constituição e presença dessas ações iniciais nos territórios com possibilidades turísticas, ofereceram ao setor um quadro de referências e caminhos que foram essenciais para construção e evolução dessa atividade, fazendo nascer novos atrativos, mas sem planos e estratégias definidas. Desse modo, a condução do turismo em Portugal indica à necessidade de políticas estatais que permitam a democratização de acesso às oportunidades geradas pelo Estado.

5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E O ORDENAMENTO REGIONAL TURÍSTICO

A ideia central que presidiu a escolha do tema as “Políticas Públicas e o Ordenamento Regional Turística da Região Algarve”, abordado nesta unidade, trata de uma realidade que se

comparada com os destinos do interior do Brasil, especialmente, com a Região Turística das Águas, está consolidada. Neste sentido, torna-se um desafio estimulante procurar analisar outro exemplo regional fora do território brasileiro com suas diferentes organizações e temporalidades sociais. Assim, a compreensão inicial, sob uma perspectiva histórica da temática elencada, se baseia no Decreto-Lei de número 114/70, com o título “Documento do Conselho e Ministério de Obras Públicas” do dia 18 de março de 1970, que destaca, no capítulo 01, a criação da “Região de Turismo do Algarve”:

Artigo 1 – 1. É criada a região de turismo do Algarve constituída pela área de todos os concelhos pertencentes ao distrito de Faro; 2. A região de turismo do Algarve tem a sua sede em Faro; 3. A região de turismo do Algarve rege-se pela Lei número 2082, de 4 de Junho de 1956, e pelo Decreto número 41035, de 20 de Março de 1957, com as alterações constantes deste decreto-lei; Art. 2 – 1. A Comissão Regional de Turismo do Algarve é constituída por um conselho regional e por uma comissão executiva; 2. A Competência da Comissão Regional de Turismo do Algarve, definida nos termos da base XII da Lei de número 2082 e do artigo 6 do Decreto número 41035, é repartida entre o conselho regional e a comissão executiva; 3. Além das atribuições definidas no artigo 5 do Decreto número 41035, a comissão Regional de Turismo do Algarve terá as demais que lhe forem fixadas por portaria do Secretário de Estado da Informação do Turismo [...] (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, 1970, p.321).

Pode-se considerar essa proposta como o marco inicial das inserções de políticas públicas de turismo na região algarvia, por meio de um órgão local para essa atividade econômica, focando a criação de infraestrutura urbanística, a gestão turística regional e outros setores que naquele momento, eram importantes para o fortalecimento da atividade turística no contexto regional. Então, o documento da Presidência do Conselho e Ministério das Obras Públicas (1970, p. 321) definiu, como Região de Turismo do Algarve, as dimensões espaciais dos municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castram Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, respeitando os limites da região administrativa algarvia.

Na década de 1990, surgiu um novo documento Publicado no Diário da República (1993, p.2371). Em seu terceiro capítulo (artigo sexto), são elencadas as responsabilidades da “Região Turística do Algarve”, visando ao aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas dos patrimônios histórico, cultural e natural no quadro das orientações e diretivas da política de turismo definida nos planos anuais e plurianuais do Estado e municípios abrangidos.

As atribuições são: elaborar planos de ação turística da região, realizar estudos de caracterização do Algarve sob o ponto de vista turístico e proceder à identificação dos recursos turísticos existentes, definir o produto ou produtos turísticos regionais, tendo em

conta a desejável cooperação e complementaridade com os de outras regiões. Ainda, promover a oferta turística no mercado interno e colaborar com os órgãos centrais de turismo com vista à sua promoção externa, fomentar o artesanato e animação turística regional, colaborar com os órgãos centrais e com autarquias para obter a consecução dos objetivos da política nacional que for definida para o turismo.

Sendo assim, o artigo oitavo destaca que a composição da Comissão Regional, no ano de 1998, sofreu as seguintes alterações:

a. O presidente da Região de Turismo; b. Um representante de cada câmara municipal dos municípios que integram a região; c. Um representante do membro do Governo com tutela sobre o turismo; d. Um representante do membro do Governo com tutela sobre a saúde; e. Um representante do membro do Governo com tutela sobre os transportes; f. Um representante do membro do Governo com tutela sobre o ambiente e recursos naturais; g. Um representante da Delegação da Secretaria de Estado da Cultura do Algarve; h. Um representante da Comissão de Coordenação da Região do Algarve; i. Um representante das companhias aéreas nacionais; j. Um representante da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve; l. Um representante da Direção-Geral da Aviação Civil; m. Um representante da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; n. Um representante dos estabelecimentos similares dos hoteleiros da região; o. Um representante da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo; p. Um representante da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis Ligeiros sem Condutor; q. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similar do Distrito de Faro; r. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; s. Um representante do Sindicato Nacional de Atividade Turística (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1993, p.2371).

Neste documento, são abordadas também as competências da comissão regional, as reuniões, funcionamento, perda de mandato, remunerações; composição, remuneração e competências da comissão executiva; competências do Presidente da Região de Turismo; origem das receitas; serviços e quadro; entre outros detalhes técnicos e operacionais. Na mesma década, o Ministério da Economia (1998, p.6582), por meio do Decreto-Lei de número 382/98 do dia 27 de novembro, apresentou importantes alterações em diversos domínios da realidade turística do Algarve, presentes no Decreto-Lei de número 161/93. O artigo 8 (oitavo) passa a ter a seguinte redação:

(nas letras G, M, N, Q e R): g: um representante da Delegação Regional do Algarve do Ministério da Cultura; m: um representante da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; n: um representante da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; q: uma representante da Associação de Comerciantes da Região do Algarve; r: um representante da Delegação Distrital de Faro da União Geral de Trabalhadores para a área do Turismo; s: um representante da Delegação Distrital da Confederação dos Trabalhadores Portugueses para a área do turismo (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 1998, p.6582).

O projeto estatal da primeira década do século XXI apresenta mudanças no turismo português, apreciadas nesta pesquisa por intermédio das informações documentais obtidas,

durante os trabalhos de campo, na Região de Turismo do Algarve, na cidade de Faro. O primeiro ponto a ser destacado, neste documento, é a criação das Entidades Regionais de Turismo em substituição às Regiões de Turismo.

Nesse contexto, segundo o Diário da República (2008, p.2170-2171), do Ministério da Economia e da Inovação, o Decreto-Lei de número 67/2008 (de 10 de Abril) nos capítulos I, II e III, dos artigos primeiro ao décimo quinto, considera o turismo como um fator estratégico de desenvolvimento da economia portuguesa e que está fortemente empenhado na criação e consolidação de estruturas públicas fortes, modernas e dinâmicas, preparadas para responder aos desafios que o turismo enfrenta.

Para consolidação dessa era moderna da Administração Pública, o Governo aprovou por intermédio da Resolução do Conselho de Ministros número 124/2005, de 04 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo como objetivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento econômico e da qualidade dos serviços públicos.

No âmbito deste programa, o poder estatal aprovou por intermédio da Resolução do Conselho de Ministros número 39/2006, de 21 de abril, as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos vários ministérios, com as quais assumiu a necessidade de criar um organismo central do turismo, responsável pelo prosseguimento da política de turismo nacional (O Turismo de Portugal), e pela descentralização das 19 regiões de turismo para associações de municípios ou outras entidades supranacionais.

Ao contrário do atual projeto brasileiro, em Portugal, as diretrizes estão mais próximas das realidades regionais existentes. Seria importante para o turismo brasileiro que as diretrizes estivessem mais próximas das realidades regionais, pois facilitaria o planejamento da atividade turística e o fortalecimento das iniciativas já existentes, como as festas, culinárias, artesanatos e atrativos naturais encontrados na microrregião de Quirinópolis. No país lusitano impõe-se à reorganização das entidades públicas regionais com responsabilidades na área do turismo:

De fato, um organismo público central e único do turismo necessita de cooperação e suporte regional para a concretização e implementação da política de turismo, não se compadecendo esse apoio com diferentes formas de funcionamento dos organismos regionais e locais de turismo, nem tão pouco com a descontinuidade territorial que hoje se verifica na sua atuação. Tal articulação, para que seja coerente e consistente, não poderá realizar-se com um número demasiado vasto de interlocutores regionais e locais, sendo que o regime atualmente em vigor deu azo a um desenho territorial em grande parte aleatório, por vezes sem racionalidade territorial visível, mesmo sob o simples ponto de vista turístico. Acresce que a existência de um número notoriamente excessivo de órgãos regionais e locais de turismo retira, a uma parte deles, a dimensão crítica necessária em termos de

coerência do produto turístico oferecido e dos recursos e meio de ação disponíveis (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2171).

Com esse decreto-lei em Portugal, redefiniu-se um quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional compatível e coerente com as outras formas de administração desconcentradas e descentralizadas. Pretendendo assegurar a cobertura de todo o território nacional e, por outro lado, permitindo que cada um dos polos de desenvolvimento turístico tenha uma entidade dinamizadora e interlocutora junto do órgão central de turismo. Definiu-se também um modelo de gestão, que confere às entidades regionais uma capacidade de autofinanciamento e que estimulam o envolvimento dos agentes privados na sua atividade. Esse modelo permite o estabelecimento de parcerias, entre outros, com o Turismo de Portugal, criando oportunidades para o desempenho de atividades e projetos contidos na esfera da administração central.

Em síntese, esse regime aprovado garante que todo o território seja abrangido pela capacidade de atuação de um organismo regional de turismo e assegura que essas estruturas regionais detenham competências e capacidades que lhes permitam encontrar soluções de gestão autônoma, definindo-se ainda, critérios para o recebimento de eventuais verbas provenientes do orçamento do Estado, associados a um monitoramento e verificação do cumprimento de objetivos fixados por parte do Turismo de Portugal.

Desse modo, permite-se que a regulamentação própria de todas as novas entidades regionais de turismo seja definida com as respectivas formas de organização e funcionamento, desde que respeitem um conjunto mínimo de requisitos estabelecidos no presente decreto-lei. Neste processo, foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional das Regiões de Turismo e Confederação Nacional de Turismo de Portugal. Assim o Governo decretou:

Capítulo 01 – Disposições Gerais – Artigo 1 –[...] O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo. Artigo 2 – Áreas Regionais de Turismo – 1. Para efeitos de organização do planeamento turístico para Portugal continental, são consideradas cinco áreas regionais de turismo, as quais incluem toda área abrangida por cada uma das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos de Nível II (NUTS II), considerando-se para os efeitos do presente decreto-lei a conformação fixada pelo Decreto-Lei número 46/89, de 15 de Fevereiro, com a redação do Decreto-Lei número 317/99, de 11 de agosto. 2. No âmbito territorial incluído nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o membro do Governo com tutela na área do turismo pode contratualizar o exercício de atividades e a realização de projetos da administração central com associações de direito privado que tenham por objeto a atividade turística (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2171).

Uma das linhas da Entidade Regional de Turismo no projeto e dentro do terceiro artigo destaca que, em cada uma das áreas regionais de turismo (Algarve, Alentejo, Norte, Centro e Lisboa) é criada uma entidade regional de turismo, que funciona como entidade gestora, assumindo a natureza de pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, à qual cabe exercer as competências definidas no decreto-lei e aquelas que sejam definidas nos estatutos ou regulamentos internos e, ainda, as que resultem de contrato ou protocolo a celebrar com o Turismo de Portugal ou com outras entidades públicas competentes.

No contexto territorial português surgem, os Polos de Desenvolvimento Turístico (Douro; Serra da Estrela; Leiria-Fátima (Foto 157); Oeste com as cidades de Caldas da Rainha, Alenquer, entre outras; Litoral Alentejano; e Alqueva) (Foto 158). O projeto estatal destaca que são áreas regionais de turismo definidas no artigo segundo. Esses exemplos podem servir de provocação para a atual realidade encontrada no Brasil, mostrando a viabilidade da proposta de criação de destinos turísticos na microrregião quirinopolina apresentada no capítulo 04.



Foto 157: Basílica de Fátima. Cidade que compõe um dos polos de zonas interioranas de desenvolvimento turístico autônomo português. Foto 158: Reservatório Hidrelétrico de Alqueva no Alentejo (Rio Guadiana). Espacialidade caracterizada como Polo Turístico de Alqueva. Vieira Santos, J. C. 2008.

A constituição dos polos de desenvolvimento turístico não prejudica a participação regular das entidades públicas e privadas, que os integram, na composição e funcionamento

da área regional de turismo correspondente a NUTS II (Nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos de Nível II) do território em que se insere cada uma dessas entidades e de acordo com os estatutos.

Para a realidade brasileira, é preciso pensar na criação de suas Entidades Regionais de Turismo a partir de cada região proposta pelo Ministério do Turismo. E como as regiões do Brasil são, na sua maioria, de grandes dimensões, faz-se necessário analisar o projeto português de “Polos Turísticos”. No caso do Estado de Goiás, poderiam ser criados “Polos ou Destinos Turísticos Entre o Lago de São Simão e Lagoa Santa” dentro da região turística das águas, como sinaliza o quarto capítulo desta pesquisa.

Em outras regiões, como a Agroecológica (56.111.526 km²) poderia ser criado o “Polo Turístico do Parque Nacional das Emas e Nascentes do Araguaia”, no Vale Serra da Mesa (48.334.867 km²), o “Polo Turístico do Entorno do Reservatório da Serra da Mesa”. Nesse sentido, a região não anularia os lugares, mas faria com que passassem a se articular de diversas formas e, sobretudo, baseado naquilo que é natural, histórico e cultural, realizando-se, a partir dos lugares e de sua gente, considerando valores e traços particulares das humanidades do cerrado, transformando esses roteiros, no futuro, num produto turístico.

É relevante relatar o artigo quinto (Missão e atribuições) do documento de Portugal, em que se destaca entre as atribuições dos polos turísticos: colaborar com os órgãos centrais e locais com vista à persecução dos objetivos da política nacional definida para o turismo, promover a realização de estudos de caracterização das respectivas áreas geográficas, monitorar, dinamizar e potencializar a oferta e os valores turísticos regionais. As autarquias locais podem contratualizar com as entidades regionais de turismo o exercício de atividades e a realização de projetos da administração local (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2172).

Na abordagem da organização territorial, a designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede é definida por despacho do membro do governo com tutela na área de turismo e inscrita nos respectivos estatutos. Cada entidade pode instalar e gerir postos de turismo dentro da sua circunscrição territorial e nas regiões espanholas fronteiriças, mediante autorização do membro do governo responsável pela área do turismo.

Essa realidade evidencia a importância das parcerias e redes sociais, pois a criação dos centros de atendimento aos turistas é de responsabilidade do órgão regional, mas isso não impede a existência dos centros de atendimento municipais, porém esses não são considerados um problema, mas parceiros. Também fica explícita a relevância de aproximações com outras regiões do país e com outras nações, ações e iniciativas estatais não encontradas no interior do

Brasil, pois o que se viu foi um processo de rivalidade, que vai contra todos os princípios de governança na gestão pública.

Neste caso, compreendemos que, na perspectiva das redes sociais, é importante que o Estado brasileiro desenvolva políticas públicas pensando os pontos dessa rede social já existente, pois o turismo, como em Portugal, não pode ser nutrido somente a partir de um atrativo ou de atrativos desarticulados. Sobre a participação nas entidades regionais, o artigo sétimo do projeto lusitano aborda que as empresas públicas e privadas com interesse no desenvolvimento e na valorização turística da respectiva região podem participar nas entidades regionais de turismo.

O documento de Portugal ainda cita que, a forma de participação de cada empresa numa entidade regional de turismo é definida pelos respectivos estatutos e a participação de um município constitui um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo com recursos a fundos exclusivamente nacionais. No artigo oitavo (Princípio da estabilidade), os órgãos que participam numa entidade regional de turismo ficam obrigados a permanecer nela durante o período de cinco anos, sob pena de perder todos os benefícios financeiros e administrativos (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2172). De acordo com o Diário da República, as entidades regionais de turismo integram os seguintes órgãos:

A assembleia geral, com poderes deliberativos gerais, nomeadamente em matéria de aprovação do orçamento e do plano de atividades, de alteração dos estatutos e de celebração de protocolos com outras entidades; A direção, com poderes executivos e de gestão, nomeadamente em matéria administrativa e financeira; O fiscal único, com poderes de fiscalização da gestão patrimonial e financeira. Os estatutos podem prever a existência de outros órgãos. A composição, organização e funcionamento da assembleia geral e da direção são estabelecidas nos respectivos estatutos. Os mandatos dos titulares dos órgãos das entidades regionais de turismo não podem ser superiores a quatro anos, sendo renováveis por duas vezes (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p. 2172-2173).

Nos dizeres do projeto estatal sobre a integração da assembleia geral, pelo menos o presidente da câmara de cada município integra a entidade regional de turismo. Outros integrantes são os representantes da iniciativa pública e privada com interesses turísticos, e dos departamentos do Estado nomeados pelo membro do Governo com tutela na área. A direção de cada entidade de turismo é eleita pela assembleia geral, sendo composta por um limite máximo de três membros remunerados, mas pode ainda integrar um número flexível de pessoas não executivas e não remunerados, a fixar nos respectivos estatutos.

Desse modo, no décimo segundo e no décimo terceiro artigos, aparecem as competências da fiscalização e dos serviços operacionais e técnicos que são instituídos nos respectivos estatutos. O pessoal a serviço das entidades regionais fica sujeito ao regime de contrato individual de trabalho, é permitida a requisição de funcionários da administração central e

autárquica. Os encargos com remuneração de pessoal, qualquer que seja a situação, incluindo os membros dos órgãos, não podem exceder 50% das receitas correntes do ano anterior ao exercício que digam respeito.

As situações apresentadas bem como a sequência a ser citada dos capítulos IV, V e VI do projeto estatal, abrangendo do décimo sexto artigo ao trigésimo primeiro (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2173-2177) são importantes, pois as afirmações são imprescindíveis para a compreensão do “amadurecimento das Entidades de Turismo em Portugal e suas respectivas regionalizações”.

Nesse sentido consideram-se as receitas das entidades regionais de turismo, que são pagas pela administração central e local, em função de contratos do exercício das atividades e realização de projetos, destacando-se as contribuições das entidades públicas e privadas que participam da região de turismo, as receitas resultantes da administração da região ou que lhes venham a ser atribuídas e as verbas previstas no orçamento do Estado para o desenvolvimento do turismo regional. Assim, as contas de gerência do órgão regional de turismo são apreciadas e aprovadas pelo órgão deliberativo e pelo Tribunal de Contas que verifica as despesas e remete o seu acórdão com cópia para o Governo. Outra informação importante no projeto estatal é inerente à sucessão das regiões e zonas de turismo:

Na data da entrada em vigor do presente decreto-lei, são extintos os órgãos regionais e locais de turismo criados na legislação anterior, nomeadamente regiões de turismo e zonas de turismo; os órgãos das regiões de turismo e das zonas de turismo referidos no número anterior permanecem em atividade até à assunção de funções da comissão instaladora de cada uma das entidades regionais de turismo [...] ou ainda durante o tempo necessário para garantir a gestão corrente e a prática de todos os atos relacionados com a remuneração do pessoal; não é atribuída qualquer verba indenizatória pela antecipação do fim do mandato ou nomeação aos titulares de cargo nos órgãos das regiões de turismo e zonas de turismo que deixem de exercer as funções para que tenham sido eleitos ou nomeados (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.2174).

As entidades regionais de turismo sucedem-se automaticamente na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações das regiões e zonas de turismo compreendidas na sua área territorial de competência. O património pertencente às autarquias locais pode ser transmitido para a titularidade das entidades regionais de turismo. Após a data de entrada em vigor do decreto-lei (10 de abril de 2008), são designadas as comissões instaladoras de cada uma das entidades regionais de turismo. Cada comissão é designada por despacho do membro do governo com tutela na área do turismo, que determina também a data de início das funções.

Essa comissão deve ser composta, no mínimo, por cinco membros: um representante de cada uma das regiões de turismo anteriormente existentes na respectiva área regional de turismo, um representante da Associação Nacional de municípios portugueses, um

representante membro do governo com tutela sobre o turismo e um representante de entidades privadas com interesse na valorização turística da região.

Cada região de turismo que integra a comissão instaladora da entidade regional deve agregar o maior número de municípios que aquela representava. As responsabilidades e atividades da comissão instaladora são: preparar o projeto de estatutos necessários ao funcionamento da entidade regional de turismo, preparar os atos de constituição da mesa de assembleia geral e da direção, conferir posse aos titulares dos órgãos eleitos, realizar os demais atos necessários ao normal funcionamento da entidade regional de turismo, e prestar conta do mandato exercido.

A leitura traçada do decreto-lei 67/2008 obedeceu à preocupação deste trabalho em conhecer a evolução e pontos da regionalização do turismo de Portugal, buscando analisar as “Primeiras Estruturas Estatais” de gestão do setor até as atuais “Entidades Regionais de Turismo”. É preciso entender de forma mais acurada os projetos estatais portugueses de “Criação das Entidades Regionais de Turismo” e interpretar os significados desses padrões de gestão no espaço regionalizado, partindo do princípio que eles não são estáticos, pois variam de uma região para outra. Então, chega-se especificamente nas substâncias do documento sobre a “Região Turística do Algarve” considerada o principal destino turístico de Portugal.

Nesse contexto, para uma melhor compreensão da realidade externa, realizou-se a leitura dos principais pontos do “Estatuto da ERTA (Entidade Regional de Turismo do Algarve)” publicada pelo Diário da República (2008, p.5750-5757) abrangendo os capítulos I, II, III, IV e V, do artigo primeiro ao trigésimo quarto e, como ponto inicial, define-se que:

A Entidade Regional de Turismo do Algarve é uma pessoa coletiva de direito público com base territorial correspondente à área dos 16 municípios do Algarve, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio. [...] a Entidade Regional de Turismo do Algarve adota a designação de Turismo do Algarve. O âmbito territorial de atuação do Turismo do Algarve [...], adota a denominação de Área Regional de Turismo do Algarve, adiante designada pela sigla ART-Algarve (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.5750).

A sede da ERTA localiza-se na cidade de Faro (Fotos 159 e 160), ela pode criar delegações, ou seja, postos de turismo em localidades situadas na área da região de Turismo do Algarve cujo interesse para a atividade se justifique. Essa entidade tem por missão a valorização turística algarvia, por meio da qualificação do território, promoção e dinamização do destino, em cooperação com os setores público e privado, para benefício da economia e da qualidade de vida regional e nacional. A prossecução das atribuições é feita por meio de planos de atividades anuais ou plurianuais, com atenção à gestão da marca e imagem do destino. Deve-se procurar aumentar a sua notoriedade nacional e internacionalmente,

consolidando a conotação do Algarve como uma região multifacetada, dinâmica e uma referência em investimento.

As responsabilidades pela elaboração das informações diversas do turismo algarvio, o posicionamento da região como destino internacional, a promoção da cooperação entre os setores públicos e privados, a operacionalização do portal virtual são da Associação de Turismo do Algarve (ATA). São de responsabilidade da ERTA e ATA a colaboração e parcerias com as diversas comunidades regionais em programas de promoção da atividade turística, a comercialização da marca e produtos da região nos postos de informação turística, entre outros. Como um órgão público, a Entidade Regional do Turismo do Algarve conta com a contribuição dos diversos seguimentos, destacando-se entre eles o governo da República, municípios, empresários e comunidade Autónoma. A presença do Estado, no sul de Portugal, ocorre por meio da Entidade Regional de Turismo do Algarve que define equipes técnicas e gestoras capazes de apontarem as necessidades de melhoria na região.



Foto 159 e 160: Sede da Entidade Regional de Turismo do Algarve (ERTA) na cidade de Faro. Essa organização não tem sua sede em um espaço turístico, pois quem desenvolve essa função são os postos de atendimentos aos turistas. Vieira Santos, J. C. 2009.

Em todos os dezesseis municípios da região Algarve, existem postos de informações turísticas. Todos estão conectados por rede de computadores à sede em Faro. Entre as facilidades de entrelaçamento do sistema virtual, está o comércio dos produtos com a marca do destino em cada posto e a rápida comunicação entre ambos. Ao contrário do que ocorre em

Portugal, nem todos os municípios das regiões turísticas do Brasil possuem seus postos de turismo, portanto, para se pensar uma região de visitação é necessário avaliar os modelos de infraestrutura como o algarvio no sul português.

Esses postos de turismo (Fotos 161 e 162) são formas do poder estatal posicionar-se politicamente em antigas e novas áreas. Porém, deixa claro que a intervenção dos governantes nas agências de viagens, operadoras de turismo, hotéis, restaurantes, empresas aéreas e outros setores da economia ocorre por meio de um processo conjunto dos diversos personagens regionais e não somente pela vertente pública, que já é uma prática corrente do mercado, muitas vezes aniquilando as densidades regionais.

Criar órgãos públicos como a ERTA é uma das formas de o Estado português cumprir as metas de seu projeto: a descentralização da atividade, a participação ativa dos sujeitos regionais para definir as prioridades necessárias, a autonomia técnica e administrativa aos gestores da região, encurtando as distâncias entre o Estado maior e a região, o que significa que esses espaços e seus sujeitos sociais participam do processo de descentralização.



Fotos 161 e 162: Postos de Turismo. Localizados em Sagres, no município de Vila do Bispo e na cidade de Loulé. Estes estão sempre localizados nas proximidades dos locais frequentados por turistas, porém, a arquitetura não segue o mesmo padrão em cada município. Vieira Santos, J. C. 2008.

Percebe-se que a atual estrutura do documento de turismo do país europeu é uma forma de articular a política pública para o setor, caracterizando-a como uma proposta estatal diferenciada, sistêmica e moderna. Compreende-se que as propostas do projeto de Portugal

funcionam no regional, principalmente pelo Algarve ser uma realidade madura no contexto do turismo. Esses exemplos citados podem, se respeitadas as particularidades locais e regionais, servir de referência para a moderna regionalização do turismo no Brasil.

É fundamental destacar que o Turismo Algarve pode estabelecer relações de cooperação, parceria ou associação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, obedecendo a organização interna do órgão que é formada por:

Assembleia geral, com poderes deliberativos gerais nomeadamente em matéria de aprovação do orçamento e do plano de atividades, de alteração dos estatutos e de celebração de protocolos com outras entidades, sempre que, neste âmbito, se tratem de matérias da competência da assembleia geral; a direção, com poderes executivos e de gestão, nomeadamente em matéria administrativa e financeira, bem como em todas as áreas da sua competência; o fiscal único, com poderes de fiscalização da gestão patrimonial e financeira; os cargos executivos em regime de tempo inteiro ou de meio tempo podem ser remunerados [...] (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.5751-5752).

Essa assembleia geral é composta por um representante de cada um dos membros fundadores da Entidade de Turismo do Algarve e por representantes de todas as entidades de direito privado ou público que adquiram a qualidade de membro associado. Se um representante for eleito presidente da direção do turismo regional ou fizer parte da chapa eleita, é substituído pela entidade representada, sendo assim, a direção é composta por cinco membros, sendo um presidente e os restantes vice-presidentes.

Entre as competências dessa direção está elaborar os planos de atividades anuais e ou plurianuais, bem como os orçamentos e revisões orçamentais para submeter à assembleia geral e ainda:

Elaborar o Plano Regional da Turismo do Algarve, no quadro das grandes ações definidas pelo Governo [...]; aprovar as medidas destinadas a fomentar o investimento, construção e melhoria do alojamento turístico da região, bem como de todos os demais empreendimentos de interesse para o seu desenvolvimento; promover a realização de seminários, exposições, concursos, certames, festas, feiras, eventos culturais e desportivos e outras manifestações de interesse para o turismo, e ainda elaborar calendários das manifestações turísticas da região; promover a elaboração e a edição de publicações destinadas à divulgação da Região; elaborar itinerários turísticos da região e proceder à sua divulgação; elaborar e divulgar inventário gastronômico da região; criar e manter serviços e postos de turismo, para atendimento público; cobrar e arrecadar as receitas e autorizar as despesas de acordo com os orçamentos aprovados (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2008, p.5754).

Outras competências são acompanhar todas as atividades turísticas da região; explorar, diretamente ou em associação, instalações recreativas, desportivas e culturais de interesse turístico; participar e acompanhar o registro do alojamento turístico; colaborar nos inventários

de monumentos, palácios, casas antigas e outros elementos do patrimônio cultural; e entre outros, divulgar o patrimônio natural da região.

De acordo com o projeto estatal (Diário da República, 2008, p.5756-5757), constitui receita do Turismo do Algarve o montante pago pela administração central e administração local; as participações e subsídios do Estado ou de entidades comunitárias e das autarquias locais; os rendimentos de bens próprios; os lucros de explorações comerciais e industriais; o produto resultante da prestação de serviço.

Nesse âmbito, ainda é possível destacar as seguintes receitas: os donativos; as heranças, legados e doações que lhes forem feitos, devendo a aceitação das heranças ser sempre em benefício do inventário; o produto da alienação de bens próprios e de amortizações e reembolso de quaisquer títulos ou capitais; os saldos verificados na gerência anterior; quaisquer outras receitas resultantes da administração da região ou que por lei lhes venham a ser atribuídas; e verbas previstas no orçamento do Estado para o desenvolvimento do turismo regional.

5.5. LITORAL ALGARVIO: área de confinamento dos elementos e investimentos que definem a região como espaço de atração internacional

Por se tratar de uma região turística consolidada no mercado nacional e internacional, o Algarve se enquadra na discussão dos “Clusters”, pois os principais investimentos privados e os atrativos mais frequentados pelos visitantes que chegam ao sul de Portugal, se confinaram na faixa litorânea da região. Essa proximidade de atrativos, órgãos públicos e serviços turísticos regionais encontrados em terras litorâneas (Foto 163) do Algarve lusitano suscitam a discussão da região internacional para a definição de sua espacialidade como cluster.

Essa parte regional é favorecida também por elementos geográficos como as vias de acessibilidade, destacando-se a ligação por autoestrada (A2) a Lisboa e os eixos intra-regionais como a Via do Infante de Sagres (A22) (Foto 164) que liga as principais cidades da região a Espanha, o eixo Longitudinal Serrano e a EN125 que liga Vila do Bispo à Vila Real de Santo António, uma via de acesso a todo litoral, conectando todo o espaço definido como o cluster algarvio. O transporte ferroviário abrange o eixo litoral regional e serrano, ligando Lisboa a Andaluzia no sul da Espanha. Na área portuária:

Os portos comerciais têm dificuldades em competir com a rodovia e, no futuro, com a ferrovia. O porto de Portimão procura a sua especialização em torno dos cruzeiros, conseguindo atrair paquetes que fazem a rota do Atlântico para o Mediterrâneo e que largam, por algumas horas, multidões de curiosos que animam as áreas comerciais e de lazer. O Porto de Faro, refém do Parque Natural da Ria Formosa, organiza a sua atividade em torno de restrições ambientais e de navegação, as quais condicionam a sua eventual expansão (PESSOA ET AL, 2005, p.201).



Foto 163: Litoral Algarvio na cidade de Lagos. Lugar conhecido pela alta densidade de turistas, principalmente durante o verão europeu. Vieira Santos, J. C. 2009. Foto 164: Via do Infante. Rodovia (autoestrada) de maior mobilidade de turistas e moradores da região Algarve. Entre essa rodovia e o litoral, compreendendo uma faixa de no máximo 15 km concentra-se o cluster algarvio. Vieira Santos, J. C. 2008.

Outro meio de transporte regional aberto para outras regiões do mundo é o aeroporto internacional de Faro, fundamental para a atual presença do turista no destino algarvio. O aeroporto é o principal portal de entrada de visitantes nessa região e nos lugares turísticos das regiões vizinhas como o Alentejo e Andaluzia (Espanha). O conceito de cluster é pertinente ao Algarve em função da aglomeração ou concentração de hotéis, restaurantes, residências turísticas, campos de golfe e atrativos diversos nas proximidades do litoral. Esses elementos são definidos pelos processos de globalização e internacionalização do destino turístico.

Inicialmente Ribeiro, Chorincas e Marques (2002, p.14) definem Cluster, como redes de produção de empresas fortemente interdependentes ligadas entre si numa cadeia de produção. Há quatro definições:

Micro Cluster ou Cluster Local: é um conjunto geograficamente próximo de empresas e instituições inter-relacionadas e por elementos comuns e complementaridades [...]. Cluster Industrial ou simplesmente Cluster: é um conjunto de empresas inter-relacionadas, de fornecedores especializados, de prestadores de serviços [...]. Mega Cluster: é um conjunto de atividades distintas,

mas cujos bens e serviços satisfazem a procura de uma mesma grande área funcional da procura final, recorrendo a competências básicas complementares e podendo explorar vantagens de interligação e articulação em rede (RIBEIRO, CHORINCAS, MARQUES, 2002, p. 14-15).

O chamado Cluster regional é um cluster industrial cujas articulações principais funcionam no interior de um dado espaço regional, podendo essas articulações repetir-se total ou parcialmente nas outras regiões do mesmo país. Neste nível são mais pertinentes os efeitos de proximidade geográfica sobre a dinâmica da interação entre os sujeitos sociais e seus efeitos para competitividade e inovação do conjunto (RIBEIRO, CHORINCAS, MARQUES, 2002, p.15).

Essa definição está focada na existência de externalidades que cruzam os setores de atividades ligados à economia regional, podendo contribuir com a atração de trabalhadores qualificados, melhorar as relações entre fornecedores e empresas do setor, fornecer melhores serviços. Em consequência disso, ocorre o crescimento da demanda turística, fundamental na competição com outras regiões.

O vocábulo cluster (grupos, agrupamentos ou aglomerados) sugere uma abordagem sobre os antecedentes históricos da “Teoria dos Aglomerados”, cuja evidência teórica observada no passado e resgatada do debate científico, esclarece conceitos como cadeia de valor, competitividade e arranjo produtivo (THOMAZI, 2006, p.25).

Thomazi (2006, p.34-42) trata as contribuições do conceito “Aglomerado” com a aproximação do campo do turismo, discorrendo que tanto na teoria quanto na prática, esse conceito encontra ambiente próprio na cadeia produtiva e nas redes de produção que organizam o setor turístico, considerando que o espaço geográfico em que ocorre pode variar de uma única cidade ou Estado para todo país, ou mesmo uma rede de países vizinhos, que são os extravasamentos permitidos no ambiente dos clusters.

A organização de um cluster é parte de um produto que considera o aglomerado como sistema aberto, permitindo sua adaptação com o meio, suas interações e seus resultados. No desenho desses, a análise de relacionamento é um dos aspectos que mais chama atenção pela previsão de suas fronteiras, em questão de grau e envolve um processo criativo fundamentado na compreensão dos elos e da complementaridade entre os setores de maior importância para a competição.

Segundo Ribeiro, Chorincas e Marques (2002, p.35), uma região que pretende desenvolver pode apoiar-se em mais de um cluster, revelando assim os fatores que condicionam o seu desenvolvimento e sua consolidação. No caso da região algarvia, os

clusters ocorrem em torno de diferentes atividades de lazer e turismo. Assim, é importante pensar em alguns aspectos regionais para a efetivação do cluster:

Existe na região um conjunto de agentes públicos e privados especializados? Que cooperação efetiva existe entre as empresas? Que tipo de agentes econômicos (privados e públicos) e que tipo de organizações da sociedade civil existem na região? Verifica-se na região um individualismo empresarial ou uma aposta na cooperação? Na formulação de estratégias, os agentes econômicos pensam no sistema regional ou apenas na atuação individual? (RIBEIRO, CHORINCAS, MARQUES, 2002, p.12-17).

O desenvolvimento de clusters, em regiões periféricas, permite o incremento do capital absorvente e das capacidades inovadoras da economia regional, por meio da cooperação entre os vários sujeitos locais, tanto públicos quanto privados. Nesse sentido, criam um enquadramento organizacional que fomenta a interação entre empresas e instituições e a sua inserção em redes globais e locais (RIBEIRO, CHORINCAS, MARQUES, 2002, p.37).

Ao observar-se o cluster turístico no Algarve e seus participantes conclui-se que têm em comum a geografia e um ambiente empresarial e público cooperado, compartilhado, uma rede que se organiza e se estabelece em relação dinâmica com ganhos mútuos. Todos os ganhos ou valores adquiridos no cluster são traduzidos como força (THOMAZI, 2006, p.85). A proximidade geográfica traz importantes consequências na dinâmica de competitividade:

Aumentar as vantagens competitivas das empresas [...]; Fomenta as relações de confiança entre os atores regionais, mesmo entre empresas rivais e complementares; Cria redes de cooperação – formais ou informais – com fornecedores, clientes e concorrentes; Quebra o individualismo empresarial e moderniza a cultura empresarial (RIBEIRO, CHORINCAS, MARQUES, 2002, p.34).

Diante disso, para Thomazi (2006, p.21), cresce o interesse em conhecer e compreender o funcionamento de um cluster pelo atributo de catalisar e estabelecer uma agenda entre os diversos setores e sujeitos sociais, públicos e privados, envolvidos no desenvolvimento do turismo. No caso do turismo brasileiro, o estágio de organização dos aglomerados potenciais em turismo disponíveis pela rede de cluster ainda é incipiente, tendo a ação governamental papel fundamental nessa organização espacial. Os dados disponíveis estão relacionados à região geográfica, à descrição do cluster, aos produtos, aos agentes do segmento produtivo, à coordenação e à fonte de informação (THOMAZI, 2006, p.98).

Nas atividades do turismo, um cluster é definido por Beni (2003, p.99) como conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico contínuo ou descontínuo dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, coesão social, coesão política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, com

excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas. Para Beni:

[...] a clusterização da destinação trata justamente da estruturação das relações entre os envolvidos com a gestão dos processos de produção, comunicação, distribuição e consumo das experiências turísticas proporcionadas aos visitantes nos espaços trabalhados, por meio da abordagem de regionalização (BENI, 2006, p. 127).

Outra definição de Cluster turístico está no projeto estatal do Ministério do Turismo de Moçambique, relatando que a atividade turística é “uma aglomeração de setores e, por isso, cria oportunidades para a expansão transversal de pequenas empresas e do mercado informal na economia (2008, p.08)”. É possível definir esse conceito não apenas pelas aglomerações físicas, econômicas e sociais, mas pelo desenvolvimento de atividades em determinados espaços, dinamizando o mercado com novas perspectivas empresariais.

De acordo com Ferreira (2003, p.77-78), o cluster de turismo inclui, além das atividades do setor de turismo, outros serviços relacionados ao suporte como organizações e serviços de apoio, infraestruturas de transportes, ensino e formação, consultoria e outros serviços às empresas. Usa-se também, o termo cluster turístico no sentido de base regional e territorial, como conjunto articulado de atrações, equipamentos e serviços. As atividades estratégicas têm que funcionar em:

[...] conjunto e, como têm uma expressão de inserção territorial, devem ser objeto de um ordenamento específico do turismo a integrar nos instrumentos urbanísticos. O plano trata de conceber um corpo de intervenções que viabilize a criação de propostas para um sistema de atividades a desenvolver nas valências adequadas ao potencial detectado neste território. Desde logo, o contexto de inserção territorial contém potencialidades e debilidades a explorar (FERREIRA, 2003, p.78).

Na sua obra “*Tourism Clustering & Innovation*”, Nordin (2003, p.17, tradução nossa) observa que os clusters turísticos são como os destinos turísticos e que seu curso de desenvolvimento pode ser influenciado por inúmeros fatores, como o apoio governamental, investimentos em infraestrutura e nos esforços do mercado comum, e que as companhias situadas em um destino têm muito a ganhar se ficarem próximas. É preciso que as atividades econômicas e grupos sociais regionais não se anulem, mas que estes grupos possam se articular de diversas formas e, sobretudo baseado naquilo que é interesse comum, realizando-se a partir das práticas diversas dos lugares e formando um roteiro turístico com as densidades regionais.

No caso da World Tourism Organization (2007, p.93, tradução nossa), o cluster é definido pelos negócios do turismo podendo ser igualmente aglomerados pela tecnologia similar, pela concentração geográfica ou pelos produtos. O cluster do destino deve incentivar a cooperação entre uma escala de fornecedores, por meio da cadeia de valores, incluindo as atrações e

atividades que trazem turistas ao destino, bem como os elementos da fundação em que o setor é construído.

No Algarve, as atividades econômicas que formam seu cluster assentam-se em três setores chaves: o turismo, que integra a rede hoteleira e restauração (bares e restaurantes), a construção civil e o comércio, que são nucleares na região, quer pelo pessoal que empregam ou pela riqueza que geram. No entanto, outras atividades como as ligadas à indústria, agricultura e pesca podem ser destacadas, embora apresentando tendência para a perda de importância relativa à economia regional. Paralelas a essas e com tradicional relevância na região, estão as atividades agroalimentar e a biotecnologia que vem assumindo gradualmente um papel de destaque (CCDRA, 2006, p.15). O setor de turismo assume um lugar importante, pois a rede hoteleira e de restaurante empregam 10,6% do pessoal e localizam-se na:

[...] região do Algarve 22% dos estabelecimentos de alojamento classificado existentes no país, correspondendo a 38% da capacidade de alojamento instalada. Há de destacar que o Algarve dispõe de um número significativo de hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e aldeamentos turísticos. A região do Algarve atrai 22% dos turistas que procuram o destino Portugal. De acordo com dados da AHETA (Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve) em 2004, considerando todos os meios de alojamento, o Algarve recebeu 5,5 milhões de turistas nacionais e estrangeiros, correspondendo a mais de 33 milhões de dormidas [...] A estada média destes turistas no Algarve é de 5,4 dias, 2,3 dias acima da média nacional (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p.17).

As boas condições climáticas do Algarve, comparadas com outras regiões europeias, têm contribuído para a afirmação da faixa litorânea (cluster) como destino turístico no cenário mundial. Outros fatores contributivos são os novos produtos ofertados como: o turismo sênior associado à saúde, eventos internacionais, que exploram as diversas vertentes da animação turística, bem como o turismo ligado ao desporto de onde sobressaem as atividades náuticas e de recreio. O Sol e a Praia são os produtos predominantemente comercializados pelo cluster:

Uma focalização excessiva do setor nesse tipo de produto conduziu, durante as últimas décadas, a uma massificação da procura turística pela região, que encontrou resposta, ao lado da oferta, na proliferação desordenada de empreendimentos turísticos, concentrados na faixa litoral, comprometendo objetivos de ordenamento do território dos centros urbanos e da orla costeira do Algarve. Há de realçar, como fato positivo para atenuar desta tendência, o crescimento registrado na região, entre 2003 e 2004, no número de estabelecimentos e de camas de turismo em espaço rural, que cresceu respectivamente 30,4 e 32,8%, enquanto os correspondentes valores a nível nacional foram de 3,1 e 5,1% (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p.18).

É inegável a representatividade do turismo no contexto regional litorâneo (cluster), porém os lugares caracterizados como interior ficam às margens deste processo, construindo um espaço periférico dentro do Algarve, onde a presença do turista é pouco frequente, criando

uma área de baixa densidade turística. Nas regiões turísticas do interior goiano, é vital o papel do Estado no sentido de evitar essa apropriação concentrada dos recursos.

5.5.1. Interior algarvio na periferia do cluster internacional: área de baixa densidade turística

O que caracteriza um cluster turístico é a “moderna metodologia de agrupamentos de atrativos, infra-estruturas, equipamentos e parâmetros mercadológicos [...] (SILVA JÚNIOR, 2004, p.88)” que identificam e localizam os polos e aglomerações turísticas, como ocorre no Algarve em Portugal. Porém, é observado por Seabra (2007, p.97) que, nas aglomerações e polos turísticos, as riquezas se concentram “em alguns pontos e geram miséria no restante da região, enquanto os circuitos integrados proporcionam o desenvolvimento com distribuição de renda e custos reduzidos”.

Em outra obra, a aglomeração da atividade de turismo no Nordeste do Brasil é definida como altamente concentrada ao longo do litoral, com desenvolvimento de infraestruturas e negócios (CORIOLANO, 1998, p.80). Dessa forma, beneficiam-se apenas os lugares turísticos na faixa litorânea e, ao mesmo tempo, deixa-se de dinamizar as espacialidades econômica do semiárido e agreste nordestinos. Como apresentando na unidade anterior, constata-se também essa realidade na região Algarve, no sul de Portugal, onde os negócios relacionados diretamente e indiretamente com os processos motivadores da atividade turística encontram-se concentrados na faixa litorânea, área definida como “cluster algarvio”, onde o produto predominantemente comercializado se assenta no binômio sol e praia (Foto 165).

O interior algarvio é caracterizado como área de baixa densidade turística (Fotos 166, 167, 168) e, por isso, não se insere no conceito de cluster aplicado ao litoral. Apesar dos poucos visitantes, em todas as cidades interioranas, existem os postos de turismo gerenciados pela Entidade Regional do Turismo do Algarve (ERTA), com o mesmo modelo litorâneo.

Porém, as políticas públicas de turismo não se ausentaram do interior do território português, pois os gestores públicos da ERTA apoiam os eventos interioranos, por meio da divulgação e incentivos de parcerias com o setor privado, uma forma de valorizar os eventos e espaços de comércio local, como a: Terceira Semana Gastronômica da Freguesia de São Bartolomeu de Messines (Município de Silves), Feira da Serra de Loulé, Mercado Municipal

de Loulé, Fortaleza de São Sebastião de Castro Marim, Ruínas de Milreu e Cerro da Vila (Heranças Romanas), Muralhas do Castelo de Silves (Arquitetura Árabe) e Loulé, Castelo de Alcoutim, Castelo de Castro Marim, entre outras especialidades.

No caso brasileiro, a Agência Goiana de Turismo precisa entender que a divulgação e o apoio às festas interioranas, mesmo em regiões onde o fluxo de turistas são menores, como nas festas de Santos Padroeiros, da Liberdade em Paranaiguara e outras espalhadas pela microrregião quirinopolina, são fundamentais para que os lugares de visitação se fortaleçam perante o contexto regional, como mostra o exemplo lusitano.



Foto 165: Praia na cidade de Albufeira. No cluster algarvio é um dos lugares onde os maiores grupos de turistas se fazem presentes. O lugar assemelha-se a mais um shopping a céu aberto com uma diversidade de comércios e escadas rolantes para facilitar ao acesso nas falésias. Vieira Santos, J. C. 2008. Foto 166: Cidade de Monchique na região Serrana Algarvia. Área considerada de baixa densidade turística. Vieira Santos, J. C. 2009.

Recentemente os poderes públicos da região têm procurado apoiar o pedestrianismo, principalmente, na região serrana, onde existe uma rota de 240 km chamada de “Via Algarviana”. Esse traçado atravessa os municípios de Alcoutim (Ponto inicial ou final), Castro Marim, Tavira, São Brás de Alportel, Loulé, Silves, Monchique, Lagos e Vila do Bispo (Ponto inicial ou final), sempre pelo interior dessas municipalidades. Nessa rota, os turistas pedestres têm informações sobre o patrimônio histórico, fauna e flora, e o tempo de duração para realizar esse percurso é estimado entre 15 e 20 dias.

É possível encontrar outras rotas menores pelo interior e que ocorrem em dias específicos, entre elas, está o “Passeio Pedestre de São Martinho²⁴”, na aldeia de Cortelha e freguesia de Salir, no município de Loulé. Os participantes percorrem inúmeros lugares e visitam diversos patrimônios materiais rurais, como fontes, moinhos e barragens, existindo ainda momentos de contato com a fauna e flora da serra do Caldeirão. Como este interior é considerado um espaço de baixa densidade turística, a Comissão de Coordenação da Região do Algarve tem proposto vários projetos e planos de intervenção para esses lugares.



Foto 167: Aldeia cultural de Alte. Situada no interior algarvio, a norte do concelho de Loulé. Abrange zonas do Barrocal e de Serra, com economia predominantemente agrícola, destacando-se a produção de sequeiro, aguardente de medronho, mel, queijo, doçaria e artesanato. Foto 168: São Bartolomeu de Messines. Localizada na Serra do Caldeirão, dispoindo de diferentes lojas de artesanato onde o visitante pode adquirir produtos de couro, barro, ferro, latão e madeira. Vieira Santos, J. C. 2009.

Destaca-se entre eles, o plano (2003) de intervenção das aldeias de Estoi , Querença e Paderne, que tem como objetivo qualificar os espaços públicos, equipamentos, património e recursos naturais, melhorar as acessibilidades, dinamizar a estrutura de base produtiva e promover o território, respeitando as devidas particularidades. Esse plano ainda foi alargado

²⁴ São Martinho: o seu dia no Calendário Litúrgico é celebrado em 11 de novembro. Este Santo é considerado Patrono dos Alfaiates, Cavaleiros, Pedintes, Hoteleiros, Pensionistas, Donos de Restaurantes, Produtores de Vinho, entre outros. Durante essa data, as temperaturas em Portugal sobem e, por isso, esse período é definido pela tradição popular local como “Verão de São Martinho”. Durante os festejos de São Martinho os moradores seguem os antigos costumes da degustação da castanha assada e a água pé; a santidade folcloricamente é chamada de “santo dos bons bebedores”. (<http://smartinho.blogspot.com>, consultado no dia 06 de dezembro de 2008).

para as Aldeias de São Marcos da Serra (Silves), Caldas de Monchique (Monchique), Budens (Vila do Bispo) e Carrapateira (Aljezur).

Outro plano (2001) foi destinado para as Áreas Rurais (Bacia Hidrográfica do Baixo Guadiana, integrando as cidades de Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António e as freguesias de Cachopo/Tavira e Ameixial/Loulé), com objetivo de dinamizar a estrutura econômica, promover a utilização sustentável dos recursos naturais, assegurar a preservação e valorização do patrimônio e executar ações de desenvolvimento territorial com a participação comunitária. Outro exemplo é o Plano (2002), destinado aos seguintes lugares: Paderne (Albufeira) (Foto 169), Estói (Faro) (Foto 170), São Bartolomeu de Messines (Silves), Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, São Brás de Alportel, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, entre outros. Esse plano tem como finalidade dinamizar a estrutura socioeconômica, atraindo investimentos e gerando riqueza e valor nas atividades tradicionais e qualificar os recursos humanos, em atividades tradicionais, entre outros.



Foto 169: Ruínas do Castelo de Paderne (Albufeira). Trata-se de uma arquitetura da última fase da ocupação muçulmana (Século XIII). Nesse lugar de baixa densidade turística, são realizadas trilhas ou atividades de pedestrianismo, denominadas de percurso do Castelo, abordando não só aspectos arquitetônicos, mas também elementos geo-físicos e rurais. Garcia, Daniela Correa. 2010. Foto 170: Ruínas de Milreu em Estói. Paisagem que está entre os principais atrativos turísticos do lugar classificado como monumento nacional e que revela o restante de uma luxuosa vila rural. Na foto, as ruínas de um antigo santuário. Vieira Santos, J. C. 2009.

Os projetos e estratégias de desenvolvimento regionais citados (2001, 2002 e 2003) e propostos pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve, centrados nas atividades de turismo e lazer, buscam dinamizar a competitividade dos lugares por meio do reforço de

coesão social regional, incluindo as intervenções nos espaços rurais, pequenas comunidades e cidades onde a presença dos turistas é pequena, pois, somente no litoral, a transformação na vocação econômica algarvia, nas últimas décadas, provocou importantes mudanças no modelo territorial, sendo ainda perceptível a baixa procura pelos atrativos espacializados na faixa interiorana.

Assim, buscando integrar as áreas de baixa densidade turística (interior) às de alta procura (litoral), esses programas focam-se na valorização da cultura e do patrimônio, na fixação de equipamentos estruturantes e serviços de proximidades e no enriquecimento das produções tradicionais, como elementos de um produto turístico que faz apelo à história e cultura local, às vivências urbanas e ao modo de ser e estar das comunidades do interior. As intervenções realizadas, nessas paisagens, enquadram-se na estratégia regional, mas também são beneficiárias de políticas públicas preocupadas com a correção de assimetrias estruturais que comprometem a competitividade dos lugares que formam a região e sua coesão social. No entanto, vemos no final desta primeira década do século XXI, os pequenos resultados desses projetos, pois as atividades turísticas continuam concentradas no litoral, faltando maiores investimentos no turismo nacional, colocando como opção o deslocamento interiorano.

No caso brasileiro, essa proposta de integrar áreas de baixa com de alta densidade turística são sugeridas na proposta de criação dos destinos turísticos no capítulo quarto, integrando municípios, como Caçu, Paranaiguara e Itajá, da microrregião de Quirinópolis às cidades de Lagoa Santa e São Simão, consideradas turísticas no contexto regional estudado.

O turismo surge como atividade geradora de renda e criadora de postos de trabalho, com rentabilidade empresarial, mas não como a solução de toda estagnação econômica dos lugares interioranos. É possível dizer que os investimentos públicos chegam sempre nos espaços com alta demanda turística, tanto em terras lusitanas como brasileiras e esse processo também constrói espaços periféricos e confinados na região, alimentados pelos investimentos do mercado. Segundo Yázigi (1998, p.41) o confinamento territorial do turismo apresentado pode ser entendido como uma extensão contínua de interesses, microcosmos, no perímetro dos quais tem de se dar a vida turística.

No Brasil como em Portugal, as macro políticas públicas de turismo ainda são direcionadas para os lugares litorâneos, criando nas suas regiões interioranas os imensos vazios turísticos, os quais não definem o interior como uma área sem atrativos e iniciativas sociais de turismo e lazer, mas são espacialidades onde o Estado não atua ou simplesmente tem colocado suas prioridades em segundo plano.

5.5.2. Perspectivas para o turismo na Região Algarve e os comparativos com as substâncias encontradas entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa

Na perspectiva do médio e longo prazo, a Secretaria de Estado do Turismo de Portugal (2002, p.12) destaca que a atividade turística deverá enveredar por uma busca de diversificação e qualificação dos serviços turísticos, em especial, nas regiões com produtos turísticos mais procurados, como no Algarve. Nesse contexto, a política macro vai se flexibilizar em função das particularidades e densidades dos lugares, não só em regiões europeias como pelo interior do Brasil e em outras partes do mundo.

Por outro lado, a tentativa de minimização da sazonalidade da atividade turística será igualmente um imperativo, a par da diversificação das formas de alojamento turístico. Assim, as empresas do setor necessitarão dar maior atenção a determinadas ações que poderão influenciar positivamente os movimentos turísticos:

Marketing mais agressivo e direto; inovação na comercialização dos produtos turísticos; contatos personalizados para a promoção dos produtos turísticos e para a fidelização de clientes; oferta de serviços de maior qualidade (diferentes e com boa relação qualidade/preço); manutenção das empresas com boa situação financeira; parcerias estratégicas adequadas (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE PORTUGAL, 2002, p.12).

Apostar na diversificação de destinos e produtos para corresponder a ocupação dos tempos de lazer e de descanso dos turistas surgirá como um denominador comum às orientações e estratégias que as políticas públicas e privadas de países como Brasil e Portugal adotarão. Nesses países, um aspecto marcante do desenvolvimento do turismo, até o momento, está na sua concentração em localizações costeiras.

No entanto, as tendências atuais do turismo estão na criação de oportunidades de desenvolvimento em regiões do interior e em segmentos específicos de mercado menos dependentes de atrações baseadas nas condições climáticas e mais preocupadas com a ocupação de diferentes espaços de lazer, focados na extensão ambiental, histórica e cultural. Porém, pela dimensão que atingiu suas características peculiares, efeitos que provoca e pelas relações que estabelece:

[...] o turismo é uma atividade que melhor pode protagonizar e impulsionar o desenvolvimento econômico quer a nível nacional, quer a nível regional. As suas características peculiares com caráter horizontal que influencia e dinamiza um vasto conjunto de atividade que com ele se relacionam e, nesse sentido, impulsiona o desenvolvimento econômico (CUNHA, 2003, p.118).

De acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2006, p. 51), é inegável a representatividade do turismo no contexto regional, porém mesmo diante da atividade turística consolidada no mercado mundial, como os exemplos do Algarve em Portugal, é preciso estar atento aos desafios a serem enfrentados pela atividade nas primeiras décadas do século XXI. Essa discussão também contribui com a atual realidade brasileira e não é banalidade dizer que com outros países também.

Segundo o órgão algarvio, a diversificação dos produtos oferecidos pelo turismo terá de assumir uma importância crescente para os sujeitos sociais regionais, pois a diversidade do produto é uma tendência mundial para o setor de turismo. As atividades ligadas ao desporto, nomeadamente ao golfe, ao lazer na terceira idade e à saúde serão áreas emergentes nos próximos anos no Algarve. Porém, o cluster organizado em torno do atrativo sol e praia no litoral brasileiro e lusitano não podem ser abandonados, mas deverá ser requalificado e reinventado com o objetivo de reduzir a sazonalidade e articular-se com outros segmentos, conseguindo inserir nesse processo as condições econômicas, sociais e culturais localizadas no interior. Ou seja, para conseguir dar respostas aos desafios impostos pela globalização, o setor de turismo algarvio, bem como a nova proposta do Ministério do Turismo no Brasil terão de aumentar seus horizontes tendo por base um mercado interno alargado, fortalecendo os lugares interioranos.

No Algarve, é necessário ter sensibilidade no planejamento turístico do território abrangido pela Ria Formosa (Fotos 171 e 172), espaço singular que dispõe de condições para o desenvolvimento do turismo de natureza. No caso brasileiro, pelas enormes dimensões do território, torna-se impossível quantificar as singularidades existentes, mas é inegável a relevância de se valorizar as diversas densidades ambientais, culturais e saber fazer da sociedade com interesse turístico. A competitividade de:

[...] uma região turística está também intimamente ligada à qualidade ambiental do seu espaço, indispensável para torná-la atrativa, sobretudo quando os produtos turísticos estão diretamente associados à fruição dos recursos naturais (sol, praia). A preservação do ambiente não pode, portanto, ser apenas vista como um meio de garantir um desenvolvimento sustentável, antes se torna um elemento vital do próprio modelo (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p. 73).

Embora o turismo continue a constituir o pilar de desenvolvimento do Algarve, há que se redefinir a estratégia regional para corrigir problemas como a concentração territorial em torno de um produto turístico base (sol e praia), que cria um confinamento turístico na faixa litorânea:

No mercado global do turismo, o posicionamento estratégico internacional da região passará pela capacidade interna de adaptação à mudança e pela diferenciação da oferta turística do Algarve, onde os referenciais terão de ser identidade cultural, a qualidade do serviço e da envolvente e a diversidade e complementaridade dos produtos oferecidos. Nesta perspectiva, a aposta regional terá de passar por: diversificar os mercados de proveniência dos turistas e os produtos turísticos; promover o reforço da competitividade das empresas turísticas; diversificar os mercados de proveniência dos turistas e produtos turísticos (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p. 79-80).

A emergência de novos destinos ou circuitos turísticos, na região Algarve, bem como no interior do Brasil, exige atitude responsável por parte de todos os sujeitos regionais, pois a imagem de qualidade dos novos destinos criados só terá sucesso se levar em conta as preocupações ambientais e culturais. A garantia de um futuro sustentado para o setor deverá criar condições facilitadoras para que surjam novos destinos e produtos turísticos, ligados à proteção do ambiente e às áreas do interior. Uma das prioridades estratégicas regionais será a definição de uma política integrada para o turismo.



Fotos 171 e 172: Ria Formosa nas Proximidades da Praia de Faro. Região ocupada por residências de lazer e de pescadores existentes no litoral algarvio. Vieira Santos, J. C. 2009.

No caso do Algarve, será necessário consolidar áreas de desenvolvimento associadas ao turismo em torno do produto sol e praia, com um enfoque claro no incremento da qualidade do produto oferecido, complementando-o e articulando-o com novas áreas emergentes do setor, por exemplo, centradas no recreio náutico, pois a região dispõe de condições favoráveis a sua dinamização, evoluindo para um produto mais abrangente, como “Sol e Mar”

(COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p.80).

A estratégia de diversificação do turismo e lazer, com vistas à redução da sazonalidade da atividade e do emprego, implica o desenvolvimento de produtos adaptados as estratégias de *marketing* para estender o turismo em todas as estações do ano. Nesse aspecto, incluem-se valências com potencial de crescimento nas regiões, tanto do Brasil como de Portugal, que podem constituir-se como novas fontes de crescimento, quer para as vertentes turísticas já consolidadas, quer para a dinamização e atração de novas atividades econômicas.

Segundo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2006, p.81), um dos objetivos das linhas de atuação é promover o reforço da competitividade das empresas turísticas, um setor que é constituído por diversificadas organizações, coexistindo grandes grupos económicos e médio-pequenas empresas que sozinhas, no mercado, não conseguem crescer e sustentar a atividade. Para o incremento da relevância do turismo e lazer regional na economia nacional, as empresas terão que adquirir novas dinâmicas, designadamente à criação de redes entre empresas, que permitirão a obtenção de ganhos de escala, potencializadoras da diversificação e da valorização de casos empresariais de sucesso.

Para orientar a atividade setorial no sentido da diversidade e da qualidade, deverão focar em: fortalecer o trabalho em rede por meio do estabelecimento de ligações estratégicas entre empresas do setor, pesquisar os mecanismos que levam à introdução da inovação com ganhos na competitividade e programar ações dinamizadoras de adesão das empresas aos resultados da investigação, difundir as vantagens estratégicas que resultam dos consumos da inovação e da tecnologia para a sustentação do negócio (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p.81).

As intervenções de órgãos públicos e privados deverão ter a capacidade de (re) qualificar, recuperar ou valorizar a estrutura do território, quer em aglomerações urbanas, quer em áreas urbano-turísticas saturadas, quer ainda em territórios de baixa densidade turística. Assim, devem assumir um carácter emblemático e demonstrativo de capacidade de integrar uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, designadamente:

Elaboração de modelos específicos de desenvolvimento / planos de intervenção integrados para os diversos territórios; definição de planos/projetos de intervenção em áreas urbano-turísticas saturadas ou degradadas; criação de produtos turísticos que associem a componente ambiental, cultural, histórica e paisagística; reabilitação e valorização de espaços verdes de utilização coletiva; e requalificação e valorização das frentes de mar (COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2006, p.95).

A qualidade do espaço público e da paisagem constitui valor de importância inquestionável. No exemplo Algarve, porém, essa dimensão adquire uma importância redobrada em virtude da sua especialização econômica, da riqueza e fragilidade dos seus ecossistemas. Para Guerreiro (2000, p.47), outras vantagens regionais algarvias são:

Amenidade do clima em todo o território proporcionando condições excepcionais de intenso usufruto da natureza e do espaço público; destino com condições satisfatórias de segurança; extensão, diversidade e riqueza da costa sul ocidental; valor patrimonial dos ecossistemas naturais (áreas de paisagem protegida, parques naturais e paisagem serrana); valor patrimonial e importância histórico-cultural de lugares e centros urbanos; crescente especialização nas atividades turísticas e imobiliárias com fixação de capacidades e experiências empresariais e profissionais; desenvolvimento do ensino superior, associado à existência de centros de investigação; abertura às regiões espanholas captando crescente fluxo de visitantes; crescente articulação territorial com as áreas mais desenvolvidas do país, designadamente com a zona da Grande Lisboa (GUERREIRO, 2000, p.47).

Sobre as questões regionais e as linhas de desenvolvimento, a Secretaria de Estado do Turismo de Portugal (2002, p.108) considera que a experiência recente da evolução do turismo no país demonstra, de um modo evidente, a necessidade de se rever os mecanismos conducentes à territorialização das políticas de turismo. De fato, as estratégias de implementação dessa política não podem ocorrer apenas pela criação de instrumentos financeiros, necessitam do adequado planejamento integrado que corporize uma política de ação em várias regiões e locais de Portugal.

É relevante que se criem as condições para adotar, no Algarve português e Baixo Paranaíba Goiano, um quadro organizacional adequado regional e localmente, e dotar a administração do turismo de uma estrutura de base regional alargada, que potencialize a coordenação de iniciativas e ações das atuais Regiões de Turismo de âmbito mais reduzido, com menor fluxo de visitantes. No caso brasileiro, essas Regiões de Turismo não possuem uma configuração adequada para as tarefas específicas, sobretudo orientadas para a organização das ofertas turísticas regionais. Mas por estarem em estágio inicial de criação do ponto de vista regional, não podem assegurar funções fundamentais ao turismo, como o planejamento regional integrado, articulação com o restante da administração regional do Estado.

Entende-se como fundamental a reorganização turística regional no interior do Brasil, acompanhando os exemplos positivos e negativos destacados em Portugal, reconhecendo que o turismo é um fenômeno regional e o que motiva as deslocamentos das pessoas é a densidade regional (sociais, culturais, econômicos, ambientais), o que implica uma perspectiva de planejamento integrado.

Pelo exposto, cabe destacar que o Estado português é quem organiza suas regiões turísticas. No exemplo Algarve, a região é organizada pelo poder estatal sob perspectiva do turismo. O seu empenho é promover os lugares e isso é importante para as novas regiões em criação no Brasil. No caso brasileiro, isso teria que se articular a partir das iniciativas existentes nos lugares, incentivando-se uma política pública de turismo comprometida com esses lugares e com a rede social que passaria a exercer o papel de gestor dos atrativos turísticos.

É importante considerar que as políticas públicas têm uma influência sobre a evolução do turismo regional, estabelecendo redes e estreitando relações entre os sujeitos público-privados e a comunidade local, caso observado no território português. As ações estatais, nesses lugares, são relevantes para identificar a existência de atrativos que satisfaçam as necessidades do mercado turístico, bem como desenvolver e planejar a inclusão de infraestrutura e serviços que facilitem a chegada de visitantes, reduzindo as fronteiras físicas e administrativas que, se pensadas de modo desarticulado, podem dificultar o fortalecimento do destino ou dos produtos turísticos encontrados nos conjuntos de lugares.

O que se pôde compreender do exemplo português é que não basta o espaço, lugar ou região ter possibilidades para o fazer turismo, deve-se considerar o potencial turístico de acordo com políticas nacionais, estaduais e municipais para o setor. São indispensáveis programas e estratégias de uso da paisagem, evitando-se, porém, a degradação e a perda da densidade regional, devendo-se enfatizar a segurança, satisfação e condições necessárias à prática da atividade.

É importante mencionar que, tanto no Brasil como em Portugal, a atividade turística só será eficaz com ações articuladas dos sujeitos sociais públicos e privados, especialmente na definição de estratégias e de planejamento. Portanto, vale salientar que os projetos e ações estatais dos dois países, indicam, mesmo que teoricamente, a necessidade de mecanismos de articulação entre os diversos sujeitos sociais envolvidos.

Pode parecer força de expressão, mas com as políticas de regionalização do turismo nos dois países, muda-se a discussão de turismo e desenvolvimento com base local para turismo e desenvolvimento com base regional, permitindo o diálogo entre esse setor econômico e os patrimônios (natural e cultural) disponíveis nos conjuntos de municípios. No entanto, no Brasil, as mudanças nas políticas de turismo estão acontecendo sob um espaço herdado e, pela análise desenvolvida, os projetos estatais têm suas limitações na compreensão do ordenamento local que define os sujeitos de direito, nos laços de pertencimentos e nas relações com os lugares que são regionalizados pelo Ministério do Turismo.

Nesse conjunto de relações sociais, os projetos de Portugal e Brasil não são pensados a partir das atividades de turismo que operam de forma alternativa nas regiões criadas, ficando essas na periferia dos ordenamentos das políticas públicas. Faz-se necessário suscitar iniciativas coerentes fixadas em muitos outros domínios da:

[...] esfera de atuação e de responsabilidade de vários departamentos governamentais, indispensáveis à correta inserção do turismo no conjunto dos fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais que determinam e condicionam o desenvolvimento nacional e regional - grau de participação das atividades produtivas nacionais, regionais e locais de abastecimento de produtos da agricultura e das pescas, disponibilidade e grau de preparação dos trabalhadores destinados às profissões turísticas, grau de retenção, a níveis nacional, regional e local, dos valores obtidos com a venda de terrenos e com a exploração turística (BAPTISTA, 2003, p.81).

As políticas públicas e seus gestores têm que compreender e assumir politicamente o significado abrangente e interdisciplinar dos vários domínios regionais, com base nos vários elementos históricos, econômicos, ambientais culturais e sociais do espaço. Baptista (2003, p.177) comenta que o desenvolvimento turístico, na ótica regional, será mais eficaz quando os agentes públicos e privados atuarem de forma coordenada na definição das estratégias, no planejamento e nos programas operacionais, explicitando as competências, as iniciativas e as responsabilidades do governo central, das autarquias e dos promotores privados.

A partir do exemplo português e de algumas comparações com a região do interior goiano, compreendemos que é necessário adequar-se às realidades apresentadas aos novos padrões de comportamento e consumo desenvolvidos pelas pessoas. Abitia observa (2006, p.154) que “os governos, de todas as marcas, recomeçam a dar importância ao discurso humanista e social”, o que não é diferente nos projetos analisados. Por isso, faz-se necessário reforçar a importância de valorizar aquilo que já existe no lugar e nas regiões. Tanto no Brasil como em Portugal é necessário acompanhar as metas, propor ajustes, pensar no dinamismo socioespacial dos lugares e das regiões turísticas e construir adequações às políticas públicas de intervenção estatal para o turismo.

Por isso, é vital romper com qualquer hierarquia existente e promover uma participação mais democrática dos municípios, inclusive criando critérios que possibilitem a inclusão de pequenos núcleos urbanos na regionalização turística, independentemente se são sedes de municipalidades ou distritos, valorizando suas atratividades naturais e culturais. Deve-se, pois, direcionar o turismo para a valorização da diversidade existente nos lugares e não somente amparar este setor nas hierarquias urbanas regionais consolidadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com o conhecimento científico, agentes sociais e comunidades envolvidas com as questões e problemáticas da regionalização turística no interior do Brasil, pois procuramos a partir de uma abordagem teórica da categoria geográfica região, analisar e compreender as atuais mudanças das políticas de turismo nos lugares. A análise do exemplo região Algarve possibilitou comparar as suas políticas estatais e as sensibilizações dos sujeitos sociais com as encontradas na área de estudo goiana.

O estudo de caso e as análises comparativas e da categoria região nos oportunizou entender a condição política e infraestrutural dos lugares e como o fenômeno turismo se manifesta nos diferentes espaços. Compreendemos que o Estado age regionalmente para implementar as políticas públicas aos diferentes lugares. No entanto, elas chegam atravessadas pelos interesses das hierarquias políticas, econômicas e das redes urbanas. Isso significa que a categoria de análise geográfica região envolve poder, estrutura, formas e conteúdos repletos de diferenças.

Proporcionando-nos entender que o regional está presente tanto nos projetos de Portugal como do Brasil e que os poderes públicos ao se apropriarem desse conceito constroem as suas estratégias para se fazerem presentes nos lugares que formam essas regiões. Como trabalhamos em uma perspectiva teórico/empírica, compreendemos que diante das realidades analisadas, os Estados brasileiro e português devem repensar as suas ações pautadas em modelos, pois diante das diferenças socioespaciais, isso não garante a ação estatal nos lugares.

Nesta pesquisa, percebeu-se, por meio do olhar geográfico a importância de compreender a região por suas particularidades, densidades e, ao mesmo tempo, como um conjunto de lugares em que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, à medida que os usos, práticas e apropriações vão se definindo no espaço pelas mãos dos homens e assim fixando seus movimentos sociais passados e contemporâneos. Ao pensar essas particularidades e densidades fomos identificando os processos históricos e culturais e neles elementos que poderiam possibilitar a reativação de economias e comunidades, mediante o aproveitamento de recursos endógenos, favorecendo o fortalecimento das políticas públicas de turismo interiorano.

Desse modo, as discussões teóricas e a experiência empírica nos levaram ao entendimento de que essas políticas são aplicadas e propostas a partir daquilo que já existe, indicando que o

Estado age sobre um espaço que mesmo regionalizado precisa pensar e valorizar o lugar como parte de heterogeneidades. A rigor, as diferenças e as particularidades compõem o produto turístico que é parte de um longo processo histórico, responsável por criar identidades e pertencas nos mais distintos lugares que compõem o contexto regional.

Foi compreendido, então, que essas identidades e particularidades reivindicam medidas de ajustes e de intervenções na condução das políticas públicas e que essas devem ser feitas por representantes do Estado atentos e sensibilizados para as condições sociais, políticas e econômicas dos lugares que compõem a divisão regional proposta pelo Estado. E que na perspectiva de atender as demandas locais, também cabe ao Estado marcar sua presença nos lugares que formam a região.

Nesse contexto, foi fundante considerar as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas nas regiões brasileiras, entendendo que elas chegam ao interior, mas chegam tendo que se submeter às diversas hierarquias existentes na região e nos lugares. Isso nos levou a afirmar, neste trabalho, que as políticas públicas teriam que favorecer a articulação entre os lugares a partir das iniciativas existentes nos próprios lugares.

Especificamente, no caso, do interior do Brasil os lugares não se reproduzem turisticamente sozinhos, porque não são autosuficientes para aquilo que demanda o turismo. Assim, a demanda dos lugares deve ser articulada regionalmente para atender as políticas que o Estado projetou para o espaço regional. Desse modo, ele se faz presente em alguns lugares da região e em outros ele não aparece nem simbolicamente.

No interior goiano, é fundamental que as ações do Ministério do Turismo e Agência Goiana de Turismo incentivem as políticas públicas municipais de turismo comprometidas com os lugares das festas, do artesanato, da cachoeira, da água quente, da culinária, do saber-fazer e da rede social que passa a exercer o papel de gestora dos atrativos turísticos. Pois num sentido geral, entendemos que as lacunas entre os sujeitos sociais municipais e os responsáveis pelo Órgão Oficial de Turismo no Estado de Goiás (Goiás Turismo) ainda são grandes, não se cria um conjunto coeso e de boa vizinhança em torno da proposta de regionalização do turismo.

Desse modo, é relevante ressaltar que o turismo necessita de sujeitos sociais capazes de negociar um projeto de inclusão que pense os lugares associados ao regional. A rede urbana é uma possibilidade de organização do turismo no interior goiano, mas é preciso criar mecanismos para garantir a democratização dos acessos aos recursos públicos.

Também foram observadas as dificuldades do Ministério do Turismo de se fazer presente nas regiões do interior brasileiro, principalmente na passagem de propostas do poder central

para o regional e o local. Os lugares do Baixo Paranaíba Goiano pensam localmente e não se enxergam como parte de uma região concebida pelo Ministério do Turismo. Nesse prisma, o Estado precisa rever as suas concepções sobre região e perceber que critérios estatísticos que anunciam uma suposta homogeneidade se dissolvem na riqueza social e natural que os lugares constituem. Ficou explícito que quem organiza o espaço para o turismo no interior do Brasil são as redes sociais locais que se articulam com os lugares, com seus espaços turísticos.

É preciso lembrar sempre que as sociabilidades se dão no local. Elas constituem os modos de vida e geram princípios de uso e apropriação dos recursos, quase sempre com base em vários elementos sociais do espaço, definindo os sujeitos sociais e os direitos dos lugares. Os laços de pertencimento e as relações com cada grupo social criam forças políticas que reivindicam e de certo modo se apropriam dos recursos disponibilizados pelo Estado a partir de políticas públicas. Esses conjuntos de lugares, a partir da rede urbana se hierarquizam no espaço e como resultado captura os recursos das políticas públicas segundo essa ordem hierárquica. Isso tudo dificulta a presença do Estado nos lugares distantes dos polos regionais.

Portanto, se o Ministério do Turismo propõe nessa primeira década do século XXI, que os sujeitos sociais sensibilizados com a atividade turística se articulem, esses, então, vão se articulando por conta de simulações, pois o que se projeta é que o dono do hotel tem que conversar com o dono do restaurante, o secretário de turismo sãosimonense tem que dialogar com os secretários de turismo de Lagoa Santa, Quirinópolis, Caçu e Itarumã. Como isso, não ocorre quem detém as condições de captura dos recursos advindos das políticas públicas que obstaculiza todo o processo.

Em síntese, para reduzir os obstáculos encontrados na sociabilidade e articulação dos municípios por intermédio de seus atrativos, infraestruturas públicas e privadas, e potencialidades é preciso afastar os entraves e sentimentos de revanchismo e individualismo. No geral, é momento de romper com a falta de apoio dos órgãos públicos da unidade da federação, ausência de discussão e divulgação das atuais iniciativas de turismo e principalmente com a falta de diálogo entre os diversos segmentos das comunidades locais e regionais, os setores públicos, privados e terceiro setor.

Nesse contexto, faz-se necessário comparar as propostas e ideias exógenas, criando redes sociais por intermédio de parcerias, melhorarem serviços e equipamentos de acolhimento de turistas, envolverem novos segmentos das comunidades locais e regionais no planejamento da atividade turística, identificar os líderes do turismo na região e disseminar as experiências e informações. Cabe aos órgãos locais existentes sensibilizar os sujeitos sociais envolvidos com

o setor sobre a importância de criar uma região turística e assim atrair novos investimentos que poderão fortalecer as diferentes iniciativas da atividade.

Apesar das divergências e comportamentos individualistas dos sujeitos sociais inseridos em cada pequena cidade do interior goiano, o que se pondera a partir das realidades encontradas, é que um dos caminhos é inserir na rede regional, os sujeitos sociais que já estão de alguma forma desenvolvendo atividades ligadas ao turismo. É preciso partir daquilo que já existe na microrregião para estimular a participação desses agentes e comunidades no projeto turístico captaneado pelo Estado.

É importante ressaltar que o crescimento social e econômico do lugar não deixará de existir e, acima de tudo, poderá levar à ampliação de oportunidades dos homens interioranos de desenvolverem seus saberes e fazeres na perspectiva do turismo regional. Esse envolvimento pode ser o ponto de partida para criar redes sociais de circulação regional, ou seja, as reconhecidas lideranças locais, incluindo os cidadãos que trabalham nas secretarias municipais de turismo, hotéis, setores de alimentação e associações de artesãos.

Por isso, o presente estudo valorizou o debate teórico/empírico e desenvolveu uma proposta de criação de destinos turísticos e não de produtos turísticos, que trabalhe os lugares do Baixo Paranaíba Goiano. Na atual regionalização do Estado moderno, os lugares não aparecem, indicando que as atuais políticas públicas do Ministério do Turismo não chegam com densidade a essas espacialidades. A criação de novos destinos entre o lago de São Simão e a Lagoa Santa é uma proposição de agrupar municipalidades próximas com interesses sociais e identidades que possam se articular e resolver, sobretudo, os problemas decorrentes das condições infraestruturais, criando sujeitos sensibilizados com as redes sociais constituídas no entorno dos atrativos turísticos.

O turismo não pode ser pensado sem esses elementos, principalmente, naquilo que se coloca como uma possibilidade da atividade existir no espaço geográfico regional, isto é, para além das suas potencialidades e atrativos. Defendemos a ideia de uma exploração do espaço na perspectiva de se considerar o lugar e as conexões sociais possíveis para essa atividade se firmar no regional. Por isso, procurou-se valorizar os conteúdos sociais e naturais da interioridade, elegendo o saber e fazer regional e as substâncias socioculturais de uma ruralidade presente no artesanato, na culinária, nas festas e nas diversas manifestações da cultura popular.

A proposta apresentada é justificada pelas mudanças nos hábitos da sociedade contemporânea, pois os turistas procuram cada vez mais experiências novas e marcantes, focadas no relacionamento cultural e social em regiões distintas do seu cotidiano. Desse

modo, os novos destinos aparecerão como marcas responsáveis pelos estímulos visuais, sedutores e como fatores de decisão na escolha; respondendo as necessidades de cada momento dos turistas e tornando um grande elo entre os visitantes distantes ou próximos e moradores locais que simbolizam os conteúdos dos lugares. Nessa organização política, é necessário que o lugar como espaço do vivido dessas manifestações apareça, considerando os entrelaçamentos de cada grupo social que demarcam suas diferenças.

Fica claro que é por meio das políticas públicas e do desenvolvimento de parcerias com os diversos personagens da região, que ocorrerá o levantamento das características diferenciais e vocacionais e, a partir daí a expansão e diversificação do turismo, conferindo à atividade uma grande importância na integração regional. Os municípios localizados fora dos principais destinos turísticos terão que ser capacitados e estruturados para fazerem de seus atrativos naturais, culturais e históricos um produto turístico de qualidade, estimulando e fazendo crescer a demanda pelos lugares.

Nesse debate do papel estatal, verificou-se que o poder central age como homogeneizador, portanto, criando dificuldades para suas atuações nas regiões, fortalecendo o desenvolvimento desigual do espaço. As diferenças encontradas na região turística das águas são tão profundas que o projeto pautado pelo Ministério do Turismo não consegue penetrar em todos os lugares turísticos dessa região. Aparecem as discordâncias daquilo que está posto pelo órgão público e as realidades encontradas entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano. Com isso, o Ministério do Turismo e a Goiás Turismo, não conseguem pensar a atividade turística para além da inventariação, uso e apropriação do espaço, ou seja, não conseguem nos seus diagnósticos, pensar nas particularidades e individualidades dos lugares.

Em Goiás, a Goiás Turismo precisa lançar um novo mapa da regionalização do turismo, aproximando os lugares com as realidades administrativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo oficializar as Instâncias de Governança Regionais de Turismo no Estado. Ficando claro nesse processo que o turismo é uma atividade que requer agilidade política nas suas organizações e representações. As Entidades, Companhias de Desenvolvimento e Agências Oficiais de Fomento da Atividade Turística são uma tendência da organização de governança, trabalhando com metas e critérios de produtividade.

Isso tudo indica a importância de fazer ciência contando com a possibilidade de estabelecer comparações. A experiência lusitana indica que o Estado Português, na criação de suas regiões turísticas, age para atender as demandas suscitadas a partir do envolvimento das forças políticas locais e regionais. Porém, lá e cá as regionalizações encontradas constituem estratégias para administrar o território.

Em Portugal, o órgão público vai se valer das edificações históricas, da cultura, dos monumentos, dos conteúdos de ruralidade, da potencialidade natural e da localização para transformar os lugares em turísticos. Em Goiás, apesar da ação do Estado, em grande parte se assemelhar às propostas lusitanas, não há projetos na direção que observamos no Algarve, pois os órgãos públicos de turismo do interior goiano direcionam as suas ações apenas na perspectiva dos eventos e pouco se importam com a diversidade cultural, natural e patrimonial. Isso significa que as experiências lusitanas, apresentadas no último capítulo, podem servir como provocação para o saber e fazer turístico regional goiano.

Seria importante mencionar nesse comparativo, que no ano de 1936, surgiu o conceito de Zona de Turismo em Portugal, considerando as localidades ou sítios dotados de estâncias e atrativos e, posteriormente, em 1956, foi publicada a Lei 2082, um Estatuto de Turismo (Lei de Bases do Turismo) que consagrou pela primeira vez a criação de regiões de turismo. Enquanto no Brasil, apenas no ano 1992, foi lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a fim de descentralizar as ações de planejamento político, motivando os municípios a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento da atividade turística com base local e somente em 2003 foi consolidada a proposição estatal de regionalização do turismo brasileiro.

Esse contexto histórico justifica as comparações tendo como parâmetro a realidade lusa. É a experiência onde o Estado vem atuando e se apropriando conceitualmente da categoria região por algumas décadas. É também o Estado onde os sujeitos sociais públicos e privados se envolveram com o turismo indicando a importância desses envolvimento na constituição de uma trajetória histórica sedimentada pela experiência e aprofundada pela negociação com o Estado.

Diante das considerações apresentadas, fica compreendido, que o Estado presente na região ou em cada municipalidade juntamente com sujeitos sociais ativos e sensibilizados com o turismo é que irão definir as prioridades e as formas que poderão emergir a partir das novas configurações marcadas pelo desenvolvimento da atividade turística. Mas nesta investigação observou que o Estado brasileiro está confuso em relação ao peso que deve dar ao seu papel de mobilização, promoção e estruturação do setor turístico.

Nessa perspectiva, cabe aos sujeitos sociais se constituírem politicamente para agirem local e regionalmente, estimulando a realização de investimentos e buscando apoios financeiros para empresas públicas e privadas, contribuindo para que novas lógicas sociais ligadas aos setores de turismo e lazer se posicionem, defendendo e organizando as forças políticas que constituem os destinos e lugares turísticos. O turismo é uma atividade

multifacetada e como tal, exige articulações também multifacetadas para dar conta de sua complexidade. Há um discurso oculto no PNT em que o Estado se supervaloriza se dá importância demais e não considera de fato o caráter reconhecível daquilo que deveria ser o arranjo regional.

No interior de Goiás o planejamento público do turismo não está claro para os órgãos públicos que quer muitas vezes que o mercado se adéque as decisões tomadas unilateralmente ou em nome de ideologias que não são ajustáveis aos desejos sociais, ora das comunidades, ora dos empreendedores, ora de ambos. Observamos que os lugares interioranos atraem turistas, mas não empreendedores externos, e no caso de Lagoa Santa quando atrai o investidor expulsa o morador.

Portanto, apesar de já ter ficado explícito no trabalho, é importante finalizar as nossas considerações reforçando que o Estado (Ministério do Turismo e a Goiás Turismo) só vai atuar e atender as demandas de quem o pressiona e essas demandas advêm de forças políticas locais e regionais, pois os lugares existem, mesmo sob as imposições das políticas públicas e econômicas.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. **Receita de Mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.
- ABITIA, Sérgio R. Panorama do Turismo Social no Mundo. IN: CARVALHO, Caio L. de; ABNT: **Rede de Referência Cadastral Municipal**. Norma NBR 14.166, 31.08.1998. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 1998.
- AB´SÁBER, A. N. **Os Domínios de Natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGMA – Agência Goiana do Meio Ambiente. **Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas para Avaliação de Aproveitamento Hidrelétrico (EIBH) da Região Sudoeste Goiano**. Caçu (GO): Mais Verde/Engevix, 2005. CR-ROM.
- AGUIAR, L. M. de S.; MACHADO, R. B.; MARINHO-FILHO, J. A diversidade Biológica do Cerrado. In: AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de. **Cerrado: ecologia e caracterização**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
- ALMEIDA, Marcelo de. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**. 234 f. Tese (Doutorado) – ECA – Universidade de São Paulo (ECA-USP), USP/São Paulo (SP), 2006.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Políticas de Turismo e Delineamento do Espaço Turístico Goiano. IN: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia (GO): IESA, 2002. P.197-222.
- ALMEIDA, Maria Geralda de (Org). Diversidade Paisagísticas e Identidades Territoriais e Culturais no Brasil Sertanejo. IN: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar F; BRAGA, Helaine C. (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares de vida e a vida dos lugares**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2008. P.47-74.
- ALVARENGA, R. **Caminhos em um só destino Goiás – estruturação dos destinos turísticos goianos**. Goiânia: Independente, 2006.
- ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio; JORGE, Wilson Edson. **Hotel: Planejamento e Projeto**. 6ª ed. São Paulo (SP): Senac, 1999.
- ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2004.
- ARRAIS, T. A. **A Região como uma Arena Política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2007.

- BANDUCCI Jr, A. Turismo e Antropologia no Brasil – Estudo Preliminar. In: BANDUCCI Jr, A.; BARRETO, M. (Org.). **Turismo e Identidade Local**: uma visão antropológica. Campinas (SP): Papirus, 2001. 208p. P. 21 – 47.
- BAPTISTA, M. **Turismo Gestão Estratégica**. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo, 2003.
- BARREIRA, C. M. C. A. **Vão do Paraná**: a estruturação de uma região. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.163 p.
- BARRETTO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Campinas (SP): Editora Papirus, 2003.
- BENI, Mário C. Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hicitec, 1997.
- BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BENI, Mário C. **Globalização do Turismo – Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Editora Aleph, 2003.
- BENI, Mário C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BEZZI, M. L. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2004.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo (SP): Atlas, 2007.
- BONALUME, Cláudia R. O Lazer numa Proposta de Desenvolvimento Voltada À Qualidade de Vida. In: MÜLLER, A.; DaCosta, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. P. 189 – 214.
- BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2001.
- BRITTO, L. N. De. **Política e Espaço Regional**. São Paulo (SP): Nobel, 1986.
- BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: turismo e sustentabilidade – formação de redes e ação municipal para a regionalização do turismo / Ministério do Turismo (Livro 01). Florianópolis (SC): SEaD/UFSC, 2008.
- BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional / Ministério do Turismo (Livro 02). Florianópolis (SC): SEaD/UFSC, 2008.

- BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: elaboração e implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional / Ministério do Turismo (Livro 03). Florianópolis (SC): SEaD/UFSC, 2008.
- BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: roteirização turística, promoção e apoio à comercialização / Ministério do Turismo (Livro 04). Florianópolis (SC): SEaD/UFSC, 2008.
- BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: sistema de informação turística, sistema de monitoria e avaliação do programa / Ministério do Turismo (Livro 05). Florianópolis (SC): SEaD/UFSC, 2008.
- BUTLER, R. W (Tradução Jean Carlos Vieira Santos). **Aspects of Tourism – The Tourism Área Life Cycle (Vol. 1)**: applications and modifications. Clevedon (England): Channel View, 2006.
- CARA, R. B. Territórios de Lo Cotidiano (pontos de partida para la reflexión). In: MESQUIRA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do Cotidiano – uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Editoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 1996. 206p. P.67 – 75.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- CARLOS, A. F. A. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.
- CARLOS, A. F. A. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARRUSCA, C. Os Incentivos Financeiros ao sector Turístico: o caso do Algarve. In: SILVA, J. A. M. da; VAZ, M. T. N. **Aspectos de Dinamismo Regional – Algarve**. Vila Real de Santo António (Portugal): Empresa Litográfica do Sul, 1998.
- CASTRO, I. E. De. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. De.; GOMES, P. C. Da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p. P.155 – 196.
- CAVACO, C. Turismo Espaço e Território. In: FONSECA, M. L. **Desenvolvimento e Território**: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Lisboa (Portugal): Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2006. P.299-362.

- CAVACO, C.; FONSECA, M. L. **TERRITÓRIO E TURISMO NO BRASIL:** uma introdução. Lisboa (Portugal): Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2001.
- CHASTAN, Lita. **Goiás – Extremo Sudoeste:** geo-história e ecoturismo na trilha dos Caiapós. Goiânia (Goiás): Cerne, 1996.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural** (Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta). Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE. **Programa de Promoção do Potencial e Desenvolvimento Regional:** Odiana – Centros Rurais. Faro (Portugal): CCR Alg, 2001.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE. **Planos de intervenção para as áreas de baixa densidade do Algarve.** Faro (Portugal): CCR Alg, 2002.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE. **Planos de intervenção das Aldeias do Algarve:** Cacela Velha, Odeleite, Vaqueiros e Cachopo. Faro (Portugal): CCR Alg, 2002.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE. **Planos de intervenção das Aldeias do Algarve:** Estoi, Querença e Paderne. Faro (Portugal): CCR Alg, 2003.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE. **Planos de intervenção das Aldeias do Algarve:** São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Budens e Carrapateira. Faro (Portugal): CCR Alg, 2003.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA). **Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013.** Faro (Algarve/Portugal): SIG, 2006.
- COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, S; GILBERT, D; SHEPHERD, R. **Turismo, Princípios e Práticas** (2 Edição). Porto Alegre: Bookman, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global:** o turismo litorâneo cearense. Campinas (SP): Editora Papirus, 1998.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. ET AL. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário:** atores e cenários em mudança. Fortaleza (CE): EdUECE, 2009.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** São Paulo (SP): Editora Ática, 1986.
- CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana.** São Paulo (SP): Editora Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Novas Dimensões do Urbano no Brasil. In: **Boletim de Geografia Teorética.** Rio Claro. Volume 21, número 42, p. 12-17, 1991.

- CORRÊA, R. L. Região e Organização Espacial. In: **Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1991. Cap. 04, pg. 51 – 88.
- CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. De.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996, 332p. P.251 – 256.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 3ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Bertrand Brasil, 2006.
- CRUZ, Rita de C. **Políticas de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CRUZ, Rita de C. A. da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, M. J. de. (Org.). **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília (DF): Universidade de Brasília/Departamento de Geografia e Ministério do Meio Ambiente, 2002. P. 25-38.
- CRUZ, Rita de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, Rita de C. A. da. **Geografia do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- CONFEDERAÇÃO DE TURISMO PORTUGUÊS (Presidente: Atílio Fortes) - CTP. **Reinventando o Turismo em Portugal: estratégia de desenvolvimento turístico português no I quartel do século XXI**. Lisboa (Portugal): Multitipo Artes Gráficas, 2005.
- CUNHA, L. **Introdução ao Turismo**. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo, 2001.
- CUNHA, L. **Perspectiva e Tendências do Turismo**. Lisboa (Portugal): Edições Universitárias Lusófonas, 2003.
- CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo, 2006.
- DAMIANI, A. L. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 204 p. P.161-172.
- DAVEAU, S. **Portugal Geográfico**. Lisboa (Portugal): Edições João Sá da Costa, 1995.
- DELLA MONICA, L. **Turismo e Folclore: um binômio a ser cultuado**. São Paulo: Global, 1999. 149p.
- DELGADO, Lucilia de A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte (MG): Editora Autêntica, 2006.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Ministério da Economia e Inovação. In: **Boletim da República de Portugal**, 1ª Série, nº 71, 10 de abril de 2008. P.2170-2177.

- DIÁRIO DA REPÚBLICA. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e Inovação. **In: Boletim da República de Portugal**, 1ª Série, nº 160, 20 de agosto de 2008. P.5750-5757.
- DUARTE, Ivonaldo F. Goiânia – Política de Turismo e Construção de Atrativos. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Paradigmas do Turismo**. Goiânia (GO): Alternativa, 2003. P. 113-145.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo (SP): Editora Perspectiva, 1976.
- ENDLICH, Ângela M. **Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades**. São Paulo (SP): Editora da UNESP, 2009.
- ETGES, Virgínia E. O Lazer no Contexto das Múltiplas Dimensões do Desenvolvimento Regional. In: MÜLLER, A.; DaCosta, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. P. 133 – 144.
- FERREIRA, C. C. **Portugal, Destino Turístico da População Idosa Européia**. Lisboa (Portugal): TdT, 2007.
- FERREIRA, I. M. Modelos Geomorfológicos das Veredas em Ambiente de Cerrado. **Espaço em Revista**, Catalão (GO), volume 7/8, número 01, p.07-16, Jan/dez. 2005/2006.
- FERREIRA, M; R. Estratégia e Planeamento Regional do Turismo. In. Livro de Actas/Ciclo de Debates 2001 – **Investigação em Turismo**, nº 01, Lisboa (Portugal), Abril, 2003.
- FLORIANO, João Alberto, S. **Cessou o Canto das Águas: história da cidade de São Simão**. Goiânia (GO): JASF, 2000.
- FREITAS, Miguel. **Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve**. Faro (Portugal): Comissão de Coordenação da Região Algarve, 2002.
- GAMITO, T. J. **O Algarve e o Magreb**. Faro (Portugal): Universidade do Algarve, 2007.
- GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p. P. 233 – 246.
- GOMES, Bruno, M. A. **Políticas Públicas e Transações em Regiões Turísticas**. São Paulo: ALL PRINT Editora, 2008.
- GONÇALVES, A. R. **A Componente Cultural do Turismo Urbano com Oferta Complementar ao Produto “Sol e Praia”**: o caso de Faro e Silves. Lisboa (Portugal): TdT, 2003.
- GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. DECRETO Número 5.862, de 17 de Novembro de 2003 – **Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Turismo**. Acesso:

http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/2003/decreto_5.862.htm, consultado no dia 05 de agosto de 2008.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico – Geomorfológico**. 6ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

GUERREIRO, J. **Estratégia de Desenvolvimento do Algarve (Algarve 2000-2006)**. Faro (Portugal): Edição CCRA – Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2000.

GUNN, Clare A. (Tradução: Jean Carlos Vieira Santos) **Tourism Planning: basics, concepts, cases**. (Fourth Edition). New York (USA): Routledge, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói (RJ): EduFF; São Paulo (SP): Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Morte e Vida da Região. Antigos Paradigmas e Novas Perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org). **Produção do Espaço e Redefinições Regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente (SP): UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. 208p. P.09-33.

HENRIQUES, C. **TURISMO, CIDADE E CULTURA: planeamento e gestão sustentável**. Lisboa (Portugal): Edições Sílabo, 2003.

LADEIRA, Francisco S. B.; SANTOS, Marilene dos. Metodologia para Estudo do Meio Físico voltadas para o Turismo Ambiental. IN: QUEIROZ, Odaléia T. **Turismo e Ambiente: temas emergentes**. Campinas (SP): Editora Alínea, 2006. P.147-196.

LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris (França): Anthropos, 1986.

LENCIONI, S. Região e Geografia. In: **A Geografia como Ciência e a Região com Objeto de Estudo**. São Paulo: EDUSP, 1999. Cap. 02, p. 73 – 118.

LOPES, D. L. Diário de Campo: o registro de reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002. p.135-142.

MARRA, R. **Espeleo-Turismo: planejamento e manejo de cavernas**. Brasília (DF): Editora WD Ambiental, 2001.

MARTINS, L. S. Um Velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre o turismo urbano (P.279-296). In: FONSECA, M. L. **Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa (Portugal): Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2006.

- MARTINS, Pollyany, P.; SILVA, Lozânia, M. Da. Potencialidades de Lazer e Turismo na Bacia do Córrego Capela: paisagens entre a Serra da Confusão e o Lago Sol Poente. In: SANTOS, Jean, C. V. (Org.). **Paisagens e Destinos Turísticos na Pesquisa Geográfica**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda, 2009. Cap. 02, p.27-43.
- MASSOCHINI, Leoni; FELTRAN FILHO, Antônio; SANTOS, Jean C. V.; COSTA, Adriano G; ASSUNÇÃO, Washington L. Expedição Investigativa no Norte do Chile. In. (CD/ISSN: **2177-4536**) **Anais do VIII Simpósio de Geografia**, nº 8, Quirinópolis (GO), 20 a 23 de maio, 2010.
- MEIRELLES, M. L.; GUIMARÃES, A. J. M.; OLIVEIRA, R. C.; ARAÚJO, G. M.; RIBEIRO, J. F. Impactos sobre o estrato herbáceo de Áreas Úmidas do Cerrado. In: AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de. **Cerrado: ecologia e caracterização**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
- MELLAZO, M. R. **Memórias de um Hotel/Turismo: lazer e cultura**. Uberlândia, MG: Edição Independente (Gráfica Zardo), 2001.
- MELO, Nágela A. de. **Pequenas Cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia (MG), 2008.
- MELO, Nágela A. de.; SOARES, Beatriz R. Pequena Cidade, um Desafio Metodológico: os instrumentos e os recursos para a pesquisa em Geografia. IN: RAMIRES, Júlio C. De L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2009. P.395-420.
- MENDES, Estevane de P. P. Identidades Sociais e suas Representações Territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). IN: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar F; BRAGA, Helaine C. (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares de vida e a vida dos lugares**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2008. P.137-165.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA DE PORTUGAL. Decreto Lei nº 382/98 de 27 de Novembro. In: DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Boletim da República de Portugal**, 1ª Série, nº 275, 27 de novembro de 1998. P.6582-6584.
- MINISTÉRIO DO TURISMO DE MOÇAMBIQUE – MITUR. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)**. Disponível em: www.nisitmozambique.net. Acesso em 05 de Junho de 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **ATLAS TURÍSTICO DO BRASIL: mapas base da regionalização e da gestão descentralizada**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2003/2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Operacionais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 22 de agosto de 2008. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010) – Uma Viagem de Inclusão**. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 24 de agosto de 2008. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010) – Uma Viagem de Inclusão**. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 24 de agosto de 2008. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – Mtur. **Programas e Ações do Ministério do Turismo**. Brasília (DF): MTur e Embratur, 2008.

MIRANDA, N.; URBAN, T. **Engenhos & Barbaquás**. Curitiba: Posigraf, 1998.

MORAES, A. C. R. **GEOGRAFIA: Pequena História Crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. Da. O Ponto de Partida: o método. In: _____. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo (SP): Hucitec, 1984. p.26-34.

MÜLLER, Ademir. Lazer, Desenvolvimento Regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MÜLLER, A.; DaCosta, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. P. 09 – 40.

NEVES, A. O. de. **Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais: região do Algarve**. Faro (Portugal): SIG, 2003.

NOGUEIRA, J. F. Segurança Social e Regionalização. In: **Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro** (Ministério da Administração Interna – Coimbra/Portugal), nº 16, 1º Semestre de 1983. 160 P. P.11-31.

- NORDIN, Sara. (Tradução: Jean Carlos Vieira Santos). **Tourism Clustering & Innovation – path to economic growth & development**. Ostersund (Sweden): European Tourism Research Institute, 2003.
- PEREIRA, A. V. **BORDEIRA: espaço simbólico, expressões festivas e processos da construção das identidades**. Faro (Portugal): Tipografia União, 2005.
- PESSÔA, Vera, L. S. **Fundamentos de Metodologia Científica Para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: material para fins didáticos**. Uberlândia (MG): Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU), 2007.
- PESSOA, F. S.; BERNARDES, J. P.; CORREIA, J. E.; COSTA, M. R.; GUERREIRO, J. P. **Algarve Visto do Céu**. Lisboa (Portugal): Edições Argumentum, 2005.
- PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento de gestão**. São Paulo: Futura, 1998.
- PIERRE GEORGE. Reflexões Sobre a Noção de Região em Geografia e Sua Aplicação. **In: Boletim Paulista de Geografia** (Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Regional de São Paulo), nº 45, junho, 1968.
- PIMENTEL, Sidney V. **O CHÃO É O LIMITE: a festa de peão de boiadeiro e a domesticação do sertão**. Goiânia (GO): Editora da UFG, 1997.
- PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- PREFEITURA DE CACHOEIRA ALTA. **Aspectos Históricos e Naturais**. Cachoeira Alta: Edição Secretaria de Educação Municipal, Administração 2001-2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ (Organização Jorge Lyra). **Aspectos Históricos de Itajá (Goiás)**. Itajá: Edição Prefeitura Municipal, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARUMÃ. **Histórico de Itarumã (Goiás)**. Itarumã: Edição Prefeitura Municipal, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. **Lagoa Santa (Goiás): O Fantástico Mundo das Águas Termais**. Lagoa Santa: Edição Prefeitura Municipal, 2005 – 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS. **Lançamento do Festival Gastronômico de Quirinópolis**. Disponível em: www.quirinopolis.go.gov.br/prefeitura. Acesso em 21 de maio de 2008.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. Decreto Lei nº 114/70. **In: Informativo da Presidência de Portugal**, nº 65, 1 Série, 18 de março de 1970. P.320-324.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- RIBEIRO, J. M. F.; CHORINCAS, J.; MARQUES, I. **Clusters e Política de Inovação**. (PROINOV: Programa Integrado de Apoio a Inovação). Lisboa (Portugal): HGL, 2002.
- RODRIGUES, Ady B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RODRIGUES, Ady B. Desenvolvimento com Base Local como Bandeira de uma Política de Emancipação e Afirmação. In: SOUZA, Maria J. de (Org.). **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília (DF): Universidade de Brasília/Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002. P. 13-24.
- ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia, Ambiente e Planejamento**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- RUSCHMANN, Doris V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas (SP): Papirus, 1997.
- SAGIM JÚNIOR, O.; SAGIM, M. B. **Quirinópolis Histórico**. Goiânia (GO): O Popular, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). **Viagem as Nascentes do Rio São Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- SANDES, N. F (Organizador). **Memória e Região**. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- SANTOS, J. C. V. (Org.). **Paisagens e Destinos Turísticos na Pesquisa Geográfica**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1982.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. De; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p. P. 15 – 20.
- SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. Sexta Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Maria da G. M. P. **Espiritualidade, Turismo e Território**. Estoril (Portugal): Principia Editora, 2006.

- SANTOS, Roosevelt J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **In. Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.
- SANTOS, Rosselvelt J. **As Humanidades do Cerrado na Dialética da Festa e do Espetáculo**. Uberlândia (MG): EDUFU, 2007.
- SANTOS, Rosselvelt J. et al. Significados das Festas: costumes, tradições e saberes. In: SANTOS, R. J. & ALVES, K. B. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia (MG): Composer, 2005. 152 P. P. 100-122.
- SANTOS, Rosselvelt J. Et al. Simbolismos, Religiosidade, Técnicas Produtivas e Costumes Regionais. In: SANTOS, R. J. & ALVES, K. B. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia (MG): Composer, 2005. 152 P. P. 87-99.
- SANTOS, Rosselvelt J. Et al. Toponímia. In: SANTOS, R. J. & ALVES, K. B. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia (MG): Composer, 2005. 152 P. P. 69-86.
- SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia (MG): Composer, 2005.
- SANTOS, R. J.; MELAZO, G. C. Turismo de Evento e o Potencial Turístico Cultural de Uberlândia (MG), o maior centro urbano da bacia do rio Araguari. In: LIMA, S. do C. & SANTOS, R. J. dos. **Gestão Ambiental da Bacia do Rio Araguari**. Uberlândia: Universidade Federal/Instituto de Geografia; Brasília: CNPQ, 2004. 221 p. P. 185 – 201.
- SANTOS, Rosselvelt J.; KINN, Marli G. FESTAS: tradições reinventadas nos espaços rurais dos Cerrados de Minas Gerais. **In. Espaço e Cultura**, UERJ (RJ), nº 26, julho/dezembro, 2009, p.58-71.
- SCHAFFER, Neiva O. Ler a Paisagem, o Mapa, o Livro – Escrever nas Linguagens da Geografia. IN: NEVES, Iara C. B. (Org.). **Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999. P.84-101.
- SEABRA, Giovani. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa (PB): Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2007.

- SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE PORTUGAL. **TURISMO EM PORTUGAL:** política, estratégia e instrumentos de intervenção. Lisboa (Portugal): Edição – Direção Geral do Turismo, 2002.
- SILVA, João Albino M. **O Destino Turístico Arade:** uma estratégia de intervenção. Potimão/Portugal: Soares, 2005.
- SILVA, José L. L. **O Espongiloto de Três Lagoas (MS):** registro e caracterização com ênfase em micropaleontologia. 121 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/São Leopoldo (RS), 2004.
- SILVA JÚNIOR, Jose H. da. **A Política Interna no Brasil (1992-2002).** Belo Horizonte (MG): FACE-FUMEC C/Arte, 2004.
- SILVA, Ângela M.; PINHEIRO, Maria Salete de F.; FRANÇA, Maria. **Guia para Normalização de Trabalhos Técnico-Científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5ª Edição. Uberlândia (MG): EDUFU, 2009.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. Regionalização: tema geográfico e político – o caso paulista. **In. Boletim Paulista de Geografia** (Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Regional de São Paulo), nº 50, março, 1976.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. **Governo Urbano.** São Paulo (SP): Editora Nobel, 1988.
- SOUZA, Edevaldo A.; SANTOS, Rosselvelt, J.; SANTOS, Jean C. V.; SOUZA, Maria Aparecida de. Agricultura Cerradeira Rural Territorializada nas Paisagens Urbanas do Cerrado. **In. (CD) Anais do V Encontro Povos do Cerrado**, nº 5, Pirapora (MG), 10 a 12 de junho, 2009.
- STIVAL, S. Dona Petronilha, a “Mãe” da Chica Doida, prato principal do Festival Gastronômico de Quirinópolis (GO). **Festas e Eventos**, Goiânia (GO), Nº 133, Ano XII, p.19-p.19. Abril de 2008.
- STIVAL, S. A Chica Doida Dará Sabor Especial ao Salão do Turismo. **Jornal Impar**, Quirinópolis (Goiás), Edição Nº 147, Ano I, p.04. 24 a 30 de Novembro de 2009.
- THOMAZI, Silvia M. **Cluster de Turismo:** introdução ao estudo de arranjo produtivo. São Paulo: Aleph, 2006.
- TIMÓN, Diego, A. B. El Concepto de Destino Turístico. Una Aproximación Geográfico-Territorial. **In. Revista Estudios Turísticos**, Departamento de Geografía, Universidad Autónoma de Madrid (Espanha), nº 160, ano 2004, p.45-60.
- TIRADENTES, Leomar. **DA PORTEIRA PARA DENTRO:** as práticas lusitanas nas transformações do rural e no fazer turístico da microrregião de Viçosa (MG). 368 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU), UFU/Uberlândia (MG), 2010.

URRY, John. **O Olhar do Turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Nobel, 1996.

VALLS, Josep-Francesc. (Tradução: Jean Carlos Vieira Santos). **Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles.** Barcelona (Espanha): Rotapapel, 2004.

VAZ, M. M. F. da C. **Expressão Regional do Desenvolvimento Turístico.** 509 f. TESE (Doutorado em Economia / Orientador: Prof. Dr. João Albino Silva) – Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior, Covilhã - Portugal. 2003.

VIEIRA, J. M. **A Economia do Turismo em Portugal.** Lisboa (Portugal): Publicação Dom Quixote, 1997.

VERA, J. F; PALOMEQUE, F. L; MARCHENA, M. J; ANFON, S. **Análisis Territorial del Turismo.** Barcelona (Espanha): Editorial Ariel, 1997.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo – uma esperança condicional.** São Paulo: Plêiade, 1998.

YAZIGI, Eduardo (Organizador). **Turismo e Paisagem.** São Paulo. Editora Contexto, 2002.

WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. (Tradução: Jean Carlos Vieira Santos). **A Practical Guide to Tourism Destination Management.** Madrid (Spain): CEDRO, 2007.